



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CULTURA E SOCIEDADE

ECONOMIA VIVA: CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA NO
TRABALHO EM REDE DOS PONTOS DE CULTURA

LUANA VILUTIS

Orientador: Prof. Dr. ANTONIO ALBINO CANELAS RUBIM

SALVADOR
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CULTURA E SOCIEDADE

ECONOMIA VIVA: CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA NO
TRABALHO EM REDE DOS PONTOS DE CULTURA

por

LUANA VILUTIS

Orientador: Prof. Dr. ANTONIO ALBINO CANELAS RUBIM

Versão final da tese apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutora.

SALVADOR
2015

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Vilutis, Luana

Economia Viva: cultura e economia solidária no
trabalho em rede dos pontos de cultura / Luana
Vilutis. -- Salvador, 2015.

427 p. : il

Orientador: Antonio Albino Canelas Rubim.

Tese (Doutorado - Programa Multidisciplinar de Pós-
Graduação em Cultura e Sociedade) -- Universidade
Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e
Ciências Professor Milton Santos, 2015.

1. Pontos de Cultura. 2. Economia Viva. 3.
Políticas de promoção da diversidade cultural. 4.
Economia Solidária. 5. Programa Cultura Viva. I.
Rubim, Antonio Albino Canelas. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
IHAC- INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E
CIÊNCIAS PROFESSOR MILTON SANTOS
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CULTURA & SOCIEDADE

Ata da Reunião da Defesa Oral da Tese de **Luana Vilutis**

Intitulada: "Economia Viva: cultura e economia solidária no trabalho em rede dos pontos de cultura"

Aos 13 (treze) dias do mês de outubro de dois mil e quinze, no IHAC - Instituto de Humanidades Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia - foi instalada a Banca Examinadora da Defesa da tese intitulada: "*Economia Viva: cultura e economia solidária no trabalho em rede dos pontos de cultura*". Após a abertura da sessão, foi composta a Banca Examinadora formada pelos professores Drs.: Prof. Dr. Antonio Albino Canelas Rubim – Orientador, pelos examinadores externos: Profa. Dra. Lia Calabre de Azevedo e Prof. Dr. Genauto França Filho e internos do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade: Prof. Dr. Paulo Miguez e Prof. Dr. Messias Guimarães Bandeira. Conforme o Regimento Interno do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade foi dado o prazo de trinta minutos para que o doutorando fizesse a exposição do seu trabalho e trinta minutos para que os membros da Banca realizassem a arguição. Primeiro falou: Profa. Dra. Lia Calabre de Azevedo, seguida do Prof. Dr. Genauto França Filho, avaliadores externos. Após os examinadores externos, fez sua arguição o Prof. Dr. Paulo Miguez e Prof. Dr. Messias Guimarães Bandeira, avaliadores internos. Depois que os membros da Banca falaram, foi dado um prazo de trinta minutos para que o doutorando fizesse sua réplica. Concluída a exposição, arguição e réplica, a Banca Examinadora se reuniu e considerou a tese de **Luana Vilutis** como APROVADA (ou DISPONível). Nada mais havendo a tratar, eu, Prof. Dr. Antonio Albino Canelas Rubim, orientador, lavrei a presente ata que será por mim assinada, pelos demais membros da Banca e pelo doutorando. Salvador, 13 de outubro de 2015.

Prof. Dr. Antonio Albino Canelas Rubim _____

Profa. Dra. Lia Calabre de Azevedo _____

Prof. Dr. Genauto França Filho _____

Prof. Dr. Paulo Miguez _____

Prof. Dr. Messias Guimarães Bandeira _____

Doutoranda **Luana Vilutis** _____

Às pessoas que criam
na sua prática cotidiana
um outro mundo possível.

AGRADECIMENTOS

Só foi possível chegar até aqui por ter contado com a generosidade, o cuidado, o tempo e a presença de inúmeras pessoas. A todas que são parte desta construção, minha profunda gratidão. Um especial agradecimento:

Ao Professor Albino Rubim, pela confiança e orientação; por ser uma referência e uma inspiração.

Ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade do IHAC/UFBA pela sua ousadia e relevante contribuição aos estudos em cultura e políticas culturais.

Aos professores Paulo Miguez, Messias Bandeira e Genauto França Filho, pelas leituras atentas, recomendações e oportunidades de aprimorar a pesquisa.

A minha mãe, Isabel Mainetti, pelo seu incentivo e exemplos constantes.

Ao Pedro Jatobá, pelo seu amor e por me fazer ser uma pessoa melhor; pela sua coerência e integridade que tanto admiro e me movem a realizar nossos sonhos comuns.

Aos professores do Pós-Cultura, por todos os aprendizados; um agradecimento especial à Clelia Neri Côrtes, Edilene Matos, Renato da Silveira e Carlos Bonfim. Ao Marlus, pela prontidão e gentileza no atendimento.

Às amigas e aos amigos do Pós-Cultura, agradeço os momentos de troca e diversão, tão fundamentais. Um agradecimento coberto de afeto para Ana Aragão, Ariel Lucas, Luciano Simões, Sophia Rocha, Juan Brizuela, Ana Amorim, Lorena Saavedra e Alfredo Sébah.

Ao meu pai, ao meu irmão e ao restante da família, pela presença e estímulos.

Ao Maurício Sardá e Frederico Barbosa, pelas indicações de leitura e pelos aprendizados que nossa convivência proporcionam.

A toda equipe do Projeto de Assistência Técnica à Elaboração de Planos Municipais de Cultura da Escola de Administração da UFBA, em especial ao Professor Ernani Coelho, à Kátia Costa e Neuza Britto, pela confiança, ensinamentos e motivação. Ao Vicente Federico (em memória), pelo entusiasmo.

À FLACSO, em nome de Salete Valesan Camba, pela parceria e identificação.

Às amigas e aos amigos que me acolheram em Salvador e em suas vidas, que partilham das linhas desta história e a fizeram ser muito melhor: Carolina Laranjeira, LéoBr, Paulo Índio, Fátima Nascimento, Cassia Cardoso, Patrícia Si Barreto, Livia Sampaio, Edgilson Dido Tavares de Araújo, Michele Perroni, Joana Giron, Wagner Santana, Renata Bimó Santos, Pedro e Patrick Azevedo, Georgia Haddad Nicolau, Daniela Teixeira, Priscila Ramalho, Coraci Ruiz, Julio Mattos e Natália Rea Monteiro. À Ilana Gorban, um agradecimento especial pelas traduções e todos os cuidados.

A Pedro e Liana Jatobá por me acolherem em Aldeia e na família, por todo o estímulo e compreensão.

A Ivony Lucas e Pedro Silva pela hospitalidade e pelo carinho durante a pesquisa de campo.

Às pessoas e instituições que me receberam e tornaram esta pesquisa possível: Ação Faça uma Família Sorrir, Associação Rede Cananéia, Associação São Jorge Filho da Goméia, Instituto InterCidadania, Instituto Milho Verde, Instituto Kairós e União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências.

Agradeço também à Antonia Rangel e ao Gildo Rêgo, da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura, pela disponibilidade em atender às solicitações desta pesquisa. Faço o mesmo em relação à Secretaria Nacional de Economia Solidária, em nome de Gabriela Cunha.

A todas as pessoas entrevistadas nesta pesquisa, um profundo agradecimento coberto de respeito pelo trabalho que realizam e a quem dedico este estudo.

À Fapesb, agradeço a bolsa concedida no primeiro ano de doutorado e à Capes, pela bolsa dos demais anos.

Agradeço às forças do universo que fazem a roda girar e gracias a la vida que me ha dado tanto!

Cultura... Ganhando pontos

Uma mola potente que se solta
Para romper os limites da Mecânica
E projeta-se com força tão titânica
Que pra os ventos limites nunca volta;
Ou um pássaro que chora de revolta
E na gaiola descobre uma abertura...
Ou a água que encontra a rachadura
Na tenaz parede da barragem.
Eis o ritmo, o trajeto e a viagem
No disparo dos PONTOS DE CULTURA!

Quando menos se espera, ali está
No subúrbio, no sítio, na escola,
Numa taba, n'aldeia quilombola,
No Chui ou nas minas do Amapá
No berrante, no toque do ganzá,
No folheto, no boi ou na canção,
Com a cabeça na nuvem, o pé no chão
Vão tecendo o bordado sociológico,
Vão fazendo o Do-In antropológico
No sistema nevrálgico da nação!

Nos ponteiros, nos pontos pontificam.
Esses pontos são pontes consideráveis,
Poderosos poderes responsáveis
Pelas massas que não se massificam;
São os mistos que enfim desmistificam
Um poder midiático e videota,
"Grande irmão" que a bota e a lorota
Nos enquadra num único modelito
São os pontos a ponta deste grito
De "outro mundo possível" que aqui brota.

Cada ponto a mil pontos se interliga
Se empodera, se inclui, cidadaneia;
Corações, braços, crânios formam teia,
Como areia e cimento, dando liga.
Cada qual é tijolo, é ferro, é viga
Nestas teias de sonhos e idéias
Onde os palcos 'stão cheios de platéias
E as senzalas ocupam a Casa Grande
Desta grande nação que ora se expande
Com os enxames mandando nas colméias!

É teatro, é batuque e é poema
Carnaval, boi-de-reis, frevo e baião,
É amor, esperança, luz, paixão;
Combatendo as agruras de um sistema...
Berimbau, mamulengo, glosa e tema
Escultura, romance, verso e prosa;
Esta revolução silenciosa
Vai dar muita zoada no futuro
De um Brasil sem farpado, grade e muro;
De uma gente que come, ri e... goza!

RESUMO

VILUTIS, Luana. *Economia Viva: cultura e economia solidária no trabalho em rede dos pontos de cultura*. 2015. 427 p. Tese (Doutorado). Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade - Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2015.

Este trabalho insere-se no contexto de disputa política e simbólica existente em ações públicas de valorização da diversidade cultural voltadas à promoção da autonomia comunitária e à sustentabilidade de grupos e iniciativas culturais. As contradições existentes entre as possibilidades de compartilhamento de poder e a cultura concentradora característica da lógica de acumulação capitalista compõem o pano de fundo da reflexão aqui proposta. Para abordar essas tensões propomos analisar as presenças e ausências da economia solidária nas políticas culturais brasileiras de 2003 a 2014, em especial no programa Cultura Viva. Os limites dos instrumentos de fomento público a associações culturais foram verificados no âmbito mais amplo dos desafios das relações entre o Estado e a sociedade civil e, mais especificamente, nas premiações de pontos de cultura realizadas ao longo da história do Cultura Viva. A pesquisa de campo debruçou-se em uma ação pública desse programa chamada Economia Viva realizada entre 2010 e 2012 e buscou investigar sua intencionalidade, seus alcances práticos e o perfil das iniciativas premiadas. Os três principais esforços empreendidos nesta investigação foram: compreender os desafios enfrentados pelos pontos de cultura para formar empreendimentos culturais e realizar projetos produtivos de forma continuada e participativa; pesquisar a forma de organização e o sentido do trabalho associativo e em rede dos pontos de cultura e a relação com a sua sustentabilidade em uma concepção multidimensional; e analisar o papel do Estado em promover a diversidade econômica de iniciativas culturais voltadas ao desenvolvimento territorial e à autonomia coletiva.

Palavras-chave: Pontos de Cultura; Economia Viva; políticas de promoção da diversidade cultural; Economia Solidária; trabalho em rede; programa Cultura Viva; autonomia comunitária.

ABSTRACT

VILUTIS, Luana. *Living Economy: culture and solidarity economy in culture points' networking*. 2015. 427 p. Thesis (Ph.D.). Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade - Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2015.

This work is situated in the context of political and symbolic disputes existing in public actions that aim at valuing cultural diversity. These actions target the promoting of community autonomy and sustainability of groups and cultural initiatives. The contradictions between the possibilities of power sharing and the concentration-oriented culture characteristic of capitalist logic of accumulation make up the backdrop of the reflection proposed here. In order to address these tensions we propose to analyze the presence and absence of solidarity economy in Brazilian cultural policies from 2003 to 2014, particularly in the Living Culture program. The limits of the mechanisms for public funding of cultural associations were observed in the broader context of the challenges of the relationship between the state and civil society. More specifically, these were verified in the context of the awards given to culture points throughout the history of the Living Culture program. The field research focused upon a public action of this program called Living Economy that took place between 2010 and 2012, and investigated its intentionality, its practical achievements and the profile of the awarded initiatives. The three main objectives in this research were: understand the challenges faced by culture points to form cultural enterprises and carry out productive projects in a continuous and participatory manner; research the mode of organization and the meaning of culture points' associative work and networking and the relationship with their sustainability in a multi-dimensional understanding; and analyze the role of the state in promoting economic diversity of cultural initiatives aimed at territorial development and collective autonomy.

Keywords: Culture Points; Living Economy; policies to promote cultural diversity; Solidarity Economy; networking; Living Culture program; community autonomy.

LISTA DE SIGLAS

AAC	Alvo Associação Cultural
ACL	Arranjos Criativos Locais
ABONG	Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
ACUCA	Associação de Cultura Caiçara
AFFAS	Associação Faça Uma Família Sorrir
AGU	Advocacia–Geral da União
AMI	Associação Amigo do Índio
APL	Arranjos Produtivos Locais
BAC	Bases de Apoio à Cultura
BCQA	Banco Comunitário Quilombola de Alcântara
BCD	Bancos Comunitários de Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste do Brasil S.A.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAF	Cananéia Artes e Fibras
CEU	Centro de Artes e Esportes Unificados
CGU	Controladoria Geral da União
CNPdC	Comissão Nacional dos Pontos de Cultura
CNPC	Conselho Nacional de Política Cultural
COEP	Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e Pela Vida
Conaes	Conferência Nacional de Economia Solidária
CONSAD	Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
ES	Economia Solidária
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
ESCAMBO	Economia Solidária da Cultura Articulando Movimentos BiOregionais
FASFIL	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil
FAUF	Fundação de Apoio à Universidade Federal de São João Del–Rei
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FEPS/RMBH	Fórum de Economia Popular Solidária da Região Metropolitana de Belo Horizonte
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FISL	Fórum Internacional de Software Livre
FMEPS	Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária
FNC	Fundo Nacional de Cultura
FNPC	Fórum Nacional de Pontos de Cultura
Forproex	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras
FUNCERN	Fundação Cultural do Estado do Rio Grande do Norte

GESAC	Programa Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão
GIFE	Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
GT	Grupo de Trabalho
GT-CV	Grupo de Trabalho Cultura Viva
HSBC	Hong Kong and Shanghai Banking Corporation
IADH	Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IMV	Instituto Milho Verde
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN	Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
MCT	Ministério de Ciência e Tecnologia
MEC	Ministério da Educação
MEI	Microempreendedor Individual
MinC	Ministério da Cultura
MROSC	Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil
MUNIC	Pesquisa de Informações Básicas Municipais
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NAM	Núcleos de Atividades Múltiplas
ONG	Organização Não Governamental
OSC	Organização da Sociedade Civil
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCV	Programa Cultura Viva
PNC	Plano Nacional de Cultura
PNCV	Política Nacional de Cultura Viva
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPDLES	Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária
Prodec	Programa de Desenvolvimento da Economia da Cultura
Proext	Programa de Extensão Universitária
Pronac	Programa Nacional de Apoio à Cultura
Proninc	Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
SAI	Secretaria de Articulação Institucional
SCC	Secretaria de Cidadania Cultural
SCDC	Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural
SEC	Secretaria de Economia Criativa
SEDESE	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
SESC	Serviço Social do Comércio
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Senai	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Senaes	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal
SID	Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural
SIES	Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária
SNIIC	Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais
SNC	Sistema Nacional de Cultura
SPC	Secretaria de Políticas Culturais
SPPC	Secretaria de Políticas e Projetos Culturais
TCC	Termo de Compromisso Cultural
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UFSJ	Universidade Federal de São João Del-Rei
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UPM	União Popular das Mulheres de Campo Limpo
USP	Universidade de São Paulo
VAI	Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução FNC x Incentivo Fiscal (Lei Rouanet)

Tabela 2 – Editais de prêmios no âmbito do Programa Cultura Viva, por quantidade e valor dos editais lançados por ano

Tabela 3 – Premiações do Programa Cultura Viva, por quantidade e valor dos prêmios

Tabela 4 – Projetos premiados no edital Economia Viva por região

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 – Evolução da premiação de pontos de cultura pelo MinC
- Gráfico 2 – Evolução dos editais de premiação da SCDC/MinC
- Gráfico 3 – Distribuição regional de fundações e associações de cultura e arte no Brasil
- Gráfico 4 – Evolução das parcerias do MinC com a sociedade civil
- Gráfico 5 – Projetos Inscritos no Prêmio Economia Viva
- Gráfico 6 – Inscrições do Nordeste no Prêmio Economia Viva
- Gráfico 7 – Participação de Pontos de Cultura no Economia Viva
- Gráfico 8 – Resultado da seleção do Prêmio Economia Viva
- Gráfico 9 – Premiados por região (em número de projetos)
- Gráfico 10 – Premiados por Estado (em número de projetos)
- Gráfico 11 – Participação de Pontos de Cultura no Prêmio Economia Viva
- Gráfico 12 – Atividade econômica principal das iniciativas premiadas no Economia Viva
- Gráfico 13 – Principal atividade profissional – Grupo Bordados da Barra
- Gráfico 14 – Tempo de trabalho no grupo Bordados da Barra
- Gráfico 15 – Horas semanais dedicadas ao grupo Bordados da Barra por pessoa
- Gráfico 16 – Motivações das bordadeiras em participar das iniciativas do Ponto de Cultura

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	23
INTRODUÇÃO	27
<i>Cultura de rede e trabalho criador</i>	44
<i>Desafios da institucionalização de políticas públicas de cultura no Brasil</i>	57
CAPÍTULO I	
PRESENCAS E AUSÊNCIAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NAS POLÍTICAS CULTURAIS (2003-2010)	73
1.1 Economia solidária no programa Cultura Viva	81
1.2 Empreendimentos culturais autogestionários no Proext Cultura	99
1.3 Conferência Nacional de Economia Solidária da Cultura	108
1.4 Cultura Viva Comunitária	113
CAPÍTULO II	
DESLOCAMENTOS E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA CULTURA VIVA (2011-2014)	131
2.1 Limites das premiações como instrumento de política	135
2.2 Fragilidade institucional do programa Cultura Viva	152
2.3 Novos marcos legais para desafios estruturais	160
2.4 Cultura Viva: de programa à Política	172
2.5 Economia criativa e solidária	180
CAPÍTULO III	
ECONOMIA VIVA: AÇÃO DE FOMENTO OU PRÊMIO DE RECONHECIMENTO?	197
3.1 Ação Economia Viva	203
3.2 Histórico de implementação	218
3.3 Prêmio Economia Viva	233
3.4 Seleção de projetos	239
CAPÍTULO IV	
PERFIL DAS INICIATIVAS PREMIADAS NO ECONOMIA VIVA	255
<i>Camélia da Liberdade</i>	267
<i>Polo de Moda Costurando Sonhos</i>	267
<i>Bordados da Barra</i>	270
<i>Sustent'Habilidades</i>	276
<i>Kula Tecelagem</i>	279
<i>Isadi Dúdú</i>	282
<i>Rede de economia solidária, cultura e turismo</i>	285

<i>Agência Popular Solano Trindade</i>	288
<i>Padaria Comunitária Indígena</i>	295
<i>Fabriqueiros</i>	297
<i>Música Independente</i>	301
<i>Espaço ESCAMBO</i>	304
CAPÍTULO V	
ECONOMIA SOLIDÁRIA E TRABALHO CULTURAL EM REDE	311
5.1 Agenciamento de redes locais de cultura solidária	318
5.2 Desenvolvimento comunitário	332
5.3 Incubação de empreendimentos e promoção da autonomia	343
5.4 Premiação e sustentabilidade: alcances e desafios	357
5.5 Economia solidária e cultura: valores e práticas	363
CONSIDERAÇÕES FINAIS	373
REFERÊNCIAS	385
APÊNDICES	421

APRESENTAÇÃO

Este trabalho busca tecer uma interface entre a economia da cultura e a economia solidária nas políticas culturais do Brasil entre os anos 2003 e 2014. Para tanto, são estudadas algumas iniciativas de integração desses dois campos, com especial atenção ao programa Cultura Viva, à ação Economia Viva e às práticas dos pontos de cultura. Os três principais esforços empreendidos nesta investigação foram: compreender os desafios enfrentados pelos pontos de cultura para formar empreendimentos culturais e realizar projetos produtivos de forma continuada e participativa; pesquisar a forma de organização e o sentido do trabalho associativo e em rede dos pontos de cultura e a relação com a sua sustentabilidade em uma concepção multidimensional; e analisar o papel do Estado em promover a diversidade econômica de iniciativas culturais voltadas ao desenvolvimento territorial e à autonomia comunitária.

A democratização do acesso à cultura, sua fruição com equidade e o seu tratamento como bem público, comum a todos, é um desafio e o horizonte que orientou e motivou esta pesquisa. Partimos da compreensão de que ações coletivas e comunitárias de produção cultural, baseadas em fortes laços identitários e de proximidade, organizados a partir do trabalho associativo, constituem importantes meios de organização social da cultura. A intencionalidade de focar a participação popular no desenvolvimento tem origem na hipótese de que o trabalho associativo na área artística e cultural pode apontar perspectivas de diminuição de um dos principais gargalos no mundo da cultura: a desigualdade de acesso aos bens e serviços culturais e também aos meios de produção cultural. Reconhecemos os limites e desafios do Estado em fomentar a diversidade econômica de práticas culturais comunitárias e do trabalho em rede na cultura. Buscamos, portanto, conhecer mais de perto os alcances e desafios do fomento público de atividades produtivas dos pontos de cultura e refletir acerca da promoção de sua sustentabilidade.

A análise da história recente e de processos em curso conferiu desafio especial à prática investigativa em tela. O exercício de aproximação e distanciamento foi efetuado constantemente ao longo dos quatro anos de estudo e pesquisa (2011 a 2015). A metodologia adotada foi a análise documental e a investigação qualitativa. Além da pesquisa bibliográfica, foram analisados os documentos da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura – SCDC/MinC relativos ao Prêmio Economia Viva. Essa pesquisa documental no arquivo do MinC foi realizada em duas visitas de aproximadamente três dias

cada uma. O primeiro acesso aos arquivos do Prêmio ocorreu em maio de 2013 e o segundo em agosto de 2014. Essa pesquisa documental contemplou a análise de todos os projetos e relatórios enviados pelas instituições premiadas no Economia Viva ao MinC, bem como os documentos institucionais relativos à gestão pública dessa ação. Tais documentos consistiram na avaliação dos projetos pela comissão de seleção; nos pareceres do Ministério sobre os relatórios enviados pelas instituições premiadas e na auditoria das premiações da SCDC/MinC realizada pelos órgãos de controle entre 2010 e 2012.

A pesquisa de campo foi realizada entre setembro e dezembro de 2014 e contemplou sete das doze iniciativas premiadas, a saber: Kula Tecelagem (Lauro de Freitas/BA); Bordados da Barra (Serro/MG); Rede de economia solidária, cultura e turismo de base comunitária (Cananéia/SP); Agência popular de fomento à cultura Solano Trindade (São Paulo/SP); Polo de Moda Produção Solidária Costurando Sonhos (Sabará/MG); Projeto Sustent'Habilidades: tecendo o próprio futuro (Nova Lima/MG) e o Projeto ESCAMBO (Recife/PE). A escolha dessas experiências levou em consideração a diversidade econômica dos projetos apresentados ao Economia Viva e a relação dessas iniciativas e instituições com a economia solidária. Buscou-se pesquisar experiências com maior interação no campo da economia solidária, com atividades econômicas variadas e desenvolvidas em rede. Por uma necessidade de otimização de recursos financeiros, foi preciso restringir a pesquisa a duas regiões do país. O nordeste e o sudeste foram as regiões escolhidas por reunirem o maior número de projetos premiados, o que favoreceu ampliar o universo de instituições pesquisadas. A relação dessas instituições, com a identificação dos pontos de cultura do qual fazem parte e o projeto apresentado ao Prêmio Economia Viva estão organizados no Apêndice A.

A pesquisa de campo em cada instituição contou com uma média de três dias, com variações de acordo com a disponibilidade dessas organizações em receber a pesquisadora e a amplitude da experiência pesquisada. As entrevistas foram realizadas com gestores da instituição proponente e com as pessoas envolvidas diretamente na execução do projeto do Economia Viva. A abordagem qualitativa seguiu um roteiro semiestruturado voltado à relação da instituição e do ponto de cultura com as políticas públicas, com a economia solidária e com o trabalho cultural em rede. As temáticas e questões orientadoras dessas entrevistas estão disponibilizadas no Apêndice D. No caso de instituições cujo projeto estava voltado à formação de empreendimentos culturais, foi possível também realizar conversas coletivas e, em alguns casos, mais informais, com os integrantes desses empreendimentos. Em Milho Verde, no município do Serro/MG, foi realizada uma entrevista coletiva com 15 das 19 bordadeiras que integram o empreendimento Bordados da Barra. Em Sabará/MG, as três

costureiras que compõem o empreendimento Costurando Sonhos foram entrevistadas. Nesses casos, a metodologia adotada foi de preenchimento individual de um questionário (Apêndice E) e pesquisa qualitativa no local de trabalho do empreendimento com abordagem de grupo focal, além de entrevistas semiestruturadas.

A pesquisa aqui apresentada está organizada em cinco capítulos, além de uma introdução voltada à contextualização das principais questões que permeiam este estudo. O primeiro capítulo trata das presenças e ausências da economia solidária nas políticas culturais brasileiras no período de 2003 a 2010. Nessa parte descrevemos como a economia solidária foi concebida e tratada no MinC, com o olhar para duas ações que trabalharam a partir dessa concepção, que foram o programa Cultura Viva e o programa de Apoio à Cultura: Extensão Universitária – Proext Cultura. Ao final desse capítulo e também do período contemplado no seu recorte temporal, abordamos a Cultura Viva Comunitária e sua formulação junto a pontos de cultura, instituições da sociedade civil e órgão públicos de cultura de diversos países da América Latina.

O período seguinte, de 2011 a 2014, é analisado no segundo capítulo “Deslocamentos e institucionalização do programa Cultura Viva”, quando ocorre um distanciamento das ações públicas de cultura e a economia solidária e é também quando há uma afirmação da economia criativa no âmbito das políticas culturais. Nesse capítulo são expostas algumas fragilidades do programa e as limitações dos mecanismos de fomento à instituições da sociedade civil, com um olhar mais atento às premiações na área cultural. O Prêmio Economia Viva é realizado nesse período e a descrição e a análise dessa ação pública é feita no capítulo seguinte: “Economia Viva: ação de fomento ou prêmio de reconhecimento?”.

O quarto e o quinto capítulos estão voltados às iniciativas premiadas e às experiências visitadas na pesquisa de campo. Inicialmente, reunimos uma descrição de cada projeto premiado com informações acerca dos alcances das ações executadas. Em seguida, no quinto capítulo e também nas considerações finais, avançamos no sentido de uma análise acerca da relação dessas experiências com a economia solidária. As ações culturais premiadas são analisadas a partir da articulação de diferentes dimensões da sustentabilidade nos territórios em que estão inseridas. Trabalhamos com uma concepção multidimensional da sustentabilidade, que nos permitiu analisar as experiências a partir dos alcances de sua sustentabilidade econômica, social, política, cultural, ambiental e de gestão.

Algumas questões perpassam o estudo de forma transversal: as formas de organização do trabalho cultural coletivo e em rede; a centralidade e a relevância da dimensão territorial e comunitária na organização social das ações dos pontos de cultura, bem como os desafios e as

dificuldades do Estado em fomentá-las. As nuances existentes em cada um desses aspectos foi objeto de análise e reflexão no estudo que aqui apresentamos.

INTRODUÇÃO

A sociedade da informação impulsionou modificações no processo de criação, produção, distribuição e consumo de bens e serviços culturais de forma acelerada nas últimas décadas. Essas transformações estão relacionadas mundialmente ao surgimento de novas infraestruturas tecnológicas de comunicação e aos câmbios sociais e culturais ocorridos com a reestruturação produtiva do final de 1980 e início dos anos 1990.

Segundo Boaventura (SANTOS, 2008; SANTOS e NUNES, 2003), testemunhamos a crise final da hegemonia do paradigma sociocultural da modernidade ocidental, e nessa transição paradigmática acentuam-se os limites para conhecer a inesgotável diversidade da humanidade. Por diversidade aqui nos referimos tanto à diversidade epistemológica do mundo, quanto à diversidade de experiências humanas, conhecimentos, saberes, economias e culturas. As versões dominantes do paradigma da modernidade transformaram essa infinitude da diversidade num obstáculo a dominar infinitamente. É nesse conflito que situamos o objeto da reflexão aqui proposta.

A globalização contemporânea ampliou e acelerou as zonas de contato e conexão entre diferentes modos de vida, economias, cosmovisões, sistemas políticos e religiões em todo o planeta. Esse processo ocorre no contexto contraditório entre universalismo e reducionismo, comportando dinâmicas homogeneizadoras e heterogeneizadoras. É uma integração que tem o poder de segregar e estratificar, pois ao mesmo tempo em que pluraliza, uniformiza. Como veremos adiante, a tecnologia joga um papel fundamental nesse processo, ao intensificar a velocidade e a escala da circulação de informações e conhecimentos, ou seja, de cultura.

Para visualizar essas contradições, pontuamos, por um lado, o processo de reconhecimento dos direitos culturais como direitos humanos vivenciado no mundo ocidental. Isso representa um avanço para a afirmação da diversidade de princípios, concepções e práticas de dignidade humana. A ampliação do contato entre especificidades locais estimula uma dinâmica virtuosa de produção de novas formas culturais, realçando os ciclos de troca e recriação próprios da cultura.

Por outro lado, na mesma esteira em que as economias nacionais tornam-se interdependentes, ocorre uma disseminação massiva de bens e serviços culturais. As múltiplas expressões simbólicas humanas tornam-se mais vulneráveis frente às tendências à oligopolização da produção cultural e à concentração da distribuição em um número restrito de corporações transnacionais que atuam em diversos segmentos da produção simbólica imaterial. Essa assimetria reforça a tendência de determinação do poder econômico na

uniformização cultural sob imperativos essencialmente comerciais, o que intensifica o conflito de civilizações em vez de favorecer uma cidadania universal baseada na diversidade.

Uma das características dessa mudança é a convergência entre diferentes segmentos e expressões artísticas na produção e criação cultural; atualmente é mais difícil tratar os setores das artes de maneira estanque e, embora cada um tenha suas especificidades, a transformação da sociedade mobiliza sua conexão e estimula interfaces na criação artística e na produção cultural.

No Brasil, a diversidade da produção cultural nacional imprime a multisetorialidade e a multidisciplinaridade como características da economia da cultura. Ao analisarmos o fluxo econômico da cultura, revela-se também a dinâmica cultural do processo produtivo, que é, ao mesmo tempo, uma questão política. São esses valores simbólicos da economia da cultura que nos interessam nesta reflexão.

Também situamos esta pesquisa no contexto da disputa de significados de noções como solidariedade, sustentabilidade e trabalho no universo da produção cultural e das políticas culturais. Para tanto, orientamos nossa análise a partir do que Evelina Dagnino (2005) chama de crise discursiva, ou seja, a partir da diluição das diferenças de sentidos entre projetos políticos profundamente distintos e uma redução dos princípios antagônicos de referências aparentemente comuns. Segundo a autora, esses deslizamentos semânticos são armas de uma disputa política que fragilizam o espaço público de participação da sociedade civil e, ao mesmo tempo, encolhem o Estado, transferindo suas responsabilidades sociais para a sociedade civil.

A confluência perversa concebida por Dagnino situa-se no fato de existirem dois projetos completamente diferentes – o neoliberal e a democratização nacional –, mas como ambos requerem uma sociedade ativa e propositiva, algumas referências tornam-se comuns e suas diferenças cada vez mais opacas. O fato de ambos projetos exigirem uma sociedade participativa, oculta as divergências fundamentais no tipo, escala, qualidade e condição dessa participação; sob uma aparente coincidência de vocabulário, obscurecem-se as distinções dos projetos e despolitiza-se o seu processo. O risco reside no fato de que o campo da prática política encontra-se minado e a participação da sociedade civil pode deslizar e servir a interesses e projetos antagônicos.

A redefinição neoliberal da noção de cidadania oferece talvez, segundo Dagnino, o caso mais dramático desse processo de deslocamento de sentido. A redução do sentido coletivo de cidadania para um entendimento individualista da noção é parte das transformações vividas. A conexão entre cidadania e mercado também é problemática, uma

vez que somada à tendência do Estado em ausentar-se de seu papel garantidor de direitos, o mercado passa a ser visto como uma instância substituta para a cidadania. A redução da cidadania à solidariedade é outro aspecto limitador da apreensão da noção, segundo a autora.

De modo geral, esses deslocamentos de sentido provocam uma despolitização dos conceitos e uma redefinição das próprias noções de políticas e de democracia estabelecidas e conquistadas no processo de democratização. Interessa compreender neste estudo em que medida esses deslizamentos semânticos também são encontrados em outras noções balizadoras da reflexão desta tese, como sustentabilidade, rede, solidariedade, colaboração e a própria noção de trabalho no campo cultural.

Devemos situar esta pesquisa no contexto da sociedade da informação, cujas características mais relevantes para o objeto desta análise são: a centralidade da cultura no processo produtivo; a substituição do setor manufatureiro pelo setor de serviços, com maior crescimento da concentração de mão de obra e de valor agregado; a evidência das desigualdades de acesso a recursos financeiros, técnicos e culturais; além do aumento da influência da cultura sobre toda atividade social e econômica. Em termos mais específicos, o contexto que também nos interessa neste trabalho, diz respeito aos desafios da democratização do Estado no exercício do acesso à cultura e aos meios de produção culturais. Trataremos disso um pouco mais adiante, mas é importante destacar aqui que mesmo com esse aumento da influência da cultura sobre as atividades da sociedade, as dificuldades para implementação de políticas públicas de promoção da diversidade cultural seguem vigentes.

O campo da cultura e da comunicação têm suas especificidades cada vez mais mescladas na sociedade da informação; ao mesmo tempo em que esses campos são estendidos e alargados, vemos as atividades culturais e comunicacionais cada vez mais integradas ao universo mercantil e industrial. O descolamento das redes de comunicação e os produtos e serviços que nelas circulam é um aspecto característico desse contexto que chama a atenção e o diferencia de outros períodos históricos.

O descompasso entre produção e distribuição de bens e serviços culturais é hoje um dos principais gargalos dos circuitos culturais. A concentração de canais de distribuição e fomento à cultura ocorre tanto em termos institucionais, quanto geográficos e não difere de outros setores de produção em áreas diversas como transporte, alimentação, logística, tecnologia, etc. Essa desigualdade na área cultural é um fenômeno mundial e se expressa por meio do controle de poucas empresas transnacionais e na concentração geográfica da distribuição de bens culturais nos grandes centros. Salientamos dois dados que ilustram e evidenciam as características dessa desigualdade: 70% do comércio de músicas no mundo é

controlado por 4 empresas (REIS, 2009) e, no Brasil, o sudeste concentra mais de 59% das salas de cinema do país (BRASIL, 2010c). Essa desigualdade e concentração também se reproduz no fomento público à cultura como veremos no primeiro capítulo.

É nesse contexto que a produção cultural e a distribuição se mesclam, configurando lógicas de concentração de recursos e poder. A expansão das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), por sua vez, contribuem para flexibilizar esse cenário com a produção e distribuição de bens e serviços em rede. Hoje há um número crescente de artistas e grupos de criadores e produtores culturais que criam de forma colaborativa e fazem circular sua produção artística muitas vezes impulsionados pelas ferramentas digitais. Cada vez mais a criação e a produção artística mobilizam circuitos próprios que envolvem também o financiamento, o consumo e a fruição cultural. O surgimento das redes de comunicação mediada por computadores e da digitalização da produção simbólica fez emergir práticas humanas que antes estavam limitadas pelas mídias de massa. Os novos paradigmas de criação, circulação e consumo cultural multiplicaram as possibilidades de produção, edição, veiculação e captação de conteúdos digitais. Isso não só diversificou a ressonância da criação cultural, como contribuiu para a experimentação de uma cultura de rede que reorganiza as relações sociais, econômicas e políticas.

Esse processo de expansão das TICs e o seu impacto na produção e distribuição de bens e serviços culturais provoca tensões que também configuram o contexto da análise que faremos aqui. Trata-se de contradições entre as possibilidades de desconcentração de poder e a cultura concentradora característica da lógica de acumulação da sociedade capitalista. O recorte do nosso estudo está voltado às manifestações dessas contradições no campo da produção econômica dos pontos de cultura, organizações da sociedade civil contempladas em editais públicos de fomento. Isso toca diretamente os alcances e desafios do Estado em democratizar o acesso à produção cultural, em reconhecer e promover a diversidade econômica das práticas dos pontos de cultura e em incentivar sua sustentabilidade.

Assim como a diversidade das expressões culturais da humanidade é infinita, sua reprodução também o é, o que não provoca perda ou desgaste do original. O conhecimento e a informação, isto é, a cultura, operam no terreno da abundância e não sofrem a escassez ou o desgaste dos bens materiais. A produção simbólica da humanidade quando passa a ser digitalizada e transferida pelas redes informacionais têm suas trocas dinamizadas, aceleradas e descentralizadas. O compartilhamento e a troca de arquivos, softwares, vídeos, músicas outros produtos culturais permitem a recriação dos bens simbólicos, por meio da remixagem, da cópia, da colagem e de toda forma de criação derivada.

A expansão da comunicação mediada pelos computadores fez com que as máquinas acumulassem usos diversos ao longo de sua história – do seu surgimento como processadores de informações, os computadores passaram a ser máquinas de comunicar e hoje tendem a ser telecomunicadores e alcançam o universo da mobilidade. A internet provocou uma mudança radical no paradigma da comunicação e da cultura, por meio de sua lógica descentralizada e colaborativa.

Contudo, a desigualdade de acesso à cultura digital no mundo ainda representa um limite para a expansão ampla e planetária desse tipo de comunicação em rede. Conforme dados da Internet World Stats, instituição que acompanha o uso da internet no mundo, ao final de 2014 a falta de conexão atingia mais de 57% da população mundial¹. No entanto, sabemos que o acesso à conexão em rede é uma faceta das dificuldades e desigualdades enfrentadas na comunicação digital; os embates pelo controle e pela reconfiguração da rede são disputas culturais e políticas, estão na origem e no desenvolvimento da rede e não são disputas neutras, nem apenas técnicas, mas ideológicas.

Apesar das adversidades enfrentadas para garantir banda larga disponível a toda população, a ação colaborativa em rede possibilita soluções técnicas para diminuir este abismo de conectividade. Atualmente, as redes de comunicação viral intensificam essa possibilidade de descentralização da conexão ao constituírem redes que não possuem uma infraestrutura de comunicação, mas onde cada computador conectado passa a funcionar como uma antena retransmissora de sinais e a ser uma ponte de comunicação; cada computador conectado a essa rede é simultaneamente um hospedeiro e um reproduzidor do fluxo de comunicação. Cada pessoa conectada à rede torna-se simultaneamente um usuário e um produtor de conteúdo, um cliente e um servidor. Essa arquitetura de rede permite o compartilhamento de informações sem necessariamente passar por um servidor central; é isso que fundamenta a cultura ponto-a-ponto, ou P2P, e evidencia que quanto mais distribuída for uma rede, mais interatividade ela terá.

Essas novas perspectivas para o acesso à informação e ao conhecimento não representam igualdade ou simetria nas relações de poder, mas apontam para uma desconcentração de poder nas redes. A atenção e o interesse na rede giram cada vez mais em torno de ideias inovadoras e soluções tecnológicas criativas que podem ser criadas por qualquer pessoa conectada à rede, o que faz com que os grandes grupos de mídia e entretenimento tenham que reorientar suas atividades, e inovar para manterem a sua influência. Sobre essa disputa, Silveira (2007) faz a ressalva de que essa desconcentração do

1 <http://www.internetworldstats.com/stats.htm>

poder comunicacional pela interatividade não implica o domínio sobre a esfera pública ou a manipulação da opinião, mas representa maior ou menor possibilidade de influir, o que pode gerar maior ou menor produção de informações e de conteúdos, maior ou menor incidência política. O autor resume os componentes antagônicos dessa ambivalência da rede tendo como referência a liberdade no seu uso e em sua evolução tecnológica: enquanto há tendências que desejam aprofundar a liberdade de fluxos e a produção do comum, ampliando os espaços públicos, a liberdade e o domínio público de conteúdos, há tendências que querem contê-la em um processo econômico baseado na apropriação privada do conhecimento, dos bens imateriais e dos espaços por onde transitam esses fluxos.

Os contextos da cultura de rede acontecem na tensão entre as lógicas de conservação da ordem e as lógicas de subversão da ordem. No universo circunscrito desta reflexão, a ordem que se tenta conservar são os modelos de concentração de riquezas e as estruturas de propriedade típicas do modelo capitalista e industrial; as lógicas inovadoras correspondem à produção do comum, às práticas humanas de interação, compartilhamento e produção colaborativa. Essas duas lógicas coexistem nas redes que passam a ser estratégicas para o desenvolvimento de ambas. É aí que situamos a ambiguidade dos contextos da cultura concebida nesta pesquisa.

Os valores que fundamentam a sociedade da informação são os mesmos que lhe conferem sentido, que lhe dão finalidade, como é o caso da horizontalidade das relações em rede; da liberdade de criação e de acesso à cultura; da ética do compartilhamento; da democracia cultural; do potencial ilimitado da tecnologia digital; da diversidade cultural; dentre outros. E é a partir disso que podemos afirmar haver uma relação direta entre a sociedade da informação e o desenvolvimento, embora seja necessário reconhecer tratar-se de um conceito e de uma relação em disputa. O capitalismo informacional, a sociedade do consumo e o capitalismo cognitivo também estão marcados pela precarização do trabalho, pela desigualdade, pela emergência de novas elites técnicas e de novos princípios de estratificação social. Ao mesmo tempo em que a sociedade da informação aproxima o desenvolvimento de valores como a liberdade, as ambiguidades do contexto atual também trazem outros sentidos e práticas que, em grande medida, têm relação direta com valores diferentes e contraditórios a esses.

Ao caracterizar a era da informação e abordar sua configuração em diferentes realidades sociais, Castells (1999) identifica que a geração de riqueza, o exercício de poder e a criação de códigos culturais passaram a depender da capacidade tecnológica das sociedades e dos indivíduos. As tecnologias da informação tornaram-se, assim, ferramentas indispensáveis

para a implantação efetiva dos processos de reestruturação socioeconômica. No entanto, a tecnologia da informação está globalizada de forma assimétrica e o acesso a novas fontes de conhecimento e aplicações é garantido às empresas e instituições pela interligação das redes de tecnologia da informação. O capitalismo informacional conta com a produtividade promovida pela inovação e a competitividade voltada para a globalização, a fim de gerar riqueza e apropriá-la de forma seletiva. Está, mais do que nunca, inserido na cultura e é equipado de tecnologia, agindo sobre conhecimentos e informação em uma rede recorrente de intercâmbios conectados em âmbito global. O capitalismo informacional global caracteriza-se por promover simultaneamente processos divergentes e contraditórios de desenvolvimento e dependência, de inclusão e exclusão social.

No que diz respeito à produção do conhecimento na era da informação, Castells destaca o paradigma da tecnologia da informação, cujo processo é pautado pelo “aprendizado na prática” – processo de inovação espontânea pelo uso e interação em rede, considerado vital para o estímulo à inovação tecnológica no ocidente. A transformação estrutural multidimensional do informacionalismo pode ser observada nas relações de produção, de poder e de experiência. Segundo o autor, a mudança mais fundamental das relações de experiência na era da informação é sua passagem para um padrão de interação social construído, sobretudo, pela experiência real da relação. A atuação em rede é aspecto chave para analisar a sociedade e a cultura na contemporaneidade. A cultura compreendida como fonte de poder e o poder como fonte de capital são a base da nova hierarquia social da era da informação (CASTELLS, 1999).

As tecnologias da informação e a capacidade cultural de utilizá-las são aspectos fundamentais no desempenho da produção. O processo de trabalho característico da sociedade em rede parte da desindustrialização, da individualização e integração em rede. Segundo Castells (1999), na sociedade em rede, a unidade produtora formada pela cooperação entre vários trabalhadores individuais inseparáveis apresenta maior sustentabilidade e garantia dos direitos aos trabalhadores organizados em rede. Isso aponta para a importância do trabalho em rede e da interação para a construção de relações de confiança, e para o desenvolvimento conjunto de atividades, projetos, obras, bens e serviços. É nessa perspectiva que neste trabalho utilizaremos o termo sociedade em rede para tratar da complexidade da sociedade na contemporaneidade.

Falar em cultura e, mais especificamente, em economia da cultura é abordar a criação, a produção, a distribuição e o consumo de bens e serviços culturais, com foco voltado ao

projeto de desenvolvimento impulsionado nesse processo produtivo e de comercialização. A centralidade ocupada pela cultura na sociedade no século XXI torna evidente sua relação intrínseca com o desenvolvimento e, assim como a cultura permeia e ultrapassa a dimensão da economia política, ela se insere no tecido social e o atravessa. A centralidade da cultura na globalização pode ser explicada pela sua influente importância econômica e política, mas entendemos que ela é mais do que isso, ao representar o espaço privilegiado de articulação dessas dimensões e da reprodução das relações sociais. A cultura ao ser concebida como finalidade própria do desenvolvimento, atua transversalmente nessa interpenetração global, representando o campo em que suas contradições políticas e econômicas são articuladas e ressignificadas.

É importante destacar que o desenvolvimento aqui não está sendo pensado prioritariamente sob a ótica do crescimento econômico, mas fundamentalmente na perspectiva do desenvolvimento humano. Interessam para este estudo as diversas dimensões do desenvolvimento, a intersecção de seu caráter socioambiental, político, econômico e cultural. Mais do que medir o aumento de renda gerado pela ação pública aqui pesquisada, interessa compreender seus alcances em termos da promoção da autonomia das pessoas e grupos envolvidos; os mecanismos de gestão participativa utilizados; o envolvimento comunitário; os desafios de aprendizagem encontrados na formação de empreendimentos solidários na área cultural. Situamos, portanto, o foco da reflexão na compreensão dos valores e condições de vida que se revelam significativos na produção cultural associativa baseada no compartilhamento de conhecimentos e do processo produtivo.

A expansão de capacidades gerada a partir da criação, da produção e do acesso a bens e serviços culturais são também expressões da própria cultura e compõem a abordagem que priorizaremos neste trabalho. Dentre as manifestações do desenvolvimento humano que revelam sua relação intrínseca com a cultura, podemos identificar o aumento da qualidade de vida, a expansão do acesso à educação de qualidade, a melhoria das condições de vida, o alcance de diferentes oportunidades de trabalho, o aumento da liberdade para escolher viver e fruir de bens e serviços que se considera importantes, a participação da vida em comunidade e a afirmação de direitos.

O desenvolvimento é pensado aqui a partir da perspectiva proposta por Amartya Sen que considera a liberdade e a participação popular como valores inerentes ao desenvolvimento. Nesta concepção, o desenvolvimento é compreendido como expansão da liberdade de escolha das pessoas e enquanto expansão das oportunidades para elas refletirem sobre essas escolhas (SEN, 2000). Ao conceber as liberdades dos indivíduos como um

produto social e elemento constitutivo básico do desenvolvimento, o autor explicita haver uma via de mão dupla entre a expansão das capacidades das pessoas escolherem levar o tipo de vida que elas valorizam e as políticas públicas. Ao mesmo tempo em que existem disposições sociais para expandir as liberdades individuais, o uso dessas liberdades, por sua vez, torna as disposições sociais mais apropriadas e eficazes, além de melhorar a vida individual de cada pessoa.

Inspirado nessa concepção de desenvolvimento, o trabalho aqui apresentado também buscou compreender como são construídas as condições de igualdade de oportunidade no fomento público a projetos culturais comunitários realizados por pontos de cultura e organizações da sociedade civil. A igualdade de oportunidades nos processos de desenvolvimento mobilizados na área cultural por esses grupos e comunidades também é foco de reflexão; não apenas o fomento público, mas a gestão de processos locais de desenvolvimento, os valores construídos e vivenciados nessas práticas importam para esta pesquisa. E isso nos obriga a ampliar o escopo da reflexão acerca do tema da igualdade de oportunidades e compreender que, em se tratando de comunidades populares, periféricas e alternativas à lógica capitalista, o desafio está em promover a *paridade* nos processos de desenvolvimento, de participação da vida cultural e de promoção do direito à produção cultural.

É preciso explicitar que as liberdades relacionadas ao mercado devem ser complementadas com as liberdades oriundas da organização social desvinculada do mercado. E por mercado aqui nos referimos ao mercado capitalista, orientado pela produção de *commodities* e pela financeirização das relações. Não estamos interessados neste estudo em mensurar os valores comerciais, mas em identificar os valores públicos, de construção e preservação do bem comum, dos valores essenciais à vida e à sua reprodução. Nesta abordagem propomos realçar a relação de complementariedade que conecta e combina o mercado às oportunidades sociais, às possibilidades de cooperação, aos laços de reciprocidade e às liberdades vinculadas à produção coletiva e ao trabalho em rede.

Também conhecida como sociedade do conhecimento, as características de sua configuração complexa derivam de uma convergência entre a economia, a cultura e a tecnologia, no qual os conteúdos criativos passam a ocupar lugar privilegiado. Ela expressa um contexto em que o conhecimento e a informação (ou seja, a cultura) são as energias geradoras da sociedade, ao mesmo tempo em que são seu principal beneficiário, colocando em destaque e disputa os bens comuns vinculados ao conhecimento, que passam a ser vistos como valor agregado imaterial.

No âmbito do trabalho pós-fordista, a tradicional precarização do setor cultural historicamente flexível e informal favorece uma economia que busca aliar a redução de encargos trabalhistas ao aumento de produtividade. As qualidades exigidas aos trabalhadores em diversos setores da economia são as mesmas que caracterizam o setor cultural há muito tempo: criatividade, flexibilidade e polivalência, imaginação, inovação, para citar alguns. Em uma primeira leitura, podemos interpretar que a forma de organização econômica da cultura foi expandida para o restante da economia; mas a tendência maior é ver que a economia, de modo geral, passou a operar de forma mais fragmentada e desregulada. O que nos faz perceber que a precariedade historicamente identificada à organização do setor cultural, hoje é uma característica da economia pós-fordista.

Nesta sociedade em que a dimensão imaterial alcança tanta centralidade pela expansão do digital, inclusive no mundo dos negócios, é importante perguntar-nos as razões e os alcances desse contágio entre a economia e a cultura. Arriscamos algumas interpretações. Certamente a cultura recobre a economia de prestígio e legitimidade, principalmente quando o consumo passa a ser guiado pela eficácia simbólica dos produtos e serviços, e extrapola a satisfação das necessidades básicas. A diversificação da produção cultural passa então a ser conduzida e promovida de acordo com a segmentação sistemática de consumidores, e esta, por sua vez, ocorre por meio da criação de nichos de mercado a partir de gostos, status, interesses, tendências, aspirações, valores e estilos de vida.

Nessa mesma esteira, valores simbólicos e o caráter da funcionalidade se combinam, o que subordina os valores estéticos aos valores de troca. Os produtos e serviços culturais passam a ter mais êxito e reconhecimento quanto mais unirem seus valores expressivos e culturais com o valor comercial. Ou seja, a produção cultural do século XXI precisa ser bonita e útil; ter estilo e qualidade; ser inovadora e funcional. Mas não basta ter um valor expressivo, original, criativo e cultural; não basta além disso ser funcional e útil; é preciso que os produtos e serviços culturais sejam capazes de vender esses valores. É nesse contexto que setores como design, publicidade, marketing, moda e arquitetura ganharam relevância e foram alçados à condição de indústrias criativas, ou setores criativos.

Do lado da cultura, podemos identificar um certo desequilíbrio entre as vantagens e os riscos dessa aproximação com a economia. O aumento da importância da cultura no mercado é notório, principalmente quando ela é transformada em uma *commodity*; o aumento de visibilidade da cultura ao catalisar todo o conjunto da economia no processo de digitalização também é significativo. No entanto, um olhar crítico é imprescindível para ver os limites dessa lógica de legitimação da cultura por considerações econômicas. Esse processo que

converteu a cultura em um item a mais da economia, por mais importante e central que seja, corre o risco de reduzir também a cultura à criatividade e à inovação de sua produção. A cultura passa a ser mais entendida e valorizada, desde a economia, de maneira instrumental, como um meio para a diversificação e o crescimento, enquanto setores produtores de riqueza.

Esse processo de “culturalização da economia” (YÚDICE, 2004) é caracterizado pela influência da cultura em toda atividade social e econômica, na produção material de modo geral, mas ultrapassa essa dimensão quando a cultura passa a ser um recurso intermediário no processo de consumo e produção de setores não-culturais. Isso ocorre quando a cultura se converte em um *input* criativo, uma fonte de inovação, um insumo, e perde força a sua especificidade cultural, a compreensão da cultura como fim e não como meio do desenvolvimento. Ao ser absorvida no âmbito do mercado, enfraquece-se a dimensão cidadã da cultura, seu valor social é tingido pelos valores comerciais de exportação, patentes, inovação, competição. Seu contexto é diluído e sua potência produtora de identidade é olvidada. Fica diminuída, assim, a possibilidade da cultura aportar outros valores singulares, em defesa da diversidade, do pluralismo, da desconcentração, da distribuição e da democracia.

A expansão das TICs e o impacto da digitalização na produção cultural também têm relação direta com o surgimento do conceito de economia criativa e a melhor forma de compreendê-lo é situando-o no universo da sociedade em rede. Originalmente chamada de indústrias criativas, o termo teve origem no Reino Unido, no final da década de 1970 e expressou o interesse desse país em se reposicionar economicamente por meio da identificação de novos setores para firmar sua competitividade num mercado cada vez mais globalizado.

O período de gestação das indústrias criativas remonta a um momento marcado pelo aumento da incidência privada na gestão dos serviços públicos, pela desregulamentação das políticas e pelo deslocamento do Estado ao mercado. O aumento do peso econômico dos serviços enquanto setor dominante fez com que a economia criativa passasse a ser vista como futuro do crescimento do emprego e dos lucros de exportação não só no Reino Unido, como também no restante da Europa. Foi na década de 1990 que a maioria das políticas para as indústrias criativas se desenvolveu e ganhou relevância em países como Austrália, Nova Zelândia, Canadá, Estados Unidos, França, Reino Unido, dentre outros.

O principal aspecto distintivo das indústrias criativas em relação à indústria cultural é o destaque dado às funções secundárias, utilitárias e funcionais dos bens e serviços culturais que passam a ter maior peso econômico nas indústrias criativas. Isso fica evidente na

incorporação de setores como design, moda, softwares informáticos e publicidade na indústria criativa, e no deslocamento do discurso da cultura para a criatividade. É característico desse processo a ampliação da difusão da dimensão cultural de bens materiais em geral.

No final da década 1990, o Reino Unido delineou o perímetro das indústrias criativas em um conjunto de 13 setores que foram mapeados e tiveram seus dados quantificados pelo Ministério da Cultura britânico no Creative Industries Mapping Document de 2001. Os 13 setores considerados como integrantes das indústrias criativas pelo Reino Unido são: publicidade; antiguidades, arquitetura, artesanato, design, moda, cinema e vídeo, música, espetáculos ao vivo (performing arts), livros e periódicos, software profissional e de entretenimento, rádio e televisão (DCMS, 2001).

Esse mesmo documento, que virou uma referência para outros países, define as indústrias criativas como um “conjunto de indústrias com origem na criatividade individual, na habilidade e no talento; e com potencial para a geração de riquezas e empregos e por meio da exploração de sua propriedade intelectual” (DCMS, 2001, p. 3). Nessa definição fortemente economicista, o valor simbólico e expressivo da cultura é reduzido à sua capacidade de movimentar a economia; de gerar bens e serviços exportáveis; de produzir patentes e de valorizar o talento individual.

Esses 13 setores apresentam diferenças e variações entre si, há inclusive atividades muito diversas dentro de um mesmo setor e, apesar do termo fazer referência à indústria, ele comporta setores que nem sempre são industriais, como o artesanato, os equipamentos e os serviços. De modo geral, porém, todos esses setores (que na língua inglesa denominam-se indústrias) possuem um mesmo modelo comercial orientado pela criatividade e inovação de produtos e serviços com valor expressivo e de mercado. O que está em jogo é gerar conhecimento e emoção junto a novas transações comerciais.

A escolha de setores e atividades que conformam as indústrias criativas é intencional e eminentemente política. A inserção dos softwares teve a finalidade clara de fortalecer a proteção ao copyright e de impactar a geração do PIB das indústrias criativas. Ao analisar as origens e implicações das indústrias criativas no Reino Unido, Nicholas Garnham (2001) demonstra como a integração do setor do software às indústrias criativas atendeu reivindicação e pressão antigas da indústria de software para obter a extensão da propriedade intelectual a seus produtos, além de favorecer parcerias e alianças com empresas.

O aumento do PIB também fica evidente em análises como a de Gaëtan Tremblay (2011) que revelam como setores do software e do design representam uma proporção do PIB muito maior do que a edição, televisão, música, cinema e artes cênicas juntos. Isso nos

permite também refletir sobre a diferença entre as indústrias culturais e as indústrias criativas no que diz respeito ao volume de negócios, às taxas de crescimento econômico e ao peso político atribuído a cada uma delas. Certamente o impacto econômico da criação de software informático, dos jogos eletrônicos, de serviços interativos em rede e acessíveis na internet é maior nesse quesito do que as atividades artísticas tradicionais. No Reino Unido, segundo dados do Mapping Document de 1998, as atividades tradicionalmente identificadas com as indústrias culturais constituíram apenas um terço do montante de recursos movimentado pelas indústrias criativas (DCMS, 1998). Outro dado que também chama a atenção e ajuda a compreender o crescente interesse voltado à economia criativa é o da indústria do copyright norte-americana. Essa economia envolve a produção e a distribuição de bens que incorporam a propriedade intelectual, como as indústrias do audiovisual, fonográfica, editorial e do software. Em 2012 nos Estados Unidos, essa economia foi responsável por movimentar 11,25% do PIB, o que representa valores acima de U\$ 1,70 trilhões (IIPA, 2013).

No Brasil, as indústrias criativas passaram a ocupar a agenda pública ao final dos anos 2000 e a Secretaria de Economia Criativa foi institucionalizada em 2012 no Ministério da Cultura. O termo economia criativa foi priorizado e seu recorte setorial teve como referência a nova versão do Marco de Estatísticas Culturais, da UNESCO, documento de 2009 que organizou os setores criativos em três categorias: nucleares, relacionados e transversais. Os setores criativos nucleares englobam patrimônio natural e cultural; espetáculos e celebrações; artes visuais e artesanato; livros e periódicos; audiovisual e mídias interativas; design e serviços criativos. Os segmentos relacionados são aqueles que não são essencialmente criativos, mas impactam-se diretamente por eles, como turismo, esportes e lazer. Além deles, a UNESCO e o Plano da Secretaria de Economia Criativa concebem mais 4 setores transversais: patrimônio imaterial; educação e capacitação; registro, memória e preservação; equipamentos e materiais de apoio aos setores criativos nucleares e relacionados (BRASIL, 2011d; UNESCO, 2009).

Apesar de seguir marcos internacionais para definição do escopo dos setores criativos no Brasil, é importante reconhecer um esforço de “tropicalizar” o conceito de economia criativa na formulação de suas ações públicas nacionais. Ao contemplar a economia criativa brasileira na intersecção entre sustentabilidade, diversidade cultural, inovação e inclusão social (BRASIL, 2011d) temos um exemplo de abordagem que ultrapassa uma concepção apenas voltada à propriedade intelectual. Veremos ao longo deste trabalho, como foi o diálogo dos pontos de cultura e do programa Cultura Viva com a economia criativa, a criação da

perspectiva de uma economia criativa de base comunitária, bem como a relação entre economia solidária e criativa.

No Marco de Estatísticas Culturais da UNESCO (2009), os jogos eletrônicos, softwares, aplicativos e conteúdos digitais são denominados novos segmentos da economia criativa e sua produção está contemplada no setor criativo nuclear do audiovisual e das mídias interativas. No entanto, por serem considerados elementos de infraestrutura e instrumento de apoio à produção de conteúdos, integram também o setor transversal relativo aos equipamentos e materiais de apoio aos setores criativos nucleares e relacionados. Eles também são responsáveis pela expansão da economia criativa no Brasil, como podemos ver no resultado da pesquisa de serviços de tecnologia da informação, realizada em 2009 pelo IBGE, com 1799 empresas de Tecnologia da Informação – TI com 20 ou mais pessoas ocupadas. A pesquisa revelou que apenas três produtos/serviços foram responsáveis por quase metade do total da receita bruta dessas empresas. O desenvolvimento e licenciamento de uso de software customizável próprio produzido no País, a consultoria em sistemas e processos em TI e o software sob encomenda (projeto e desenvolvimento integral ou parcial) geraram uma receita de R\$ 16,9 bilhões, o que representa 43% da receita bruta de produtos/serviços do segmento de TI pesquisado (IBGE, 2011).

A confluência da indústria das TICs com as indústrias criativas contribuíram enormemente para a expansão do copyright nos mais diversos campos da vida social e individual. Além dos softwares, o copyright expandiu-se aos produtos farmacêuticos, às bases de dados, à criação artística, dentre outros, levando consigo as perversas consequências da propriedade privada do conhecimento, além de distanciar a cultura do domínio público tradicional e da atuação das organizações da sociedade civil.

A criatividade e a inovação são afirmados como as principais forças motoras dessa economia “criativa” que tentou se difundir como uma nova economia, enquanto elemento vital de um novo modelo de desenvolvimento. Contudo, experiências como a do Reino Unido revelam que a economia criativa não necessariamente inova no modelo de negócios. Nos países onde a economia criativa está mais consolidada e se tornou política pública, ela segue o mesmo modelo comercial e capitalista voltado ao crescimento econômico, agora com mais ênfase no setor cultural. A economia criativa transformou a criatividade em um recurso econômico e é por isso que a gestão da criatividade tornou-se sua característica primordial e aspecto crucial de seu desempenho. O tributo à criatividade conferiu visibilidade e legitimou todo um conjunto de atividades diferentes e diversas como essencialmente culturais no mesmo movimento em que mergulhou a cultura na sociedade de mercado.

O que ocorre com a inovação não é muito diferente – ela também passa a ser um elemento essencial da engrenagem da economia criativa e da sociedade em rede. A criação de novos produtos e serviços geram, por sua vez, novos mercados – a inovação e a competição, portanto, caminham juntas. O crescimento da economia criativa e a expansão do setor informacional e das TICs certamente foi motivado pela preocupação empresarial por mais mercados e não pelo aparente aumento da importância e da relevância da cultura.

A criatividade não é exclusiva e específica do trabalho cultural, ela diz respeito à imaginação e ao pensamento, utilizada em todo trabalho. Embora a criatividade tenha sido vendida no mundo ocidental, cada vez mais globalizado, como sendo uma categoria universal, de todos os seres humanos, podemos afirmar que há contextos que favorecem e dificultam sua profusão. Se todos nascem igualmente providos de criatividade, o seu desenvolvimento nem sempre ocorre de maneira tão equitativa. O acesso a recursos tecnológicos e o desenvolvimento das capacidades criativas, por sua vez, não possuem relação causal, ou seja, nem toda pessoa que disponha de acesso a recursos tecnológicos têm habilidade para produzir conteúdos multimídia; além do mais, a distribuição do acesso aos recursos tecnológicos varia muito entre classes sociais, entre localidade e gerações.

Outro aspecto importante de ressaltar refere-se ao fato de que todas essas transformações provocadas pela sociedade da informação correspondem a um processo mais amplo de reformulação das capacidades produtivas e reprodutivas do sistema social. A difusão massiva da produção cultural proporcionada pela expansão das TICs não impacta apenas no âmbito da produção ou da distribuição de bens e serviços, mas na própria forma de organização da cultura, o processo de produção de sentido que é digno da cultura. Os benefícios em termos de socialização, criação de vínculos, apropriação da cultura e desenvolvimento de valores de compartilhamento do conhecimento também são potencializados pela expansão digital.

A cultura do compartilhamento contribui para a difusão de conhecimento e da informação e para a valorização do conteúdo aberto da cultura por meio de licenças livres (creative commons e copyleft). Dentre seus alcances políticos, podemos identificar que a cultura do compartilhamento também contribui para mobilizações de manifestações em defesa do comum e para a promoção de iniciativas de participação social digital e de governo eletrônico. A cultura do compartilhamento também tem relação direta com o que concebemos neste estudo enquanto trabalho em rede – ambos tratam de iniciativas de autonomia coletiva, de grupos, organizações e comunidades poderem legislar de acordo com as suas próprias regras. A cultura do trabalho em rede, por sua vez, favorece a ativação de algumas lógicas

sociais de singularidade democrática, como é o caso da criação de comuns, de práticas associativas de autogestão criadora e iniciativas comunitárias de desenvolvimento territorial.

Mas o âmbito subjetivo dos valores é cambiante e contraditório. As lógicas de conservação da ordem também se fortalecem e incrementam nesse contexto de expansão das liberdades democráticas proporcionada pelas TICs. O sistema de acumulação por despossessão e o comportamento predatório das elites concentradoras impulsionam o caráter destrutivo do capitalismo. A criatividade financeira, que faz com que o capital fictício opere numa economia de cassino, banaliza o valor questionador da cultura de forma a oprimir a capacidade que a cultura tem de gerar respostas rápidas e reações profundas.

Essa lógica perversa da sociedade de mercado que é chamada de capitalismo cognitivo ou informacional, não fica satisfeita em reforçar o caráter funcional ou utilitário da cultura e de priorizar o valor de troca em detrimento do valor de uso dos produtos e serviços culturais. Além de deslocar a atenção do conteúdo aberto e livre da cultura às suas formas e às estratégias de marca de seus produtos, a relação entre os produtores culturais e os consumidores também passa a ser uma ferramenta de controle.

Ilude-se quem acredita que isso pode favorecer ou dar mais relevância ao criador em vez do intermediador. Por se tratar de um setor cujos custos fixos de produção são muito altos e os custos de reprodução e distribuição baixíssimos, caracteriza-se por uma economia de escala. No entanto, o caráter incerto da demanda favorece as grandes corporações que podem investir em economias de escala e assumir os riscos da imprevisibilidade da demanda. Essas corporações que concentram os mercados globais de conteúdos culturais, concentram também o poder de estabelecer contratos em condições assimétricas e desiguais com os criadores originais. Por meio desses contratos, os chamados trabalhadores criativos transferem os direitos, e o que derivar-se dele, à corporação empregadora (GARNHAM, 2011).

As características do mercado da cultura acompanham a complexidade da cultura e a volatilidade da economia. Por ser próprio do campo da cultura o processo permanente de definição e redefinição dos sentidos, há uma dificuldade de prever os gostos e escolhas que orientam o consumo cultural; muitas vezes o gosto por cultura se forma e se manifesta no próprio processo de consumo, é na e a partir da experiência de experimentar e vivenciar a cultura, que descobre-se o gosto por ela. As constantes exigências por novidade e renovação são próprias do campo cultural e também do mercado, com características e dinâmicas específicas de cada um desses campos. As produções culturais passam, então, a acompanhar esse panorama mutante e a isso atribui-se o caráter de imprevisibilidade e rápida obsolescência da economia criativa. A demanda aleatória e incerta por produtos e serviços

culturais faz com que o consumo adquira as mesmas características do mercado, é volátil, competitivo e fragmentado.

No entanto, interessa-nos uma característica distintiva do consumo cultural que diz respeito à sua dimensão imaterial e intangível. Ao consumir um produto cultural, este não é destruído, não há necessariamente uma apropriação material que elimina a obra. Isso é uma característica dos bens públicos, do caráter comum da cultura, que é aberta e livre; seu consumo tem relação direta com o acesso e o compartilhamento. A reprodução digital e o uso das redes de comunicação favorecem as trocas, diversificam as formas de comercialização de produtos, afetando, inclusive, o seu processo de industrialização.

Isso pode ser entendido – e certamente o é pelos economistas – como um aspecto vulnerável da economia da cultura, mas sobre outro ponto de vista, é a sua principal força. É por meio do uso e difusão das TICs que esse sistema de trocas torna-se possível, operando segundo a lógica da abundância, em que o compartilhamento de um bem, produto, serviço ou conhecimento não requer sua apropriação privada, e muito menos sua destruição, mas sua multiplicação, o que, por sua vez, favorece a renovação da vida cultural.

Os bens e serviços culturais geram trabalho e renda, criam cadeias produtivas diversas, articulam-se em redes e movimentam a economia do país. No entanto, sabemos também que o outro lado dessa moeda não envolve apenas bens econômicos tradicionais e apresenta a necessidade de complementação com outra forma de valor, com seus componentes simbólicos, como a criação de vínculos sociais, a participação política, a sociabilidade, a autonomia, o controle social, a identidade e a educação. A cultura é um bem público que, embora ainda não seja de livre acesso, reúne valores diversos e muitas vezes contraditórios. Esses valores apontam para a compreensão de como se constroem a oferta e a demanda dos bens culturais em contextos diversos, inclusive e especialmente naqueles que não seguem a forma de organização social da indústria e não estão inseridos na lógica centralizada de mercado e da propriedade privada.

A economia da cultura reúne experiências nos mais diversos elos de seu sistema que são intangíveis, o que dificulta sua exclusiva mensuração econômica em termos financeiros. Ao abordar o sistema produtivo na área cultural é importante alargar a perspectiva das cadeias produtivas e considerar redes que mobilizam ciclos integrados de criação, produção, distribuição, comercialização, consumo, crédito, formação, memória e gestão de bens, serviços, práticas e saberes na área da cultura. Acreditamos que cada elo desse sistema mobiliza a economia da cultura.

O processo criativo não pode ser instrumentalizado nem reduzido a mercadorias para o consumo, embora não se negue a importância de seus impactos econômicos. É igualmente necessário considerar que essa produção cultural também movimenta um conjunto de sujeitos e redes sociais, calcados em identidades territoriais, e que muitas vezes se organizam em sistemas produtivos com lógicas próprias de funcionamento, alimentadas por relações solidárias e cooperativas, que nem sempre são mensuráveis em estudos e pesquisas econômicas nacionais. É nessa brecha que situamos a economia solidária que abordaremos a seguir

Cultura de rede e trabalho criador

Para compreender a cultura de rede, precisamos remontar ao surgimento da internet e aos valores que inspiraram e orientaram esse processo. Baseada na liberdade dos fluxos de conteúdos, nas fontes abertas do sistema operacional e no trabalho colaborativo, a internet é a base organizativa da cultura de rede. Para Castells (2001), há quatro camadas da cultura da internet que, juntas, convergem para constituir a liberdade disseminada na rede: a cultura tecnomeritocrática; a cultura hacker; a cultura comunitária virtual e a cultura empresarial. Abordaremos a seguir a relação entre elas.

A fonte aberta do software é uma característica tecnológica determinante no desenvolvimento da internet e sua origem está atrelada à cultura tecnomeritocrática enraizada na academia e na ciência. Isso ocorre não apenas pelo fato da internet ter surgido dentro das unidades de pesquisa universitárias, mas por ter sido influenciada por seus valores de “reputação por excelência acadêmica, do exame dos pares e da abertura com relação a todos os achados de pesquisa, com o devido crédito aos autores de cada descoberta” (CASTELLS, 2001, p. 37).

Nessa cultura, o mérito está em contribuir para o avanço de um sistema tecnológico que proporciona um bem comum para a comunidade de seus descobridores e um elemento decisivo no progresso da humanidade. E é nesse contexto que se insere a ética hacker com seu princípio de compartilhamento, de manutenção do código-fonte aberto dos programas criados, da liberdade para sua modificação e do compromisso com a autoria. A alegria da criatividade e a autoria da inovação motivam o trabalho colaborativo entre pares e a generosidade compartilhada dos hackers. A organização social da cultura hacker não está fundamentada em instituições da sociedade, mas no pertencimento ativo a uma comunidade, à partilha de valores, costumes e princípios de uma organização informal, um sistema simbiótico de pessoas e computadores que interagem em redes informáticas.

Ainda segundo Castells, as outras duas culturas que, somadas, compõem a cultura da internet são a cultura comunitária virtual e a cultura empresarial. A cultura comunitária acrescenta uma dimensão social ao compartilhamento tecnológico, fazendo da internet um meio de interação seletiva e de integração simbólica. Já a cultura empresarial difunde práticas da internet na sociedade em geral. Enquanto algumas dessas culturas criaram o fundamento tecnológico da internet (cultura tecnomeritocrática e cultura hacker), as demais configuraram seus usos sociais (cultura comunitária e cultura empresarial). Embora essas quatro camadas tenham contribuído para a criação cultural do mundo da Internet, se olharmos para suas especificidades encontraremos aspectos que nos ajudam a compreender algumas das tensões e disputas de poder presentes neste estudo. Esses potenciais conflitos correspondem à diferentes valores e projetos de organização social que essas culturas expressam. A ética hacker se aproxima da economia da dádiva ao ter o prestígio, a reputação e a estima social como moedas de troca, além de orientar-se pelo princípio da liberdade. A cultura empresarial, por sua vez, orienta-se pelo individualismo, pela gratificação imediata em dinheiro e pela inovação, o que é alcançado por meio do controle de informações e de dados na rede. O uso da internet e da tecnologia por essas culturas é muito diferente: a cultura empresarial concebe a tecnologia enquanto um valor financeiro a ser controlado e concentrado; a cultura hacker compreende a tecnologia como recurso a ser desenvolvido de forma compartilhada e distribuída.

O princípio da fonte aberta para a livre modificação do software é um traço estrutural no desenvolvimento da internet e de sua cultura. É esse princípio do software livre que orienta a liberdade para criar, absorver os conhecimentos disponibilizados na rede e redistribuí-los. A autoridade, nesse contexto, torna-se legítima se o trabalho de desenvolvimento do código não for realizado unicamente em benefício próprio. Identificamos assim que a livre circulação de conhecimento, o esforço coletivo e a autoridade coletiva são estímulos para a inovação tecnológica, ao invés dos direitos proprietários formais, de estratégias competitivas individuais do poder institucional ou do lucro.

Na economia, mas ainda sem abandonar o campo da cultura, identificamos que a cultura de redes estimula processos não-monetários de trocas de bens e serviços, fazendo emergir outras relações intersubjetivas que aproximam-se da economia da dádiva. Para compreensão de seu sentido, recorreremos ao antropólogo Marcel Mauss (2001) que em sua pesquisa identificou a dádiva como prática universal nas sociedades antigas. Essas práticas tinham na troca o denominador comum de um grande número de atividades sociais aparentemente heterogêneas entre si.

O que Mauss pôde observar foram três obrigações recorrentes: dar, receber e retribuir. Pode-se acreditar que nas coisas trocadas existe uma virtude que força as dádivas a circularem, a serem dadas, a serem retribuídas, mesmo que não exista objetivamente ou materialmente, visto que os bens trocados não são apenas bens materiais ou objetos físicos, mas dignidades, cargos, privilégios, com papel sociológico semelhante aos bens materiais. Os ciclos de reciprocidade fortalecem a alteridade pois fazem com que o outro seja considerado na mesma condição de dar, receber e retribuir, pressuposto para que as dádivas circulem.

No universo das redes informacionais, as práticas de compartilhamento aproximam-se da dádiva como forma de organização das trocas não-mercantis e do trabalho colaborativo. Nos embates pelo controle e pela reconfiguração da rede, situamos também práticas da economia da dádiva que surgem na forma de compartilhamento de conteúdos e de conhecimentos. No mundo hacker, a reputação e o reconhecimento social em relação à inovação tecnológica estão relacionados diretamente com a relevância da dádiva para a comunidade.

Identificamos, assim, a importância central da reciprocidade na cultura de redes: ela é uma premissa para as relações de troca e compartilhamento. Além de ser um dos principais estímulos para a produção colaborativa, a reciprocidade opera a partir do reconhecimento do outro em sua diferença, sendo a base para uma relação simétrica nas redes e fora delas. Ao ser regulada por essas três obrigações – dar, receber, retribuir – a economia da dádiva tem como finalidade criar e manter vivos os laços sociais que a constituem, mais do que circular bens. Trata-se de uma economia não-monetária em que não são estabelecidos preços para os bens ou serviços trocados e tampouco utiliza-se dinheiro como pagamento. Portanto, não há expectativa de equivalência entre os bens e serviços trocados; tem mais valor a rede de relações estabelecida por meio da reciprocidade, do que a coisa em si que é trocada.

Alguns autores tratam da relação entre a teoria da dádiva e a economia solidária. Dialogaremos a seguir com as contribuições trazidas por Carvalho e Dzimira (2000) a esse respeito. A teoria da dádiva leva em consideração quatro princípios da ação humana: liberdade e obrigação, interesse e desinteresse. Ela os imbrica e combina de forma bem peculiar que faz com que a dádiva seja simultaneamente obrigatória e livre, interessada e desinteressada (em termos da expectativa de retorno monetário direto). Ou seja, a dádiva segue regras instituídas socialmente que definem as operações das trocas (em que condições ocorrem, a quem se dá, etc.), e garantem que as trocas aconteçam – o que significa existir alguém que dê, e outro alguém que receba. Mas a dádiva é essencialmente livre, cada um escolhe o que dar e como retribuir. Isso faz com que as posições de receptor e doador não sejam fixas, mas livres a

partir das escolhas e iniciativas estabelecidas no processo das trocas, que estão sempre se renovando, modificando e invertendo. Quem foi doador, já foi ou pode se tornar receptor; quando isso opera como um princípio, reforçam-se as relações de alteridade e confiança, de horizontalidade e fluidez.

O que está em jogo com a dádiva não é o valor de troca e tampouco o valor de uso, mas o valor das pessoas, dos laços sociais estabelecidos e que perduram; isso é importante destacar – trata-se de uma rede em que a dimensão temporal é significativa, pois a dádiva não se estabelece pelo interesse momentâneo de dar ou receber, mas como meio de garantir uma relação que fará com que o outro me dê na sua vez, é uma forma de obrigar quem nos obrigou e aí reside o interesse desinteressado da dádiva, seu caráter de obrigação livre.

Essa lógica contrária à acumulação também conduz à crítica ao reducionismo mercadológico, quando concebe que as coisas trocadas são animadas e sua circulação movimenta um circuito muito maior de ações e relações sociais. A experiência de criação de sentido da dádiva subordina as exigências de funcionalidade às exigências de reciprocidade relacional. A reciprocidade opera em uma lógica diferente do mercado ao focar no processo de interação por meio do qual os bens e serviços são produzidos e trocados, o que por sua vez supera a dicotomia entre produtor e consumidor.

Embora a economia solidária não seja sinônimo da economia da dádiva, há muita proximidade entre elas e também algumas práticas comuns. Como veremos ao longo deste trabalho, a pluralidade da concepção de economia solidária faz com que ela combine práticas econômicas recíprocitárias e não-monetárias com outras lógicas de interação: a não-mercantil, subsidiada pelo Estado, por exemplo, e orientada pela redistribuição; e a própria troca mercantil, operacionalizada por meio da comercialização de produtos e serviços (FRANÇA FILHO, 2008). A economia solidária enquanto economia plural articula diferentes fontes de recursos, princípios e culturas econômicas.

Ao considerar a dádiva como uma dimensão essencial da cultura recíprocitária da economia solidária evidencia-se a necessidade de incorporar fatores sociais e subjetivos ao ciclo econômico. A prática de novas formas de articulação baseadas na solidariedade é fundamental para equilibrar o excessivo protagonismo do capital e imprimir caráter redistributivo nas atividades econômicas. O ato associativo na economia solidária exige relações de confiança entre trabalhadores, e a dádiva – em muitos casos – opera como uma aposta inicial a partir da qual fortalecem-se as relações interpessoais e estabelecem-se as redes.

A solidariedade a que nos referimos não é uma solidariedade característica da caridade baseada em relações sociais desiguais e assimétricas, mobilizada no âmbito privado dos indivíduos. Mesmo que essa solidariedade tradicional tenha motivação de corrigir desigualdades sociais e atuar em defesa dos mais vulneráveis, ela opera sobre bases fortes de hierarquização e relações assimétricas, além de ser voltada ao engajamento moral dos indivíduos. A perspectiva de mobilizar a responsabilidade individual para correção de injustiças difere da ação coletiva por transformação social. A economia solidária desloca essa solidariedade clássica à esfera pública, inovadora e em rede. Impulsionada pela reciprocidade, e tendo como pano de fundo a modernidade democrática de direitos, a solidariedade a que nos referimos se expressa nas relações associativas e nas lógicas de proximidade. Ela toca, portanto, a dimensão do trabalho e contribui para definir os contornos dos valores e sentidos impressos nas iniciativas produtivas praticadas coletivamente e em rede.

Para compreender essa relação e os laços de sociabilidade e confiança construídos por meio do trabalho coletivo, precisamos rapidamente voltar nosso olhar ao contexto contemporâneo das mutações das relações de produção atravessadas pelo impacto da organização em rede. Por relações de produção compreendemos não apenas uma conformação econômica específica, mas um conjunto de relações sociais, formas de vida, uma constelação de valores, hábitos, costumes que também configuram culturas organizacionais. Identificamos que este contexto de transição e reestruturação das relações de produção e do sistema de forças produtivas configura novos sujeitos do mundo do trabalho. Interessa-nos identificar o sentido de sua ação coletiva, os valores dessas práticas, o potencial simbólico que emerge da inteligência coletiva do trabalho em rede na cultura.

Há diversos fatores que provocaram esta transição produtiva em que nos encontramos e onde situamos o contexto desta pesquisa. Tratam-se de mudanças objetivas e subjetivas do mundo do trabalho impulsionadas pela crise da sociedade salarial, pelas redes de comunicação e informação, pela escala planetária de organização da economia, entre outros fatores. Vivemos uma transição de paradigmas, onde ainda vigora uma herança industrial, com estruturas de produção e reprodução da riqueza social que continuam alimentando o processo de acumulação e, simultaneamente, uma economia impulsionada por valores intangíveis e uma forma de organização da produção chamada de pós-industrial mas que ainda guarda muitas semelhanças com a lógica industrial no que diz respeito a suas formas de funcionamento. Essa organização pós-fordista da produção é caracterizada pela flexibilidade, descontinuidade, mobilidade e precariedade do trabalho.

A centralidade do trabalho é reafirmada nesse contexto de transição e interessa-nos compreender como foi reconfigurado o seu caráter de integração social. Um dos aspectos relevantes da análise situa-se justamente no fato do trabalho pós-fordista ter absorvido muitas características da ação política, esfera de forte intersecção com o trabalho. É pertinente compreender, para o conjunto das reflexões propostas nesta pesquisa, como essa dimensão da ação política é recuperada e ressignificada neste novo contexto de organização das relações de produção. A ação política aqui pensada diz respeito ao universo das relações sociais, à sua dimensão pública, ao espaço onde a diversidade de manifestações podem ser vistas e ouvidas por muitas pessoas, mantendo sua própria identidade. A esfera pública é aqui compreendida segundo Hannah Arendt (2005), como mundo comum e diferente; comum a todos (*koinon*), mas diferente no que diz respeito ao lugar que cada um ocupa dentro dele. É essa diversidade que garante os ângulos diferentes segundo os quais as pessoas são vistas e ouvidas. Trata-se do espaço das relações humanas, a esfera pública que transcende a nossa permanência, e por isso permite a afirmação do mundo como fenômeno político; é o produto das mãos humanas, aquilo que ao mesmo tempo em que separa os homens, estabelece uma relação entre eles.

A identificação do novo sujeito do mundo do trabalho e de sua forma de organização em rede certamente revelará sentidos e valores que movem suas ações coletivas de transformação do projeto de desenvolvimento, do padrão de acumulação e das mediações institucionais, sociais e políticas existentes. Nossa escolha em abordar aqui o conceito de trabalho diz respeito à sua importância na criação de cultura. É necessário ressaltar que consideramos aqui o trabalho em geral, e não enquanto uma ou outra forma social determinada. Tampouco nos interessa discorrer sobre o processo de valorização (relativo à criação do valor de troca), mas sim o processo do trabalho útil, que cria valor de uso. Como condição natural da vida humana, o trabalho independe de qualquer forma social, sendo considerado condição igualmente comum a todas elas. É nessa concepção que a proximidade entre trabalho e cultura ocorre.

Para situar o trabalho como condição básica de surgimento da cultura, servimo-nos de contribuições do pensamento marxista e da filósofa Marilena Chaui. Segundo Marx, o trabalho tem uma importância fundante na existência humana que diz respeito à sua diferenciação do animal, relativa à energia criadora da atividade do sujeito. Nas observações ao Programa do Partido Operário Alemão, Marx afirma ser o trabalho realizado na e pela sociedade como sendo a fonte da riqueza e da cultura (MARX; ENGELS, 2010). Isso nos permite interpretar o objetivo que direciona a ação do trabalho, sua orientação para um fim determinado, como sendo aspecto próprio do mundo da cultura.

A criação do homem em si mesmo por intermédio do trabalho é a primeira transformação de um processo que assumirá características diversas dadas pelas circunstâncias objetivas, naturais ou sociais da história. A necessidade de restabelecer a relação de interação entre o homem e a natureza é permanente na vida humana, e é por meio do trabalho que o homem a realiza, transformando a natureza segundo suas necessidades e transformando a si mesmo pelo trabalho.

Ao conceber o trabalho como autorrealização, como prática diária de criar e reproduzir a existência humana, o pensamento marxista também compreende o trabalho como condição para a existência social da vida humana, como elemento central da sociabilidade humana. Nessa atividade vital do homem, o trabalho, inicia-se com a finalidade útil de produzir valores de uso, ou seja, atender às necessidades humanas, manter a vida do produtor e de sua comunidade. Mesmo a troca dos produtos do trabalho, em seu surgimento, ocorria para atender às necessidades vitais, suas demandas de uso. Ou seja, no surgimento do trabalho, tanto produção como troca criavam valores de uso.

Contudo, Marx aponta que o trabalho contraiu outras características na medida em que o valor de troca assumiu centralidade em detrimento ao valor de uso. A transformação essencial do trabalho ocorreu com o desenvolvimento da sociedade capitalista, onde se configura o trabalho alienado a partir da propriedade privada, da divisão do trabalho e da separação do homem dos meios de produção. Quando o homem é separado dos meios de produção da vida material e os frutos de seu trabalho lhe são alienados, ele se torna um ser estranho frente a si mesmo, alheio à sua própria criação; é então que o homem, enquanto ser social, aliena-se em relação ao próprio gênero humano.

O valor de uso que equilibrava a necessidade e a produção é descompensado na medida em que a finalidade da produção passa a ser a posse de determinado objeto para a troca e o consumo de mercadorias. A supremacia do valor de troca sobre o valor de uso ocorre, assim, quando as necessidades humanas passam a ser subordinadas à reprodução do valor de troca; quando o consumo passa a regular e determinar a produção; quando a dimensão concreta do trabalho é também inteiramente subordinada à sua dimensão abstrata.

É com base nessa inversão do sentido original da produção que podemos compreender o que Marx concebia enquanto trabalho abstrato e trabalho concreto. O trabalho concreto é aquele orientado pela criação de valor de uso onde o indivíduo atribui um significado pessoal, individual e social ao trabalho; esta é a dimensão qualitativa do trabalho, em que ele não só atende às necessidades, como cria valores socialmente úteis. O trabalho abstrato, por sua vez, é regido pelo valor de troca, pela produtividade, pelas jornadas de trabalho, pelo trabalho pago

em salários. O trabalho abstrato é igualado pelo valor de troca, o trabalhador enquanto força de trabalho vira mercadoria, trabalho e produto se equiparam; o homem perde a condição de conceber sua produção, o que lhe subtrai a capacidade de ser humano em sua essência.

No pensamento de Marx, o trabalho possui um papel fundante, cuja essência reforça o caráter criador e criativo de sua ação. Conceber o trabalho enquanto atividade vital e elemento fundante da atividade humana é o que o situa como auto-atividade, enquanto experiência indispensável de realização da vida cotidiana. Podemos aproximar essa essência criadora do trabalho com a concepção de cultura e abordá-los enquanto dimensão fundamental da vida social, como ponto de partida em que a sociedade se instaura e, ainda, dimensão em que a sociedade se transforma e se recria.

Marilena Chaui (1989) propõe tratar a cultura como trabalho do conhecimento e trabalho no interior do tempo, o que envolve a sensibilidade, a imaginação, a experiência e o diálogo na criação de obras por indivíduos ou grupos situados social e historicamente. Ao conceber a cultura como trabalho, Chaui afirma:

Como trabalho, a cultura opera mudanças em nossas experiências imediatas, abre o tempo com o novo, faz emergir o que ainda não foi feito, não foi pensado e não foi dito. Captar a cultura como trabalho significa, enfim, compreender que o resultado cultural (a obra) se oferece aos outros sujeitos sociais, se expõe a eles, oferece-se como algo a ser recebido por eles para entrar em sua inteligência, sensibilidade e imaginação para ser retrabalhada pelos receptores e também surgir enquanto espetáculo e entretenimento que resultam do trabalho, mas não o constituem. (CHAUI, 1989, p. 4).

Na análise da cidadania cultural e do direito à cultura, Marilena Chaui (2006) concebe a cultura como trabalho da criação, da reflexão e da memória que transforma o existente. Identificamos nessa abordagem uma inspiração no pensamento marxista e no materialismo dialético. A percepção da cultura enquanto trabalho envolve a sensibilidade e a crítica num processo criativo e dialético. O trabalho de criação cultural se opõe à visão linear da história, permitindo a afirmação das contradições e dos conflitos, bem como a criação de novos direitos e a afirmação da pluralidade cultural.

Essa concepção de trabalho criador também presente na obra de Marx nos inspira e permite tecer ligações entre cultura e ação. Para Marx, o modo de produção capitalista divorcia a essência do homem de sua existência; é a superação desse modo de produção o que permitirá ao homem de se reconhecer em seus produtos, nas relações com outros homens e na sua atividade. Essa recuperação da essência humana é concebida como trabalho criador, como a base para o desenvolvimento do que Marx chamou de omnilateralidade humana que

encontra na arte, ética, filosofia e ciência – uma de suas expressões mais significativas para a reflexão que fazemos aqui.

A individualidade omnilateral refere-se ao momento de identidade do indivíduo com o gênero humano, quando os indivíduos sociais consagram a dimensão do ser para si e alcançam a essência humana que mencionamos anteriormente. O conceito de omnilateralidade em Marx tem relação com o processo formativo provocado pelo trabalho; oposta à formação unilateral provocada pelo trabalho alienado e pela divisão do trabalho, a omnilateralidade encontra no trabalho concreto a sua primeira efetivação.

O trabalho concreto só aumentou desde os tempos de Marx até os dias atuais, expandindo suas fronteiras dos Estados Nação e internacionalizando-se; isso alterou profundamente as formas de inserção na estrutura produtiva e flexibilizou as relações de trabalho e o aparato produtivo no sentido de uma maior expropriação dos direitos dos trabalhadores sobre os frutos de seu trabalho. As transformações do mundo do trabalho no capitalismo avançado dos dias de hoje revelam a desproletarização do trabalho industrial fabril e uma expressiva expansão do trabalho assalariado, estimulada por uma ampliação do assalariamento no setor de serviços.

A partir da década de 1980 vivemos um período de heterogeneização do trabalho, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora, ou da *classe-que-vive-do-trabalho*, para utilizar um termo presente na obra de Ricardo Antunes (2008). Há uma série de fatores que estimularam esse processo, mas destacamos aqui dois deles: o desenvolvimento tecnológico e a flexibilização da produção, que envolve a flexibilização do mercado e dos direitos do trabalho. Identificamos que ocorre aquilo que Ricardo Antunes (2008) chama de processualidade contraditória, em que de um lado existe uma redução do operariado fabril, uma desproletarização do trabalho industrial, mas há um aumento do subproletariado, por meio do trabalho precário, parcial, subcontratado e temporário. Somado a esse quadro, temos uma expansão intensiva do assalariamento no setor de serviços seguindo uma lógica industrial, que chega a ser considerada “indústria de serviços”, que também incorpora o trabalho da mulher e exclui os mais jovens e os mais velhos (ANTUNES, 2008).

O crescimento do setor de serviços não significa que vivemos uma era pós-industrial ou pós-capitalista, visto que não há acumulação de capital autônomo, mas um setor em expansão que continua dependente da acumulação industrial. Mesmo não havendo uma transformação estrutural do modo de produção no contexto capitalista contemporâneo, podemos identificar a existência de uma combinação de diferentes processos produtivos. Dentro desse cenário de flexibilização do mundo do trabalho coexistem processos industriais

fordistas com processos artesanais tradicionais, baseados em uma lógica familiar ou cooperativa de organização do trabalho, por exemplo. E é nessa ambivalência de diferentes formas de produção que situamos a economia solidária, o trabalho associativo e colaborativo.

A crise e reestruturação das relações sociais e técnicas de produção estão na base da reflexão sobre a necessidade de um modo de produção associativo e autogestionário. Podemos afirmar que esse modo de produção nasce das contradições existentes nas relações de flexibilização do trabalho na sociedade capitalista, e aponta para uma nova racionalidade baseada na força produtiva e na possibilidade de constituição do sujeito social transformador.

Na produção de discurso da economia criativa, os índices positivos do crescimento econômico, das taxas de faturamento, dos empregos criados e das exportações registradas ganham mais destaque do que o aspecto da cultura do compartilhamento da gestão e da promoção de autonomia individual e coletiva a partir do desenvolvimento de projetos culturais, territoriais e comunitários. É interessante notar como a criação dos chamados “setores criativos” fez com que muitas ocupações não-convencionais passassem a ganhar um reconhecimento, fossem valorizadas social e politicamente, como também alçassem condições de maior formalização, por meio de empregos. Estamos nos referindo ao trabalho de criadores, artistas, trabalhadores da cultura, que antes tinham suas ocupações vistas como diferentes, informais, muitas vezes descompromissadas, boêmias e hoje inserem-se no rol dos trabalhos criativos muito procurados por empresas das mais diversas áreas.

Para as reflexões que se seguem, utilizaremos alguns estudos feitos no Reino Unido sobre a forma de organização desse trabalho criativo nesse país que, embora seja diferente do Brasil, possui uma política das indústrias criativas institucionalizada há mais de 20 anos o que nos oferece elementos para analisar seus impactos.

Um primeiro aspecto que chama a atenção é que o trabalho criativo tem sua forma de organização diferente da indústria, apesar de ter tido seu nome cunhado no contexto das indústrias criativas e ter se expandido com elas. De modo geral, o processo criativo aproxima-se mais de um trabalho artesanal, em estúdios, ateliês, residências e não em salas de reuniões, em espaços empresariais e muito menos no chão de fábrica. O trabalho cultural guarda, assim, características pré-industriais, sua criação dá-se em escalas menores e sua produção reúne habilidades artísticas e muitas vezes ofícios manuais. A destreza do trabalhador artífice é, portanto, essencial para o desenvolvimento de uma *commodity* inovadora e criativa. Sabemos que o trabalho cultural envolve outras práticas e ofícios diversos, em alguns casos mais técnicos, outras vezes mais voltados aos serviços.

Ao analisarem o caráter ambivalente do trabalho criativo, Banks & Hesmondhalgh (2009) trazem aportes significativos para a reflexão aqui proposta, sobre os valores dessa forma de organização do trabalho:

O trabalho criativo e do conhecimento é um grande negócio. No entanto, o trabalho criativo também é apresentado como sendo bom tanto para o capital quanto para o trabalho. Dentre os grupos de esquerda, por exemplo, o trabalho criativo é altamente valorizado por oferecer aos trabalhadores a possibilidade de emprego não-alienante, propício à auto-expressão e ao 'crescimento pessoal', bem como por acompanhar a promessa de recompensas monetárias, consagração e fama. Por outro lado, os liberais e os conservadores valorizam o trabalho criativo por suas contribuições ao capital, por sua potencialidade de fazer os trabalhadores mais felizes e mais obedientes. Nesse sentido, então, a crescente ênfase sobre o trabalho criativo pode ser visto como parte de uma resposta mais ampla do capital para uma crise nas atitudes laborais por parte de muitos trabalhadores (p. 417, tradução livre).

Vemos assim, como o consenso em torno do trabalho criativo foi construído, exacerbando suas virtudes e validando-o como um bom modelo de trabalho. E isso não foi apenas entre tendências políticas (de esquerda, direita ou centro), mas em diversos espaços, contextos e instituições, como nas universidades, na formulação de políticas públicas, na visão de empresários, na sociedade de modo geral. O trabalho criativo passa a ser afirmado como um trabalho que favorece a liberdade e a autonomia individuais, baseado na vocação e na expressão dos talentos artísticos e intelectuais dos trabalhadores. Também visto como trabalho independente, que não segue a lógica tradicional de horários e outras regras institucionais, o trabalho criativo é calcado no empreendedorismo individual.

A figura do artista empreendedor amplamente difundida, inclusive no Brasil, funciona para resolver uma tensão histórica entre talento artístico e vocação comercial. Ao unir ambas qualidades, o trabalhador criativo, enquanto empreendedor individual, passa a ser inteiramente responsável por sua realização profissional, bem como pelos êxitos e fracassos. Fica evidente que os valores do trabalho criativo são afirmados em oposição à visão tradicional do emprego e da burocracia, do trabalho institucional e sua hierarquia. Intrinsecamente a essa visão, há uma negação ao trabalho coletivo e institucionalizado que, é sempre importante reforçar, corresponde à base da produção cultural e à origem de muitos trabalhos artísticos.

A economia individualizada faz com que a cultura da negociação coletiva não seja praticada, caindo inclusive em descrédito, como ocorre com os sindicatos. A prática corrente

na economia criativa é a negociação pontual, caso a caso, de cada profissional. A isso também atribui-se o baixo índice de trabalhadores sindicalizados no setor.

Essa questão apareceu de forma muito recorrente em pesquisa com trabalhadores criativos britânicos. Dentre os entrevistados, nenhum era sindicalizado e havia a leitura de que recorrer a sindicatos e exercer direitos pode prejudicar a reputação do trabalhador e não favorecer futuros trabalhos, ao ser associado a um trabalhador que pode “causar problemas” aos contratantes. Aqui fica evidente o problema da autoconsciência em uma indústria onde os indivíduos precisam vender sua reputação para poder trabalhar, reduzindo assim sua cidadania (HESMONDHALGH & BAKER, 2010).

A perversidade dessa lógica reside no fato de que enquanto a responsabilidade pelo êxito ou não do trabalho, recai sobre o trabalhador criativo, as decisões sobre o processo de trabalho e gestão de recursos dependem dos administrados e das exigências do sistema de mercado, ou seja, do capital. Esse sistema apresenta uma impossibilidade intrínseca de todos prosperarem, o que não só favorece a competição, como naturaliza a concentração de poder e as desigualdades de acesso à informação. Nessa visão economicista de produtividade, vigora uma redução instrumental e estratégica da importância da cultura, do trabalho e da complexidade do conhecimento, reduzidas às habilidades associadas à inovação e à criatividade.

Ao analisar as pesquisas realizadas sobre o trabalho criativo no Reino Unido, Banks e Hesmondhalgh (2009) elencam uma série de características da organização desse trabalho que em parte recuperamos aqui. Por tratar-se de trabalhos orientados por projetos, são contratos temporários, trabalhos autônomos ou freelances; os salários não costumam ser altos e são distribuídos desigualmente entre os trabalhadores envolvidos no projeto; há muita dedicação voluntária; a média de idade dos trabalhadores criativos é mais baixa do que em outros setores econômicos; há menos mulheres e seus contratos reúnem desvantagens em relação aos homens.

Em estudo que analisou as respostas emocionais dos trabalhadores criativos às condições de seus trabalhos, David Hesmondhalgh e Sarah Baker (2010) identificaram que sentimentos de prazer, alegria e ansiedade se misturam e são acionados muitas vezes pelos mesmos fatores. Nesse caso, destacamos o aspecto dos trabalhadores criativos serem considerados trabalhadores livres para decidirem onde, quando e como querem trabalhar, aspecto que provoca satisfação, pela liberdade de não ter uma fixidez de horários, por exemplo, mas gera muita ansiedade por estar conjugada com outros elementos de maior

insegurança, como a concorrência, e a incerteza da continuidade do trabalho num futuro próximo. Trata-se de uma liberdade com riscos, com forte sentido de ambivalência.

A ansiedade é provocada pelo fato de muitos jovens, recém-formados ou estudantes, entrarem no mercado de trabalho aceitando condições mais precárias de contratação e ocupando lugares de outros trabalhadores. Isso não só aumenta a competição, como reduz os valores pagos pelo trabalho. A sensação de que o trabalhador pode ser dispensado e substituído a qualquer momento, é típica do contexto de flexibilização do trabalho e imprime as características da sociedade de mercado onde são os interesses comerciais que guiam, inclusive, a contratação dos trabalhadores.

A instabilidade e a insegurança geradas por esse mercado de trabalhos temporários faz com que as pessoas estejam sempre procurando novos trabalhos, às vezes assumindo mais de um contrato ao mesmo tempo e sobrecarregando-se por não saber como será o próximo mês. O esforço pessoal de organização do próprio mercado de trabalho por parte do trabalhador é intensa, ocupa muito tempo e energia, além de não ser considerada trabalho.

A tendência a misturar a vida pessoal e o trabalho é muito forte nesses setores. A socialização por prazer mistura-se ao trabalho de tecer redes e relações que podem vir a gerar novos trabalhos, ou amizades que geram, por sua vez, relações de confiança e podem ser indicações a futuros trabalhos. A ambivalência entre socialização e isolamento também é característica do trabalho criativo segundo essa pesquisa. O isolamento é sentido muitas vezes pela falta de noção do conjunto do trabalho ou até mesmo quando a pessoa não tem interesse em práticas de socialização como as do restante do grupo de trabalhadores da empresa. Outra sensação de isolamento típica é no universo da vida pessoal, a imersão no trabalho muitas vezes provoca o distanciamento, mesmo que temporário, dos amigos, da família e de outros laços que não podem ser alimentados por falta de tempo.

As satisfações relacionadas a esse tipo de trabalho dizem respeito a gratificações não-monetárias, associadas à possibilidade permanente de atualização e ao potencial de reconhecimento e autonomia existente. Todas as ambivalências expressas nessas pesquisas nos fazem perceber o limite tênue entre o exercício da autonomia, a experiência do prazer e sua concepção enquanto ferramentas de controle, num contexto de trabalho precarizado e de promoção da autoexploração.

Essas informações nos fazem refletir a respeito de que talvez não seja a inovação, mas outros aspectos específicos que explicam as melhorias produtivas, o envolvimento dos trabalhadores e até a abertura de novos mercados. Há outros fatores que pesam na manutenção da vida dessa economia criativa e que estão relacionados ao compromisso do conjunto dos

trabalhadores, ao modelo social e relacional que é criado em torno do processo de criação, produção e distribuição de bens e serviços culturais, bem como à natureza e à origem dos produtos.

É importante diferenciar modelos concretos de exploração com modelos de negócio que têm como objetivo a gestão, e que trabalham o processo baseado no fortalecimento do vínculo social sem negar suas contradições e conflitos. No contexto da economia da cultura, assim como na economia em geral, é importante cuidar para não anular a vida cultural do processo produtivo ao exaltar sua faceta econômica; e não ocultar seu perfil social ao pesar no crescimento sem valorizar sua especificidade redistributiva e democrática. Isso toca o desafio das políticas públicas e o papel do Estado em equalizar o fomento à diversidade econômica da produção cultural, assunto que trataremos a seguir.

Desafios da institucionalização de políticas públicas de cultura no Brasil

Dentre a trilogia de tristes tradições da política cultural brasileira apontada por Albino Rubim (2007b, 2008), as ausências talvez sejam as originárias, fundantes da cultura política que se manifesta forte nas demais tradições, de autoritarismo e instabilidades. A ausência de atuação consistente do Estado na cultura, tornou essa área precária em termos de sua estrutura administrativa, periférica em termos do conjunto das políticas estatais, e de frágil caráter público ao não favorecer historicamente mecanismos de comunicação com a sociedade que estimulasse sua participação.

A abordagem da cultura como objeto de política e administração pública teve início no Brasil nos anos 30, mas foi acompanhada de oscilações e descontinuidades administrativas ao longo de toda sua trajetória. O caráter tardio das políticas culturais no Brasil também revelam a ausência de priorização dada à área, e isso não deve ser atribuído apenas ao setor estatal, mas trata-se de um reflexo da sociedade, da falta de reconhecimento público e privado da importância da cultura no desenvolvimento nacional.

A cultura política que desobrigou o Estado nacional de assumir sua responsabilidade na condução das políticas culturais, durante vários anos, relegou a segundo plano o interesse público da cultura na definição das políticas federais. Podemos identificar a instabilidade no âmbito institucional, decorrente da falta de continuidade das políticas culturais, do baixo orçamento destinado à pasta, da ausência de qualificação e aumento do corpo funcional, bem como da ausência de planejamento e de integração federativa das políticas culturais.

A ausência histórica de reconhecimento e valorização da diversidade cultural por parte do Estado brasileiro evidencia as culturas silenciadas desde o colonialismo. As ausências

criadas pela negação da presença das culturas indígenas e africanas ocorrem pelo não reconhecimento dos diferentes modos de viver, criar, produzir, trabalhar, se relacionar; pela limitação da circulação da informação e pela restrição à liberdade de expressão. Essas presenças silenciadas marcam culturas de controle e opressão que são praticadas não apenas no âmbito do Estado, mas nas diversas esferas da própria sociedade. O controle às formas de auto-organização da sociedade também entram no rol dos problemas dessas ausências criadas, e sob as quais ainda são conduzidas algumas políticas em áreas diversas, inclusive na cultura.

O conjunto das dimensões simbólicas, cidadã e econômica compõe a tridimensionalidade da cultura, categoria concebida para subsidiar a formulação das políticas públicas de cultura pelo Governo Federal a partir de 2003. Sabemos da dificuldade de restringir a cultura a três dimensões; seu caráter multidimensional, além de ser diverso e plural, faz com que as dimensões se combinem, interpenetrem e influenciem mutuamente. Mas manteremos nossa reflexão na concepção tridimensional da cultura utilizada para formular políticas culturais que respondessem à complexidade da visão alargada da cultura, concebida enquanto conjunto dos saberes, modos de vida, fazeres e valores construídos em sociedade. As dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura, segundo essa formulação, correspondem: à perspectiva do imaginário, da memória e do pertencimento; ao exercício da cidadania cultural, dos direitos e da participação; às diferentes formas de organização social, produção e trocas existentes. São dimensões diferentes da cultura com expressões singulares, instrumentos próprios e ações específicas dentro do conjunto das políticas culturais.

O desafio de operar políticas a partir de uma visão sistêmica e de complementaridade é reforçado quando atentamos à complexidade da cultura e suas diversas dimensões. Essa organicidade revela outra ausência das políticas culturais que ainda hoje se tenta superar. Não podemos afirmar que o fomento às três dimensões da cultura tenha ocorrido na mesma medida na história das políticas culturais do Estado brasileiro. A dimensão simbólica da cultura certamente foi a de maior destaque e centralidade, o que não significa que seu fomento tenha ocorrido sem conflitos e disputas. A valorização das belas artes e do patrimônio histórico muitas vezes representou uma imposição da cultura de elite e gerou uma ausência de outras representações simbólicas e imaginários no conjunto das políticas.

A ampliação do reconhecimento da dimensão simbólica da cultura nas políticas culturais brasileiras apresentou avanços e retrocessos ao longo de sua história, pautando-se sempre por tensões. Mesmo com variações entre os atores, essas tensões corresponderam, e ainda hoje correspondem, às disputas de hegemonia existentes na sociedade, seja entre as

culturas populares e as elites intelectuais à frente da gestão pública, seja entre estas e o circuito cultural dominante da cultura midiática assentada em padrões de mercado.

Retomando a reflexão sobre as ausências, no âmbito da dimensão cidadã da cultura, as políticas culturais apresentam um fator distintivo, característico do autoritarismo que compõem uma das três tristes tradições anunciadas anteriormente. Há numerosos estudos que retratam o avanço da institucionalização das políticas culturais brasileiras a passos mais largos em períodos ditatoriais (RUBIM, 2007b; CALABRE, 2010). Se a natureza autoritária desses regimes confronta a inércia da burocracia e faz avançar mais rapidamente a política estatal, o custo democrático é alto. Registramos aqui nessa trajetória histórica a ausência de mecanismos democráticos de participação, consulta, diálogo e comunicação com a sociedade. Disso também resulta a pouca valorização da área cultural no conjunto da administração pública, não só federal, mas também estadual e, especialmente, municipal. Outra ausência decorrente dessa fragilidade institucional diz respeito à formação de corpo técnico administrativo para gerir as políticas culturais que veremos mais detalhadamente a seguir.

No universo da dimensão econômica da cultura, as ausências são muitas e variadas, manifestando-se sempre e também por meio de conflitos e tensões. Abordaremos aqui três âmbitos em que essas ausências se expressam: no Estado, junto à sociedade civil e na cultura popular. No que diz respeito ao Estado, temos o entrave do financiamento público à cultura. Ainda hoje, o patamar do orçamento público da área cultural fica abaixo dos níveis internacionalmente reconhecidos e recomendados de 1% do orçamento nacional. No caso dos estados e municípios, com poucas exceções, o cenário se mantém, repete e é ainda pior. Veremos adiante como há também um desequilíbrio entre o orçamento destinado às leis de incentivo fiscal (cuja destinação final do recurso é decidido de forma privada nas empresas) e o Fundo Nacional de Cultura (voltado ao fomento da diversidade cultural nacional).

No âmbito da sociedade, a lógica da cultura se revela tão complexa quanto a própria composição da sociedade, quer dizer, os bens e serviços culturais correspondem a interesses diversos, plurais e fundamentalmente assimétricos. Como exemplo, temos o forte impacto da força globalizadora das indústrias culturais, nacionais e internacionais, que pode ser sentida na vasta presença de produções audiovisuais norte-americanas nos cinemas brasileiros, para citar apenas um caso. Temos aqui mais uma amostra de ausência criada e imposta, desta vez pela centralização do capital econômico na área cultural.

Se pensarmos então na outra face da cultura, a comunicação, esse recrudescimento torna-se ainda mais crítico. Atualmente, apenas seis famílias e uma igreja controlam 80% dos meios de comunicação no Brasil. A lógica financeira domina o setor, controlado por holdings

proprietárias não apenas de canais de televisão ou estações radiofônicas, mas também de editoras, agências publicitárias, livrarias, etc. Esse processo de mercantilização também é vivenciado na educação, no agronegócio e na cultura, ou seja, trata-se de uma lógica de gestão do conhecimento e da informação da qual não apenas a diversidade cultural é vítima.

Por fim, ainda na dimensão econômica da cultura e suas ausências nas políticas culturais é fundamental destacar a lógica econômica da cultura popular que, em grande medida, difere dos grandes domínios mercadológicos e do prestígio industrial, e muitas vezes é negada, invisibilizada por não ser rentável. O fato de uma produção cultural não ser rentável não elimina seu valor econômico, apenas lhe confere outro sentido. A dimensão econômica de práticas culturais comunitárias, populares e solidárias muitas vezes está voltada à sustentação dos laços de sociabilidade e formação cidadã, mas não ao lucro. Dentre as responsabilidades e exigências das políticas públicas situamos o fomento a essas práticas culturais inclusive e fundamentavelmente quando estas não são rentáveis ou exportáveis, mas dizem respeito ao funcionamento e à sobrevivência de práticas culturais locais, territoriais e comunitárias.

Para abordar as políticas culturais no escopo do objeto deste trabalho é preciso ter como pano de fundo a reflexão acerca do alcance do Estado na promoção de ações culturais, o que toca diretamente a relação Estado e sociedade civil na organização da cultura. A hierarquia das práticas e expressões culturais que merecem apoio do Estado não é algo estático e varia de acordo com reconhecimento de sua legitimidade pública, o que por sua vez conjuga os valores da sociedade, os interesses do mercado e as prioridades de programas políticos. A definição do recorte e da abrangência do apoio público é tema de profundas reflexões, que se tornam mais complexas quando entra o aspecto econômico: iniciativas, práticas, manifestações, grupos e artistas que tenham conquistado o mercado, devem merecer receber recursos públicos? E se não o conquistaram, como o Estado deve apoiá-las? Não há apenas uma resposta para essas questões, mas certamente todas as respostas devem levar em consideração a dinâmica cultural e seus efeitos sociais, distinguindo os efeitos e condicionantes mercadológicos que os afetam, além dos limites e especificidades da ação estatal.

Para pensar a política cultural e qualquer política pública, é importante pensar o contexto institucional em que está inserida. A institucionalização da política cultural em curso no Brasil corresponde a uma necessidade de atuação em uma perspectiva sistêmica, em que União, Estados e municípios dialoguem e cooperem; onde a sociedade participe e incida; onde haja diálogo e articulação da cultura com outros setores que lhe são constitutivos, como a educação, comunicação e o desenvolvimento territorial. A pendente regulamentação do

Sistema Nacional de Cultura, e sua implementação articulada com as metas do Plano Nacional de Cultura-PNC, é parte do desafio de superação da tradição de instabilidade no campo da cultura.

Atualmente podemos somar outros desafios à institucionalização da política cultural brasileira. As principais fragilidades encontradas dizem respeito às limitações orçamentárias e às distorções causadas pela desigualdade do financiamento à cultura no Brasil. Outra fragilidade significativa diz respeito à oferta de cursos de formação na área da cultura. A diversificação das formas de fomento à cultura, o fortalecimento da infraestrutura e da transversalidade da política, bem como a formulação de marcos regulatórios na área cultural, são necessidades exigidas para o seu fortalecimento institucional. Passaremos por cada uma dessas fragilidades a seguir.

Sabemos que a produção e profusão de dados culturais no Brasil são esparsos, sazonais e sem um rigor metodológico que nos permita traçar comparações e análises continuadas ao longo dos anos. Reconhecemos o avanço da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC realizada pelo IBGE, especialmente do suplemento específico sobre cultura lançado em parceria com o MinC em 2006, mas sua produção é instável, o que dificulta a construção de indicadores. Há no Brasil a necessidade de qualificar a informação da cultura, realizar pesquisas que nos permitam compreender as vocações, motivações, hábitos e aspirações dos atores do campo cultural (artistas, gestores, pesquisadores, cidadãos, etc.), bem como identificar oportunidades, potenciais e fragilidades da cultura, subsidiando políticas mais consistentes. Além de dados qualitativos, a política cultural brasileira se resente de indicadores, estatísticas e dados quantitativos que permitam mensurar tanto os impactos de políticas quanto as demandas e ofertas de bens e serviços culturais, bem como as contribuições dos diferentes setores das cadeias produtivas da cultura. O reconhecimento da cultura para fora da área cultural depende dessa produção de conhecimento tanto específica quanto qualificada.

Segundo Isaura Botelho (2001), para que as políticas culturais sejam eficazes é necessário ir além de mapeamentos da produção cultural, e desenvolver mecanismos capazes de mapear e analisar o universo da recepção, produzir conhecimento sobre a efetiva vida cultural da população. Por vida cultural, a autora entende o conjunto de práticas e atitudes que têm uma incidência sobre a capacidade humana de expressão, de se situar no mundo, de criar seu entorno e de se comunicar. A vida cultural não trata apenas da ocupação do chamado tempo livre e do dispêndio de dinheiro, mas comporta também atitudes em períodos nos quais

o que domina não parece ser cultural, como por exemplo o tempo do trabalho e o do transporte.

Isaura ainda reforça a importância de realizar pesquisas periódicas, o que permite uma análise serial e o questionamento das estratégias e ações públicas governamentais. A partir da experiência das sucessivas pesquisas sobre o consumo e as práticas culturais realizadas na França a partir da década de 70, a autora destaca a importância de conhecer os obstáculos materiais à realização de certas práticas culturais por determinados grupos sociais, desvelando as barreiras simbólicas que os impedem de acessar e fruir práticas culturais específicas. A pesquisa na França revelou que a má distribuição ou ausência de espaços culturais e os preços muito altos não eram os principais entraves ao acesso à cultura, como se supunha, mas sim o desenvolvimento cultural do hábito e do gosto por aquela cultura específica que estava sendo ofertada (BOTELHO, 2001).

Outra fragilidade da política cultural brasileira diz respeito à educação, à necessidade de ampliar e inovar nas ações formativas da área cultural. O caráter inter e transdisciplinar da cultura requer práticas pedagógicas que integrem: formação política; comunicação; conhecimentos técnicos, artísticos e de mercado; saberes ancestrais da cultura oral; gestão pública; articulação social; tecnologia; dentre outros conhecimentos. O universo formativo na cultura é muito vasto e ocorre em diversos contextos, como na educação formal, universidades, ensino técnico, educação popular, trabalho, ruas, festas, etc. Contemplar essas diferentes competências, especificidades e percursos formativos faz com que seja preciso complementar e diversificar a educação como cultura no Brasil.

Em seu Plano Nacional, a Secretaria da Economia Criativa do Ministério da Cultura – SEC/MinC (BRASIL, 2011d) também aborda a falta de qualificação profissional para o trabalho na área dos “setores criativos” como um desafio a ser superado, com equilíbrio entre a especialidade dos setores e a multidimensionalidade da cultura. Este desafio da SEC aponta para o deficit de ofertas e de possibilidades de qualificação que integrem “sensibilidade e técnica, atitudes e posturas empreendedoras, habilidades sociais e de comunicação, compreensão de dinâmicas sócio-culturais e de mercado, análise política e capacidade de articulação” (BRASIL, 2011d, p. 36). Isso pode ser expandido para além do universo da economia criativa e envolver também a gestão pública de cultura, os cursos de pós-graduação, a formação profissional, a formação de gestores públicos, etc.

A revisão, ampliação e inovação dos instrumentos de fomento existentes hoje na cultura é outro desafio a ser superado pelas políticas públicas do setor. Se, por um lado, a ampliação do número de editais lançados pelo MinC a partir de 2003 representa um avanço na

perspectiva da democratização do acesso à cultura, é notória a necessidade de inovar na proposição de outras formas de fomento à cultura, envolvendo o setor privado e as empresas estatais. A perspectiva de combinar diferentes atores e mecanismos de financiamento às ações culturais também se mostra cada vez mais necessária, o que envolve o financiamento colaborativo (*crowdfunding*) e o financiamento misto (*matchfunding*). Para tanto, é preciso conhecer e considerar a diversidade territorial brasileira, as vocações regionais existentes, as redes e formatos jurídicos dos grupos e empreendimentos culturais. A tendência do fomento público à cultura historicamente privilegiou o financiamento a projetos de produção cultural. Além da falta de visão sistêmica ao apoiar projetos isoladamente, deixou-se de fora do fomento às etapas de circulação e distribuição de bens e serviços, o que reforçou o caráter desigual desse mercado.

O Plano Nacional da Secretaria da Economia Criativa do Ministério da Cultura – SEC/MinC para o período de 2011 a 2014 traz contribuições para pensar os desafios da política cultural brasileira na contemporaneidade. Ao definir o conceito de economia criativa, orientador das ações públicas do Ministério no período de vigência do Plano, o documento trata de seus princípios e recorta os setores contemplados sob o guarda-chuva “criativo”. Os desafios apontados no planejamento da SEC devem ser ampliados para todo o MinC, pois dizem respeito a necessidades mais gerais da política cultural brasileira como um todo.

Em seu Plano Nacional, a SEC traça o desafio relativo à articulação e estímulo ao fomento de empreendimentos criativos e refere-se à necessidade de ampliar o acesso a recursos financeiros e à diversificação da oferta de linhas de crédito aos grupos e empreendimentos atuantes nas artes e na cultura. Esse desafio apoia-se na constatação de que não há, por parte dos bancos e das agências de fomento, um reconhecimento da diversidade de formatos possíveis de negócios no campo da cultura. Assim como tampouco há uma compreensão das dinâmicas específicas de funcionamento desses empreendimentos, das garantias que estes podem oferecer, e do tempo da produção cultural. Isso tudo dificulta, e muitas vezes inviabiliza, realizações culturais diversas (BRASIL, 2011d).

A infraestrutura da política cultural necessária para consolidar sua institucionalidade apresenta ainda o desafio de aumento orçamentário e de transversalidade. Estes desafios estão voltados ao desenvolvimento de cada uma das etapas das cadeias produtivas da cultura (pesquisa, formação, criação, produção, distribuição/circulação, gestão, consumo/fruição de bens e serviços). É a diversidade de contextos, de tecnologias utilizadas, da forma de organização social e da realidade própria de cada uma dessas etapas que justifica a necessidade de operar a transversalidade na política cultural, envolvendo outras áreas e

setores no seu desenvolvimento. Este desafio aponta ainda para o risco de desculturalizar a economia da cultura, uma vez que o diálogo e a intersecção com outras áreas também ocorre em um contexto de disputa política e simbólica, onde há o risco dos outros setores falarem mais alto, como é o caso da economia, da ciência e tecnologia, do planejamento, etc.

A ausência de marcos regulatórios na área cultural constitui ainda uma outra fragilidade da política cultural que incide diretamente na necessidade de criação de marcos legais tributários, previdenciários, trabalhistas e de propriedade intelectual que respondam às especificidades dos diferentes atores e criadores do campo cultural. Identificamos aqui a necessidade de formulação de políticas de acesso aos meios de criação, produção e fruição dos bens e serviços culturais. A democratização do acesso a esses meios hoje é redimensionada pelo avanço das tecnologias da informação e da comunicação que precisam ser incorporadas no aprimoramento das políticas culturais. A valorização do autor e do criador hoje existente precisa vir acompanhada de ações públicas de fomento ao compartilhamento do conhecimento, ao consumo e troca de bens e serviços culturais produzidos regionalmente. O não reconhecimento de determinadas atividades culturais e artísticas enquanto profissão impede o acesso a benefícios e direitos trabalhistas e previdenciários, precarizando e desmotivando o trabalhador da cultura.

A superação desses desafios provocará a formulação e implementação de políticas públicas, cujos recursos sejam aplicados de forma equitativa e paritária, aspectos necessários para uma melhor distribuição dos meios de produção e acesso a bens e serviços culturais por artistas, produtores e pela população. O Estado tem um papel muito importante na institucionalização e consolidação de políticas públicas que fomentem a diversidade da produção cultural e desenvolvam mecanismos efetivos e permanentes para sua distribuição. A economia da cultura aponta para a necessidade de políticas integradas que incorporem o pacto federativo e ofereçam as bases de estruturação de processos de criação, produção, distribuição, consumo, fruição, formação, difusão e preservação dos bens simbólicos, tangíveis, intangíveis, tradicionais e contemporâneos.

É dever do Estado democrático experimentar novas culturas políticas por meio da formulação e execução democrática de políticas públicas e não repetir os padrões de produção, consumo e fruição consagrados pelo mercado. As políticas públicas de cultura devem ter o papel de estimular as criações culturais com ampla participação da sociedade civil e forte integração das políticas culturais e sociais. Mas esse papel não é genérico, sem uma análise mais aprofundada das condições reais em que esses diferentes tipos de produção cultural ocorrem e imprimem sua expressão no campo social. É preciso identificar diferenças

e assimetrias no acesso aos meios necessários para a criação, produção e circulação por parte de vários grupos culturais para poder corrigir as desigualdades oriundas delas.

A formulação de políticas públicas de cultura apresenta-se assim como um conjunto de iniciativas, tomadas por diferentes agentes, como o Estado, instituições civis, entidades privadas e grupos comunitários que incidem na organização do espaço público e no exercício dos direitos, o que implica dialogar com o contexto social, considerar os seus limites e necessidades para atuar de forma integral e abrangente.

O Ministério da Cultura criou em 2004 o programa Cultura Viva, com o objetivo de “incentivar, preservar e promover a diversidade cultural brasileira ao contemplar iniciativas culturais locais e populares que envolvam comunidades em atividades de arte, cultura, educação, cidadania e economia solidária” (ARAÚJO; BARBOSA, 2010, p. 39). Para fortalecer o protagonismo cultural da sociedade brasileira e ampliar o acesso às condições de exercício dos direitos culturais, o programa reconheceu e valorizou iniciativas culturais de grupos e comunidades, concebidas enquanto pontos de cultura. O programa teve como diretriz atuar junto a populações com pouco acesso aos meios de produção, fruição e difusão cultural, em situação de vulnerabilidade social e com necessidade de reconhecimento e valorização de sua identidade cultural. O Cultura Viva existiu durante dez anos e a partir de 2008 teve sua execução descentralizada junto a estados e municípios; em 2014, essa ação pública foi institucionalizada enquanto Política Nacional de Cultura Viva, por meio da Lei Cultura Viva², instituída em 22 de julho de 2014.

Podemos afirmar que os pontos de cultura articulam as três dimensões da cultura (simbólica, cidadã e econômica) ao conectar múltiplas representações do sentir, do fazer, do saber e do pensar com o tecido social e produtivo de comunidades. Numa perspectiva cidadã, os pontos de cultura contribuem para ampliar o espaço público da cultura e fomentar o exercício do direito à cultura em diversos contextos e junto a populações variadas. Além de ampliar a infraestrutura cultural do país, os pontos de cultura integram redes e sistemas produtivos no setor cultural.

Os pontos de cultura dinamizam ações diversas de fomento à inclusão produtiva que podem ser identificadas tanto a partir do estímulo a setores produtivos específicos (artesanato, costura, música, dentre outros) quanto a sistemas de produção e circuitos de distribuição mais amplos e integradores de diferentes setores. Assim como não é possível falar em sistemas produtivos inteiramente mobilizados apenas por pontos de cultura, é impossível tratar sua integração produtiva de forma isolada ou específica, visto que sua realização ocorre de

2 Lei nº 13.018: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113018.htm.

maneira conectada ao investimento em infraestrutura, às atividades de formação, à atuação comunitária, à cultura digital, à participação política e cidadã, dentre outras.

Reconhecemos que há limitações e fragilidades na mobilização de sistemas produtivos pelos pontos de cultura, inclusive não há uma política específica de fomento à integração produtiva de suas ações. Mesmo havendo redes diversas dos pontos de cultura, não é o aspecto da comercialização e distribuição da produção cultural o que vigora. As redes de pontos de cultura contribuem para dinamizar a circulação de bens e serviços entre os diferentes pontos e com a sociedade em geral, o que por sua vez fortalece sua produção, chegando até a criar mercados específicos. Podemos identificar esse mercado em potencial, mobilizado pelos pontos de cultura, como sendo ligado à cultura popular, à cultura de periferia, à economia solidária, ao software livre, à produção da cultura independente e ao artesanato, entre outras áreas que existem a partir de lógicas, dinâmicas e escalas muito diferentes e ideologicamente opostas à indústria, seja ela cultural ou criativa.

Entretanto, a promoção da diversidade econômica praticada pelos pontos de cultura não teve uma estratégia consolidada e implementada no âmbito do programa Cultura Viva. A ação Economia Viva realizada por meio de uma premiação em 2010, contemplou 12 iniciativas e foi concebida para atender essa demanda, e para proporcionar a geração de renda e a articulação em rede dos pontos de cultura. Conheceremos detalhadamente essa iniciativa, seus alcances e limitações a partir do terceiro capítulo desta pesquisa.

O Programa Cultura Viva colocou em prática no Brasil a primeira experiência de descentralização de uma ação pública na área de cultura com magnitude nacional e capilaridade territorial. Esse processo teve início em 2008, com o programa Mais Cultura, por meio do qual estados e municípios, em parceria com o MinC, passaram a executar o programa Cultura Viva. O federalismo cooperativo na cultura ainda é algo a ser consolidado no Brasil, uma intenção a ser efetivada, e certamente a experiência de descentralização do Cultura Viva oferece alguns aprendizados a respeito dos desafios desse processo.

Mesmo a institucionalização do Sistema Nacional de Cultura (SNC), por meio da Emenda Constitucional nº 71/2012, não garantiu a efetivação da cooperação federativa na gestão política da cultura no Brasil. A falta de regulamentação do SNC influencia na ausência de sua operacionalização, mas compreendemos que o desafio reside também na ausência de um pacto federativo na gestão pública da cultura, que distribua responsabilidades diferentes para cada ente (União, estados e municípios), na garantia do exercício do direito cultural. Diferentemente da educação e da saúde, em que esses limites são claros, tanto em termos da arrecadação de impostos, quanto da execução das políticas, e não há concorrência no

desenvolvimento das ações públicas, a cultura ainda não tem instituída a divisão federativa de atribuições e o compartilhamento de responsabilidades em sua gestão.

A existência de funções concorrentes entre os entes federados na gestão pública não é sinônimo de enfraquecimento político, mas no caso da cultura é o que ocorre diante do cenário de fragilidade institucional existente. As políticas públicas de cultura apresentam questões e desafios comuns a todos os entes da Federação, mas cujas respostas, ações e medidas, devem ser específicas e próprias a cada ente, orquestradas com os demais, contrabalançando o contexto de desigualdades existente entre os Estados e dentro de cada Unidade Federativa. A aplicabilidade dos direitos culturais carece desse compartilhamento de responsabilidades, bem como da interação e do engajamento dos entes federados em torno de objetivos comuns, que tenham como finalidade garantir a sustentação orgânica e institucional da gestão pública da cultura, além de reduzir as desigualdades e as discrepâncias territoriais nas políticas públicas

Assim como o processo de adesão ao SNC foi impulsionado pelo Governo Federal e teve início junto aos estados, e posteriormente com os municípios, ocorreu o mesmo com o processo de descentralização do programa Cultura Viva. Em 2008, primeiro ano da descentralização do programa, 20 órgãos estaduais de cultura efetuaram convênio com o MinC e lançaram editais de seleção de projetos e instituições para a implementação de pontos de cultura. Foi isso que permitiu uma ampliação significativa no número de pontos de cultura e de escala do programa Cultura Viva. Até o início da descentralização, havia aproximadamente 800 pontos de cultura no Brasil. Os editais de 2008 previram um acréscimo de mais de 1.200 pontos³. Atualmente, há registro de aproximadamente quatro mil pontos de cultura, dentre os convênios estaduais e municipais com o Governo Federal. Segundo dados do MinC (BRASIL, 2013b), até 2013 o Cultura Viva alcançou 1.036 municípios brasileiros, contemplando as modalidades de conveniamento com todas as esferas (federal, estadual e municipal).

As dificuldades da implementação descentralizada do Cultura Viva são tão numerosas quanto complexas. Não cabe aqui detalhá-las, por não ser o objeto de análise e por haver outros estudos que tratam do tema com dados empíricos e pesquisas aprofundadas⁴. Mas não podemos deixar de mencionar o vasto desafio de implementar políticas públicas num país de dimensões continentais como o Brasil e com instrumentos e regulações públicas diferentes entre os estados e a União.

3 A listagem desses editais e uma contextualização do processo de descentralização do programa Cultura Viva foi feita em VILUTIS, 2009.

4 O processo de estadualização do Cultura Viva na Bahia pode ser conhecido em ROCHA, 2011.

A compreensão das especificidades e recorrências de experiências territoriais de gestão e execução do Cultura Viva certamente contribuirá muito para o aprimoramento dessa ação pública e para o alcance das metas do Plano Nacional de Cultura. O PNC prevê a implementação de 15 mil pontos de cultura no Brasil até 2020, e sua execução é um exemplo da necessidade de aprofundamento da cooperação federativa, visto que para alcançar esse número de pontos de cultura em funcionamento é preciso um esforço conjunto e articulado entre União, estados, municípios e DF.

Conforme registram os documentos do MinC sobre os desafios e perspectivas do programa Cultura Viva (BRASIL, 2013b), é possível notar que a partir de 2013 esta ação pública ganha uma responsabilidade e atribuição muito maior do que sua estrutura poderia aguentar. Ao definir as prioridades para os anos de 2013 e 2014, o MinC elegeu a inclusão social pela cultura como preferência. “Diante disso, tornou-se essencial consolidar, o Programa Cultura Viva, como uma Política de Base Comunitária do Sistema Nacional de Cultura” (idem, p. 3). Esse discurso foi bastante reiterado até o final da gestão de 2014, mesmo sem muitos esclarecimentos do que isso significa ou pode vir a se tornar. Essa projeção do Cultura Viva como base comunitária do SNC era “caracterizada como uma política de fomento, integrada, com a participação de órgãos federais parceiros, governos estaduais, distrital e municipais, e da sociedade civil” (idem), praticamente uma reedição ampliada e renovada da concepção original de gestão compartilhada do programa que também nunca se efetivou.

Dentre os exemplos concretos, e não menos problemáticos, desenhados para dar concretude a essa concepção de “base comunitária do SNC” foi vincular o Cultura Viva à 25 metas que “demandam a participação do Programa Cultura Viva para seu alcance” (idem, p. 4). Essa “demanda” do PNC em relação ao Cultura Viva foi organizada em três categorias: participação direta, participação compartilhada e participação indireta. Ou seja, o MinC selecionou 5 metas do PNC que dependem do Cultura Viva para serem alcançadas (metas 3, 4, 6, 9 e 23); mais 9 metas nas quais o Cultura Viva incide como as demais ações do MinC para o alcance (metas 18, 19, 24, 25, 28, 29, 45, 46 e 47); e, por fim, mais 11 metas do PNC cujo alcance conta com uma participação indireta do Cultura Viva (metas 10, 11, 14, 17, 22, 26, 31, 35, 36, 48, 49)⁵.

Organizadas em temáticas, essas metas fazem referência à proteção, promoção da diversidade cultural e à valorização da cultura popular. No que diz respeito à intersecção entre cultura e educação, essas metas tratam da capacitação, qualificação e profissionalização da

5 As metas do PNC podem ser conhecidas e monitoradas em: <http://pnc.cultura.gov.br/metas-do-pnc/>.

cultura; da formação de gestores públicos e conselheiros de cultura; da realização de atividades de arte e cultura nas escolas. Em termos da ampliação do acesso à cultura, essas metas abordam a circulação de produtos e serviços culturais; o aumento de equipamentos culturais; e as ações de comunicação para a cultura. As metas relativas à participação social e representação setorial no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) também está contemplada nessa seleção.

É incontestável que o Cultura Viva tenha uma forte relação com o PNC. Os pontos de cultura como ação pública capilarizada de cultura e sua identificação com as orientações e metas da política cultural brasileira para os próximos dez anos é direta. Como exemplo disso, podemos identificar que os resultados esperados com os pontos de cultura atendem às cinco finalidades do PNC, previstas em nossa Constituição Federal (BRASIL, 2005c), a saber:

- I – Defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;
- II – Produção, promoção e difusão de bens culturais;
- III – Formação de pessoal qualificado para gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;
- IV – Democratização do acesso aos bens de cultura; e
- V – Valorização da diversidade étnica e regional.

Entretanto, atribuir o alcance de quase 50% das metas do PNC ao Cultura Viva sem uma estratégia estruturada, sem resolver as dificuldades internas de gestão do programa, nem elaborar instrumentos de acompanhamento, avaliação e monitoramento adequados, é uma projeção sem aderência à realidade. A falta de articulação do Governo Federal com os demais entes federados que implementam o Cultura Viva nos estados e municípios, revelaram a dificuldade de descentralizar o conjunto das ações de um programa, quem diria de quase metade do PNC.

Conceber o Cultura Viva enquanto “política de base comunitária” no âmbito do SNC é expressão não somente do caráter indutor do SNC, como também de seu equilíbrio tenso que pode responsabilizar os entes federados e os próprios pontos de cultura por seus insucessos, se não for uma ação estruturada com mais robustez. É fundamental ressaltar que implementar políticas descentralizadas como as aqui mencionadas, requer planejamento, orçamento, ampliação e capacitação do corpo técnico do órgão gestor. Essa previsão esteve ausente na meta de pontos de cultura projetada no PNC e em outras metas desse instrumento.

Dentre as metas do PNC previstas pelo MinC que dependem da participação direta do Cultura Viva para se efetivarem, consta a Meta nº 9, que prevê 300 projetos de apoio à sustentabilidade econômica da produção cultural local até 2020. Encontramos uma conexão

direta entre essa meta e a pesquisa realizada nesse trabalho, voltada à premiação de pontos de cultura e organizações da sociedade civil com projetos de geração de renda e fomento à sustentabilidade de iniciativas culturais. Buscaremos compreender os desafios enfrentados pelos pontos de cultura para formar empreendimentos culturais e realizar projetos produtivos de forma continuada e participativa. Analisaremos também o papel do Estado em promover a diversidade econômica de iniciativas culturais voltadas ao desenvolvimento territorial e à autonomia coletiva.

A pesquisa contemplou ainda uma interpretação da forma de organização e do sentido do trabalho associativo e em rede dos pontos de cultura. Procurou também, compreender a relação estabelecida entre essas organizações, suas ações culturais, a articulação em rede entre elas e a relação com a sustentabilidade compreendida de modo plural. Valores comunitários como cooperação, solidariedade e participação popular organizam ações culturais nesses contextos de desenvolvimento territorial. É possível identificar algumas recorrências no conjunto das práticas dos pontos de cultura, dentre as quais destacamos a busca por melhores condições e qualidade de vida dos grupos e comunidades envolvidos na ação cultural e o fortalecimento institucional dessas organizações culturais. Estas práticas ainda são bastante incipientes numa escala maior das redes existentes no âmbito do Cultura Viva; há uma ausência de recursos para a estruturação da articulação socioeconômica em rede dos pontos de cultura e tampouco existem ações públicas voltadas ao fomento de circuitos produtivos e de comercialização de produtos e serviços dos pontos de cultura.

As principais ausências identificadas dizem respeito à carência de espaços de comercialização, falta de conhecimento de gestão financeira, falta de crédito para compra de insumos, necessidade de formação administrativa para vendas, pouca troca com outras experiências na área e ausência de políticas de fomento à diversidade econômica dos pontos de cultura. Dificuldades e desafios como esses merecem ser estudados, como forma de sistematizar os alcances e potencialidades da ação pública e das alternativas construídas pelos pontos de cultura em termos de sua sustentabilidade.

É importante esclarecer que trabalharemos neste estudo com as múltiplas dimensões que compreendem a noção de sustentabilidade: sua dimensão econômica, muito mencionada no Cultura Viva, mas também a sustentabilidade social, política, cultural, ambiental e de gestão das associações, pontos de cultura e de seu trabalho cultural. No discurso do programa Cultura Viva, a sustentabilidade é compreendida como o efeito alcançado a partir da promoção dos pilares dessa ação pública: autonomia, protagonismo, empoderamento, articulação em rede e gestão compartilhada. A Lei Cultura Viva atualizou esses princípios,

substituindo o empoderamento pela capacitação social das comunidades locais. Identificamos que essa substituição faz sentido para o novo enfoque assumido a partir da institucionalização da Política Nacional, que busca consolidá-la enquanto uma política de base comunitária do Sistema Nacional de Cultura. Desde o início do programa, a sustentabilidade foi concebida a partir do fomento público às ações culturais de organizações da sociedade civil com o discurso de promoção das ações culturais de pontos e pontões de cultura. Ao longo dos dez anos de existência do programa, a promoção da sustentabilidade dos pontos de cultura não foi resolvida, e quanto maior a diversidade a ser promovida, maior dificuldade o Estado teve em fomentá-la.

Neste trabalho conheceremos essas tensões e alternativas experimentadas nesse processo. Iniciaremos com uma reconstrução histórica das políticas culturais a partir de 2003 para compreender como foi situado o desafio de fomento à diversidade cultural e à pluralidade econômica no âmbito de organizações da sociedade civil. Para tanto, conheceremos as ações públicas de aproximação entre cultura e economia solidária realizadas no âmbito do Governo Federal.

CAPÍTULO I

PRESENCAS E AUSÊNCIAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NAS POLÍTICAS CULTURAIS (2003-2010)

Partimos da compreensão de que a transformação da cultura política, o fortalecimento da democracia cultural e a necessidade de políticas integradas representam importantes passos para a formulação e execução de políticas públicas de cultura. Para alcançar essa perspectiva, em 2003 o Ministério da Cultura (MinC) identificou a necessidade de operacionalizar um conceito alargado de cultura que lhe permitisse estruturar seu programa político e orientar suas diversas ações. O discurso programático do MinC passou, a partir de então, a reunir três dimensões da cultura, buscando articular a dimensão simbólica da vida social, a dimensão da cultura como economia e a compreensão da cultura como direito de cidadania.

Ao propor uma política cultural que abarcasse a dimensão simbólica da cultura, a gestão de Gilberto Gil e Juca Ferreira no MinC (2003 a 2010) demonstrou a intencionalidade de fomentar os “signos construtores das identidades” e a “usina de símbolos de cada comunidade e de toda a nação”, nas expressões utilizadas pelo então Ministro, Gilberto Gil (2003, p. 11). A dimensão cidadã da cultura foi pensada dentro da perspectiva dos direitos culturais e da superação da exclusão social, o que envolve a eliminação das discriminações e o reforço da autoestima, do protagonismo social e da apropriação do sentimento de pertencimento junto a comunidades. Aspectos relacionados à produção, ao consumo, à distribuição e ao emprego do setor cultural, por sua vez, compuseram os discursos do MinC a respeito da dimensão econômica da cultura.

Se, no espaço da cidadania, a política cultural do MinC se propôs a superar as condições de desigualdade de acesso à cultura, do ponto de vista econômico alimentou-se a expectativa de que as potencialidades da cultura fossem projetadas em sua capacidade distributiva e equitativa. Não há dúvidas que o programa Cultura, Educação e Cidadania - Cultura Viva foi a ação pública do MinC do período de 2003 a 2010 que mais se aproximou disso, pela capilaridade dos pontos de cultura que não só ampliaram o acesso a bens e serviços culturais, como dinamizaram a produção cultural em diversos territórios e comunidades, contribuindo para o fortalecimento político de sujeitos e agentes culturais. O Cultura Viva se propôs reunir de forma abrangente a diretriz política do MinC de articulação das três dimensões da cultura.

Entretanto, no que diz respeito à temática desta pesquisa, é importante apontarmos um questionamento existente ao abordar a perspectiva redistributiva de políticas públicas, necessário para refletir acerca da possível intervenção do Cultura Viva na economia da cultura. A inserção social de pessoas e grupos no mundo do trabalho e a geração de renda, desacompanhadas de formação política e da participação social, podem recair facilmente no desenvolvimento de iniciativas econômicas que valorizem ainda mais o mercado capitalista e a sociedade do consumo, apresentando um alcance limitado em termos do seu potencial de transformação social e desenvolvimento cultural. A preocupação aqui vai além disso. Busca-se estudar iniciativas culturais que promovam uma articulação virtuosa entre a inserção no mundo do trabalho, a participação social e política, e o desenvolvimento de iniciativas econômicas autônomas e democráticas de geração de renda num contexto de democracia cultural.

Reconhecemos que um bem simbólico é simultaneamente um produto cultural, criado em um determinado contexto social, com valor econômico e político. Embora seja muito difícil dissociar essas três dimensões da cultura, podemos afirmar que, do ponto de vista da política cultural brasileira, não houve um equilíbrio no tratamento desses aspectos por parte do Ministério da Cultura. O desequilíbrio do financiamento à cultura no Brasil não foi revertido, o orçamento do MinC continua sendo inexpressivo e o governo federal tampouco construiu uma visão estratégica acerca de como fomentar a diversidade da economia da cultura de forma mais equilibrada. Como situação-limite que retrata esse desequilíbrio, temos as leis de incentivo à cultura que continuam movimentando as maiores cifras. Sua distribuição regional permanece 80% concentrada em poucos bairros de duas capitais, São Paulo e Rio de Janeiro, e as empresas avançam cada vez mais na obsessão pelos projetos 100% incentivados, de modo a operar exclusivamente com recursos públicos. No período que abrange este estudo (2003 a 2014), podemos afirmar que em relação à economia da cultura, as iniciativas do governo federal foram pontuais, e não houve ações públicas estruturantes operadas de forma continuada e que abrangessem a diversidade das formas de produzir, distribuir e consumir cultura no Brasil. O programa Cultura Viva não ficou de fora desse descompasso, evidenciando as contradições e disputas dentro do campo das políticas públicas voltadas à economia da cultura.

Com base nessa concepção tridimensional da cultura, identificamos que o aspecto da produção econômica dos pontos de cultura foi o menos fomentado no programa enquanto política cultural. Muitos pontos de cultura têm a dimensão econômica incorporada à sua produção simbólica e atuação cidadã, mas veremos a seguir como essa dimensão, mesmo

tendo gerado diretrizes políticas estruturantes, voltadas à economia solidária, não se efetivou em políticas públicas na área cultural. No âmbito do Cultura Viva, recuperaremos brevemente o histórico da abordagem da dimensão econômica da cultura e trabalharemos com duas iniciativas que conceberam uma aproximação da economia solidária junto aos pontos de cultura: a Ação Agente Cultura Viva e a Teia 2006 - Mostra de Cultura do Brasil integrada à I Feira Nacional de Economia Solidária.

Em seguida, na segunda parte deste capítulo, faremos uma reflexão mais ampla acerca da intersecção da economia solidária com outras ações públicas do MinC que extrapolam a dimensão do Cultura Viva, embora guardem interface com o programa. Ao final do capítulo, traremos algumas contribuições latino-americanas da Cultura Viva Comunitária acerca da concepção da dimensão produtiva dos pontos de cultura. É necessário reconhecer que a análise realizada neste capítulo tem como característica os termos normativos do discurso e da narrativa construídos no âmbito do programa, tanto pelo poder público quanto pelas organizações da sociedade civil. Como primeira aproximação sobre o tema, consideramos relevante visitar as projeções normativas e as narrativas construídas, mesmo sabendo de suas limitações em termos de aplicabilidade prática. Por vezes são ideais demais, perspectivas inalcançáveis; por outras, representam a utopia que move muitas ações. De todas as maneiras, esses documentos apresentam princípios, intenções e necessidades que precisaremos ter em vista quando formos conhecer as experiências práticas da gestão pública do Cultura Viva e das experiências produtivas e de articulação em rede dos pontos de cultura, o que faremos ao longo de todo este trabalho. Mas não podemos iniciar nossa reflexão sem antes tratar brevemente da economia solidária, sua concepção, seus atores, suas práticas de trabalho associativo e sua relação com a cultura.

A economia solidária ganhou expressão no Brasil de maneira espontânea, verificada há muitos anos e inclusive décadas, mas se fortaleceu enquanto fenômeno, com escala, a partir de 1990, com a constituição de outras formas de organização da produção, orientadas por princípios da autogestão, solidariedade e cooperação, diferenciando-se da lógica que vigora no mercado capitalista. A economia solidária hoje é um movimento social, econômico e cultural amplo e mundial que reúne empreendimentos econômicos solidários e instituições de fomento e assessoria, além de gestores públicos. A integração produtiva proposta pela economia solidária é orientada por práticas autogestionárias de produção, consumo, comercialização e crédito centradas na valorização do ser humano e não do capital.

O trabalho associado e autogestionário característico da economia solidária aproxima os trabalhadores dos meios de produção, pois os vincula intrinsecamente ao trabalho tanto

quanto à produção e à gestão, sem subordinação; isso difere das tradicionais relações de produção e promove a experiência de geração de trabalho com dignidade, equidade, participação e propriedade coletiva. A ampliação das liberdades dos trabalhadores também é um desdobramento da autogestão, da corresponsabilidade pelo processo produtivo, do trabalho associativo e do consumo compartilhado.

A economia solidária é plural e reúne uma diversidade de práticas econômicas, sociais, políticas e culturais envolvendo produção de bens, prestação de serviços, finanças, trocas, comércio e consumo baseadas nos princípios de solidariedade, cooperação e autogestão. A economia solidária reúne iniciativas inovadoras de moedas sociais, finanças solidárias, comércio justo e solidário, microcrédito, fundos rotativos, bancos comunitários, clube de consumo, clube de trocas, dentre outros, hoje abarcando não só cadeias produtivas, como também arranjos produtivos locais.

Assim como no universo da produção cultural, podemos identificar que na economia solidária também ocorre a aproximação entre o processo produtivo e a distribuição dos bens e serviços e há um esforço cada vez maior de mobilização de setores sociais e valorização de cadeias produtivas e de comercialização, orientadas pelos mesmos princípios associativos e autogestionários.

A comercialização de produtos agroecológicos da agricultura familiar, a produção industrial de empresas recuperadas, a articulação em rede de cadeias produtivas diversas como as de tecelagem, apicultura, beneficiamento de frutas, dentre outras, além de bancos comunitários, clubes de consumo responsável e comércio justo e solidário são iniciativas do universo da economia solidária, e o setor artístico-cultural não fica de fora. A criação, produção, distribuição, circulação, difusão, consumo e fruição de bens e serviços culturais também fazem parte da economia solidária. O artesanato talvez seja sua produção cultural mais conhecida, mas existem em todo o país diversas ações cooperativas envolvendo teatro, audiovisual, confecção, cultura digital, música, cultura popular, turismo de base comunitária, gastronomia, dentre outros setores.

O uso de moedas sociais é outra realidade da economia solidária muito difundida e praticada não só no Brasil, como no mundo. As moedas sociais operam para estimular a circulação de serviços, produtos e conhecimentos em determinados sistemas que podem funcionar em bairros, cidades, redes, clubes de troca ou eventos específicos. Essas moedas permitem mensurar o tempo de trabalho e a dedicação de pessoas em determinados contextos, valorizando a produção e, muitas vezes, ampliando as oportunidades de expansão de mercados. Um de seus principais méritos é fazer com que o dinheiro circule dentro de uma

rede específica de pessoas, profissionais e estabelecimentos envolvidos no circuito de trocas. Isso proporciona o desenvolvimento endógeno de comunidades e evita a condução de recursos a corporações que não possuem vínculos sociais com as localidades e as pessoas que delas consomem e as sustentam. A confiança e a proximidade são valores que criam bases sólidas para essas trocas se manterem vivas e os empreendimentos, ativos.

O que torna os processos produtivos dignos de serem identificados como economia solidária é que o trabalho coletivo e a comunidade sejam os motores que determinam os demais fatores de produção; ou seja, a dimensão humana do desenvolvimento é central, e não há disputa de poder sem esse cuidado com outro, sem o reconhecimento de sua diferença, nem sem a realização da igualdade. O desenvolvimento local, participativo e sustentável constitui, assim, parte essencial da estratégia de construção de alternativas à precarização do trabalho.

Em termos culturais, dentro dos empreendimentos econômicos solidários a comunicação é dialógica; a educação é popular e o software é livre. Todos possuem o mesmo direito de fala e os valores praticados na convivência são tão formativos quanto a participação em seminários ou cursos. O software é livre porque o seu código é aberto, o seu desenvolvimento é comunitário e ao usá-lo você não se torna simplesmente um usuário, mas uma pessoa que contribui e colabora com o seu desenvolvimento, aprimoramento e sustentabilidade.

Na economia solidária, a antítese entre capital e trabalho é abolida e superada pela propriedade coletiva dos meios de produção. As experiências de economia solidária revelam como o controle efetivo dos meios sociais de produção pelos trabalhadores estimula sua autonomia e sua participação no processo democrático de construção de direitos econômicos, sociais e culturais.

Em termos econômicos, a economia solidária não se priva do consumo ético e da produção autogestionária. Ou seja, a propriedade é social e o consumo deve priorizar aqueles que também a praticam, pois, além de um produto, consome-se também um conjunto de relações sociais, trabalhistas, políticas, econômicas, ambientais e culturais.

Se, por um lado, é possível afirmar que a economia solidária representa um outro modo de produção, diferente do modo de produção capitalista e alternativo a ele – e há consenso quanto a isso –, por outro, há variadas compreensões acerca do que esse modo de produção representa num contexto mais amplo. Ele pode ser definido como uma resposta às contradições do capitalismo, o que situa a economia solidária enquanto um modo de produção complementar à economia capitalista, reduzindo-a a sua existência funcional, de preservação do trabalho e demais fatores da produção. Podemos conceber a economia solidária também

como uma alternativa superior ao capitalismo, não apenas em termos econômicos, mas de qualidade de vida. O termo superior não está sendo pensado aqui apenas no sentido de ser melhor, mas de alcançar uma dimensão mais ampla na sociedade, envolver mais pessoas e ser superior a uma alternativa passageira, pontual, episódica. Nessa perspectiva, a economia solidária é maior do que uma resposta a uma crise do capitalismo e é vivida como alternativa por uma grande parcela da população, que por meio dela pode usufruir de oportunidades concretas de autosustento.

Sobre essa *vida melhor* que a economia solidária visa a proporcionar, Paul Singer reforça não se tratar apenas de uma opção melhor quanto à produção e ao consumo, ou seja, de oferecer aos mercados produtos e serviços com melhores preços e qualidade,

[...] mas também melhor no relacionamento com familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho etc.; na liberdade de cada um de escolher o trabalho que lhe dá mais satisfação; no direito à autonomia na atividade produtiva, de não ter que submeter a ordens alheias, de participar plenamente das decisões que o afetam, na segurança de cada um saber que sua comunidade jamais o deixará desamparado ou abandonado. (SINGER, 2002, p. 114).

Podemos encontrar nessa concepção uma proximidade com a compreensão de desenvolvimento como liberdade já mencionada aqui. Para Amartya Sen (2000), a população diretamente impactada pelo desenvolvimento tem que ter o direito de escolher o que deve ser feito em seus territórios, os projetos de desenvolvimento não são decisões de autoridades, especialistas ou políticos. A liberdade política e os direitos civis básicos são considerados aspectos chaves para serem garantidos e promovidos no desenvolvimento, assim como são pressupostos da economia solidária.

Neste início de reflexão, interessa-nos pensar o contexto de inflexão em que a economia solidária surge. O seu nascimento coincide com a difusão do *ethos* do capital e da racionalização do processo produtivo do regime intensivo de acumulação. Em termos políticos, esse processo de valorização capitalista criou a autonomização relativa da função de direção sobre o processo de trabalho, o que reforçou, por sua vez, as contradições desse processo. Ao mesmo tempo em que o trabalho de explorar (função empresarial do capital) passa a ser considerado tão trabalho quanto aquele trabalho explorado, fica mais forte a convicção de que essa atividade pode ser retirada do poder do capital e passar à classe trabalhadora. O caráter supérfluo do capitalista como dirigente do processo de trabalho na criação de riqueza social evidencia que essa função pode passar a ser executada pelos trabalhadores.

A necessidade de autonomia dos trabalhadores é aqui considerada chave nessa inflexão. A possibilidade de construção de um outro modo de produção é reforçada pela formação do sujeito social transformador constituído dentro e a partir das relações de produção do sistema gerado pelo próprio capital. Para tanto, a apropriação efetiva dos meios de produção pelos trabalhadores é imprescindível e constitui o impulso gerador de sentido desse processo de ruptura das relações sociais e técnicas de produção determinadas pelo capital. Interessa-nos a base cultural desse processo de transformação que Paul Singer também menciona:

Evidentemente, a transferência do controle dos meios de produção aos trabalhadores, para ser autêntico, não pode ser decretado de cima para baixo, mas tem de ser conquistado de baixo para cima, dentro do capitalismo. E esta conquista não pode deixar de levar muito tempo pois implica em verdadeira revolução cultural protagonizada pelos trabalhadores que se transformam, por sua própria iniciativa, de dependentes assalariados – ou ex-assalariados desempregados – em empreendedores coletivos. *E por isso que se tornou necessário separar o conceito de revolução social do de revolução política.* (SINGER, 2013, p. 5).

A revolução social a que Singer se refere tem como centro a consciência histórica do trabalhador coletivo construída a partir da apropriação dos meios de produção. Trata-se de uma transformação sistêmica que por isso é base para a compreensão de uma nova estrutura social e histórica.

A construção da economia solidária tem, portanto, quatro dimensões intrinsecamente imbricadas e misturadas: econômica, social, política e cultural. São ações coletivas que operam no espaço socioprodutivo, mobilizadas pela autonomia dos trabalhadores e organizadas a partir da participação no processo democrático de construção de direitos econômicos, sociais e culturais. Inscrita na práxis do sujeito social, sua luta política é travada no território socioprodutivo e seu projeto orienta-se no sentido de uma sociedade de produtores associados.

A organização do trabalho na economia solidária tem como elemento estruturante a produção de valores de uso, em vez do valor de troca. Ao recuperar a origem do sentido da troca, cuja finalidade era apenas o uso, os empreendimentos econômicos solidários reposicionam o sentido original dessa lógica invertida pela lei do valor. Isso pode ser identificado também no fato de a economia solidária dar relevância central ao lado humano do trabalho e não ao capital e de valorizar o fazer e a identidade do trabalho, as trocas simbólicas e a construção de laços e relações. Há uma busca em considerar os aspectos qualitativos que envolvem a produção, o consumo, a comercialização e os valores éticos, sociais e culturais.

A individualização extrema do modo de produção capitalista fortalecido pela divisão social do trabalho tem profunda relação com a desidentidade entre indivíduo e gênero humano e com a unilateralidade do trabalho alienado. A economia solidária, por sua vez, propõe alternativas a essa individualidade e a sua prática busca a transformação da sujeição do trabalhador à lógica do capital. A gestão coletiva proposta e praticada na economia solidária supera a alienação do trabalho ao garantir a participação dos trabalhadores no processo produtivo como um todo, desde a concepção dos produtos até a decisão a respeito de sua comercialização e a distribuição dos recursos do empreendimento.

Características como essas apontam para o desenvolvimento de alternativas e superação da divisão do trabalho. Ao evitar a polarização do trabalho entre as pessoas que pensam e concebem o seu processo e aquelas que o executam, a economia solidária propõe compartilhar a inteligência da produção. Ao transformar a organização do trabalho e a maneira que as pessoas tomam decisões sobre o processo produtivo, há também um impacto e uma ressonância na sociedade e no modo em que ela se organiza em relação ao produto econômico gerado a partir desse processo. Essa mudança é essencialmente cultural.

Ao considerar e reforçar o trabalho como elemento fundante, criador de bens e serviços socialmente úteis, a economia solidária concebe-o como atividade criativa. O trabalhador é, assim, o criador— que se transforma também por meio da prática laboral, que cria relações e laços de sociabilidade com forte sentido comunitário e que constitui sua identidade muito vinculada ao trabalho enquanto ação criativa no território. Vemos que a perspectiva criativa está presente na economia solidária vinculada ao trabalho e não a setores da produção. O trabalho passa a ser visto como ação cultural de criação de novas relações sociais, conhecimentos, bens e serviços.

Podemos afirmar que a economia solidária significa, sobretudo, um modo de produção e fundamentalmente um modo de vida, um projeto de sociedade que implica no desenvolvimento de novos valores e num processo essencialmente pedagógico, cuja práxis orienta-se pela educação popular. A transformação cultural experimentada pelos trabalhadores da economia solidária é um processo vivencial e coletivo, relacional, não somente abstrato ou conceitual. Ele é um desafio político que precisa ser compartilhado reciprocamente para transformar a mentalidade capitalista e a concepção do trabalho relacionada unicamente ao emprego formal e à competição, características do mercado centrado no capital.

A economia solidária amplia a dimensão pública da economia, resgata o sentido da *pólis*, da economia política e da democracia econômica. A produção associada mobiliza a participação, a troca, a sociabilidade, a cidadania cultural, a autonomia e a solidariedade; ela

estimula iniciativas de comunicação e cooperação, ao mesmo tempo em que prevê ações comunitárias e gera iniciativas de caráter integral, como vida coletiva, cultural e educativa (GADOTTI e GUTIÉRREZ, 1993).

A cultura, compreendida em seu sentido ampliado, extrapola o universo artístico e reúne a construção coletiva de práticas, comportamentos, ações, produções e instituições que fundam a organização social. Mesmo quando nos referimos às formas simbólicas características da cultura, não desconsideramos que elas são produzidas em condições históricas determinadas e que, por se configurarem também como práticas sociais, econômicas e políticas, criam campos culturais diferenciados dentro da sociedade.

A cultura, enquanto direito de cidadania, situa os sujeitos culturais para além de sua condição de empreendedores, consumidores, espectadores ou contribuintes, mas os considera sujeitos políticos, trabalhadores da cultura, cidadãos responsáveis pelo trabalho de criação cultural. É com base nessa compreensão que situamos a interface entre a cultura e a economia, ao focar em práticas colaborativas de trabalho associado na área cultural.

1.1 Economia solidária no programa Cultura Viva

Para refletir acerca da relação entre a economia solidária e o programa Cultura Viva, consideramos relevante descrever as ações públicas voltadas a essa intersecção temática entre cultura e economia dentro do programa. Primeiramente, é importante levar em consideração a análise do discurso normativo do programa, presente em seus documentos e proposições conceituais. Ainda dentro deste tópico, faremos uma leitura dos documentos produzidos pelos pontos de cultura onde a economia solidária está presente, para compreender como ela aparece na narrativa dos pontos.

Em termos normativos, no âmbito do programa, a dimensão econômica da cultura foi concebida de acordo com a perspectiva e o conceito de economia solidária. O Cultura Viva não foi um programa que se afirmou no contexto da economia criativa, nem sequer no da indústria cultural, mas buscou alinhar seu discurso e sua prática de fomento à produção comunitária, popular e solidária, tanto da cultura, quanto da economia. Isso pode ser identificado nos documentos do programa e há um fato curioso acerca da presença e da ausência da economia solidária no Cultura Viva que merece ser registrado.

O Cultura Viva nasceu e se instituiu sob a designação de *Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva* (BRASIL, 2004a), mas teve seu nome trocado duas vezes. A 3ª edição do Catálogo do programa (BRASIL, 2005a) o nomeou de

Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária; o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), por sua vez, ao avaliar essa ação pública se referiu a ela como *Programa Arte, Educação e Cidadania* (BARBOSA DA SILVA; ARAÚJO, 2010). Isso não chegou a confundir, gerar dúvidas, nem foi objeto de questionamentos, visto que o nome Cultura Viva foi mantido e é até hoje sua principal identificação, disputando apenas com a nomenclatura de pontos de cultura que, embora tenha sido uma ação específica do programa, muitas vezes foi confundida como sendo ela própria um programa.

Arte, cultura, cidadania e educação. Se a ordem dos termos não altera a proposta do programa, a inclusão e supressão de *economia solidária* do seu nome chamam a atenção e são reveladoras do que buscamos pesquisar aqui. A concepção do Cultura Viva como um programa de cultura e economia solidária é formalizada ao nomeá-lo dessa maneira em seu catálogo mais difundido, mas o fato de não haver uma ação pública efetiva de economia solidária e, tampouco, uma estratégia para fomentá-la, termina por distanciar os dois campos. No próprio catálogo do *Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária* há apenas duas menções diretas à economia solidária, uma no título do documento e outra na Ação Agente Cultura Viva, como veremos adiante. Isso torna explícito que a economia solidária no programa Cultura Viva foi mais a expressão de uma intenção do que uma efetiva iniciativa programática. Buscaremos, portanto, traçar as presenças e as ausências da economia solidária na trajetória do programa.

As menções ao desenvolvimento de uma cultura solidária e cooperativa a partir do fortalecimento de ações culturais locais pelos pontos de cultura são recorrentes no discurso do programa Cultura Viva. Seus documentos conceituais e de concepção reconhecem haver formas de produção e disseminação de cultura que não seguem os mesmos parâmetros e escalas da indústria cultural, nem operam na mesma relação custo-benefício que ela. O programa não só busca reconhecer essas diferenças, como também afirma ser necessário um outro tratamento delas por parte do Estado. É nessa perspectiva que inserimos o Cultura Viva como uma política cultural de promoção da diversidade cultural.

A diversidade das formas de se organizar, produzir, trabalhar, comercializar e consumir também tem relação direta com a diversidade cultural. Preservar a diversidade cultural é tanto o cuidado e o fomento da salvaguarda de diferentes formas de representação simbólica da realidade quanto a promoção das diversas formas de produzir, trabalhar e gerar economias. Inclusive, uma reflexão crítica sobre isso nos permite afirmar que, no que tange à proteção e à promoção da diversidade cultural, o mais importante e vital é a possibilidade de produção das diferenças, a garantia de vida das capacidades de interação, convívio, contato e

mediação entre essas diferenças. É dessa convivência com o outro e com o diferente que a diversidade se alimenta, se mantém viva, se reproduz, entra em conflito, inova, se transforma, se multiplica e, que se permita a redundância, se diversifica. Preservar e proteger as diferentes formas de produção econômica de grupos e manifestações culturais é uma forma de garantir que eles sobrevivam, interajam e realizem trocas com outras culturas, e também se transformem por meio dessa relação. A promoção e o fomento dessas diversas economias torna-se, portanto, um imperativo.

É possível identificar uma relação de proximidade entre o reconhecimento dessas diferenças e a inclusão da diversidade cultural brasileira no escopo das ações de fomento público. No âmbito do Cultura Viva, o fomento à diversidade de formas de produção cultural integra a conjunto de finalidades do programa, assim como “as trocas culturais, o fortalecimento de iniciativas culturais locais, e o desenvolvimento, nos indivíduos, da consciência crítica e do espírito solidário e cooperativo, incluindo o respeito às diferenças” (idem, p. 30).

O diálogo do Cultura Viva com a economia solidária dá-se, num primeiro momento, relacionado diretamente à transformação cultural e de valores vivenciada a partir do desenvolvimento territorial da ação cultural comunitária dinamizada pelos pontos de cultura. Podemos ver isso no catálogo do Cultura Viva quando são apresentados os objetivos do programa, dentre os quais está previsto “potencializar energias sociais e culturais, dando vazão à dinâmica própria das comunidades e entrelaçando ações e suportes dirigidos ao desenvolvimento de uma cultura cooperativa, solidária e transformadora” (idem, p. 18).

A transformação cultural é também aspecto muito presente na economia solidária, como mencionado no início deste capítulo, pois certamente a mudança de paradigma proposta pela economia solidária só é possível com uma mudança cultural.

A primeira menção que o programa Cultura Viva faz à economia solidária em termos programáticos ocorre no contexto da Ação Agente Cultura Viva, cujo “objetivo é fomentar a geração de renda nas próprias comunidades, a partir de uma economia solidária” (idem, p. 24). Essa ação foi concebida em 2004 e implementada nos anos de 2005 e 2006, representando a primeira ação do programa a ser realizada, logo após a constituição dos pontos de cultura.

A Ação Agente Cultura Viva consistiu na formação de mais de sete mil jovens em um total de 197 pontos de cultura, durante seis meses. Ela foi realizada em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que ofereceu auxílios financeiros mensais de R\$ 150,00 aos jovens, durante seis meses, tendo como contrapartida a frequência escolar, a

participação nas ações de formação realizadas pelos pontos de cultura e a prestação de serviços comunitários.

A parceria do MinC com o MTE imprimiu a essa ação a perspectiva de geração de emprego para a juventude de baixa renda do Brasil, tendo a cultura como ponto de partida. Os discursos e expectativas em relação a essa ação para cada um dos dois ministérios eram muito diferentes e chegavam a ser contraditórios. Enquanto um órgão apostava na empregabilidade do jovem, o outro almejava o trabalho associado. Isso reflete alguns aspectos da diversidade das formas de organização da economia da cultura e das concepções existentes acerca de seu fomento público dentro do próprio Estado.

Por um lado, o MTE acreditava que essa ação aliaria a qualificação social e profissional de jovens na área cultural à intermediação de mão de obra, tendo como horizonte a inserção de 30% dos jovens Agentes Cultura Viva no mercado de trabalho. Essa meta fora herdada do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego, ação pública desenvolvida pelo MTE no âmbito da qual o órgão incorporou a iniciativa do Agente Cultura Viva. Por outro lado, o MinC revestia essa ação pública com o discurso do empreendedorismo e da economia solidária, apostando na formação dos jovens como oportunidade para sua profissionalização na área cultural. Apesar dos diferentes meios e concepções, ambos ministérios concordavam que a finalidade dessa ação era a entrada de jovens em programas redistributivos de geração de emprego e renda na área da cultura. Todavia, o desempenho gerencial problemático dessa ação e a complexidade do seu objeto não proporcionaram o alcance desse objetivo.

No Termo de Cooperação entre os ministérios, foi firmado um comprometimento mútuo de realocar os jovens nos seus programas ou iniciativas após o término da formação prevista nessa ação. Na documentação da ação, havia ainda a previsão de que os ministérios desenvolveriam formações e orientações das atividades culturais e cidadãs para que essa experiência se tornasse inovadora ao aliar cultura, trabalho e juventude. Nenhuma dessas iniciativas foi levada a cabo, entretanto, segundo o catálogo do programa,

A capacitação específica [do agente cultura viva] é definida pelo Ponto de Cultura e a coordenação do programa contribui com o acompanhamento em educação popular, empreendedorismo cultural e microcrédito. O objetivo é fomentar a geração de renda nas próprias comunidades, a partir de uma economia solidária (BRASIL, 2005a, p. 24).

Apesar de ter sido prevista a meta de inserção de, ao menos, 30% dos jovens qualificados no mercado de trabalho, não foi oferecida nenhuma alternativa concreta de

articulação, parceria, inserção, projeto ou ação para intermediar, facilitar ou garantir esse processo. A implementação dessa meta tampouco foi acompanhada de uma análise da realidade do jovem que trabalha com arte e cultura, nem de um reconhecimento das atividades profissionais na área cultural; não houve adequação de critérios, exigências e condicionantes dessa iniciativa à realidade do setor cultural. Como os programas Primeiro Emprego e Cultura Viva não possuíam estratégias, mecanismos ou ações que catalisassem a inserção do jovem no mercado de trabalho, no caso da Ação Agente Cultura Viva esse desafio foi repassado diretamente aos pontos de cultura e aos jovens, o que revela os limites dessa meta em termos de um programa de ação governamental com esse propósito.

No entanto, vale afirmar o ineditismo da intencionalidade do MinC em aliar a economia solidária à cultura, a partir da ação de formação de jovens junto a pontos de cultura. Talvez pelo pioneirismo da ação, não foi possível para o MinC desenvolver uma estratégia que fizesse de fato convergir cultura e trabalho junto aos jovens dos pontos de cultura. A ausência de mecanismos de gestão e ações de inserção produtiva dos jovens não só limitou o alcance dos objetivos da Ação Agente Cultura Viva, como tampouco valorizou os jovens como sujeitos de direitos, ao considerá-los beneficiários passivos de um programa de inserção social e combate ao desemprego. As prioridades dessa ação pública se diluíram e foram absorvidas pelos problemas de gerenciamento, pelo atraso dos pagamentos das bolsas, pela falta de comunicação entre os Ministérios e pela dificuldade de planejamento⁶.

O MinC teve outra iniciativa de parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego ainda em 2006, mas desta vez junto à Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes). Ambos ministérios organizaram nesse ano a primeira Teia – Mostra de Cultura do Brasil integrada à I Feira Nacional de Economia Solidária, com pontos de cultura e empreendimentos econômicos solidários de todos os Estados brasileiros. Realizada em São Paulo, no Pavilhão de Exposições da Bienal, a Teia proporcionou um espaço de encontro, troca, interação e articulação entre grupos culturais e de economia solidária.

A Teia nasceu como Encontro Nacional de Cultura, Educação, Cidadania e Economia Solidária e, além da Feira de Economia Solidária, a programação de sua primeira edição reuniu 100 apresentações artísticas, um seminário, 60 oficinas, um espaço cultural de juventude chamado Espaço Preto Ghoetz, uma mostra de cinema, a Rádio Teia e a TV Teia, dentre outras iniciativas e espaços. O evento foi patrocinado pela Petrobras e pelo Serviço Social do Comércio (SESC) São Paulo e contou com a presença de mais de 500 pontos de

6 Uma descrição do processo de implementação dessa ação, com análise de seus alcances e limites, pode ser encontrada em VILUTIS, 2009.

cultura e 400 empreendimentos econômicos solidários, conforme dados do MinC e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)⁷, também parceiro do evento. Embora não estivesse prevista na programação oficial, ao final do encontro foi organizada a I Plenária Nacional de Pontos de Cultura que inaugurou o caráter político de participação social da Teia e foi repetida em todas as suas demais edições. O SESC foi parceiro na organização do *Seminário Cultura Viva* durante a Teia, atividade realizada com o Instituto Paulo Freire e o MinC que reuniu duas conferências e seis mesas de debate onde a economia solidária esteve presente, como foi o caso das mesas *Economia Solidária como uma Nova Cultura Econômica; Organização Social e Produção da Cultura; Educação para uma Cultura Solidária e Políticas e Ações Sociais*.

Com territórios divididos por estados, os empreendimentos e os pontos de cultura puderam trocar informações e conhecer de perto não apenas a produção de cada instituição, mas também suas formas de organização, mobilização social, articulação em rede, participação política e incidência nas agendas públicas de suas localidades. Os estandes estaduais promoveram reuniões e discussões internas que favoreceram essa troca. A partir dessa Teia, muitos pontos de cultura passaram a conhecer o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, que também estava representado no evento e realizou oficinas e debates.

Essa foi a primeira Teia de cinco eventos nacionais realizados entre 2006 e 2014 e representou o início da articulação em rede dos pontos de cultura e de sua mobilização no sentido de criação de Fóruns dos Pontos de Cultura. Foi nesse encontro que muitos empreendimentos econômicos solidários tiveram contato pela primeira vez com uma política nacional de reconhecimento e valorização da cultura popular brasileira e puderam reforçar a dimensão cultural de sua produção. O convívio entre os pontos e os empreendimentos econômicos solidários foi bastante intenso. Não havia divisórias entre os estandes nem uma mediação do Ministério da Cultura, o que exigiu um protagonismo dos grupos durante o encontro. Foi um exercício de gestão coletiva de um estande estadual, o que acabou por estimular ainda mais a interação entre os empreendimentos solidários e os pontos de cultura.

É importante registrar uma iniciativa realizada dentro da Teia 2006 que não foi muito noticiada pelo Cultura Viva. Na I Feira Nacional de Economia Solidária, funcionou uma feira de trocas de produtos, serviços e saberes, com o uso da moeda social EcoSampa. Essa moeda já vinha sendo utilizada nas feiras de economia solidária de São Paulo desde 2002 e houve um estímulo ainda maior a partir da difusão do uso de moedas sociais em outras feiras de trocas,

⁷ Sobre isso e para mais informações sobre o evento, ver: LIMA, 2013; DOMINGUES, 2008; BRASIL, 2007b e *Feira Nacional de Economia Solidária dentro do TEIA*, 2006.

como ocorreu no Fórum Social Mundial 2005 com a moeda TXAI e o uso da moeda MATE na feira de economia solidária de Santa Maria/RS a partir desse mesmo ano. Organizada pelo clube de troca de São Paulo com apoio e participação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, foram colocadas em circulação mais de 3.000,00 em unidades de moedas sociais e a listagem dos produtos trocados foi grande e variada, abrangendo roupas, CD, livros e materiais pedagógicos (cartilha sobre como formar um clube de trocas, por exemplo), artesanato (utilitário, indígena, de costura, dentre outros), alimentos, instrumentos musicais, brinquedos, acessórios, etc. (HENRIQUE, 2006). A experiência dessa feira de trocas contribuiu para sistematizar uma série de recomendações e organizar a metodologia dos Mercados de Trocas Solidárias realizados nas 26 feiras estaduais de economia solidária, promovidas pela Senaes e o FBES entre novembro e dezembro de 2006.

A Teia foi “um evento épico” nas palavras do Secretário Nacional de Economia Solidária Paul Singer (2007, p. 15), segundo o qual “ficou evidente, lado a lado, a vontade de que os pontos de cultura e os Empreendimentos de Economia Solidária (EES), expositoras da Feira, se encontrassem e que destes encontros resultassem relacionamentos duradouros de troca e aprendizado mútuo” (SINGER, 2007, p. 16). Entretanto, sabemos que para dinamizar esses desdobramentos futuros, algumas medidas e ações seriam necessárias, como avaliações, proposições conjuntas de ações públicas, capacitações, mapeamentos, articulações e diversas outras possibilidades que não ocorreram. Não foi feito um levantamento mais pormenorizado e qualificado da movimentação econômica dos pontos de cultura na Teia, tampouco houve um mapeamento de seus produtos e serviços ou um diagnóstico acerca das potencialidades e dos desafios de comercialização experimentados no evento.

Além de não favorecer desdobramentos, essa ausência de sistematização de informações não contribuiu para o alcance de um dos compromissos do programa, previsto formalmente em seu discurso, de “construir instrumentos de avaliação que contribuam para mensurar os impactos sociais e econômicos da cultura. A coleta dessas informações terá a finalidade de mensurar o potencial mercadológico, ou, o retorno financeiro da produção cultural dos Pontos” (BRASIL, 2005a, p. 30). Identifica-se, portanto, não apenas a intenção de mapear e quantificar essa economia movimentada pelos pontos de cultura, mas fundamentalmente o reconhecimento de especificidades e particularidades dessa forma de produção econômica da cultura.

Lima (2013, p. 128) revela em sua pesquisa a intenção dessa primeira Teia de revelar as potencialidades do Cultura Viva e motivar, contagiar seus participantes em torno da diversidade de possibilidades que o programa poderia proporcionar: “O importante neste

momento era fazer com que os partícipes do Cultura Viva tivessem dimensão de que não se tratava de um simples repasse de recursos”. Além de fortalecer o programa dentro do próprio MinC, naquele momento “O importante era contagiar os partícipes e gestores da diversidade de possibilidades que o Cultura Viva poderia proporcionar”. A economia solidária se apresentava, portanto, como uma espécie de “porta de saída” do Cultura Viva, a possibilidade de circular sua produção, gerar renda e promover a sustentabilidade financeira. A Teia inaugurava isso com uma primeira experiência de promoção da articulação em rede dos pontos de cultura e de incentivo de seu acesso a mercados, por meio da realização de Feira. Domingues (2008, p. 174) também reconhece que “o evento [Teia 2006] debateu os princípios de uma nova economia sustentável, a formação de uma nova cultura colaborativa, e as possibilidades de inserção das classes populares na construção dessas redes”. Mas faz uma ressalva crítica acerca das limitações apontadas anteriormente: “Entretanto, se propôs pouco a investigar a participação da cultura na economia solidária, valorizando muito mais a concepção de diversidade cultural que o impacto destas cadeias produtivas na economia da cultura.” (p. 174).

Mesmo não gerando desdobramentos efetivos em termos de ação pública, a integração da cultura com a economia solidária ficou tão marcada nesse encontro que foi impossível conceber a realização das Teias seguintes sem a presença da economia solidária. As demais edições nacionais do evento (Belo Horizonte - 2007, Brasília - 2008, Fortaleza - 2010, e Natal - 2014) contaram com uma feira de economia solidária onde os pontos de cultura expuseram e venderam seus produtos. Entretanto, é importante frisar o encolhimento da dimensão da economia solidária nas demais Teias, restrita basicamente às feiras. No Apêndice B temos um quadro da presença da economia solidária nas Teias onde podemos ver essa intersecção desde a primeira Teia em 2006 até a última, realizada em 2014.

A segunda edição da Teia, realizada em 2007, inovou em relação ao primeiro evento ao contar com nove encontros preparatórios realizados nos estados, atendendo a uma demanda apresentada pelos pontos de cultura na primeira Teia. A estadualização do Cultura Viva ainda não estava em execução, mas certamente a realização de encontros descentralizados da Teia estimularam o diálogo e a articulação entre as representações regionais do MinC, os governos estaduais e municipais e os pontos de cultura em torno da pauta do Cultura Viva, além de difundir essa ação pública. O Encontro Nacional dos Pontos de Cultura de 2007 foi realizado em Belo Horizonte, sob o lema *Tudo de Todos* e com eixo conceitual voltado à relação entre cultura e educação. No processo de sua realização e como iniciativa de articulação em rede, os pontos de cultura se organizaram em Grupos de Trabalho temáticos.

Um dado interessante que revela a aderência à temática da economia solidária no universo dos pontos de cultura foi a realização de iniciativas semelhantes em âmbito estadual; nos encontros preparatórios à Teia 2007, por exemplo, os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo fizeram uma feira de economia solidária com os pontos de cultura desses dois estados. Experiências como essa revelam o potencial de produção, distribuição e consumo movimentado pelos pontos de cultura articulados em redes e vêm ao encontro da demanda apresentada por muitos pontos de cultura e outras organizações e atores da sociedade civil, de realização de feiras e constituição de espaços permanentes de comercialização de seus produtos⁸.

O fato de não haver mais incentivo público para a participação nacional de empreendimentos econômicos solidários nas Teias seguintes não favoreceu a ampliação da troca de saberes, tecnologias, produtos e serviços entre pontos de cultura e a economia solidária, nem a articulação política entre os dois campos. As demais edições nacionais das Teias contaram com uma feira de economia solidária articulada com o Fórum Estadual de Economia Solidária, mas nenhuma outra edição da Teia voltou a prever uma feira de caráter nacional com empreendimentos da economia solidária em sua programação e com forte organização do FBES como ocorreu no primeiro encontro. Em Belo Horizonte, a IV Feira Mineira de Economia Solidária e Agricultura Familiar integrou a programação da Teia 2007 com atividades formativas e debates, além dos espaços de comercialização dos produtos. O Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária (FMEPS) organizou essa ação no contexto do Programa de Promoção do Comércio Justo e do Consumo Consciente: Feiras em rede de economia solidária e agricultura familiar. A IV Feira Mineira de Economia Solidária e Agricultura Familiar foi uma parceria da Senaes com o Ministério do Desenvolvimento Social, envolvendo suas Secretarias de Desenvolvimento Territorial e de Agricultura Familiar, o FBES, o Instituto Marista e a Fundação Banco do Brasil. Além de uma convivência entre pontos de cultura e empreendimentos econômicos solidários, podemos notar que articulações como essa favorecem a transversalidade da cultura e a articulação política interministerial, haja vista serem órgãos públicos cujos programas e ações são voltadas a públicos muito semelhantes.

A trajetória da economia solidária em Minas Gerais é muito consolidada. Vem desde a década de 90, com organizações sindicais, religiosas e feministas que pautaram suas ações

⁸ Um exemplo disso é a estratégia prevista no Plano Setorial de Artesanato relativa à criação de espaços de referência do artesanato como espaços de memória, formação, pesquisa, exposição e comercialização. O Plano foi para consulta pública em agosto de 2014, quando reuniu 208 contribuições ao longo de seus 45 dias de consulta, e está em fase de consolidação e aprovação pelo Colegiado Setorial do Artesanato.

pela economia solidária. Foi o primeiro estado no Brasil a dispor de uma legislação específica para o seu fomento em 2004 e, desde 2010, conta com o Conselho Estadual de Economia Solidária. Durante os dois primeiros dias da Feira Estadual, o Fórum Mineiro de Economia Solidária organizou o Seminário sobre o Sistema Brasileiro de Comércio Justo e Solidário e o Debate rumo à IV Plenária de Economia Solidária; foi a primeira vez que o Fórum Mineiro organizou uma rodada de negócios na Feira Estadual. Apesar dessa programação, a integração com os pontos de cultura e o Cultura Viva não foi tão intensa quanto na Teia de 2006 e o fato de as atividades desta Teia terem acontecido em espaços diferentes tampouco facilitou a integração da feira ao encontro.

A Teia 2008 - *Iguais na diferença* teve como eixo conceitual os direitos humanos: igualdade de direitos e diversidade cultural. Foi a primeira Teia organizada pelos pontos de cultura no exercício prático da gestão compartilhada entre o poder público e a sociedade civil. Até essa Teia, a economia solidária não estava reunida em um Grupo de Trabalho (GT) específico dos pontos de cultura. Era uma pauta transversal que aparecia na maioria das vezes junto aos debates e proposições dos GTs de cultura digital, sustentabilidade, povos indígenas, culturas populares e tradicionais e de matriz africana. Esta Teia também contou com uma feira de economia solidária organizada pelo Fórum de Economia Solidária do Distrito Federal e Entorno, contando também com a presença de empreendimentos econômicos solidários do Fórum Goiano. A Senaes e o FBES também participaram do evento que, além da feira, realizou o debate *Cultura, economia solidária e estratégias de desenvolvimento sustentável*.

O formato e proposta da feira e das demais atividades de economia solidária não apresentaram inovações em relação à primeira Teia e vemos que nem mesmo houve avanços em relação às articulações políticas e institucionais entre os dois campos de atuação: “A proposta do espaço é dialogar com os Pontos de Cultura – que em muitos casos também se organizam de modo solidário para a produção artística, artesanal e cultural – no intuito de fortalecer as convergências entre os dois movimentos e entre as políticas”⁹. O fato de o FBES reconhecer os pontos de cultura como integrantes de um movimento representou um avanço tanto em termos da articulação entre os pontos, quanto em sua visibilidade e legitimidade política junto a outros movimentos, grupos e fóruns consolidados há mais tempo, como foi o caso da economia solidária.

Não podemos analisar as presenças e as ausências da economia solidária no programa Cultura Viva sem conhecer e refletir acerca das demandas, propostas e necessidades

9 *FBES, Fórum DF e Entorno e SENAES organizam atividades durante a Teia 2008*, 2008. Disponível em: <<https://fbes.org.br/2008/11/23/fbes-forum-df-e-entorno-e-senaes-organizam-atividades-durante-a-teia/>>. Acesso em: 10 set. 2015.

apresentadas pelos pontos de cultura, especialmente se estamos tratando da Teia que se constituiu como espaço de participação social e política do Cultura Viva, enquanto fórum de debate e proposição a respeito da execução do programa. Passaremos, então, aos conteúdos produzidos pelos pontos de cultura nesses eventos. Os documentos que serviram de base para as informações que seguem foram os registros das plenárias dos pontos de cultura, nas Teias de 2006, 2007 e 2008 (IPF, 2006a; 2006b; 2007b; BRASIL, CNPdc, 2008a; 2008b).

Nos documentos de registro e sistematização da plenária do I Encontro Nacional dos Pontos de Cultura em 2006, encontramos um conjunto de propostas em relação ao fomento da produção econômica dos pontos de cultura que foram levadas a cabo muito timidamente nos dez anos de existência do programa Cultura Viva. A promoção de iniciativas de geração de renda nos pontos de cultura foi uma demanda recorrente entre os diferentes estados. Veremos nesta pesquisa que, quatro anos depois, o Prêmio Economia Viva foi lançado justamente com essa finalidade. A participação dos pontos de cultura na organização de eventos do programa Cultura Viva, com a contratação de seus serviços e compra de seus produtos, foi outra demanda que apareceu nesta primeira Teia e repetiu-se em todas as demais como uma das ausências.

Duas outras propostas apresentadas em 2006 foram atendidas parcialmente pelo programa e diziam respeito à realização de mostras regionais de produtos dos pontos de cultura e à promoção de intercâmbios e circulação interestaduais dos pontos, de seus produtos e serviços culturais. Consideramos que foram parcialmente alcançadas porque, embora haja havido Teias com feiras e o Edital Interações Estéticas lançado em 2008 com mais duas edições posteriores, não houve uma intencionalidade nessas iniciativas de fomentar a produção econômica dos pontos de cultura nem o incentivo específico à comercialização de forma continuada.

Ainda nesse ano de 2006, pontos de cultura de diversas localidades reuniram-se no Rio de Janeiro por ocasião do Fórum Cultural Mundial, no mês de novembro, e formularam uma Carta Aberta dos Pontos de Cultura ao MinC. Nesse documento, além de reconhecerem a originalidade, a ousadia e a inovação do programa Cultura Viva, os pontos de cultura indicam aspectos para aprimoramento e consolidação do programa em política pública. Dentre as 14 propostas, sugerem “aprofundar as relações com a Secretaria de Economia Solidária, objetivando a criação de novas ações dentro do programa” (IPF, 2006b, p. 37). A presença da economia solidária nas ações, eventos, documentos e discurso do Cultura Viva ganhava força e relevância nessa época, também entre os pontos de cultura.

É interessante registrar que, na narrativa dos pontos de cultura, os termos economia da cultura e economia criativa não tinham expressividade nessa época e praticamente não existiam. Nos documentos das três primeiras Teias identificamos apenas uma menção à economia da cultura nos encontros preparatórios da Teia 2007, que foi proposto: “Estabelecer estratégias de fortalecimento do conceito de economia de cultura” (IPF, 2007a, p. 14). Já a economia criativa foi mencionada pelo GT de Sustentabilidade da Teia 2008 com uma proposta estratégica de “Criação de mecanismos para venda direta dos produtos e bens culturais à sociedade, buscando novos mercados em economia criativa e solidária” (BRASIL, 2008a, CNPDC, p. 54). Ambos registros revelam haver um reconhecimento da importância dessas temáticas e um interesse de maior aprofundamento em suas potencialidades. A expectativa de ampliação do acesso ao mercado proporcionado pela economia criativa e solidária revela também uma repercussão de outras iniciativas, programas, pautas e debates recém-inaugurados no MinC, como veremos um pouco mais adiante nesta pesquisa..

Os pontos de cultura integraram outras pautas, agendas e ações públicas externas ao Cultura Viva e a presença de políticas públicas de economia solidária na atuação dessas organizações revela a transversalidade dessas ações públicas e reforça sua interface com a cultura. Um exemplo disso são demandas apresentadas nos encontros de 2007 que precederam a Teia desse ano: “Articular estratégias de desenvolvimento local a partir do PPDLES [Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária], Programa de empreendedorismo comunitário e economia popular solidária” (IPF, 2007a, p. 23). O PPDLES foi um projeto desenvolvido pela Senaes e a Universidade de Brasília (UnB) a partir de 2006 com o objetivo de articular políticas públicas junto a governos estaduais e organizações locais para selecionar e formar um conjunto de 600 agentes de desenvolvimento local para liderarem o processo de apoio à formação de grupos e empreendimentos econômicos solidários.

A transversalidade continuou ocorrendo, e na Teia de 2008 algumas propostas exclusivas do GT de Economia Solidária também abordaram a articulação do Cultura Viva com outras políticas públicas, como é o caso das demandas por “Criação de centros de referência da economia solidária na cultura”, pela “Proposição de lei municipal para a economia solidária na cultura” e pela “Criação de edital de fomento para feiras culturais e de economia solidária” (BRASIL, 2008a, p. 74). Vemos que se trata de uma influência das ações públicas de economia solidária em andamento nos municípios, localidades e territórios dos pontos de cultura, promovendo sua interface, aderência e contágio, o que favoreceria sua intersecção e atuação integrada. A proximidade entre essas ações públicas e os pontos de

cultura é reforçada pela semelhança entre seus públicos, sejam eles compostos por lideranças jovens ou grupos e comunidades tradicionais, em sua maioria situadas em regiões de baixo IDH e alta vulnerabilidade social.

Vemos que na primeira plenária dos pontos de cultura, em 2006, a demanda por formação foi a mais recorrente e transversal, envolvendo diversas áreas: formação em software livre, empreendedorismo e gestão, e também em economia solidária. A presença da economia solidária nas plenárias dessas Teias revelou haver, desde o início do Cultura Viva, um reconhecimento – também por parte dos pontos de cultura – acerca da importância dessa “outra economia”. Isso expressa uma identificação e uma compreensão comum da relevância da economia solidária dentro do programa, especialmente voltada à sustentabilidade dos pontos de cultura e à sua articulação em rede. Ao mesmo tempo, essa presença foi reveladora da fragilidade e do desconhecimento dos pontos de cultura acerca das potencialidades da economia solidária. Podemos dizer que havia interesse, vontade e curiosidade dos pontos de cultura em conhecer e aprender mais sobre esta outra forma de organização econômica. Não podemos deixar de dizer também que existia uma esperança de que ela solucionasse alguns gargalos existentes nas organizações, inclusive antes de se tornarem ponto de cultura, que começavam a rebater no Cultura Viva, como por exemplo a comercialização de seus produtos e serviços.

Até a criação do GT Economia Solidária dentro da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, os espaços que catalisaram as propostas e demandas dessas temáticas foram aqueles ligados à sustentabilidade e à cultura digital. Em termos da sustentabilidade, os documentos dos encontros preparatórios da Teia 2007 apontaram para as redes de pontos de cultura como oportunidade de fortalecimento de sua sustentabilidade. Além de maiores investimentos para manter as redes em contínua interação, apontou-se também a demanda por qualificação da produção artesanal, artística e de serviços oferecida pelos pontos de cultura. O GT da Cultura Digital reconheceu a importância da economia solidária: “(...) é bastante relevante no sentido de que se trata de uma relação direta entre produtor e consumidor, eliminando os intermediários” (IPF, 2007c, p. 60). Ao mesmo tempo, reconheceu a ausência de mecanismos que favoreçam a comercialização de produtos e serviços: “Devemos destacar que não há nenhuma ferramenta virtual que apresente e disponibilize os produtos dos pontos, organize e administre esta rede de distribuição” (p. 60).

Ações de estímulo ao uso de tecnologias livres, rádios comunitárias e ferramentas de suporte ao registro, à pesquisa e à comunicação não foram demandas apresentadas apenas pela Cultura Digital. O GT de Comunidades indígenas, comunidades tradicionais e patrimônio

imaterial/herança intangível aportou diversas contribuições nesse sentido ao debate na Teia 2007. Destacamos a proposta de “Estabelecer mecanismos que regulem a exploração econômica das manifestações indígenas, tradicionais e culturais populares – garantindo os direitos e oportunidades comerciais das comunidades que lhes dão origem” (IPF, 2007c, p. 70) que foi acompanhada da preocupação de que esses mecanismos “impeçam a expropriação deliberada e a espetacularização” (p. 70), revelando a necessidade de evitar processos enfrentados regularmente de opressão, expropriação e colonização.

Questões como essa têm relação direta com a cultura livre e o acesso ao conhecimento e à cultura; trata-se do desenvolvimento de uma cultura solidária nas relações econômicas, do reconhecimento e do respeito à autonomia de grupos e pontos de cultura e do exercício da justiça. Podemos encontrar relação direta entre essas demandas e a que segue: “Constituir mecanismos de salvaguarda do patrimônio imaterial nacional coibindo que a propriedade de seus direitos fique detida por titulares estrangeiros” (IPF, 2007c, p. 70). Vemos, portanto, que o reconhecimento da autodeterminação de grupos e povos passa pelo reconhecimento e valorização dos saberes e fazeres dos mestres e griôs de tradição oral e da cultura popular. Isso toca diretamente o direito autoral e o licenciamento da produção cultural, apontando para o desafio de conjugar a liberdade de acesso às obras e às criações, com a possibilidade de seus criadores e autores gerarem receitas a partir delas.

O reconhecimento dos saberes e fazeres das culturas populares, dos povos indígenas e comunidades tradicionais foi aspecto novamente presente na Teia de 2008, desta vez mais relacionada à garantia do direito das comunidades tradicionais aos seus territórios ancestrais. Ao analisar o conjunto das propostas dos pontos de cultura indígenas, das culturas populares e tradicionais, fica evidente que o reconhecimento de sua dignidade passa pela valorização de seus saberes e fazeres, de sua prática cultural, e esta só permanece viva por estar conectada aos seus territórios ancestrais. A preservação da diversidade cultural dos pontos de cultura está diretamente relacionada à territorialidade, à proteção de seus territórios e à garantia do direito ao território pelas comunidades e povos tradicionais. No documento da Teia 2008, essas propostas e demandas vêm acompanhadas de uma crítica e uma denúncia das ameaças que esses grupos vêm sofrendo pela expropriação de suas terras por proprietários particulares, grandes empresas e grupos religiosos (BRASIL, 2008a, p. 60).

Outra demanda que é recorrente ao longo da história do programa Cultura Viva refere-se a um banco de dados dos pontos de cultura, uma plataforma, um mapa, um espaço virtual no qual seja possível encontrar informações relativas aos pontos de cultura do Brasil. Trata-se de uma ausência histórica do Cultura Viva que virou Política Nacional sem resolvê-la e sem

desenvolver uma plataforma própria integrada. Várias iniciativas foram implantadas desde 2005 no intento de suprir essa lacuna, das quais listaremos apenas algumas: Conversê, Mapsys, Xemelê, Estúdio Livre, Mapa Cultura Viva, Delibera, CulturaDigital.br¹⁰ e Rede iTEIA¹¹. Apenas as duas últimas encontram-se ativas atualmente e têm uso frequente no âmbito do Cultura Viva. Podemos somar estas propostas às demandas dos pontos de cultura relacionadas à economia solidária e à necessidade de existência de ferramentas de comercialização e trocas de bens e serviços culturais entre os pontos, além de um banco de dados de tecnologias sociais e culturais desenvolvidas ou aplicadas pelos pontos de cultura.

Assim como é frequente encontrar nos documentos do programa Cultura Viva a demanda por plataformas e ferramentas digitais que favoreçam o contato e a troca entre os pontos, há dois outros aspectos que também foram recorrentes e denotam forte preocupação por parte dos pontos de cultura em termos de sua sustentabilidade: a capacitação para a sistematização de suas práticas e a gestão de empreendimentos culturais, isto é dos produtos e serviços oferecidos e das metodologias e tecnologias sociais desenvolvidas. A demanda por formação para gestão dos pontos de cultura como empreendimentos culturais apresentada pelo GT Sustentabilidade na Teia 2008 envolve a capacitação para a gestão de convênios e para o uso de ferramentas de gestão empreendedora, além da incubação para o desenvolvimento de novos empreendimentos culturais (BRASIL, 2008a, p. 54).

A demanda recorrente por ações de promoção da comercialização e circulação de bens e produtos culturais dos pontos de cultura existe desde o surgimento do programa e apareceu nos documentos de todas as plenárias nacionais de pontos de cultura realizadas nas Teias. Além da criação de mecanismos para venda direta dos produtos e bens culturais dos pontos, o GT de Sustentabilidade propôs na Teia 2008 a criação de uma moeda social chamada Pontal para ser utilizada como instrumento de troca pelos pontos de cultura. Veremos no próximo capítulo que a proposta de uso de uma moeda social entre os pontos foi feita para a Teia seguinte, de 2010, sem êxito de efetivação.

Podemos afirmar que o tema da economia solidária percorreu de modo transversal o programa Cultura Viva e foi uma preocupação manifesta em suas diversas ações e por seus diferentes atores. Em 2009, a Ação Cultura Digital criou um GT de Sustentabilidade reunindo pontos, pontões e equipe técnica do MinC para elaborar propostas e diretrizes para implementar iniciativas que respondessem à demanda de integração produtiva dos pontos de cultura. O GT sistematizou uma série de pautas e debates dos pontos de cultura ao longo das

10 www.culturadigital.br

11 www.iteia.org.br

Teias e demais encontros dos pontos de cultura. Com o objetivo de fomentar, difundir e apoiar iniciativas dos pontos voltadas para o alcance de sua sustentabilidade e melhoria de gestão, esse GT chegou a elaborar uma estratégia de potencialização dos estúdios multimídia dos pontos de cultura como plataforma de sua sustentabilidade socioeconômica, baseada na organização de produtoras culturais colaborativas. O impulso de criação desse GT foi o desafio de mobilizar ações geradoras de sustentabilidade e autonomia financeira junto aos pontos de cultura, para evitar a criação de dependência de editais e financiamentos públicos. Sua mobilização ocorreu justo após o término dos primeiros convênios quando o desafio de manutenção das ações e a busca de outros incentivos foi mais sentida e passou a ser foco de preocupação coletiva e debate no âmbito do programa e da rede de pontos de cultura.

Pautados pela premissa do Cultura Viva de fortalecer institucionalmente iniciativas culturais já existentes, o GT de Sustentabilidade reforçou o potencial das tecnologias de comunicação e informação como dinamizadores desse processo. Foi uma tentativa de afirmar, no contexto do Cultura Viva, que o desenvolvimento tecnológico, a produção multimídia colaborativa e a atuação em rede compõem alternativas à sustentabilidade dos pontos de cultura. A conexão às plataformas de comercialização e trocas da economia solidária, somadas à formação em cultura digital, segundo o GT, poderiam proporcionar a continuidade dos projetos dos pontos após o término do convênio público, e ainda contar com sua ampliação, fortalecimento, qualificação e sustentabilidade financeira.

O aproveitamento do kit multimídia para estruturar núcleos produtivos de audiovisual, informática, fotografia e produção cultural multimídia foi proposto enquanto uma alternativa para revelar o potencial de sustentabilidade existente nos pontos de cultura. A prestação de serviços em áreas de filmagem, edição, manutenção de equipamentos, software livre, transmissão ao vivo de eventos, modelagem de bancos de dados e estruturação de telecentros compõem o leque de possibilidades de geração de trabalho e renda que poderiam ser potencializadas a partir dos kits multimídia. Alguns pontos de cultura o fizeram, mas sem incentivo público ou orientação específica para isso.

A sustentabilidade financeira dos pontos de cultura foi tema recorrente desde o surgimento do programa Cultura Viva e algumas questões sobre isso se tornaram mitos, discursos que não se efetivaram na prática. O primeiro mito foi a perspectiva de que os pontos de cultura alcançariam sua sustentabilidade financeira após os 3 anos de realização do projeto aprovado em edital público. Quando isso começou a dar sinais de que não aconteceria e as dificuldades de gestão dos convênios revelaram-se inúmeras, foi reforçada a aposta no uso do kit multimídia para potencializar a produção dos pontos de cultura no caminho de sua

sustentabilidade financeira. Outro mito. Isso sem falar no uso e na difusão do software livre nos pontos de cultura e na expectativa de que isso potencializasse um mercado específico voltado ao desenvolvimento de software livre e de sua aplicação na produção cultural. Por fim, como veremos mais adiante, a articulação em rede como meio para a sustentabilidade econômica dos pontos de cultura também mostrou-se um mito. Uma das perguntas que move este estudo é refletir até que ponto a proximidade entre os pontos de cultura e a economia solidária também se constituiu em um mito em torno da sustentabilidade financeira de suas iniciativas.

Todas essas questões estão interligadas e conectadas. Não se tornaram mitos por serem inverdades ou impossibilidades estruturantes, mas por serem narrativas que não vieram acompanhadas de ações públicas direcionadas ao fim proposto. Constituem-se até hoje expectativas e necessidades tanto do Cultura Viva como política nacional, o que envolve seus gestores públicos, quanto das organizações da sociedade civil. A experiência até hoje revela que sem um fomento específico, próprio e regulado com a finalidade de promover a sustentabilidade financeira de ações culturais e organizações sociais, ela não é alcançada. A execução de um convênio público para realização de um projeto cultural que não tenha um foco específico e direcionado à integração produtiva, à produção e circulação de bens e serviços, à qualificação da produção, à inserção no mercado, etc. não torna um empreendimento cultural viável economicamente e tampouco faz um grupo cultural fechar tranquilamente suas contas todo mês. Muitas vezes, nem projetos voltados a essa finalidade conseguem tornar suas ações culturais viáveis economicamente. No entanto, não cabe aqui discorrer sobre os inúmeros problemas de gestão de projetos que costumam ocorrer na execução desses convênios, pelas dificuldades burocráticas enfrentadas pelos pontos de cultura e também pelos órgãos públicos, o que termina por dificultar ainda mais o alcance do projeto e, muitas vezes, até o próprio funcionamento da organização da sociedade civil conveniada.

Vimos até agora as interfaces e relações do Cultura Viva com a economia solidária num período específico da história do programa, iniciado no contexto da Teia de 2006 até 2010, que antecede a primeira ação pública voltada ao fomento de atividades produtivas dos pontos de cultura, a Economia Viva, a ser trabalhada a partir do terceiro capítulo. Identificamos esses primeiros anos como sendo o período de maior aproximação da cultura e da economia solidária não apenas no contexto do Cultura Viva, mas em termos de outras ações públicas, como as que serão abordadas em seguida. É importante contextualizar o fluxo desta narrativa que situa a Economia Viva na inflexão entre dois momentos da relação

institucional e política entre a cultura e a economia solidária. Nesse primeiro momento delimitado desde o surgimento do programa, em 2004 até 2010, notamos que houve um processo de reconhecimento mútuo entre os atores e as ações públicas de cultura e economia solidária, processo protagonizado por duas secretarias, a Senaes do MTE e a Secretaria de Políticas e Projetos Culturais (SPPC) do MinC (atual Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural – SCDC/MinC). Esse período foi marcado muito mais pela identificação de similaridades de contextos, propostas, público e programas entre esses dois órgãos do que por ações conjuntas. Mas elas ocorreram: além da organização da Teia 2006 e da interação nas demais Teias, houve outras atuações conjuntas em programas, como o Programa de Extensão Universitária (PROEXT), e em eventos, como a Conferência Nacional de Economia Solidária da Cultura, ambas iniciativas que conheceremos a seguir.

Cunha (2012) ao descrever a dinâmica de entrecruzamento da economia solidária com outras agendas políticas, reconhece na cultura um refluxo nas relações institucionais do MinC com a Senaes após a primeira Teia em 2006. “A aproximação institucional entre economia solidária e Pontos de Cultura seria reconstituída no período seguinte, já na elaboração do PPA [Plano Plurianual] 2008-2011, que incluiu ação de 'Apoio a Iniciativas de Economia Solidária na Cultura' dentro do programa Cultura Viva” (CUNHA, 2012, p. 342). No entanto, assim como essa previsão fora feita pelo MinC sem uma articulação prévia com a Senaes nem com o Conselho Nacional de Economia Solidária, ela não se efetivou: “a existência formal da ação não garantiu sua materialização, e apenas projetos muito pequenos e isolados foram apoiados” (CUNHA, 2012, p. 343).

A pesquisa avaliativa do Programa Cultura realizada pelo IPEA nos anos de 2007 e 2008 com o conjunto de pontos e pontões de cultura existentes na época revela alguns dados importantes sobre o tema da sustentabilidade financeira dos pontos. No que tange à origem dos recursos dos pontos de cultura pesquisados, podemos identificar que os recursos do Programa Cultura Viva ocupam centralidade e grande relevância na composição das fontes financeiras dessas instituições. Para 97% dos entrevistados, os editais do programa correspondem à principal fonte de captação de recursos da associação. A pesquisa revela não haver nenhuma outra fonte de financiamento dos pontos tão expressiva como essa. 29% dos pontos entrevistados afirmaram terem acessado recursos públicos do governo municipal e/ou de prêmios; 25% dos pontos confirmaram receber doações de pessoas físicas (BARBOSA DA SILVA; ARAÚJO, 2010).

Há um dado dessa pesquisa que não só chama a atenção, mas confirma a relevância da dimensão econômica na produção dos pontos de cultura. 31% dos entrevistados afirmaram

possuir receitas advindas de vendas; mesmo não sendo um montante muito alto de recursos movimentados (cerca de 12,5% do total de receitas), ele merece destaque por ser a porcentagem mais alta de fonte financeira dos pontos após o recurso do próprio programa. Desse universo de pontos que afirmaram obter renda comercializando produtos e serviços, 53% informaram vender artesanato, um terço afirmou vender DVDs e outro terço informou possuir receitas provenientes de concertos musicais (BARBOSA DA SILVA; ARAÚJO, 2010).

Para refletirmos acerca das intersecções existentes entre a economia solidária e as políticas culturais no Brasil, é necessário, também, situarmos o contexto de algumas ações públicas que buscaram integrar esses dois campos. Para tanto, visitaremos as iniciativas com esse recorte e intencionalidade levadas a cabo pelo Ministério da Cultura e também pelo Ministério do Trabalho, órgão que abriga a Secretaria Nacional de Economia Solidária. Limitaremos a reflexão aqui ao período que antecede a ação Economia Viva, uma vez que ela será tratada no próximo capítulo e nos permitirá descrever e analisar o período subsequente, de 2010 a 2014. Além de um olhar sobre as iniciativas realizadas, buscaremos alguns documentos de políticas públicas para identificarmos as aproximações e distanciamentos da cultura e da economia solidária também em termos normativos.

Apesar de não haver um programa específico que se distinga enquanto uma ação pública de cultura e economia solidária, não seria equivocado afirmar que o Cultura Viva foi o programa que mais se aproximou disso. Essa evidência justifica não apenas a escolha do objeto desta pesquisa, mas também explica a razão de recairmos repetidamente nos pontos de cultura na reconstrução histórica das ações públicas de intersecção entre economia solidária e cultura que faremos a seguir. Foi apenas em 2009 que a pauta da economia solidária e da cultura integrou a agenda de outras secretarias dentro do MinC, pois, até então, praticamente no final da gestão Juca Ferreira¹², essa fora uma temática e abordagem exclusiva do âmbito do Cultura Viva e de sua secretaria correspondente.

1.2 Empreendimentos culturais autogestionários no Proext Cultura

A gestão Gil, desde o seu início, buscou marcar diferenças com as gestões anteriores, não apenas no discurso, mas no desenho de suas ações públicas e na estrutura administrativa

¹² Juca Ferreira assume o cargo de Ministro da Cultura em 28 de agosto de 2008, onde permanece até janeiro de 2011, quando é substituído por Ana de Hollanda que fica à frente da pasta até setembro de 2012, substituída pela senadora Marta Suplicy. Juca retorna ao Ministério da Cultura quatro anos depois de sua saída, compondo o quadro de ministros da segunda gestão de Dilma, em janeiro de 2015.

do ministério. Uma das principais questões dessa diferenciação correspondeu à crítica ao fomento majoritário por meio de incentivo fiscal praticada pela gestão de Francisco Weffort¹³, seu antecessor à frente da pasta. Com o desafio de diversificar os mecanismos de fomento à cultura, o MinC criou em 2006 o Programa de Desenvolvimento da Economia da Cultura (Prodec). Inicialmente esse programa esteve vinculado a uma assessoria especial do gabinete do ministério, na qual permaneceu até 2009, quando passou para a então recém-criada Coordenação de Economia da Cultura e Estudos Culturais dentro da Secretaria de Políticas Culturais (SPC/MinC).

O Prodec estava estruturado em 3 eixos de atuação: informação, capacitação e promoção de negócios. Seu objetivo era “dar suporte à formulação e implantação de mecanismos de fomento aos diversos segmentos da Economia da Cultura” (PORTA, 2008). Dentre as ações do Prodec com rebatimento no objeto deste estudo, mencionamos a realização da Feira Música Brasil e a reformulação de cláusulas de garantias nas linhas de microcrédito produtivo orientado, como é o caso do Crediamigo, do Banco do Nordeste. Em 2008, o Crediamigo completou 10 anos e em seu balanço podemos encontrar um conjunto de iniciativas culturais fomentadas, como a edição e publicação de 20 livros e 6 números de revistas e o apoio a 1.130 projetos de produção de negócios culturais e socioambientais (BNB, 2009).

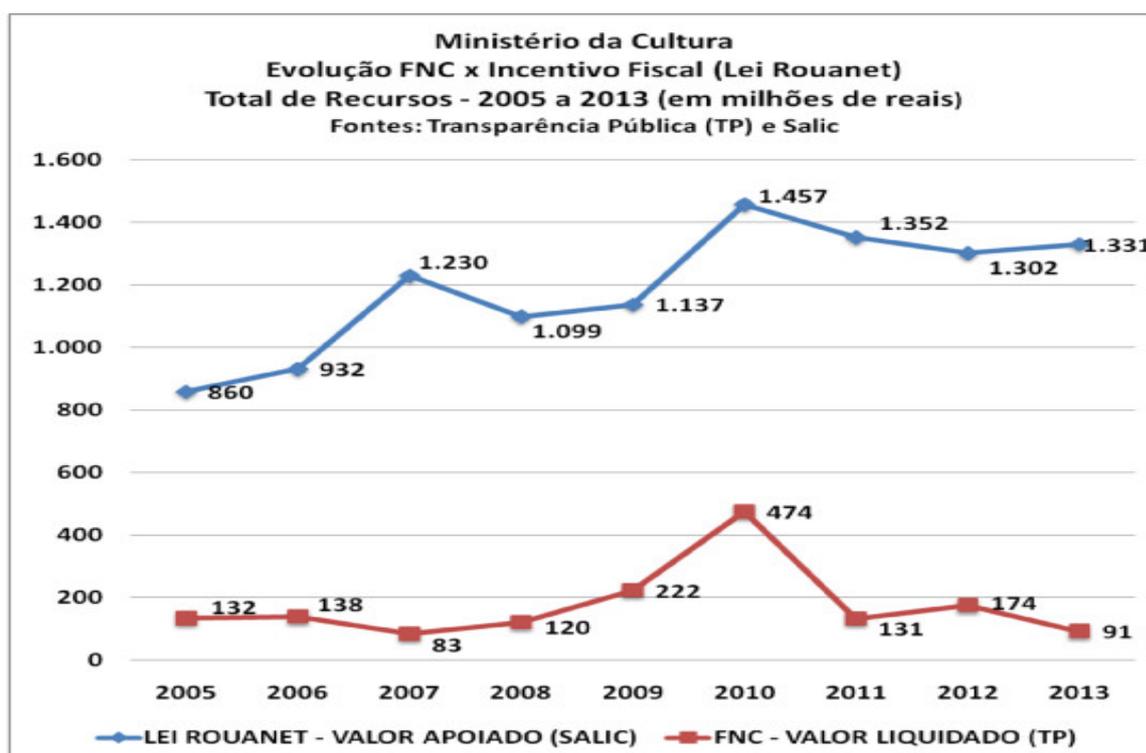
O apoio do Prodec à realização da Feira da Música Brasil revela o apoio institucional do MinC desde 2007 a um tipo de atividade cultural (festivais independentes de música), o que contribuiu para ampliar sua difusão e visibilização. Além de fortalecer esse tipo de iniciativa, seu fomento público favoreceu a legitimação política dos atores envolvidos com a produção independente de música, cujo discurso voltado à difusão da diversidade da música no Brasil e às oportunidades de circulação e distribuição criadas a partir desses eventos muitas vezes é compreendido como sendo sinônimo de práticas de economia solidária. Os novos negócios fomentados pelos festivais e a própria organização de seus eventos são iniciativas de economia solidária quando organizados a partir de suas premissas, como a gestão democrática, o comércio justo, a preservação do meio ambiente e o uso de tecnologias livres, dentre outras.

O desafio do MinC de diversificar o fomento à cultura segue inalcançado até hoje; a concentração das leis de incentivo continuaram perpetuando distorções no acesso a recursos públicos e no próprio acesso à cultura. Além dos editais públicos, premiações e bolsas, não foi

13 Francisco Weffort foi Ministro da Cultura durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, de 1995 a 2002.

colocado em prática nenhum novo instrumento de fomento. E mesmo estes mecanismos de fomento via editais e com recursos do Fundo Nacional de Cultura movimentaram um montante de recursos imensamente inferior ao que foi feito pelas leis de incentivo. O gráfico a seguir expressa essa distorção e revela a desigualdade do acesso ao fomento público da cultura no Brasil em uma perspectiva histórica:

Tabela 1: Evolução FNC x Incentivo Fiscal (Lei Rouanet)



Fonte: BEZERRA; OLIVEIRA; MIGUEZ, 2015.

O Prodec tampouco apresentou desdobramentos de largo alcance no conjunto de seus eixos. E, no que diz respeito ao foco de nossa análise, identificamos que a relação do Prodec com a economia solidária só não foi nula devido ao Programa de Extensão Universitária (Proext Cultura), parceria com o MEC que o MinC implementava no âmbito do Prodec. O Proext é um instrumento de incentivo à extensão universitária desenvolvido por meio de projetos com ênfase na inclusão social. Existente desde 2003, o Proext foi institucionalizado em 2008 através do Decreto nº 6495/2008, o que garantiu financiamento aos projetos e programas inscritos e aprovados nos sucessivos editais públicos anuais. A ampliação do Proext a partir de sua institucionalização em 2008 é notória, e tanto a cultura como a economia solidária tiveram um papel importante nesse processo, como veremos a seguir.

Até 2008, o Edital Nacional do Proext era realizado apenas pelo MEC e reunia um conjunto de temáticas abrangentes para inscrição dos projetos. Sucessivamente, a cada ano, a geração de trabalho e renda em economia solidária integrava a listagem dessas temáticas. Qualificação de professores do sistema educacional, direitos humanos, educação de jovens e adultos, juventude e desenvolvimento social, promoção e/ou prevenção à saúde, violência urbana e atenção à pessoa idosa, à pessoa com deficiência e às populações indígenas e quilombolas eram alguns dos demais temas que integraram as linhas previstas nos editais ao longo de suas edições. Embora a cultura e as artes não estivessem formalizadas dentre essas temáticas até então, a recorrente demanda na área cultural apresentada pelos projetos inscritos pelas universidades deu origem em 2007 a uma iniciativa inédita no âmbito do Proext que foi a criação do Programa de Apoio à Cultura: Extensão Universitária – Proext Cultura.

O objetivo desse programa foi apoiar projetos culturais de extensão universitária que contribuíssem para a implementação de políticas públicas culturais voltadas à inclusão social e fossem desenvolvidos por instituições federais, estaduais e municipais de ensino superior. Viabilizado inicialmente através de recursos da Petrobras, o edital do Proext Cultura 2007 foi realizado pela Fundação de Apoio à Universidade Federal de São João Del-Rei (FAUF) em parceria com a Secretaria de Políticas Culturais do MinC (SPC/MinC) e com apoio do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (Forproex).

O Proext Cultura contou com dois editais, um em 2007 e outro em 2008, abarcando um total de 1.166 projetos inscritos e 146 selecionados. A primeira edição do Proext Cultura selecionou 50 projetos de até R\$ 30 mil para serem realizados no período de até seis meses. Esse edital teve 636 inscritos e o seu valor total foi de R\$ 1,2 milhões. Já o edital de 2008 foi na ordem de R\$ 2,7 milhões, o que significa um crescimento de 119% no volume de recursos de 2007. O edital de 2008, por sua vez, foi realizado entre o MinC e o MEC e contemplou 533 projetos inscritos e 96 aprovados, o que representou um acréscimo de 92% no número de projetos aprovados em relação ao primeiro edital. O Balanço do Proext Cultura (PROEXT Cultura, 2008) revela também que, apesar do número de projetos inscritos ter sido menor em 2008, houve um crescimento de 22% no número de instituições participantes na seleção desse ano em relação ao edital anterior.

Estes editais continham cinco eixos temáticos para inscrição de projetos, também chamados de linhas temáticas que praticamente se repetiram de um ano para o outro. Em 2007, as universidades poderiam inscrever projetos em um dos cinco temas a seguir: memória

social e patrimônio; inclusão e sustentabilidade econômica; leitura e cidadania; inovação de linguagem; e produção de conteúdo audiovisual e linguagens alternativas. Em 2008, as temáticas se mantiveram, houve reformulação apenas no nome do segundo eixo, que passou a ser chamado de economia da cultura e empreendimentos culturais autogestionários.

A temática relacionada à economia da cultura e empreendimentos autogestionários foi a linha dotada de maior orçamento do Proext Cultura em 2008, alcançando a marca de R\$ 837.928,78, o que significou 31% do orçamento total do edital. Em 2007, essa linha ficou em segundo lugar em termos orçamentários, abarcando R\$ 351.994,08, equivalente a 29% do total do valor do edital. Apesar de a linha corresponder a praticamente um terço do orçamento total do programa em ambos os editais, é significativo o aumento de recursos de um ano para o outro, visto que a linha de economia da cultura e empreendimentos autogestionários foi a que mais cresceu em termos de orçamento e projetos aprovados (PROEXT Cultura, 2008).

Esse crescimento somente não se comprovou em termos do número de projetos inscritos, uma vez que a linha referente à economia da cultura teve um decréscimo de inscrições entre 2007 e 2008. Essa redução foi recorrente no conjunto do edital, haja visto que com exceção de uma linha (inovação de linguagem), todas as demais apresentaram um número menor de inscritos em 2008. No primeiro edital, foram apresentadas 132 propostas para a linha Inclusão e Sustentabilidade Econômica que, em 2008, obteve 80 inscrições. No entanto, o número de projetos aprovados nessa linha aumentou mais do que o dobro de um ano para o outro. Em 2007, foram 14 projetos aprovados e, no ano seguinte, a linha de economia da cultura e empreendimentos autogestionários teve 32 projetos contemplados no resultado final, o que representou o maior número de projetos aprovados por linha temática. Ou seja, mesmo não reunindo o maior número de propostas, foi a linha temática que abarcou o maior número de contemplados, alcançando 33% dos aprovados.

Isso nos permite depreender que existiu, em ambas edições do Proext Cultura, uma preocupação de seus realizadores em dar respostas e contribuir com o fomento à economia da cultura e à sustentabilidade de empreendimentos autogestionários na área cultural. Essa interpretação é reforçada no próprio Balanço do Proext Cultura: “(...) há uma tendência da universidade em trabalhar mais diretamente com a esfera da produção e do mundo do trabalho, como pôde ser constatado nas oficinas e conversas com coordenadores de projetos participantes da 1ª edição.” (PROEXT Cultura, 2008, p.3).

Como vimos, a recorrência de projetos culturais inscritos nas edições anteriores do Proext impulsionou a criação de um programa de extensão específico para a cultura. A forte presença da economia solidária nos projetos culturais apresentados, por sua vez, criou a linha

temática voltada à sustentabilidade econômica de empreendimentos culturais autogestionários. Da mesma forma, a preocupação manifesta das universidades com o desenvolvimento produtivo de iniciativas culturais fez com que essa linha temática ganhasse maior centralidade no Proext Cultura 2008.

Conheceremos agora as ações realizadas no âmbito do Proext em relação à integração entre cultura e economia solidária. A organização do Seminário Nacional de Cultura e Extensão Universitária, em maio de 2009, junto à Universidade de São João Del-Rei (UFSJ), foi uma iniciativa que reuniu representantes dos projetos selecionados nas duas edições do Proext Cultura, além de gestores públicos do MinC e representantes das instituições de ensino. O evento contou com oficinas, feira e mesas de debate. A Senaes teve uma pequena participação nesse evento e integrou a mesa *A contribuição da extensão universitária para a cultura e a para a universidade pública*, com a participação de seu secretário adjunto.

Já no segundo seminário do Proext Cultura, também realizado em 2009, a Senaes teve uma participação bem mais significativa: foi parceira do evento e a pauta da economia solidária esteve presente de modo transversal na programação. Realizado em novembro desse mesmo ano, o Seminário Nacional de Economia da Cultura e Extensão Universitária¹⁴ ocorreu na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A parceria do MinC com a UFRJ contou também com a participação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão (Forproex) neste segundo evento. O seminário reuniu gestores públicos, pesquisadores e professores acadêmicos, pontos de cultura, produtores culturais, artistas e integrantes de projetos de extensão em interface com a economia da cultura.

Voltado ao debate da participação das universidades no fomento à economia da cultura no Brasil, o seminário teve dois dias de duração e contou com mesas de debates, oficinas temáticas e relatos de experiências. Dentre as temáticas das atividades, esteve presente a formação de gestores e a incubação de grupos culturais, redes e coletivos de cultura. A mesa *Políticas públicas de economia da cultura e modelos de financiamento* contou com a participação do professor Paul Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária. A Senaes também articulou a participação de empreendimentos econômico-solidários¹⁵ e de incubadoras de cooperativas no evento, o que permitiu sua integração com os demais

14 Informativo Proext Cultura sobre o Seminário: http://www.obore.com.br/proext2009/proext_17.html

15 Dentre os empreendimentos econômicos solidários que participaram do evento, mencionamos o *Dasdoida*, composto por beneficiários do Programa de Saúde Mental do Ministério da Saúde, articulado pelo Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) de Itapeuí/SP. A coleção da Grife *Dasdoida* participou do desfile de moda ao final do primeiro dia de Seminário juntamente com a *Daspu*. Outro empreendimento que participou do seminário foi o *Boca de Pano*, formado pela Incubadora Pública de Cooperativa Popular da Prefeitura de Osasco.

participantes mais atuantes no campo da cultura. Podemos identificar que foi a partir do Proext que a temática da incubação de grupos culturais entrou na pauta do MinC. Também podemos acreditar que tenha havido uma influência das ações de incubação de empreendimentos econômicos culturais realizadas no Proext desde o seu surgimento e de forma bem consolidada. No levantamento de 23 ações desenvolvidas pelo MinC na área de formação em organização da cultura, entre 2003 e 2010, realizado por Costa, Mello e Fontes (2010), vemos que o Proext reúne três oficinas e uma delas é sobre incubação de grupos culturais. É a única oficina sobre a temática no conjunto pesquisado, o que reforça o perfil de formação promovido pelo programa.

A democratização do acesso à produção e à fruição culturais foi o pano de fundo dos debates nesse seminário, e podemos dizer que esse aspecto constitui um dos pontos de encontro entre as políticas públicas de cultura e de economia solidária. A pró-reitora de extensão da UFRJ, Laura Tavares, na organização do seminário destacou “a necessidade de criação de políticas públicas de economia da cultura que não dependam exclusivamente de uma visão mercadológica da área” (PAVÃO, 2009). Isso retrata uma questão central que estava forte à época e segue viva na atualidade. Quando falamos em economia da cultura e em políticas de fomento a grupos e empreendimentos culturais, de quais mercados estamos falando? A fala da pró-reitora revela uma discussão muito presente dentro da economia solidária e refere-se à criação de mercados solidários, ao exercício de outras formas de relacionamento econômico, ao comércio justo e ao consumo responsável; são relações que não operam de forma assimétrica nem desigual como as relações mercantis capitalistas. O desafio de as políticas públicas fomentarem essas outras lógicas econômicas e de mercado estava posto desde aquela época e segue premente ainda hoje.

Após a realização dessas duas edições do Proext Cultura, o programa foi descontinuado e o MinC passou a integrar os editais do Proext Nacional com linhas temáticas específicas para a cultura, as artes e o patrimônio cultural. Conforme exposto, até 2008, o Edital Nacional do Proext era realizado apenas pelo MEC e, como exemplo de sua expansão, basta observar que hoje sua realização envolve vinte ministérios e secretarias especiais, além do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Em 2009, primeiro ano da expansão do Proext Nacional, participaram da proposição do edital com o MEC outros dois ministérios, o MinC com o IPHAN e a Senaes, do MTE. Chama a atenção o pioneirismo desses dois órgãos nessa articulação e certamente o histórico do Proext Cultura realizado nos dois anos anteriores contribuiu para essa integração. A recorrente presença da linha temática voltada à economia solidária nos sucessivos editais do Proext, também.

Esse edital do Proext Nacional de 2009 reuniu 4 linhas temáticas para inscrição dos projetos: uma voltada a *Educação, desenvolvimento social e saúde*, outras duas referentes à cultura – *Gestão cultural, economia da cultura e desenvolvimento das linguagens artísticas e Preservação do patrimônio cultural brasileiros* – e uma quarta linha temática de economia solidária – *Trabalho, emprego e incubação de empreendimentos econômicos solidários*. O patrimônio cultural, as linguagens artísticas e a economia da cultura mantiveram sua centralidade nos eixos do Proext. A temática que conhecemos nas edições anteriores do Proext Cultura referente à sustentabilidade dos empreendimentos culturais autogestionários foi mantida como subtema da linha temática de cultura, mas não perdurou nos demais editais do Proext Nacional. É notável que, a partir de 2010, houve uma mudança na abordagem relativa à sustentabilidade dos empreendimentos culturais no programa. Embora as linhas temáticas de cultura, patrimônio cultural e economia solidária continuem existindo até hoje, os subtemas que as compõem foram alteradas praticamente a cada ano. A perspectiva da autogestão na cultura não foi mantida.

A partir de 2010, a temática da sustentabilidade no Proext passou a ser tratada na Linha de Cultura e Arte com uma abordagem voltada às incubadoras, como podemos ver no subtema “3.3.1.2 programas, projetos, estudos de sustentabilidade, análises de contextos locais e regionais das cadeias produtivas das linguagens técnico-artísticas e de patrimônio e que apontem para criação de Incubadoras Culturais Universitárias centradas na economia da cultura” (BRASIL, 2010n, p. 2-3). Em 2013, a economia criativa integrou o Proext como um subtema dessa mesma linha de Cultura e Arte e passou a concentrar todas as questões relativas à sustentabilidade econômica de empreendimentos culturais, com exceção de uma, relativa à comunicação. Curiosamente, a economia solidária da cultura reaparece no Proext nesse mesmo edital de 2013, no subtema criado esse ano, referente à Cultura e Comunicação. Dentre os doze itens que compõem o subtema Cultura e Comunicação, consta na letra “k) Formação em economia solidária na comunicação, em parceria com incubadoras, cooperativas e centros de pesquisa para o desenvolvimento de projetos e práticas em comunicação e cultura (rádios, TVs, internet, jornais)” (BRASIL, 2013c, p. 10). Vemos, nesse documento, não apenas a proposta de aproximar a produção cultural à comunicação e à cultura digital, mas a proximidade das incubadoras com a economia solidária.

Essas informações são reveladoras do processo de construção da narrativa da política cultural ao longo desses anos, mas também dos deslocamentos de sentido provocados no período. A partir de 2011, vimos aos poucos a economia solidária da cultura ocupar cada vez menos alguns espaços de formulação política e ser substituída pela economia criativa, que

passa a aglutinar a pauta da sustentabilidade econômica dos empreendimentos culturais, chamados de empreendimentos criativos a partir de 2012. Isso será foco de análises posteriores neste estudo.

Podemos afirmar que o Proext favoreceu a aproximação institucional entre o MinC e a Senaes, ao ampliar e diversificar a interlocução entre os dois órgãos, mesmo que os desdobramentos efetivos e posteriores dessa aproximação não tenham resultado na constituição de políticas. Como vimos, inicialmente o contato do MinC com a Senaes fora feito pela Secretaria de Políticas e Programas Culturais do MinC, mais especificamente pelo Secretário Célio Turino. Já na execução do Proext, a interlocução do MinC com a Senaes passou a ser da Secretaria de Políticas Culturais. Os passos seguintes dessa aproximação institucional provocada pelo Proext foram relatados por Cunha (2013, p. 344-345):

Um dos frutos da aproximação operada por meio do Proext Cultura foi a articulação de uma reunião de trabalho envolvendo diretamente o secretário Singer e o ministro Juca Ferreira, na qual se acordou parceria envolvendo recursos financeiros. A princípio, a proposta do MinC era repassar recursos para que a Senaes realizasse um edital de ES [Economia Solidária] e cultura, e também entrou na pauta a proposta de uma Conferência Temática da Cultura, como uma das etapas prévias da II Conferência Nacional, então em vias de preparação. Porém, por conta de entraves burocráticos que a Senaes enfrentava na época, sob ameaça de não conseguir realizar a Conaes [Conferência Nacional de Economia Solidária], acordou-se com o MinC que os R\$ 2 milhões repassados seriam utilizados para viabilizar a Conferência, e depois a Senaes promoveria o edital direcionado à cultura com recursos próprios. A primeira parte do acordo foi cumprida, mas da parte da Senaes o edital não saiu, sendo que o contexto de disputas internas no qual o MinC já estava mergulhado no segundo semestre de 2010 tampouco ajudou. Além disso, não foi possível promover a Conferência Temática antes da Conaes, mas ela acabou acontecendo depois, em novembro de 2010, sob o nome de “Conferência Nacional de Economia Solidária da Cultura”, sediada em Osasco conforme estava previsto.

É nesse contexto que nasce a ação Economia Viva em 2009 e, no ano seguinte, o edital do Prêmio Economia Viva é lançado pelo MinC. A partir do terceiro capítulo, trabalharemos de forma detalhada o processo de execução dessa ação pública, sua concepção e iniciativas; razão pela qual não nos deteremos aqui nisso. Entretanto, é preciso contextualizar que foi nesse período que a Secretaria de Cidadania Cultural do MinC iniciou o processo de contratação de uma consultoria para realizar pesquisas e formular uma proposta de implementação de metodologias de desenvolvimento de arranjos produtivos locais nas ações do programa Cultura Viva. Foi uma iniciativa de estruturação do viés econômico do programa, com forte conotação da economia solidária, como veremos adiante. Sem dúvidas, o período em torno da Teia 2006 e o momento que sucedeu a realização do Proext, entre o final

de 2009 e o início de 2010, foi o de maior aproximação dos dois órgãos, MinC e Senaes, e de maior convergência de suas pautas e ações públicas.

1.3 Conferência Nacional de Economia Solidária da Cultura

A Conferência Nacional de Economia Solidária da Cultura foi realizada em Osasco/SP nos dias 24 e 25 de novembro de 2010 e reuniu mais de 500 pessoas, dentre pontos de cultura e empreendimentos econômicos solidários, gestores públicos, pesquisadores, artistas, estudantes e representantes de organizações da sociedade civil. O evento foi organizado pela Prefeitura do Município de Osasco, através da Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão, em parceria com o Ministério da Cultura, o Ministério do Trabalho e Emprego, a Senaes e a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. Conforme relatado, a proposta original era realizar uma Conferência Temática dentro do marco da II Conferência Nacional de Economia Solidária (Conaes). As etapas preparatórias da II Conaes contaram com 187 conferências regionais ou territoriais, 27 conferências estaduais e 5 conferências temáticas voltadas aos temas: finanças solidárias, comércio justo, formação, cooperativismo solidário, etnodesenvolvimento e cooperativas sociais.

O objetivo mais amplo da Conferência Nacional de Economia Solidária da Cultura foi “promover a reflexão e proposição de políticas públicas acerca do desenvolvimento econômico, à luz de práticas da economia criativa e economia solidária, como estratégia e política de desenvolvimento” (BRASIL; OSASCO; REDE, 2010, p. 13). Além disso, a realização da Conferência buscou “avançar no reconhecimento do direito a formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperação, na autogestão, na sustentabilidade e na solidariedade à luz de práticas da economia criativa e economia solidária” (idem, p. 13). Tendo em vista que esse foi o primeiro evento depois da Teia de 2006 organizado em parceria entre o MinC e a Senaes, sua realização também buscou “promover o conhecimento mútuo e a articulação dos poderes públicos, das organizações e sujeitos que constroem a economia solidária” (idem, p. 13). O registro dos debates e a ampla participação de pontos de cultura permitem-nos identificar que foram alcançados os objetivos relacionados ao reconhecimento da diversidade de práticas econômicas na cultura, à reflexão sobre políticas públicas para o desenvolvimento e à articulação entre MinC e Senaes. Não podemos afirmar o mesmo em relação a outro propósito da Conferência, “propor estratégias e instrumentos efetivos de políticas públicas no campo da cultura e economia solidária, com participação e controle social”. A elaboração de políticas

públicas que integrem cultura e economia solidária segue até hoje no plano das intenções e aspirações.

Podemos identificar também esse forte sentido político da Conferência na escolha do tema. Como seu próprio nome já diz, essa Conferência concebeu a economia solidária e a cultura de forma integrada. A escolha do tema Economia Solidária da Cultura não ocorreu ao acaso, sem discussões ou reflexões. O documento da Conferência (BRASIL; OSASCO; REDE, 2010, p. 20) reconhece que “O ambiente da rede de Pontos de Cultura foi um grande estimulador da disseminação da ideia de economia criativa”, mas pondera:

Entretanto, o conceito de economia criativa não é um consenso entre os diferentes agentes e movimentos sociais da cultura. Ainda está em discussão e muitas são as tensões. Por isto, o tema desta Conferência centrou-se na discussão da economia solidária da cultura, afirmando um campo social importante que disputa uma visão na discussão da institucionalização e definição de políticas públicas (idem, p. 20).

A escolha temática e conceitual buscou priorizar a dimensão cooperativa, autogestionária e solidária da produção econômica da cultura; o trabalho associativo e a propriedade coletiva dos meios de produção também foram premissas da economia solidária que se buscou expandir para a produção cultural ao conceber o nome de Economia Solidária da Cultura. A opção por reforçar a dimensão solidária da produção cultural, em vez de sua dimensão criativa, foi, portanto, política, como fica claro na caracterização das formas de organização econômica orientadas pela economia solidária (idem, p. 17):

A solidariedade aparece não apenas como oposição à competição ou como traço de compaixão humana, mas também como compromisso com as lutas coletivas por transformações sociais. A constituição de entrelaçamentos em redes solidárias emerge com o propósito de criar circuitos econômicos entre empreendimentos solidários dentro de uma mesma lógica e com sustentabilidade econômica, social, ambiental e cultural. Enfim, são alguns dos princípios e vocações identificados nestas iniciativas que lhes conferem singularidade e legitimidade na elaboração de estratégias de desenvolvimento, sobretudo em âmbito local.

A programação da Conferência contou com dois painéis temáticos que também reforçaram seu tema e o campo político que se buscava consolidar. No primeiro dia, além da abertura oficial e das apresentações artísticas, foram realizados dois painéis: *Economia Solidária da Cultura: histórico e experiências* e *Políticas públicas de fomento à Economia Solidária da Cultura*. O segundo dia esteve voltado à realização de sete miniconferências temáticas, sobre políticas públicas, etnodesenvolvimento, propriedade intelectual e direitos autorais, cultura digital e comunicação, organização do trabalhador da arte e incubação de

empreendimentos de cultura, finanças solidárias, redes e comercialização, e redes e coletivos. As propostas e demandas de cada miniconferência foram sistematizadas na Carta de Osasco.

A Carta de Osasco reforça a convergência de necessidades e potencialidades de grupos, empreendimentos, artistas e pontos de cultura reunidos na Conferência “para debater e propor ações e políticas públicas que possam garantir o direito ao trabalho associado na área da cultura, bem como o direito às condições de desenvolvimento das diversas manifestações culturais presentes hoje neste campo” (BRASIL; OSASCO; REDE, 2010, p.39). A afirmação de um campo social e político da Economia Solidária da Cultura acompanha a proposição de ações públicas integradas para reconhecer, valorizar e fomentar a atividade econômica da cultura e o trabalho cultural, o que está intimamente ligado à reprodução da diversidade cultural e à preservação de práticas culturais, saberes locais, fazeres ancestrais, expressões artísticas e manifestações culturais.

Organizada pelas temáticas de cada miniconferência, a Carta apresenta algumas questões recorrentes e transversais que merecem destaque. Proposições relativas à formação são reincidentes no documento e tocam demandas variadas e públicos diversos, que vão desde a escola – “propor currículo escolar que reconheça, valorize e incorpore a cultura cidadã do bem viver” e “criar políticas de estímulo à educomunicação no universo escolar” (idem, p. 39-41) – até a Universidade: “fomentar a pesquisa, ensino e extensão universitária, desenvolvimento tecnológico e social nas Universidades, articulando o campo da cultura e ensino superior” (p. 39-41). “Estabelecer políticas de estímulo à formação técnica/profissional para a área cultural” foi outra demanda apresentada na Conferência, assim como a “formação de gestores públicos, profissionais e agentes da economia solidária da cultura”, propostas apresentadas na plenária final da Conferência (p. 39-41).

Algumas abordagens na Carta tocaram questões muito próximas ao universo dos pontos de cultura e do próprio programa Cultura Viva como ação pública. Vemos isso especialmente nas temáticas *Cultura Digital e Comunicação* e *Propriedade Intelectual e os Direitos Autorais*, reveladas nas propostas de apoiar a difusão e o uso de softwares livres, inclusive nos órgãos públicos, fomentar modelos de negócios abertos, com relação direta entre o artista e o público, e utilizar licenças livres, bem como protocolos e padrões tecnológicos abertos. Propostas de fomento às mídias livres e alternativas para democratização do acesso à cultura e ao conhecimento também integraram o documento.

Há muitas propostas da Carta que tocam diretamente pautas e construções relacionadas à ação Economia Viva. As proposições de finanças solidárias reunidas na Carta de Osasco são as que mais se aproximam do que a ação Economia Viva vinha propondo

alguns meses antes da Conferência: a implantação de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) “voltados para o fomento da produção cultural, especialmente através da sua interface com os pontos de cultura e com os arranjos criativos locais (ACL), numa perspectiva de articulação de rede de colaboração solidária e cadeias produtivas” (idem, p. 41) e o fomento à “implantação de moedas solidárias, laboratórios sociais e inovações tecnológicas sustentáveis” (p. 41).

O fomento à sustentabilidade de pontos de cultura foi um dos principais motores que impulsionou a formulação do Prêmio Economia Viva. Essa ação pública foi realizada no contexto em que os pontos de cultura buscavam alternativas diante do fim dos convênios para não gerar dependência de recursos públicos. Podemos encontrar um reflexo dessa preocupação em uma das propostas da Carta: “Construir políticas públicas democráticas de cultura, sem mercantilizar o movimento, ou deixar os movimentos culturais dependentes do recurso público” (idem, p. 40). A perspectiva de autonomia aparece aqui tanto ligada ao Estado quanto ao próprio mercado, o que apresenta uma conexão direta com a economia solidária e sua prática de mercados solidários por meio de trocas, do consumo responsável e do comércio justo.

A construção de políticas públicas participativas também foi enfatizada na Carta. A ampliação do diálogo do Estado com a sociedade civil, o fomento à criação de conselhos nos diferentes níveis, e a implantação de processos de acompanhamento, avaliação e desburocratização de programas governamentais foram algumas das propostas que apontaram no sentido da institucionalidade de políticas públicas. Especificamente voltada à economia solidária da cultura, foi proposta a realização de conferências municipais de economia solidária da cultura, “como forma de difusão e construção deste modelo” (idem, p. 40).

A temática da Conferência voltada à organização do trabalhador da arte e à incubação de empreendimentos de cultura foi a que aglutinou o maior número de propostas da Carta. As demandas de “Ampliar espaços públicos de formação dos profissionais da cultura no campo da economia solidária (o que implica a construção de uma agenda específica de trabalho voltado para o fortalecimento da economia solidária da cultura)” foram recorrentes, como podemos ver nas especificidades que se seguem (BRASIL; OSASCO; REDE, 2010, p. 40): “Desenvolver tecnologias de compartilhamento, formação administrativa, jurídica e financeira para empreendimentos solidários de cultura e trabalhadores de arte”, “Garantir que os pontos de cultura tenham acesso à formação e capacitação solidária” e “Desenvolver processos de articulação e incubação de economia solidária da cultura, independentes, além do modelo vinculado ao poder público e universidades”.

Na última proposta, a ênfase no caráter independente da formação, desvinculado de institucionalidade, também é expressiva da intenção de construção de algo próprio, singular, novo, e da afirmação das particularidades de um campo social que buscava metodologias específicas. Não é possível identificar a intenção de negar o que existia, uma vez que há diversas outras propostas no mesmo documento apontando para o reconhecimento, o estudo e a sistematização de metodologias em andamento, como podemos ver nas propostas que seguem: “Realizar estudo de metodologias de incubação para empreendimentos solidários de cultura e arte”, “Ter critérios para estabelecer o modelo de formação/capacitação adequado à economia solidária da cultura” e “Incentivo à sistematização das experiências de economia solidária da cultura” (idem, p. 40).

Em seguida, veremos os desdobramentos do debate em termos das ações públicas que buscaram responder a desafios como esses, mas antes visitaremos ainda algumas propostas da Carta que reforçam o que vem sendo dito aqui, sobre a intenção de reconhecimento de um campo social por parte de empreendimentos com demandas específicas e sujeitos políticos identificados com a produção cultural solidária e o trabalho associado na cultura (idem, p. 40):

Sistematização e difusão das iniciativas de rede de economia solidária e cultura.

Fomentar projetos integrados entre redes de economia solidária e cultura.

Criar Centros de Referência em economia solidária da cultura, enfatizando atividades em 3 eixos de intervenção: a) formação, b) incubação de empreendimentos de cultura, c) espaço para exibição e comercialização de produtos culturais.

Construir marco legal voltado para o fomento à produção cultural de forma coletiva, associada e com propriedade comum dos meios de produção.

Definir critérios diferenciados de seleção/contratação de grupos culturais, valorizando a economia solidária da cultura.

Instituição de um Serviço Nacional de Formação de Empreendedorismo Cultural e Comércio Justo.

A Conferência foi realizada nos dias 24 e 25 de novembro de 2010, ao final do segundo governo Lula e após a vitória de Dilma. Durante a Conferência, não era possível prever o tamanho do recuo de algumas ações públicas de cultura que viria a ocorrer nos anos subsequentes, mas era possível temê-los. O lugar que os pontos de cultura e a economia solidária ocuparam na campanha política para eleição de Dilma foi expressivo do espaço que ocupariam em seu governo quando eleita. Ambas as temáticas só se tornaram pauta de campanha no segundo turno e de forma tímida. Tampouco tornaram-se preocupações

prioritárias em termos de formulações programáticas ou ações públicas, como veremos mais adiante, nos próximos capítulos.

Mas, para tratar do Cultura Viva hoje, não podemos apenas conceber a experiência brasileira. A partir de 2009, diversos países da América Latina passaram a discutir, formular e implementar programas semelhantes em suas localidades. Inspirada na experiência brasileira dos pontos de cultura e motivada pela atuação cultural, artística, social, pedagógica e política do conjunto amplo de atores envolvidos nessa articulação, a Cultura Viva Comunitária nasceu com força e identidade continental. Atualmente, ela é uma política cultural de vários países, como Argentina, Colômbia, Costa Rica, El Salvador e Peru. O caráter da produção cultural comunitária dos pontos de cultura é o aspecto mais recorrente e compartilhado entre essas diferentes experiências de gestão pública da cultura. A economia solidária é sentida fortemente no que passou a chamar-se Cultura Viva Comunitária.

Veremos, a seguir, sua concepção a partir de uma breve reconstrução narrativa de sua história e de documentos que, novamente, aportam seus fundamentos e premissas em uma perspectiva normativa e de discurso. No caso específico da Cultura Viva Comunitária, estenderemos nossa leitura histórica até 2012, para reunir e integrar o conjunto dos aportes da concepção neste primeiro capítulo da pesquisa.

1.4 Cultura Viva Comunitária

Em 2010, teve início a articulação de um conjunto de 100 organizações da sociedade civil e instituições públicas de cultura em torno da Plataforma Puente¹⁶. Esses atores e experiências reunidas em Medellín impulsionaram o debate e a formulação de agenda em torno da Cultura Viva Comunitária e de políticas públicas de cultura em seus países. Ecoando a recomendação da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) de a cultura representar 1% do orçamento público nacional, a Plataforma foi além e propôs que a Cultura Viva Comunitária abarcasse 0,1% do orçamento federal de cada país.

Essa proposta foi reforçada no contexto do IV Congresso Iberoamericano de Cultura, realizado em 2011 na Argentina, em que organizações culturais formalizaram a recomendação dessa porcentagem do orçamento nacional como o mínimo necessário para a implementação de políticas públicas voltadas à promoção de experiências culturais comunitárias nos diferentes países presentes. Essas experiências culturais comunitárias foram concebidas como

16 Hoje, chama-se Plataforma Puente Cultura Viva Comunitária e reúne organizações culturais de 12 países latino-americanos: Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Peru e Uruguai. <http://www.plataformapunte.blogspot.com.br/>

autogestionárias e independentes, baseadas na perspectiva do desenvolvimento local, na economia social, na afirmação de direitos e no cuidado dos bens comuns e do território das comunidades (IV CONGRESO IBEROAMERICANO DE CULTURA, 2011b). Além de recomendações, o documento define as experiências da Cultura Viva Comunitária e suas organizações, ao mesmo tempo em que critica a ausência de políticas públicas voltadas a suas práticas.

As experiências e organizações culturais comunitárias foram afirmadas nos eventos como laboratórios de criatividade, espaços da práxis e do pensamento transformador, de relações horizontais e democráticas. Experiências e organizações que promovem o “desenvolvimento com protagonismo popular, nutrido da diversidade cultural, com uma justa distribuição da riqueza, com respeito e cuidado pelo meio ambiente, recuperando o espaço público e o território para uma nova sociabilidade mais humana e equitativa” (IV CONGRESO IBEROAMERICANO DE CULTURA, 2011b, p. 1). A relação estratégica entre economia e cultura na promoção do desenvolvimento da região foi reconhecida nesse congresso, cujo documento final ressalta a cultura como bem comum, com ênfase ao seu caráter redistributivo e à participação popular:

La reconfiguración de la relación entre economía y cultura emerge de una concepción que resalta el carácter de bien común de la cultura y no el de mercancía. Al referirse a bien común, se enfatiza la capacidad de la cultura para generar empleo, pero también para reparar el tejido social a través de la participación popular (IV CONGRESO IBEROAMERICANO DE CULTURA, 2011a, p. 4-5)

A capacidade da cultura de movimentar a economia é abordada sob a ótica do cuidado com a autonomia dos empreendimentos culturais frente ao processo de homogeneização em curso na sociedade.

Ao longo dos anos, a concepção de Cultura Viva Comunitária foi sendo sistematizada e, sua identidade, consolidada, sempre com forte expressão territorial, como podemos ver na compreensão presente desde as primeiras versões do Programa Nacional de Cultura Viva Comunitária da Colômbia, em 2012, como segue (PLATAFORMA PUENTE, 2012, p.1):

Entendemos por Cultura Viva Comunitaria al conjunto de procesos, experiencias y expresiones culturales que surgen de las comunidades, a partir de la cotidianidad y la vivencia de sus territorios, promovidas por entidades enraizadas en sus mismos territorios. Es una experiencia de formación humana, política, artística y cultural que reconoce y potencia las identidades de los grupos poblacionales, el diálogo, la cooperación, la coexistencia pacífica, y la construcción colectiva, hacia el fortalecimiento de una democracia deliberativa.

A democracia como exercício prático e cotidiano da Cultura Viva Comunitária também é aspecto presente nos discursos de sua concepção e proposta política. O compromisso com a comunidade envolve o sentimento de pertencimento e a prática da gestão democrática. O respeito, o cuidado e a preservação da natureza fazem parte de uma transformação mais ampla proposta por essa concepção; trata-se de uma inversão de valores, da retirada do homem do centro e de assunção de seu papel de protetor da natureza. Tudo isso permeia uma proposta de desenvolvimento que a Declaración-Manifiesto de Medellín por la Cultura Viva Comunitaria sintetiza: “Declaramos que nuestra noción de desarrollo se funda en el modelo del buen vivir y buen convivir que nos enseñan nuestros pueblos originarios de Latinoamérica” (FORO REGIONAL DE CULTURA VIVA COMUNITARIA, 2012).

Mais do que um modelo, o *buen vivir* integra uma visão de mundo, a cosmovisão dos povos indígenas andinos. De origem kichwa e aymara, a concepção de *buen vivir* faz referência ao alcance da plenitude da vida, também conhecido como *sumak kawsay* no Equador ou *suma qamaña*, na Bolívia. *Sumak* significa o ideal, o bom, o belo, a realização; e *kawsay* é a vida. O *bem viver* é alcançado com a prática de um conjunto de valores e princípios e representa o equilíbrio e a satisfação das necessidades, individuais e coletivas, em harmonia com a natureza e o entorno social e cultural. Dentre os princípios que orientam essa cosmovisão, destacamos o da complementariedade social, por ser expressivo da compreensão de que não há vida nem ação de maneira isolada, mas sempre em coexistência de seu complemento específico. É nessa concepção que se origina a possibilidade da correspondência harmoniosa da realidade e da reciprocidade, e a recusa à discriminação e à exclusão. O *buen convivir* remete a essa convivência cidadã em harmonia com a natureza e em fluidez com a comunidade.

Essa cosmovisão situa todo um sistema de vida, cuja organização social básica é a comunidade e cuja organização política trabalha com resoluções internas e dialogadas de conflitos por meio de consensos e assembleias. Para compreender a perspectiva econômica dessa visão de mundo, será necessário abordar os princípios da complementariedade e da relacionalidade do todo como força vital do que existe. Como tudo faz parte da natureza de maneira complementar, o projeto civilizatório em questão se contrapõe a uma economia de dominação da natureza e das pessoas. É oposta à economia extrativista e exploratória. Segundo essa concepção, o ser humano, assim como a terra, a água e o ar, só existem em complementariedade e de forma relacional.

A noção de *buen vivir* e *sumak kawsay* foi introduzida na constituição equatoriana em 2008 enquanto horizonte do desenvolvimento sustentável a ser alcançado com a redistribuição equitativa dos recursos e da riqueza, o respeito à diversidade cultural, o amplo exercício de participação política e a erradicação da pobreza, dentre outros alcances. Nesse instrumento, o *buen vivir* aparece muito relacionado à preservação do meio ambiente e da biodiversidade, ao fortalecimento da autonomia e ao desenvolvimento equitativo e solidário de todo o território (ECUADOR, 2008). Há princípios e valores da ação política que perpassam o documento todo, como a igualdade, a autonomia, a solidariedade, a autodeterminação, a justiça e a interculturalidade.

Tanto o *buen vivir* como o *sumak kawsay* não são conceitos definidos nem categorias acabadas, mas concepções em permanente construção e ressignificação. Os povos originários de Abya Yala (América), por mais que diversos entre si, partilham de uma cosmovisão convergente e semelhante em muitas de suas representações simbólicas. Apesar da destruição e dominação provocada pela colonização, essas compreensões da vida se mantiveram vivas pela tradição oral, que permitiu e favoreceu sua transmissão de geração em geração. O *sumak kawsay* é um exemplo de visão de mundo que não foi silenciada, mas perdurou ao longo dos séculos e, inclusive, obteve nova função política, ao ser incorporada em um processo de transformação constitucional, como o vivido no Equador na primeira década do século XXI. É por isso que situamos o *buen vivir* em um contexto de descolonização do saber e de oposição à crise múltipla e sistêmica do capitalismo (HOUTARD, 2011). A descolonização tem muito a nos ensinar sobre a experiência da sustentabilidade em diversas dimensões da vida. Discutiremos a sustentabilidade com maior ênfase no capítulo V desta pesquisa, onde será possível identificar aspectos comuns entre o que tratamos aqui e a concepção multidimensional de sustentabilidade.

A perspectiva de descolonização vai ao encontro de um projeto de sociedade e de um outro desenvolvimento baseados em uma visão holística da realidade. Descolonizar significa reconhecer o diferente, valorizar sua diferença, e conviver com outras formas de compreender o mundo e de se relacionar com ele. A interculturalidade se constitui enquanto aspecto fundamental nesse processo, no qual diferentes saberes e culturas podem conviver, se combinar e contagiar, interagir e se transformar, de forma simétrica e sem opressão ou imposições de poder. É difícil não relacionar isso com a cultura livre já mencionada neste estudo. Na tecnologia, por exemplo, o software livre se revela como ferramenta apropriada para o desenvolvimento de programas em linguagens e idiomas próprios dessas culturas e povos originários, o que contribui e reforça sua autonomia e autodeterminação.

Vincular o *buen vivir* com um projeto de desenvolvimento é inevitável, embora seja fundamental termos em mente que a concepção de desenvolvimento não é genuína da cosmovisão dos povos originários. Trata-se mais de um diálogo com o mundo ocidental e de algumas respostas a suas imposições normativas do que de uma categoria originária da cultura dos povos indígenas. Mais do que uma proposta alternativa de desenvolvimento, o *buen vivir* diz respeito a um projeto alternativo ao desenvolvimento. Sua relação com a descolonização do saber revela justamente que o olhar e a atenção estão voltados ao futuro. Trata-se da preocupação com a descolonização do presente e de um projeto de futuro que não repita processos opressores de expropriação (da terra, do território, da autonomia, dos direitos) e silenciamentos (da cultura, do trabalho, da produção).

A dimensão socioambiental também aparece forte nesta concepção orientada pela harmonia e complementariedade entre os seres humanos e a natureza, entre a vida material e espiritual, entre os indivíduos e a comunidade. Esse equilíbrio tem fundamento no reconhecimento da integralidade da natureza, da sua compreensão como fonte da vida – de toda a vida (simbólica, espiritual e material) –, e da possibilidade de sua reprodução. É a partir dessa simbiose da natureza com os seres humanos que a vida humana existe e se reproduz. Por ser essa uma relação sagrada, não é possível conceber a exploração da natureza, sua *commoditização* e extração, sua transformação em recursos. Um desdobramento institucional dessa filosofia pode ser encontrado na constituição do Equador que reconhece a natureza (*Pachamama*) como um novo sujeito de direito e provoca uma mudança de paradigma jurídico e político ao conceber o Estado Plurinacional. Vemos aqui o princípio da igualdade sendo exercitado diante do reconhecimento dos direitos coletivos e difusos, que ultrapassam o indivíduo e abrangem coletividades específicas, como os direitos étnicos e culturais. Embora essa temática seja de extrema relevância para compreensão das contradições e conflitos existentes atualmente na sociedade, não teremos condições de nos aprofundar nelas aqui. Focaremos em sua relação direta com o nosso objeto de estudo, a economia solidária e os pontos de cultura.

O projeto de desenvolvimento orientado pela perspectiva do *buen vivir* tem uma visão de economia muito próxima à economia solidária no sentido da distribuição igualitária, da priorização do valor de uso sobre o valor de troca, do predomínio de processos coletivos de produção e consumo, e da perspectiva de superação da lógica individualista. Trata-se de uma economia que devolve a centralidade ao trabalho e oferece elementos para ressignificar a relação entre produção e consumo, sob a perspectiva da responsabilidade e da justiça. A possibilidade de reestabelecer um equilíbrio entre produção e trabalho é concebida a partir de

práticas e saberes que demonstraram, ao longo de sua história, a capacidade de serem sustentáveis. E a sustentabilidade aqui é compreendida no sentido de preservação da vida (PÉREZ, 2013, p. 18):

De cuántas formas de sostenibilidad se compone nuestra espera de siglos. Sostenibilidad la del barrio que te brinda dos y tres mamás al mismo tiempo. Sostenibilidad la del trueque y el intercambio solidario. Qué más sostenibilidad que nuestra capacidad de silencio por las autopistas de la muerte por la espalda. Si algo es sostenible es nuestra sabia pervivencia, desde el vientre de la Pacha Mama.

A permanência como resistência, e esta enquanto raiz da sustentabilidade. A resiliência e a sabedoria da resistência. As trocas solidárias, o afeto e as relações de confiança. O respeito ao tempo do trabalho, bem como às especificidades de seus espaços e às idiosincrasias das relações. Todos esses são princípios praticados na economia voltada ao *buen vivir*.

Temos consciência de que esses conceitos e concepções ainda necessitam de uma extensa caminhada para se afirmarem na prática e alcançarem concretude nas ações públicas. Há ajustes, adequações, aprendizados, desaprendizados, correções de rota e novos caminhos a serem trilhados nesse processo de efetivação do discurso na ação. Consideramos que a abordagem da Cultura Viva Comunitária é inspirada nessa concepção do *buen vivir* e, mais do que isso, que ela visibiliza e confere sentido a um conjunto de práticas artístico-culturais e também sociais, econômicas e políticas, cujas características listamos a seguir a partir da memória do Fórum da Cultura Viva Comunitária realizado em setembro de 2012 em Medellín. São características da Cultura Viva Comunitária (BALÁN, 2013, p. 25-26):

- a) su arraigo comunitario, gregario, familiar y cotidiano,
- b) su acción en el espacio público, en calles y plazas,
- c) su vinculación con iniciativas de economía social y solidaria,
- d) un fuerte protagonismo de mujeres y jóvenes y adolescentes,
- e) un ideario que basa sus acciones en la cultura de paz, el trabajo en Red, la democracia deliberativa, participativa y comunitaria y el cuidado de nuestro ambiente natural y bienes comunes,
- f) una predisposición positiva hacia la creación de estéticas del mestizaje y la pluralidad cultural y
- g) una vocación de transformación territorial a través de la intervención en ámbitos políticos locales y movimientos sociales y ciudadanos.

Interessa para esta análise a vinculação da concepção de Cultura Viva Comunitária com iniciativas de economia solidária e sua relação com o trabalho em rede, bem como o forte caráter comunitário dessas ações culturais e sua gestão democrática. Quando passarmos à leitura da realidade de alguns pontos de cultura do Brasil e de alguns de seus projetos, a partir do quarto capítulo deste estudo, será possível descrevê-los a partir desses aspectos, todos

muito expressivos dos valores do programa Cultura Viva e da Cultura Viva Comunitária. A Cultura Viva Comunitária amplia, expande e, ao mesmo tempo, enraíza os princípios e valores fundamentais do programa Cultura Viva brasileiro. Trata-se de um amadurecimento político e conceitual que realça e fortalece a ponte direta entre economia solidária e os pontos de cultura, como veremos a seguir.

O pertencimento comunitário e as relações de confiança são desenvolvidos a partir dos vínculos solidários estabelecidos nas experiências territoriais; essas vivências comunitárias e partilhas do cotidiano reforçam a identidade e o sentido de coletividade junto a grupos e pessoas. O trabalho em redes territoriais é favorecido, portanto, pelas sinergias geradas a partir do convívio que exercita e alimenta a solidariedade, o apoio mútuo, a reciprocidade e o cuidado. O desenvolvimento coletivo de ações culturais faz com que sejam compartilhados objetivos, valores e responsabilidades, e isso contribui na valorização das inter-relações e do trabalho associativo e em rede.

A Cultura Viva Comunitária nasce na primeira década do século XXI, em um contexto de ampla difusão na América Latina da importância da cultura e das políticas culturais para o desenvolvimento. A redução das desigualdades e, dentre elas, a desigualdade de acesso à cultura, configuraram-se nesse contexto como os principais aspectos a perseguir. Isso tem relação direta com a perspectiva da descolonização do pensamento, uma vez que as lógicas de silenciamento e invisibilização de culturas, povos e grupos são as mesmas que alimentam historicamente as desigualdades na região. Os povos originários impulsionaram essa problematização, que ganhou força no âmbito das mobilizações da sociedade civil e hoje abarca grupos diversos de cultura popular, dos povos tradicionais, das culturas periféricas, dos povos de terreiro e dos quilombolas, dentre diversos outros que encontram na ancestralidade, na territorialidade e na solidariedade grande parte de seus laços afetivos, políticos e de relações de produção.

Podemos dizer que esse processo teve uma inspiração nas ações de resistência de movimentos e organizações sociais de contestação do modelo de desenvolvimento vigente e configurou-se muito mais como uma articulação e um processo de construção de uma outra forma de sociabilidade, baseada em laços de cooperação e relações de cuidado, orientadas pela cultura de paz e pela solidariedade. A proposta de construção de uma outra sociabilidade envolve a cultura, a produção artística e cultural e as políticas públicas de cultura, mas diz respeito à vida em sociedade, à cultura do cotidiano e à forma de tecer as relações de convivência, de troca e de parceria. Tem um caráter político e cidadão muito forte. Sem dúvida, esses vínculos e iniciativas no âmbito da sociedade civil têm sido muito mais

desenvolvidos do que as políticas públicas voltadas à sua promoção e preservação. Isso interessa também por ser um elemento de diferenciação entre a experiência brasileira e a latino-americana em torno da Cultura Viva. No Brasil, a iniciativa nasceu na esfera pública, a partir de um programa de política governamental, do Estado para a sociedade civil. Nos demais países latino-americanos, inspirados pelo êxito da experiência brasileira, e encorajados pela possibilidade de incidir nas políticas públicas de cultura de forma mais ampla e numa perspectiva continental, as organizações da sociedade civil, os movimentos artísticos e os grupos culturais encabeçaram essa discussão e formulação que logo ganhou aderência em alguns governos.

A perspectiva comunitária agregada ao sentido da Cultura Viva já difundida e praticada no Brasil pode levar a interpretações de que houve uma redução do escopo, não apenas conceitual, mas também das políticas públicas, ao definir um recorte comunitário, territorial para as ações públicas. No entanto, o que ocorreu foi o contrário. A Cultura Viva Comunitária ampliou o foco do debate em torno da Cultura Viva ao conectá-la a diversas outras pautas e ações: soberania alimentar, economia solidária, direitos autorais, direito à terra e ao território, reivindicações feministas, arte-educação, participação social, dentre outras.

A Cultura Viva Comunitária remete, portanto, à afirmação de direitos, ou melhor, mais do que isso, à criação de novos direitos, como é o caso da legislação de países como o Equador e a Bolívia, cuja nova institucionalidade é expressiva pelo seu respeito à diversidade cultural. A participação popular no território é aspecto fundamental da concepção da Cultura Viva Comunitária, que parte da gestão comunitária como condição para o desenvolvimento equitativo. É essa perspectiva de ações culturais que contribuem para o fortalecimento democrático que nos permite afirmar que a Cultura Viva Comunitária aporta novos ensinamentos e contribuições para a reflexão sobre cultura e democracia: “Así, la cultura viva comunitaria solo puede entenderse como parte de procesos integrales de cuidado de nuestros bienes comunes, de economía solidaria, de igualdad en la distribución de la riqueza y en la construcción de democracias deliberativas, participativas y comunitarias.” (1.er CONGRESO LATINOAMERICANO CULTURA VIVA COMUNITARIA, 2013, p.4).

O 1º Congresso Latinoamericano de Cultura Viva Comunitaria, realizado em maio de 2013 na cidade de La Paz, Bolívia, foi uma marco para a Cultura Viva Comunitária. Um momento de convergência de vários atores e culturas no qual houve formulação de propostas de ações conjuntas e diretrizes políticas, além do compartilhamento de experiências e da partilha identitária. Ganhou força a articulação em torno da campanha pelo mínimo de 0,1% do orçamento público (municipal, estadual ou federal) destinado às ações públicas da Cultura

Viva Comunitária. Foi também uma ocasião de reafirmar valores, princípios e propostas convergentes da Cultura Viva Comunitária. O congresso contou com a participação de mais de mil pessoas de 18 países, e reuniu redes e organizações da sociedade civil, gestores públicos e legisladores, artistas e pesquisadores, universidades e pontos de cultura. O encontro de La Paz contou com 19 círculos de visão com temáticas específicas que permitiram uma abordagem múltipla e diversa da Cultura Viva Comunitária.

Veremos agora, brevemente, como o discurso e a narrativa que situam a economia solidária em um papel estratégico da Cultura Viva Comunitária foi organizado e executado em ações públicas na Costa Rica. Assumimos o caráter restrito dessa abordagem, que poderia envolver um conjunto muito maior e mais amplo de experiências e países. Entretanto, a necessidade de manter o foco desta pesquisa nos impede de aprofundar a análise e ampliar seu escopo, o que merece ser feito em outros estudos.

Na Costa Rica, a Política Nacional de Derechos Culturales de 2014 a 2023 (COSTA RICA, 2013) formulada pelo Ministério de Cultura e Juventude previu a elaboração de um diagnóstico participativo da Cultura Viva Comunitária. A insuficiência de estímulos para o desenvolvimento de iniciativas culturais sustentáveis é compreendida no documento enquanto fruto da ausência de reconhecimento da participação da cultura nas políticas econômicas. Decorre dessa ausência a precarização do setor e o desestímulo aos trabalhadores, diagnóstico presente na formulação dessa política. Dentre os cinco eixos da Política Nacional de Direitos Culturais, há um voltado à dinamização econômica da cultura, com 3 temas: relação entre cultura e desenvolvimento, economia criativa e economia social cultural solidária.

É possível identificar uma diferenciação clara entre a economia criativa e a economia solidária no desenho dessa Política. A economia criativa é relacionada ao aumento do PIB, à geração de emprego e renda, à inovação tecnológica e ao desenvolvimento de diversas formas de criatividade. A economia social solidária, por sua vez, aparece enquanto economia alternativa, cujo objetivo principal não é a geração de renda, mas o desenvolvimento social, a melhoria da qualidade de vida, a promoção do bem comum e a prática da cultura solidária na economia por meio do comércio justo e de trocas. É importante um olhar crítico que não dissocie o caráter social da economia solidária de seu alcance econômico, que não valorize a integração social da economia solidária em detrimento de seu potencial de geração de renda. Como se a economia solidária fosse útil para a integração social e ao desenvolvimento comunitário, mas não tanto em termos financeiros, de inovação ou criatividade. Não perdemos de vista nesta análise que a geração de renda é aspecto motriz da economia solidária.

A partir dessa concepção, as linhas de ação propostas no documento também distinguiram a economia solidária da criativa. Para essa última, foram previstas ações de turismo, capacitação em gestão de empreendimentos, intercâmbios e fomento ao uso de tecnologias nos processos criativos, de produção e distribuição, criação de linhas de crédito que favoreçam o desenvolvimento de empreendimentos culturais, entre outras. Dentro do tema da economia solidária, as propostas de ação voltaram-se mais à infraestrutura, ao fomento de espaços de criação cultural não-comerciais e à sistematização, visibilização e difusão de suas práticas econômicas de comércio justo e trocas. A formação em gestão e o fomento aos empreendimentos culturais que praticam economia solidária não foram previstos dentro desse tema. A cultura das trocas já existe muito forte no país. A Costa Rica, historicamente, praticava trocas com os Andes e a Mesoamérica, usando o cacau como moeda de troca e, hoje, pensa em desenvolver ações de trocas entre os pontos de cultura do conjunto dos países que possuem políticas de Cultura Viva Comunitária.

Enquanto no Brasil o programa Cultura Viva encontrava seus mecanismos de fomento nacional imobilizados e sua gestão processando o pagamento de editais de três anos anteriores, o continente demonstrava avanços, não apenas na mobilização e visibilização de experiências de Cultura Viva Comunitária em diferentes países, como também em termos de sua formulação e articulação políticas. No Brasil, o período iniciado no segundo semestre de 2010 que se aprofundou a partir de 2011 foi marcado pela ausência de novas ações do programa Cultura Viva. Os pontos de cultura não tiveram nenhum edital federal voltado às suas práticas e a única perspectiva existente à época, no contexto federal do programa, girava em torno da Lei Cultura Viva, que trataremos mais adiante. Os governos estaduais estavam preocupados e ocupados em executar os convênios firmados no processo de estadualização dessa política; os pontos de cultura buscavam meios para se manter e sobreviver; o Ministério da Cultura voltava sua atenção ao redesenho do programa e ao cumprimento das pendências herdadas que passaram a ser chamadas de “passivo”. No Brasil, o legado de seis anos de programa passava a ser visto como passivo pendente a ser administrado, enquanto em outros países latino-americanos esse legado fora motivo de inspiração e reinvenção. No Brasil, não houve a preocupação em alargar ou aprofundar o conceito do Cultura Viva, já considerado bastante largo e nada simples de ser posto em prática. Esse alargamento ocorreu em outros rincões latino-americanos, como veremos aqui.

É notório que a concepção da Cultura Viva Comunitária ampliou o caráter democrático original do Cultura Viva, reforçando o aspecto político no sentido da gestão comunitária, da prática econômica da troca e do exercício de valores como a solidariedade e a

reciprocidade – onde encontramos a relação mais forte com a economia solidária. Limitaremos aqui nossa abordagem ao discurso e à narrativa construídos tanto no programa Cultura Viva, quanto na Cultura Viva Comunitária; tanto com os gestores do programa brasileiro, quanto com os diferentes atores da Cultura Viva Comunitária, considerada uma articulação política que envolve artistas, grupos culturais, organizações da sociedade civil, pontos de representantes do poder público executivo e legislativo, universidades e redes. Reconhecemos o limite desta análise por estar restrita a documentos e formulações de princípios, mas, como informado antes, consideramos relevante iniciar nossa leitura e aproximação do tema de pesquisa a partir das intenções e projeções. Por mais que, em muitos casos, elas possam ser consideradas ideais que nunca serão alcançados, reconhecemos que expressam concepções, visões de mundo e de sociedade, perspectivas políticas e cidadãs que será importante termos em mente ao longo da análise das práticas sociais e ações públicas efetivamente realizadas, o que será feito mais adiante.

No documento de resoluções do Congresso de La Paz, podemos encontrar um conjunto de propostas e definições conceituais acerca da Cultura Viva Comunitária, do papel do Estado em fomentá-la e de contribuições para a articulação social e política de grupos artísticos e redes culturais. Abordaremos aqui como a economia solidária foi concebida nesse congresso e qual tratamento obteve nos círculos de visão realizados no encontro.

Conforme já tivemos a oportunidade de mencionar, a principal reivindicação do congresso, transversal aos diversos debates e encontros realizados no marco de sua programação, foi a previsão mínima de 0,1% dos orçamentos públicos voltados para a implementação de políticas de fortalecimento das experiências culturais comunitárias. Dentre as características que definem essas experiências, temos a autogestão, a atuação na perspectiva do desenvolvimento local, da economia social, dos direitos e do cuidado com os bens comuns e o hábitat das comunidades. O caráter autogestionário das iniciativas de Cultura Viva Comunitária é reforçado em todos os documentos e materiais relacionados a essa temática. Isso chama a atenção e toca no foco central deste estudo, uma vez que a autogestão é um dos princípios bases e definidores da economia solidária. Na América Latina, a Cultura Viva é essencialmente autogestionária e busca valorizar justamente esse aspecto político de seus grupos, redes, coletivos e organizações. A autonomia dessas práticas, no caso da Cultura Viva Comunitária, não é pensada senão pelo viés autogestionário e da gestão democrática.

É nessa perspectiva, portanto, que podemos afirmar ter havido um projeto político diferente da democracia representativa vigente em nossas sociedades. A concepção de Cultura Viva Comunitária trabalha a partir da prática de poder exercida pelas comunidades

tradicionais, pelos povos indígenas e originários que inspiraram os valores dessa articulação. O seu discurso descolonizador e contrário ao patriarcado reafirma a visão crítica acerca da lógica de poder capitalista, considerada monocultural, opressora, extrativista e desigual. Essa visão inclui uma leitura da complexidade de a colonização ter se impregnado nos corpos e atos cotidianos, sendo muitas vezes reproduzida em contextos e projetos que buscam ser libertadores, mas que terminam por reproduzir hierarquias e distribuições desiguais de poder.

O enfoque descolonizador e despatriarcalizador é considerado como eixo transversal da Cultura Viva Comunitária, o que agrega uma dimensão política e a perspectiva de transformação social aos processos culturais de criação e produção artística. Esse eixo transversal da visão crítica do projeto de sociedade também se expressa nos processos formativos e nas ações de intervenção pública. A perspectiva da transformação social diz respeito ao um projeto de vida e de sociedade que cada pessoa e organização deve ter, sua utopia. É isso que move as ações e confere sentido à organização do trabalho: “Sentimos que para cualquier proyecto planteado desde la Cultura Viva Comunitaria no hay retos imposibles pues estos nacen de la pasión y el amor que produce el trabajo de los individuos que componen cada organización que ha expuesto en esta mesa” (1.er CONGRESO LATINOAMERICANO CULTURA VIVA COMUNITARIA, 2013, p. 40).

No entanto, não foi possível localizar nos documentos da Cultura Viva Comunitária uma visão crítica acerca das contradições existentes no exercício de poder em algumas comunidades indígenas e tradicionais, tanto ao longo de sua história, quando atualmente. A reprodução de algumas lógicas centralizadoras de relações hierárquicas de exercício da autoridade, de dominação e também do estabelecimento de alianças políticas dos mais diversos tipos e seguindo interesses particulares é uma realidade em vários países, contextos, comunidades e sociedades. Nem sempre são praticados os valores democráticos, de liberdade e igualdade de direitos com que a Cultura Viva Comunitária se identifica e reafirma. Mas o que o seu discurso reforça é a identificação com a construção do poder popular, que não nega, mas busca ressignificar o poder representativo. Segundo essa concepção, a representatividade é algo que se conquista a partir do prestígio alcançado no trabalho, a partir do exercício ético e da honestidade, sendo revogável diante do seu descumprimento. Por se referir à responsabilidade de direção coletiva, o exercício de poder deve ter como base o princípio zapatista de “mandar obedecendo”¹⁷. Trata-se de uma proposta de inversão das funções do

17 Sobre o mandar obedecendo, do Ejército Zapatista de Liberación Nacional, nas palavras dos “homens sem rosto, os homens verdadeiros, que são montanha”: “Fue nuestro camino siempre que la voluntad de los más se hiciera común en el corazón de hombres y mujeres de mando. Era esa voluntad mayoritaria el camino en el que debía andar el paso del que mandaba. Si se apartaba su andar de lo que era razón de la gente, el corazón que mandaba debía cambiar por otro que obedeciera. Así nació nuestra fuerza en la montaña, el que

mando e da obediência que, por sua vez, busca alterar a essência do poder estatal e político. Essa outra forma de exercício do poder parte do pressuposto de que quem governa deve exercer o mando político de uma coletividade enquanto obedece a seus interesses, demandas, vontades e propostas.

Interessa para a análise a que nos propomos fazer aqui a ênfase dada ao trabalho na concepção da Cultura Viva Comunitária. Vimos recém que o trabalho é considerado espaço de legitimação para o exercício de poder e como ação prática de valores. O trabalho em rede é concebido como oportunidade de multiplicação das possibilidades de ação das organizações, grupos e pessoas, é um meio de potencializá-las e de proporcionar maior consistência e densidade a suas iniciativas, de modo a alcançarem seus objetivos com mais agilidade e menos investimento de recursos. É uma forma de crescimento e transformação recíprocas. Outros dois aspectos são valorizados no trabalho em rede de acordo com a perspectiva da Cultura Viva Comunitária: o respeito à interculturalidade, e à cogestão como participação cidadã. A interculturalidade é concebida em uma perspectiva crítica de leitura da realidade e formulação coletiva de um projeto de futuro que leve em consideração as dimensões política, econômica e cidadã, mas também seus valores e dimensão espirituais, em que há o reconhecimento do outro e da alteridade como fundamento básico das ações comunitárias e do trabalho em rede.

A convivência intercultural é considerada um grande desafio para o pleno exercício da Cultura Viva Comunitária, traduzido na dificuldade de ultrapassar o mero reconhecimento da diversidade cultural no sentido de promover uma relação harmoniosa e respeitosa entre as diferentes culturas. É fruto dessa convivência o reforço à autonomia de grupos e culturas, desfavorecendo a imposição violenta de uma cultura sobre outra, de uma visão de mundo sobre outra. O trabalho em rede é visto, portanto, como uma possibilidade de exercitar esse convívio intercultural, de promover a troca e o respeito intercultural, fortalecendo a democracia e a diversidade cultural.

Nessa perspectiva crítica, a interculturalidade é concebida como práxis manifesta em diferentes campos da vida em sociedade, desde a educação até a economia. Projetos econômicos em contextos interculturais são alternativos ao neoliberalismo e a qualquer forma de colonização com suas práticas extrativistas; trabalham a partir e por meio de mercados

manda obedece si es verdadero, el que obedece manda por el corazón común de los hombres y mujeres verdaderos. Otra palabra vino de lejos para que este gobierno se nombrara, y esa palabra nombró 'democracia' este camino nuestro que andaba desde antes que caminaran las palabras." <http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1994/1994_02_26_a.htm>.

justos, na promoção da autodeterminação de grupos, empreendimentos e pessoas envolvidos nessas práticas econômicas.

A organização coletiva do trabalho é compreendida como exercício do direito humano à autodeterminação dos povos e à liberdade de expressão, o que contribui para reforçar o imaginário dessas comunidades, o poder simbólico de suas culturas e sua autonomia. A Cultura Viva Comunitária é autônoma e autogestionária; essas são premissas, mais do que objetivos ou metas a serem alcançadas. Embora haja compreensão de que a autonomia não é algo dado, mas um aspecto em permanente disputa e conquista, ela é pressuposto da Cultura Viva Comunitária. Isso não diminui a força e a relevância da reivindicação de reconhecimento e valorização da Cultura Viva Comunitária pelo Estado. O desafio é incidir politicamente sem perder seu caráter autônomo e autogestionário; e não fazê-lo para alcançar a autonomia, como é mais presente no discurso do programa Cultura Viva brasileiro.

É injusto realizar comparações entre o Cultura Viva no Brasil e a Cultura Viva Comunitária na América Latina, especialmente porque aqui tivemos um programa com dez anos de existência e nos demais países as ações públicas são mais recentes, muitas ainda em processo de estruturação. No entanto, há uma diferença bastante significativa, como já mencionado anteriormente, em termos de sua concepção e origem. Enquanto no Brasil o Cultura Viva foi instituído pelo Estado como sendo uma política “de baixo pra cima”, nos demais países latino-americanos a Cultura Viva Comunitária nasceu de uma articulação social e política, efetivamente de baixo para cima. Podemos dizer também que o forte viés territorial e identitário da Cultura Viva Comunitária fez com que ela afirmasse sua existência conceitual e política de “dentro pra fora”, o que também é um diferencial de sua concepção. No Brasil, esse caráter social e político foi sendo construído ao longo da implementação do programa, com dificuldades e alguns vícios. Labrea (2014, p. 20-21, grifos da autora) analisa a construção do discurso e a produção de sentido sobre rede e gestão compartilhada no Cultura Viva, e toca o que queremos trazer aqui:

As redes do PCV [Programa Cultura Viva] são organizadas e mantidas pelo Estado e habitadas pela sociedade civil sem a devida explicitação dos lugares sociais, do modo como o Estado irá responder institucionalmente às demandas e expectativas que elas geram. As redes dos pontos e pontões de cultura que se reuniram nas Teias deram origem ao Movimento dos Pontos de Cultura, ao Fórum Nacional dos Pontos de Cultura e à Comissão Nacional dos Pontos de Cultura e esses espaços hierárquicos se mantêm em grande parte com verbas públicas e com a presença do Estado e essa opção torna opaca como se dá a gestão compartilhada - o que é compartilhado e em que termos, bem como as questões de autonomia, protagonismo, empoderamento e sustentabilidade das entidades.

Outra questão que aparece fortemente no discurso institucional é a apropriação por parte do Estado do discurso próprio aos movimentos sociais, tornando-o o discurso estatal sem a necessária reforma e adequação dos instrumentos políticos disponíveis. A força do discurso cria um *imaginário social contra-hegemônico*, que propõe mudar o desenho do Estado e suas prioridades, mas as estruturas estatais e a legislação não acompanham essas mudanças.

A autora parte da hipótese de que essas redes articuladas pelo Estado como estratégias de participação social e gestão compartilhada configuram-se enquanto redes híbridas, conformadas pelo modo como o governo atua e se coloca nessas redes. Decorrem desse caráter híbrido algumas contradições, como a reprodução pelo Estado de valores contra-hegemônicos característicos das redes e movimentos sociais, bem como a estruturação vertical e hierárquica que essas redes por vezes assumem. O estudo ainda aponta para a assimetria estrutural entre os sujeitos que constituem as redes e também entre o discurso e a prática do programa, característica do discurso político populista que a autora identifica com o Cultura Viva. Não podemos afirmar que essas assimetrias e contradições inexistam nas diferentes práticas que envolvem a Cultura Viva Comunitária. Esta pesquisa não se propôs investigar essas experiências, mas podemos identificar que o protagonismo e a autonomia, princípios do Cultura Viva, ganharam um relevo específico e uma inspiração renovada com a forte presença do viés comunitário, político e territorial desde o surgimento da concepção de Cultura Viva Comunitária.

A cultura digital, por sua vez, na Cultura Viva Comunitária é apresentada mais como desafio a ser alcançado do que de um conjunto de experiências realizadas. No Brasil, reconhecemos que a cultura digital foi uma ação expressiva do programa Cultura Viva, apesar dos limites e descontinuidades experimentados ao longo de sua trajetória. Em termos da concepção do programa, ele aliou de forma inédita comunicação e cultura na perspectiva do conhecimento livre. Entretanto, sua expressividade não foi oriunda apenas da formulação, mas também do conjunto de iniciativas realizadas para promover a cultura digital junto aos pontos de cultura, especialmente nos primeiros anos do programa. Em 2006, além da entrega dos kits multimídia¹⁸, foram realizados 12 Encontros de Conhecimentos Livres, em todas as regiões do país, para formação dos integrantes dos pontos de cultura acerca do uso de softwares livres e da prática da gestão compartilhada.

18 Inicialmente, os kits multimídia foram entregues aos pontos de cultura, o que ocorreu na Teia 2006. Devido às dificuldades logísticas e operacionais, preferiu-se embutir os custos relativos ao kit nos repasses dos demais convênios, lógica adotada a partir de 2007.

A Ação Cultura Digital contou com um conjunto de editais para o fomento de pontos e pontões de cultura com ações formativas e desenvolvimento tecnológico. A instalação de Linux nas máquinas do Ministério da Cultura também foi uma iniciativa que partiu da Ação Cultura Digital dentro da Secretaria de Políticas e Programas Culturais (SPPC/MinC), Secretaria gestora do programa Cultura Viva até mudar de nome em 2009. Reconhecemos que houve uma série de dificuldades enfrentadas na implementação da Ação Cultura Digital, dentre as quais destacamos a própria garantia da conectividade junto aos pontos de cultura. A articulação do MinC com o Ministério das Comunicações para instalação das antenas GESAC nos pontos de cultura foi outro imbróglio que não se resolveu e, até hoje, muitos pontos de cultura não possuem acesso à internet. No entanto, é inegável que no âmbito das políticas públicas de cultura, o Cultura Viva foi responsável por pautar a cultura digital, o conhecimento livre e, inclusive, a sustentabilidade dos pontos de cultura, como veremos na reconstrução histórica do programa feita nesta pesquisa.

No que diz respeito às formulações da Cultura Viva Comunitária, a relevância da cultura digital é fortemente reconhecida; é considerada premissa para a efetivação do trabalho em rede e há um conjunto de propostas em torno dela. É possível identificar que foram formuladas a partir de uma reflexão sobre a prática brasileira, que contribuiu como ponto de partida de sua expressão latino-americana, onde teve mais destaque sua dimensão produtiva e de tecnologias livres. A forte presença de rádios comunitárias e a aposta em sistemas públicos de comunicação somam-se à manifestação da cultura e tecnologia livres. No Congresso de La Paz em 2013, podemos ver que cultura digital aparece de modo transversal, enquanto tecnologia presente nas apresentações artísticas, nos trabalhos de formação, nas ações em rede, junto a vários grupos e expressões. Em termos dos círculos de visão, foram vários os que mencionaram a cultura digital em seu sentido amplo e o uso e desenvolvimento de software livre.

O Círculo de Propriedade Intelectual e Direitos Autorais tratou da cultura digital em sua forte expressão econômica, como podemos ver na proposta de organizar cooperativas, editoras ou lojas comunitárias e independentes, interligadas, para operar a distribuição de produtos e serviços culturais. A economia solidária e o trabalho aparecem novamente diretamente relacionados aqui, na demanda de “gerar economias solidárias que garantam que todo criador da cultura possa ser remunerado pelo seu trabalho” (1.er CONGRESO LATINOAMERICANO CULTURA VIVA COMUNITARIA, 2013, p. 42). O estímulo à economia solidária é orientado pela compreensão da importância do modo de produção coletivo e comunitário, “onde ocupam-se funções, não privilégios” (idem, p. 43, tradução

nossa). Há uma perspectiva integradora que recobre essa concepção e também comporta o trabalho em rede, a integração de produtores e consumidores, a realização de intercâmbios autônomos de produtos e serviços culturais e a articulação dos diversos elos do sistema produtivo (produção, distribuição, consumo, registro e difusão) em plataformas coletivas.

A manifestação da economia solidária no discurso da Cultura Viva Comunitária tem forte relação com a sustentabilidade e vem conectada com uma perspectiva de que a independência (dos pontos de cultura, empreendimentos, coletivos, redes e organizações da sociedade civil) é alcançada através da sua interdependência. É nessa relação com o outro que situamos a perspectiva de sustentabilidade, onde “nos fazemos mais fortes e conscientes de nossas potencialidades” (idem, p. 47, tradução nossa) e torna-se possível o desenvolvimento de capacidades e práticas culturais coletivas. A criação de um mercado para essas trocas é prevista com base no comércio justo e na perspectiva de não depender necessariamente de dinheiro vivo, da moeda corrente, o que envolve desde a realização de trocas diretas, até o uso de moedas sociais.

A relação da cultura livre e da Cultura Viva Comunitária é manifesta na produção, registro e gestão do conhecimento, dos saberes e fazeres característicos das culturas populares, tradicionais e dos povos originários. Isso envolve sua sistematização e transmissão, a prática de ensino-aprendizado e o licenciamento livres desses saberes e práticas. A compreensão da importância do acesso livre a esses conhecimentos é muito presente, tanto quanto a preocupação com a indevida apropriação e o uso privados dessas informações e conteúdos. Como vimos, a Cultura Viva Comunitária nasce como alternativa a um projeto monocultural, no qual os meios de comunicação difundem uma visão homogênea e padronizada da cultura. É por isso que a Cultura Viva Comunitária é considerada uma cultura livre, de código aberto, que recomenda o uso de tecnologias livres e o registro desses saberes e dessas culturas em licenças livres. A prática do compartilhamento é genuína da Cultura Viva Comunitária, segundo essa concepção. É por meio desse compartilhamento que se torna possível a construção sinérgica do conhecimento e que ele se mantém vivo e diverso. A difusão ampliada do compartilhamento é o que torna possível construir um horizonte comum latino-americano e mundial da Cultura Viva Comunitária.

Neste primeiro capítulo pudemos percorrer as políticas culturais brasileiras na primeira década dos anos 2000 com o olhar voltado à relação entre economia solidária e cultura. O programa Cultura Viva foi apresentado como a principal ação pública do Ministério da Cultura no que diz respeito à aproximação desses dois campos. Essa intersecção ocorre não apenas pelo fato dos pontos de cultura e empreendimentos econômicos solidários integrarem

os mesmos programas de políticas públicas, mas em decorrência de algumas ações públicas indutivas dessa articulação. A Feira de Economia Solidária nas Teias e a ação Economia Viva são alguns exemplos de iniciativas expressivas dessa articulação.

Fora do âmbito do programa Cultura Viva, o Proext Cultura também revelou a sinergia existente entre o fomento à economia da cultura e a sustentabilidade de empreendimentos autogestionários na área cultural. A Conferência Nacional de Economia Solidária da Cultura foi um evento expressivo da relevância dessa integração e é fruto de uma demanda construída a partir do Cultura Viva. Outro desdobramento do programa possível de ser identificado ocorreu em âmbito internacional e foi a Cultura Viva Comunitária na América Latina. A concepção de Cultura Viva Comunitária parte de experiências autogestionárias baseadas no desenvolvimento territorial, na economia solidária, no cuidado dos bens comuns e na promoção da diversidade cultural. Podemos conhecer todas essas experiências realizadas na primeira década do Século 21 que permitirão situar a inflexão ocorrida nas políticas culturais brasileiras após 2011, assunto do próximo capítulo.

CAPÍTULO II

DESLOCAMENTOS E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA CULTURA VIVA (2011-2014)

O período de 2011 a 2014 correspondeu a uma mudança de gestão do MinC, com a saída de Juca Ferreira e a entrada de Ana de Hollanda em 2011 e sua posterior substituição por Marta Suplicy em 2012. Contudo, não é a mudança de gestores o que justifica o marco temporal deste capítulo e sim o que esta mudança representou em termos de deslocamentos de narrativa e inflexão na trajetória do programa Cultura Viva. Podemos identificar a diluição de algumas prioridades claras em curso até o momento, como o fomento a pontos de cultura e a aproximação com a economia solidária. A ênfase dos anos seguintes foi a institucionalização do programa, a melhoria de sua execução orçamentária e o seu redesenho. Em 2012 a Secretaria de Cidadania Cultural (SCC) responsável pela gestão do programa Cultura Viva, foi fundida à Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural (SID), dando origem à Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC). Com isso, o Cultura Viva passou a absorver a política da diversidade cultural e houve uma mudança de narrativa e uma inflexão nessa ação pública. Teremos a oportunidade de ver aqui como ocorreram essas mudanças e quais foram suas implicações.

Ao refletirem acerca dos dez anos do programa Cultura Viva, Calabre e Lima (2014) identificam três fases ao longo de sua história, e destacam aspectos relevantes no que diz respeito às relações Estado e sociedade civil. Segundo essa análise, do surgimento do programa em 2004 até 2007 delinea-se a primeira fase, marcada pelos conveniamentos diretos do MinC com os pontos de cultura. Era um momento de reconhecimento político dessas iniciativas e de uma primeira aproximação do governo federal a um conjunto de organizações da sociedade civil que até então nunca havia acessado recursos públicos. A segunda fase do Cultura Viva (2007-2010) é marcada, segundo as autoras, por três características essenciais: maior proatividade e articulação em rede dos pontos de cultura; aumento dos conflitos e tensões na execução do Cultura Viva e diversificação de seus atores com o processo de federalização do programa.

É importante destacar que o protagonismo dos pontos de cultura nesse período não ocorre apenas para dentro do programa, mas também na incidência desses atores em outras pautas e espaços de gestão da política pública, como as conferências de cultura e os debates em torno do Sistema Nacional de Cultura (SNC). As redes de pontos de cultura ganham força

política nessa segunda fase, momento em que há também um aumento dos conflitos e tensionamentos por parte dos pontos acerca da execução do programa. Nas discussões da época ganham força “Questões sobre mudança na gestão, continuidade das atividades, tipologia de repasse de recursos, ou ainda uma espécie de criminalização de alguns Pontos, por problemas com o uso dos recursos, revisão de prestação de contas, entre outros tópicos.” (CALABRE; LIMA, 2014, p. 20). Esse momento é quando se desvela uma crise do Cultura Viva, crise administrativa e de gestão que assume outros contornos e se instala no período seguinte.

Na terceira fase identificada por Calabre e Lima, a partir de 2011, o Cultura Viva se expande dentro e fora do país. No Brasil, é nesse período que se consolida o processo de descentralização do programa, por meio de convênios estaduais e municipais com os pontos de cultura. É também quando o Cultura Viva extrapola as fronteiras nacionais e se expande para a América Latina como uma política pública de base comunitária. Há um reconhecimento internacional acerca de sua importância, traduzido na implementação de políticas semelhantes em vários países, o que contribui para multiplicar ainda mais os atores e os fóruns de diálogo em torno de suas ações. Todavia, a relação entre o MinC e os pontos de cultura foi marcadamente de crise nessa fase, “os problemas de gestão na esfera federal continuam a ser o ponto principal da pauta de diálogo dos Pontos com o MinC” (idem, p. 21).

Labrea (2014) também faz uma leitura da história do programa Cultura Viva, mas a partir da análise do discurso de seus gestores, bem como dos pontos e pontões de cultura. Nessa pesquisa, a autora identifica dois momentos fundantes da história do Cultura Viva: “o primeiro no período de 2004 a 2010 no qual se articulam a *política* e a *estética*, o *populismo* e o *popular*, criando um poderoso imaginário social que alia Estado e sociedade em torno de um projeto comum” (p. 41). O segundo momento tem início em meados de 2010 e instala-se definitivamente a partir de 2011, quando “a política, ao menos para alguns segmentos, é despida parcialmente de seu simbolismo e avaliada nos termos da gestão e a partir daí redesenhada” (idem, p. 32). Segundo a autora, nesse período ocorre uma “desprioritização do Programa Cultura Viva pelo MinC” e o foco prioritário do Ministério volta-se aos programas desenvolvidos pela Secretaria de Economia Criativa. Embora seja expressiva a perda de prioridade do Cultura Viva no conjunto das ações públicas do MinC desse período, consideramos que o deslocamento não significou uma substituição de uma prioridade por outra, de um programa por outro. Veremos ao longo deste capítulo como se construiu esse deslocamento e sua relação com a economia criativa. Em vez de uma substituição de

prioridades, entendemos ter havido uma diluição de prioridades no MinC a partir de 2011. Chegaremos a isso, interessa antes conhecer leituras e análise sobre as fases deste programa.

Notamos que em ambas as perspectivas, o ano de 2010 representa uma marca distintiva, um momento de diferenciação de abordagens, prioridades e intencionalidade no contexto do Cultura Viva. Em termos do foco da análise proposta aqui, situamos a experiência do Economia Viva nessa inflexão. Entretanto, nunca é excessivo reforçar que os momentos da história não são estanques, impermeáveis, homogêneos nem unidimensionais. Ambos os momentos a que nos referimos se entrecruzam e são recobertos de contradições, mas é possível distingui-los em suas expressões e características mais recorrentes. Isso nos permite afirmar ter havido uma inflexão no programa Cultura Viva a partir de 2011, que não se traduz apenas em uma descontinuidade de uma série de iniciativas, mas em uma mudança de foco, de prioridades e de concepção do programa.

O momento que antecede o Economia Viva – analisado no primeiro capítulo, desde o surgimento do programa até 2010 – foi um período de expansão do Cultura Viva, quando foram lançados editais de conveniamento, premiações e bolsas para pontos de cultura; também foram organizadas quatro Teias e houve o impulso inicial de federalização do programa, o que exigiu uma ampliação de parcerias, mesmo que ainda tenha ocorrido com alcance limitado. As parcerias com outros ministérios e instituições foi possível de ser observada no lançamento conjunto de instrumentos de políticas, como as premiações. Não podemos deixar de dizer que, a despeito de todas essas iniciativas e da ousadia revelada na execução inovadora do Cultura Viva ao longo desses primeiros anos, esse também foi um período em que a crise administrativa e de gestão do programa foi revelada. As dificuldades com o repasse de recursos foram apenas contornadas; a aposta na ampliação do número de pontos de cultura sem um investimento maior na organização administrativa de sua gestão fez com que a crise não se dissipasse, muito pelo contrário, se afirmasse e viesse à tona no período subsequente, de 2011 a 2014, foco de nossa análise neste capítulo.

Mais do que uma crise de gestão administrativa e burocrática, o programa enfrentou uma crise de governança política que toca em uma limitação no processo de democratização do Estado e de ampliação do acesso à cultura e dos direitos culturais. A crise de gestão do programa foi reconhecida e sentida mais fortemente conforme se tentou driblar e ultrapassar os limites da democratização do Estado. Os esforços de criar alternativas para o financiamento de iniciativas culturais historicamente excluídas da relação com o Estado apresentou uma série de entraves. Os limites dos instrumentos de fomento, a dispersão das ações do programa e a diluição de prioridades das políticas

culturais marcaram esse período mais recente. O Cultura Viva viveu um refluxo, editais da gestão anterior com projetos selecionados foram cancelados; apenas uma Teia foi organizada em quatro anos; nenhum novo edital federal especificamente voltado a pontos de cultura foi lançado e, apesar da continuidade dos conveniamentos estaduais e municipais com pontos de cultura e da internacionalização do Cultura Viva, houve mudanças no “centro de gravidade das preocupações dos gestores” (BARBOSA DA SILVA; LABREA, 2014, p. 100). A fragilidade de programas e ações públicas não permite que estes fiquem imunes às vontades dos gestores e suas oscilações.

Conforme a pesquisa do redesenho do programa apontou, a partir de 2010 “passou-se à preocupação de organizar passivos, sanear erros e articular de forma mais ativa o novo pacto federativo proposto pelo SNC” (idem, p. 100). A administração de passivos foi a justificativa encontrada pela Secretaria para os questionamentos acerca do refluxo do programa no período. A articulação dos pontos de cultura com o SNC foi amplamente difundida a partir de 2013 pelo MinC, o que parecia responder à necessidade de capilarizar o SNC e alcançar as metas do PNC, além da expectativa de que o Cultura Viva recuperasse maior relevância nas políticas públicas de cultura. Entretanto, as dificuldades estruturais para sua operacionalização não foram superadas, o que não favoreceu a efetivação dessa proposta de federalização. Veremos mais detalhadamente como isso ocorreu tendo como base de análise a experiência do Prêmio Economia Viva.

Dentre os desafios institucionais vivenciados ao longo de toda a história do programa, merecem atenção os esforços de implementação de ações a partir de diferentes instrumentos de política. Houve tentativas de adequação dos instrumentos legais existentes, como os próprios convênios, por meio do lançamento de prêmios. Diante das dificuldades experimentadas nesses intentos, expressas em auditorias, pagamentos pendentes, passivos e cancelamentos de editais que geraram inúmeros desgastes com os pontos de cultura, os esforços de consolidação da política voltaram-se à readequação dos instrumentos disponíveis e existentes.

O Economia Viva é um exemplo desse exercício de adaptação e inovação dos instrumentos de fomento existentes. O seu objetivo principal era premiar iniciativas de geração de renda como forma de promover a sustentabilidade das organizações e pontos de cultura. Nos próximos capítulos conheceremos mais sobre essa ação pública, seus alcances e propostas: analisaremos como os pontos de cultura premiados se propuseram a desenvolver sua atividade econômica e o que foi feito em termos da promoção de sua sustentabilidade. Mas antes, e agora, olharemos brevemente para os outros dois alcances dessa premiação,

menos reforçados ou difundidos, mas comuns a outras premiações do período: o reconhecimento de novos pontos de cultura e a continuidade do fomento daqueles já existentes. Buscaremos compreender a origem dessa motivação e necessidade no âmbito do programa Cultura Viva, o que nos obriga a olhar para o contexto das relações entre Estado e as organizações da sociedade civil (OSC). Nessa perspectiva mais ampla, identificamos questões e proposições muito semelhantes a respeito da fragilidade institucional e jurídica das parcerias de associações privadas com o Estado.

Além disso, interessa nesse capítulo visitar o percurso de institucionalização do programa Cultura Viva em política nacional, o que representou um avanço num contexto de fragilidade política. Ao final, nos debruçaremos sobre o deslocamento de narrativa do Ministério da Cultura e a diluição de prioridades de suas ações públicas no período que cobre a análise deste capítulo, de 2011 a 2014. A ênfase atribuída à cidadania cultural no Cultura Viva foi desviada para a diversidade cultural, assim como os CEUs das artes passaram a ocupar com maior destaque a pauta do Ministério e a atrair o diálogo com a economia solidária.

A discussão das presenças e ausências da economia solidária nas políticas culturais brasileiras que permeou de modo transversal a discussão do capítulo anterior não será abandonada aqui. Mas devido a uma diluição do debate público sobre a temática e a um enfraquecimento da articulação intersetorial do MinC com a Senaes, houve uma diminuição de proposições em torno da intersecção entre cultura e economia solidária nas políticas culturais entre 2011 e 2014. Temos no Prêmio Economia Viva a principal ação pública do período que consagra efetivamente essa articulação. Antes de conhecer essa premiação de maneira mais detalhada (o que ocorrerá nos capítulos três e quatro), situaremos agora o contexto de seu surgimento.

2.1 Limites das premiações como instrumento de política

A adoção de prêmios como instrumento da política do Cultura Viva pelo MinC teve início em 2007 com o Prêmio Escola Viva e tornou-se prática corrente até 2010, embora com finalidades e objetivos diferentes. Inicialmente voltados ao reconhecimento de experiências de destaque e iniciativas exitosas e exemplares dos pontos de cultura, os prêmios foram assumindo um caráter de fomento das ações do programa Cultura Viva ao longo dos anos.

O processo de estadualização do programa Cultura Viva, levado a cabo a partir de 2007, também trouxe novidades nesse sentido. Como exemplo, citamos o caso do estado de São Paulo que adotou a modalidade de premiação, ao invés de convênio, para o apoio concedido aos pontos de cultura¹⁹.

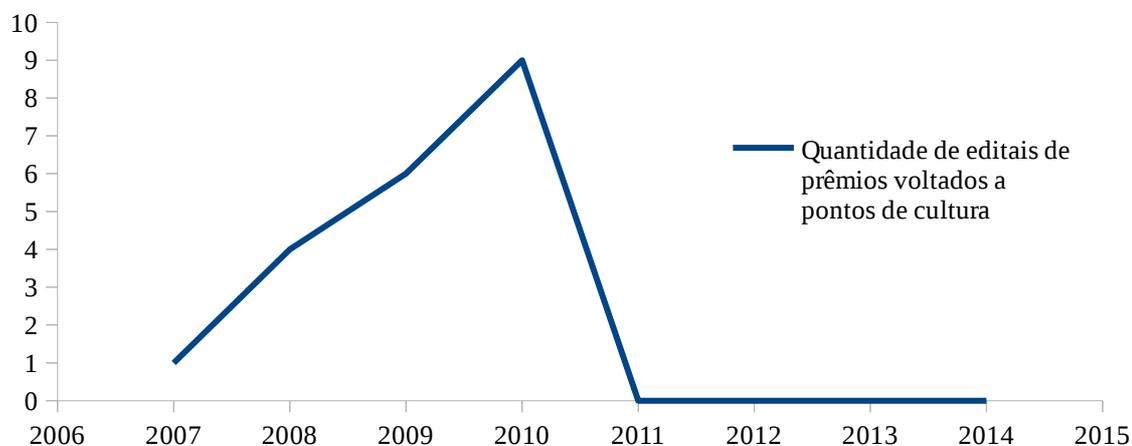
O Prêmio Asas (2008 e 2010) é um exemplo desse tipo de ação pública, que situa-se entre o reconhecimento de iniciativas exitosas na execução dos projetos apoiados pelo Cultura Viva e o fomento para sua continuidade. A primeira edição desse prêmio ocorreu em 2008, no contexto de término de alguns convênios. Embora voltado ao reconhecimento dessas iniciativas, o prêmio assumiu também um caráter de promoção da continuidade das ações culturais dos pontos de cultura, o que era facilitado pelo seu formato de repasse único de recursos e prestação de contas via relatório de atividade. Os pontos de cultura selecionados receberam, em uma parcela única de R\$80 mil, quase metade do montante total recebido pelo ponto de cultura ao longo de seus três anos de execução do convênio.

Ao justificar o valor estipulado de R\$100 mil para o prêmio Economia Viva (SECRETARIA DE CIDADANIA CULTURAL, 2010, p.2), o MinC revelou a dupla intenção do investimento: geração de renda e manutenção do ponto de cultura por um ano. A base do cálculo foi o montante de recursos disponibilizados pelos convênios de pontos de cultura, segundo o qual as instituições recebem R\$ 60 mil anuais para ações culturais de criação, produção e difusão. O acréscimo de R\$ 40 mil teve o propósito de fomentar a sustentabilidade financeira das instituições premiadas, que no caso específico deste edital estava voltado à geração de renda. Em resposta à auditoria das premiações, a SCDC expôs também a concepção de iniciativa piloto que imbuiu a criação do Prêmio Economia Viva: “(...) esse edital é um laboratório de experimentação e dado o número de inscritos a demanda está mapeada e será base para próximas ações de sustentabilidade” (idem, p. 2).

Até o momento o MinC não subsidiou nenhuma ação pública semelhante ou aproximada, muito pelo contrário, vemos que após os nove editais de premiação emitidos em 2010 por este Ministério, não houve mais nenhum edital de fomento, prêmio, bolsa ou outro tipo de incentivo voltado aos pontos de cultura no âmbito do Governo Federal. O gráfico a seguir revela a evolução dos editais de premiação de pontos de cultura dentro do MinC:

19 Uma abordagem detalhada e analítica dessa experiência pode ser encontrada na dissertação de mestrado de LIMA, 2013.

Gráfico 1 - Evolução da premiação de pontos de cultura pelo MinC (número de editais de premiação por ano)



Fonte: Editais de Prêmios publicados pela Secretaria²⁰. Elaboração da autora.

A utilização dos prêmios como instrumento de fomento prioritário do programa Cultura Viva atingiu seu ápice em 2010, com o lançamento de 9 editais de premiações diferentes que, juntos, alcançaram a cifra de R\$ 33.205.000,00 de recursos do programa. Isso equivale a 52% do montante total destinado a premiações ao longo da história do Cultura Viva e a quase metade da quantidade de editais de premiações que o programa lançou. No quadro a seguir, vemos o expressivo aumento do número de editais de prêmios e de recursos utilizados nessa modalidade de fomento no âmbito do Cultura Viva. No próximo capítulo também trataremos desses dados, com um olhar mais voltado às premiações de iniciativas do que aos editais propriamente ditos. Ao somar o conjunto de informações, chegamos a um total de 20 editais de prêmios, 1760 iniciativas premiadas e R\$ 63.240.000,00 investidos em premiações ao longo da história do programa Cultura Viva.

É importante esclarecer que, embora o Prêmio Interações Estéticas tenha sido lançado pela Funarte e a Secretaria de Cidadania Cultural (SCC) tenha sido sua parceira, esse prêmio foi incorporado na base de cálculo desta pesquisa por envolver pontos de cultura e ter sido concebido no âmbito do Cultura Viva. Outra informação importante é referente aos esforços de articulação institucional envidados para o lançamento desses editais. Em termos intraministeriais, a SCC e a Secretaria de Articulação Institucional (SAI/MinC) se uniram para a realização do Prêmio Pontinhos de Cultura. Por meio de Acordo de Cooperação Técnica entre o MinC e o Ministério da Saúde foi possível lançar o

20 BRASIL, 2011. Disponível em <http://semanaculturaviva.cultura.gov.br/linhadotempo/editais_premios.html> Acesso em: 19. jul. 2015

edital do Prêmio Cultura e Saúde, executado por meio da Fundação Oswaldo Cruz. Dentre as parcerias extragovernamentais, vale mencionar a parceria da SCDC com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para o Prêmio Pontos de Valor e a participação do Pontão de Cultura do Museu da Pessoa de São Paulo na publicação *Histórias de Ponto*, que mostra as experiências e saberes dos pontos de cultura premiados nesse edital.

Tabela 2: Editais de prêmios no âmbito do programa Cultura Viva, por quantidade e valor dos editais lançados por ano

ANO	QUANTIDADE DE EDITAIS LANÇADOS	TOTAL DE RECURSOS DOS EDITAIS DE PREMIAÇÕES EM R\$	NOME DOS PRÊMIOS	VALOR DO EDITAL EM R\$
2007	1	900.000,00	Escola Viva	900.000,00
2008	4	12.750.000,00	Cultura e Saúde	930.000,00
			Interações Estéticas – Residências Artísticas em Pontos de Cultura	3.000.000,00
			Ludicidade/Pontinhos de Cultura	3.780.000,00
			Asas I	5.040.000,00
2009	6	16.385.000,00	Pontos de Mídia Livre	4.800.000,00
			Apoio à Pequenos Eventos Culturais	3.890.000,00
			Interações Estéticas – Residências Artísticas em Pontos de Cultura	4.030.000,00
			Estórias de Pontos de Cultura	125.000,00
			Pontos de Valor	500.000,00
			Tuxáua Cultura Viva 2009	3.040.000,00
2010	9	33.205.000,00	Asas II	2.600.000,00
			Cultura e Saúde	2.400.000,00
			Pontinhos de Cultura	9.000.000,00
			Pontos de Mídia Livre 2010	4.814.000,00
			Tuxáua Cultura Viva 2010	2.223.000,00
			Areté: apoio a pequenos eventos*	4.000.000,00
			Prêmio Cultura Digital 2010	2.500.000,00
			Economia Viva	1.218.000,00
Interações Estéticas	4.450.000,00			

* Premiação cancelada após a avaliação dos projetos e divulgação do resultado final. O edital foi contemplado neste cálculo por ter iniciado sua execução, mesmo não tendo passado de sua primeira fase (seleção dos premiados).

Fonte: Editais de Prêmios no âmbito do programa Cultura Viva (BRASIL, 2014c; BEZERRA, 2012).
Elaboração da autora.

Embora o formato do edital do Economia Viva fosse de prêmio, o seu escopo era um híbrido de premiação e conveniamento, pois não era apenas uma premiação ou reconhecimento de alguma prática já desenvolvida, mas um apoio financeiro para o desenvolvimento de um projeto, com duração de doze meses, e prestação de contas por meio de dois relatórios.

A Portaria nº 29/2009 do MinC dispõe sobre a elaboração e gestão de editais de seleção pública para apoio a projetos culturais e para a concessão de prêmio a iniciativas culturais no âmbito do MinC; ela prevê em seu Artigo 3º que os editais públicos de premiação destinem-se apenas a iniciativas culturais realizadas ou em andamento. Segundo esse ato jurídico, a concessão de prêmio é equiparada aos concursos literários, artísticos e culturais, ou seja, concebe a premiação como um instrumento de reconhecimento e valorização de uma iniciativa cultural desenvolvida ou cujo processo de criação pode ser identificado.

No âmbito do Cultura Viva, dos 20 prêmios executados entre 2007 e 2010, apenas 4 referem-se ao reconhecimento de iniciativas já realizadas e premiadas enquanto práticas exemplares. Trata-se dos prêmios Escola Viva, Asas I e II e Pontos de Valor. Os demais prêmios foram voltados a iniciativas em desenvolvimento ou a serem realizadas. Isso justifica a adoção de algumas medidas por parte da SCC para o controle do uso de recursos públicos, como a exigência de planos de execução financeira e de relatórios de aplicação dos recursos, além da avaliação do histórico das instituições proponentes para identificar sua capacidade de execução da iniciativa proposta. No caso do prêmio Economia Viva, foi solicitado ainda um plano de negócios para analisar a capacidade de comercialização de serviços e produtos, e o pagamento do prêmio ocorreu em duas parcelas de igual valor, sendo a primeira paga no ato da premiação e a segunda após apresentação e aprovação do primeiro relatório. Apenas outros três prêmios do programa tiveram formato semelhante em termos da solicitação de dois relatórios: os prêmios Tuxáua (I e II), Cultura e Saúde e Cultura Digital. No entanto, nenhum previa a elaboração de um plano de negócios, exigência específica do Economia Viva.

Os prêmios seguintes tiveram como objetivo promover a articulação em rede dos pontos de cultura, como é o caso dos prêmios Tuxáua (seleção de articuladores regionais e temáticos), Ponto-a-Ponto (articulação entre pontos de cultura); Interações Estéticas (troca entre artistas e pontos de cultura), e Areté (apoio a eventos e encontros para troca de experiências entre diversos atores envolvidos com o programa).

Como vimos, o ano de 2010 foi o de maior número de editais de premiações realizadas pelo MinC no âmbito do Cultura Viva. Dos 9 editais de premiações lançados nesse ano, temos o Economia Viva com o menor orçamento e também o menor número de iniciativas premiadas, porém o que reuniu o maior valor de premiação – de R\$100.000,00. Esse montante fora contemplado por apenas dois outros editais nesse ano de 2010, os prêmios de Mídia Livre e Cultura Viva.

O edital do Economia Viva foi o único prêmio inédito de 2010. Os demais estavam em sua segunda edição ou, como foi o caso do Cultura Digital, embora fosse sua primeira edição no formato de premiação, a ação já havia sido fomentada anteriormente, com editais de conveniamento de pontões de cultura digital. Talvez o ineditismo do Economia Viva ajude a explicar o baixo valor do orçamento desse edital. Se calcularmos o valor médio do orçamento dos editais de 2010, alcançamos a marca superior a R\$3,5 milhões. Entretanto, ao Economia Viva não foi reservada nem metade desse valor. Isso revela o baixo grau de prioridade e importância dado a essa ação no Ministério.

A crise anunciada em 2007, com o término dos primeiros convênios e com a dificuldade do Ministério da Cultura em cumprir os prazos de liberação dos pagamentos, seja por contingenciamento de recurso, seja por problemas com a prestação de contas dos pontos, não foi resolvida, mas contornada com o lançamento de prêmios. Os prêmios foram uma forma encontrada para evitar o imobilismo que essa crise de gestão do programa anunciava. Vemos novamente aqui a situação mencionada anteriormente, da crise de gestão estar atrelada a uma limitação estrutural do Estado em responder de forma ampla e democrática às demandas de grupos, comunidades e organizações culturais. Cabe ressaltar o papel de ousadia e inovação dos gestores públicos em criar alternativas para essas limitações a partir dos instrumentos de fomento e gestão existentes, a despeito de sua rigidez. Com os prêmios foi possível dar continuidade ao fomento dos pontos de cultura de forma desburocratizada, o que atendia a uma demanda histórica dos pontos de cultura, sem aumentar tanto a carga administrativa exigida do Ministério em termos de equipe e análise documental. Essa crise de gestão foi deflagrada em 2011 com auditoria, prêmios cancelados, mudanças administrativas e um redirecionamento do foco prioritário da Secretaria responsável pela gestão do Programa Cultura Viva, como veremos em seguida.

Por ser um edital aberto à inscrição de organizações da sociedade civil que não eram pontos de cultura, podemos afirmar que o Prêmio Economia Viva se propôs também a reconhecer essas instituições enquanto pontos de cultura. A dimensão do reconhecimento não era prioritária no discurso do Prêmio e tampouco explícita, sendo mais compreendida

enquanto um desdobramento ou consequência naturais da premiação. Uma vez premiadas, as instituições passavam a integrar o que é chamado no âmbito do programa de “Rede Cultura Viva”, e aqui preferimos referir-nos no plural a esses espaços de articulação do Cultura Viva, como as redes dos pontos de cultura, que são temáticas, setoriais, regionais, territoriais, além de haver aquelas mobilizadas por afinidades subjetivas entre os grupos. Embora a intenção de ampliação dessas redes, com novas iniciativas e instituições reconhecidas, não fosse evidenciada no edital do Economia Viva, ela foi expressa posteriormente, na primeira resposta da SCC/MinC ao documento da Auditoria de acompanhamento de sua gestão de 2010 realizada pela Controladoria Geral da União (CGU):

Além dessa definição interna [de lançar editais de premiação], a auscultação junto às entidades da sociedade civil permitiu aquilatar a importância da concessão de prêmios tanto para o fortalecimento de características específicas dos pontos de cultura, o intercâmbio entre pontos, como para o lançamento de novos projetos, relacionados a diversas temáticas.” (SECRETARIA DE CIDADANIA CULTURAL, 2010, p. 4.).

Vemos aqui a afirmação da tripla intenção do edital de premiação do Economia Viva. Além de reconhecer novas organizações como pontos, o prêmio buscou fomentar a continuidade de projetos e iniciativas já existentes nos pontos de cultura, como forma de promover a sua sustentabilidade e autonomia. Os pagamentos do Economia Viva ocorreram entre 2011 e 2012, momento que coincidiu com o período de interrupção dos editais de premiação no âmbito do Cultura Viva. Tanto o Economia Viva quanto os demais prêmios de 2010 pagos na nova gestão deram uma sobrevida às ações de fomento do programa interrompidas a partir de 2011. Isso fez com que o recurso do prêmio contribuísse para a manutenção das ações culturais já realizadas dos pontos de cultura. Podemos afirmar que essa intenção foi a melhor sucedida e os projetos aprovados não somente favoreceram a continuidade da atuação cultural das instituições selecionadas, como também estimularam seu desdobramento e inovação em outras ações. Veremos isso nos próximos capítulos, quando nos debruçaremos nas iniciativas premiadas. Interessa aqui situar o Economia Viva no contexto do programa e nos desafios institucionais que o rodeiam em termos das políticas públicas.

A experiência do Prêmio Economia Viva é reveladora de alguns limites e desafios da própria administração pública que não são exclusivos da área cultural, nem do Cultura Viva, embora os contornos das fragilidades nesse campo ganhem uma expressividade particular e uma relevância singular sobre as quais nos interessa refletir neste estudo. É por serem sintomáticos de limites e contradições existentes nas parcerias entre o Estado e associações da

sociedade civil e nos instrumentos utilizados nessas parcerias que voltaremos nosso olhar e atenção a essa experiência. Os esforços de implementação de ações públicas a partir de diferentes instrumentos de política no âmbito do Cultura Viva renderam ao MinC auditorias de acompanhamento de sua gestão por órgãos de controle.

A Auditoria de acompanhamento da gestão da SCC/MinC relativa ao exercício de 2010 foi realizada pela CGU entre os meses de agosto e outubro de 2010 e consistiu na análise dos nove editais de premiação que a Secretaria emitiu naquele ano. A auditoria fez questionamentos, identificou lacunas e ausências, e emitiu recomendações organizadas em 5 etapas: princípios e estruturação dos editais; habilitação; comissão de seleção; avaliação dos projetos e aspectos gerais. As ausências foram recorrentes e comuns ao conjunto dos prêmios, e apontaram procedimentos incompletos e ausência de uma série de medidas ao longo da execução das premiações. As pendências identificadas pela CGU foram comunicadas ao MinC em outubro de 2010 (BRASIL, 2010o) e passaram a ser providenciadas pela Secretaria de Cidadania Cultural do MinC que, após pouco mais de um ano, em fevereiro de 2012, apresentou um Plano de Providências (REF) com respostas às 18 constatações de ausências e desconformidades, expressando a situação de cada uma delas e os prazos para atendimento das providências acordadas para serem implementadas.

É importante abordar o que motivou a realização dessa Auditoria e destacar que, além do controle interno e do acompanhamento permanente de gastos, o objetivo fundamental do trabalho realizado foi “a análise da sistemática de concessão de prêmios financeiros pelo Ministério da Cultura – MinC” (BRASIL, 2010o, p. 1). Realizada pela Secretaria Federal de Controle Interno da CGU com a equipe técnica da Assessoria Especial de Controle Interno do MinC, a Auditoria teve como ponto de partida a crescente publicação de editais de premiação pela SCC desde 2008 e o aumento de recursos dessa Secretaria destinados a premiações em 2010. Pudemos acompanhar essa evolução das premiações no Gráfico 1.

Ao focar na auditoria do Economia Viva, vemos que a ausência de manifestação da Comissão do Fundo Nacional de Cultura prévia ao lançamento do edital já havia sido notificada pela Advocacia-Geral da União (AGU) em resposta à consulta da Minuta do Edital Prêmio Economia Viva (AGU, 2010) na véspera de sua publicação, em 08 de março de 2010. O não atendimento à época e o lançamento do Edital Economia Viva no dia seguinte permitem deduzir haver uma pressa no lançamento, o que faz sentido considerando que todos os editais daquele ano, com exceção de um, foram lançados entre os dias 08 e 09 de março de 2010. Tal medida evidencia ser esse um período estratégico no contexto do Cultura Viva, às vésperas de realização da Teia 2010 que veio a ocorrer menos de 20 dias depois.

A Auditoria analisou as diferentes etapas do processo de premiação, bem como o marco legal que regulamenta a concessão de prêmios. Um conjunto de ausências foi identificado: a inexistência de atas, de documentos de designação da Comissão Técnica de conferência das inscrições, e ainda de documentos de comprovação dos gastos com a comissão de seleção foram algumas das questões apontadas pela Auditoria. A CGU tampouco localizou os pedidos de reconsideração, bem como o julgamento e a divulgação dos resultados de todos os pedidos de reconsideração. No próximo capítulo veremos como a falta dessas informações também dificultou a contabilização precisa dos resultados do edital do Economia Viva para os fins desta pesquisa.

Essas ausências, embora denotem descumprimento de alguns procedimentos burocráticos bastante relevantes, não são tão críticos quanto as lacunas e incongruências identificadas em outros prêmios por essa mesma Auditoria. No caso do Prêmio Areté – Apoio a Eventos Culturais em Rede e do Prêmio Tuxáua Cultura Viva II, por exemplo, a CGU apontou incoerências mais sérias, como a constituição da comissão de seleção apenas por membros originários da SCC/MinC e a utilização de critérios de habilitação não previstos no Edital. Essas ações foram canceladas e os prêmios nunca concedidos.

Ao analisar o conjunto dos documentos relativos à Auditoria, chama a atenção a fragilidade da premiação como instrumento de política. Juridicamente respaldado por três normas distintas, o processo de premiação pode ser interpretado à luz da Lei nº 8.666/1993, que estabelece normas para licitações, dentre outras providências. A Lei nº 8.313/1991 institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) e também rege sobre a concessão de prêmios. Mesmo sem a força jurídica das leis, em maio de 2009 o MinC instituiu a Portaria nº 29, que dispõe sobre a elaboração e gestão de editais de seleção pública para apoio a projetos culturais e para concessão de prêmios a iniciativas culturais no âmbito do MinC. Cada instrumento institui normas e procedimentos para as premiações, inclusive as concebe de forma diferente.

A concessão de prêmios pela administração pública está inscrita na modalidade de licitação chamada concurso, regida pela Lei nº 8.666/1993, destinada à “escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores” (Art. 22, §4º Lei nº 8.666/1993). Essa Lei estabelece regras específicas a esta modalidade de licitação como é o caso de prazo mínimo de 45 dias até o recebimento das propostas e do julgamento por comissão especial e a cessão dos direitos patrimoniais relativos ao projeto vencedor. No âmbito do MinC, a Lei nº 8.313/1991 institui o Pronac e prevê a possibilidade de concessão de prêmios como uma das formas de cumprimento das

finalidades do Programa e do alcance do objetivo de incentivo à formação artística e cultural. Vemos aqui existir também uma vinculação dos prêmios aos concursos e à perspectiva de reconhecimento, conforme segue: “Art. 3º – I – b) concessão de prêmios a criadores, autores, artistas, técnicos e suas obras, filmes, espetáculos musicais e de artes cênicas em concursos e festival realizados no Brasil” (BRASIL, 1991a, Art. 3º – I – b). A regulamentação dessa Lei, pelo Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006, prevê em seu artigo 10 que “os recursos do Fundo Nacional de Cultura poderão ser utilizados, observando o disposto no plano anual do Pronac, na concessão de bolsas de estudo, de pesquisa e de trabalho, assim como na concessão de prêmios” (BRASIL, 2006a, Art. 10º).

O MinC, por sua vez, publicou em 21 de maio de 2009 norma que dispõe sobre a elaboração e gestão de editais de seleção pública para apoio a projetos culturais e para concessão de prêmios e iniciativas culturais no âmbito do próprio Ministério. No que diz respeito à concessão de prêmios, dispõe o Artigo 3º dessa Portaria:

Art. 3º Os editais de seleção pública para concessão de prêmios a iniciativas culturais destinam-se ao reconhecimento e estímulo de ações culturais realizadas ou em andamento, promovidas por pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, com ou sem finalidade lucrativa.
§1º Os editais de seleção pública para concessão de prêmios a iniciativas culturais ficam submetidos à Lei 8.313/1991, Decreto 5.761/2006 e subsidiariamente, naquilo que lhes for aplicável, à Lei 8.666/1993.

Essa Portaria representa um avanço na normatização do fomento cultural, ao buscar garantir sua estruturação pelos princípios basilares da administração pública, como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência e o equilíbrio regional da distribuição dos recursos. Submeter os editais de seleção pública para concessão de prêmios à análise das demais normativas existentes para esse objeto torna possível o que ocorreu na Auditoria em tela. Trataremos especificamente do Prêmio Economia Viva: a auditoria apontou, por exemplo, com base na Portaria nº 29/2009, a ausência de diagnóstico das demandas da área cultural para justificar a emissão do prêmio, bem como a ausência de metodologia para estipular o valor do prêmio, dentre outras lacunas. Com base no Decreto nº 5.761 que regulamenta a Lei nº 8.313/1991, a auditoria apontou a ausência da apreciação e aprovação do edital pela Comissão do Fundo Nacional de Cultura em análise prévia à sua divulgação. A ausência de comprovação da homologação do resultado final da seleção pública, por sua vez, apresenta desacordo com a Lei nº 8.666/1993 que prevê a homologação como ato que encerra a licitação.

Com base nesses três instrumentos legais, a Auditoria identifica uma série de pendências nos ritos processuais ordinários de seleção pública dos editais de premiação emitidos pela SCC/MinC em 2010. Conforme exposto aqui, o fato de as premiações serem um híbrido entre o reconhecimento de uma iniciativa já existente como estímulo para sua continuidade e um conveniamento para a execução de um projeto a ser realizado não encontra respaldo legal específico ou próprio. Ao exigir relatórios que informem as atividades realizadas com os valores do prêmio e atrelar o pagamento da segunda parcela do prêmio à aprovação desse relatório, os órgãos de controle responsáveis pela Auditoria remetem a premiação a uma execução típica de convênio, “no qual o conveniente recebe recursos antecipadamente e comprova a aplicação dos recursos ao final por meio de prestação de contas” (BRASIL, 2010b, p. 33). Desta forma, as premiações podem ser consideradas convênios ou concursos, e no caso desta última modalidade recaem os procedimentos licitatórios previstos na Lei nº 8.666/1993. Diante disso, conclui a análise da Auditoria:

Face ao exposto, pode-se concluir que, no que tange a Editais de Seleção Pública para Concessão de Prêmios, o artigo 3º da Portaria nº 29 de 21/05/2009, está em desacordo com Lei nº 8.666/1993, por criar modalidade de licitação estranha àquelas legalmente previstas, caracterizando a ilegalidade das práticas pautadas nessa norma. (BRASIL, 2010b, p. 34).

A interpretação do Prêmio Economia Viva à luz da Lei nº 8.666/93 ocorreu novamente em outra ocasião, desta vez por parte da Advocacia-Geral da União, ao negar o pagamento de pró-labore a membro da Comissão de Avaliação e Seleção do Edital, por interpretar não haver fundamento legal para o ato (AGU, 2011). A remuneração de membros de comissão de seleção de outros editais já havia ocorrido na SCC e isso os fez prever um pagamento R\$ 2 mil aos avaliadores do Economia Viva. No entanto, a AGU também interpretou a concessão de prêmios segundo a modalidade licitatória de concurso, prevista na Lei nº 8.666/93, que é silente a respeito da remuneração de sua comissão de seleção. A Portaria nº 29/2009 do MinC, por sua vez, prevê o pagamento de despesas com traslado, hospedagem e alimentação dos membros da comissão de seleção, mas tampouco prevê sua remuneração. Essa decisão da AGU ocorreu em agosto de 2011, mais de um ano após a seleção do Prêmio ter sido realizada, nesse período os membros da Comissão de Seleção aguardaram pela remuneração previamente informada e que nunca se efetivou.

Sobre as dificuldades de realizar as premiações e diante da ausência de um instrumento adequado para executar as parcerias entre Estado e sociedade civil, Andréa Saraiva, consultora do PNUD para a ação Economia Viva, comenta:

É um puxadinho. Nós não temos soluções administrativas, contábeis, jurídicas para contemplar equipamentos de ordem do que eu chamo de semi-público, ou que sejam públicas mas gerenciadas por organizações da sociedade civil, não se consegue visualizar isso como sendo parte do governo, mas também com autonomia de funcionamento, por isso que tem soluções de puxadinho como essa daí, soluções temporárias, quando o que precisamos é de soluções definitivas (SARAIVA, 2015, entrevista).

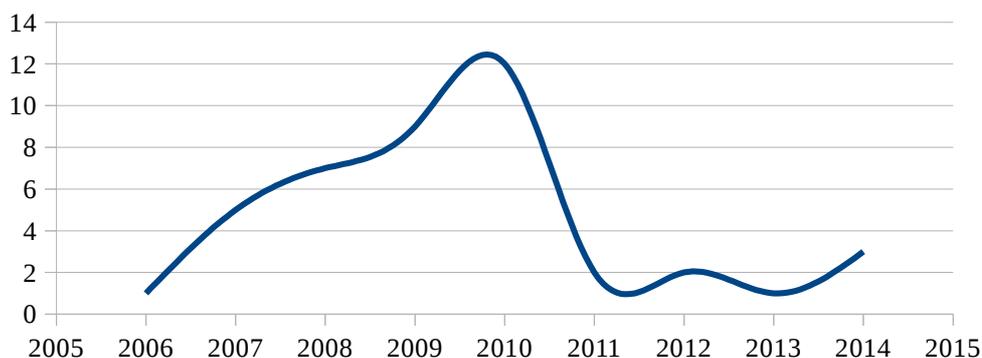
A Auditoria emitiu uma série de recomendações para a SCC realizar os processos formais necessários e aprimorar os procedimentos dissonantes encontrados. Em 03 de fevereiro de 2012 a SCC respondeu às constatações e orientações da Auditoria de 2010 com um Plano de Providências, onde apresentou a situação atual de cada ocorrência apontada e seu prazo para atendimento. No que diz respeito à constatação da concessão de prêmios estar em desacordo com os regramentos da Lei nº 8.666/1993 e que deveriam abster-se de aplicar o artigo 3º da Portaria nº 29/2009, a SCC informou que “continuará a seguir o exposto no artigo 3º da Portaria nº 29 de 21 de maio de 2009 para os Editais de Seleção Pública para Concessão de Prêmios, por ser o instrumento legal de cumprimento obrigatório” (BRASIL, 2012e, p. 17). A SCC informa ainda ter encaminhado à Secretaria Executiva do MinC o Memorando nº 103/GAB/SCC/MinC, em 04 de agosto de 2011, “sugerindo alterações na Portaria nº 29/2009, de forma a adequá-la à lei de licitações e contratos e às recomendações da CGU” (idem, p. 17).

Até o momento, a referida Portaria não sofreu alterações e podemos identificar uma significativa diminuição no número de premiações da SCC. Entre 2011 e 2014, mais oito prêmios foram lançados pela SCDC, mas nenhum voltado aos pontos de cultura ou situado no contexto das ações do programa Cultura Viva, o que os difere muitos dos demais prêmios, lançados anteriormente. É com base nessa distinção que podemos afirmar ter havido uma descontinuidade de editais de premiação no contexto do Cultura Viva ou voltados a pontos de cultura, mesmo sem haver uma interrupção do lançamento de prêmios pela SCC/MinC. Em 2011 a mudança de gestão no Ministério provocou uma reestruturação da Secretaria de Cidadania Cultural e sua fusão com a Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural (SID) também impactou o Cultura Viva que viveu um deslocamento de narrativa e de prioridades. Em 31 de maio de 2012, a fusão das duas secretarias deu origem

à Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC), pelo Decreto nº 7.743²¹ que aprovou a estrutura regimental do MinC. A tônica da promoção da cidadania cultural característica do Cultura Viva foi sendo deslocada para a promoção da diversidade e isso impactou as premiações dentro da SCDC/MinC.

Há pouco, pudemos conhecer os editais de premiação lançados pela Secretaria de Cidadania Cultural até 2010. O Gráfico 2 também expôs a interrupção dos editais de premiação dessa Secretaria para pontos de cultura e para ações no âmbito do Cultura Viva a partir de 2011. O gráfico a seguir nos oferece um olhar geral e uma perspectiva histórica de todos os editais de premiação lançados pela Secretaria desde 2006:

Gráfico 2: Evolução dos editais de premiação da SCDC/MinC (número de editais de prêmios lançados por ano)



Fonte: Editais de Prêmios publicados pela Secretaria²². Elaboração da autora.

Podemos visualizar a inflexão mencionada neste capítulo também expressa na interrupção do fluxo crescente de editais de premiação, não apenas dos pontos de cultura, mas de organizações da sociedade civil de modo amplo e geral. Os grupos e segmentos da diversidade cultural brasileira grupos foram os principais beneficiários dos editais de 2011 em diante. Os prêmios desse período foram: Arte e Cultura Inclusiva (2011); Agente Jovem de Cultura: Diálogos e Ações Interculturais (2011); Culturas Indígenas – 4ª edição (2012); Culturas Populares – 100 anos de Mazzaropi (2012); 3º Ideias Criativas Alusivo ao Dia Nacional da Consciência Negra – 20 de Novembro (2013); Prêmio Hip Hop 2ª edição (2014); Prêmio Culturas Ciganas 3ª edição (2014); Prêmio de Culturas Afro-Brasileiras (2014). Vemos que todos eles dizem respeito ao campo das políticas setoriais voltadas aos segmentos

21 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2012/Decreto/D7743.htm

22 http://semanaculturaviva.cultura.gov.br/linhadotempo/editais_premios.html

da diversidade cultural e nenhum é voltado aos pontos de cultura ou às ações do programa Cultura Viva.

A partir de 2011, é notável que os editais de premiação lançados pela SCDC/MinC passaram a priorizar o fomento e a promoção das culturas populares, indígenas, ciganas, negras e LGBTTT com recortes geracionais. Essas premiações antes eram realizadas no âmbito do programa *Identidade e Diversidade Cultural: Brasil Plural*, ação pública da SID/MinC²³ e passaram a constituir o foco prioritário e único das ações de fomento da SCDC/MinC. É incontestável que o Cultura Viva tem muita proximidade com o perfil das iniciativas e do público desses editais. Há aspectos que sempre foram presentes no universo do Cultura Viva e também são recorrentes nesses editais, como o fortalecimento de expressões artísticas e manifestações culturais; a valorização da identidade dos povos indígenas, das culturas populares e tradicionais; o apoio para a continuidade das tradições culturais, bem como o reconhecimento e a promoção da diversidade cultural. Embora seja possível identificar muita proximidade entre o público que constitui os pontos de cultura e o recorte dos editais mais atuais da SCDC, chama a atenção a ausência da menção aos pontos de cultura, ao Cultura Viva, às ações estruturantes do programa e a ausência de editais de fomento voltados à continuidade e ampliação do Cultura Viva.

Nos oito editais de premiação lançados pela SCDC/MinC entre os anos de 2011 e 2014, não há referência aos pontos de cultura, seja enquanto proponentes ou parceiros das iniciativas culturais a serem inscritas, tampouco como espaço ou equipamento cultural das atividades previstas. O Cultura Viva não é mencionado nem contemplado nesses instrumentos. Podemos notar uma mudança no perfil dos editais de premiação: a partir de 2011 estes passam a ser concebidos enquanto concursos e voltam-se ao reconhecimento de práticas e iniciativas já realizadas. Projetos e ações culturais já concluídas de jovens agentes culturais; atuação de mestre, grupos e comunidades expressivas das culturas populares brasileiras; iniciativas exemplares de preservação e proteção das culturas dos povos ciganos; são algumas práticas contempladas no escopo das premiações da SCDC nesse período.

Com exceção de dois prêmios, nenhum outro prevê o fomento de ações voltadas à sustentabilidade econômica de grupos ou de iniciativas culturais. Seria irresponsável afirmar a inexistência de premiações que tenham resultado nisso, mas estamos analisando o instrumento da política, seu foco em termos de público e fomento, a intenção e o objetivo dessas ações públicas. Certamente a diversidade dos projetos premiados nos oferece um escopo mais ampliado do alcance desse instrumento de fomento. Nesse aspecto chama a

23 Para conhecer a experiência da SID e do programa Brasil Plural, ler CORREIA, 2013.

atenção não haver ênfase e nem menção ao desenvolvimento econômico de ações culturais e tampouco à articulação em rede dessas iniciativas. Se o primeiro aspecto apontado aqui não era presente de forma recorrente nos editais anteriores da SCC, não podemos dizer o mesmo da perspectiva de articulação em rede que esteve presente de forma transversal em todas as ações de fomento do Cultura Viva. Com dificuldades e limitações, é preciso reconhecer, mas no caso do Economia Viva, isso esteve presente, ao menos na intencionalidade da ação pública.

No caso dos editais do período de 2011 a 2014, identificamos duas premiações que se aproximam do viés adotado anteriormente pela SCC – nos referimos aos prêmios Hip Hop e Agente Jovem de Cultura, que conheceremos a seguir. A segunda edição do Prêmio Hip Hop, lançado em 21 de agosto de 2014, previu a seleção de iniciativas relacionadas à promoção continuada da cultura hip hop e ao desenvolvimento sociocultural do segmento. A premiação previu contemplar iniciativas voltadas “à criação e/ou produção e/ ou circulação de obras, atividades, produtos e ações” (BRASIL, 2014a). Do conjunto dos prêmios setoriais lançados pela SCDC, este foi o único com uma abordagem voltada ao processo produtivo e de circulação de bens e serviços culturais.

Outra premiação que estabelece conexões com o que vinha sendo desenvolvido na SCC e no âmbito do Cultura Viva foi o *Prêmio Agente Jovem de Cultura: diálogos e ações interculturais*. Lançada em 13 de dezembro de 2011, essa premiação foi voltada a iniciativas culturais já realizadas e concluídas por jovens de 15 a 29 anos. Foram concedidos 500 prêmios de R\$9 mil a ações em várias áreas: comunicação, tecnologia, pesquisa, formação, intercâmbios, dentre outras, das quais destacamos a possibilidade de inscrição de ações em cultura e sustentabilidade – área prevista no edital para contemplar “propostas de moeda cultural, financiamento cultural e ações de economia solidária” (BRASIL, 2011b, p. 39). Essa é a única menção à economia solidária existente no conjunto dos oito editais de premiação da SCDC ao longo da gestão Ana de Hollanda/Marta Suplicy (2011 a 2014).

Alguns indícios fazem-nos deduzir ter sido esse edital um rescaldo de demandas herdadas da gestão anterior. Lançado em 2011, antes da fusão das duas secretarias, esse prêmio foi emitido pela ainda existente SCC. As áreas previstas para a inscrição de ações seguem temáticas similares às existentes anteriormente nos editais do Cultura Viva, especialmente no que diz respeito ao intercâmbio e à articulação em rede, à formação e à sustentabilidade financeira de iniciativas culturais. Mesmo não havendo menção aos pontos de cultura no Edital, as ações a que o prêmio se dirige têm relação com iniciativas de fomento propostas e/ou realizadas anteriormente no âmbito do Cultura Viva, como ações de

mídia livre e comunicação comunitária, produção artística e cultural em diversos segmentos, e implementação de moedas culturais e de ações de economia solidária. Vale lembrar que, em 2009, a SCC lançou o edital de Bolsa Agente Cultura Viva onde foram selecionadas 90 propostas de pontos de cultura com foco no protagonismo juvenil. Estava previsto o pagamento de um auxílio financeiro mensal de R\$380,00 a quatro jovens por ponto de cultura que tivesse sua proposta selecionada; este ponto também receberia R\$10mil para o desenvolvimento de ações de formação e qualificação dos quatro jovens bolsistas.

O Edital Bolsa Agente Cultura Viva de 2009 foi lançado e os pontos de cultura, selecionados. Porém o repasse de recursos nunca se efetivou, e o edital foi cancelado no rol das premiações também canceladas dos anos de 2011 e 2012. A justificativa para o cancelamento em 30 de junho de 2011, emitida pela SCC, foi a perda de vigência do edital e sua consequente impossibilidade legal de efetivação. Além de instalar Sindicância Investigativa para “apurar responsabilidades internas” nos procedimentos administrativos que resultaram nos motivos do cancelamento, a então secretária à época, Marta Porto²⁴, declarou às entidades selecionadas nos editais Agente Escola Viva e Agente Cultura Viva (ambos cancelados): “estamos avaliando as ações e iniciativas que podem ser implementadas no exercício de 2011, junto às redes sócio-pedagógicas e outros órgãos do Governo Federal, que fortaleçam o protagonismo juvenil na perspectiva da política de cultura” (REF, SCC, Carta no 28, p. 2). Vemos, assim, que o edital Prêmio Agente Jovem de Cultura lançado em 2011 tem estreita relação com um passivo gerado a partir do cancelamento de editais anteriores vencidos a partir de 2011, sem terem sido prorrogados. Daí identificamos aproximações com temáticas, perfis de público e áreas de atuação fomentadas anteriormente e que tampouco se repetiram após este edital, sendo descontinuadas, tal como o conjunto das demais ações de fomento no âmbito do Cultura Viva.

A diminuição da quantidade de prêmios acompanhou outras mudanças durante a gestão de 2011 a 2014. Os prêmios assumiram um perfil de concurso, com todas as exigências legais dessa modalidade de licitação, como é o caso de prazo de 45 dias para recebimento das inscrições, pagamento da premiação em parcela única e premiação apenas de iniciativas já realizadas. Identificamos ainda outras mudanças nas premiações da SCDC. Merece destaque a eliminação de inscrição de iniciativas contempladas previamente pela Secretaria, dentro do prazo de dois anos, restrição inexistente nos editais anteriores e prática

²⁴ Entre janeiro e setembro de 2011, Marta Pavese Porto ocupou o cargo de Secretária de Cidadania Cultural e, após a fusão dessa secretaria, assumiu enquanto Secretária da Cidadania e da Diversidade Cultural, sendo sucedida por Márcia Helena Gonçalves Rollemberg que ficou no cargo até o final de 2014.

muito corrente no âmbito do programa Cultura Viva, pois como vimos muitos desses editais foram estratégicos para manter o conveniamento com os pontos de cultura. Isso atende a uma recomendação das Linhas Gerais de um Planejamento Participativo para o Programa Cultura Viva (BARBOSA DA SILVA; LABREA, 2014), resultado do processo de redesenho do programa coordenado pelo Ipea em parceria com a SCDC, ao longo do ano de 2012.

2.2 Fragilidade institucional do programa Cultura Viva

O redesenho do Cultura Viva foi motivado pela necessidade de aprimoramento do desempenho da gestão do programa e de sua institucionalização em uma política nacional. Isso envolveu um processo de avaliação, pesquisa e diagnósticos que subsidiaram a formulação acerca da readequação dos instrumentos de política e do realinhamento das ações do programa. Para tanto, foi instituído um Grupo de Trabalho Cultura Viva (GT-CV)²⁵ com gestores da SCC/MinC, pontos e pontões de cultura, sob a coordenação do Ipea e a supervisão da SCC/MinC. Em vez de abordar os desafios para o fomento à sustentabilidade econômica dos pontos de cultura e de suas ações culturais, a pesquisa do redesenho voltou-se à sustentabilidade do próprio programa Cultura Viva. Isso é revelador do contexto em que o programa encontrava-se naquela época. A mudança de gestão no MinC e na SCC, seguida de uma diluição de prioridades que descontinuou as ações de fomento a pontos de cultura, geraram uma série de questionamentos a respeito da continuidade do programa por parte das organizações da sociedade civil e também de gestores públicos dos entes federados, além de outros atores, como pesquisadores e mídia²⁶. Os problemas de gestão vieram à tona nesse período com o atraso nos pagamentos e os editais cancelados, o que desgastou ainda mais as relações entre os diferentes atores envolvidos com o programa. Havia uma necessidade de qualificar a gestão do Cultura Viva, dar visibilidade aos seus efeitos junto à sociedade e aumentar sua estabilidade e efetividade. Havia também a intenção que o redesenho reforçasse a perspectiva de autorrenovação do Cultura Viva, e por isso a temática da sustentabilidade esteve muito mais voltada ao programa do que aos pontos de cultura e suas ações culturais. Em ambos os casos, entretanto, o foco e a aposta estavam voltados às redes.

A gestão em rede do programa diz respeito à gestão descentralizada dos convênios de pontos e pontões de cultura, a chamada “federalização” do Cultura Viva. Isso permitiu

25 O GT-CV foi instituído pela Portaria nº 45, de 19 de abril de 2012, com o objetivo de elaborar proposta de redesenho do programa Cultura Viva.

26 MIRANDA, 2012.

um ganho de escala considerável dessa ação pública, que passou de aproximadamente 800 pontos e pontões de cultura conveniados diretamente com o MinC em 2008 para um total de 4204 pontos de cultura em 2014²⁷. Esse aumento de escala não foi correspondido por um aumento proporcional dos recursos humanos da Secretaria do governo federal responsável pela gestão do programa; tampouco houve a criação de um sistema eficiente de acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações que favorecesse sua inovação para atender aos novos desafios da federalização do programa e às demandas apresentadas pelos pontos de cultura e gestores públicos envolvidos na Rede Cultura Viva. O aumento de escala do programa foi acompanhado, portanto, por um aumento das fragilidades de sua gestão interna. Em relação à federalização do programa, a pesquisa do redesenho identificou que (IPEA, 2012b, p. 2-3):

Para além das dificuldades dos Pontos e Pontões em dialogar com as estruturas de Estado e eventuais atrasos nos relatórios e prestação de contas, identificamos que a principal dificuldade da SCC é organizar a própria secretaria, cujos recursos humanos são insuficientes para dar conta dos desafios que crescimento do programa colocou. A resposta mais rápida e aparentemente consistente foi a descentralização. Não estava no horizonte de questões aumentar as capacidades de supervisão, coordenação, geração de dados e informações, e gerir capacidades de governo e articulação em rede, mas compartilhar, mesmo que de forma não muito clara, responsabilidades por questões chave do programa: recursos financeiros por parte do governo federal e acompanhamento das prestações de contas por parte dos Estados e municípios.

Diversos estudos e pesquisas revelam a profunda fragilidade da estrutura administrativa do Ministério da Cultura e, em especial, da Secretaria responsável pela gestão do programa Cultura Viva (BARBOSA DA SILVA; LABREA, 2014; LIMA, 2013, VILUTIS, 2009). A carência de pessoal é um dos principais problemas e vem sendo enfrentado apenas com soluções parciais e provisórias. O índice de terceirização em 2009 na SCC/MinC foi de 21,3% de sua força de trabalho, segundo Barbosa da Silva e Labrea (2014), e a contratação de consultores de organismos nacionais e internacionais foi uma medida encontrada para contrabalancear essa fragilidade.

Em 2009, 18,7% da força de trabalho da SCC/MinC era de consultores de organismos nacionais e internacionais, índice semelhante ao de seu pessoal permanente e equivalente a 14 pessoas. A variação desse indicador em anos anteriores foi ainda maior,

27 Dado disponível em: <http://pnc.culturadigital.br/metas/15-mil-pontos-de-cultura-em-funcionamento-compartilhados-entre-o-governo-federal-as-unidades-da-federacao-ufs-e-os-municipios-integrantes-do-sistema-nacional-de-cultura-snc/>

como ocorreu em 2008, quando a porcentagem de consultores na Secretaria alcançou a marca de 22% de sua força de trabalho (BARBOSA DA SILVA; LABREA, 2014).

Além de reduzida, a força de trabalho da Secretaria se revelou inadequada para acompanhar convênios, prestação de contas e relações institucionais com governos estaduais e municipais. A descentralização do programa Cultura Viva aumentou o número de pontos de cultura e com isso cresceu também a quantidade de trabalho relacionado a esses trâmites administrativos. No entanto, esse crescimento não foi acompanhado de um aumento de pessoal da Secretaria que em 2008 contava com um total de 82 pessoas e em 2009 passou a contar com 75.

O baixo contingente de recursos humanos permanentes e de carreira dificulta ainda mais a implementação de metodologias de gestão do conhecimento e de planejamento que conectem os diferentes setores da Secretaria, estabeleçam fluxos de informação e rotinas de trabalho coordenadas, e ainda dialoguem interinstitucionalmente e façam articulação intragovernamental.

Nesse contexto, é difícil estabelecer os limites precisos do trabalho de consultores dentro da estrutura administrativa, pois eles assumem responsabilidades públicas e passam a atuar efetivamente na execução do programa. O trabalho de apontar soluções e caminhos possíveis é ultrapassado pelo processo de implementação de uma ação pública. Com Andréia Saraiva, consultora do PNUD, ocorreu isso: contratada para elaborar, formular e subsidiar a execução da ação Economia Viva, acabou assumindo a responsabilidade pela gestão do Prêmio Economia Viva. Resultam dessa fragilidade institucional a rotatividade de contratações e o gargalo do acompanhamento público das ações do programa Cultura Viva.

Para além do repasse financeiro e da prestação de contas, não houve preocupação da SCC em federalizar o conjunto das ações do Cultura Viva, o que poderia ter contribuído para sua consolidação e articulação em rede. Os novos pontos e pontões não foram vinculados a um processo de acompanhamento, monitoramento e avaliação convergente nem complementar; os governos estaduais e municipais definiram a metodologia de implementação da ação pública em sua localidade sem articulação entre os diferentes entes federados. “O resultado é que os processos são extremamente desiguais, não se têm informações sobre os novos circuitos culturais implementados e os Pontos de Rede não dialogam com a Rede de Pontos” (IPEA, 2012b, p. 3). Esse diagnóstico trouxe à tona uma reflexão: “Do ponto de vista da sustentabilidade do Programa, interessa ganhar escala sem qualidade no fluxo de informações e nas capacidades de ação em rede?” (idem, p. 3). Essa foi uma das perguntas a que o processo do redesenho procurou responder.

Estava presente nas formulações do redesenho a expectativa de que as condições de sustentabilidade do programa seriam criadas a partir de redes de políticas públicas, articulando Estado e sociedade civil na construção de estratégias de desenvolvimento e garantia dos direitos culturais. No que diz respeito à sustentabilidade dos pontos de cultura, a expectativa de que esta seria alcançada por meio da articulação em rede entre os pontos já existia antes da federalização, e era perspectiva compartilhada entre os pontos, o governo federal e os outros entes federados que passaram a implementar essa ação pública. No entanto, a responsabilidade do Estado no fomento a essas redes, como recém-mencionado, não ocorreu. Os editais de premiação de 2010 previam algumas ações nesse sentido, como veremos no caso do Economia Viva, com a realização de um encontro nacional dos premiados e outras instituições promovido pelo MinC que nunca chegou a ser efetivado.

Vemos existir um limite na abordagem que prevê a sustentabilidade como decorrência natural da articulação em rede. Esse limite é claro tanto no que diz respeito à gestão em rede entre os entes federados para alcançar a sustentabilidade do programa Cultura Viva, quanto na articulação em rede de pontos de cultura para estes alcançarem a sustentabilidade de suas ações culturais e instituições. De maneira integrada e convergente à articulação em rede, vemos a necessidade de exercitar um conjunto de outras iniciativas e responsabilidades, tais como: garantir ações continuadas de fomento às redes; desenvolver a capacitação dos órgãos e atores envolvidos; construir relações de confiança e reconhecimento mútuo entre os sujeitos e pontos da rede; prever e praticar a gestão descentralizada e distribuída; programar atividades estruturadas a partir das diferentes configurações da rede; organizar encontros presenciais; trabalhar a comunicação democrática que respeite e alimente os fluxos da rede; registrar, sistematizar e disponibilizar conhecimentos e experiências, dentre outras experiências existentes.

Diante dos desafios impostos pela ineficiência e inadequação da estrutura burocrática da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural na gestão do Cultura Viva, o redesenho buscava propor alternativas para qualificar a gestão e garantir um fluxo operacional ao programa. Nesse sentido, foi iniciada a concepção de uma nova estratégia para os prêmios, associada à proposição de um novo instrumento de reconhecimento de pontos de cultura, chamado de chancela. A pesquisa do redesenho concebeu que “O prêmio tem como objetivo reconhecer a exemplaridade das práticas de pessoas, grupos e instituições, estimulando a continuidade de seus esforços, podendo ser feito por reconhecimento simbólico, mediante chancela, seguido ou não de repasse de recursos financeiros” (BARBOSA DA SILVA; LABREA, 2014, p. 27).

Esse reconhecimento simbólico merece ser problematizado. Podemos identificar sua principal motivação na meta 23 do Plano Nacional de Cultura (PNC) que prevê, até 2020, 15 mil pontos de cultura em funcionamento. Considerando que, em dez anos de programa, não foi possível avançar muito além de 4 mil pontos de cultura, podemos delinear o tamanho do desafio proposto no PNC. É inegável que a chancela proposta no redesenho e reiterada na Lei Cultura Viva, com a instituição do Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, pode favorecer o aumento do número de pontos de cultura reconhecidos pelo Estado. No entanto, ela não é sinônimo de ampliação do montante de pontos de cultura fomentados. A autodeclaração permite que qualquer instituição da sociedade civil que se identifique com o Cultura Viva solicite a chancela e seja reconhecido como ponto de cultura. O PNC não especifica a forma de reconhecimento projetada aos 15 mil pontos de cultura, mas se o objetivo do PNC for promover um real e efetivo impacto nas políticas públicas de cultura e na democratização do acesso à cultura é fundamental que esses 15 mil pontos sejam iniciativas e ações culturais não apenas reconhecidas simbolicamente, mas fomentadas financeiramente pelo Estado.

Voltando ao redesenho, ele prevê três objetivos para as premiações: (i) chancelar novos pontos; (ii) reconhecer práticas, saberes e modos de vida de pontos de cultura por meio de certificação e (iii) mapear atividades, práticas, iniciativas e projetos que podem vir a se constituir em pontos ou pontões de cultura. O mapeamento constituiria “bancos de conhecimentos que permitirão melhor articulação de *redes temáticas* e servirão de referência para a organização de eventos, publicações, circuitos, intercâmbios e como um processo de formação e troca de tecnologias sociais” (idem, p. 65). Nunca é excessivo lembrar também que esse mapeamento e reconhecimento estavam previstos no escopo do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) desde sua institucionalização em 2010²⁸, e que até hoje não foi alcançado. A certificação proposta no redesenho foi concebida como um instrumento para manter a chancela de pontos e pontões de cultura selecionados por edital, após o término dos convênios. Com a certificação, os pontos e pontões poderiam continuar participando das iniciativas do programa e concorrendo a editais, mesmo após o término de seu fomento público.

A Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014 institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências, dentre as quais a criação do Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura. Esse cadastro reúne em um único instrumento os três objetivos previstos no redesenho para as premiações, ao integrar a certificação, o reconhecimento e o mapeamento

28 O SNIIC foi criado pela Lei nº 12.343, de 2010 (BRASIL, 2010r).

de um conjunto de atores (formalizados e não-formalizados) de acordo com o seu histórico nas áreas de cultura, educação e cidadania. Essa certificação, adjetivada pela Lei de “simplificada”, será concedida pelo Ministério da Cultura e passa a representar a “porta de entrada” na Política Nacional de Cultura Viva, ou seja, só podem receber recursos públicos as associações, instituições públicas de ensino e coletivos culturais certificados previamente pelo MinC. Não se trata de uma habilitação específica para concorrer a algum edital, com exigências específicas relativas àquele certame, mas uma habilitação para acessar a política. Além de reconhecer e certificar, a intenção do Cadastro Nacional é criar uma base de dados dos pontos e pontões de cultura atualizada a cada dois anos. A Lei, entretanto, não prevê qualquer normativa relativa às premiações e, no que diz respeito à transferência de recursos aos pontos de cultura, cria o Termo de Compromisso Cultural, com regulamentação própria, mas não versa sobre premiações.

Mecanismos como chancelas, certificações e o Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura podem contribuir para resolver um problema histórico do Cultura Viva que diz respeito à transparência das informações sobre os participantes dessa política pública. O acesso à informação organizada e atualizada dos pontos de cultura constitui um desafio que, ao longo dos dez anos do programa, se manteve sem uma solução efetiva ou duradoura. Naturalmente, o acesso a esse tipo de informação não tem apenas um interesse de pesquisa, diagnóstico ou mapeamento, e mesmo de transparência pública, mas também de organização da própria ação pública e de qualificação de sua gestão. Nos referimos aqui tanto à organização do investimento público de modo a garantir sua ampla descentralização e desconcentração, como à organização do fomento público a partir da realidade dos pontos de cultura, sistematizada em um banco de dados atualizados. É o que se espera com esse instrumento.

Entretanto, uma questão fica sem resposta, a mesma questão que motivou a existência do Economia Viva. É também a questão em torno da qual foi criada a premissa insustentável no discurso do programa segundo o qual “uma vez ponto de cultura, para sempre ponto de cultura”. Após o término dos convênios, com o fim dos prêmios, ao findar a vigência dos Termos de Compromisso Cultural, o que acontece com esses grupos, com as iniciativas desenvolvidas, com as ações culturais praticadas? Se esses pontos precisavam ser massageados, conforme a inspiração provocada pelo “*do-in* antropológico” proposto por Gilberto Gil ao assumir o MinC, o que garante que após esta “massagem” eles se manterão ativos e vivos, sem precisar de novas ações de fomento, de uma nova sessão de acupuntura política e cultural? Ao se afirmar como ação pública de promoção do protagonismo,

empoderamento e da autonomia de grupos e ações culturais, essas questões não podem ficar sem resposta no Cultura Viva. E aí entra novamente a discussão acerca do papel do Estado. A respeito disso, Rubim (2015) tece algumas perspectivas:

uma das tarefas de maior centralidade do estado democrático desponta como desafio de desenvolver um amplo e diverso mercado cultural no país. Ou seja, o estado democrático deve assumir uma clara política de incentivo ao fortalecimento e a diversificação do mercado cultural no país. Deste modo, o tripé básico de fomento à cultura se consolida, acionando estados, empresas e públicos consumidores. Mas cabe ao estado e à sociedade democráticos buscar e imaginar novos procedimentos de apoio à cultura, a exemplo do financiamento colaborativo (p.11).

Vemos como é importante que ações públicas de promoção da diversidade cultural sejam acompanhadas de iniciativas voltadas à diversidade econômica. Os diferentes mercados existentes e a diversidade de produções culturais também precisam ser fortalecidos para que possam se manter vivos sem depender de incentivo público. A criatividade torna-se aspecto necessário para poder responder e superar o desafio de diversificação do fomento às variadas formas de produzir, comercializar, consumir e financiar ações culturais. Especialmente aquelas que histórica e tradicionalmente foram excluídas do acesso aos mecanismos de incentivo público e até hoje enfrentam dificuldades em acessá-los e em compreender a linguagem e normas que regem essas relações. Os principais gargalos dos grupos culturais e também dos empreendimentos da economia solidária para alcançarem sua sustentabilidade são relativos à comercialização de seus produtos e serviços, à criação de mercados, à infraestrutura para organizar sua produção.

Essa questão ganha ainda maior relevância no contexto do programa Cultura Viva, que desde a sua concepção teve a ação cultural como núcleo da política, e os pontos de cultura em seu cerne. Os pontos de cultura são associações e grupos que trabalham em contextos e com sujeitos em situação de vulnerabilidade social e cultural e cuja iniciativa produtiva não está inserida nos circuitos do mercado cultural. Sobre a intenção de fazer emergir essas práticas e formas de organização, e proporcionar ferramentas que promovam autonomia, protagonismo e empoderamento, tripé do programa, Célio Turino, formulador e gestor do programa até 2010, relatou:

Tudo foi uma construção para potencializar as virtudes, mostrar uma realidade imaginada, mas que não era um retrato da realidade tal qual vivida nos pontos; sobre essas possibilidades de exercitar a potência do Cultura Viva, por exemplo, a gente chegou no máximo a uns R\$120 milhões de aporte na rede dos pontos, acho que em 2009. É um bom dinheiro. Se esses R\$120 milhões tivessem servido para auto-contratos e trocas entre os pontos,

esse dinheiro subia para uns R\$500 milhões, no mínimo. Mas aí teria que ter existido o que eu sugeria, falava, do tipo: 'veja um ponto que possa ter um serviço que você precisa e contrata'. Em alguns lugares eles fizeram isso, mas não fizeram de forma intensa, preferiram manter uma relação de subordinação também. (TURINO, 2014, entrevista).

Deixar a articulação em rede como iniciativa dos pontos de cultura não funcionou de maneira ampla e abrangente, assim como tampouco foram gestadas ações públicas voltadas a essa finalidade no âmbito do MinC. O diagnóstico tecido pelo redesenho em relação aos editais de prêmios é que “os resultados foram muito frágeis, se se considerar o montante de recursos despendidos e o número de premiados” (BARBOSA DA SILVA; LABREA, 2014, p. 66). A pesquisa de campo realizada no universo das iniciativas premiadas no Economia Viva, por sua vez, revelou a forte importância das premiações. É necessário reconhecer, todavia, que esse impacto foi muito influenciado por aspectos conjunturais, especialmente pelo fato de a premiação ter ocorrido em um contexto de descontinuidade de repasses de recursos do governo federal diretamente aos pontos de cultura, que já vinha desde 2010. Nas experiências pesquisadas, como veremos no quarto capítulo, as premiações foram fundamentais para a manutenção do ponto de cultura e da continuidade de suas ações culturais no período de refluxo do programa.

Em termos normativos, os prêmios foram concebidos no Cultura Viva como instrumentos a partir dos quais as redes temáticas e territoriais de pontos de cultura poderiam ser organizadas. Estas redes, como mencionamos, ofereceriam condições de sustentabilidade aos pontos de cultura e suas ações culturais, segundo a concepção do programa, reforçada no seu redesenho. Vemos isso na formulação prospectiva do redesenho do Cultura Viva: “Os editais de premiação devem fazer parte da implementação de ações de formação de rede, de circuitos e de ações acompanhadas pela sociedade civil e grupos organizados e dos atores envolvidos” (idem, p. 67). Para tanto, os editais de prêmios e de bolsas deveriam “prever a instalação da rede, descrever projeto, temporalidade, agenda de encontros, processos formativos compartilhados entre pontos de cultura ou bolsistas” (idem, p. 138). Qualquer semelhança com o que fora previsto no âmbito do Prêmio Economia Viva não é mera coincidência. No entanto, o desdobramento natural e espontâneo dessa premiação em uma rede não se efetivou. E isso não ocorreu apenas com o Economia Viva.

É sabido que o potencial de articulação em rede que as premiações haviam se proposto a alcançar não foi realizado. A pesquisa do redesenho apresenta ainda uma avaliação de que as redes temáticas são fechadas em si mesmas e não dialogam com outras redes do programa. Em relação a isso, o redesenho também aponta para a necessidade de papel

proativo do Estado: “A estratégia de potencialização de redes diz respeito às capacidades das esferas de governo, em especial da secretaria, para articulá-las, o que não pode ser feito de forma aleatória, desprovida de capacidades de interlocução com o MinC” (idem, p. 66).

Em termos da concepção de gestão, a história do programa viveu uma inflexão a partir de 2010. Até então, o questionamento e “a recusa dos instrumentos tradicionais da administração pública” (idem, p. 102) marcaram a gestão, portanto havia uma compreensão da necessidade de transformação desses instrumentos e de suas incapacidades para atender às demandas dos pontos de cultura, e uma escolha por tensionar seus limites para provocar mudanças. Desse tensionamento e teste dos limites dos diferentes instrumentos de fomento, cujo ápice foi vivido em 2010 com a expansão das premiações, a gestão do programa Cultura Viva passou a um enquadramento das ferramentas disponíveis e a uma preocupação em garantir maior eficiência e eficácia de sua execução no período seguinte. Apesar das dificuldades e descontinuidades enfrentadas no período seguinte, ou talvez estimulada por elas, houve uma retomada de crescimento da execução financeira do programa; de 2011 a 2012, foi possível inverter a curva de restos a pagar, configurando o melhor ano de performance da sua execução orçamentária: em torno de 50%.

Os desafios enfrentados pelo programa não correspondem a uma realidade exclusiva do universo do MinC ou dos pontos de cultura, mas dizem respeito à fragilidades institucionais da relação entre Estado e sociedade civil. Podemos situar essa reflexão de modo mais amplo no debate em torno do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) e na formulação e debate da Lei Cultura Viva que trataremos em seguida.

2.3 Novos marcos legais para desafios estruturais

Não podemos compreender a trajetória das organizações da sociedade civil no Brasil sem olhar para a sua relação com o Estado e os movimentos sociais. O termo Organização Não Governamental (ONG) começou a ser utilizado em 1940 pela ONU e se referia às diferentes instituições que desenvolviam iniciativas humanitárias e projetos de interesse público (LANDIM, 1998). No Brasil, o termo começou a ser utilizado nas décadas de 1960 e 1970 para identificar as organizações de cooperação internacional, situadas no hemisfério norte, que apoiavam movimentos sociais dos países do sul e tinham forte viés de consolidação da democracia nesses países. As ONGs de cooperação internacional historicamente foram ligadas às igrejas católicas e protestantes, a governos de diversos países e também às organizações de solidariedade.

Nas décadas de 1970 e 1980, os movimentos populares e sociais assumiram uma força mobilizadora de grande expressão no Brasil com ações voltadas à transformação social, à conscientização popular e à oposição ao regime militar. Os movimentos de base cristã, inspirados na teologia da libertação, foram protagonistas desse período, também identificado como era movimentista (GONH, 2011). Nessa época as ONGs atuavam junto com os movimentos sociais, em pautas impulsionadas por estes. Foi a partir dessas demandas e pressões organizadas que vários direitos sociais foram conquistados e inscritos na nova Constituição Federal de 1988.

No final dos anos 1980 e ao longo da década de 1990, houve uma transformação no cenário sociopolítico que também impactou e desmobilizou parte dessas ações sociais. Esse período é marcado pela estruturação e institucionalização de organizações populares que ganharam força por sua capilaridade e início de ações em rede. Foi nessa época que diversos fóruns nacionais de lutas sociais (pela moradia, reforma urbana, participação popular, etc.) se instituíram e organizaram-se para diagnosticar e propor estratégias para solucionar diversos problemas sociais.

É também nessa época, a partir de 1990, que emergem as parcerias entre o poder público e organizações da sociedade civil impulsionadas por políticas estatais voltadas à participação cidadã, como por exemplo o orçamento participativo. A criação dos conselhos de políticas públicas também marca esse período. O protagonismo das ONGs é acentuado quando passam a executar políticas de parceria com o poder público por meio da prestação de serviços junto a populações e em territórios que o Estado não costumava alcançar. Enquanto antes as ONGs eram associadas aos movimentos sociais e atuavam mais no apoio de suas ações, a partir da década de 90 e mais fortemente no início do milênio, isso se inverte. Segundo GOHN (2011), nesta década as ONGs se fortalecem e os movimentos sociais sentem necessidade de modificar suas práticas e serem mais propositivos. As ONGs assumem um protagonismo na organização popular e se aproximam do poder público na execução de políticas.

Somada a isso, temos a expansão das fundações e organizações de responsabilidade social empresarial que apareceram com mais força no início dos anos 2000 e reforçaram o que passou a ser conhecido como terceiro setor. Criadas por bancos, empresas, redes do comércio e da indústria, estas instituições também passaram a realizar projetos em parceria com o poder público. Embora as ONGs sejam identificadas com o terceiro setor, é importante destacar que não consideramos haver uma homogeneidade entre o conjunto dessas organizações. No esforço de diferenciação, muitas ONGs se afirmaram como organizações de defesa de direitos

e criação de novos direitos, reforçando sua atuação na promoção de ações públicas nas áreas sociais (saúde, educação, cultura, moradia, etc.) e de ciência e tecnologia, desenvolvimento agrário, dentre outras.

No início deste século, ONGs e movimentos encontraram-se no Fórum Social Mundial; este espaço passou a favorecer a convergência de ações militantes diversas e sua expansão para além das fronteiras das nações. A comunicação e a articulação em rede foram estimuladas pelas tecnologias da informação e comunicação que começavam a se difundir. Houve e continua havendo, entretanto, uma fragmentação de propostas, correntes de pensamento e formas de atuação, que aos olhos da mídia corporativa foi interpretada como um movimento antiglobalização, quando esses grupos passaram a se afirmar cada vez mais como altermundialistas, não em oposição à globalização, mas em rejeição à globalização financeira, promotora da *commoditização* das relações sociais e humanas.

Se, por um lado, é necessário identificar avanços democráticos alcançados com as políticas de participação e a expansão dos conselhos de políticas públicas, também é inegável que, conforme as parcerias das organizações da sociedade civil com o poder público se expandiram, a força mobilizadora dos movimentos sociais característica dos anos 1980 foi sendo substituída por aquilo que GONH (1997, 2011) identifica como sendo uma “política integradora”. Esta forma de relação do Estado com a sociedade civil, afirma ela, exige a interlocução com organizações institucionalizadas, o que reforçou a importância das ONGs e manteve o poder público no controle dos processos e das relações de parceria, como “avalista dos recursos econômico-monetários”.

Apesar desse processo não ser o foco desta pesquisa, é necessário realizar essa breve reconstrução histórica, mesmo que superficial, para compreender a complexidade das relações entre o Estado e a sociedade civil que chegam ao final da primeira década dos anos 2000, com muitos desgastes e em uma situação de insegurança jurídica e institucional muito forte, tanto para os gestores públicos quanto para as organizações sociais. Isso é sentido em diversos âmbitos – no refluxo das políticas sociais vivido a partir de 2010, na abordagem criminalizatória da mídia em relação às ONGs, nas diversas dificuldades enfrentadas pelas organizações da sociedade civil para captar recursos e garantir sua sustentabilidade, só para mencionar alguns. A esse cenário de fragilidade político-institucional das organizações sociais somou-se a ascensão do Brasil à relação de países de renda média na primeira década deste milênio. Isso motivou a reformulação dos programas de cooperação internacional das agências financiadoras de projetos sociais que passaram a deslocar seus financiamentos para outros países, como os do continente africano, por exemplo.

A Plataforma para um novo Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil foi articulada por um grupo de organizações, movimentos e redes que chamaram a atenção para a necessidade de aprimoramento das leis referentes às parcerias com o poder público. Em 2011 foi criado um Grupo de Trabalho interministerial envolvendo o governo federal e diferentes organizações da sociedade civil, ONGs e movimentos sociais, organizações de promoção de direitos e institutos de responsabilidade social empresarial. A partir de um primeiro seminário internacional, o GT construiu um plano de ação e definiu três eixos para orientar sua atuação e formulação: contratualização, sustentabilidade econômica e certificação. Ao final de 2012 foi apresentada uma minuta de projeto de lei, e em 2013 as discussões sobre o MROSC no Congresso Nacional foram intensificadas. A Lei nº 13.019 foi aprovada em julho de 2014, e apesar de prever sua entrada em vigor 90 dias após a sua publicação, o início de sua vigência foi transferido em quase um ano, para agosto de 2015, por meio da Medida Provisória nº 658/2014. Esse adiamento tanto frustrou os anseios de dar vigência aos instrumentos da Lei quanto reforçou a necessidade de manter as mobilizações ativas e envolver os demais entes federados em torno das novas formas de parceria entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. A situação de fragilidade e insegurança permanece existindo enquanto a regulamentação não ocorrer e o conjunto dos órgãos públicos e associações privadas se apropriarem desses instrumentos novos.

O MROSC constitui uma agenda política ampla com o objetivo de aperfeiçoar o ambiente jurídico e institucional das relações de parceria entre o Estado e as organizações da sociedade civil. Voltado às entidades privadas sem fins lucrativos, guarda-chuva associativo que comporta um número grande e muito diferenciado de organizações, as ONGs, associações e fundações criadas em torno de objetivos comuns, que desenvolvem ações de interesse público e não têm objetivo de lucro. Esta reflexão interessa para este estudo por se referir também ao universo associativo próprio dos pontos de cultura e por expor como o desafio da sustentabilidade financeira é comum a um amplo conjunto de organizações. A avaliação do programa Cultura Viva feita pelo Ipea em 2008/2009 revela que, antes de serem reconhecidas como pontos de cultura, as ações culturais eram realizadas em sua maioria por associações. Segundo essa avaliação (BARBOSA DA SILVA; ARAÚJO, 2010), 55% dos pontos de cultura pesquisados foram precedidos por associações. O forte dinamismo associativista do Cultura Viva também é expresso nos demais indicadores, visto que desse conjunto de pontos de cultura entrevistados, 14% fora precedido por grupos artísticos e 8% por atividades comunitárias, universo organizacional que também experimenta desafios semelhantes às ONGs em termos de sua relação com o Estado e de alcance de sua sustentabilidade financeira.

O reconhecimento e a valorização da autonomia dessas organizações foi uma das maiores motivações do MROSC e, para tanto, foi contemplada a previsão de desenvolvimento conjunto de projetos, entre diferentes organizações. Considerada atuação em rede pelo MROSC, é preciso prever uma organização responsável pelo projeto como um todo, mas as demais organizações também entram no projeto, com especificação de cada atividade a ser desempenhada. Vemos que esse novo marco regulatório oferece alternativas aos desafios de articulação da Rede Cultura Viva.

O MROSC propõe um instrumento jurídico próprio para as parcerias das organizações da sociedade civil com o poder público, mais adequado à forma de funcionamento dessas organizações. A intenção é que os convênios passem a ser implementados estritamente no âmbito do poder público, ou seja, do governo federal com os estados e municípios. A proposta do novo Marco é que com a normatização, as relações do poder público com as organizações da sociedade civil passem a ocorrer por meio de instrumentos específicos: termo de colaboração²⁹ e termo de fomento³⁰. O primeiro deve ser utilizado em iniciativas de parceria que nascem na administração pública, para execução de políticas públicas existentes e onde as organizações da sociedade civil podem contribuir com a realização de pesquisas, ações de acompanhamento, formação, avaliação, dentre outras iniciativas de obrigação e competência da administração pública. O termo de fomento, por sua vez, é voltado para parcerias que partem da própria organização da sociedade civil, podem ser voltadas à ampliação ou consolidação de uma política já em andamento, ou a ser criada. Entretanto, o objetivo da parceria é apoiar uma ação da própria associação, uma iniciativa que tem interesse público, mas não uma obrigação pública. Ambos os termos, para serem celebrados, devem ser precedidos de chamamento público.

Com o objetivo de mapear o universo associativo e fundacional no Brasil, o IBGE e o IPEA realizaram em parceria com a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) um estudo sobre as Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil (FASFIL), relativo ao ano de 2010. A análise dos resultados (IBGE, 2012) oferece dados importantes que nos permitem traçar um perfil dessas instituições no que diz respeito a sua finalidade, idade, localização, emprego e remuneração no ano de 2010. A pesquisa revela existir no Brasil, ao final da primeira década do milênio, um total de 290.692 fundações privadas e associações

29 Inciso VII do Artigo 2º da Lei Federal nº 13.019/2014.

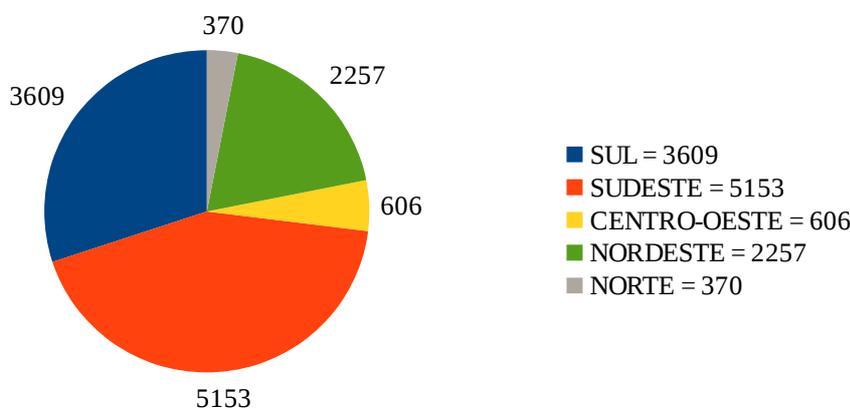
30 Inciso VIII do Artigo 2º da Lei Federal nº 13.019/2014.

sem fins lucrativos, das quais 12,7% atuam com cultura e recreação – o equivalente a 36.921 instituições.

O estudo criou uma tipologia para as FASFILs no Brasil, organizada em 10 grupos de classificação das associações por finalidade e área de atuação: habitação; saúde; cultura e recreação; educação e pesquisa; assistência social; religião; partidos políticos, sindicatos, associações patronais; meio ambiente e proteção animal; desenvolvimento e defesa de direitos; e outras instituições privadas sem fins lucrativos. O grupo de cultura e recreação possui dois subgrupos: cultura e arte; esporte e recreação. Se focarmos apenas no subgrupo de instituições que atuam com cultura e arte, a pesquisa informa haver 11.995 instituições com essa classificação, o que representa 4,1% do total de fundações e associações sem fins lucrativos existentes no Brasil.

Focaremos nossa análise nos dados do subgrupo cultura e arte, que compreende associações culturais, associações de artesãos, escolas de samba, grupos carnavalescos, academias de letras, teatros, bandas, corais, grupos folclóricos, museus, bibliotecas, rádios, filarmônicas e centros de tradições gaúchas. Em termos de atividades, o subgrupo de cultura e arte abarca: edição, impressão e reprodução de gravações; atividades cinematográficas e de vídeo; atividades de rádio e de televisão; e outras atividades artísticas e de espetáculos. A semelhança e proximidade com a atuação dos pontos de cultura não ocorre por acaso e por isso consideramos importante esta análise na pesquisa. Conheceremos a seguir a distribuição geográfica das instituições desse subgrupo:

Gráfico 3: Distribuição regional de fundações e associações de cultura e arte no Brasil em 2010 (número de instituições por região)



Fonte: IBGE, 2012. Elaboração da autora.

A pesquisa indicou que o número de fundações e associações sem fins lucrativos no Brasil, de modo geral, continua crescendo, embora em um ritmo mais lento do que ocorreu

em períodos anteriores, especialmente ao final da década de 1990 e dos dois primeiros anos de 2000, quando houve a maior expansão do setor. No entanto, os resultados da pesquisa de 2010 revelam ter havido uma retomada das contratações formais de trabalhadores nessas organizações. Isso permitiu reverter uma tendência de queda nos postos formais de trabalho nas FASFILs observada nas pesquisas anteriores. Junto ao aumento das contratações, houve também um aumento médio das remunerações.

Chama a atenção o dado revelado pela pesquisa de que 72,2% das FASFIL não têm nenhuma pessoa empregada, o que significa o desenvolvimento de sua atuação institucional com trabalhadores voluntários, prestadores de serviços autônomos, microempreendedores individuais, e outros. O grupo de cultura e recreação³¹ representa 12,8% desse percentual de associações sem contratações, o que significa um total de 26.792 instituições. Se olharmos apenas para o grupo de cultura e recreação, 73% do seu total de instituições (36.921) não contratam e funcionam com trabalho voluntário ou autônomo, o que é expressivo de seu perfil. A baixa empregabilidade das associações culturais também é revelada por meio de outro indicador dessa pesquisa, relativo ao número de pessoas empregadas. Ao olharmos apenas para o subgrupo de cultura e arte, vemos que as 48.283 pessoas empregadas representam 2,3% do total de pessoas contratadas no conjunto das fundações e associações sem fins lucrativos (2.128.007 contratações).

Por outro lado, quando analisados os salários médios das organizações, o grupo de cultura e recreação, e ainda mais especificamente o subgrupo de cultura e arte, está dentre as entidades que melhor remuneram. Cultura e arte apresenta na pesquisa uma média salarial de 4,6 salários mínimos³². Apenas as instituições de educação superior alcançam uma média mais alta que essa, com remuneração média de 5,3 salários mínimos; nenhum dos demais tipos de organizações dispõe do mesmo patamar de remuneração da cultura. Isso revela um tipo de organização cultural com poucos integrantes, normalmente gestores com alto nível de escolaridade e uma equipe de voluntários e trabalhadores temporários ou autônomos.

Outro dado do subgrupo das instituições de cultura e arte que se destaca dos demais é em relação ao perfil do pessoal assalariado, visto que 45,6% têm nível superior, percentual alto quando comparado aos demais grupos. Com exceção do grupo de educação e pesquisa, cuja média de pessoal contratado com nível superior é de 56,3%, nenhum dos demais grupos e subgrupos ultrapassa a marca de 33% de pessoal com essa qualificação. O universo das

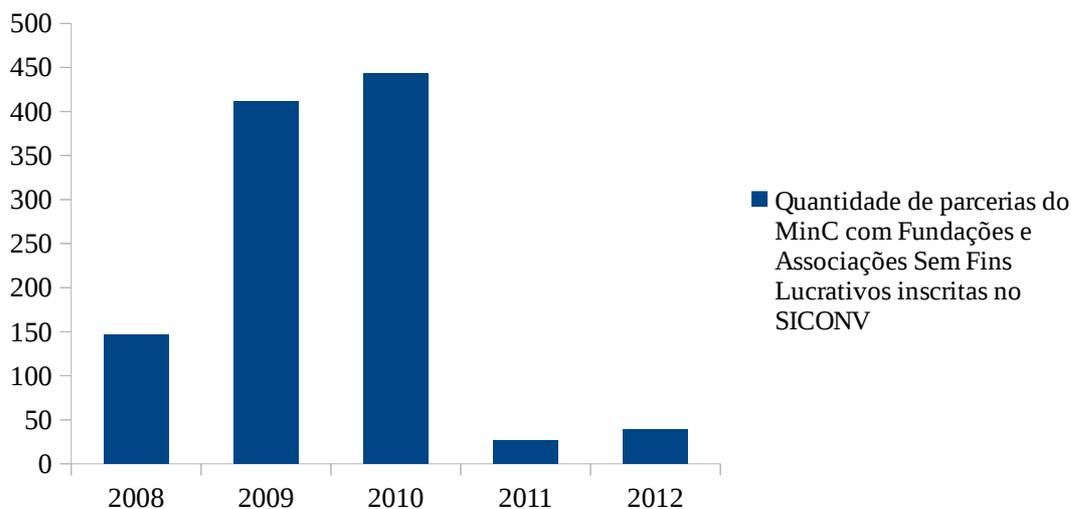
31 Especificamente este dado não foi desmembrado em subgrupos na pesquisa, por isso aqui consideraremos o grupo cultura e recreação integralmente, sem distinção entre os dois subgrupos: cultura e arte e esporte e recreação.

32 O valor médio mensal do salário mínimo foi de R\$ 510,00, calculado de acordo com o valor de 2010, ano da pesquisa.

associações de cultura e arte reproduz em parte a desigualdade existente entre a contratação de homens e mulheres no âmbito das organizações. Embora o percentual de contratação de mulheres seja maior (54,7%), sua remuneração média é de quase um salário mínimo a menos que a dos homens (média de 4,2 salários mínimos para as mulheres e 5,1 salários para os homens). Podemos, então, afirmar com essa pesquisa que na área cultural 73% das associações contam com trabalho voluntário e realizam contratações de profissionais autônomos; a média de pessoal contratado nessas associações é de 4 pessoas, com uma média de remuneração de 4,6 salários mínimos.

Se quisermos aprofundar a reflexão acerca das relações entre Estado e sociedade civil na área cultural, é importante refletir acerca das parcerias firmadas entre o Ministério da Cultura e organizações da sociedade civil. Uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV) realizou um levantamento da evolução das parcerias do governo federal com instituições sem fins lucrativos entre 2008 e 2012. A pesquisa contemplou as parcerias (convênios, contratos de repasse e termos de parcerias) cadastrados no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (SICONV)³³ e, no caso do Ministério da Cultura, não contemplou os pontos ou pontões de cultura por não ter sido possível localizar o CNPJ das instituições conveniadas, chave de entrada na matriz da pesquisa. Essa ausência é reveladora das dificuldades de sistematização de dados e acesso a informações existentes no âmbito do Cultura Viva já mencionadas nesta pesquisa. De todo modo, mesmo sabendo que não estamos tratando da totalidade dos conveniamentos do MinC, vemos uma significativa redução nas parcerias desse órgão com instituições da sociedade civil, o que complementa a análise acerca da redução de editais de premiação lançados pela SCDC/MinC no âmbito do Cultura Viva. O gráfico a seguir mostra a redução significativa do número de conveniamentos do MinC com organizações da sociedade civil no período.

33 <https://www.convenios.gov.br/portal/>

Gráfico 4: Evolução das parcerias do MinC com a sociedade civil (número de parcerias por ano)

Fonte: FGV, 2014. Elaboração da autora.

A partir do SICONV, a pesquisa identifica 1068 parcerias firmadas pelo MinC com fundações e associações sem fins lucrativos entre 2008 e 2012. O Gráfico 4 nos permite identificar que, dessas 1068 parcerias firmadas pelo MinC com instituições privadas entre 2008 e 2012, mais de 93% ocorreram até 2010. A pesquisa ainda detalha a natureza jurídica das instituições privadas conveniadas pelo MinC, onde podemos identificar a predominância de associações, envolvendo o número de 935 parcerias. Com fundações, o MinC firmou 113 parcerias no período, e com cooperativas, apenas 12. Ainda de acordo com a pesquisa, duas entidades sindicais estabeleceram parcerias com o MinC e 6 instituições indicaram possuir outras naturezas jurídicas.

Desse total de 1068 parcerias firmadas, há apenas 3 termos de parcerias registrados no período; os demais são convênios. Segundo a pesquisa, o Ministério da Cultura é o segundo órgão público federal em número de parcerias, ficando atrás apenas do Ministério da Saúde, que apresentou 3536 parcerias. Atrás do MinC, temos o Ministério do Turismo, com 1040 parcerias. O conjunto dos demais órgãos reuniu um número inferior a mil parcerias. A pesquisa da FGV compreendeu 22 ministérios e as secretarias da Presidência da República. Conforme dados dessa investigação, o MinC é o órgão concedente com maior número de instituições vinculadas operando convênios – são 7. Vemos que, apesar das dificuldades com os conveniamentos, o MinC ainda lidera em parcerias com a sociedade civil dentre o conjunto dos ministérios do Governo Federal.

O tempo médio das 1068 parcerias pesquisadas foi de 11,4 meses, praticamente um ano. Se compararmos esse dado ao tempo de vigência dos convênios dos pontos de cultura,

podemos identificar que o prazo de 36 meses dos convênios com pontos de cultura está acima da média de tempo de vigência das parcerias, que é de 20,4 meses (FGV, 2014, p. 101). Segundo essa mesma pesquisa, o MTE reúne um número muito menor de parcerias (326), mas o tempo médio de vigência dessas parcerias é superior a 25 meses, o que representa um número elevado.

Outra informação que nos faz refletir criticamente acerca do fomento aos pontos de cultura é o valor médio das parcerias firmadas pelos órgãos federais. No caso do MinC, o valor global médio por parceria, calculado também no período de 2008 a 2012, é de R\$ 422 mil, quase duas vezes e meia o valor dos convênios com os pontos de cultura (FGV, 2014) previsto para três anos. O MTE, por sua vez, embora reúna um número menor de parcerias, abarca um valor médio mais significativo do que o MinC, alcançando a marca de R\$1.697.000,00.

Em outra pesquisa (IPEA, 2013), encontramos dados interessantes acerca dos convênios firmados pelo governo federal com as Organizações da Sociedade Civil (OSC), de 2003 a 2011. Nesse período, o MinC transferiu R\$ 998.270.285 para OSCs em conveniamentos. Ao analisar os objetivos predominantes desses convênios, em relação à quantidade de recursos dispendidos, a pesquisa do Ipea aponta que 43,86% dos recursos convênios do período foram voltados à produção artístico-cultural. O financiamento a eventos ou atividades no interior de eventos reuniu 15,03% dos recursos de convênios do órgão e a preservação de patrimônio material e imaterial correspondeu a 13,96% desses recursos. A predominância das produções artístico-culturais na finalidade das transferências de recursos do MinC às OSCs, tem relação direta com os pontos de cultura e revela o foco principal da participação das organizações da sociedade civil nas políticas públicas de cultura.

É importante destacar que estamos tratando apenas das transferências voluntárias diretas de recursos do governo federal, correspondentes à modalidade 50 dos convênios. Sabemos que existem outras formas de cooperação do poder público com associações privadas da sociedade civil diferentes dessa, como é o caso das leis de incentivo à cultura, operadas por meio de repasses indiretos de recursos. Certamente, o montante de recursos movimentado por essas outras formas de repasse apresentam valores muito mais elevados, além de finalidades distintas. É possível acreditar que um olhar atento e comparativo desses valores e finalidades ofereceria um panorama das diferenças e desigualdades no financiamento público da cultura. Embora de extrema relevância, não haverá espaço para desenvolver essa reflexão aqui. Manteremos nosso foco nos repasses diretos do MinC às OSCs para compreender o perfil, o volume e a complexidade desses conveniamentos.

Como vimos, na relação dos ministérios concedentes, o Ministério da Cultura ocupa o segundo lugar em quantidade de parcerias com fundações e associações sem fins lucrativos (1068) entre 2008 e 2013 (FGV, 2014), e o nono lugar em termos de valores repassados a essas entidades, chegando a R\$1,05 bilhões entre 2000 e 2010 (IPEA, 2012d, p.18). Ou seja, o MinC é um órgão com alto número de parcerias com a sociedade civil com perfil de convênios de curta duração e com valores baixos. Deprendemos disso que o universo dos convênios do governo federal com instituições na área da cultura são, em sua maioria, parcerias com valores menores a R\$ 600mil, para as quais poderá passar a valer a previsão da Lei nº 13.019/2014 em relação à prestação de contas simplificada. De acordo com os diagnósticos e recomendações acumulados no processo de construção do MROSC, a referida Lei prevê a possibilidade de estabelecer procedimentos diferenciados para a prestação de contas de parcerias com valores abaixo de R\$600 mil. Os Artigos 63 e 64 da Lei preveem a possibilidade de realização de avaliações parciais das prestações de contas e apontam para uma preocupação corrente na Plataforma do MROSC e também no universo dos pontos de cultura, referente ao foco nos resultados das ações realizadas.

A prestação de contas de convênios representa um dos principais imbróglis do Cultura Viva, e por isso também motivou grande parte das discussões acerca da regulamentação da Lei que institui a Política Nacional de Cultura Viva. As dificuldades e desafios enfrentados na gestão dos convênios são recorrentes e comuns entre os pontos de cultura e as OSCs reunidas em torno da Plataforma do MROSC. Podemos situar a origem dessas dificuldades na inadequação do instrumento jurídico de convênio utilizado para a celebrar as parcerias do poder público com as OSCs. Esse instrumento fora criado para regular as relações entre entes do governo federal com estados e municípios, mas foi estendido às OSCs e tornou-se o principal instrumento de transferência voluntária de recursos públicos. Com base legal criada para regular as relações entre entes públicos, foi adaptada para as parcerias entre órgãos públicos e entidades privadas. Segundo a Plataforma do MROSC (PLATAFORMA DA SOCIEDADE CIVIL, 2014), essa adaptação gerou uma série de normas infralegais e esparsas que variam de órgão para órgão e entre os diferentes entes federados, o que reforça a burocracia e o caráter formalista das normas para a prestação de contas, sem priorizar o planejamento, o monitoramento e a avaliação dos resultados alcançados pelas ações previstas. É desnecessário reforçar a incidência disso no processo de federalização do programa Cultura Viva.

Essa é apenas uma das dificuldades e fragilidades recorrentes entre os pontos de cultura e o conjunto das OSC no que diz respeito à gestão de convênios. Cruz (2014, p. 126-7)

sistematiza o conjunto dos demais problemas enfrentados pelas organizações da sociedade civil (dentre as quais situamos os pontos de cultura) e o poder público no contexto de suas parcerias:

- (a) necessidade de participação da organização social no aporte de recursos através de contrapartida financeira;
- (b) impossibilidade da utilização de recursos do convênio para suporte de despesas com pessoal da própria organização;
- (c) ausência de condições para utilização de recursos dos convênios para pagamento de despesas ordinárias de manutenção da infraestrutura da organização;
- (d) obrigatoriedade de a organização social seguir um rol de procedimentos administrativos como se órgão público fosse, tais como licitação para contratação de pessoas, para aquisição de bens e para serviços nos limites determinados para a administração direta;
- (e) impossibilidade da utilização dos recursos do convênio para pagamento de tributos e despesas legais;
- (f) indefinição sobre o destino dos bens adquiridos durante o convênio
- (g) ausência de normas e regras referentes à prestação de contas e às obrigações do ente público em relação à garantia das condições mínimas de funcionamento da organização social;
- (h) ausência de prazos para análise, aprovação ou rejeição da prestação de contas, gerando prejuízos às organizações sociais quando a cobrança de informações ocorria após vários anos da execução do convênio;
- (i) análise da prestação de contas e da própria execução do convênio por parte da administração direta e dos órgãos de controle público, com base em analogias e interpretação das normas infralegais, gerando mais de uma interpretação legal para casos similares, entre outros problemas.

Não deixa de ser curiosa a recorrência dessas dificuldades no universo dos pontos de cultura e a simultaneidade das mobilizações para transformar esse contexto de fragilidade jurídica e insegurança institucional das OSCs. No âmbito do Cultura Viva, em 22 de julho de 2014, foi criada a Lei nº 13.018 que institui a Política Nacional de Cultura Viva. Nove dias depois, no âmbito da Plataforma da Sociedade Civil, foi criada a Lei nº 13.019 que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, e dá outras providências. Como vimos, ambas as leis criam instrumentos para regulamentar as relações do poder público com a sociedade civil e partiram de desafios comuns relacionados à insegurança jurídica e institucional de organizações da sociedade civil. A regulamentação de ambas as leis foi transferida para o ano de 2015, razão pela qual não poderemos tecer considerações muito aprofundadas do seu alcance prático e efetivo.

A Lei Cultura Viva – Lei nº 13.018, por sua vez, cria o Termo de Compromisso Cultural (TCC) a ser celebrado pelos pontos e pontões de cultura com o poder público e por meio do qual serão fomentados seus projetos culturais. A Lei prevê prestações de contas simplificadas, “essencialmente fundamentadas nos resultados previstos nos editais” que

deverão conter a identificação e a delimitação das ações a serem financiadas, com metas, cronograma e ações. Conheceremos melhor essa Lei e suas implicações no âmbito do Cultura Viva a seguir.

2.4 Cultura Viva: de programa à Política

A Lei nº 13.018 que institui a Política Nacional de Cultura Viva (PNCV) e dá outras providências, avança mais um passo no sentido da institucionalização do Cultura Viva como Política de Estado. A Lei define os objetivos da PNCV, delinea os diferentes atores da Política, seu perfil e responsabilidades; define os instrumentos e as ações estruturantes do Cultura Viva, bem como suas prioridades e formas de transferência de recursos.

Segundo essa Norma, conhecida como Lei Cultura Viva, grupos, coletivos, núcleos sociais comunitários e pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que desenvolvam ações culturais podem se inscrever nos editais públicos do Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura. Uma vez reconhecidos, estarão habilitados a participar dos editais de fomento para recebimento de recursos financeiros. A transferência de recursos, por sua vez, ficará condicionada ao cumprimento das metas, ações e cronograma previstos no Termo de Compromisso Cultural.

Dentre os nove objetivos da Política Nacional de Cultura Viva estabelecidos na Norma, destacamos dois que dizem respeito à análise feita neste estudo. São os objetivos de “garantir o respeito à cultura como direito de cidadania e à diversidade cultural como expressão simbólica e como atividade econômica”; e de “Potencializar iniciativas culturais, visando à construção de novos valores de cooperação e solidariedade, e ampliar instrumentos de educação com educação” (BRASIL, 2014d, p. 1).

Em seu Artigo 5º, visando ao desenvolvimento de políticas públicas integradas e à promoção da interculturalidade, a Lei estabelece 15 ações estruturantes da Política Nacional de Cultura Viva, entre as quais consta a de número VIII – economia criativa e solidária. Segundo a Lei, o fomento às economias solidária e criativa (no plural e nesta ordem) é objetivo dos pontos de cultura. Contudo, dentre as prioridades que incidem no reconhecimento de pontos e pontões de cultura, não há menção ao desenvolvimento de ações voltadas à economia da cultura, à geração de renda e à inclusão produtiva de grupos, artistas, organizações e trabalhadores da cultura. A geração de renda fica sendo, assim, responsabilidade dos pontos de cultura, enquanto os pontões que possuem papel de

articuladores da Rede Cultura Viva não têm previsto na Lei nenhuma incidência na dimensão econômica dos pontos de cultura.

A Lei define, recorta e estabelece claramente os objetivos e prioridades dos pontos de cultura, e reconhece que a Política é de responsabilidade do Ministério da Cultura, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios integrantes do Sistema Nacional de Cultura. Nos casos de inexistência de fundos culturais nos estados e municípios, a Lei prevê a efetivação do repasse de recursos por estrutura definida pelo órgão gestor de cultura em cada esfera de governo.

Seis meses antes de instituída a Política Nacional de Cultura Viva (PNCV), o MinC publicou a Portaria nº 118 de 30 de dezembro de 2013 que reformulou o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva. É possível identificar semelhanças entre o conteúdo dessa Portaria e o da Lei Cultura Viva, o que era de se esperar, visto ser a Lei a institucionalização de uma política construída e executada ao longo de dez anos. Ambas as normas estabelecem nove objetivos ao Cultura Viva e, dentre as recorrências observadas, destacamos a valorização de iniciativas culturais já existentes, o estímulo à participação e ao protagonismo social, o reconhecimento e a proteção à diversidade cultural e a garantia dos direitos culturais.

Entretanto, a reformulação de alguns objetivos na passagem do programa à política trazem diferenças que chamam a atenção e dizem respeito ao tema em tela, relativo ao fomento à economia dos pontos de cultura. Basearemos nossa análise no texto da Portaria nº 118 para tratar do programa Cultura Viva e da Lei nº 13.018 quando nos referimos à Política Nacional de Cultura Viva.

Dentre os nove objetivos do programa, constava a promoção da atividade econômica no campo cultural e o fomento à sustentabilidade e ao empreendedorismo – elementos dispensados na Lei que institui a Política de Cultura Viva. Isso pode ser observado de forma mais explícita na supressão do 6º objetivo do programa, relativo ao fomento à sustentabilidade e ao empreendedorismo – a Lei não menciona nada a respeito disso na Política Nacional de Cultura Viva. Mas também aparece de forma mais tênue na reformulação do 5º objetivo, tanto do programa, quanto da Política. Vejamos as diferenças: enquanto a portaria prevê que o programa visa “promover o direito à cultura como elemento essencial para o exercício da cidadania, a diversidade cultural em suas múltiplas expressões simbólicas e a atividade econômica no campo cultural” (BRASIL, 2013b, p. 1); a Lei da Política conforma-se com o objetivo de “garantir o respeito à cultura como direito de cidadania e à diversidade cultural como expressão simbólica e como atividade econômica” (BRASIL,

2014d, Lei nº 13.018, DOU, p. 1). Embora sutis, as diferenças existem e são expressivas da intencionalidade dessa ação. Nas políticas públicas, há uma diferença significativa entre promover e garantir respeito à cultura. A promoção requer instrumentos de fomento e valorização, para além do reconhecimento e do respeito. Isso toca a questão central de nossa reflexão aqui: as ações públicas de fomento às atividades de integração produtiva na área cultural.

Entretanto, é importante frisar que embora a Portaria tenha tratado da sustentabilidade e do empreendedorismo dos pontos de cultura, ao mesmo tempo em que reconheceu ser papel do Estado em promover a atividade econômica no campo cultural, ela não mencionou a economia solidária, como o fez a Lei Cultura Viva. Outra diferença entre as normas diz respeito à promoção do acesso à cultura: enquanto o programa tinha como objetivo promover o acesso aos meios de criação, formação, pesquisa, fruição, produção e difusão cultural, a Política objetiva dispor aos cidadãos brasileiros os meios e insumos necessários para produzir, registrar, gerir e difundir iniciativas culturais, como forma de garantir o pleno exercício dos direitos culturais. O acesso à criação, formação, fruição e pesquisa na área artística e cultural são aspectos fortemente presentes na história do programa Cultura Viva e sua supressão na Lei certamente trazem impactos à plenitude do exercício dos direitos culturais.

Uma inovação significativa da Portaria nº 118 diz respeito à possibilidade de grupos e coletivos sem personalidade jurídica serem reconhecidos e fomentados como pontos de cultura por meio de editais de premiação ou concessão de bolsas³⁴. A Lei Cultura Viva manteve a previsão do reconhecimento de grupos ou coletivos sem constituição jurídica como pontos de cultura, entretanto lhes foi vetada a possibilidade de fomento público por meio de premiação, apoio financeiro ou obtenção de bolsas. A Presidência da República vetou o § 2º do Art. 4º da Lei Cultura Viva relativo à previsão de premiação, apoio ou fomento de iniciativas culturais de grupos e coletivos culturais sem constituição jurídica. Além de considerar que a Lei dá o mesmo tratamento às modalidades diferentes de apoio financeiro (bolsas, prêmios e fomento), as razões do veto apontam para os obstáculos de apoiar e fomentar grupos e coletivos culturais sem constituição jurídica, devido às dificuldades com as transferências financeiras e a prestação de contas.

O discurso do programa Cultura Viva prevê que “uma vez ponto de cultura, sempre ponto de cultura”. Se isso tem um peso simbólico bastante significativo em termos do

³⁴ Nesses casos, segundo o § 3º do Art. 5º da Portaria, “os prêmios ou bolsas concedidos a grupos ou coletivos serão repassados a pessoa física designada formalmente para essa finalidade, a quem caberá responder pela prestação de contas e pelo fiel cumprimento dos encargos estabelecidos em edital” (Portaria 118, dou, p. 7).

reconhecimento do Estado às ações culturais da sociedade civil e os sujeitos políticos que a protagonizam, não ocorre o mesmo em termos de sua valorização e fomento. Para manterem seus espaços e práticas de forma ampla e continuada enquanto pontos de cultura, essas instituições revelaram precisar de recursos e fomento públicos. Como vimos, a inadequação do Estado em abarcar e atender essas demandas é grande, especialmente junto a grupos e comunidades culturais que não tiveram o direito de participação na vida cultural garantido. Mesmo quando há criatividade, ousadia e inovação por parte de gestores e equipe técnica do órgão público para atuar nas brechas e ampliar o escopo de instrumentos de fomento existentes, visando atender demandas de organizações da sociedade civil, a rigidez da estrutura do Estado responde rapidamente e se impõe categoricamente. Os esforços de democratização do Estado para acolher as necessidades e estabelecer relações mais sustentáveis, continuadas e efetivas com esses grupos e comunidades culturais enfrentam fortes barreiras, como vimos com os prêmios, terminando por esmorecer.

A manutenção de espaços e equipamentos culturais nos remete ao programa Refavela, iniciativa anterior aos pontos de cultura, que não chegou a ser implementada, mas previa a implantação de Bases de Apoio à Cultura (BAC), grandes estruturas estatais voltadas ao apoio de iniciativas culturais nas periferias e cidades do interior do país. O Refavela foi criado em 2003 (BRASIL, 2003) para oferecer apoio institucional e técnico para o desenvolvimento de atividades culturais às comunidades locais. O programa não se efetivou na prática e o principal questionamento enfrentado à época diz respeito à manutenção onerosa das BACs que dependeriam de parcerias entre as diferentes esferas governamentais e do apoio de empresas, ficando suscetíveis às vontades políticas e aos riscos da descontinuidade administrativa.

Podemos identificar duas semelhanças entre a proposta do Refavela e o Cultura Viva: a promoção do acesso à cultura digital e a execução descentralizada da política. No entanto, um aspecto essencial os diferencia por completo: enquanto as BACs seriam construídas pelo poder público responsável por definir seu modelo de gestão, os pontos de cultura são organizações já existentes, cujas ações culturais passam a ser reconhecidas e fomentadas pelo Estado sem perder sua autonomia na gestão de seus projetos. É a diferença crucial entre políticas concebidas para serem executadas de cima para baixo e aquelas que partem das necessidades e potencialidades locais para atendê-las e fomentá-las de baixo para cima.

Das semelhanças entre os programas, podemos identificar que elas correspondem à necessidade das políticas públicas de cultura responderem aos desafios da virada do Século

XXI relacionados à conectividade das ações culturais e sua articulação em rede, bem como ao desenvolvimento sistêmico das ações públicas, integrando os diferentes níveis de governo, executando parcerias com empresas públicas e privadas e praticando a intersetorialidade. Desafios que, embora óbvios, ainda hoje não foram plenamente alcançados, vide a falta de conexão banda larga em vários pontos de cultura e a falta de regulamentação do SNC e do Procultura, este último responsável pela regulamentação do Fundo Nacional de Cultura. Além desse desafio contemporâneo, ambas ações públicas buscavam responder aos princípios do direito administrativos previstos na Constituição Federal relativo à eficiência das políticas públicas (BRASIL, 1999a).

Da diferença entre o Refavela e o Cultura Viva, ficam enormes aprendizados: a inflexão das BACs aos pontos de cultura revela uma inversão da lógica de fomento concebida nas políticas culturais. Em vez de criar e construir estruturas públicas e estatais de cultura em locais selecionados, preferiu-se fomentar de forma ascendente iniciativas já existentes, praticadas e desenvolvidas em territórios e por atores que apresentassem projetos e manifestassem a demanda por apoio. Entretanto, a dificuldade de manter equipamentos culturais em funcionamento, custear suas despesas mensais e garantir sua programação permanece viva, tanto para o Estado quanto para a sociedade civil.

Em termos da concepção de gestão das políticas públicas de cultura, há um consenso na literatura sobre o Cultura Viva, isto é, que esse programa é representativo de uma inflexão, de uma mudança de sentido nos princípios orientadores das ações públicas de cultura. Ele é um programa que inverte as prioridades, em vez do acesso à cultura, busca promover o seu exercício e fruição; da democratização da cultura, o foco passa a ser a democracia cultural. Vamos compreender o que distingue esses dois termos. Historicamente associada às políticas culturais francesas das décadas de 1960 e 1970, a democratização cultural parte de uma lógica que busca disseminar a cultura considerada legítima e digna de difusão, trata-se de um movimento de cima pra baixo que não se livra da hierarquização de conceitos, valores e visões de mundo. Botelho (2009, p. 1) ressalta dois pressupostos das políticas de democratização: a compreensão de que “os principais problemas que impedem as camadas populares de ter acesso a esta cultura seriam, basicamente, a falta de espaços culturais que a veiculem ou ainda os altos custos do ingresso nestes equipamentos”.

Outro pressuposto também presente nessa concepção de política cultural é a perspectiva segundo a qual “o simples contato do público (também este visto como único, homogêneo) com as obras é suficiente para que se estabeleça uma relação de empatia duradoura entre eles” (idem, p. 1). Ambos os pressupostos foram questionados e postos em

cheque. Políticas que realizam a construção de equipamentos culturais e promovam o rebaixamento de preços de espetáculos revelaram-se ineficientes para alterar o quadro de desigualdade de acesso à cultura pela população. Mesmo com o rebaixamento de preços, o que essas ações revelaram não foi a diversificação dos públicos e tampouco a incorporação de novos atores no consumo dessas práticas culturais consideradas legítimas e eruditas.

A questão de promover a criação e a produção cultural dos diversos segmentos da população, a partir de suas realidades, necessidades e desejos continuava sem ser resolvida pelas políticas de democratização da cultura. E com isso, outras desigualdades seguiam vigentes, como o desequilíbrio entre oferta e demanda na cultura, as desigualdades territoriais e a hierarquização entre as diferentes formas de expressão da cultura. Esse impasse tem relação direta com as políticas de promoção da diversidade cultural: como passar da igualdade de acesso à cultura, para a equidade de oportunidades na produção cultural? Essa mudança de paradigma foi objeto de atenção das políticas de democracia cultural. O acesso equitativo aos meios de desenvolvimento das diferentes expressões artísticas e das manifestações culturais passou a ser prioritário. A perspectiva da democracia cultural direciona, portanto, as políticas públicas de baixo para cima, ela parte da diversidade dos públicos e os concebe não apenas como receptores de cultura, mas também enquanto produtores de cultura, “fazedores culturais”, criadores e trabalhadores da cultura, e também como participantes da vida cultural.

Podemos estabelecer uma relação direta desta concepção de política cultural, de cultura e de público cultural, com a cidadania cultural, com o exercício dos direitos culturais e, também, com o desenvolvimento. Afinal, se nossa compreensão de desenvolvimento parte da existência de múltiplas possibilidades de escolha dos cidadãos, o amplo acesso à cultura é fundamental e necessário para que tenham liberdade de experimentação e decisão sobre aquilo que consideram mais relevante e necessário para si, para o seu território e para o seu grupo social ou cultural.

Em maio de 2011, os pontos de cultura organizaram uma caravana para Brasília onde realizaram durante quatro dias uma série de encontros, audiências, reuniões, diálogos e celebrações em um ato que foi chamado de Mobilização Nacional pela Lei Cultura Viva. Na ocasião, entregaram a Carta Aberta dos Pontos de Cultura à Presidenta Dilma (CNPdC, 2011a) onde apresentam nove eixos de reivindicações para a expansão e a qualidade do programa Cultura Viva. Dentre as solicitações consta a formalização de uma proposta que já vinha aparecendo nos encontros e diálogos dos pontos de cultura e diz respeito à iniciativa de concessão de uso de imóveis públicos ociosos, ou que não cumpram a função social da

propriedade, para pontos de cultura que não possuem sede própria, o “Minha sede, minha vida”, por meio de fundos não-reembolsáveis de instituições financeiras.

Essa proposta corresponde à dificuldade mencionada anteriormente, de manutenção dos equipamentos culturais, especialmente em um contexto de limitação orçamentária e de ausência de editais para pontos de cultura. É importante lembrar que essa proposta encontra diálogo com outra reivindicação, também presente nessa mesma carta, relativa à anistia fiscal e tributária aos pontos de cultura que realizaram seu projeto e apresentaram o produto final, mas não tiveram sua prestação de contas aprovada por questões jurídicas relativas à legislação, que rege os convênios públicos, e às exigências da Lei nº 8.666/1993. Ambas as propostas não foram atendidas, sendo foco de reiteradas reivindicações na Teia da Diversidade, em 2014, como expressa a Carta de Natal (CNPdC, 2014). Como veremos nos próximos capítulos, demandas relativas a espaço físico e infraestrutura também constituíram foco prioritário e recorrente dos projetos apresentados ao Prêmio Economia Viva.

Merece destaque um outro projeto que ganhou força no MinC a partir de 2011 e diz respeito às Praças dos Esportes e da Cultura previstos na segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2). As Praças do PAC foram rebatizadas de Centro de Artes e Esportes Unificados (CEUs), em alusão aos Centros Educacionais Unificados (CEU), programa implementado pela Ministra Marta Suplicy quando esteve à frente da Prefeitura de São Paulo (2001-2004). O CEU foi uma das principais marcas de sua gestão à frente da Prefeitura de São Paulo e também ganhou ampla visibilidade na sua gestão enquanto Ministra de Estado da Cultura. Os CEUs do MinC têm como objetivo promover a cidadania por meio da integração de programas e ações culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e de inclusão digital em um mesmo espaço físico situado em territórios de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras, chamados de “territórios de vivência” (BRASIL, 2013a).

Com a perspectiva de implementar equipamentos sociais que integrem ações públicas de saúde, educação, cultura e segurança pública, o programa conta com um grupo gestor de seis ministérios. Dentro do MinC, o Programa está a cargo da Secretaria Executiva, com coordenação da Diretoria de Infraestrutura Cultural, e os demais Ministérios envolvidos são: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério do Esporte; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério da Justiça e Ministério do Trabalho e Emprego.

A previsão é construir 800 CEUs em parceria com os governos municipais que são os principais parceiros nessa execução, responsáveis pela implementação das ações de mobilização social, planejamento da gestão e monitoramento do funcionamento. Em 2014 havia 357 CEUs em construção, com unidades já inauguradas nas cinco regiões do país. Há três tamanhos para os CEUs, de 700 m², 3.000 m² e 7.000m², todos têm biblioteca, cineteatro, laboratório multimídia, salas de oficinas, espaços multiuso, pista de skate, além de abrigar um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS). Os CEUs maiores dispõem ainda de quadra de eventos coberta, playground e pista de caminhada.

O sistema de gestão do programa foi construído em diálogo com os governos municipais e prevê que estes constituam Grupos Gestores tripartites para cada equipamento. A intenção é promover uma gestão compartilhada entre administração municipal e comunidades beneficiadas pelo equipamento; os grupos gestores são compostos por um terço de moradores e trabalhadores locais, outro terço da sociedade civil e um terço do poder público local. Isso requer um grande esforço de mobilização social que fica a cargo dos gestores municipais.

Durante a Teia da Diversidade em 2014 o MinC organizou o I Fórum de Gestores e Comunidades dos CEUs, reunindo mais de 250 pessoas, com gestores de 125 CEUs, de 22 estados. O evento foi realizado em dois dias e em local diferente e distante 10km do *campus* da UFRN, onde ocorreu a maioria das atividades da Teia. Na ocasião do I Fórum de Gestores e Comunidades dos CEUs, os pontos de cultura foram convidados a integrarem os grupos gestores dos CEUs de suas localidades e contribuir para “assegurar efetiva ocupação e participação social na gestão dos equipamentos de cultura” (VILELA, 2014).

O Fórum com mais de 120 gestores públicos municipais ocorreu em uma programação paralela à dos pontos de cultura, o que por si só não favoreceu uma convergência e integração com os debates no âmbito do Cultura Viva. Além de dispersar a pauta da Teia, perdeu-se a oportunidade de dialogar com os gestores municipais acerca da implementação do Cultura Viva em suas localidades e atender a meta 23 do Plano Nacional de Cultura que prevê 15 mil pontos de cultura em funcionamento até 2020. Esse Fórum é expressivo da situação esquizofrênica em que o Cultura Viva se encontrava dentro do MinC no último ano da gestão da Ministra Marta Suplicy. Enquanto os pontos de cultura solicitavam anistia e apoios para aquisição de suas sedes, o MinC fazia uma atividade de grande visibilidade em torno dos CEUs e convidava os pontos para participarem do processo de mobilização para a gestão desses espaços em um evento que historicamente se configurou como encontro nacional dos pontos de cultura. Enquanto o discurso do MinC era de que os pontos de cultura constituiriam a base comunitária do SNC, nenhuma reunião foi mobilizada

pelo Ministério com gestores públicos municipais e representações regionais do MinC para discutir e articular a federalização do programa, como ocorreu nesse Fórum em torno dos CEUs.

A relação entre cultura e economia solidária também ficou sujeita às oscilações e dispersões da política cultural deste período. Trataremos disso no tópico a seguir, mas ainda sobre os CEUs vemos que eles também foram inseridos nessa articulação interministerial. A partir do momento em que os CEUS passaram a ganhar relevância dentro da agenda do PAC e das ações de superação da miséria, alguns esforços foram feitos no sentido de convergir políticas públicas. Ao entrevistar Ary Moraes Pereira, Coordenador-Geral de Fomento à Economia Solidária da Senaes, ele relatou as conversas que a Senaes e a SEC/MinC tiveram em 2014 no sentido de convergir suas ações públicas nos CEUS para a elaboração, desenvolvimento e monitoramento de políticas públicas territoriais integradas:

A gente [Senaes] tem dialogado muito com os CEUS, que a partir desses territórios, a partir dessa singularidade cultural, a partir dessa potencialidade econômica local desses empreendimentos econômicos solidários, como é que a gente estrutura ali uma articulação local? Eu acho que o CEU pode ser esse espaço que articula cultura, esporte, economia solidária, e constrói a partir da história, da ancestralidade daquele território, o CEU vem e pode estar organizando a definição, o plano territorial que nós precisamos construir. (...) Isso vai contribuir para que o Estado brasileiro tenha um bom diagnóstico, da cultura, da educação, da saúde, da condição de riqueza, da economia, enfim, que a gente possa ter todos esses elementos para que a gente possa fazer uma incidência, uma inserção de apoio daquilo que já existe naquele território, ampliar e fortalecer esses vínculos de identidade territorial e construir um planejamento a partir disso, com espaços de participação social que possam estar monitorando as ações de políticas públicas nesses territórios (PEREIRA, 2014a, entrevista).

Assim como os CEUs passaram a ser compreendidos pelos gestores públicos como um espaço local de articulação territorial e intersetorial, não podemos deixar de recordar que os pontos de cultura também foram vistos com essa finalidade ao longo da história do programa Cultura Viva.

2.5 Economia criativa e solidária

Após um hiato de mais de três anos, uma nova edição da Teia é organizada em maio de 2014. A Teia Nacional da Diversidade foi realizada em Natal/RN e, assim como nas edições anteriores, foi precedida de encontros regionais e/ou estaduais. Diferentemente das edições anteriores, a Teia da Diversidade não foi apenas o encontro de pontos de cultura e

demais atores do universo do programa Cultura Viva, mas contemplou os diferentes segmentos socioculturais da diversidade cultural brasileira presentes no programa *Brasil Plural: povos e comunidades tradicionais*: grupos de culturas populares, culturas ciganas, culturas indígenas; LGBT; mulheres; pessoas com deficiência; idosos; pessoas em sofrimento psíquico; população de rua; juventude; povos de terreiro, quilombolas, imigrantes, trabalhadores rurais, dentre outros. Além de públicos diversos, a teia passou a congregar diferentes ações públicas de diversas secretarias do MinC, não apenas o programa Cultura Viva da SCDC.

A Teia da Diversidade foi realizada pela SCDC/MinC em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o Instituto Federal do Rio Grande do Norte, a Fundação Cultural do Estado do Rio Grande do Norte (FUNCERN), a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura e a Fundação Capitania das Artes e Fundação José Augusto. Para dar continuidade e imprimir coerência à análise feita até agora sobre as Teias, focaremos nosso olhar aqui na programação de economia solidária da Teia da Diversidade.

Uma das novidades do evento desse ano foi a contratação de serviços de produção, formação e cobertura colaborativa de pontos de cultura. Essa era uma demanda recorrente dos participantes nos eventos anteriores. Para coordenar a organização da Feira de Economia Solidária, por exemplo, foi contratada a indicação de representante do GT de Economia Solidária da CNPdc, Isabel Alves, do Ponto de Cultura Caminhos. Outros cinco pontos de cultura articulados em rede na Produtora Cultural Colabor@tiva.PE prestaram dois serviços no evento: foram contratados para coordenar a cobertura colaborativa com integrantes de pontos de cultura selecionados por meio de edital elaborado pelo MinC e pela FUNCERN, e também fizeram a formação dessa equipe em cultural digital para uso de ferramentas livres na captação, edição e gestão de conteúdos multimídias. A participação social na organização do evento também ocorreu de outras formas, o processo seletivo para escolha da logomarca da Teia da Diversidade promovido pela SCDC/MinC e parceiros do evento é um exemplo, e a utilização de plataformas livres para cadastro dos pontos³⁵, é outro.

A Feira desta 5ª edição da Teia chamou-se Feira de Economia Solidária e Criativa. A inclusão do “Criativa” no nome não correspondeu a nenhuma ação específica sobre a temática na feira, mas à presença da pauta da economia criativa na Teia. A SEC/MinC realizou um conjunto de atividades que abordaremos em seguida, mas na feira especificamente não teve envolvimento. As inscrições de propostas para a Feira ocorreram no SalicWeb por Chamada Pública em um período de 15 dias para cadastramento. Essa foi a primeira vez que as

35 <http://corais.org/cnpdc/node/80752/webform-results>

inscrições ocorreram via esse sistema de apresentação online de projetos; embora isso seja um avanço em termos de transparência e organização pública da informação, pudemos identificar que dificultou a mobilização e tampouco favoreceu ampla participação. Conforme relatório da Feira (PONTO DE CULTURA CAMINHOS; ALVES, 2014), o sistema era responsável pela análise da documentação dos projetos e terminou por inabilitar equivocadamente um conjunto de propostas que não haviam enviado autorização dos artesãos, quando na realidade, essa documentação seria enviada posteriormente à seleção das propostas. Duas entrevistas da pesquisa de campo também trouxeram relatos de pontos de cultura que não fizeram sua inscrição na Feira devido à dificuldade na utilização do sistema e, por isso, não comercializaram seus produtos nos estandes.

Três dias antes de encerrar as inscrições na Feira havia apenas 10 propostas cadastradas, de 8 estados, quando a previsão era envolver todos os 27 estados e o DF, sendo 2 propostas por estado. O prazo de inscrição foi ampliado em 10 dias, período em que foram intensificados os esforços de mobilização para novas inscrições junto aos fóruns estaduais de cultura e de economia solidária pela coordenadora da Feira. Ao final, a Feira reuniu 56 propostas inscritas de 21 estados. A articulação com o fórum estadual de economia solidária do Rio Grande do Norte foi realizada em data próxima do evento pela coordenadora da Feira e foram disponibilizados estandes para empreendimentos potiguares de artesanato e confecção (PONTO DE CULTURA CAMINHOS; ALVES, 2014). Também foi organizada espontaneamente uma praça de alimentação com um conjunto de empreendimentos econômicos solidários da área de alimentação que venderam refeições, lanches, doces e bebidas em cinco estandes articulados com o fórum potiguar de economia solidária.

Ademais da Feira, a programação de economia solidária da Teia previa a realização de uma oficina sobre bancos comunitários de desenvolvimento e moedas sociais, uma roda de conversa sobre Economia Solidária e Economia Criativa, e uma mesa de debate sobre Redes e Cadeias Produtivas e Comercialização. Nenhuma dessas atividades aconteceu, a roda de conversa acabou sendo sobre economia solidária, com a presença do Diretor do Departamento de Fomento à Economia Solidária da Senaes, Manoel Vital de Carvalho Filho, e com a ausência do Secretário de Economia Criativa do MinC, Marcos André. As demais atividades foram desmobilizadas, a organização da feira enfrentou dificuldades de produção e mobilização das atividades de debates e tiveram problemas na emissão das passagens, o que inviabilizou a ida de algumas pessoas e a realização da programação prevista. O Desfile da Diversidade Criativa, Cultural e Produtiva da Teia 2014 foi realizado com peças dos

empreendimentos econômicos solidários e pontos de cultura; envolveu também o GT de Acessibilidade por meio da qual foi incluída no desfile a participação de uma cadeirante.

A programação seguiu praticamente a mesma estrutura das edições anteriores: oficinas, seminários, Fórum Nacional dos Pontos de Cultura, mostra artística, cortejo, mostra de cinema e feira de produtos dos pontos de cultura e de empreendimentos econômicos solidários. Mas foi complementada e ampliada com um conjunto grande de outras atividades paralelas propostas por diferentes secretarias e órgãos do MinC – Fundação Palmares; a Secretaria de Articulação Institucional (SAI); a Secretaria de Economia Criativa (SEC); o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM); e outros ministérios ou secretarias, como a Secretaria Nacional de Juventude. Esse amplo conjunto de programações fez com o que o MinC considerasse essa edição do evento como “a mais abrangente das Teias” (BRASIL, 2014b).

No que diz respeito às questões que envolvem esta pesquisa, é visível que a Teia da Diversidade representou um passo de aproximação da economia criativa ao universo dos pontos de cultura e dos grupos de culturas populares e povos tradicionais. Neste caso, nos referimos à iniciativa do Ministério da Cultura de articular a agenda da SEC com o público da SCDC de maneira a ampliar o diálogo e seu envolvimento nas ações de economia criativa. Isso não significa dizer que, no âmbito dos pontos de cultura, essa aproximação tenha ocorrido sem questionamentos ou conflitos. Ao longo da história do Cultura Viva, como vimos no capítulo anterior, não houve uma aderência do programa à economia criativa em termos de sua narrativa, discurso e ações programáticas. Tampouco ocorreu o mesmo com a sua base de articulação –, os pontos de cultura. Podemos identificar que a origem dessa resistência por parte dos pontos tenha sido uma desconfiança de que a economia criativa fosse um modismo ou uma nova forma encontrada para fomentar os segmentos mais rentáveis e lucrativos da economia da cultura. Ou seja, uma nova expressão utilizada para reafirmar antigos processos econômicos e políticos de exclusão e subalternização de grupos sociais e culturais.

Tampouco podemos afirmar que a vinculação dos pontos de cultura com a economia solidária tenha sido de adesão automática, embora seja possível reconhecer mais empatias e identificação de valores comuns entre os pontos de cultura e empreendimentos de economia solidária. Essa aproximação também foi percebida por Gabriela, gestora da Senaes entrevistada para esta pesquisa: “Esses movimentos mais de base, tipo os pontos de cultura, pra eles é até mais natural o caminho associativo, em vez de estarem em uma relação empresarial, têm uma relação de produção conjunta, de socialização de resultados, de gestão,

é quase natural” (CUNHA, 2015, entrevista). Certamente, o histórico do movimento de economia solidária existente no Brasil desde antes do próprio Cultura Viva também conferiu mais legitimidade a esse campo de atuação. Em vez de dúvidas ou desconfiças acerca dos valores e interesses do movimento da economia solidária, por parte dos pontos de cultura havia mais desconhecimento, curiosidades e expectativa.

No âmbito do poder público, como já abordado aqui, o que tivemos foi uma década de diálogos entre a Senaes e o MinC: da realização de dois eventos conjuntos (Teia 2006 e Seminário do Proext), da afirmação de interesses em executar parcerias e da identificação de motivações e públicos comuns, que não resultaram em ações públicas efetivas. A maior aproximação da cultura e da economia solidária ocorreu mobilizada pelos próprios pontos de cultura, e também com limitações, como veremos nos capítulos 4 e 5 deste estudo. Essa falta de ações públicas vinculadas e a frágil articulação em rede empreendida ao longo da história do programa, fez com que os pontos de cultura chegassem na Teia de 2014 ainda com a necessidade de mapear as ações de economia solidária dos pontos nos estados, de realizar formações de “contextualização da economia solidária e seus princípios” junto aos pontos de cultura e criar uma rede de comercialização de economia solidária, como é revelado no Plano de Trabalho do GT de Economia Solidária da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura e na ata desse GT no IV Fórum Nacional de Pontos de Cultura (GT de Economia Solidária da CNPdc, 2014a; 2014b).

Oito anos após a primeira Teia, vemos que foram mantidas as mesmas pautas, propostas e demandas no que diz respeito à temática que nos interessa aqui, relativa à intersecção entre cultura e economia solidária. Isso pode ser explicado em parte também pela ampla renovação do público do Cultura Viva provocada pela desconcentração dos editais de pontos de cultura nos estados e municípios. A pesquisa-ação de avaliação da Teia 2014 (GT Pesquisa Viva da CNPdc, 2014) revelou que 49% das pessoas pesquisadas participava pela primeira vez de uma Teia e para 25% do público pesquisado, era a segunda vez que participava do evento. Ou seja, mais de 70% dos participantes pesquisados na Teia da Diversidade representava um público novo no evento, no programa e em suas pautas correlatas.

Voltando à economia criativa, podemos identificar algumas alterações ocorridas no curso das narrativas da SCDC e SEC a partir da Teia da Diversidade. Se por um lado é visível que a SCDC incorporou a pauta da economia criativa no Cultura Viva, a SEC por sua vez, passou a afirmar seu enfoque em uma economia criativa de base comunitária. Esse termo passou a ser utilizado pela Secretaria de Economia Criativa para se referir a processos

econômicos de grupos culturais com fortes laços comunitários que trabalham em torno da produção e distribuição de bens culturais em suas comunidades. Como exemplo do deslocamento do discurso da SCDC, temos a Lei 13.018/2014 que prevê a “economia criativa e solidária” dentre as ações estruturantes da Política Nacional de Cultura Viva, o que é inédito nos documentos e na narrativa do programa.

Ao conceber a economia criativa e solidária de forma integrada, nesses termos, entende-se que são noções diferentes e que podem coincidir. Enquanto a economia criativa faz o recorte da produção econômica com base nos setores e segmentos considerados criativos, a economia solidária não abre mão dos princípios de gestão democrática. Ou seja, iniciativas culturais que fazem parte dos segmentos da economia criativa e possuem uma base associativa e se organizam de forma democrática, podem ser contemplados nessa junção das economias criativa e solidária proposto pela Política Nacional de Cultura Viva.

O espaço de convivência proporcionado pela Teia da Diversidade também favoreceu uma ampliação da abordagem da SEC/MinC em relação à economia criativa dos pontos de cultura. A partir da Teia, a SEC reforçou a narrativa do que passou a chamar de economia criativa de base comunitária (VIDIGAL, 2014). Para abordar essa concepção e sua aplicabilidade nas políticas culturais, partiremos dos quatro princípios orientadores da economia criativa brasileira (BRASIL, 2011d): sustentabilidade, diversidade cultural, inovação e inclusão social. Para compreender como se encaixa a perspectiva “de base comunitária” nesses quatro princípios, vemos que a sustentabilidade, em vez de trabalhar com modelos centralizados, parte da noção de “poder lateral” (RIFKIN, 2012), ou seja, de circuitos colaborativos e horizontais, com modelos de negócios compartilhados – uma forma de “capitalismo distribuído”. No aspecto da inovação, em vez de se orientar pela propriedade intelectual, a economia criativa de base comunitária propõe trabalhar com o desenvolvimento de tecnologias ligadas à inovação aberta e à colaboração produtiva. No que diz respeito à diversidade cultural, por sua vez, desloca-se a ênfase do talento individual, muito presente nas artes criativas, para o “poder da multidão” (HOWE, 2010), o esforço coletivo e a colaboração em massa. Por fim, o princípio da inclusão social, na perspectiva da economia criativa de base comunitária é concebido a partir da substituição do paradigma da competição pela colaboração.

A perspectiva desse conceito, uma inflexão narrativa, segundo Vidigal (2015, p. 71) é resumida no trecho que segue:

O que se pode compreender, portanto, como economia criativa de base comunitária são os circuitos econômicos gerados a partir de determinadas experiências nas quais os processos criativos e produtivos e os próprios modelos de organização do trabalho, voltados ao desenvolvimento de bens simbólicos, estabelecem intrínseca relação com as práticas culturais das comunidades, sejam estas tradicionais ou contemporâneas, rurais ou urbanas. Percebemos, portanto, que há uma sobreposição do ecossistema laboral-produtivo e sociocultural arquitetado em cada comunidade.

Ao refletir sobre o conceito de economia criativa de base comunitária, Vidigal (2015, p. 69) alerta para algumas barreiras encontradas, como os “marcos legais construídos a partir de paradigmas dos ciclos produtivos tradicionais e modelos de desenvolvimento centralizados”. As leis atuais de propriedade intelectual tendem a não se adequar à natureza dessa abordagem econômica, o que reforça a importância de trabalhar sua adequação e inovação no sentido das licenças livres. Esse desafio é comum ao campo da economia solidária e diz respeito a uma das questões mais problemáticas enfrentadas no atual contexto do capitalismo cognitivo.

No início deste capítulo, identificamos uma inflexão na história do programa Cultura Viva entre 2010 e 2011, deflagrada pela crise administrativa e de gestão do programa, seguida de uma crise política, com a mudança de gestão que provocou descontinuidades nos editais públicos de premiação e fomento direto a pontos de cultura, além do cancelamento de editais. Nesse período, houve um deslocamento da narrativa do programa cuja ênfase histórica na cidadania cultural foi substituída pela diversidade cultural. A SCDC passou a responder pela agenda da diversidade cultural no Ministério e isso se tornou prioritário, como vimos no perfil do público das premiações dessa secretaria, por exemplo, e na concepção e programação da Teia de 2014. Se ampliarmos o escopo do olhar, vemos que a inflexão de 2011 não foi apenas no âmbito do Cultura Viva, mas do próprio MinC, do direcionamento de suas prioridades.

Ana de Hollanda, ao assumir o cargo de ministra em 2011, expressou claramente em seu discurso de posse (HOLLANDA, 2011) que “a figura do criador e o processo criativo” seriam a prioridade de sua gestão. Ela também anunciou “dar passos novos e inovadores” e uma de suas primeiras medidas foi a retirada da licença Creative Commons³⁶ do site do MinC, seguida da decisão de revisar o anteprojeto de Lei de Direitos Autorais elaborado na gestão anterior, em um processo amplo de consulta pública e participação social. Os novos passos do MinC geraram forte descontentamento entre os pontos de cultura e diversos setores da sociedade civil. A disputa de valores, expressa também na disputa de projetos distintos de

36 Conjunto de licenças que permite, dentre suas diversas combinações possíveis, a liberação de conteúdos sem cobrança de direitos autorais para uso público, desde que seja atribuída a autoria. Para conhecer mais sobre as licenças Creative Commons, ver LESSIG, 2014 e https://creativecommons.org/licenses/?lang=pt_BR

gestão das políticas culturais, acirrou-se. De um lado, os interesses privados dos autores e detentores dos direitos de propriedade intelectual e, de outro, os interesses públicos de coletividade, o interesse comum, da sociedade em geral e dos defensores da cultura livre. O ambiente reforçou a necessidade do MinC apresentar uma visão estratégica para a economia da cultura.

Nesse contexto foi criada a Secretaria de Economia Criativa-SEC que canalizou as formulações e ações públicas acerca da dimensão econômica da cultura dentro do Ministério. Com um Plano audacioso (BRASIL, 2011d), lançado em julho de 2011, a Secretaria buscava projetar diretrizes e ações transversais que afirmassem a importância das políticas públicas de cultura na construção de uma agenda ampla e transversal de desenvolvimento. Era preciso, de início, delinear um conceito de economia criativa que correspondesse à realidade brasileira e, num sentido normativo, o plano buscou se diferenciar das “indústrias criativas” e da propriedade intelectual.

Denominar os setores considerados criativos também era uma necessidade imposta pelo exercício de formulação de políticas para um campo ainda em construção no Brasil. Uma primeira definição do setor apresentada pelo Plano foi: “Os setores criativos são aqueles cujas atividades produtivas têm como processo principal um ato criativo gerador de um produto, bem ou serviço, cuja dimensão simbólica é determinante do seu valor, resultando em produção de riqueza cultural, econômica e social” (BRASIL, 201d, p. 22). Havia, inevitavelmente, uma expectativa de poder identificar o público a que essa política de economia criativa estava direcionada e, até mais do que isso, quem faria parte da economia criativa. Para definição do escopo dos setores criativos, a SEC orientou-se pela estrutura criada pela UNESCO em 2009, mas não contemplou os games nem a publicidade dentre os setores criativos brasileiros.

No que diz respeito à relação das políticas culturais com a economia solidária, conforme mencionado anteriormente, a interlocução do MinC com a Senaes foi descontinuada com a mudança de gestão em 2011. Iniciada em 2005 no âmbito do Cultura Viva e depois também realizada pela Secretaria de Políticas Culturais do MinC, no contexto do ProExt, nenhuma dessas pautas conjuntas foram mantidas e tampouco retomadas. A Secretária de Economia Criativa, Cláudia Leitão, estabeleceu um novo diálogo com a Senaes no processo de formulação do Plano da SEC. No que tange às articulações intersetoriais com parceiros institucionais previstas no Plano, consta a projeção de “fomento a organizações associativas (redes e coletivos) e ao microcrédito solidário/bancos populares” (idem, p. 53) como parceria e alinhamento programático entre SEC e Senaes.

A Senaes realiza desde 2004 uma política pública de fomento às finanças solidárias por meio da qual apoia a criação e o fortalecimento institucional de bancos comunitários de desenvolvimento e de fundos rotativos solidários para o financiamento de iniciativas produtivas associativas e comunitárias. Essa política de fomento às finanças solidárias prevê também a realização de diagnósticos, capacitações, assistência técnica e monitoramento das ações. Essas ações públicas de fomento à criação de alternativas de crédito à economia solidária, já em andamento no momento da formulação do Plano da SEC, certamente influenciaram a projeção dessa possível parceria com a Senaes. Contudo, nenhuma medida ou ação pública específica foi criada ou implementada.

Ainda sobre a presença da economia solidária no Plano da SEC, não deixa de chamar a atenção a previsão da ação conjunta com a SCDC de “formulação de ação de formação de gestores públicos e privados, na perspectiva de interface com a economia solidária” (BRASIL, 2011d p. 59). Qualquer semelhança com as propostas dos pontos de cultura na 1º Teia não é mera coincidência. Podemos compreender essa previsão no Plano da SEC como um reconhecimento do acúmulo proposto e discutido historicamente no âmbito do Cultura Viva, conforme abordado extensamente no primeiro capítulo deste estudo. Como nenhuma dessas previsões foram levadas a cabo nem efetivadas no governo federal, podemos afirmar tratar-se de intenções muito mais calcadas em aspectos anteriormente propostos e identificados (a formação em economia solidária é demanda apresentada pelos pontos de cultura desde 2006, por exemplo) do que em perspectiva real de execução, tanto política, quanto orçamentária e institucional.

E mais uma vez, os dois órgãos reconheceram existir interfaces entre suas ações públicas, mas que não saíram do plano normativo, não se efetivaram, nem foi possível executar sua intersecção. Uma das razões que explicam essa descontinuidade e essa falta de efetivação diz respeito à fragilidade institucional e administrativa da política cultural do governo federal. Com a entrada de Marta Suplicy na gestão do Ministério da Cultura em setembro de 2012, novas mudanças na equipe do MinC ocorreram, dentre elas a substituição da Secretária Cláudia Leitão por Marcos André. Com isso, novas prioridades e agendas foram assumidas para as políticas de economia criativa do Brasil. As Incubadoras Brasil Criativo e os Observatórios de Economia Criativa tornaram-se as principais ações públicas da SEC, que também manteve em seu escopo a execução das Praças do PAC, posteriormente batizadas de CEUs de Arte e Cultura. Realizadas pelo MinC em parceria com os poderes públicos estaduais, as Incubadoras Brasil Criativo prevem desenvolver cursos, consultorias e eventos para potencializar empreendimentos nos diversos setores criativos. Assessoria contábil,

jurídica, de comunicação e marketing são alguns dos serviços previstos pelas incubadoras, além da elaboração de projetos e captação de recursos e planejamento estratégico. A economia solidária não se manteve na pauta do MinC. E vice-versa, a recíproca também é válida. Veremos, então, como as políticas públicas de economia solidária se relacionaram com a cultura.

Um dos possíveis desdobramentos do ProExt Cultura anunciados à época de sua execução (2007 e 2008) foi a intersecção entre cultura e economia solidária nos projetos apresentados às incubadoras universitárias. Essa perspectiva ganha ainda mais sentido com a criação dos observatórios e das incubadoras criativas e com a possibilidade de interface com o Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Proninc), cuja finalidade é fortalecer os processos de incubação de empreendimentos econômicos solidários. A geração de trabalho e renda a partir da organização autogestionária do trabalho, a construção de referenciais conceituais e metodológicos dos processos de incubação, bem como a articulação e integração de políticas públicas para a promoção do desenvolvimento local e regional estão dentro dos objetivos do programa. O Proninc ainda prevê a formação de discentes universitários em economia solidária e a criação de disciplinas, cursos, estágios e outras ações, para a disseminação da economia solidária nas instituições de ensino (BRASIL, 2010q).

O programa foi criado na década de 1990, impulsionado pela formação da primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ). Desde aquela época, o Programa envolvia a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), a Fundação Banco do Brasil, o Banco do Brasil, o Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e Pela Vida (COEP) e a ITCP Coppe/UFRJ. Com a criação da Senaes em 2003, o Proninc foi ampliado e passou a reunir diversas universidades e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que desenvolvem processos de incubação de empreendimentos econômicos solidários. O programa conta com um Comitê Gestor envolvendo todas essas instituições e mais um conjunto de sete Ministérios, além do MTE. Em dez anos, o Proninc publicou quatro Editais de Chamadas Públicas para selecionar projetos de fortalecimento e criação de incubadoras.

Na avaliação do Proninc realizada em 2011 pelo Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano (IADH) podemos depreender diversas informações acerca dos alcances de sua execução, bem como do perfil dos empreendimentos econômicos solidários incubados e das incubadoras formadas. Dentre os alcances do Proninc identificados nessa avaliação e que possuem interface com esta pesquisa destacamos a contribuição das

incubadoras na promoção da diversidade cultural, étnica e de gênero. Por meio de ações formativas, de pesquisas e dos espaços de aprendizagem gerados com os empreendimentos, as incubadoras favorecem o desenvolvimento de investigações sobre economia solidária dentro das universidades e instituições de ensino superior. A avaliação do Programa reforçou ainda a contribuição das incubadoras para a sistematização de experiências, difusão e fortalecimento dos conhecimentos e saberes dos empreendimentos econômicos solidários.

As incubadoras universitárias estão organizadas em duas redes, a Rede de ITCPs e a Unitrabalho. Há muitas incubadoras que trabalham com redes de economia solidária e têm o propósito de incentivar, capacitar e dinamizar a articulação de empreendimentos e outras formas de regulação econômica. Além das incubadoras universitárias, foram instituídas as incubadoras públicas, junto a centros públicos de economia solidária. Sobre a especificidade da incubação na economia solidária e o papel das incubadoras, França Filho e Cunha (2009, p.3) contextualizam essa atuação:

A incubação no campo da economia solidária é ainda mais recente e difere, substancialmente, da incubação de empresas privadas. No âmbito da Universidade, por exemplo, esse outro tipo incubação inaugura uma preocupação em dirigir o desenvolvimento da pesquisa tecnológica para o trabalho ou a sociedade, invertendo uma lógica tradicional de investimento direcionado ao mercado. Esse trabalho de incubação em economia solidária parece refletir, ainda, um novo momento da história do trabalho de assessoria à organização popular, no Brasil, que esteve fortemente ligado a algumas ONGs e instituições vinculadas a setores progressistas da Igreja. Em certa medida, a incubação em economia solidária, hoje, reatualiza e resignifica um certo número de práticas de assessoria aos movimentos sociais. Em especial, fortalece o apoio técnico em gestão que antes era praticamente ausente dos processos de formação política.

Vemos assim que, além de haver uma política pública consolidada há mais de dez anos, as incubadoras de economia solidária cumprem um papel de formação e fomento que alia assessoria técnica e política para a gestão da atividade produtiva, o que amplia e diversifica o tipo de assistência prestada historicamente por organizações da sociedade civil a grupos e comunidades dos setores populares. Isso dialoga com uma realidade também vivenciada pelos pontos de cultura, visto que muitos atuam na mediação de relações entre comunidades e o Estado, prestando assessoria e formação. As iniciativas premiadas no âmbito do Economia Viva também revelam essa relação entre o trabalho dos pontos de cultura e o desafio da incubação de empreendimentos culturais. Veremos isso no quarto capítulo, interessa agora identificar a relação entre as incubadoras de economia solidária e a cultura.

Do conjunto das incubadoras apoiadas pelo Proninc que afirmaram desenvolver articulações com outras ações públicas, 18% informaram estar articuladas com pontos de cultura e com o programa Cultura Viva. Esse indicador representa a quinta articulação mais recorrente dentre os 15 programas e ações públicas mencionados na pesquisa. Maior incidência que os pontos de cultura, tiveram os Centros de Atenção Psicossocial, Centros de Referência da Assistência Social, Centros Públicos de Economia Solidária e os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento (CONSADs). Esse dado revela mais uma vez a convergência entre cultura e economia solidária por meio de articulações realizadas no âmbito da sociedade civil, que termina por vincular ações públicas de diferentes ministérios e secretarias para atender suas demandas formativas. Apenas esse dado justificaria uma maior atenção a essa intersecção, mas vemos que as conexões também ocorrem em outros âmbitos.

Dentre os segmentos econômicos dos empreendimentos solidários incubados no âmbito do Proninc, podemos perceber uma ampla e diversa presença da cultura. A pesquisa de avaliação do Proninc identificou 15 segmentos econômicos diferentes no universo dos empreendimentos incubados. Diretamente relacionados à cultura, apontamos 3: “produção de artefatos artesanais”; “produção têxtil e confecções” e “arte e cultura popular”: 19% dos empreendimentos incubados atuam com produção de artefatos artesanais, que é o segundo indicador de maior expressividade da pesquisa, tanto em número de empreendimentos incubados nesse segmento, quanto pela quantidade de incubadoras envolvidas na formação de empreendimentos desse segmento, que chega a 67%. A produção têxtil e de confecções, segundo a pesquisa, está presente em 9% dos empreendimentos e 47% das incubadoras apoiadas pelo Proninc afirmaram trabalhar com empreendimentos desse segmento econômico. Arte e cultura popular correspondem ao segmento econômico de apenas 3% dos empreendimentos, mas 14% das incubadoras afirmaram ter projetos nesse segmento, o que revela sua transversalidade e recorrência. Para melhor compreensão dos dados, é importante lembrar que as incubadoras trabalham simultaneamente com diferentes segmentos econômicos.

Se somarmos o número de empreendimentos desses três segmentos econômicos relacionados à cultura, alcançamos 35% da quantidade total de empreendimentos compreendidos na pesquisa (537), o que representa um alto número. O conjunto dos empreendimentos desses três segmentos reúne, segundo a pesquisa, 1208 trabalhadores. Há outros segmentos econômicos identificados na pesquisa do Proninc que podem até estabelecer conexões com a cultura, como a prestação de serviços para o mercado de turismo, onde há forte presença do turismo de base comunitária. No entanto, preferimos aqui focar nos

segmentos apresentados pela pesquisa que são mais diretamente relacionados à cultura e encontram maior recorrência no universo dos pontos de cultura, para reforçar sua representatividade em termos do número de empreendimentos incubados.

Quanto à remuneração, os empreendimentos de artesanato, confecções, arte e cultura popular foram os que apresentaram a menor média mensal de retirada dentre os entrevistados, com valores médios de R\$200,35; R\$284,13 e R\$ 253,33, respectivamente. Isso reforça dados de outras pesquisas, como a do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), a respeito da finalidade de complementação de renda que os empreendimentos econômicos solidários assumem para seus integrantes. Fica claro também que a geração de ocupação é um dos principais benefícios da incubação desses empreendimentos, cujos integrantes, em grande medida, são pessoas excluídas do mercado de trabalho e com dificuldade de reinserção por diversos fatores, sejam geracionais, de escolaridade, área de atuação ou região, dentre outros.

O Comitê Gestor do Proninc foi constituído no segundo semestre de 2003 sob a coordenação da Senaes e, a partir de 2005, passou a envolver outros ministérios. O Ministério da Cultura integrou o Comitê apenas em 2008, mas sua participação não foi estável. É possível prever que a falta de uma articulação estratégica, de parcerias efetivas ou de ações e projetos conjuntos entre os dois órgãos não tenha favorecido uma participação mais ativa do MinC nesse Comitê Gestor. Gabriela Cunha, gestora da Senaes, na entrevista realizada por ocasião desta pesquisa, relatou que a frequente mudança de equipe no MinC foi o que ocasionou a ausência do órgão nas reuniões do Proninc. Isso foi diagnosticado, segundo ela, ao final de 2014, a partir de uma aproximação da SEC/MinC, quando identificaram que a Senaes estava enviando os convites para as reuniões do Comitê Gestor do Proninc para uma pessoa que não trabalhava mais no MinC, o que justificava a ausência de gestores da pasta de cultura nas reuniões do Proninc nos últimos anos.

No segundo semestre de 2014, a SEC/MinC procurou a Senaes para tratar da presença da economia solidária nas incubadoras criativas. Como a Rede de Incubadoras Criativas não tem previsto formalmente nenhuma ação de economia solidária, a SEC identificou ser importante articular com a Senaes alguma forma de integração dessa temática em suas ações. A proposta pensada nesse encontro foi a criação de uma incubadora criativa de economia solidária, nos moldes das incubadoras temáticas, como a Incubadora Amazonas Indígena Criativa. Foi nesse momento também que ambos os órgãos identificaram a justificativa da ausência do MinC nas reuniões do Proninc e atualizaram o contato de referência, para as futuras convocatórias.

Podemos identificar que o hiato das relações institucionais entre a Senaes e o MinC vivido entre 2011 e 2014 começou a ser revertido em 2014. O diálogo foi retomado pela SEC/MinC com a proposta de aproximação das incubadoras criativas e solidárias e de atuação territorial conjunta nos CEUs. Em termos práticos, no que tange à execução de ações integradoras dessas pautas, a SEC/MinC organizou uma atividade autogestionária na III Conferência Nacional de Economia Solidária, em novembro de 2014. Para a atividade Economia Criativa e Economia Solidária – Diálogos sobre Tecnologia e Inovação em Gestão de Empreendedorismo Cultural – foram convidadas duas experiências: a de turismo de base comunitária do Grãos de Luz e Griô³⁷, de Lençóis/BA, e a Benfeitoria³⁸, plataforma de crowdfunding e de projetos colaborativos do Rio de Janeiro/RJ. O público presente era de empreendimentos econômicos solidários, pontos de cultura (um deles, foi a Agência Solano Trindade, premiada no Economia Viva), coletivos e os organizadores da SEC. Na ocasião foi possível identificar a forte necessidade dos participantes em compreender de forma mais densa as diferenças, semelhanças e interfaces entre os dois conceitos e áreas de atuação. Isso fez com que além das apresentações, o debate tenha se voltado à primeira parte da temática proposta: a economia criativa e a economia solidária.

No que diz respeito às ações públicas de economia criativa que encontram interface direta com a economia solidária, além das incubadoras, identificamos o Projeto Territórios Criativos Indígenas: arte e sustentabilidade³⁹. Por meio de um convênio entre a SEC/MinC e a Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, a iniciativa é um plano piloto voltado à promoção da sustentabilidade econômica da produção cultural dos povos indígenas Chiquitano, Bakairi, Umutina e Xavante. Dentre a produção artística e cultural dos indígenas, há produtos artesanais diversos, bijoias e a orquestra de violinos da aldeia Vila Nova Barbecho. O Projeto trabalha com a premissa da gestão participativa e afirma garantir o envolvimento das comunidades indígenas na tomada de decisões acerca do desenvolvimento econômico de sua produção. A economia solidária também é mencionada no Projeto que prevê ainda orientar as comunidades indígenas a respeito dos direitos sobre o patrimônio e os direitos autorais, buscando avançar nos aspectos referentes ao registro e à proteção da cultura indígena.

A partir das iniciativas relatadas aqui, podemos identificar que a articulação entre cultura e economia solidária no âmbito da gestão pública do governo federal é algo que ainda está para ser construído. O que existiu foram ações públicas pontuais que integraram esses

37 <http://trilhagriochapada.org.br/>

38 <https://benfeitoria.com/proposta>

39 <http://www.ufrgs.br/obec/post.php?id=54>

dois campos indiretamente, sem uma intencionalidade ou um programa próprio, sem uma proposta política estruturada e continuada. No âmbito da sociedade civil, como veremos, há diversas iniciativas que promovem essa interface, embora estejam dispersas e guardem fragilidades. Apesar do reiterado interesse do MinC e da Senaes em atuarem de forma integrada, até o momento pouco se fez a esse respeito, e o que temos de mais efetivo são as iniciativas de organizações comunitárias, universidades e pontos de cultura que espontaneamente promoveram essa intersecção. Conheceremos algumas dessas experiências nos próximos capítulos.

A política cultural do governo federal, no período que tratamos de 2011 a 2014, trouxe à tona uma série de problemas e dificuldades que, embora não fossem novos nem recentes, haviam sido contornados provisoriamente no período anterior (2003-2010). As premiações, por exemplo, revelam esforços para tentar diminuir as dificuldades causadas pela burocratização excessiva do acesso a recursos públicos, e favorecer o fomento direto, continuado e flexível aos pontos de cultura, grupos e comunidades culturais tradicionais. Entretanto, no âmbito do programa Cultura Viva as premiações foram interrompidas a partir de 2011, quando o lançamento de novos editais de financiamento a pontos de cultura passou a depender muito mais da motivação e de iniciativas dos gestores públicos dos estados e municípios.

A descentralização do programa Cultura Viva também foi realizada de forma dispersa, sem uma estratégia efetiva de gestão compartilhada dessa ação pública nacional. A transferência de recursos e de responsabilidades relativas ao conveniamento e à prestação de contas dos pontos de cultura, não foi acompanhada de um compartilhamento da gestão das ações do programa, nem de uma intencionalidade de articulação em rede mais efetiva dos pontos de cultura. Não houve o desenvolvimento conjunto de instrumentos e de metodologias de acompanhamento, monitoramento e avaliação do programa. Não houve compartilhamento de responsabilidades, nem integração orgânica da gestão do programa nos três níveis – federal, estadual e municipal. Ausências como essas nos impedem de conceber uma efetiva federalização do Cultura Viva. O número de pontos de cultura aumentou, mas esse aumento de escala não resultou em um ganho efetivo de qualidade da gestão do programa, nem de inovação em sua concepção e tampouco em uma articulação em rede mais consistente.

Podemos afirmar que no âmbito federal houve uma diluição de prioridades na condução da política cultural no período de 2011 a 2014. A agenda pública da cultura ficou mais normativa e institucional do que de execução prática ou de inovação política; sua

aposta foi maior em iniciativas descoladas da concretude demandada pelas urgências do presente; a escolha das ações públicas a serem implementadas pareceu levar em consideração sua visibilidade e o impacto provocado em termos da expansão do lastro político da gestão do que o enraizamento, a permanência e a sustentabilidade das iniciativas culturais propriamente ditas. Alguns exemplos ilustram o que queremos dizer: a incorporação da economia criativa na estrutura do MinC contou com um plano estratégico audacioso, mas que não foi levado a cabo nem teve suas ações implementadas; o Sistema Nacional de Cultura foi institucionalizado e passou a fazer parte da Constituição Brasileira, mas os mecanismos que viabilizam sua execução, como os repasses de fundo a fundo, ainda não foram regulamentados e tampouco incidiu-se na ampliação orçamentária do Fundo Nacional de Cultura, aspecto chave para o êxito do SNC. O Cultura Viva também virou Lei e passou a incorporar a narrativa do MinC como sendo a política de base comunitária do SNC, em um contexto fragilizado politicamente devido a editais cancelados, pontos de cultura inadimplentes, falta de instrumentos de fomento e desarticulação da rede criada em torno das ações do programa. Os CEUs são uma iniciativa de forte visibilidade política, mas sem uma articulação orgânica ou um enraizamento maior com outras ações públicas de cultura.

Neste capítulo pudemos conhecer as alterações experimentadas no programa Cultura Viva no período de 2011 a 2014. Vimos os impactos dessa inflexão tanto nas ações públicas de fomento, como foi o caso da interrupção dos editais para pontos de cultura, quanto no aspecto normativo do programa, com a Lei da Política Nacional de Cultura Viva. Também foi possível conhecer os desafios e as fragilidades institucionais de instrumentos de fomento como as premiações e identificar seu espelhamento no campo das OSCs, como vimos ao tratar do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil.

O diálogo entre economia solidária e cultura, assim como a articulação institucional entre MinC e Senaes, foi enfraquecido no período aqui analisado. A pauta da economia solidária que já era frágil dentro do MinC não foi fortalecida, nem ampliada. A intersecção entre a cultura e a economia solidária foi deslocada dentro do Ministério da Cultura. Mesmo tênue e mais presente no discurso do que em ações efetivas, a articulação institucional com a Senaes passou da SCDC para a SEC. No programa Cultura Viva a principal ação pública que efetivou essa intersecção foi o Economia Viva que conheceremos detalhadamente a partir de agora.

CAPÍTULO III

ECONOMIA VIVA: AÇÃO DE FOMENTO OU PRÊMIO DE RECONHECIMENTO?

Após a reconstrução da trajetória do programa Cultura Viva no que diz respeito à promoção da diversidade cultural, aos seus instrumentos de fomento e à relação das políticas culturais com a economia solidária, agora focaremos nossa atenção no Economia Viva. Conheceremos a intencionalidade dessa ação pública, como ela foi concebida e como se constituiu em uma premiação. Trataremos inicialmente das diferentes premiações existentes no Cultura Viva, o que nos permitirá tecer uma análise contextualizada do Prêmio Economia Viva. Do seu discurso normativo à execução prática, passando pelos critérios de avaliação do edital do prêmio e ao perfil dos projetos selecionados, este capítulo continuará perseguindo as questões orientadoras desta pesquisa em relação ao trabalho em rede na cultura, à economia solidária e à sustentabilidade de ações culturais.

A pesquisa de avaliação do programa Cultura Viva realizada pelo IPEA em 2009 (BARBOSA DA SILVA; ARAÚJO, 2010) revela que a maior parte da despesa dos pontos de cultura dá-se com pagamento de pessoal. Segundo a pesquisa, 58% dos gastos dos pontos de cultura são voltados à contratação de sua equipe e ao pagamento de bolsas, dado em si bastante expressivo que ganha ainda mais relevância quando vemos que as demais despesas dos pontos, individualmente, não superam a marca de 9% do total, como é o caso dos gastos com aluguel do imóvel. Em média, o gasto com aluguel é de 6% do total das despesas, e os gastos com energia, água e gás não alcançam 5% das despesas médias mensais.

Para a análise das despesas internas dos pontos de cultura, a pesquisa do Ipea organizou os pontos em quatro categorias: com baixo nível de despesas mensais (inferiores a R\$ 5 mil), com médio nível de despesas (entre R\$ 5 e R\$ 10 mil), com alto nível de despesas (acima de R\$10 mil) e os pontos que não informaram o valor ou informaram possuir despesa igual a zero. A última categoria abrangeu 37% dos pontos pesquisados, o que é um índice alto que chama a atenção, por haver pontos de cultura sem despesas mensais. Isso pode ser explicado, em parte, pela pesquisa abarcar pontos de cultura recém-conveniados. Como o recorte dessa categoria não é muito preciso, fica difícil aprofundar a análise, mas é possível estabelecer uma relação entre essa informação e o estudo sobre as FASFIL realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e o Ipea, apresentado no capítulo anterior. Segundo esse levantamento (IBGE, 2012), 73% das

associações e fundações de cultura e artes no Brasil não têm nenhuma pessoa contratada. O trabalho voluntário e/ou autônomo, na maioria das vezes, é a tônica nessas organizações, o que também ocorre nos pontos de cultura e é realizado pelas redes de relações comunitárias e de parceria, além das de trocas de serviços, o que reduz as despesas monetárias destas organizações.

O outro grande grupo apresentado pela pesquisa do Ipea é o de pontos de cultura com baixo nível de despesas, equivalente a outros 37% do total de pontos pesquisados. Despesas inferiores a R\$ 5 mil representam um montante menor do que o repasse do MinC, se este ocorresse mensalmente e sem atrasos. Segundo a pesquisa (BARBOSA DA SILVA; ARAÚJO, 2010), tanto os pontos de cultura com médio nível de despesas quanto os que possuem alto nível de despesas correspondem, cada um, a 13% do total de pontos pesquisados. Isso evidencia que, de maneira majoritária, os pontos de cultura são organizações que não possuem despesas altas e que seus maiores gastos são com pessoal.

“Isso mostra claramente que os pontos são empreendimentos intensivos em mão de obra” (BARBOSA DA SILVA; ARAÚJO, 2010, p. 97), menciona a pesquisa. A compreensão de ponto de cultura como empreendimento parece ganhar força quando se constata a amplitude de sua força de trabalho e de sua capacidade de contratação de pessoas. Diante de números tão expressivos, merece atenção o potencial de prestação de serviço que os pontos de cultura movimentam. A formação de jovens para o mundo do trabalho, o fomento ao trabalho colaborativo e cooperativo e a prática cidadã do trabalho cultural foram questões historicamente presentes no Cultura Viva e concebidas como meios para se alcançar a autonomia, o protagonismo e o empoderamento, especialmente de jovens junto aos pontos de cultura.

Interessa lembrar o que fora indicado em outras pesquisas (VILUTIS, 2009) sobre o aspecto formativo do trabalho, cuja experiência, muitas vezes, se constitui como um importante espaço de aprendizagem, tanto para o desenvolvimento de conhecimentos individuais quanto para o amadurecimento de sua expressão artística e identidade cultural e, ainda, para a apropriação simbólica e cidadã do seu entorno social. Todos esses alcances contribuem para dinamizar iniciativas coletivas de elaboração de projetos e a realização compartilhada de trabalhos de produção cultural que acontecem frequentemente junto aos pontos de cultura e às comunidades onde estão inseridos. Muitas vezes, após a capacitação pelo Ponto de Cultura, há jovens contratados e passam a prestar serviços dentro do Ponto, como educadores sociais, por exemplo. A maioria desses casos oferece aos jovens a

oportunidade de se profissionalizar na área cultural e seguir residindo em seu território a partir do trabalho realizado com o ponto de cultura.

Com o término dos convênios, essas contratações muitas vezes são suspensas ou redirecionadas para outros projetos dentro da instituição proponente do ponto de cultura, o que impõe o risco de descontinuidade das ações dos pontos de cultura. As ações culturais sofrem algum tipo de impacto, reestruturação e, muitas vezes, desestruturação, especialmente em termos da contratação de equipe e articulação comunitária. Os atrasos nos repasses de recursos por parte do Ministério da Cultura e dos outros entes federados responsáveis, que muitas vezes chegaram a superar a marca de um ano, também implicam em replanejamento do projeto, remanejamento das ações e retrabalho em termos de mobilização. Merece destaque o forte impacto nas relações com a comunidade quando ocorre a interrupção das ações culturais dos pontos de cultura, com o término dos recursos do convênio e a ausência de novas parcerias.

Em termos de situações-limite que testam e desgastam as relações comunitárias dos pontos, mencionamos o caso de três editais cancelados em 2011: as Bolsas Escola Viva e Agente Cultura Viva, e o Prêmio Areté, que tiveram seus resultados divulgados, porém não realizaram o repasse de recurso. A aprovação das instituições nos editais gerou expectativas não apenas nos pontos de cultura, como também nos jovens, nas escolas e demais instituições parceiras envolvidas com os projetos. Processos como esse são muito desgastantes para os pontos de cultura, que têm que se justificar junto à comunidade e aos parceiros, muitas vezes não conseguindo evitar a quebra da confiança com a instituição e a descrença com o seu futuro, especialmente se a organização não tiver outra fonte de recurso para viabilizar a realização e/ou continuidade das ações culturais, provocando a sua interrupção.

O cancelamento de editais gera um desgaste dos pontos de cultura com a comunidade participante da ação cultural e também enfraquece suas relações com o poder público, desestabilizando a confiança existente entre as instituições. Alguns exemplos são expressivos desse aumento da insegurança vivenciado no programa Cultura Viva a partir de 2010. O cancelamento de três editais quase dois anos após a divulgação dos resultados provocou diversas frustrações e prejuízos às instituições selecionadas. Em 2012, o cancelamento do Edital nº4/2009, voltado a pontões de cultura, foi outro fator de descontinuidade do fomento público⁴⁰. Nesse caso, diferente dos demais, o edital iniciou sua

40 Para ler mais a respeito do cancelamento do edital de Pontões de Cultura de 2009, ver: *Parecer sobre o Edital para seleção de Pontões* (2012) e *Pontos de Cultura entre o prestígio e o descaso* (2011).

execução, conveniou instituições e pagou a primeira parcela a menos de um terço dos pontões de cultura, dentre os 129 selecionados. O repasse total de R\$ 500 mil não chegou a ser efetuado nesse edital, a maioria dos selecionados não foi conveniada, e os 42 pontões que receberam a primeira parcela não receberam a outra metade do valor conveniado. Todo esse período foi marcado por dúvidas, poucas informações precisas e muitas incertezas.

A dependência de editais públicos por parte dos pontos de cultura é um aspecto reconhecido como prejudicial à sua sustentabilidade (SARAIVA, 2010) e aqui não nos referimos apenas à sustentabilidade financeira, mas também à sustentabilidade política e institucional dessas iniciativas e organizações sociais. A dimensão de sustentabilidade trabalhada neste contexto está intimamente conectada ao desenvolvimento da autonomia, à possibilidade de experimentar práticas econômicas, políticas, culturais e cidadãs de acordo com os valores e necessidades de sua realidade cultural e social. É o respeito à diversidade cultural e a sua relevância, bem como a conexão territorial em convivência com outras culturas e práticas econômicas e simbólicas, que mobilizam a sustentabilidade.

Por parte dos pontos de cultura, iniciativas variadas foram realizadas no sentido de manter seus projetos, ações culturais e instituições em funcionamento. Além de concorrer a bolsas e premiações do governo federal e de participar dos editais estaduais e municipais de fomento a pontos de cultura, houve a busca de outros financiamentos, muitas vezes privados. Em uma das reuniões da Subcomissão de Sustentabilidade da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC), foi debatido o conceito de sustentabilidade no contexto do Cultura Viva, na qual se apontou que “a comunicação é uma importante ferramenta para a sustentabilidade, bem como a criação de parceria com empresas e pessoas que praticam economia solidária” (ATA da Subcomissão de Sustentabilidade da CNPdC, 2011). Esses três aspectos necessários para se pensar a sustentabilidade dos pontos de cultura – comunicação, parcerias e a proximidade com a economia solidária – dialogam muito com a proposta da ação Economia Viva que abordaremos em seguida.

A articulação de parcerias com instituições públicas e privadas, bem como com outros pontos de cultura e organizações da sociedade civil, é considerada necessária justamente para que as ações dos pontos de cultura não dependam de editais públicos e de seus cronogramas de desembolso nem fiquem reféns da sua inconstância. No entanto, não podemos afirmar haver um consenso entre os pontos de cultura de que a parceria com empresas pode ser feita de forma irrestrita e sem maiores questionamentos ou problematizações acerca da atuação delas. Há controvérsias acerca do financiamento privado de pontos de cultura, como pudemos identificar na fala de um dos entrevistados:

Tem organizações que vão buscar dinheiro fora do Brasil, é isso que falta pra gente, a gente tem que criar uma noção de que a gente tem que continuar mandando projeto pra tudo quanto é lugar. Tá, mas aí a gente entra naquela restrição. Nós tivemos o Griô, logo no começo, mandamos dois fandanguinhos daqui, era massa a pedagogia griô, interessante pra caramba, mas aí o que aconteceu? Eles pegaram dinheiro da Votorantim. A Votorantim é quem quer construir a Usina Hidrelétrica aqui no Rio Ribeira de Iguape [Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto]. A gente se recusou a participar disso. E a gente botou na rede: olha, a gente não vai participar por causa disso. Pau! Falaram que não é assim, que a gente estava sendo radical, mas como é que a gente fica? A gente trabalha com as comunidades quilombolas, a gente está dando a cara a tapa com eles. Na comunidade onde a gente está trabalhando teve um quilombola que me falou que se a Usina sair ele vai se amarrar num poste e ficar lá. E eu falei, me amarro com você! Como é que eu vou ter um patrocínio da Votorantim num projeto? Pode ser radical, mas é a nossa ideologia. Até hoje a gente tem restrições de receber grana de determinados lugares. (OLIVEIRA, 2014a, entrevista).

Esse depoimento é expressivo de algumas questões trabalhadas ao longo desta pesquisa, relativas à articulação de parcerias e ações em rede para a sustentabilidade dos pontos de cultura. A reflexão acerca da sustentabilidade vai além da busca de financiamento e abarca o sentido do trabalho e o envolvimento comunitário mobilizados na realização desses projetos. A cultura e a preservação socioambiental também aparecem fortemente conectadas nesse relato, o que aponta para o sentido do trabalho cultural como uma forma de preservação da vida e dos bens comuns. A perspectiva coletiva das ações também remete ao sentimento de pertencimento e respeito aos valores e princípios compartilhados pelos integrantes de um mesmo grupo, organização ou, no caso deste depoimento, comunidade.

Em 2009, dentre os pontos de cultura entrevistados na pesquisa de avaliação do Cultura Viva realizada pelo Ipea (BARBOSA DA SILVA; ARAÚJO, 2010), 85% afirmaram realizar articulações com outros pontos de cultura. O compartilhamento de dúvidas e experiências foi o objetivo mais recorrente dessas articulações, sendo identificado por 54% dos pontos de cultura que afirmaram ter essas parcerias. O segundo objetivo mais apontado foi a realização de atividades em conjunto (42%); em seguida, o intercâmbio pessoal (22%), a divulgação do trabalho (20%), a capacitação de pessoal (11%), a elaboração de projetos em conjunto (10%) e a captação de recursos (2%). O compartilhamento de dúvidas e a ajuda mútua estabelecida entre os pontos de cultura para esclarecimentos burocráticos, jurídicos e de funcionamento do Cultura Viva foram a motivação principal para a criação de redes e grupos de discussão entre pontos de cultura desde o início do programa, o que os dados dessa pesquisa de 2009 também confirmam. É provável que os editais que sucederam esse estudo e a ampliação das ações do programa decorrente do lançamento dos editais de 2010

tenham contribuído para um aumento da articulação em redes temáticas e/ou territoriais entre os pontos de cultura.

Dentre as iniciativas realizadas pelos pontos de cultura para a promoção de sua sustentabilidade, é importante mencionar a prestação conjunta de serviços; embora seja menos frequente dentro do universo do Cultura Viva e não tenha sido mencionada nessa pesquisa do Ipea, há exemplos de iniciativas auto-organizadas de pontos de cultura para a prestação de serviços, como é o caso das produtoras culturais colaborativas. A tecnologia social das produtoras culturais colaborativas organiza espaços de inclusão digital (como telecentros, infocentros e outros) em empreendimentos econômicos solidários que realizam trabalhos de comunicação comunitária e desenvolvimento local por meio da prestação de serviços de tecnologias livres, como oficinas e cursos de produção multimídia, registro audiovisual e cobertura de eventos, dentre outras iniciativas.

Essa tecnologia social tem como premissa o uso e a difusão do software livre, bem como a gestão democrática do empreendimento. A partir da articulação de pontos de cultura e instituições diversas como associações comunitárias, grupos culturais, universidades e organizações da sociedade civil, as produtoras colaborativas geram conteúdos livres, disponibilizam conhecimentos, trocam produtos e serviços, difundem ações culturais e promovem a comunicação comunitária, conforme registrado em diferentes trabalhos e artigos (GAMA et al., 2014 e JATOBÁ; VILUTIS, 2010). Como exemplo de ações em rede realizadas pelas produtoras culturais colaborativas no âmbito do programa Cultura Viva, consta a organização da cobertura colaborativa da Teia 2014 e da Teia Bahia desse mesmo ano, ocasião em que a Colabor@tiva.PE⁴¹ realizou oficinas sobre edição de áudio, vídeo, fotografia em software livre e organizou o registro colaborativo do evento, disponibilizando os conteúdos em licenças livres de forma a organizar um acervo na internet.

Assim como o término dos primeiros convênios em 2007 impulsionou os pontos de cultura a buscarem novas parcerias, impeliu o programa Cultura Viva a apresentar respostas que atendessem à demanda dos pontos de cultura no sentido da continuidade de seus projetos e ações culturais. A descentralização da execução do programa por meio do programa Mais Cultura, iniciada em 2008, foi parte da estratégia de ampliação do número de pontos de cultura em funcionamento e também atendeu à demanda por continuidade das ações daqueles pontos de cultura que já haviam concluído seus convênios com o MinC e

41 A Colabor@tiva.PE é um arranjo produtivo de pontos de cultura de Pernambuco que prestam serviços de audiovisual, produção cultural e mídia livre, utilizando software livre e de acordo com os princípios da economia solidária: <http://www.colaborativa.pe/>.

tiveram sua prestação de contas aprovada, pois eles puderam contrair novos convênios com o poder público e manter o ponto de cultura ativo.

O estímulo à criação de redes temáticas no contexto do Cultura Viva foi outra estratégia para prosseguir com o fomento aos projetos dos pontos de cultura e promover o desenvolvimento das ações do programa. É nesse contexto que inserimos o Economia Viva, uma ação criada para fomentar organizações sociais e pontos de cultura que “diretamente produzem e/ou apoiam iniciativas de sustentabilidade financeira e geração de renda” (BRASIL, 2010d, p. 14). A ação Economia Viva foi formulada e concebida como uma ação em 2009 e passou a ser executada enquanto um prêmio, um instrumento de fomento pontual e seletivo, a partir de 2010. Ainda neste capítulo, conheceremos o prêmio e os premiados, mas antes percorreremos a proposta da ação, sua intencionalidade, concepção e motivação. Para tanto, compreenderemos o que são as ações do Cultura Viva e como foram concebidas e fomentadas ao longo da história do programa.

3.1 Ação Economia Viva

Quando criado, o Cultura Viva reunia cinco ações, concebidas de acordo com as diretrizes conceituais do programa: Ponto de Cultura, Ação Cultura Digital, Ação Griô, Agente Cultura Viva e Escola Viva. Embora os pontos de cultura tenham sido formulados como uma ação, o desenvolvimento das iniciativas conveniadas e a própria execução do programa revelaram, na prática, que eles são muito mais do que isso. Consideramos os pontos de cultura o eixo estruturante e transversal do Cultura Viva, sua espinha dorsal, o lugar onde as demais ações do programa se implantam, ganham sustentação e são dinamizadas. Ao mesmo tempo, os pontos constituem a base de articulação do Cultura Viva e a intersecção entre os atores e as ações culturais mobilizadas no âmbito do programa. Com o passar dos anos, as ações do programa foram ampliadas, contemplando os saberes que emergiram da experiência vivida nos pontos de cultura. Como exemplo, mencionamos a ação Cultura e Saúde, que foi criada em 2007 a partir da recorrência de ações diversas e variadas envolvendo saúde nos pontos de cultura, o que revelou a necessidade de um fomento direcionado. A própria Economia Viva também nasceu a partir da demanda dos pontos de cultura por uma ação voltada à sua produção econômica, como veremos mais detalhadamente ao longo deste capítulo.

Alinhada a essa multiplicação das ações do programa, temos uma diversificação estratégica do próprio conceito de ação. Ao analisar o discurso do Cultura Viva, nota-se que

os prêmios passaram a ser os implementadores das ações. Para cada prêmio, fora criada uma ação, cujo termo ficou associado a um edital. Mesmo iniciativas pontuais, como o Prêmio Estórias de Pontos de Cultura, que concedeu 25 prêmios no valor de R\$ 5 mil a histórias biográficas de mestres de comunidades, foram tratadas enquanto ação do programa. O documento final do Redesenho (BARBOSA DA SILVA; LABREA, 2014), por exemplo, contabilizou 13 ações do Cultura Viva, todas ligadas a algum prêmio. Na Tabela 3, conheceremos cada prêmio do Cultura Viva e a quantidade de iniciativas premiadas, bem como as modalidades de premiação.

Tabela 3 – Premiações do programa Cultura Viva, por quantidade e valor dos prêmios

ANO	QUANTIDADE TOTAL DE INICIATIVAS PREMIADAS	NOME DO PRÊMIO	QUANTIDADE DE INICIATIVAS PREMIADAS POR EDITAL	VALORES DOS PRÊMIOS
2007	60	Escola Viva	60	R\$ 15 mil
2008	415	Cultura e Saúde	41	R\$ 20 mil
		Interações Estéticas – Residências Artísticas em Pontos de Cultura	96	R\$15mil; R\$25mil; R\$50mil; R\$90mil
		Ludicidade/Pontinhos de Cultura	215	R\$ 18 mil
		Asas I	63	R\$ 80 mil
2009	529	Pontos de Mídia Livre	82	R\$ 40 mil e R\$ 120 mil
		Apoio à Pequenos Eventos Culturais	165	< ou = R\$ 50 mil
		Interações Estéticas – Residências Artísticas em Pontos de Cultura	127	R\$15mil; R\$25mil; R\$50mil; R\$90mil
		Estórias de Pontos de Cultura	25	R\$ 10 mil
		Pontos de Valor	50	R\$ 5 mil
		Tuxáua Cultura Viva 2009	80	R\$ 38 mil
2010	756	Asas II	30	R\$ 80 mil
		Cultura e Saúde	120	R\$ 20 mil
		Pontinhos de Cultura	300	R\$ 30 mil
		Pontos de Mídia Livre 2010	72	R\$ 50 mil e R\$ 100 mil
		Tuxáua Cultura Viva 2010	45	R\$ 49.400,00
		Areté: apoio a pequenos eventos	Não houve premiações	R\$10mil; R\$25mil; R\$50mil; R\$75mil; R\$100mil
		Prêmio Cultura Digital 2010	40	R\$ 50 mil e R\$ 100 mil
		Economia Viva	12	R\$ 100 mil
		Interações Estéticas	137	R\$15mil; R\$25mil; R\$50mil; R\$90mil

Fontes: http://semanaculturaviva.cultura.gov.br/linhadotempo/editais_premios.html; BEZERRA, 2012.

Elaboração da autora.

No capítulo anterior, analisamos a evolução dos investimentos públicos da SCDC em premiações e a ampliação do número de editais de prêmios no contexto do Cultura Viva ao longo dos anos. Interessa aqui ter uma visão de conjunto desse instrumento de fomento do programa Cultura Viva para podermos situar as ações do programa nele. Vemos que os prêmios variaram de R\$ 5 mil até R\$ 120 mil ao longo da história do programa. Considerando que uma ação não pode ser dimensionada apenas pelo montante total de recursos de cada edital, mas também pelo número de iniciativas premiadas, identificamos na Tabela 3 uma enorme diferença de escala entre as ações. Temos o caso do Economia Viva, com apenas 12 iniciativas premiadas (menor quantidade de premiações por ação) e outros casos, como os pontinhos de cultura, que somaram 515 iniciativas premiadas. Além dessa, dentre as ações com maior número de iniciativas premiadas, destacamos a ação Interações Estéticas, que contou com três editais de prêmio (em 2008, 2009 e 2010), totalizando 360 iniciativas premiadas. Isso revela a expansão e o alcance de cada iniciativa.

No capítulo anterior, abordamos exaustivamente a ampliação das ações por meio de premiações entre 2008 e 2010. Vemos agora como essa ampliação também provocou uma diversificação temática das ações do programa. Como essas temáticas não estavam previstas no desenho original do programa, podemos identificar que elas foram impulsionadas por questões e temas que vieram à tona a partir da execução dos projetos dos pontos de cultura. Ou seja, consideramos que foi o próprio desenvolvimento do programa e a experiência prática dos pontos de cultura que permitiram lançar luz a diversas questões presentes nos projetos executados e que formaram a agenda de ações do programa. Certamente, os espaços de discussão, e encontro e gestão do Cultura Viva favoreceram essa emergência. O aumento na quantidade de editais e iniciativas contempladas foi acompanhado, assim, de uma diversificação temática do fomento aos pontos de cultura. É importante considerar que o aumento de editais, prêmios, bolsas e ações do programa gerou um incremento proporcional da carga de trabalho de gestão do MinC que não acompanhou uma ampliação de equipe e profissionais contratados, como já mencionado neste estudo. Grande parte dos problemas de gestão do programa decorreu desse desequilíbrio.

A expectativa de propor ações temáticas convergentes que formassem sub-redes dentre os pontos de cultura também esteve presente no momento de ampliação e diversificação das ações do programa por meio de bolsas e prêmios. O fato de cada premiação prever que os projetos selecionados em seus editais desenvolvessem iniciativas em rede ampliou não apenas as possibilidades de articulação temáticas dos pontos de

cultura, como também trouxe novos desafios à gestão do programa e de suas ações, como a segunda pesquisa do Ipea detectou:

O número de assuntos [da agenda do programa] e sua complexidade demonstram a seriedade, a vontade dos decisores e gestores do programa Cultura Viva, mas também as dificuldades em estabelecer uma visão estratégica. As ações – escola viva, cultura digital, economia solidária, trabalho, artes, diversidade cultural etc. – multiplicaram-se sem que a elas correspondessem os necessários requisitos institucionais para conduzi-las e mesmo monitorá-las. Na prática da política pública, apenas algumas delas, um subconjunto, poderia ter o tratamento adequado e, ainda assim, a partir de soluções e redefinições estruturais da secretaria encarregada. Na prática política uma extensa rede de apoio social e de outras instituições foi mobilizada, em função do grande número de ações temáticas de interesse social. (BARBOSA DA SILVA, 2014, p. 20).

Essa análise, somada aos dados da Tabela 3, nos permite ver que não há um equilíbrio de investimento público entre os prêmios. Não nos referimos apenas a um desequilíbrio em termos orçamentários: a diferença diz respeito ao alcance que cada ação teve no processo de formulação de agenda da política cultural. Há descontinuidades e variações também no número de instrumentos de fomento de cada ação ao longo da história do Cultura Viva, o que influi diretamente no tempo de vida das ações. Há ações que mobilizaram pontos de cultura em ampla escala e, inclusive, ganharam visibilidade e desdobramentos para além do Cultura Viva, como é o caso da Ação Griô. Com apenas dois editais de bolsas de incentivo (um em 2006 e outro em 2008), a ação conseguiu mobilizar um amplo conjunto de pontos de cultura e constituir uma rede. Há outras ações que, embora estivessem voltadas a questões centrais do programa, como a formação de jovens, contaram com a efetivação de apenas um edital ao longo dos dez anos do programa e mesmo assim seguiram existindo, sendo pautadas e articulando pontos em torno de suas agendas, como ocorreu com o Agente Cultura Viva.

A ampliação das ações do programa Cultura Viva prosseguiu mesmo com a interrupção dos editais de premiação e de bolsas ocorrida a partir de 2011. Isso denota uma mudança em seu perfil e em sua concepção que merece ser registrada. Inicialmente, na origem do programa, as ações eram concebidas como suas diretrizes conceituais, podendo ter ou não editais específicos de fomento voltados a essas ações. Em 2007, experimentou-se a modalidade de premiação para fomentar uma das ações estruturantes do programa que até o momento não havia contado com nenhum mecanismo de incentivo, a Escola Viva. Entre 2008 e 2010, houve uma fusão dos prêmios e das bolsas com as ações do programa; elas se multiplicaram e passaram a ser mobilizadas pela execução e pelo acompanhamento dos

editais de fomento. A partir de 2011, como vimos no capítulo anterior, não foram mais lançados novos editais para os pontos de cultura, interrompendo também o fomento às ações do programa. No entanto, isso não impediu que o número de ações continuasse aumentando, mesmo que fossem ações de caráter formal.

Conforme estabelecido em lei, a Política Nacional de Cultura Viva a partir de 2014 passou a ter 15 ações e prevê a possibilidade de ampliação dessas ações para outras que vierem a ser definidas em regulamentação pelo órgão gestor da Política. Segundo a lei, as ações estruturantes da Política Nacional visam ao “desenvolvimento de políticas públicas integradas e à promoção da interculturalidade” (BRASIL, 2014d, p. 1). São concebidas as seguintes ações: I – intercâmbios e residências artístico-culturais; II – cultura, comunicação e mídia livre; III – cultura e educação; IV – cultura e saúde; V – conhecimentos tradicionais; VI – cultura digital; VII – cultura e direitos humanos; VIII – economia criativa e solidária; IX – livro, leitura e literatura; X – memória e patrimônio cultural; XI – cultura e meio ambiente; XII – cultura e juventude; XIII – cultura, infância e adolescência; XIV – agente cultura viva; XV – cultura circense.

É possível identificar a correlação entre essas ações e aquelas originalmente concebidas e executadas no âmbito do programa. A ação *intercâmbios e residências artístico-culturais*, por exemplo, remete diretamente ao Prêmio Interações Estéticas; a ação de *livro, leitura e literatura*, por sua vez, aponta para os pontos de leitura, e assim por diante. Apenas três ações mantiveram o mesmo nome nessa passagem do programa à Política: Agente Cultura Viva, Cultura e Saúde e Cultura Digital. São as únicas ações que remetem ao programa; as demais ações constituem áreas temáticas da Política, sem o adjetivo “viva” ou a vinculação a ponto de cultura como ocorreram enquanto programa. Não podemos deixar de mencionar que dedicar três ações aos jovens (às de número XII; XIII e XIV) reforça o caráter do Cultura Viva como uma política cultural de juventude.

Enquanto ação, a Economia Viva criada em 2010, buscou reunir e fazer convergir uma série de pautas e questões do Cultura Viva, inclusive em diálogo forte com outras ações do programa, como a cultura digital. O trabalho com redes de produção e comercialização, o fortalecimento comunitário, o desenvolvimento territorial, a geração de renda e a sustentabilidade financeira dos pontos de cultura foram questões presentes na formulação dessa ação. A descrição de seu objetivo revela grande parte dessas ambições:

A Ação Economia Viva do Programa Cultura Viva objetiva incentivar e possibilitar a articulação de elos de sistemas produtivos do âmbito cultural, em suas mais diversas vertentes artísticas. A Cultura, nessa ação, é

entendida como vetor de geração de renda e representa um dos passos fundamentais na busca por autonomia financeira de grupos, pessoas e dos próprios espaços de efervescência cultural. O caráter social aplicado à economia, nessa ação é uma opção pela economia colaborativa, justa e sustentável. (BRASIL, 2010d, p. 14)

O fomento a iniciativas de geração de renda junto a pontos de cultura foi um dos grandes objetivos dessa ação, presente em sua concepção e também no embasamento do Prêmio Economia Viva, como veremos posteriormente neste estudo. A opção dessa ação pública pela economia colaborativa, justa e sustentável, como meio de fomento do caráter social aplicado à economia, nos remete à ruptura com a dicotomia entre produção e consumo; entre produtores e consumidores; entre a prestação de serviços e seus usuários. A articulação em rede prevista no âmbito da Economia Viva aproxima-se, assim, de uma rede de *prosumidores*, compreendendo esse termo como um neologismo que funde dois significados distintos (produtores e consumidores), valorizando a função complementar entre eles.

A concepção de prosumidores é expressiva do contexto em que surge, de expansão das tecnologias de informação e da internet e do desenvolvimento da cultura de redes; também se relaciona com os novos paradigmas de criação, circulação e consumo cultural, conforme vimos na introdução deste trabalho. A natureza ponto-a-ponto da internet, conhecida como p2p, mobiliza uma forma de produção social à qual todos que estiverem conectados não são apenas usuários, mas potenciais produtores. A desigualdade no acesso à cultura e as assimetrias existentes nas relações de poder não podem ser negligenciadas na sociedade em rede, pois elas interferem diretamente nesse processo e impactam também a promoção da diversidade cultural. Quando Ministro de Estado da Cultura (2003-2008), Gilberto Gil atentou para isso e buscou propor ações culturais que incidissem na intersecção entre tecnologia digital, diversidade cultural e consumo/produção; a respeito disso, afirmou à época:

O futuro dos Estados e de suas novas e necessárias instituições está ligado à compreensão da diversidade. Essa nova realidade fractalizou-se em milhões de novos sujeitos. Alterou os endereços do que era global e do que era local. Surgiu o “glocal”. Através da tecnologia digital, ele alterou as barreiras entre produtores e consumidores. Surgiram os “prosumidores”, que produzem enquanto consomem, e consomem enquanto produzem. Praticamos a diversidade como direito à identidade e como forma de criar, como reconhecimento radical da alteridade, da presença legítima do que não alcançamos, mas do que nos faz conhecer e cultivar a nossa própria cultura. (GIL, 2007).

Vemos que a possibilidade de criação e de preservação da vida e, portanto, da cultura, tem forte relação com a diversidade cultural, o reconhecimento da alteridade, a valorização e a convivência com a diferença. Isso toca a questão do acesso à cultura na sociedade em rede e reforça o cuidado e a necessidade de superação das desigualdades de oportunidades existentes para a produção, a criação e o consumo cultural.

O *prossumidor* é conhecido como aquele consumidor que produz conteúdo, incide na customização dos produtos ou demanda maior transparência das empresas; um consumidor ativo que usa as redes sociais e as ferramentas digitais para acompanhar a empresa, opinar sobre os produtos consumidos, avaliar serviços e apresentar demandas. Por meio dessa participação, o consumidor também disponibiliza informações e contribui para revelar tendências de mercado, ou seja, interfere nas estratégias de produção da empresa.

Na economia solidária, a concepção de *prossumidores* está mais relacionada ao desenvolvimento local e parte do pressuposto de que é a relação de proximidade entre produtores e consumidores o que determina a construção da oferta e da demanda em um processo produtivo e de comercialização. São os vínculos de cooperação e colaboração entre os produtores e consumidores que revelam as necessidades existentes em seus territórios, expõem a complementaridade de competências, capacidades e práticas culturais existentes entre seus atores e regulam a produção em uma localidade, comunidade e/ou em uma rede.

Nessa economia de *prossumidores*, a regulação ocorre via debates públicos concretos travados no espaço associativo, em um exercício de democracia local em que os próprios moradores planejam e decidem sobre a oferta de produtos e/ou serviços (ou seja, a criação de atividades socioeconômicas) em função das demandas efetivas identificadas anteriormente por eles próprios. (HESPANHA et al., 2009, p. 34).

A regulação interna da oferta feita pela própria comunidade e partir de sua efetiva demanda é uma mudança de paradigma significativa que orienta as práticas de economia solidária e desenvolvimento territorial. Podemos encontrar experiências práticas dessa economia de *prossumidores* nos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD), nos quais a dimensão local, territorial e comunitária é central para o funcionamento da economia. Bancos Comunitários de Desenvolvimento são “serviços financeiros solidários em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda, tendo por base os princípios da Economia Solidária” (NETO; MAGALHÃES, 2006, p. 7). Os BCDs têm como objetivo promover o desenvolvimento territorial em comunidades de baixo IDH e fomentam a criação de redes locais de produção e consumo.

A gestão dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, como o próprio nome indica, é comunitária. Enquanto proprietária do banco, a comunidade é responsável por sua gestão, o que constitui um aspecto-chave não apenas para o fortalecimento da economia local, mas também das relações sociais e dos valores de confiança entre os integrantes da comunidade. Ao pactuarem de forma democrática e participativa os princípios, acordos e valores para o funcionamento do banco, há um aumento proporcional do comprometimento dessas pessoas com o desenvolvimento do processo que estão gerindo coletivamente. Os mecanismos de finanças solidárias operam com outras formas de regulação das relações econômico-sociais, baseadas na confiança e na solidariedade, não na competição excludente.

Isso toca diretamente o desenvolvimento local e as diferentes formas de concebê-lo e promovê-lo. Para compreender as dinâmicas organizativas mobilizadas a partir dos bancos comunitários e das redes de economia solidária, trabalharemos com a distinção feita por França Filho (2008) entre a via insercional-competitiva e a via sustentável-solidária de organização da economia e promoção do desenvolvimento local. A via insercional-competitiva, segundo o autor, está voltada à inserção de trabalhadores nos circuitos formais da economia, usualmente na economia de mercado, para a qual é acentuada a preocupação com a qualificação profissional. Ao darem-se conta dos limites da economia de mercado na absorção e geração de empregos, usualmente essa concepção passa a reforçar o empreendedorismo individual, mais um ponto de diferença com a via sustentável-solidária de promoção ao desenvolvimento local e combate à pobreza. Com foco no território, a via sustentável-solidária estimula a construção conjunta e coletiva da oferta e da demanda em uma localidade, operando a criação de atividades e ofertas em função de demandas locais. Essas demandas e potencialidades são identificadas a partir de diagnósticos e mapeamentos da produção e do consumo locais. Quanto mais enraizadas localmente nas comunidades estiverem as redes de economia solidária, mais favorecerão a articulação desses circuitos que integram ofertas e demandas locais.

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento têm a capacidade de estimular tais redes e também operam sistemas de microcrédito solidário envolvendo circulação de moeda social, cujo funcionamento é definido coletivamente, com regras compartilhadas pelo conjunto dos participantes do circuito econômico. Para tanto, é fundamental que os espaços de gestão democrática e participativa sejam garantidos. Sobre a construção coletiva dos critérios que fundamentam esse “circuito próprio de relações econômicas e intercâmbio de

experiências e saberes formativos” e dos valores alimentados por essas redes, vale conhecer o que estudiosos sobre o tema abordam (FRANÇA FILHO; CUNHA, 2009, p. 729):

Assim, os contratos e acordos são estabelecidos com base em princípios, valores e regras que vão muito além dos imperativos de rentabilidade econômica da atividade: são levados em consideração critérios de cidadania em termos de acesso a direitos, redistribuição equitativa dos benefícios, remuneração digna, efeitos ambientais e compromisso com o contexto local de desenvolvimento das atividades, entre outros, a exemplo das práticas de comércio justo, consumo ético e consciente e educação ambiental.

As moedas sociais são outro serviço dos bancos comunitários e funcionam como oferta de moeda complementar para ser utilizada na rede de economia solidária. Essas moedas possuem algumas restrições para o seu uso, podem ter limitações do lastro definido de acordo com um certo conjunto de bens, serviços, pessoas ou recursos financeiros que integram a rede e garantem a sua circulação; podem ter uma validade de tempo limitada para sua circulação, quando funcionam em um evento, por exemplo; ou, ainda, podem ter um espaço de circulação delimitado, de acordo com os integrantes da rede.

Nos pontos de cultura, as relações de proximidade e a articulação comunitária também são aspectos fortemente presentes no desenvolvimento de projetos e ações culturais. Entretanto, no âmbito do programa e da política pública do Cultura Viva, esse potencial não foi fomentado para o desenvolvimento de iniciativas econômicas e produtivas comunitárias ou articuladas em redes. Tampouco houve um incentivo para o aprimoramento da gestão comunitária dos projetos ou para a criação de fundos, o que poderia favorecer práticas econômicas por um prazo de tempo maior do que os convênios públicos.

Conforme apontado na primeira pesquisa de avaliação do programa Cultura Viva feita pelo Ipea (BARBOSA DA SILVA; ARAÚJO, 2010), 69% das pessoas que frequentam regularmente as atividades dos pontos de cultura pesquisados são da própria comunidade. O índice é muito próximo da porcentagem de pessoas que trabalham no próprio ponto e são da comunidade (índice médio de 68%). A pesquisa revelou ainda a porcentagem de profissionais remunerados e voluntários. Dentre as pessoas que trabalham nos pontos de cultura e são da comunidade, 60% são remunerados e 40%, voluntários. Vemos novamente aqui a expressividade do trabalho voluntário nos pontos de cultura. Percebe-se a forte inter-relação entre ponto de cultura e comunidade, o que está presente desde a concepção do programa Cultura Viva e que ganhou ainda mais relevância com a difusão do Cultura Viva Comunitária na América Latina.

No que diz respeito à concepção da ação Economia Viva, havia uma intenção explícita de que essa ação reconhecesse, valorizasse e fomentasse iniciativas de economia solidária junto aos pontos de cultura. A relação da economia da cultura com o fomento da diversidade cultural também estavam presente nos discursos e materiais da ação, como podemos ver no trecho a seguir:

A ação Economia Viva tem por finalidade apoiar e possibilitar a articulação de Pontos nos mais variados sistemas produtivos da cultura e nas mais diversas manifestações e expressões de linguagens artísticas. O público-alvo da ação são os empreendimentos culturais que desenvolvem soluções criativas de produção ou escoamento em rede nos diversos segmentos culturais, não sendo restritos, portanto, aos Pontos de Cultura. Contempla práticas e modelos de negócios baseados nas premissas da Economia Solidária, uma vez que esta promova autonomia por meio da articulação em rede, da colaboração, do crescimento sustentável e do comércio justo. (BRASIL, 2011e, p.1).

Vemos novamente aqui que a articulação em rede no contexto da ação Economia Viva foi pensada a partir da visão de que produção e consumo são duas práticas intimamente ligadas entre si e com o território onde estão inseridas. A forte conexão territorial e comunitária das atividades econômicas é aspecto-chave para a promoção da sustentabilidade financeira dos pontos de cultura na ação Economia Viva. Percebe-se isso nos documentos de formulação da ação, em que está previsto que, para alcançar o objetivo de promover a sustentabilidade financeira dos pontos de cultura era preciso “considerar sua importância como equipamento cultural de criação e difusão, enraizados nas comunidades, atendendo portanto justamente a população que tem menos acesso a outros meios de expressão cultural” (SARAIWA, 2010, p. 17).

No entanto, podemos identificar também no discurso da ação Economia Viva uma intenção de ampliar a escala dessa rede, de extrapolar a dimensão local e comunitária da atuação dos pontos de cultura e de articulá-los em rede com outros pontos de cultura e empreendimentos culturais, em setores e segmentos culturais diversos, inclusive para além do programa e dos pontos de cultura. A cultura digital foi, portanto, considerada um dos alicerces dessa ação ao oferecer as ferramentas que favorecessem a articulação em rede. Veremos neste estudo o alcance prático dessa intencionalidade, mas interessa agora olharmos para a concepção de Economia Viva segundo a qual, apesar da forte ênfase à articulação em rede e às atividades econômicas de geração de renda, o enraizamento comunitário não perdeu importância. Muito pelo contrário, na proposta da ação Economia Viva é o valor cultural, muitas vezes expresso pelo contexto comunitário, que confere

sentido aos projetos e ações econômicas, desenvolvendo o potencial de articulação temática ou setorial almejada nessa ação pública. Célio Turino, idealizador do Cultura Viva e gestor do programa, no lançamento da ação Economia Viva, aborda isso:

Nestes anos viajando pela América Latina, tenho trabalhado muito com esse conceito de economia viva mesmo, da economia produzida em contextos, dentro de determinados ambientes culturais, na verdade essa é a base, a Economia Viva é uma economia do bem comum, como a água. Do ponto de vista ético e moral, a água não poderia ser explorada da forma como ocorre hoje, ela deveria ser explorada por empresa pública ou por empresa social. No ponto de cultura é a mesma coisa, é a busca do comum; o ponto de cultura vai articulando um conjunto de ações e promove a intersecção com o valor econômico a partir da cultura (TURINO, 2014, entrevista).

A produção do comum a que Célio se refere é a criação colaborativa e solidária que não pode ser apropriada nem expropriada; diz respeito à cultura livre, aquela que se opõe à cultura da permissão, pois realiza-se quando há liberdade para sua fruição. O comum é mobilizado por coletividades, grupos e comunidades – são os espaços de uso compartilhado que, também identificados com os bens comuns, muitas vezes se confundem com a própria rede enquanto esferas comuns de convivência, partilha e desenvolvimento. A concepção do comum (ou comuns, no plural, advindo de *commons*) aproxima-se da noção de público, especialmente em sua oposição ao privado, mas ela é relacional, ou seja, o comum existe a partir da experiência, do processo dinâmico de interação e troca; mais do que um espaço público, o comum é o uso público que se faz desse espaço.

De modo geral, os *commons* constituem a produção social, colaborativa, a criação do que é comum. Segundo Yochai Benkler,

Commons são um tipo particular de arranjo institucional que governa o uso e a disposição de recursos. Sua principal característica, que os define de forma distinta da propriedade, é que nenhuma pessoa tem o controle exclusivo do uso e da disposição de qualquer recurso particular. Pelo contrário, os recursos governados pela comunidade podem ser utilizados e dispostos por qualquer um entre um dado número de pessoas. (BENKLER, 2007, p. 12).

Concebidos enquanto bens e recursos, os *commons* preveem seu livre acesso e permitem a criação e a recriação derivada desses bens e recursos. Se pensarmos em uma perspectiva material, os bens comuns materiais operam na escassez e podem sofrer a apropriação privada, além de ter o seu acesso limitado. Mas, enquanto bens imateriais, o comum opera no campo da abundância e, com a expansão da internet e das redes

informativos, a prática do comum (*commons*) tem se difundido e marcado os processos colaborativos de produção, impactando o cenário político e econômico.

O comum situa a questão da propriedade no contexto da criação cultural na rede e traz à tona as ambiguidades e contradições mencionadas anteriormente sobre a concentração e desconcentração de poder da sociedade em rede. Como vimos, os novos paradigmas da produção cultural dinamizam as trocas de informações, bens e serviços na rede, favorecendo a criação de obras derivadas. Para esse tipo de produção, em que a criação é também insumo de outro processo produtivo, a propriedade comum é considerada mais eficiente e sustentável que os regimes de propriedade individual, além de ser uma condição prévia para o trabalho colaborativo, como ocorre no desenvolvimento do software livre.

O software livre inaugura a produção por pares na rede, expandindo a cultura livre dos *commons*. Essa expansão favorece a produção descentralizada, uma vez que torna possível um ambiente de produção de informação e criação cultural por iniciativa livre e própria de indivíduos e grupos em rede. Para o fluxo de inovação, os comuns são considerados muito relevantes, uma vez que não há dependência de intermediários que possam restringir o acesso e o uso da informação. Essa dependência ocorre com a propriedade intelectual e os modelos de negócios característicos da produção industrial, nos quais os controles rígidos sobre a informação e a cultura têm por objetivo oferecer aos seus proprietários a capacidade de controlar a produção de significantes e o fluxo de apropriação do conhecimento.

Os comuns são considerados por diversos autores (LEMOS, 2005; SILVEIRA, 2008; LESSIG, 2005; BENKLEY, 2007) como sendo um elemento fundamental para o desenvolvimento da sociedade e para a possibilidade de inovação. Identificamos que essa relevância ocorre pela radicalidade da noção de público intrínseca aos comuns, atrelada ao espaço público na rede de internet ou ao uso público de espaços, bens e serviços. Não nos referimos à dimensão estatal, mas pública, que é de todos, de uso comum. Fundamentalmente, os comuns se opõem à apropriação privada e ao controle privatista de conteúdos e de acesso a informação, conhecimento e, portanto, cultura.

O conceito tem relação direta com os valores ligados à liberdade de expressão, à proteção da privacidade e à garantia de espaços públicos na rede. A propriedade intelectual, na medida em que limita o acesso ao conhecimento e à informação pelo regime de propriedade, apresenta um conflito de interesses com a produção de comuns. O direito da propriedade intelectual de assegurar o retorno de capital ao criador e incentivar o desenvolvimento tecnológico reúne algumas formas de proteção à propriedade intelectual que muitas vezes

terminam por controlar o conteúdo que trafega na rede (LEMOS, 2005). É nesse contexto de disputa que se confrontam os interesses de mercado e os valores da cultura livre.

Ao mapear os problemas jurídicos advindos do avanço tecnológico e do uso generalizado da internet, Ronaldo Lemos (2005) aborda as formas de proteção jurídica dos comuns e sua relação conflituosa com as tradicionais instituições da propriedade intelectual. “O que define se um determinado bem é um *common* não é sua possibilidade intrínseca de compartilhamento por todos, mas sim o regime pelo qual uma determinada sociedade decide lidar com um determinado recurso” (LEMOS, 2005, p. 17). A digitalização das criações culturais e obras artísticas, intelectuais e literárias, assim como de diversos outros conteúdos, proporcionou que esses bens se tornassem não competitivos, ou seja, conteúdos digitais possuem uma natureza fluida, não se esgotam com o compartilhamento, não operam na escassez, sua utilização por uma pessoa não limita seu acesso por outra.

No entanto, quando Lemos (2005) afirma que a maneira como uma sociedade decide lidar com um determinado recurso interfere na definição dos *commons*, ele explicita a contradição de termos um sistema de comunicação humana (os idiomas, por exemplo) composto predominantemente por *commons*, mas com sistemas de comunicação da internet cada vez mais proprietárias. Com o controle privado das comunicações digitais, limita-se o acesso aos *commons*. Isso remete a uma questão crucial da contemporaneidade e da sociedade de redes, relativa ao modelo de regulação dos meios de circulação e difusão da cultura, do conhecimento e das informações, que toca à cultura da concentração, também experimentada nas redes quando estas não são distribuídas.

Como vimos, a produção do comum é aspecto essencial e substancial para o desenvolvimento da inovação. Da mesma forma, podemos afirmar que a liberdade é fundamental para impulsionar a criatividade. Sobre o impacto da internet e da digitalização na liberdade para colaboração, Sérgio Amadeu faz uma comparação: “Se na sociedade industrial, a liberdade serviu principalmente a ampliação dos mercados, na era da Internet, a liberdade está servindo para a expansão dos *commons* e do seu sucesso dependerá o futuro da criatividade e da própria liberdade humana” (SILVEIRA, 2008, p. 4).

A colaboração, aliada à liberdade das pessoas cooperarem umas com outras e com projetos e iniciativas de acordo com o seu interesse e motivação, sem uma instituição que suporte e conduza essas ações, impulsiona a criação de outra forma de produção baseada no trabalho colaborativo e na inteligência coletiva. Isso reforça ainda mais a importância de diversificar e ampliar a regulação, não deixando que o mercado defina sozinho como devem ser operadas essas trocas e conduzidos os processos produtivos. Deve-se buscar a regulação

a partir de dispositivos heterogêneos que contribuam para o exercício da alteridade e para a constituição da subjetividade, permitindo aos sujeitos criadores e consumidores a possibilidade de escolhas e decisões livres, não condicionadas pela oferta do mercado. Vemos assim que, além do viés econômico, o comum deve ser pensado como produção subjetiva que emerge de ações concretas de resistência e exercício da liberdade, ou seja, da prática criativa e disruptiva da cultura.

Essas ações dinâmicas de auto-organização nascem de baixo para cima, são erguidas pela cultura participativa e impulsionadas pela liberdade de colaboração; têm no mundo das redes (o ciberespaço) campo fértil para interagir, compartilhar e difundir suas práticas. “Os *commons* são cada vez mais percebidos não apenas como espaços para a inteligência coletiva, mas como terreno para a constituição de sistemas emergentes” (SILVEIRA, 2008, p. 11). No limite, podemos afirmar que a cultura de redes encontra na produção do comum o principal insumo para se desenvolver. Se a lógica proprietária e individual prevalecer, a cultura da permissão controlará a produção do comum, fazendo definir o seu alcance e o seu potencial criativo, regulador, crítico e político.

É nesse contexto de disputa que situamos o surgimento do que ficou conhecido na língua portuguesa como “novos modelos de negócios”, ou “modelos de negócios abertos”, uma tradução de “*open business*”. Esses tipos de negócio usualmente reconhecem as potencialidades das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e desenvolvem ações a partir delas, valorizando o acesso à cultura que proporcionam.

Esses modelos baseiam-se em algum tipo de *commons*. Open business é um modelo de negócio sustentável, sem geração de receita pelos direitos de propriedade intelectual, ou, por direitos autorais. A liberação do uso de uma obra pode se dar pela utilização de um instrumento legal como a licença *Creative Commons* ou por uma situação social, em que a ausência de estruturas de propriedade intelectual gera, na prática, o compartilhamento de conteúdo. Em geral, as principais características de modelos de negócios abertos são a sustentabilidade econômica; flexibilização dos direitos de propriedade intelectual; horizontalização da cadeia de valor; ampliação do acesso à cultura; e contribuição da tecnologia para ampliação desse acesso. (CASTRO, 2006, p. 1).

Podemos ampliar a lista de características desses negócios e diversificar os setores em que atuam. Nosso foco de análise é a produção cultural, mas trata-se de um modelo de negócio aplicável a qualquer área, seja ela educação, comunicação, internet, tecnologia, alimentação, etc. e também do setor de serviços ou da indústria, como é o caso da indústria

cinematográfica⁴². A produção em rede com flexibilização da propriedade intelectual pode ocorrer em diferentes contextos, assumindo características específicas e compondo uma diversidade saudável. Todas essas formas de produção podem gerar cultura livre, a depender de como disponibilizam o seu acesso, de como definem sua propriedade e de como organizam e regulam essa produção.

A lógica da abundância em que a cultura opera faz com que os novos modelos de negócios sejam concebidos em rede e atuem em diferentes pontos ou elos da cadeia produtiva e de distribuição. Como não é rentável apenas vender CDs, é preciso fazer o show e mobilizar diferentes usuários na internet para conhecer e copiar músicas; isso forma público, aumenta a presença nos shows e faz vender mais CDs. As estratégias comerciais passam a ser pensadas de forma ampla e abrangente, concebendo a cadeia produtiva e os diferentes atores envolvidos.

Podemos situar os modelos de negócios abertos propostos pela ação Economia Viva na intersecção entre o conhecimento livre e o comércio justo e solidário ou, de modo mais amplo, entre a cultura livre e a economia solidária. Embora seja frequente a narrativa da ação Economia Viva vir associada a “novos modelos de negócios e geração de renda”, é pertinente problematizar o caráter de novidade que lhe é conferido. Certamente, o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) favoreceu a renovação desses negócios, como vimos, mas o que chama a atenção nessa ação é que, além de novos negócios na área cultural por meio do uso de tecnologias e/ou licenças livres, sua maior inovação encontra-se na gestão democrática e comunitária da produção cultural, nas trocas e na criação de mercados, como veremos adiante. A perspectiva da ação Economia Viva se aproxima da concepção de cultura livre ao propor o fomento a iniciativas, práticas e modelos de negócios que promovam a colaboração, o crescimento sustentável e o comércio justo.

A ação Economia Viva foi pautada pelos desafios de “promover o desenvolvimento da economia da cultura aliada a novos modelos de negócios associativistas autogestionários com ênfase na sustentabilidade em seus vários matizes e com ações democráticas de

42 Um exemplo muito difundido da indústria cinematográfica que opera com base em modelos de negócios abertos é o da nigeriana, conhecida como Nollywood, a segunda maior indústria de produção cinematográfica do mundo e a segunda atividade econômica que mais emprega nigerianos. Baseado na democracia cultural, é um modelo que garante uma produção a baixo custo (filmes são feitos com orçamentos de aproximadamente 15 mil dólares) e com ampla distribuição (os filmes são vendidos nas ruas e locadoras por cerca de 2 dólares), o que favorece o consumo. A produção não é segmentada e os integrantes da equipe de filmagem assumem diversas frentes de trabalho para garantir que as filmagens não tardem muito tempo até a sua finalização, o que ocorre em torno de 10 dias. É uma produção que respeita a cultura local, visto que os filmes são feitos nos idiomas próprios da região, com atores nigerianos, nas localidades do país, com músicas do continente africano e histórias que dizem respeito à realidade cultural do país e região (*Isto é Nollywood, a segunda maior indústria de cinema do mundo, 2015; Nollywood: o cinema da África que criou sua própria identidade, 2013*).

descentralização de ações e autonomia dos pontos” (BRASIL, 2009b, p. 97). Identificamos, assim, que o caráter inovador dessa ação pública de fomento à sustentabilidade dos pontos de cultura residiu na sua vinculação direta com a promoção do trabalho autogestionário e em rede na cultura.

Os pontos de cultura foram criados com a intenção de “desesconder o Brasil profundo” (BRASIL, 2005a, p. 14), ou seja, para fomentar e dar visibilidade a iniciativas invisibilizadas e silenciadas, nunca antes reconhecidas pelo poder público. No momento de criação do Cultura Viva, o então Ministro da Cultura, Gilberto Gil, expressou sua compreensão acerca do programa:

O programa Cultura Viva é, sobretudo, uma política pública de mobilização e encantamento social. Mais que um conjunto de obras físicas e equipamentos, implica a potencialização das energias criadoras do povo brasileiro. Não pode ser considerado um simples “deixar fazer”, pois provém de uma instigação, de uma emulação, que é o próprio do-in antropológico. Mas os rumos, as escolhas, as definições ao longo do processo, são livres. E os resultados, imprevisíveis. E, provavelmente, surpreendentes. Seu sucesso depende de interação, de troca de informações e de ampla distribuição de conhecimento e de realizações (BRASIL, 2005a, p. 9).

Além de ficar explícita a relação do Cultura Viva com a concepção de cultura livre, vemos nessa afirmação a perspectiva de estimular a igualdade de oportunidade entre os grupos culturais, de fomentar ações culturais respeitando a liberdade de escolha desses grupos e de estimular a troca de informações e a difusão do conhecimento em rede entre eles. No caso da ação Economia Viva, o preceito aqui expresso de que a política não pode ser considerada um simples “deixar fazer” ganha força e relevância. O fomento à sustentabilidade dos pontos de cultura amplia, assim, a dimensão do do-in antropológico para um do-in econômico, político e social.

Fica a pergunta acerca do que cada ponto de cultura se propôs ativar e como isso ocorreu, aspectos que conheceremos no próximo capítulo, quando passarmos às iniciativas premiadas. Veremos agora como a Economia Viva foi concebida e executada enquanto ação pública pelo Governo Federal.

3.2 Histórico de implementação

Datam de agosto de 2009 as primeiras iniciativas do Ministério da Cultura (MinC) que têm relação com o que posteriormente veio a ser chamado de ação Economia Viva. Nesse

período, a então Secretaria de Cidadania Cultural (SCC/MinC) iniciou o processo de contratação de uma consultoria “para implementação de metodologias de Arranjos Produtivos Locais (APL) sob o viés da economia da cultura nas Ações do Programa Cultura Viva” (BRASIL, 2009b, p. 1), quando também teve início a colaboração da futura consultora Andréa Saraiva. Ainda não existia nem se falava em Economia Viva. A previsão inicial dessa contratação era desenvolver um trabalho com quatro APLs selecionados pelo MinC e pelo Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT)⁴³. Para tanto, projetou-se realizar uma pesquisa de mapeamento da “potencialidade econômica das cadeias produtivas, atores e segmentos culturais sustentáveis dos pontos selecionados pela Secretaria de Cidadania Cultural – SCC” (idem, p. 41).

No entanto, a parceria com o MCT não frutificou e os APLs não foram beneficiados. Ganhou força a proposta de trabalhar com os pontos e pontões de cultura no sentido do fomento público de seu desenvolvimento econômico. É nessa inflexão que situamos o surgimento da ação Economia Viva, no deslocamento da prioridade de trabalhar com arranjos produtivos locais previamente definidos e selecionados pelo governo para o fomento à geração de renda e à sustentabilidade financeira dos pontos de cultura selecionados publicamente por meio de editais.

Podemos identificar uma forte aproximação de discursos entre esta primeira concepção de fomento à economia da cultura no âmbito da SCC e as finalidades do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC). O Artigo 2º do Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006, que delimita as finalidades da execução do Pronac, prevê treze objetivos das ações, projetos e programas a serem apoiados. O sétimo objetivo é relativo ao desenvolvimento de atividades que fortaleçam e articulem as cadeias produtivas e os arranjos produtivos locais que formam a economia da cultura. Isso reforça também a interpretação de que o discurso da política cultural do Governo Federal relativo ao fomento da economia da cultura até 2010 estava voltado ao recorte tradicional de articulação de cadeias e arranjos produtivos locais; além disso, não era aspecto expressivo nem central, tanto no discurso normativo das políticas culturais, quanto na prática das ações públicas do MinC até então.

Arranjos produtivos locais (APL) caracterizam-se por “um número significativo de empreendimentos e de indivíduos que atuam em torno de uma atividade produtiva predominante, e que compartilhem formas percebidas de cooperação e algum mecanismo de governança, e pode incluir pequenas, médias e grandes empresas” (BRASIL, 2004b, p. 5). O

43 A partir de 03 de agosto de 2011, esse Ministério passou a chamar-se Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), mas como a referida parceria estava sendo articulada antes da mudança de nome, preservamos a nomenclatura utilizada à época.

mais recorrente é que esses arranjos sejam mobilizados pela sociedade civil, mas também podem ser concebidos enquanto ações públicas impulsionadas por governos nas diferentes esferas: estaduais, municipais e/ou pelo governo federal. De modo geral, os APLs envolvem um conjunto de atores econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, onde desenvolvem atividades econômicas com vínculos de produção, interação, cooperação e aprendizagem. Na cultura, os arranjos produtivos envolvem ações integradas de políticas públicas diversas e, devido ao seu caráter intersetorial e transversal, são uma oportunidade de articulação com outros órgãos públicos, como os de desenvolvimento econômico, turismo, indústria, tecnologia, comunicação e educação, dentre outros.

A contratação da consultora Andréa Saraiva efetivou-se em janeiro de 2010 e teve como objeto “pesquisar, elaborar, sistematizar, propor, implementar e avaliar metodologias de desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (APLs) em processos de Cultura Digital ligados ao conceito de economia da cultura” (PNUD, 2010, p. 143). O trabalho de Andréa foi sistematizado em três relatórios⁴⁴ que serviram de fonte para esta parte da pesquisa. Antes de prestar essa consultoria pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Andréa foi implementadora do Projeto Casa Brasil no Ceará e também implantou a Casa de Cultura Livre em Fortaleza, onde convergiam ações de cultura, tecnologia e economia solidária em um laboratório de metarreciclagem com gestão autônoma e o uso de uma moeda social criada com base em lixo eletrônico.

Embora Andréa não tenha sido contratada para formular e implementar a ação Economia Viva (atribuição e competência de gestores públicos), ela foi a pessoa responsável por formular a proposta dessa ação e acompanhar sua gestão no MinC enquanto atuou como consultora da Secretaria de Cidadania Cultural até junho de 2010. Isso fez com que a trajetória de Andréa Saraiva na Secretaria fosse muito próxima e expressiva da história da ação Economia Viva nesse período.

O trabalho de economia da cultura junto aos pontos de cultura projetado antes de ter o nome de ação Economia Viva estava estruturado em 3 eixos: replicabilidade por meio de rede, formação continuada e sustentabilidade. Neste último, estava prevista a criação de mecanismos de fomento e ferramentas virtuais de escoamento da produção dos pontos de cultura. A ação Economia Viva partiu desse desenho, sistematizou suas propostas em uma concepção sistêmica revista para ser implementada em rede, com diferentes atores e

⁴⁴ Os relatórios, cujo termo contratual refere-se a produtos, foram bimensais; o primeiro produto, intitulado *Economia da Cultura aplicada à Economia Solidária*, foi entregue em 19 de fevereiro de 2010; o segundo produto, datado de 22 de abril de 2010, chamou-se *Alternativa de política de fomento complementar a editais*; e, por fim, em 30 de junho de 2010 foi entregue o terceiro e último produto: *A implementação da Ação Economia Viva*.

parceiros. A proposta era mobilizar redes de produção e comercialização articuladas com a plataforma Cirandas do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

A economia solidária esteve presente desde o início da concepção dessa ação, como expressa a proposta de trabalho da consultoria, que previa um conjunto de atividades, dentre as quais destacamos:

Construir proposta de implementação de arranjos produtivos locais em conjunto com os atores e coletivos culturais ligados aos Pontos e Pontões de Cultura selecionados para o desenvolvimento de APL. É importante reforçar que a proposta deverá conter os princípios da economia da cultura, economia solidária, economia da dádiva, tecnologias livres e comércio justo. (BRASIL, 2009b, p. 2).

Vemos assim que o embrião da ação Economia Viva estava na intenção de fomentar a economia da cultura no programa Cultura Viva e desenvolver o viés econômico dos pontos de cultura, com base na estruturação de arranjos produtivos. Como vimos, a perspectiva de desenvolvimento de APLs constituiu o foco primevo dos discursos e projeções das iniciativas relacionadas à economia da cultura dentro do Cultura Viva. No entanto, o termo APL foi deslocado da proposta da ação Economia Viva, cujo discurso passou a utilizar o termo sistemas produtivos, justificado pela intenção de diferenciar-se das atividades econômicas tradicionais. Em um dos produtos da consultoria, Andréa expõe claramente esse deslocamento, que situamos dentro do que nesta análise está sendo chamado de inflexão:

Dessa ideia inicial [dos APLs], a CGCC [Coordenação-Geral de Cultura e Cidadania da SCC/MinC] percebeu o grande nó dos pontos de cultura com a questão da sustentabilidade financeira. Percebeu que deveria investir na economia da cultura. Mas não simplesmente numa economia predatória, industrial, empresarial, hierárquica, capitalista. Essa não é a marca dos Pontos. Essa não é a filosofia do Programa Cultura Viva. O investimento em Economia deveria ser pensada em rede, distributiva, solidária, viva (BRASIL, 2009b, p. 170).

O trabalho focado em sistemas produtivos foi considerado, assim, mais adequado para abordar a economia da cultura no contexto da ação Economia Viva, por ser um conceito que prevê uma relação mais orgânica, dinâmica e fluída entre os diferentes elos ou nós de uma rede de produção e circulação de bens e serviços culturais.

Além disso, a diferenciação entre sistemas produtivos e arranjos produtivos locais no desenho da ação Economia Viva baseou-se também na relação entre os diferentes segmentos artísticos e setores transversais, como a tecnologia, e outras áreas, como a

educação e a economia solidária. Os sistemas produtivos propostos no trabalho da consultora buscavam fomentar essa transversalidade e intersectorialidade da cultura; aí residia outra diferenciação da concepção original de atuação com os APLs. Por fim, a perspectiva de trabalhar com sistemas produtivos buscava abarcar também a oferta de serviços dos pontos de cultura, não apenas o processo produtivo ou a venda e a distribuição de produtos.

Esse deslocamento do termo buscava direcionar o fomento ao fluxo produtivo da cultura; interessava a dinâmica mobilizada por esse processo em termos da geração de renda e da articulação em rede. O fortalecimento de processos coletivos de ações culturais articuladas em sistemas produtivos e de circulação foi a forma encontrada para fomentar a autonomia financeira dos pontos de cultura e trabalhar a economia em rede no contexto do Cultura Viva.

A dimensão econômica proposta na ação causou estranhamento para diversos atores, dentro e fora do MinC, mas também dentro e fora do campo cultural, conforme podemos perceber no relato de Andréa para esta pesquisa:

Eu entrei [no MinC] em um momento em que falar de economia dentro da cultura era quase um pecado, por um lado os artistas muito ciosos de suas artes e ainda com uma mentalidade muito voltada ao mecenato, era quase um pecado falar em economia dentro da cultura. Existia a linguagem do audiovisual toda voltada para a economia de mercado. (...) E mais pecado ainda era falar, dentro da economia, numa perspectiva solidária, colaborativa, distributiva. Havia forte estranhamento com relação à temática, em menos de cinco anos atrás esse tipo de discussão soava realmente como uma blasfêmia. (SARAIVA, 2015, entrevista)

Andréa relata que esse tipo de distinção e estranhamento também fora vivenciado dentro da própria SCC/MinC, onde a ação Economia Viva era vista, por parte da equipe, como uma ação social dentro da cultura. No capítulo anterior, tivemos a oportunidade de ver como a economia solidária esteve presente desde a origem e a concepção do Cultura Viva e como ela integrou o conjunto de demandas dos pontos de cultura desde 2006. Este relato de Andréa, somando à demora em implementar uma ação pública com esse perfil, cuja relevância já havia sido identificada há alguns anos, nos fazem depreender que não havia consenso dentro do próprio Ministério da Cultura a respeito da importância e da centralidade da Economia Viva, muito menos do caráter estratégico que essa ação possuía, tanto para os pontos de cultura, quanto para o próprio programa.

Quando a ação Economia Viva foi concebida e criada, o termo economia criativa não havia entrado para o jargão das políticas culturais; não existiam ações públicas voltadas

aos segmentos criativos e tampouco havia consenso a respeito do próprio significado do termo economia criativa, o que aliás não ocorre até hoje, mesmo após quatro anos de instituída a política de economia criativa do Ministério da Cultura⁴⁵.

O fomento público à dinâmica produtiva da cultura sempre foi um campo em constante disputa nas políticas culturais, com atores e narrativas bastante definidas e que revelam as diferenças e contradições entre os mecanismos de isenção fiscal e os recursos do Fundo Nacional de Cultura (FNC). A primeira modalidade normalmente incentiva projetos voltados às produções privadas e comerciais. O fomento às culturas populares e à diversidade cultural, por sua vez, acaba sendo realizado majoritariamente por meio de transferências de recursos do FNC na modalidade de convênio. Enquanto o incentivo fiscal via Lei Rouanet movimenta uma margem de recursos bastante expressiva, superior a um bilhão de reais ao ano, o Fundo Nacional de Cultura alcança uma média de 174 milhões de reais por ano, segundo pesquisa dos dados de 2005 a 2013 (BEZERRA; OLIVEIRA; MIGUEZ, 2015). Ao comparar os valores das duas modalidades de financiamento no ano de 2013, esse estudo revela existir um valor 14,6 vezes superior de recursos movimentados pelos mecanismos de renúncia fiscal do que pelo FNC nesse ano. Isso expõe a desigualdade e o desequilíbrio nas ferramentas de financiamento à cultura.

A ação de fomento à economia da cultura prevista para os pontos de cultura ganhou o nome de Economia Viva no primeiro trimestre de 2010, com a necessidade de nomear o edital de premiação lançado em março desse ano. Outros termos foram cogitados: *Oikos* foi um deles, termo que em grego significa casa ou família, refere-se à esfera privada e também é entendido como unidade de produção (o que envolve a agricultura, o artesanato, o pastoreio, as trocas de bens entre famílias ou as trocas de bens por moedas, etc.). O próprio termo economia é derivado de *oikos* e *nomos* – este último significa regras, convenções, leis (CHAUI, 2000). Abordagens contemporâneas de *oikos* têm utilizado o termo para se referir a grupos sociais que partilham temas comuns, se encontram periodicamente e interagem com frequência⁴⁶. A nomenclatura *oikos* certamente encontra familiaridade com outros dois prêmios lançados naquele mesmo ano no programa Cultura Viva, os prêmios

45 Consideramos o início da política de economia criativa do MinC em 2011, tendo como marco o lançamento do Plano da Secretaria da Economia Criativa – políticas, diretrizes e ações: 2011 a 2014. O lançamento do Plano ocorreu antes da própria instituição da Secretaria que veio a se efetivar em 1º de junho de 2012, após um ano e meio de trabalho de formulação e implantação de sua política.

46 <http://en.wikipedia.org/wiki/Oikos>

Tuxáua⁴⁷ e Areté⁴⁸. No entanto, por não transmitir com a mesma nitidez sua relação com a economia da cultura e com o programa Cultura Viva, os gestores dessa ação no MinC preferiram nomeá-la Economia Viva.

Andréa conta que houve um cuidado e também uma preocupação em destacar no nome da ação a sua relação com a economia dos pontos de cultura. Como a proximidade com a economia solidária era tão evidente em todos os adjetivos da ação, em suas caracterizações e na definição de seu escopo de atuação, pergunta-se por que não prever uma relação mais explícita com a economia solidária no próprio nome da ação?

[...] Eu morria de medo de haver uma apropriação do governo desse nome [economia solidária], fui ciosa mesmo por macular essa filosofia, houve um pudor de não utilizar uma nomenclatura que é de um movimento, a economia solidária é uma tecnologia social e o governo não está se apropriando indevidamente desse tipo de coisa; eu sou particularmente contrária a fazer isso, sou contra alguns movimentos hoje por exemplo que dizem que fazem economia solidária e não a praticam. Ocorre o mesmo com a mídia livre, a metarreciclagem, o software livre, assim como na economia solidária, é a prática quem define o seu uso. (SARAIVA, 2015, entrevista).

A compreensão de economia viva incorporava os princípios e valores da economia solidária, mas não se encerrava nela nem eram conceitos que se equiparavam. A construção da concepção de economia viva concebeu uma perspectiva mais ampla e abrangente e isso não ocorreu apenas no discurso da ação, mas expressou-se também na experiência dos pontos de cultura com ela. Uma pequena controvérsia expressa essa interpretação. Menos de vinte dias após lançado o edital de premiação Economia Viva, o MinC organizou o encontro nacional dos pontos de cultura, a Teia 2010, em Fortaleza/CE. Uma das novidades da programação dessa edição do evento foi a realização da Teia das Ações – Conceitos e Práxis⁴⁹, um espaço organizado pela SCC/MinC para apresentar as premiações do Programa, estabelecer um diálogo com os pontos de cultura sobre suas iniciativas no contexto de cada ação e traçar perspectivas de articulação em rede. Em rodas de conversa ao longo de dois dias da Teia, as ações do Cultura Viva sistematizaram suas propostas apresentadas na plenária final do evento.

47 Em algumas etnias indígenas, o termo tuxáua remete à figura de articulador e mobilizador; o Prêmio Tuxáua teve duas edições (2009 e 2010) voltadas a apoiar projetos de pessoas físicas com um histórico de protagonismo no contexto do programa Cultura Viva e com um projeto de ações de mobilização e articulação em rede. Para acessar o edital de 2010: <http://semanaculturaviva.cultura.gov.br/linhadotempo/pdf/editais/EDITAL007_SCC_09MAR2010.pdf>.

48 De origem grega, a palavra areté, ou aretê, expressa o conceito grego de excelência e no programa Cultura Viva nomeou um edital de premiação de apoio a eventos culturais em rede lançado em 2010 que tinha como objetivo incentivar a troca de saberes em seminários e oficinas, celebração de festividades, mostras artísticas, shows, feiras e exposições.

49 <http://culturadigital.br/teia2010/programacao/teia-das-acoas/>

A Teia das Ações foi organizada reunindo as iniciativas de premiação da SCC/MinC em vigor à época: Cultura Digital, Mídia Livre, Tuxáua, Agente Cultura Viva, Pontinhos de Cultura, Indígenas, Pontos de Memória, Cultura e Saúde, Interações Estéticas, Ação Griô, Escola Viva, Pontões de Leitura e Pontos de Valor. Todas essas temáticas passaram a ser consideradas ações do programa Cultura Viva, embora congregassem diferentes finalidades: algumas eram iniciativas de premiação (como é o caso dos Pontos de Valor), outras estavam focadas em redes temáticas (Cultura e Saúde, pontos de memória, por exemplo) e havia ainda as reconhecidas ações estruturantes do programa (Cultura Digital, Ação Griô, Agente Cultura Viva e Escola Viva). Conforme tratamos no capítulo anterior, vemos mais uma vez que a formulação de agenda do programa ocorreu a partir de pautas diversas, mobilizada por atores e interesses variados, transformadas em ações do programa, mesmo que isso não signifique uma ação continuada, com estratégias definidas de monitoramento e requisitos institucionais para sua gestão.

Na Teia das Ações, a Economia Viva reuniu um grupo de cerca de 70 pessoas. Por problemas de produção, a ação não tinha um lugar pré-definido para se reunir e a forma encontrada para mobilizar as pessoas foi convidar os Grupos de Trabalho (GT) de Sustentabilidade e de Economia Solidária do Fórum Nacional de Pontos de Cultura (FNPC) a participar. Assim nasceu o GT Economia Viva, dos interessados em conhecer essa ação e da convergência desses dois GTs na Teia 2010. Nesse caso, o problema operacional da Teia favoreceu a confluência de grupos, pessoas, pontos e propostas que já estavam conectadas em torno da temática produtiva e de comercialização de produtos e serviços dos pontos de cultura. Conforme vimos anteriormente, foi justamente a sistematização das propostas dos GTs de Sustentabilidade e de Economia Solidária do FNPC que contribuiu para delinear o escopo da ação Economia Viva e também inspirar a formulação de seus objetivos.

Essa convergência e integração de temáticas comuns entre os grupos gerou posteriormente uma confusão em alguns participantes do GT Economia Viva. Na lista de discussão criada logo após a Teia, surgiu o questionamento de se existiam 3 grupos de trabalho (no caso, os GTs de Sustentabilidade, Economia Solidária e Economia Viva) com propostas similares. Mas havia uma diferença de natureza entre os grupos: enquanto o GT Economia Viva se propunha ser o espaço de gestão compartilhada dessa ação do programa Cultura Viva, os demais eram grupos de representação dos pontos de cultura em seu Fórum Nacional.

Além dessa diferenciação, a discussão por e-mails apontou outros aspectos que revelam expectativas em relação ao alcance do próprio GT Economia Viva, como segue

uma das colocações consensuadas pelo grupo: “(...) entendo que a Economia Viva têm discussões muito mais amplas relacionadas à Economia da Cultura, enquanto os outros dois [GTs] focam na busca de soluções mais específicas aos pontos de cultura” (KHODJA, 2010). Diante da existência de pautas convergentes e complementares e de haver pontos de cultura participando em mais de um grupo, o encaminhamento acordado fora ter representantes do GT Economia Viva nos demais GTs para garantir o fluxo de informações entre os três grupos.

Esta história revela que a Economia Viva tem muita afinidade e proximidade com a economia solidária, mas que não são sinônimos, nem se equivalem. Fica claro, a partir dessa proposta de organização do grupo, que o GT da ação Economia Viva tinha expectativa de assumir um caráter amplo, que abordasse a dimensão econômica das práticas dos pontos de cultura e contemplasse a economia solidária na promoção da sustentabilidade dos pontos de cultura. Apesar de serem desafios grandes e historicamente postergados no âmbito do Cultura Viva, as expectativas e propostas do GT não se encerravam aí, como veremos em seguida nas propostas sistematizadas do grupo na Teia das Ações.

Em algumas mensagens e materiais do GT, foi utilizado o termo Economia Viva e Solidária, o que mais uma vez expressa a identificação com a economia solidária e a intenção de ampliação de seu escopo.

O GT Economia Viva fez três encontros na Teia das Ações para as pessoas se conhecerem e para a partilha de informações, projetos e conhecimentos sobre economia da cultura e economia solidária. Nessa ocasião, o grupo pôde se organizar e pactuar iniciativas conjuntas, como a realização de um encontro nacional de Economia Viva. Por iniciativa espontânea do grupo, foi realizada durante os dias da Teia uma visita ao Conjunto Palmeiras na Grande Messejana (Fortaleza) para conhecer o Banco Palmas, Banco Comunitário de Desenvolvimento que existe há 17 anos, e vivenciar uma experiência de economia solidária⁵⁰.

Na plenária final da Teia das Ações, o GT Economia Viva apresentou onze propostas reveladoras da diversidade temática das discussões do grupo e também da transversalidade do seu conteúdo e propostas, conforme seguem:

Reorganização da comunicação em rede entre os pontos de cultura afim de estimular as trocas de bens e serviços culturais;
Aprimoramento dos critérios de avaliação identificados em editais afins aos pontos de cultura observando a forma de elaboração e seleção com mecanismos de escolha pública mais eficientes e transparentes;

50 O registro dessa visita pode ser encontrado em: https://www.youtube.com/watch?v=Cz_Xs1BnMI8.

Realização de qualificação para gestores e participantes dos pontos de cultura elegendo destaques às rotinas administrativas, contábeis e jurídicas afim de auxiliar o planejamento, execução e prestação de contas;
Estruturação de empreendimentos econômicos solidários com contribuição legal elegendo e pactuando as necessidades socioeconômicas dos envolvidos e mantendo articulação com os segmentos que debatem o setor;
Identificação das demandas locais valorizando aspectos peculiares e validados por meios que definam a distribuição justa de recursos;
Criação da comissão para realização do Encontro Nacional da Economia Viva;
Efetivação dos pontos de cultura enquanto organismos de Utilidade pública federal, estadual e municipal, possibilitando redução/isenção de custos tributários na comercialização de produtos culturais para construção de um marco legal;
Ampliação do diálogo em rede com os fóruns regionais e nacional de Economia Solidária;
Estruturação e fortalecimento de estratégias governamentais e não governamentais de fomento transversais à Economia Solidária e Cultura;
Organização de sistema produtivo em rede dos pontos de cultura;
A ideia de que os pontos geram economia e que portanto não precisam ficar dependentes apenas de editais e que é possível dinamizar redes e o desenvolvimento local a partir dos pontos de cultura. (*Ação Economia Viva na TEIA 2010*, 2010).

A partir dessas proposições, vemos mais uma vez o caráter transversal dessa ação que tem forte interface com a comunicação, a cultura digital, a educação, a administração e a economia solidária e toca questões da própria institucionalização do programa Cultura Viva. O aprimoramento de critérios de avaliação de projetos nos editais e o cumprimento de um processo seletivo transparente e eficiente expressa não apenas uma demanda a ser considerada na avaliação dos projetos do edital do prêmio Economia Viva, cujo processo de inscrição encontrava-se aberto no período da Teia, como também um descontentamento relativo aos processos de seleção de editais no âmbito do Cultura Viva.

Esse descontentamento também remete a uma visão crítica da forma organizacional de condução da gestão pública do programa. Para compreender essa limitação, pensamos a partir dos sete momentos das políticas públicas (SARAVIA, 2006): a formação de agenda, que envolve a definição de prioridades; sua elaboração que consiste em identificar, delimitar e avaliar custos e efeitos; a formulação onde são escolhidos os objetivos e os marcos jurídicos, administrativos e financeiros; para então implementar as políticas públicas, o que inclui planejar, preparar e organizar os recursos e a infraestrutura disponíveis e necessárias. A execução, por sua vez, é o trabalho para alcançar os objetivos estabelecidos pela política; seu acompanhamento prevê o monitoramento e o ajuste de rota, para então alcançar a última fase relativa à avaliação a posteriori dos efeitos produzidos pelas políticas públicas.

Partindo desse ciclo, vemos a elaboração, a formulação e a implementação como as principais fragilidades da política pública em tela. Atender às necessidades e compor com os interesses dos diferentes atores que integram a ação pública, escolher instrumentos e formas organizacionais adequadas para sua execução, organizar os fluxos de pagamento e prestação de contas e alocar recursos segundo critérios de elegibilidade consensuados em seus espaços de gestão compartilhada são alguns dos limites e insuficiências do programa que aparecem em diversos documentos e pesquisas (BARBOSA DA SILVA; ARAÚJO, 2010; LIMA, 2013; VILUTIS, 2009), e também foram expressos pelo GT Economia Viva na Teia 2010.

A organização de um Encontro Nacional da Economia Viva constituiu-se no foco prioritário de trabalho e articulação do GT Economia Viva após a Teia de 2010, alimentando a lista de e-mails do GT e a página wiki⁵¹ criada para a construção colaborativa e virtual do Encontro. Nesse mesmo contexto, também foi criado um blog da ação Economia Viva⁵²; todas essas ferramentas, espaços e iniciativas faziam parte da intenção de realizar uma gestão compartilhada da ação.

Como a ideia do Encontro Nacional da Economia Viva nasceu na Teia, foi natural que sua concepção se inspirasse em tudo aquilo que o grupo gostaria que a Teia tivesse sido e não foi. A participação dos pontos de cultura na organização do Encontro Nacional foi considerada essencial para garantir uma construção efetivamente compartilhada e descentralizada da programação, organização e metodologia. Embutida nessa proposta, está a crítica de que a organização da Teia 2010 concebeu os pontos de cultura como espectadores, sem abrir espaços para sua participação na concepção e criação metodológica do evento e nem muito menos efetuar a contratação de serviços dos pontos de cultura pelo poder público na organização do evento (BRASIL, 2009b).

Em termos da alimentação, o GT propôs a articulação com empreendimentos sustentáveis locais que trabalhassem com produção agroecológica, o boicote a refrigerantes de transnacionais, a adoção de uma política da tolerância zero aos descartáveis e o consumo de carnes com critérios de sustentabilidade, dando preferência para uma alimentação ovolactovegetariana. O GT se articulou em cinco frentes de trabalho para organizar o Encontro e a proposta de programação foi construída coletivamente. Foram previstos mais de 100 participantes. A lista de convidados reunia pontos e pontões de cultura, os Ministérios da Cultura, do Meio Ambiente e do Trabalho e Emprego (Secretaria Nacional de Economia Solidária) e outras instituições como incubadoras tecnológicas de cooperativas populares,

51 <http://economieviva.wikispaces.com/>

52 <http://culturadigital.br/economieviva/>

universidades, ONGs, Sebrae, Senac, Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), BNB (Banco do Nordeste), Fundação Banco do Brasil, dentre outras.

Previsto para ocorrer em maio de 2010, foi adiado para novembro de 2010, depois foi novamente postergado e o Encontro nunca chegou a ser realizado. A descontinuidade provocada pela mudança de gestão no Ministério da Cultura a partir de 2011 interrompeu o funcionamento das ações do programa Cultura Viva, desqualificando o trabalho e o investimento público realizados até o momento no âmbito da ação Economia Viva. Essa descontinuidade transformou uma ação pública em um prêmio pontual.

A ação Economia Viva, em sua concepção, previa um conjunto de iniciativas de socioeconomia da cultura no contexto do programa Cultura Viva, como a implantação de bancos comunitários de desenvolvimento nos pontos de cultura, a criação de uma moeda social para a Teia, a implementação de linhas de crédito para os pontos de cultura, a criação de fundos autogeridos, a capacitação técnica dos pontos de cultura para gestão de empreendimento, a realização do Encontro Nacional de pontos de cultura com a temática da ação Economia Viva e a efetuação de compras públicas de produtos e a contratação de serviços dos pontos de cultura pelo Estado (BRASIL, 2009b).

Para serem implementadas, essas iniciativas requeriam uma série de articulações interinstitucionais que ultrapassavam o escopo do Ministério da Cultura. E foi nessa direção que a consultora Andréa retomou o diálogo da SCC com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) que havia sido interrompido após a primeira Teia em 2006. A proposta da moeda social na Teia foi pensada para o evento de 2010 e previa também atividades formativas, material de divulgação e a implementação de um EcoBanco no formato de uma feira de trocas. A parceria para essa iniciativa fora articulada com o Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária, instituição que criou o Banco Palmas. No entanto, nenhuma dessas propostas se efetivou, as parcerias foram descontinuadas e a ação Economia Viva ficou restrita à execução do edital de premiação lançado em 09 de março de 2010 pela SCC/MinC, que abordaremos a seguir. Queremos aqui reconstruir os significados e intenções existentes na concepção dessa ação em sua primeira projeção antes de se tornar ação pública, na brecha entre os traços dos sonhos, das necessidades e das possibilidades.

Em termos financeiros, a abertura de linhas de crédito direto aos pontos de cultura foi uma das propostas mais recorrentes no âmbito do Economia Viva e das discussões de sustentabilidade dos pontos de cultura. A participação de bancos públicos, como BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Banco do Brasil e BNB no fomento à produção cultural realizada pelos pontos de cultura é aspecto que nunca foi

levado adiante em termos político-institucionais nas articulações e parcerias executadas pelo MinC. Tampouco houve o investimento público em capacitação dos pontos para o acesso a fundos de financiamento não reembolsáveis. Dentre as demandas reveladas pelos pontos de cultura, vemos que esse tipo de financiamento ligado a bancos comunitários de desenvolvimento poderia atender a gargalos relativos à aquisição ou reforma de espaço físico e infraestrutura, e também à compra de equipamentos e insumos.

Todavia, é importante destacar a ausência de uma visão crítica a respeito do microcrédito tradicional no âmbito do MinC e por parte dos próprios pontos de cultura. Isso pode ser identificado na formulação da ação Economia Viva, nos discursos do MinC, tanto do Cultura Viva, quanto da Economia Criativa e nas propostas e demandas apresentadas pelos pontos de cultura. Há a compreensão comum da necessidade de linhas de crédito para os empreendimentos da área cultural e o Plano da Secretaria de Economia Criativa (SEC), por sua vez, menciona ainda a necessidade de “orientar os profissionais criativos para o uso de linhas de microcrédito já disponibilizadas pelos bancos oficiais” (BRASIL, 2011d, p. 48). Mas não há um olhar crítico acerca do alcance limitado desse mecanismo tradicional da economia de mercado e tampouco há menções às outras formas de microfinanças, como as finanças solidárias. Se fizermos uma analogia com as diferentes concepções econômicas apresentadas no início deste capítulo (FRANÇA FILHO, 2008), podemos afirmar que a abordagem do microcrédito no âmbito do MinC e dos próprios pontos de cultura, além de ter ficado apenas no discurso, orientou-se no sentido da via insercional-competitiva, em vez da sustentável-solidária, recém-mencionada.

Dentre as propostas do GT Economia Viva feitas na Teia das Ações, há um aspecto importante de ser abordado que diz respeito à demanda por reconhecimento e valorização dos pontos de cultura como empreendimentos econômicos solidários. Isso significa o reconhecimento de que as ações culturais dos pontos de cultura mobilizam um conjunto de atividades econômicas de produção cultural e artística, geram renda e promovem a circulação de bens e serviços. A valorização dessa prática econômica pelo Estado, por sua vez, requer um fomento específico para o desenvolvimento da atividade econômica, além da assistência para o uso de ferramentas de gestão.

Reconhecer os pontos de cultura como empreendimentos econômicos solidários não significa que todos eles devam ser assim concebidos pelo Estado, mas que deve haver uma política pública que atenda às atividades econômicas da cultura e contribua para estruturar os pontos de cultura no desenvolvimento dessas atividades. A articulação em rede é peça-chave dessa engrenagem, uma vez que a maioria dessas atividades econômicas são

realizadas com outras organizações e podem ser potencializadas se articuladas com outros pontos de cultura. No que diz respeito à produção e à distribuição de bens e serviços culturais, a articulação em rede foi proposta como aspecto dinamizador do desenvolvimento local. E de um desenvolvimento local que promovesse a distribuição justa dos recursos, conforme expressa uma das propostas.

A proposta de estruturação de ações transversais de fomento voltadas à economia solidária e à cultura correspondia tanto à formulação e execução de ações públicas (oferta de linhas de crédito, promoção da distribuição de bens e serviços culturais, etc.) quanto à mobilização de organizações da sociedade civil, pontos de cultura ou empreendimentos econômicos solidários em iniciativas autogestionárias de poupança coletiva, por exemplo; ou, ainda, à assistência técnica para qualificar a produção em parceria com instituições de fomento e assessoria.

O gargalo da comercialização e o alcance limitado da articulação em redes dos pontos de cultura também aparecem no contexto das propostas do GT. A ampliação do diálogo com os fóruns regionais e nacional de economia solidária foi uma proposta de articulação que teve desdobramentos em São Paulo ao longo de todo o ano de 2010, com a aproximação entre o Fórum Paulista de Economia Solidária e o Fórum Paulista de Pontos de Cultura. Dentre as ações resultantes dessa articulação, além de visitas e trocas de experiências, representantes de Pontos de Cultura e organizações da sociedade civil eleitos delegados da II Conferência Nacional de Economia Solidária organizaram a cobertura colaborativa do evento em maio de 2010, em Brasília/DF. O registro e a difusão da Conferência nos canais de comunicação dos pontos de cultura foi uma forma de estimular o contato e a troca entre os pontos de cultura e os empreendimentos de economia solidária. Em novembro desse mesmo ano, foi realizada em Osasco a I Conferência Nacional de Economia Solidária da Cultura, para a qual pontos de cultura de São Paulo contribuíram na concepção metodológica, na formulação da programação, no contato com os pontos de cultura, no registro e na divulgação do evento.

Como vimos, a concepção mais ampla da ação Economia Viva conecta o ponto de cultura com a economia solidária e a perspectiva da sustentabilidade por meio de ações em rede e do uso de tecnologias digitais de comunicação. Assim como podemos associar a ação Economia Viva a uma busca de respostas às necessidades dos pontos de cultura de geração de renda e autonomia financeira, encontramos forte correspondência dessa ação com as demandas do programa Cultura Viva e de sua própria sustentabilidade.

A ação Economia Viva atravessou um momento muito expressivo da história do programa Cultura Viva. Em 2010, no momento de lançamento da ação, apesar da fragilidade institucional do programa, ou até mesmo por causa dela, foi um período de muita mobilização, tanto por parte do poder público, quanto da sociedade civil; tanto no Brasil, quanto em outros países da América Latina. Nesse ano, como já foi dito aqui, o Cultura Viva no Brasil contou com um número recorde de lançamento de editais de premiação. No entanto, o atraso no pagamento dos editais e a mudança de gestão em 2011 criaram um contexto de insegurança em relação à continuidade do programa. Isso fez com que o debate em torno da sustentabilidade dos pontos de cultura transcendesse a dimensão das instituições e alcançasse as mobilizações em torno da continuidade e do fortalecimento do programa Cultura Viva, o que envolveu propostas para a construção do marco legal do Programa Cultura Viva e de um maior acompanhamento do programa Mais Cultura por meio do qual foram conveniados os pontos de cultura com estados e municípios.

A discussão em torno do caráter redistributivo do programa Cultura Viva ganhou força nessa mobilização em torno da institucionalização do programa enquanto uma política pública de Estado. A concepção do Cultura Viva como uma política pública de promoção do acesso aos direitos culturais ganhou força no Brasil e na América Latina e passou a pautar o debate público em torno do direito das organizações da sociedade civil que trabalham com cultura de receberem um apoio financeiro de forma continuada para poderem desenvolver suas ações culturais. Isso recolocou em discussão o papel do Estado ao reforçar sua responsabilidade de sustentar economicamente processos de desenvolvimento cultural, especialmente em comunidades que historicamente não tiveram relações com o poder público. O programa Cultura Viva passou a situar-se, assim, no cerne do debate acerca da distribuição equitativa de recursos públicos para promover a garantia dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais.

Mesmo com a interrupção da ação Economia Viva no Brasil após o pagamento dos prêmios e o abandono da pauta da economia solidária no Cultura Viva pelo MinC a partir de 2011, podemos afirmar que a articulação latino-americana em torno da Cultura Viva Comunitária manteve viva os valores e propostas dessa ação pública, reforçando a relação dos pontos de cultura com os princípios e as práticas da economia solidária. A ação Economia Viva trata de valores, de formas de organização do trabalho e de compartilhamento de conhecimentos e informações; tem um forte viés político, voltado à autogestão da atividade artística e cultural e do trabalho em rede. Mais do que um interesse pelos frutos econômicos

da produção, a concepção de Economia Viva propõe abordar a dimensão do desenvolvimento e da cultura com os pontos de cultura, conforme destaca Célio Turino:

O Cultura Viva é muito mais um programa de cultura política num sentido amplo do que de cultura num sentido estrito. Por isso sempre houve essa preocupação com trabalhar com valores. A aproximação com a economia solidária vem nesse sentido, dos valores dali decorrentes: o trabalho compartilhado, a generosidade intelectual, o consumo consciente, outras formas de se relacionar com a economia (TURINO, 2014, entrevista).

Essas outras formas de se relacionar com a economia mencionadas por Célio dizem respeito ao desafio de compreender a economia a partir de valores culturais e não o inverso; o que usualmente ocorre é conceber e trabalhar a cultura a partir da economia, especialmente pelo mercado capitalista e pela indústria cultural.

3.3 Prêmio Economia Viva

O edital de premiação do Economia Viva foi criado com a finalidade de “premiar a experimentação nas formas de geração de renda e na sustentabilidade socioeconômica de grupos e organizações que se expressam através das diversas linguagens artísticas” (BRASIL, 2010d, p. 14). Com um valor global de R\$ 1.218.000,00 provenientes do Fundo Nacional de Cultura⁵³, o edital previa conceder, no mínimo, dez prêmios de até R\$ 120.000,00 a pontos de cultura ou organizações não governamentais sem fins lucrativos.

O edital estava dirigido a contemplar ações, práticas e modelos de negócios que promovessem a articulação em rede, a colaboração, o crescimento sustentável e o comércio justo. É interessante destacar o caráter inovador desse instrumento ao propor a premiação de ações experimentais de geração de renda de formas sustentáveis na área cultural. A sustentabilidade, por sua vez, é concebida nesse instrumento em dois sentidos: enquanto sustentabilidade financeira dos empreendimentos e grupos premiados e, também, no sentido da sustentabilidade socioeconômica do projeto, da iniciativa premiada, o que aparece fortemente vinculado à economia solidária.

Essa relação entre sustentabilidade e economia solidária consta no texto do edital dentre os sete critérios de avaliação, na estrutura indicada para os projetos a serem inscritos e na concepção da ação Economia Viva, que embasa esse instrumento de fomento. O segundo critério de avaliação do edital faz menção específica à economia solidária,

53 Os recursos desse edital foram oriundos da Ação 8891 do Fundo Nacional de Cultura, voltada ao apoio à iniciativas de economia solidária relacionadas à cultura (nº 13.392.1141.8891.0001 PTRES: 022077)

economia colaborativa e em rede, e prevê a análise da experiência das instituições com “formas de geração de renda sustentáveis” (BRASIL, 2010d, p. 14). Em termos da sustentabilidade financeira, o edital é bem enfático ao solicitar que os projetos indiquem como pretendem alcançá-la e, inclusive, mantê-la após o término do projeto. Sabemos o quão difícil é prever o cenário financeiro das organizações da sociedade civil (OSC) no Brasil e temos conhecimento também de como o campo das artes e da cultura vive mais próximo da instabilidade financeira do que de seu equilíbrio. O alcance da sustentabilidade financeira das iniciativas culturais é um desafio recorrente dos próprios pontos de cultura, além de ser uma pergunta sem resposta dentro do programa Cultura Viva.

Dentre as exigências do edital, constava a elaboração de um plano de execução financeira do projeto. Trata-se de um planejamento da sustentabilidade financeira do negócio proposto abarcando, inclusive, o período após o término do projeto. Na avaliação e seleção do projeto, o item relativo ao plano de negócios recebia uma pontuação de 0 a 20 pontos e voltava-se à análise da capacidade de comercialização de serviços e produtos na execução do projeto e após a sua finalização. Vemos que o potencial de comercialização de produtos e serviços é aspecto de forte relevância para a seleção de projetos, e toca a questão da sustentabilidade no sentido da continuidade das iniciativas premiadas após o desenvolvimento dos projetos. Além da análise da perspectiva futura, a avaliação de projetos passava também pela análise da experiência prévia da instituição proponente com comercialização.

Sabemos que a comercialização de produtos e serviços dos pontos de cultura é um gargalo já apontado anteriormente. A existência de ações públicas que favoreçam e promovam a comercialização de produtos e serviços dos pontos de cultura e sua autonomia financeira é uma de suas demandas históricas presente em todas as Teias, encontros e debates do programa Cultura Viva. Essas propostas vêm integradas à demanda por maior divulgação do trabalho dos pontos de cultura, por espaços de comercialização, pela capacitação para gestão e pela articulação em rede de parceiros para ampliação da troca e da circulação de produtos e serviços dos pontos. Trata-se de um grande desafio para os pontos de cultura e para o próprio Cultura Viva. A primeira pesquisa avaliativa do programa feita pelo IPEA levantou dúvidas e preocupações dos pontos de cultura em relação à forma de conduzir suas relações comerciais. Dentre os que realizam atividades de comercialização, a pesquisa revelou haver “problemas de capacitação para a venda e dificuldades operacionais para a distribuição dos produtos em outros pontos de venda” (BARBOSA DA SILVA; ARAÚJO, 2010, p. 97).

Essas questões tocam um tema incerto e imprevisível que é a inserção no mercado, ou a criação de mercados, para circulação desses produtos e serviços. Quando concebemos a criação de mercados, nos referimos a mercados solidários, colaborativos e não excludentes. Mercados que funcionam em rede e operam trocas. Essa cultura colaborativa que alimenta a economia do compartilhamento e das trocas em diferentes setores da vida em sociedade está cada vez difundida e praticada, inclusive pela e na economia capitalista. O compartilhamento de quartos ou sofás (*couchsurfing*⁵⁴) na casa de pessoas pelo mundo permite uma outra forma de hospedagem em viagens; o mesmo ocorre com o compartilhamento de caronas para a universidade, equipamentos, roupas, carros, bicicletas, dentre diversos outros bens. A cultura do compartilhamento transforma fortemente o consumo ao permitir o acesso e a fruição, sem atrelá-la à obtenção da propriedade do bem consumido. A internet é a grande responsável por sua difusão e expansão, o que evidencia a necessidade de superação da falta de conexão que ainda perdura na contemporaneidade. As plataformas digitais são fundamentais para essa economia do compartilhamento, não apenas para a sua gestão e funcionamento, mas para o controle social, o registro e a governança do uso compartilhado dos bens. Essa regulação coletiva estimula a confiança, a transparência e a participação ativa. Apesar do forte interesse e importância dessas outras formas de consumo e economia, não poderemos aprofundar agora o debate sobre economia colaborativa. Interessa ressaltar que nem o Economia Viva nem o programa Cultura Viva souberam aproveitar o potencial dessa cultura em desenvolvimento, dessa prática do compartilhamento cada vez mais difundida, para mobilizar redes de produção, consumo e circulação dos bens e serviços dos pontos de cultura.

A articulação em rede é aspecto fortemente presente no edital do Prêmio Economia Viva, embora com finalidades diferentes. Como vimos aqui, a articulação em redes de comercialização e a mobilização da economia em rede é um dos objetivos desse instrumento. Dentre as condições de participação, o edital é enfático em relação à necessidade dos projetos conterem “ações em rede, práticas de replicabilidade e atividades econômicas colaborativas que dêem suporte à demanda de desenvolvimento da cadeia produtiva da linguagem artística pretendida” (BRASIL, 2010d, p. 14). Temos, portanto, de um lado, o propósito de mobilização de uma economia em rede da cultura e da articulação de redes solidárias de comercialização. Por outro lado, a articulação entre pontos e pontões de Cultura do programa é requisito de participação no edital, cujo projeto deve atuar com mobilização social, além de “propor atividades de atuação e produtos finais” (idem, p. 14).

54 <https://www.couchsurfing.com/>

A articulação em rede entre os pontos é condição de participação recorrente nos editais do Cultura Viva, embora seja frequente também a ausência de investimentos públicos voltados ao fomento específico dessas redes. Isso expressa claramente a intenção do MinC de fazer com que esses instrumentos de políticas tenham um duplo alcance: ao mesmo tempo em que valorizem e fomentem os pontos de cultura, que potencializem as ações do programa por meio de redes temáticas de pontos, pontões e outras organizações. No entanto, para que essa segunda intenção se efetive, são necessárias ações por parte do poder público que até o momento não ocorreram de forma coordenada, continuada e convergente.

A intenção de fomentar a intersectorialidade e a transversalidade da cultura também é expressa nesse edital e tem relação com a articulação em rede. A interação e a transversalidade do projeto com as demais ações do programa Cultura Viva foram um dos critérios de avaliação do edital do prêmio Economia Viva, em que ficou explícita a intenção de valorizar projetos que ampliassem e aprofundassem as relações de colaboração e troca entre os atores e iniciativas no âmbito do programa, bem como os projetos que trabalhassem diferentes linguagens e expressões artísticas. Os sete critérios de avaliação do edital foram: a) Comercialização de produtos ou serviços; b) Economia Solidária, economia colaborativa e em rede; c) Sustentabilidade financeira / Plano de negócios; d) Criatividade na solução de problemas do sistema produtivo e grau de benefícios para a cadeia produtiva; e) Qualidade do projeto; f) Interação e Transversalidade de ações do Programa Cultura Viva; g) Público (BRASIL, 2010d, p. 14).

A articulação dos elos de sistemas produtivos nos diversos segmentos culturais é destacada nesse instrumento, que também enfatiza a implementação de soluções criativas de produção e escoamento em rede no perfil de instituições elegíveis. Isso revela o propósito da premiação de trabalhar com inovações na área cultural, tanto no que diz respeito à produção, quanto à comercialização, à distribuição e ao consumo. A valorização de aspectos de inovação e criatividade na avaliação dos projetos é recomendada no Artigo 29 da Portaria nº 29 de 2009 que dispõe sobre a elaboração e gestão de editais de seleção pública para apoio a projetos culturais e para a concessão de prêmio a iniciativas culturais no âmbito do MinC. Vemos aqui novamente o intuito do prêmio de promover um conjunto de ações estruturantes da política pública que, como será detalhado mais adiante, não ocorreram por falta de planejamento, recursos e execução efetiva por parte do poder público.

Um exemplo explícito desse alcance limitado das intenções de articulação em rede do programa é a realização do Encontro Nacional da Economia Viva. Dentre as obrigações dos proponentes previstas no edital do prêmio aqui analisado, um dos itens era a

participação em, pelo menos, um evento nacional relativo à rede da ação Economia Viva. Para tanto, os proponentes deveriam prever recursos financeiros em seus projetos para passagens, deslocamentos, hospedagem e alimentação. Além dessa previsão orçamentária nos projetos, como vimos, os pontos de cultura se articularam na Teia das Ações, construíram uma proposta de programação para o encontro nacional, discutiram sua concepção metodológica e se organizaram em frentes de trabalho para a produção do evento. No entanto, o MinC nunca viabilizou a infraestrutura para sua realização, o encontro não ocorreu, e a obrigação dos pontos de cultura de preverem recursos financeiros para participar do evento não foi compartilhada com o poder público, demonstrando-se inócua.

Podemos identificar que uma das explicações para tamanha ênfase na articulação em rede no edital seja o fato desse instrumento ser aberto a inscrições de organizações da sociedade civil, para além de pontos de cultura. Trata-se, certamente, de um cuidado para não ter projetos isolados, dispersos e desconectados que não dialoguem nem convirjam entre si, e tampouco agreguem conhecimentos e experiências ao próprio programa Cultura Viva. Além de pontos de cultura, os proponentes elegíveis à premiação foram organizações não governamentais sem fins lucrativos, legalmente constituídas, que desenvolvessem soluções criativas de produção, escoamento em rede e/ou articulação dos elos de sistemas produtivos nos diversos segmentos culturais (BRASIL, 2010d, p. 14). Em termos institucionais, essas organizações poderiam ser associações, cooperativas, fundações privadas ou organizações tituladas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e Organizações Sociais (OS), sediadas e com atuação comprovada na área cultural há, pelo menos, dois anos.

O fato de o edital ser aberto para outras instituições não conveniadas com o MinC merece destaque por não ser prática corrente dentre os editais nacionais do Cultura Viva. Dos 20 editais de premiações lançados no âmbito do Cultura Viva entre 2007 e 2011, apenas três previram a inscrição de Organizações da Sociedade Civil (OSC) e pontos de cultura: os prêmios Economia Viva, Mídia Livre e Cultura Digital. O edital do Areté também previu a participação de organizações que não eram pontos de cultura, mas elas precisavam apresentar um Termo de Parceria com algum ponto de cultura, o que não foi requisitado nas demais premiações. Há editais de premiação, por sua vez, voltados à inscrição apenas de OSCs não conveniadas, como foi o caso dos prêmios Cultura e Saúde e Ludicidade/Pontinhos de Cultura, ambos com duas edições, uma em 2008 e outra em 2010. Nesses casos, a premiação conferiu a essas organizações o reconhecimento como pontos de

cultura, mesmo tendo projetos pontuais e com período de execução mais curto do que os três anos previstos no conveniamento dos pontos.

Olhando mais atentamente para o público que se pretendia alcançar com o Prêmio Economia Viva, vemos que o edital previu a valorização de projetos com comunidades tradicionais, povos indígenas, quilombolas, ciganos, povos de terreiro, irmandades de negros, agricultores tradicionais, pescadores artesanais, caiçaras, faxinais, pomeranos, pantaneiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, marisqueiras, caranguejeiras, ribeirinhos, agroextrativistas, seringueiros, sertanejos, geraizeros e fundos de pasto. A lista corresponde à orientações da Portaria nº 29 de 21 de maio de 2009 que regulamenta os editais do MinC com recursos do Fundo Nacional de Cultura e em seu artigo 29 trata da avaliação dos projetos e recomenda a atribuição de pontos adicionais a projetos que envolvam esse público. O edital do Prêmio Economia Viva não mencionava a atribuição de pontos adicionais, mas previa a valorização desse público.

Povos e comunidades tradicionais que vivem em territórios com forte identidade cultural e sentido de pertencimento são sujeitos ativos na história do Cultura Viva. A intenção de valorizar sua presença no Economia Viva atende também a uma reivindicação de pontos de cultura indígenas e ribeirinhos, como podemos ver no documento do GT Amazônico e Ribeirinho da Teia 2008, o qual propõe “que os produtos materiais e imateriais resultantes das ações dos pontos de cultura, sejam integrados à Rede Nacional da Economia Solidária” (BRASIL; CNPdc, 2008b, p. 51). Na Teia anterior, em 2007, o Grupo de Trabalho de comunidades indígenas, comunidades tradicionais e patrimônio imaterial/herança intangível apresentou um conjunto de propostas. Embora nem todas digam respeito diretamente às atividades econômicas, indicam questões a serem levadas em consideração no fomento às iniciativas econômicas com forte expressão da diversidade cultural:

Estabelecer mecanismos que regulem a exploração econômica das manifestações indígenas, tradicionais e culturais populares – garantindo os direitos e oportunidades comerciais das comunidades que lhes dão origem – ao mesmo tempo em que impeçam a expropriação deliberada e a espetacularização;

Constituir mecanismos de salvaguarda do patrimônio imaterial nacional coibindo que a propriedade de seus direitos fique detida por titulares estrangeiros;

Constituir mecanismos de proteção contra influências/interferências culturais hegemônicas;

Estimular os participantes das culturas indígenas, tradicionais e populares a dominar tecnologias, rádios comunitárias, cultura digital, enfim, ferramentas e suportes de comunicação, pesquisa e registro. (IPF, 2007c, p. 75-76).

Evitar a expropriação e a espetacularização da cultura tem relação com a produção do comum de que tratamos no início deste capítulo e também com o exercício dos direitos culturais. O respeito à diversidade e a garantia do reconhecimento das especificidades e singularidades dos modos de vida e criação desses sujeitos políticos são aspectos de suma relevância na experiência dos pontos de cultura. Podemos ainda relacioná-los ao direito de participação na vida cultural pensado sob a perspectiva econômica, ou seja, o direito de participação econômica na vida cultural: direito de criar, produzir e fruir bens e serviços culturais. Faz-se necessário propor uma ação pública que dialogue com essas demandas dentro do Cultura Viva.

3.4 Seleção de projetos

O edital do Prêmio Economia Viva foi lançado em 09 de março de 2010 com o período de um mês para inscrições e teve seu prazo prorrogado em três dias, tendo aceitado inscrições até o dia 12 de abril de 2010. A documentação das instituições inscritas foi examinada um mês depois pela equipe da SCC/MinC, responsável pelo exame de habilitação. Em 24 de maio, foi divulgado o primeiro resultado do prêmio⁵⁵ (BRASIL, 2010f), com a listagem dos 102 projetos habilitados e dos 10 inabilitados. Essa portaria sofreu retificação após um mês e meio (BRASIL, 2010a)⁵⁶ e a divulgação do novo resultado não foi acompanhada de justificativa. Deduz-se que parte das alterações referem-se à apresentação de recursos, mas há também novos projetos que não haviam sido mencionados na primeira listagem de habilitados e não habilitados.

O passo seguinte foi a seleção dos projetos pela Comissão de Avaliação que se reuniu em Brasília entre os dias 08 e 11 de julho de 2010. É interessante registrar a participação de duas integrantes⁵⁷ do GT Economia Viva como representantes titulares da sociedade civil na Comissão de Avaliação do edital, eleitas por consenso na lista de e-mail do grupo. A votação constituiu o tópico de maior participação da lista e ocorreu com base nos seguintes critérios (também construídos de forma coletiva): 1. Não ter enviado nenhum projeto nem estar diretamente ou indiretamente envolvido com algum projeto enviado; 2. Ter

55 <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=25/05/2010&jornal=1&pagina=49&totalArquivos=136>

56 <http://www.cultura.gov.br/documents/10883/38605/retificacao-portaria-habilitados-economia-viva.pdf/102649bf-44ae-4c8f-8186-b112e79f4413>

57 Marly Coelho (Ponto de Cultura Vitória Régia, integrante do Grupo de Trabalho de Economia Solidária do RS e da CNPdc, fundadora do Fórum Municipal de Economia Solidária de Porto Alegre/RS) e Daraína Pregnoletto (Diretora Geral da Guaimbê – Espaço e Movimento Criativo e Coordenadora do Ponto e Pontinho de Cultura, Leitura, Estória, Valor e Mídia Livre Quintal da Aldeia – Pirenópolis/GO).

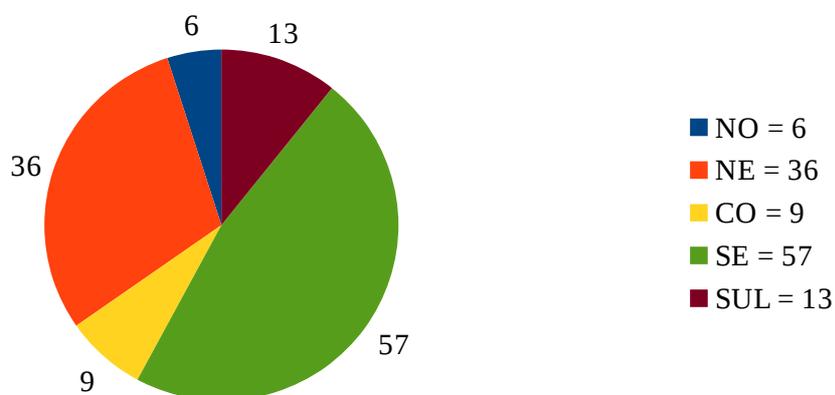
experiência de atuação com a temática da economia da cultura e economia solidária; 3. Ter disponibilidade de tempo; 4. Participar de alguma instituição (critério não excludente). Havia também a recomendação de haver uma distribuição geográfica dos membros indicados.

A listagem das iniciativas premiadas, classificadas, desclassificadas e inabilitadas foi divulgada em 12 de julho, no dia seguinte ao término do trabalho da Comissão, com nova listagem retificada publicada quatro dias depois, em 16 de julho. O resultado final do prêmio, por sua vez, com o julgamento dos recursos, ocorreu apenas em outubro de 2010. O histórico detalhado do processo de seleção do edital Prêmio Economia Viva foi organizado e disponibilizado no Apêndice C para favorecer futuras pesquisas.

O processo de avaliação e seleção do prêmio ocorreu de forma lenta e não-linear; a avaliação dos projetos demorou quase seis meses para ser finalizada e sua divulgação ocorreu de forma confusa e dispersa. Além de todas as portarias de divulgação de resultados do prêmio terem sofrido retificações, o julgamento dos recursos não foi divulgado integralmente e tampouco existiu uma listagem completa e unificada dos projetos classificados, desclassificados, habilitados e inabilitados. Desse modo, para obtermos uma relação completa do resultado unificado do prêmio foi preciso conferir as diferentes listagens divulgadas, identificar algumas incongruências (como por exemplo a mesma instituição e o mesmo projeto constarem simultaneamente na lista de projetos habilitados e inabilitados, da mesma portaria) e calcular o resultado a partir delas. Por essa razão, o número de projetos inscritos no prêmio obtido por meio desse cálculo difere do dado difundido à época, que levou em consideração apenas parte das portarias e de seus avisos de retificação.

Conforme análise realizada nesta pesquisa, identificamos que o prêmio contou com 121 inscrições, de 21 estados e todas as regiões do país, conforme distribuição detalhada no gráfico a seguir:

Gráfico 5: Projetos Inscritos no Prêmio Economia Viva (número de projetos por região)

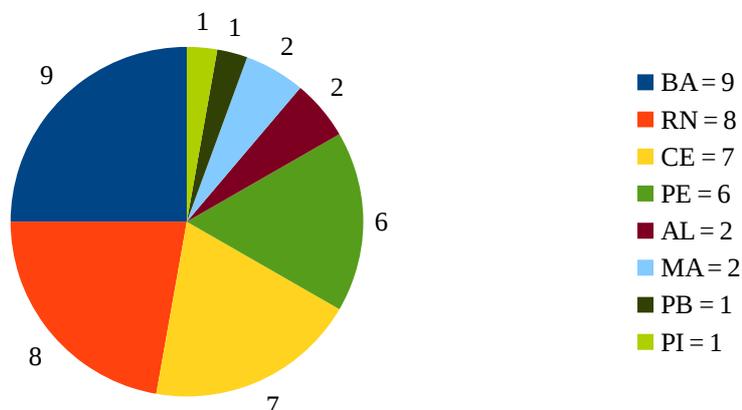


Fonte: BRASIL (2010a; 2010f). Elaboração da autora.

Vemos que as inscrições do Sudeste representam mais de 47% do total de projetos inscritos, o que equivale a 57 projetos, dos quais a maioria (26) é do estado de São Paulo. O Rio de Janeiro e Minas Gerais tiveram um número de inscritos muito próximos entre si: MG reuniu 15 projetos e o RJ teve 16 propostas inscritas; o Espírito Santo não apresentou projetos.

Ao analisar as localidades dos proponentes, chama a atenção o fato de não haver um predomínio das capitais. No caso de São Paulo, a capital inscreveu 10 projetos e o estado contou com outros 16 municípios com instituições proponentes no edital. Em MG o cenário foi igualmente diverso, tendo a capital reunido 5 projetos inscritos enquanto os demais 10 projetos foram oriundos de municípios diferentes, havendo inclusive inscrições de localidades que distam mais de 600 km da capital e de municípios com pouco mais de 10 mil habitantes. No RJ, a distribuição geográfica dos projetos não foi tão ampla: foram 11 projetos da capital e da região metropolitana e apenas 5 projetos oriundos de outros municípios fluminenses.

O Nordeste foi a segunda região com maior número de projetos (36), o que equivale a 29% das inscrições. Apenas Sergipe não apresentou propostas ao edital e no gráfico a seguir podemos visualizar a distribuição de projetos inscritos por estado na região:

Gráfico 6: Inscrições do Nordeste no Prêmio Economia Viva (número de projetos por Estado)

Fonte: BRASIL (2010a; 2010f). Elaboração da autora.

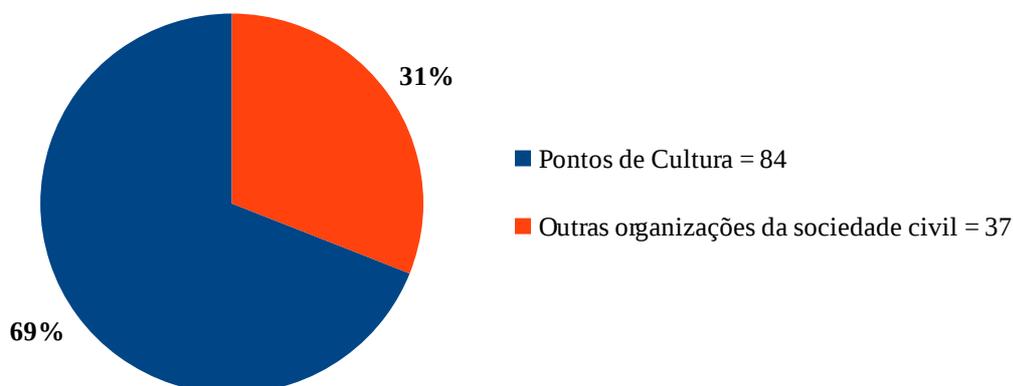
Diferentemente do Sudeste, nessa região a maioria dos projetos inscritos foi das capitais, com exceção dos estados que apresentaram uma quantidade maior de projetos, como é o caso da Bahia e do Rio Grande do Norte, cujas capitais tiveram 3 e 2 inscrições, respectivamente. Chama a atenção o fato do município de São Tomé – RN, com pouco mais que 10 mil habitantes, reunir duas inscrições no edital, uma de ponto de cultura e outra de organização da sociedade civil; isso nos oferece elementos para refletir acerca da mobilização local em torno do edital e deduzir que ele pode provocar um processo indutor de inscrições de organizações diferentes da mesma localidade, ainda mais em municípios pequenos em termos populacionais.

A região Sul, por sua vez, teve 13 inscritos, de apenas dois estados (RS e PR), sendo a terceira região em número de inscrições. O Rio Grande do Sul reuniu 9 inscrições, das quais 5 foram de Porto Alegre e sua região metropolitana e as demais de 3 municípios diferentes. O Paraná, por sua vez, contou com 4 inscrições, metade das quais provenientes de Curitiba. O Centro-Oeste reuniu 9 projetos inscritos de todos os estados da região e também do DF, que teve 2 inscrições de administrações regionais diferentes. O Mato Grosso alcançou o maior número de inscrições, chegando a apresentar 4 projetos, dos quais 3 foram de Cuiabá. O Mato Grosso do Sul apresentou 2 inscrições, 1 de Campo Grande e 1 de Dourados. A de Dourados recebeu o prêmio e foi ponto de cultura conveniado diretamente com o MinC no primeiro edital do programa, em 2004. Mesmo com o término do convênio, foi considerada ponto de cultura nesta pesquisa por ter sido fomentada dentro do Cultura Viva. Goiás reuniu apenas uma inscrição, de Inhumas, que acabou sendo indeferida. A

região Norte, por sua vez, contou com 6 projetos inscritos oriundos de 4 estados diferentes. O Pará foi o Estado da região Norte que reuniu maior número de inscrições, com 3 projetos (2 de Belém e 1 de Abaetetuba). Os demais estados com projetos inscritos foram Roraima, Tocantins e Amapá, com uma proposta cada, nem todas de capitais: o projeto do Amapá, por exemplo, foi do município de Santana.

Visto ser este edital um instrumento aberto também a inscrições de organizações da sociedade civil não conveniadas com o poder público enquanto pontos de cultura, interessou-nos saber a procura que o Economia Viva teve dentre essas organizações. Fizemos, portanto, um levantamento do conjunto das 121 instituições proponentes e identificamos que um pouco mais de dois terços das inscrições foi de pontos de cultura. No gráfico a seguir temos o levantamento exato da porcentagem e do número de instituições inscritas neste edital:

Gráfico 7: Participação de Pontos de Cultura no Economia Viva (porcentagem e número de Pontos de Cultura inscritos no edital)



Fonte: BRASIL, 2012d. Elaboração da autora.

Para a análise realizada aqui, considerou-se ponto de cultura toda instituição contemplada em algum edital do Cultura Viva ou do Mais Cultura, com convênio em operação ou já concluído, seja de ponto ou pontão de cultura, Ponto de Memória ou de Leitura ou, ainda, que tenha recebido algum prêmio de cultura e saúde, mídia livre e/ou de cultura digital. Ou seja, consideramos aqui pontos de cultura toda instituição que execute em parceria com o poder público algum projeto relacionado às ações do programa Cultura Viva ou que já tenha recebido recursos públicos para desenvolvê-lo. É importante destacar

que a análise foi feita com os dados de 2014 e não a partir da situação das instituições no momento do edital, em 2010.

Nesta pesquisa, não foram contempladas na categoria ponto de cultura as instituições habilitadas em editais estaduais de pontos de cultura, mas não selecionadas. Diferentemente do que prevê a Lei Cultura Viva, que reconhece pontos de cultura sem necessariamente fomentá-los, para fins deste estudo são considerados pontos de cultura as instituições conveniadas, premiadas ou beneficiadas diretamente por meio de bolsas e auxílios financeiros no âmbito do Cultura Viva. Como exemplo, mencionamos a Cooperativa de Trabalho dos Profissionais de Música de São Paulo, instituição habilitada no edital de pontos de cultura do Governo do Estado de São Paulo, porém que não ficou dentre as organizações selecionadas e premiadas por esse edital. Sua inscrição no Prêmio Economia Viva não foi considerada como de ponto de cultura.

Oito estados reuniram inscrições exclusivas de pontos de cultura no prêmio: Goiás, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Tocantins e o Distrito Federal. O inverso ocorreu apenas em um Estado, o Amapá, que apresentou apenas uma inscrição, de uma instituição que não é ponto de cultura. Os demais doze estados apresentaram uma distribuição razoavelmente equilibrada entre inscrições de pontos de cultura e de outras organizações da sociedade civil, sendo a maioria de pontos de cultura. A Bahia e o Mato Grosso foram os estados onde predominaram inscrições de instituições que não são pontos de cultura. A Bahia reuniu quatro inscrições de pontos de cultura e cinco de outras organizações. Dentre as quatro inscrições do Mato Grosso, apenas uma foi de ponto de cultura.

Este levantamento e esta análise ofereceram informações interessantes. Algumas já eram esperadas, como por exemplo a diversidade das áreas de atuação das instituições proponentes; outras, menos evidentes, como a inscrição de projetos por instituições parceiras de pontos de cultura na comercialização de seus produtos ou na produção e veiculação de conteúdo midiático livre produzido nos pontos. Ambas as questões são de suma importância e reveladoras do amplo potencial, da relevância e da pertinência desse instrumento de fomento de políticas públicas.

Além de organizações com atuação na área da cultura e das artes, houve inscrições de instituições do campo da economia solidária, como é o caso do Projeto Esperança/Coesperança, de Santa Maria/RS, que desde 1987 trabalha com autogestão e cooperativismo, constituindo-se hoje em uma referência do movimento de economia solidária. O edital contou também com inscrições de organizações que trabalham com

cultura digital e mídia livre; houve inscrições de organizações do setor audiovisual e cineclubista, associações agrícolas, organizações de terreiros de matriz africana, associações quilombolas, associações ambientalistas, um centro de formação em assentamentos rurais, instituições de cultura e saúde, de acessibilidade e de cultura e esportes, além de muitas associações de artesanato e também de diferentes expressões artísticas e manifestações culturais, como maracatu, cordel, circo, teatro, música, dança, capoeira, dentre outras. Redes de coletivos culturais também apresentaram projetos, como foi o caso do Circuito Fora do Eixo, que participou do edital com, pelo menos, cinco projetos⁵⁸.

A diversidade de áreas de atuação dos projetos e instituições inscritas revela a importância e a abrangência da temática e também é resultado de uma ampla mobilização para inscrição no edital levada a cabo por Andréa Saraiva, que não apenas divulgou a ação Economia Viva na Teia e nas redes sociais, como articulou o GT Economia Viva, estabeleceu um canal de comunicação online⁵⁹ e fez reuniões virtuais para esclarecimento de dúvidas⁶⁰. Vemos também, dentre as inscrições, forte presença de associações comunitárias, instituições representantes de grupos de cultura popular e das culturas tradicionais. É expressiva a presença da Cultura Viva Comunitária dentre os participantes do edital. A Universidade do Estado da Bahia foi a única universidade a apresentar projeto e, de modo geral, os demais proponentes são de organizações de base comunitária.

Como exemplo de recorrências encontradas dentre as inscrições de organizações que não eram pontos de cultura, mas que apresentam um histórico de envolvimento com o programa Cultura Viva e de atuação em rede com outros pontos de cultura, mencionamos a Central Mãos de Minas. Instituição parceira de pontos e pontões de cultura que trabalham com produção e comercialização de artesanato, como o Pontão de Cultura ArteSol e a Tecelagem Unaí, foi selecionada em 2009 no edital estadual do Mais Cultura em MG⁶¹. Outro aspecto que esses exemplos mineiros apontam é a formalização de grupos culturais. Em 2007, o Grupo Cultural Meninas de Sinhá foi premiado como grupo informal no Prêmio Cultura Viva e em 2010 o mesmo grupo, já formalizado, concorreu à premiação do Economia Viva como uma organização da sociedade civil. Certamente a premiação de 2007

58 Dentre as instituições que atuavam em rede com o Circuito Fora do Eixo à época deste edital, foi possível identificar cinco inscritos: a Associação de Produtores e gestores independentes de Cubo-Card – Asprogic (Cuiabá/MT); a Associação Caminho das Artes (São Carlos/SP); a Associação Instituto Cultural Janela Aberta (São Carlos/SP); o Instituto Global Comunitário (Inhumas/GO) e a Alvo Associação Cultural – AAC/RS (Porto Alegre/RS). Esta última foi premiada.

59 <http://culturadigital.br/economiaviva/edital-economia-viva/>

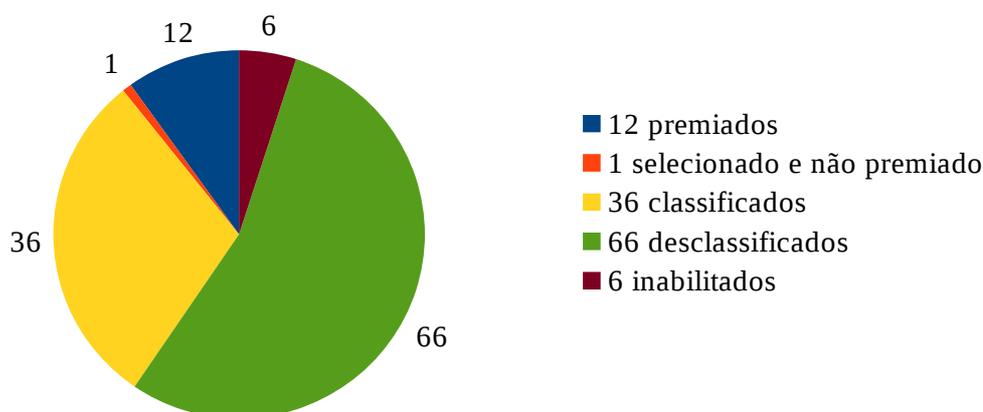
60 <http://culturadigital.br/economiaviva/edital-economia-viva/resumo-da-reuniao-virtual-do-edital-economia-viva/>

61 Um relato dessas ações em rede podem ser lidas em VILUTIS, 2014, p. 193-214.

foi um estímulo à continuidade do grupo, que chegou a se formalizar e a buscar outros apoios dentro do contexto do Cultura Viva.

Passemos agora para os resultados da avaliação dos projetos inscritos. Das 121 iniciativas propostas no edital, 12 foram premiadas e as demais foram avaliadas da seguinte forma:

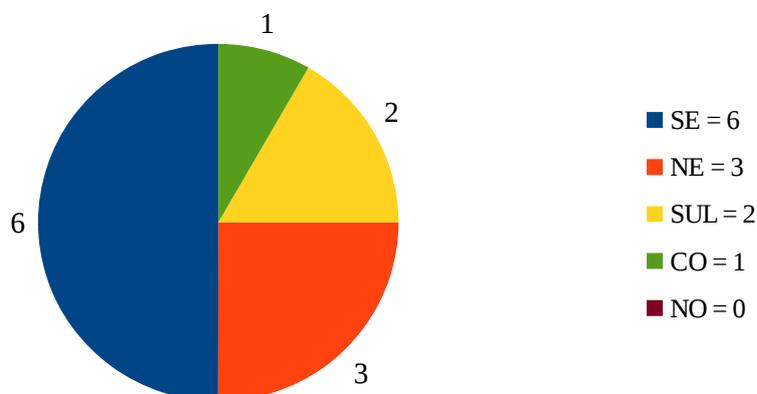
Gráfico 8: Resultado da seleção do Prêmio Economia Viva (número de projetos por categoria)



Fonte: BRASIL (2010h; 2010l). Elaboração da autora.

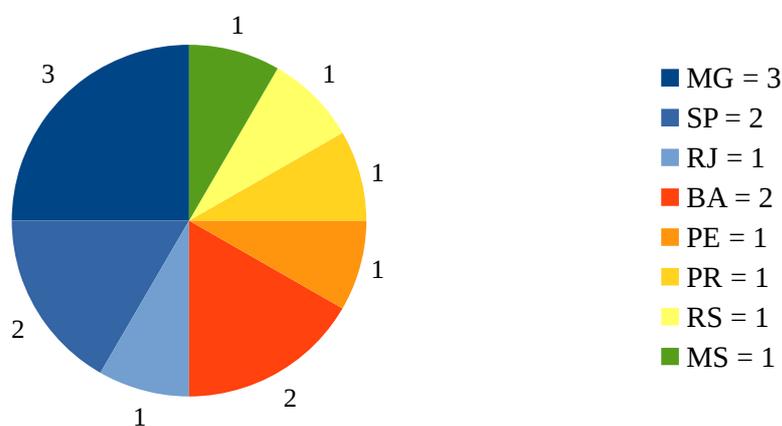
A decisão por premiar 12 instituições, em vez das 10 previstas no edital, foi tomada pela Comissão de Avaliação do Economia Viva, diante do alto número de projetos inscritos no prêmio. Com essa alteração, os projetos selecionados receberam o valor de 100 mil reais e não os R\$ 120 mil previstos inicialmente. A disputa foi considerada bastante acirrada e, mesmo com a ampliação dos premiados, ficou na marca de 1 prêmio a cada 10 inscrições, “o mais alto índice de disputa de todos os editais” (SARAIVA, 2010, p. 25). O número de inscritos superou as expectativas do MinC à época e reforçou a expressão da demanda dos pontos de cultura nesse campo.

A região Norte perdeu sua única representação dentre o conjunto de instituições premiadas, visto que o projeto selecionado do Grupo de Teatro a Bruxa Tá Solta, de Roraima, não conseguiu reunir toda a documentação necessária no momento de recebimento do prêmio e foi substituído pela primeira iniciativa da lista de classificados, o Instituto Kairós, de Minas Gerais. A partir dessa atualização, a distribuição geográfica das iniciativas premiadas ficou da seguinte forma:

Gráfico 9: Premiados por região (em número de projetos)

Fonte: BRASIL (2010h; 2010l). Elaboração da autora.

A mudança fez com que o estado de Minas Gerais fosse contemplado com três prêmios, conforme distribuição da premiação por estado:

Gráfico 10: Premiados por Estado (em número de projetos)

Fonte: BRASIL (2010h; 2010l). Elaboração da autora.

Dentre os 6 projetos selecionados do Sudeste, metade situa-se no estado de Minas Gerais, 2 deles em São Paulo e 1 no Rio de Janeiro. No Nordeste, a Bahia teve 2 projetos selecionados e o estado de Pernambuco, 1. Dos 2 projetos da região Sul, um situa-se no Rio Grande do Sul e o outro, no Paraná. No Centro-Oeste, apenas o estado do Mato Grosso do Sul teve projeto selecionado. Dentre os premiados de todo o edital, apenas uma instituição

não é ponto de cultura, a Associação Rede Cananéia, que fez o projeto em parceria com um ponto de cultura do município. No quadro a seguir, vemos a relação das instituições premiadas, com o nome dos projetos selecionados, por região e localidade:

Tabela 4 - **Projetos premiados no edital Economia Viva por região**

PROJETOS PREMIADOS NO EDITAL ECONOMIA VIVA POR REGIÃO					
REGIÃO	UF	MUNICÍPIO	NOME DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE	NOME DO PONTO DE CULTURA e DATA DE CONVENIAMENTO	PROJETO
SE	MG	Serro	Instituto Milho Verde - IMV	Cordão Cultural por Milho Verde: Fazer saber para tornar fazer e poder contar (2005)	Bordados da Barra: potencialização da capacidade produtiva
	MG	Sabará	AFFAS – Ação Faça uma Família Sorrir	TV Murinho (2007)	Pólo de Moda Produção Solidária Costurando sonhos
	MG	Nova Lima	Instituto Kairós	Ponto de Cultura Instituto Kairós (2006)	Sustent' Habilidades: tecendo o próprio futuro
	SP	Cananéia	Associação Rede Cananéia	Não é ponto de cultura	Rede de Economia Solidária
	SP	São Paulo	União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências	Tenda Cultural da Terceira Idade (2008)	Agência Popular de Fomento à Cultura Solano Trindade
	RJ	Rio de Janeiro	Associação dos moradores do condomínio e amigos da Vila Mimosa	Dama das Camélias (2005)	Camélia da Liberdade
NE	BA	Lauro de Freitas	Associação São Jorge Filho da Goméia	Projeto Cultural Bankoma Capoeira (2005)	Kula Tecelagem
	BA	Itacaré	Associação de Educação, Arte e Cultura Popular Casa do Boneco de Itacaré	Pontinho de Cultura / Ludicidade – programa de atenção à crianças negras (2008)	Projeto Isadi Dúdú
	PE	Recife	Instituto InterCidadania	Pontão de Cultura Digital iTEIA – Rede Colaborativa de Arte, Cultura e informação (2009)	Espaço ESCAMBO
CO	MS	Dourados	Associação Amigo do Índio	Casa da Cultura Nãnderetã (2005)	Padaria comunitária indígena: mãos na massa
SUL	PR	Paranaguá	Associação de Cultura Popular Mandicuera	Casa Mandicuera (2009)	Fabriqueiros
	RS	Porto Alegre	Alvo Associação Cultural - AAC	Ponto de Cultura e Saúde Arte Independente (2008) e Rubem Berta nas Asas da Cultura (2013)	Circuito Sul da Musica Independente

Fonte: BRASIL (2010h; 2010l). Elaboração da autora.

Embora o resultado das iniciativas selecionadas tenha sido consolidado e divulgado em 06 de julho de 2010, o primeiro pagamento do prêmio ocorreu apenas em junho de 2011, praticamente um ano depois. O Edital Economia Viva previa inscrições de projetos com valores diferenciados, mas todas as iniciativas foram premiadas com o mesmo valor de 100 mil reais. Até a data do pagamento da primeira parcela foi a mesma: 27 de junho de 2011. Apenas uma iniciativa foi premiada posteriormente, em janeiro de 2012; foi o projeto classificado que passou a ser premiado em substituição da iniciativa selecionada que não reuniu toda a documentação em tempo de ser premiada.

Os 11 meses passados entre o resultado do edital e o efetivo pagamento do prêmio ocorreram em um cenário de mudança de gestão interna no Ministério da Cultura e na Secretaria de Cidadania Cultural. Em 2010, o período eleitoral foi a justificativa para o não pagamento do Economia Viva; no ano seguinte, a mudança de gestão também explicou o seu atraso. As sucessivas auditorias internas atravessadas pela SCC e a SCDC no período também integraram o conjunto dos argumentos relativos à falta de previsão dos pagamentos (COMUNICADO, 2010).

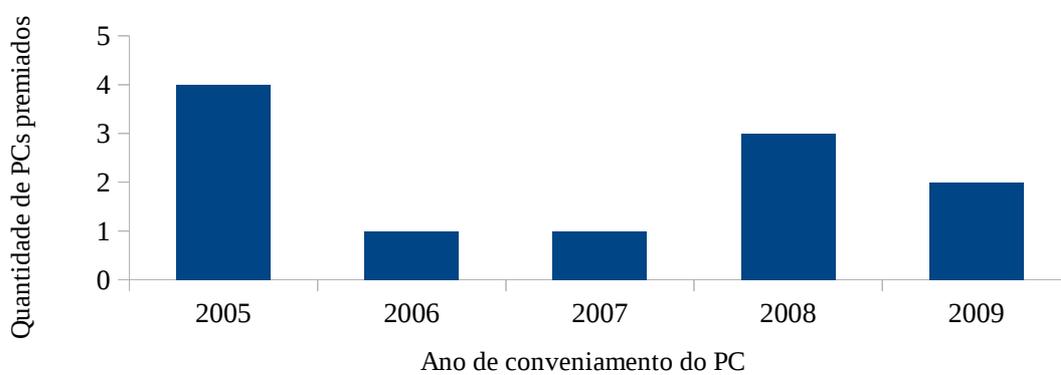
Dos 12 projetos apresentados, 8 entregaram o primeiro relatório de atividades entre os meses de dezembro de 2011 e fevereiro de 2012. A maior parte das iniciativas premiadas (oito delas) recebeu a segunda parcela entre abril e maio de 2012; as demais receberam no segundo semestre, entre julho e dezembro de 2012. Até a última pesquisa documental realizada nos arquivos do MinC em agosto de 2014, apenas três instituições tinham apresentado o segundo (e último) relatório: a Associação Rede Cananéia (em novembro de 2012), a Associação de Cultura Popular Mandicuera (em dezembro de 2012) e o Instituto Kairós (em maio de 2013).

Dentre os 11 pontos de cultura premiados, identificamos que há forte presença de instituições que firmaram convênios diretamente com o Ministério da Cultura nos primeiros editais do programa. Apenas dois pontos de cultura premiados contaram com outra forma de recebimento de recursos públicos do Cultura Viva e, mesmo assim, o repasse fora feito diretamente pelo MinC, como é o caso do Pontinho de Cultura e do Ponto de Cultura e Saúde. A Casa do Boneco de Itacaré teve o programa de atenção às crianças negras aprovado no edital de Pontinho de Cultura/Ludicidade de 2008 e, nesse mesmo ano, a Alvo Associação Cultural, em Porto Alegre/RS, integrou a Rede de Pontos de Cultura e Saúde. Essa rede foi mobilizada a partir do edital Cultura e Saúde lançado em 2008, por meio do qual foram premiadas 41 instituições. Além delas, outras instituições passaram a compor a Rede pelo Projeto Pontos de Prevenção/Unesco e a Rede dos Pontos de Cultura do Grupo Hospitalar Conceição (GHC) em Porto Alegre/RS, uma parceria do MinC com o Ministério da Saúde.

Quando apresentou o projeto ao Economia Viva, a Alvo Associação Cultural estava executando esse convênio e integrava a Rede do GHC com o *Ponto de Cultura e Saúde Arte Independente*. Já em 2013, o Governo Estadual do RS lançou edital para fomentar pontos de cultura e essa mesma Associação foi selecionada com o projeto do *Ponto de Cultura Rubem Berta nas Asas da Cultura*, cujo convênio segue vigente e identifica a iniciativa da instituição atualmente no Cultura Viva.

Além desses dois pontos, todos os premiados foram executados por convênios diretos com o MinC e quatro deles foram conveniados em 2005, no primeiro e no segundo editais do programa Cultura Viva. O único pontão de cultura contemplado na premiação foi o Pontão de Cultura Digital iTEIA que também teve um convênio direto com o MinC, em 2009. Veremos no gráfico a seguir a quantidade de premiações de acordo com os anos de conveniamento dos pontos de cultura.

Gráfico 11: Participação de Pontos de Cultura-PC no Prêmio Economia Viva (quantidade de pontos de cultura por ano de conveniamento)



Fonte: BRASIL, 2012d. Elaboração da autora.

O Gráfico 11 permite-nos identificar que mais de um terço dos pontos de cultura premiados no Economia Viva participam do Cultura Viva praticamente desde o seu início. Chama a atenção o fato do prêmio não ter contemplado nenhuma iniciativa fruto da descentralização do programa, os chamados “Pontos de Rede” (com conveniamentos estaduais, municipais e intermunicipais). Podemos depreender diversas interpretações a respeito desse perfil das iniciativas premiadas. Todas as reflexões serão aproximadas e estimativas, pois não dispomos de um conhecimento amplo nem aprofundado o suficiente acerca do conjunto dos projetos apresentados e da seleção dos premiados.

No entanto, a partir da leitura dos projetos premiados e da visita a parte deles na pesquisa de campo, podemos perceber que é notória a participação dos pontos premiados nas atividades e iniciativas ao longo da história do Cultura Viva, como as Teias, o Fórum dos Pontos de Cultura e os grupos de trabalho da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura. Como vimos no Capítulo 2 deste estudo, foi nesses espaços e eventos que as demandas relacionadas à sustentabilidade dos pontos de cultura foram expostas, dialogadas e

construídas. As Teias foram marcadamente o espaço do Cultura Viva que melhor integrou a cultura e a economia solidária, chegando a ser, em alguns casos, a única experiência de pontos de cultura com a economia solidária. Acreditamos que a participação dos pontos de cultura premiados nesses espaços e eventos favoreceu a identificação de sua prática às temáticas propostas no edital do Prêmio Economia Viva.

Outro aspecto que certamente tem relação com a participação desses pontos de cultura mais “antigos” no prêmio diz respeito ao que também foi trabalhado aqui relativo ao desafio de continuidade das ações culturais dos pontos após o término dos convênios. No momento da inscrição no Prêmio Economia Viva, um terço dos premiados estava com os seus convênios em fase final de execução ou até mesmo na prestação de contas. Na análise dos projetos premiados e na sua relação com o Cultura Viva, veremos de forma mais detalhada como as iniciativas já existentes buscaram ser fortalecidas com essa premiação. Como já mencionado, os pontos de cultura não nasceram a partir do apoio do MinC, nem de outros órgãos públicos, mas são ações culturais já existentes que o fomento público veio ativar e potencializar. Por isso existe a analogia com o do-in que, no caso do Economia Viva, podemos afirmar que foi a busca por um do-in econômico nas ações culturais desenvolvidas pelos pontos de cultura e pelas organizações da sociedade civil.

Com a descentralização do programa, muitos pontos de cultura, ao concluírem seus convênios federais, passaram a participar dos editais estaduais e municipais. Foi também o que ocorreu com os premiados no Economia Viva. Dos 11 premiados que, no momento de sua inscrição no Economia Viva, dispunham de convênio ou prêmio direto com o MinC vigente (ou em fase de prestação de contas), 4 foram aprovados posteriormente em novos editais de “pontos de rede”: 3 deles em redes estaduais e 1 na rede municipal de pontos de cultura de Sabará/MG (a Ação Faça uma Família Sorrir).

Os 3 premiados no Economia Viva que tiveram novos convênios firmados com governos estaduais foram: o recém-mencionado *Ponto de Cultura Rubem Berta nas Asas da Cultura*, de Porto Alegre/RS, a Associação dos moradores do condomínio e amigos da Vila Mimosa que firmou novo convênio com o Governo do Estado do Rio de Janeiro para executar o *Ponto de Cultura Transformando Cidadãos através da Tecnologia e Nova Mídia* e o Instituto Kairós, que foi aprovado no edital de pontos de cultura do governo de Minas Gerais com o projeto do *Ponto de Cultura Kairós: cultura oral e novas tecnologias*. Os demais sete pontos de cultura contemplados no Prêmio Economia Viva não firmaram novos convênios no âmbito do Cultura Viva. Duas instituições chegaram a concorrer em editais estaduais: o Instituto Milho Verde ficou como suplente do edital mineiro e a Associação

Amigo do Índio teve o projeto do *Ponto de Cultura Omixóneti* desclassificado na seleção realizada pelo governo do Mato Grosso do Sul.

No que diz respeito à descentralização do Cultura Viva e, a despeito das limitações de seu alcance e efetividade já mencionados aqui, há uma experiência territorial que merece ser registrada. A Secretaria de Cultura da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, por meio de sua Subsecretaria de Articulação, Cidadania e Diversidade Cultural, lançou em agosto de 2014, um edital público de seleção de seis pontões de cultura do município do Rio⁶². Por meio de um convênio de três anos, no valor de R\$ 1,2 milhões, cada pontão desenvolverá ações de formação e articulação da Rede Carioca de Pontos de Cultura. O edital previu pontões temáticos em seis categorias e uma delas foi de Economia Viva. Os demais pontões são nas áreas de: Formação para Gestão Cultural; Observatório e Memória; Comunicação e Cultura Digital; Infância e Juventude; e Cultura e Educação.

Originalmente previsto para chamar-se pontão de economia criativa, o nome foi reformulado a partir de conversa da Prefeitura do Rio com o Fórum de Pontos de Cultura do Rio de Janeiro. Os pontos sugeriram a utilização de um “vocabulário próprio do Cultura Viva”, que traduzisse a forma de organização da produção dos pontos de cultura. A Representação Regional do Ministério da Cultura no Rio de Janeiro também participou e acompanhou a formulação do edital; chegou a sugerir o termo economia criativa e solidária, o que coincide com as formulações do MinC à época. Entretanto, não houve aderência ao termo economia criativa por parte dos pontos de cultura, o que reforça o que já foi abordado aqui a respeito da pouca identificação com essa concepção no universo do Cultura Viva.

A instituição vencedora do Pontão Economia Viva foi a Coppetec⁶³, Fundação voltada à realização de projetos de desenvolvimento tecnológico, pesquisa, ensino e extensão ligados à UFRJ. Com uma larga trajetória no campo da economia solidária, por meio da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP da COPPE-UFRJ, a Fundação já firmou convênios com a Senaes e desenvolve diversos projetos nas áreas de formação e incubação de empreendimentos econômicos solidários desde a década de 1990. A vasta trajetória de atuação institucional com economia solidária da Coppetec não se repete na cultura. Inclusive, dentre as seis instituições conveniadas com a Prefeitura do Rio para implementar os pontões de cultura, a Fundação é que tinha menos contato com o Cultura Viva. Isso mais uma vez reforça as diversas possibilidades de ampliação da interação entre esses dois campos -cultura e economia solidária-, que ainda muito pouco se conversam e

62 <http://www.rio.rj.gov.br/web/smc/exibeconteudo?id=4838675>.

63 <http://www.coppetec.coppe.ufrj.br/site/>

apoiam mutuamente, não apenas no poder público, mas também junto às instituições da sociedade civil. Outra instituição que apresentou projeto no edital para o Pontão de Cultura do Economia Viva foi o Instituto Gênesis da PUC-Rio, responsável por implementar o Rio Criativo, Incubadora de Empreendimentos da Economia Criativa do Rio de Janeiro, em parceria com a Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro. A seleção de uma instituição com maior ênfase de atuação na economia solidária para o Pontão Economia Viva reforça a concepção original dessa ação pública e as perspectivas de possíveis aportes inovadores gerados a partir dessa intersecção.

A Rede Carioca de Pontos de Cultura conta com um total de 165 pontos de cultura localizados na cidade do Rio de Janeiro, sendo 50 pontos de convênios municipais (do ano de 2013); 67 pontos da Rede Estadual e 48 pontos de cultura com conveniamento direto com o MinC. Vemos aqui uma experiência de rede com pontos das três instâncias em um mesmo município. Um dos desafios enfrentados pela gestão dessa rede é a desconcentração territorial dos pontos de cultura. Após um diagnóstico de que a maioria dos pontos de cultura existentes antes de 2013 estavam situados no centro da cidade e na zona sul da capital carioca, o edital municipal de pontos de cultura previu o conveniamento de 60% dos pontos de cultura da Zona Norte e da Zona Oeste do município. A Secretaria de Cultura fez o mesmo com outro edital de ações locais voltadas a grupos informais e direcionou essa preocupação no Edital de Pontões de Cultura, ao prever que as ações dos pontões seja de formação e articulação dessa rede de forma desconcentrada. Para tanto, no que diz respeito ao Pontão de Cultura Economia Viva executado pela Fundação Coppetec, estão previstas as seguintes ações:

- a) Desenvolver ações de formação no campo da economia e das trocas de produtos, serviços e processos culturais;
- b) Nas ações de formação, estimular práticas colaborativas, justas e solidárias
- c) Nas ações de formação, incentivar o fortalecimento de processos produtivos que favoreçam a geração de renda e a autonomia financeira dos projetos;
- d) Identificar e produzir diagnóstico sobre fontes de recursos e suas aplicações, atividades produtivas, confecção de bens, oferta de serviços, estratégias de troca e venda encampados pelos Pontos de Cultura;
- e) Favorecer o contato com mecanismos de apoio e patrocínio cultural, instrumentalizando para a captação de recursos públicos e privados;
- f) Mediar o acesso a canais de formalização do trabalho cultural;
- g) Reconhecer e potencializar estratégias ou arranjos econômicos inovadores, desenvolvidos a partir de situações e desafios apresentados no ambiente urbano, cotidiano, popular e comunitário;

- h) Identificar potencialidades e vocações produtivas dos territórios e comunidades em que os Pontos de Cultura estão inseridos e promover a integração dos mesmos com redes de produção locais;
- i) Colaborar para o desenvolvimento de circuitos ampliados de produção, circulação e fruição de bens e serviços culturais na cidade. (RIO DE JANEIRO, 2014, p. 5-6).

A forte ênfase dada à questão territorial e de descentralização dessa ação pública municipal prevê que o início do projeto dos pontões de cultura seja de mapeamento e, no caso do Pontão de Economia Viva, será feito um levantamento dos produtores locais e de arranjos existentes para além da Zona Sul do Rio de Janeiro. Uma ação articulada do conjunto dos pontões de cultura também está prevista e reforça a expectativa de que a implementação dessa ação pública traga importantes contribuições e aprendizados no que diz respeito à intersecção entre cultura e economia solidária junto aos pontos de cultura, bem como à implementação do Cultura Viva em redes territoriais e desconcentradas. A continuidade do legado do Economia Viva encontra em experiências como essa um redobrado fôlego de renovação.

No próximo capítulo, apresentaremos um perfil das iniciativas selecionadas no Prêmio Economia Viva realizado pelo MinC; teremos a oportunidade de conhecer algumas experiências de pontos de cultura e instituições que desenvolveram projetos no âmbito nacional do Economia Viva. As formas encontradas por essas instituições para manterem seus projetos e ações culturais, mesmo sem novos convênios nem fomentos aos pontos de cultura, são algumas das questões trabalhadas na pesquisa de campo que serão abordadas no quinto capítulo. Essas experiências oferecem elementos importantes para refletirmos acerca das estratégias e possibilidades encontradas para manutenção das ações culturais e para a sustentabilidades dessas organizações após o término do prêmio.

CAPÍTULO IV

PERFIL DAS INICIATIVAS PREMIADAS NO ECONOMIA VIVA

Neste capítulo teremos a oportunidade de saber mais sobre as propostas premiadas no Economia Viva e obter mais informações acerca da execução dessa ação. Buscaremos apontar recorrências e singularidades nos projetos apresentados pelos pontos de cultura e organizações da sociedade civil contempladas na premiação. Acreditamos que isso nos oferecerá uma visão mais abrangente do que foi o Prêmio Economia Viva, não mais em termos da atuação do poder público, mas a partir dos demais atores participantes dessa ação pública. As necessidades e intencionalidades apresentadas nos projetos premiados, os percalços e as novidades encontradas na execução das iniciativas e algumas impressões coletadas na pesquisa de campo fazem parte do que trataremos aqui.

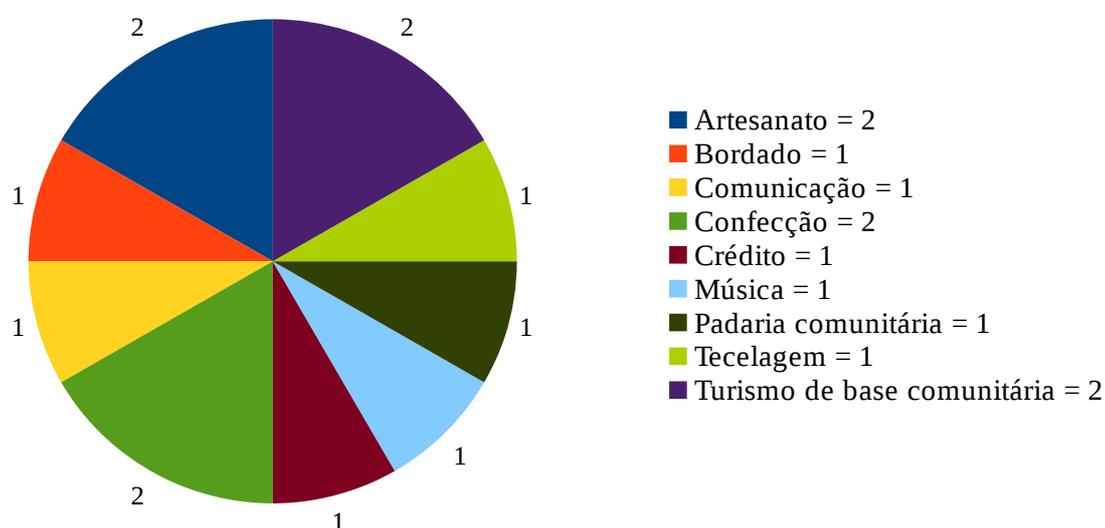
Os subsídios da pesquisa realizada neste capítulo foram os 12 projetos selecionados e premiados no edital, os relatórios das iniciativas premiadas apresentados ao MinC, os documentos de sua execução e as entrevistas realizadas com integrantes de sete dessas instituições. Naturalmente, a pesquisa de campo ofereceu muito mais informações e conteúdos do que foi possível alcançar apenas com a leitura dos projetos e relatórios. Disso decorrem algumas diferenças de densidade e tratamento da informação entre as experiências do Economia Viva aqui apresentadas. Em vez de trabalhar apenas com as instituições visitadas na pesquisa de campo, optou-se aqui por apresentar o conjunto das premiações e com isso percorrer a amplitude e a diversidade das propostas, por se acreditar ser importante partir de um registro amplo dessa ação pública para, em seguida, olhar mais atentamente algumas experiências pontuais e sua relação com a economia solidária, o que será feito no último capítulo deste trabalho.

A geração de renda é objetivo de todos os projetos premiados, e é importante destacar que ela não é pensada sozinha, desconectada de outras ações, mas aparece sempre aliada a um conjunto de iniciativas, como: formalização dos empreendimentos, capacitação para aprimoramento ou diversificação da produção, discussões sobre valores culturais e concepções do mercado de trabalho, atendimento psicossocial, atividades lúdicas e elevação da autoestima dos trabalhadores envolvidos com a produção e/ou a prestação de serviços culturais.

A diversidade de atividades econômicas das iniciativas premiadas é muito grande e dificilmente há projetos voltados a apenas um setor ou uma atividade. A articulação em rede e

a intersectorialidade são aspectos de grande relevância e recorrência dentre as iniciativas premiadas. Para montagem do Gráfico 12, a definição da atividade econômica principal das iniciativas levou em consideração as informações apresentadas nos projetos. O formulário do projeto tinha um item específico para isso, embora em formato descritivo, o que requereu um trabalho de análise e interpretação do que foi efetivamente realizado e alcançado, para que se pudesse, então, fazer o recorte da atividade econômica principal de cada iniciativa contemplada.

Gráfico 12: Atividade econômica principal das iniciativas premiadas no Economia Viva (por atividade e número de projetos)



Fonte: Projetos apresentados ao Prêmio Economia Viva. Elaboração da autora.

Como podemos ver, o Prêmio contemplou quatro projetos de costura, sendo dois de confecção, um de bordados e outro de tecelagem. Para a elaboração do gráfico, a opção por tratá-los em suas especificidades levou em consideração as diferenças de seus processos produtivos e dos contextos em que foram realizados. O projeto Bordados da Barra foi realizado na comunidade rural de Barra da Cega, no distrito de Milho Verde do município do Serro/MG. O Projeto Kula Tecelagem, de Lauro de Freitas/BA, voltou-se à produção de peças diversas com o pano de Alaká, ou pano da costa. A arte de tecê-lo tem forte expressão simbólica, étnica e identitária, o que também encontramos no trabalho das bordadeiras da Barra da Cega, mas não está presente nas iniciativas de confecção, por exemplo. O Pólo de Moda Produção Solidária Costurando Sonhos, em Sabará/MG, e o Camélia da Liberdade, no Rio de Janeiro/RJ, foram os projetos de confecção premiados. Ambos estão inseridos em

contextos urbanos e preveem capacitar mulheres para a constituição de um empreendimento ou grupo produtivo.

É importante destacar que, mesmo havendo dois projetos de artesanato, a diversificação da produção entre as iniciativas premiadas é muito grande, assim como também é variado o conjunto de produtos, materiais e técnicas artesanais utilizadas e existentes em uma mesma iniciativa. Um exemplo é o projeto do Instituto Kairós, que contemplou a produção de peças e brindes artesanais feitos com folha de bananeira, bambu, reciclagem de tecidos e customização, bem como alimentos caseiros e fitoterápicos produzidos por diferentes grupos de artesãos, mestres griôs e integrantes da comunidade de Macacos, em Nova Lima/MG. Isso revela a dificuldade, inclusive, de delimitar apenas um segmento da produção econômica dos projetos. O mesmo ocorreu com a outra iniciativa premiada cuja atividade econômica foi classificada no gráfico como artesanato, mas também desenvolveu a produção de instrumentos musicais da cultura caiçara e do fandango, além de adereços para escolas de samba, que é o caso do Projeto Fabriqueiros da Casa Mandicuera, na ilha dos Valadares, no Paraná.

A produção artesanal também está presente em outros projetos, como parte de um conjunto maior de ações em rede. Esse é o caso do projeto Rede de Economia Solidária que fomenta o turismo de base comunitária em Cananéia/SP, envolvendo a confecção artesanal de instrumentos musicais e o artesanato com fibras naturais, além de apresentações culturais e da culinária caiçara na construção dos roteiros. O turismo de base comunitária também foi contemplado no prêmio com outra iniciativa, o Projeto Ìdasi Dùdú, da Casa do Boneco de Itacaré/BA. Essa iniciativa teve como objetivo fortalecer roteiros de turismo étnico de base comunitária, fomentar a comunicação entre os grupos e promover a comercialização de seus produtos e serviços.

A principal atividade econômica do Projeto da Agência Popular de Fomento à Cultura Solano Trindade foi classificada no gráfico como sendo uma iniciativa de crédito, visto que sua principal ação foi potencializar a linha de crédito para empreendimentos e produtores culturais oferecida pelo Banco Comunitário União Sampaio. A mobilização e a articulação em rede de grupos e coletivos culturais da zona sul de São Paulo/SP, bem como a organização da comercialização e troca de seus produtos e serviços, foi também o que o Projeto da União Popular de Mulheres do Campo Limpo e Adjacências realizou. Outra iniciativa de articulação em rede e fomento de trocas de produtos e serviços entre pontos de cultura foi o Projeto Espaço ESCAMBO. Proposto pelo Pontão de Cultura Digital iTEIA, do

Recife/PE, a iniciativa premiada consistiu no desenvolvimento de uma plataforma digital de trocas de produtos, serviços e saberes para a criação de um mercado solidário de trocas online.

A demanda por aperfeiçoar a comercialização dos grupos culturais esteve presente em todos os projetos e podemos afirmar ser esse um desafio compartilhado pelo conjunto das iniciativas premiadas. O Circuito Sul da Música Independente foi um projeto proposto pela Alvo Associação Cultural (ACC), de Porto Alegre/RS, também voltado à comercialização de produtos e à articulação em rede de artistas e pontos de cultura. Como seu próprio nome expressa, a iniciativa proposta almejava promover a cadeia produtiva da música independente e previu ações de circulação de artistas e articulação de pontos de cultura nos três estados da região sul. O projeto de criação de uma Padaria Comunitária Indígena foi proposto pela Associação Amigo do Índio e previa a realização de um curso de panificação para qualificar a produção de pães, bolos e biscoitos nos Núcleos de Atividades Múltiplas (NAM) localizados na Aldeia Jaguapiru e na Aldeia Bororó, no Mato Grosso do Sul.

Apesar das diferenças e especificidades dos projetos, há aspectos presentes em todos eles. Ações de capacitação e promoção da produção cultural foram o meio escolhido pelo conjunto das iniciativas para alcançar os desafios da geração de renda. Muitos deles também previram a formalização dos grupos culturais como uma das finalidades da premiação, o que não teve êxito, como veremos mais adiante. Identificamos ainda que a ressignificação de valores, a renovação dos laços sociais, a produção e reprodução de saberes locais, a convivência e a troca com os diferentes também estiveram presentes de forma relevante na execução das iniciativas, e representaram avanços significativos para a articulação em rede e a territorialização das ações culturais. O fortalecimento dos laços de solidariedade e das relações de alteridade são alguns dos outros alcances que podemos identificar nas iniciativas, e que envolvem a ampliação do sentimento de pertencimento comunitário e de valorização da identidade cultural local. A inserção social e a integração produtiva aliadas à promoção da identidade e da diversidade cultural contribuem para o desenvolvimento local e comunitário, como revelam algumas experiências reconhecidas pelo Economia Viva. Essa convergência e complementariedade apontam para uma sinergia de ações culturais, sociais, econômicas, ambientais e políticas.

Muitos projetos apresentaram uma crítica à sociedade de consumo e ao modelo vigente de produção cultural, orientados por práticas de “banalização da ancestralidade e da identidade étnica” (ASSOCIAÇÃO CASA DO BONECO DE ITACARÉ, 2010), e por isso os projetos propõem uma forma alternativa de organização social e econômica, com maior

apropriação e participação por parte dos envolvidos, “um modelo comunitário diferenciado que objetiva a construir um mundo mais do nosso jeito” (idem). A leitura crítica das disputas existentes na sociedade atual e a inserção da ação cultural no contexto desses conflitos fizeram com que muitos projetos tivessem forte viés de transformação social. “A carência de uma política pública municipal de desenvolvimento da cultura e sua economia com aproveitamento no turismo, fez com que a cultura popular ficasse marginalizada num processo de perda de espaço para a cultura urbana” (ASSOCIAÇÃO MANDICUERA, 2010, p. 2).

O processo de territorialização das ações culturais muitas vezes se vincula a mobilizações sociais e políticas realizadas ao longo da história das instituições e pontos de cultura. Ao mesmo tempo em que há um olhar para o passado e as tradições, a conexão com o presente e o futuro são igualmente fortes e necessárias. A valorização dos saberes e ensinamentos dos mestres populares das culturais tradicionais, como os griôs, também contribui para a transformação social de povos e grupos culturais, a ampliação da apropriação simbólica e política dos valores e práticas ancestrais e para o desenvolvimento comunitário. O Instituto Kairós trabalha nessa perspectiva, com a qual também desenvolveu seu projeto no Economia Viva:

O que se verifica a partir daí [do reconhecimento e da valorização dos saberes dos mestres griôs de tradição oral e das manifestações culturais locais] é uma inversão da lógica oficial de todo o arranjo político/institucional instaurado na sociedade, onde, a comunidade, fortalecida em sua identidade e pela valorização de seus saberes e modos de fazer, passa a ser protagonista do desenvolvimento do seu próprio território e influenciar a construção de ações de políticas públicas locais (INTITUTUO KAIRÓS, 2010, p. 4).

O desenvolvimento de valores coletivos e solidários a partir do trabalho em rede também tem relação com a construção de um projeto de futuro, com ações de transformação da realidade atual e local. Muitas vezes, isso ocorre a partir do contato com outras práticas e valores opostos ao sentido de participação e pertencimento, compartilhados originalmente na organização social da ação cultural. Thiago Vinícius, da Agência Solano Trindade, também reconhece a importância de ressignificar valores e práticas porque:

São valores que a gente já experimentou do outro lado que nos fez muito mal. Valores da ganância, valores de puxar o tapete do outro, de olho grande e a gente se juntou num clã, a gente se juntou numa família e falou, mano, nenhum aqui mais vai passar por isso de novo, a sociedade tem que aceitar a gente do jeito que a gente é, se eu levantei de manhã e não penteei o cabelo,

a sociedade vai ter que me aceitar. Valores que a gente está trazendo pro lugar que nunca deveriam ter saído (VINÍCIUS, 2014, entrevista).

A transformação cultural sustentada pela mudança de valores tem forte presença e expressividade nos projetos e relatórios das iniciativas premiadas, como podemos ver no trecho a seguir: “Trabalhamos também com temas ligados a sentimentos como a honestidade, a solidariedade e os temores frente à violência urbana. A cultura do egoísmo versus a compaixão e a fraternidade” (AMOCAVIM, 2012, p. 2). Vemos que isso toca uma dimensão política transversal de grande parte dos projetos e instituições premiadas, e diz respeito à transformação da cultura política, o que envolve a gestão, formação, organização social e a própria produção ou prestação de serviços. A União Popular de Mulheres do Campo Limpo e Adjacências tem isso muito consolidado ao longo de sua caminhada de mais de 25 anos de incidência política em lutas sociais de defesa e criação de novos direitos:

Somos um grupo que acredita em uma outra forma de fazer política, uma forma que construa uma sociedade de igualdade, respeito a diversidade e poder popular. Sendo assim outro valor importante que vem sendo fortalecidos é da “educação popular” ou “reconhecimento do conhecimento popular, empírico”. Estamos fortalecendo isso através da valorização do conhecimento local e coletivo, construindo espaços de decisão coletiva, e fortalecendo lutas populares (UPM, 2011, p. 11).

O desenvolvimento da autonomia comunitária é um alcance almejado em todos os projetos apresentados ao Economia Viva, embora sua efetivação tenha se demonstrado muito mais complexa e demorada do que fora planejada. Mas merece atenção a recorrência desse objetivo dentre as premiações. Mesmo aquelas iniciativas voltadas ao desenvolvimento tecnológico, à elaboração de um portal e à realização de oficinas em software livre, por exemplo, mantiveram de forma expressiva a intenção de contribuir com a promoção da autonomia comunitária. Estamos nos referindo aos projetos Isadi Dúdú, da Casa do Boneco, e ao Espaço ESCAMBO, do Pontão de Cultura Digital iTEIA. Nesses casos, a autonomia comunitária não passa apenas pelo conhecimento, uso e difusão de ferramentas tecnológicas livres, o que em si é bastante inovador. A preocupação é aliar esse conhecimento técnico ao político, de modo a favorecer que as pessoas envolvidas no desenvolvimento do projeto e no uso da plataforma possam olhar e refletir criticamente sobre sua própria realidade social e incidir politicamente nela. Experiências como essas reforçam que a autonomia comunitária deve ser concebida, portanto, como um processo que envolve formação tecnológica, política e envolvimento nas ações de intervenção social e transformação cultural.

Acreditar na capacidade de transformar sua própria realidade é um dos pontos de partida dos projetos que se propuseram de forma abrangente e transversal a provocar essas mudanças e autonomia:

Hoje somos mais de 150 agentes integrados, (segue anexo nome/email) pessoas e coletivos que se cadastraram por vontade própria e assim se propuseram a construir coletivamente novas formas de se organizar, se articular e realizar seus projetos e sonhos. Estamos juntos por acreditar em nossa capacidade de mudar nossa realidade e é através do fortalecimento de nossas ações que estamos conseguindo reconstruir valores que fortalecem nossas comunidades, nossa cultura local, nossas produções artísticas, nossa identidade de classe e só assim conseguir entender como podemos criar nossas próprias instituições, coletivos, marcas, grifes, bancos, conhecimento, com nossos valores e de forma auto-gerido e auto-financiado - 'DE NOIS PRA NOIS' (UPM, 2011, p. 11).

Nos capítulos anteriores, falamos da importância do fomento público a ações culturais ser realizado de baixo para cima e agora vemos a importância de esse movimento também ocorrer de dentro pra fora. Antes de passarmos às experiências de premiação do Economia Viva, percorreremos de forma breve alguns apontamentos de recorrências na execução da premiação e a avaliação por parte das instituições premiadas acerca dessa ação pública.

A redução orçamentária de mais de 15% do valor dos projetos foi uma das primeiras questões a serem resolvidas pelas instituições que tiveram suas iniciativas selecionadas no Prêmio Economia Viva, além da necessidade de providenciarem toda a documentação para a premiação. Conforme relatamos no capítulo anterior, originalmente estavam previstos 10 prêmios de R\$120 mil, mas o grande volume de inscrições estimulou a Comissão de Seleção de Projetos a ampliar esse número para 12 prêmios de R\$100 mil cada. A redução no valor do prêmio foi apontada por alguns entrevistados e em alguns relatórios como um problema na execução do projeto que provocou mudanças e cortes em ações previstas.

O período de um ano que se passou entre a divulgação do resultado e o pagamento efetivo dos premiados tampouco favoreceu a execução dos projetos, pois muitas conjunturas organizacionais se modificaram nesse tempo. Como os projetos integram processos vivos e dinâmicos, na maioria das vezes comunitários e territoriais, é muito comum ter suas necessidades e possibilidades alteradas no período de um ano. De formas mais ou menos intensas, esse tempo impactou a execução dos projetos, provocando alterações no seu público participante, como veremos a seguir na apresentação dos projetos. Os participantes das iniciativas premiadas no Economia Viva têm o mesmo perfil do público integrante das ações

dos pontos de cultura: são uma população de baixa renda, situada em territórios de alta vulnerabilidade social e baixo IDH, o que dificulta ainda mais sua permanência em projetos sociais e culturais quando estes enfrentam oscilações.

Em alguns casos, essa dificuldade foi enfrentada duplamente, diante da demora no pagamento de ambas as parcelas. “A segunda parcela saiu apenas em junho [cinco meses após a entrega da prestação de contas da primeira parcela] e acabou fazendo que a maioria dos alunos desistisse do projeto, arrumando outras atividades, assim como alguns artesãos envolvidos” (ASSOCIAÇÃO MANDICUERA, 2012, p. 10). O relato revela não apenas a desistência de participação nas atividades formativas pelos educandos, mas também dos artesãos voltados à iniciativa produtiva e ao repasse do conhecimento, o que gerou contratempos ainda maiores. Levando em consideração o conjunto dos projetos, a média de tempo entre a apresentação do relatório de aplicação dos recursos da primeira parcela e o pagamento da segunda parcela foi de 4 meses e meio. O atraso no pagamento do prêmio não dificultou apenas a mobilização do público para as atividades, prejudicou também algumas parcerias firmadas para sua execução, como revela o relatório de uma das instituições premiadas: “As parcerias com as prefeituras, bem como a mobilização tiveram que reiniciar devido a demora no repasse do recurso do Prêmio.” (idem, 2012, p. 9).

O primeiro relatório de execução e aplicação dos recursos do Prêmio Economia Viva a que as instituições precisaram responder possui uma questão relativa à opinião dos premiados acerca da implementação da ação Economia Viva por parte da Secretaria de Cidadania Cultural, destacando os pontos positivos e negativos e sugerindo melhorias para o seu aperfeiçoamento. A crítica à falta de acompanhamento e articulação das iniciativas contempladas por parte do MinC foi recorrente, “não há o indicativo de um setor sendo construído que fortaleça a economia da cultura colaborativa. Há uma sensação desconfortável que estamos (os movimentos sociais de cultura) por nossa própria conta” (ASSOCIAÇÃO CASA DO BONECO DE ITACARÉ, 2011, p. 5).

Como vimos nos capítulos anteriores, este Prêmio era uma parte da ação Economia Viva, cujo escopo era mais amplo e abrangente, o que requeria também um protagonismo por parte do Ministério da Cultura. Na concepção original da ação Economia Viva, os projetos premiados se potencializariam por meio da articulação em rede, da troca de produtos e serviços, da elaboração conjunta de instrumentos de gestão, acompanhamento e avaliação e da realização de um encontro nacional, dentre outras iniciativas complementares. Havia a expectativa por parte dos pontos de cultura selecionados de que o MinC intermediaria essas iniciativas, promoveria o encontro nacional, contribuiria nessa articulação, ao menos

inicialmente, para favorecer a sinergia entre as iniciativas premiadas. Como sabemos, isso não ocorreu e foi sentido pelos pontos de cultura, como podemos ver no depoimento de um dos entrevistados (JATOBÁ, 2015, entrevista):

Senti falta de mais articulação do Economia Viva dentro do Ministério da Cultura, porque o papel fundamental do MinC era fomentar essa política, estimular mais essa rede de economia viva, de fazer mais para que essa rede se encontrasse e esses grupos se conectassem. Ainda mais depois de um corte de R\$20 mil [no valor do prêmio] que impactou as ações em rede e o lastro do banco que ia fomentar as trocas iniciais. Andréa Saraiva ainda tentou articular, mas a situação do Economia Viva era precarizado dentro do MinC, não houve recursos para reunir todos os contemplados. O pagamento da primeira parcela também atrasou e para agravar o cenário, em 2011, o MinC cancelou o edital dos pontos de cultura que contemplava os proponentes do Espaço Escambo e desestruturou a política por completo.

O relato reforça o que vimos neste estudo sobre a inflexão vivenciada no Cultura Viva a partir de 2011. Isso coloca a questão sobre o papel do órgão público e dos agentes culturais, como os pontos de cultura. A quem cabe articular e mobilizar redes? Essa questão é polêmica no âmbito do Cultura Viva e muitas críticas feitas ao “movimento” dos pontos de cultura voltam-se a esse aspecto, da articulação dos pontos ter sido impulsionada e articulada a partir do Estado. Se isso não deslegitima a articulação social, ao menos suscita o questionamento acerca do protagonismo e da autonomia dos pontos de cultura. No que diz respeito à articulação em rede dos premiados pelo Economia Viva, ela poderia ter sido feita pelos próprios pontos de cultura, o que ocorreu em uma escala muito reduzida de dois ou três pontos que fizeram convergir suas ações. Entretanto, é notório que a falta de articulação em rede por parte do Ministério da Cultura poderia ter tido um impacto menos desagregador ao Economia Viva se não viesse acompanhada da interrupção do fomento aos pontos de cultura, do cancelamento de outros editais e da ausência de encontros presenciais dos pontos de cultura.

Nos relatórios de execução enviados, foi recorrente a ausência de documentos, vídeos, fotos, depoimentos, comprovantes fiscais e listas de presença que comprovassem a aplicação dos recursos do prêmio. Essas ausências foram apontadas pelo Ministério da Cultura nas ressalvas dos pareceres dos relatórios enviados pelos pontos de cultura. Metade dos projetos teve o primeiro relatório de execução aprovado com ressalvas atendidas em uma média de dois meses, contados entre a data do parecer do MinC e do pagamento da segunda parcela. As análises dos relatórios foram criteriosas, buscaram a comprovação da aplicação

dos recursos e as justificativas da importância do prêmio na construção de políticas públicas transversais à economia da cultura.

As ausências apontadas pelo Ministério da Cultura nas ressalvas da aprovação dos relatórios resultaram no envio de documentos adicionais por parte das instituições. Os documentos solicitados foram diversos, dentre os quais destacamos os mais recorrentes: listas de presença das oficinas; material de divulgação das atividades realizadas; certificados; fotos (com data e legenda) de obras, reformas, construções cenográficas e produtos; vídeos, links, impressos e registros das ações realizadas; depoimentos e publicações. A documentação complementar solicitada tinha como objetivo demonstrar que os recursos liberados foram aplicados nas ações previstas no cronograma e no plano de execução financeira, o que autorizaria o MinC a liberar a segunda parcela.

É importante revisitarmos um dos principais objetivos do Prêmio Economia Viva, que merece atenção por seu caráter inovador: “A finalidade maior deste edital é premiar a experimentação nas formas de geração de renda e na sustentabilidade sócio-econômica de grupos e organizações que se expressam através das diversas linguagens artísticas” (BRASIL, 2010d, p. 14). A experimentação nas formas de organização econômica da produção cultural foi o aspecto mais recorrente dentre as iniciativas premiadas. Todas as iniciativas se propuseram a trabalhar o desenvolvimento da produção e da prestação de serviços, fizeram projeções e estimativas de geração de renda e de capacidade produtiva muito diferente do que a execução do projeto revelou. Os aprendizados foram diversos e favoreceram uma melhoria no planejamento e dimensionamento da produção e da organização do trabalho.

Conforme apontado pelas instituições premiadas em seus relatórios, dentre as contribuições, aprimoramentos e aprendizados da execução das iniciativas premiadas, há indicações de avanços na dimensão produtiva, de organização e gestão da produção, mas também de mobilização social e de articulação em rede, além do aprimoramento da infraestrutura, da compra de insumos e aquisição de equipamentos, que também são aspectos considerados fundamentais para o êxito das iniciativas. Vemos que, para o Ponto de Cultura Casa Mandicuera: “O prêmio alavancou a produção cultural, tornando possível a visualização por parte da comunidade de que a arte pode ser um produto autosustentável, que gera renda e salvaguarda as manifestações da cultura popular de forma viva e espontânea” (ASSOCIAÇÃO MANDICUERA, 2012, p. 5). A conexão entre iniciativas voltadas à geração de renda e à preservação da identidade cultural de povos e comunidades tradicionais também ocorreu com outras experiências, como foi o caso da Rede de

Economia Solidária, com grupos caiçaras e quilombolas em Cananéia/SP; o Projeto Isadi Dúdú, voltado à população afroindígena e a comunidades quilombolas; e o Projeto do Kula Tecelagem desenvolvido em uma comunidade tradicional de povos de terreiro.

Em termos político-institucionais, o prêmio favoreceu o fortalecimento das organizações, como revelam algumas avaliações nos relatórios de execução:

A execução deste projeto deu visibilidade à instituição proporcionando a possibilidade de formalização de novas parcerias institucionais que estão em fase de ajustes e a possibilidade de recebimento de apoio de empresas locais que conheceram a AFFAS por meio do projeto Costurando Sonhos (AFFAS, 2011, p. 3).

O prêmio está servindo principalmente para estruturar os objetivos e projetos da entidade no caminho da geração de renda e sustentabilidade do projeto. Proporciona que façamos conexões com outros coletivos, entidades e movimentos onde dividimos tecnologias e firmamos parcerias para circulação, produção e escoamento da música independente (ACC, 2012, p. 5).

As principais necessidades enfrentadas pelos grupos produtivos referem-se à aquisição de materiais de consumo, maquinários, instalações adequadas e apoio financeiro. As dificuldades vivenciadas de maneira mais recorrente para estruturação dos grupos foram: ausência de estudos de viabilidade econômica do empreendimento; problemas decorrentes da situação de vulnerabilidade e risco da população participante; desconhecimento jurídico acerca da formalização de empreendimentos.

Camélia da Liberdade

Outro projeto premiado que previa a formalização de uma cooperativa foi o Camélia da Liberdade, iniciativa proposta pela Associação de Moradores do Condomínio e Amigos da Vila Mimosa, do Rio de Janeiro/RJ. Ponto de Cultura do primeiro edital do Cultura Viva, em 2004, a instituição trabalha com formação de mulheres em situação de prostituição na comunidade da Vila Mimosa. No momento da escrita da proposta apresentada no edital do Prêmio Economia Viva, a instituição havia recém-concluído o projeto de mesmo nome junto à Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, voltado à capacitação em corte e costura de 105 mulheres prostituídas. A intenção no Economia Viva era dar continuidade a essa iniciativa, aprofundar a capacitação, aprimorar a produção de bolsas e camisetas, e construir uma cooperativa com essas costureiras para comercialização de sua produção e prestação de serviços para a indústria da moda (AMOCVIM, 2010).

O Projeto apresentado ao Prêmio Economia Viva tinha como objetivo principal a geração de renda de mulheres da comunidade de Vila Mimosa. Para tanto, previa capacitar 60 mulheres ao longo de 12 meses com oficinas em corte e costura usual e confecção de bolsas e camisetas customizadas (bordadas em crochê). A formação também previa oficinas e palestras sobre temas relacionados às políticas públicas para as mulheres, saúde, direitos humanos, geração de renda e cidadania. Em termos da geração de renda, o Projeto mencionava a realização de feiras para apresentação e venda dos produtos e o direcionamento da produção para o mercado da indústria da moda. O envolvimento das mulheres costureiras em atividades informativas, lúdicas, criativas e culturais, o atendimento psicossocial e a discussão de valores, de crenças e do universo cultural das participantes também estavam previstas no projeto (AMOCAVIM, 2010).

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) já havia feito oficina com uma turma de mulheres da Vila Mimosa na primeira edição do Projeto Camélia da Liberdade e essa parceria foi renovada na execução do Prêmio Economia Viva, por meio da qual o Sebrae realizou a oficina “Aprendendo a empreender”, de 20 horas, com a turma de 32 pessoas. Chama a atenção a presença do Sebrae no desenvolvimento de grande parte dos projetos do Economia Viva, onde participa com oficinas de capacitação para microempreendedores individuais.

O desenvolvimento do projeto assumiu muito mais o caráter de formação de uma nova turma de costureiras do que de continuidade da capacitação das mulheres participantes da primeira edição do projeto, em 2009, realizado com apoio da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres. As integrantes da nova turma não tinham conhecimento de costura, o que requereu realizar uma capacitação desde os conteúdos iniciais. Isso dificultou o alcance do objetivo de formar uma cooperativa, bem como do de aprimorar e diversificar a produção. Não foi localizado no relatório nenhuma justificativa do trabalho ter sido realizado com uma nova turma, mas o fato de o recurso financeiro da premiação ter saído um ano e meio após a escrita do projeto faz com que seja possível compreender a renovação do público, ainda mais em se tratando de uma população desempregada, com baixo nível de escolaridade, em situação de prostituição e que dificilmente tem como aguardar um ano para participar de alguma formação.

A articulação em rede assumiu grande expressividade no projeto realizado. A mobilização de uma turma nova com dois públicos, integrando as prostitutas às outras mulheres da comunidade, foi um desafio de convívio e ressignificação de preconceitos. Conforme exposto no relatório e nos documentos sobre a realização do projeto, esse desafio

foi proposto e vivenciado pelo grupo não apenas para a realização do curso, mas para a proposta de trabalho conjunto, de produção e comercialização coletiva. Foram feitas diversas articulações de parcerias de naturezas diferentes ao longo da execução do projeto: além da capacitação do Sebrae, o ponto de cultura articulou o recebimento de doação de retalhos da Fábrica La Estampa; o Fórum de Mulheres do Estado do Rio de Janeiro estabeleceu uma parceria com o ponto de cultura para fortalecer os serviços do grupo produtivo; com a Secretaria Municipal de Saúde articularam uma campanha de vacinação informativa e operativa da população local; os alunos de psicologia, direito e odontologia da Universidade Mackenzie realizaram oficinas lúdicas de higiene bucal com aplicação de flúor e informações jurídicas (AMOCAVIM, 2012).

Em relação à rede Cultura Viva, o relatório menciona ser uma prática da instituição a contratação de mão de obra dos pontos de cultura nos eventos realizados. Também o segundo relatório traz novidades em relação à execução do projeto, que passou a contar também com oficinas de teatro, boneco, vídeo, maquiagem e música, com abordagens temáticas ligadas à cidadania, para 30 adolescentes e crianças: as aulas e oficinas de música foram realizadas em cooperação com outro ponto de cultura do município, o Som das Comunidades. A convivência com o ponto de cultura e seus métodos educacionais foi apontada como de muito aprendizado (idem, 2012). Essa alteração de foco e público fez parte de uma articulação da Associação que ampliou o seu raio de atuação –tanto territorial, atuando em outras comunidades, morros e favelas, quanto de público, ao trabalhar também com crianças e adolescentes.

Polo de Moda Produção Solidária Costurando Sonhos

Outro projeto do setor de confecção premiado foi o Polo de Moda Produção Solidária Costurando Sonhos, desenvolvido pelo Ponto de Cultura Ti Vi no Morro – na periferia de Sabará, município na região metropolitana de Belo Horizonte. Assim como ocorreu com o Camélia da Liberdade, este projeto também foi concebido a partir de uma prática já desenvolvida desde 2008 pela Associação Faça Uma Família Sorrir (AFFAS), com mulheres no setor da confecção. Por meio de parcerias com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE/MG), a AFFAS realizava o Curso de Corte e Costura para mulheres residentes na comunidade de General Carneiro, onde está situada. A participação no Programa Usina do Trabalho da Sedese-MG viabilizou a aquisição de maquinários e equipamentos e o aluguel de um espaço físico para a produção, e proporcionou a formação em empreendedorismo, planejamento, cooperativismo,

gerenciamento de produção, associativismo e economia solidária. A partir disso, foi constituído um grupo de costureiras mulheres, chamado Costurando Sonhos.

O bairro de General Carneiro, na periferia do município de Sabará, tem a confecção como marca de sua história. Bairro de uma das primeiras indústrias de tecelagem do Brasil, a Fábrica Marzagão, foi responsável por empregar milhares de pessoas e atrair muitos trabalhadores de diferentes cidades para se instalar em seu entorno no início do século XX. A fábrica entrou em decadência na década de 70, e a partir de 1983 seus galpões passaram a ser ocupados pelas confecções de jeans Marcel Philippe, que chegou a contar com mais de três mil funcionários (SANTOS; SILVA, 2010). Quando reduziu suas atividades, ao final da década de 90, a fábrica incentivou a constituição de facções por seus antigos funcionários ao fazer acordo com os trabalhadores em máquinas de costura, o que favoreceu a criação de várias facções no entorno. Segundo dados de 2009, havia mais de 30 facções de costura no bairro que, juntas, produziram 900 mil peças (AFFAS, 2010, p. 5).

O crescimento desordenado das facções em General Carneiro e entorno deveu-se a esse processo que resultou também na falta de mão de obra qualificada e de infraestrutura adequada para a produção, na precarização do trabalho, na falta de gestão coletiva da produção, na ausência de articulação com o mercado, na falta de financiamentos e nos preços baixos. É nesse contexto que o Projeto Costurando Sonhos está inserido, é essa realidade também que ele buscou transformar, mesmo que fosse na escala de um ou alguns empreendimentos econômicos solidários da localidade.

Concebido enquanto um Projeto da AFFAS, o Costurando Sonhos surgiu em 2008, como uma iniciativa de capacitação de 25 mulheres em corte e costura por meio de uma parceria com o Programa Usina do Trabalho. O conteúdo do curso de 600h/aulas integrou conhecimentos de história e desenho da moda com cooperativismo, associativismo, economia popular solidária, empreendedorismo, planejamento e gerenciamento de produção. Além da formação, esse projeto viabilizou a aquisição de maquinários e equipamentos, o aluguel de um espaço físico e proporcionou a constituição do grupo de costureiras mulheres, chamado Costurando Sonhos. Na formatura da turma, foi realizado um desfile na Fundação Torino-Casa Fiat de Cultura. Algumas costureiras manifestaram interesse em dar continuidade às ações, e como a AFFAS tampouco tinha interesse em interromper o projeto, buscou novas parcerias e a experiência foi replicada para mais 75 pessoas por meio do Programa Usina do Trabalho. A AFFAS articulou diversas parcerias que proporcionaram a aquisição de alguns maquinários e equipamentos ao grupo e também

alugou um espaço onde passou a funcionar a oficina do Costurando Sonhos e do Gostin de Sabará, empreendimento de alimentação também formado pela AFFAS.

No Prêmio Economia Viva, foi proposta uma iniciativa de formação para aperfeiçoar as práticas de criação, produção e comercialização de confecções desse grupo, de acordo com os princípios da economia solidária. Tendo como objetivo a geração de renda e a inclusão social, cultural e produtiva do empreendimento Costurando Sonhos, de forma colaborativa e solidária, o projeto previu ações de formação artística, qualificação profissional, capacitação em gestão e divulgação dos produtos e resultados. A execução da iniciativa Polo de Moda Produção Solidária contemplou a realização de oficinas artísticas e de laboratórios de customização e arte em retalhos; a qualificação de 50 trabalhadoras para a consolidação do grupo produtivo na perspectiva da economia solidária, da autogestão e do trabalho coletivo; o acompanhamento e a capacitação do empreendimento em gestão, comercialização, produção, valores humanos e valores da solidariedade (AFFAS, 2010). Veremos no próximo capítulo mais informações sobre a relação da iniciativa proposta com a economia solidária; focaremos aqui na iniciativa proposta pela AFFAS ao Prêmio Economia Viva.

A iniciativa proposta ao Economia Viva buscava a “geração de trabalho e renda nos moldes da economia solidária, a partir da utilização da técnica de customização e retalhos na criação de artigos, roupas, acessórios e utilidades do lar para comercialização” (AFFAS, 2010, p. 2). Para tanto, identificava-se ser preciso investir na criação de coleções de moda alternativa e divulgar o potencial artístico e artesanal dessas técnicas. Diferentemente de outros projetos apresentados ao Economia Viva, esta iniciativa de consolidação do grupo produtivo em um empreendimento econômico solidário não vinha acompanhada da intenção de formalização de uma cooperativa. Vejamos o horizonte almejado no projeto: “Este processo busca o desenvolvimento local, a auto-estima e aumento da qualidade de vida, articulando, promovendo e fortalecendo redes de comércio a preços justos e práticas de consumo sustentável a partir da customização e da arte em retalhos” (AFFAS, 2010). Existe uma relação entre o polo de moda que se propunha criar e o polo de produção de comunicação também fomentado pela instituição.

O Ponto de Cultura Ti Vi no Morro, por sua vez, era voltado à instalação de um polo produtivo no território, mas diferentemente do Economia Viva, o polo produtivo proposto pelo ponto de cultura não era de confecção, mas de comunicação. Por meio do Projeto Polo Solidário de Produção Audiovisual, o ponto de cultura formou um grupo de 20 jovens de General Carneiro em fotografia, audiovisual e animação. Os jovens formaram o

empreendimento Comunicart que passou a prestar serviços de: cobertura de eventos na comunidade; produção de vídeos, animações e fotografias; organização de arquivos digitais; bem como criação e impressão de material gráfico e também produção de eventos. A relação entre o Costurando Sonhos e o Ponto de Cultura Ti Vi no Morro da AFFAS foi prevista com a participação dos jovens do empreendimento Comunicart no registro audiovisual, fotográfico, making-of e difusão na internet do projeto do Polo de Moda.

Além de dispor de infraestrutura própria, como equipamentos, maquinário e doações de insumos, o grupo Costurando Sonhos contou com o apoio de diversas instituições parceiras articuladas pela AFFAS. Essas parcerias foram desde empresas públicas, como os Correios, que fizeram doações de uniformes transformados pelas costureiras em novas peças de vestuário, até empresas privadas de confecção instaladas no bairro, como a Marcel Philippe, que forneceu peças em jeans com defeitos de fabricação para remodelagem e customização pelo empreendimento. Outras fábricas de tecido, universidades e a própria comunidade foram parceiras da AFFAS no fomento ao grupo produtivo, tanto na doação de peças, quanto na assessoria pedagógica para o planejamento das capacitações e oficinas, como foi o caso da participação da Universidade União Metropolitana. Dentre as instituições parceiras da AFFAS que contribuem ao desenvolvimento do empreendimento, o Projeto menciona também duas mineradoras com forte atuação na região, a ArcelorMittal e a AngloGold Ashanti, além da Secretaria Estadual de Cultura e a Prefeitura Municipal de Sabará.

Podemos identificar que a aposta no fomento ao processo criativo das peças tem relação com o momento que o empreendimento vivia à época da escrita do projeto. O grupo já havia desenvolvido uma série de produtos e possuía experiência de comercialização. Por meio de parcerias públicas e privadas, já haviam obtido diversos tipos de apoio de infraestrutura, maquinário, capacitação e material. Havia também um grupo de mulheres que, embora com renovação de seus integrantes, vinha acompanhando de maneira continuada as atividades de formação e produção. A demanda expressa no projeto voltava-se ao desenvolvimento artístico das peças e ao incremento de sua comercialização. Para alcançar esses desafios, previu-se uma série de oficinas de criação e o desenvolvimento de peças de divulgação dos produtos e do empreendimento, como catálogo, vídeos, DVD, peças publicitárias e cartões de visita. A estimativa de renda a ser gerada com o projeto do Economia Viva era de R\$3mil por mês para o empreendimento.

Bordados da Barra: potencialização da capacidade produtiva

Como muitas outras instituições que integraram esta pesquisa, a origem do trabalho do Instituto Milho Verde (IMV) antecedeu sua fundação institucional. O início de suas ações ocorreu no ano 2000 com o Encontro Cultural de Milho Verde e a Pharmacinha de Plantas Medicinais. A fundação do Instituto, por sua vez, veio a concretizar-se em 2004, para dar suporte institucional e de infraestrutura a essas e outras iniciativas que se desdobraram a partir delas. Com programação gratuita de forte caráter social, cultural e ambiental, o Encontro Cultural promove anualmente: oficinas variadas, apresentações artístico-culturais, o Encontro Ambiental, exposições, exhibições de filmes, feiras, espetáculos cênicos, intervenções poéticas, folguedo do boi, trocas de saberes, experiências, vivências e cantigas.

Em 2002, como desdobramentos de oficinas dos encontros culturais, foi formado o grupo de geração de renda Bordados da Barra, composto por 19 mulheres da região rural do distrito que produz diversas peças bordadas a mão, como almofadas, bolsas, saias, colchas, etc. O próprio projeto do Ponto de Cultura também foi inspirado na experiência do Encontro Cultural. O primeiro convênio e edital público que o IMV participou foi justamente o segundo edital da história do programa Cultura Viva, em 2005. O *Ponto de Cultura Cordão Cultural por Milho Verde – fazer saber para tornar fazer e poder contar* teve início em 2006 e voltou-se à realização de oficinas semelhantes às realizadas no Encontro Cultural, mas de forma processual, continuada e mais estruturada.

Cada oficina foi chamada de Espaço de Criação e, assim, foram desenvolvidos 10 Espaços em diferentes áreas temáticas: artesanato e costura; brinquedos e brincadeiras; criação teatral; criação literária; proteção ambiental; criação de papel artesanal; criação audiovisual; criação corporal; recreação infantil; tradições locais. As oficinas culturais eram oferecidas gratuitamente à população de Milho Verde e comunidades rurais vizinhas. O termo “Espaço de criação” não constitui um espaço físico propriamente dito, mas um ambiente de criação coletiva. As ações aconteciam na sede alugada do IMV, na escola estadual de Milho Verde, na creche do distrito e nas comunidades rurais do entorno.

O grupo Bordados da Barra surgiu a partir de uma oficina de bordado realizado no segundo Encontro Cultural de Milho Verde e foi fomentado pelo Espaço de Criação Artesanal do Ponto de Cultura a partir de 2006, sendo premiado pelo Economia Viva em 2010. Dona Maria, trabalhadora rural e griô da comunidade de Barra da Cega, hoje com 65 anos, participou da oficina em 2001 e começou a bordar a mão, a vender as peças e convidou as amigas a repassar os conhecimentos aprendidos. Sobre esse momento inicial, Dona Maria relata:

No início não tinha máquina, eu fazia tudo na mão, montava e juntava, eles [equipe do Instituto Milho Verde] compravam pra me ajudar, porque na mão não fica bem. Quando eu fiz a oficina eu estava muito doente, estava com depressão e da oficina pra cá eu não tive mais depressão, ocupou a minha mente e eu melhorei. Passei para essa turma o que eu aprendi. Quando eu comecei a ensinar, ela [outra bordadeira do grupo] me disse: “não adianta me ensinar que eu não aprendo, não. Gente velha, idoso, não aprende nada não”. Ah, mas aprende! (OLIVEIRA, 2014b, em entrevista).

Dona Maria foi agregando novas pessoas ao grupo, todas mulheres, vizinhas, comadres, parentes ou amigas. A cada novo Encontro Cultural, o grupo de bordadeiras participava de uma nova oficina com pessoas diferentes que lhes ensinavam novos pontos. Conforme o Bordados da Barra foi ficando mais conhecido, especialmente pelo fato de ser um grupo de mulheres bordadeiras da zona rural de Milho Verde que gera renda, ele passou a oferecer oficinas de bordados e a trocar conhecimentos com outras pessoas e coletivos.

Podemos identificar três momentos diferentes do apoio e fomento do Instituto Milho Verde ao grupo Bordados da Barra. A primeira fase, de 2001 a 2004, voltou-se à capacitação das bordadeiras. Entre 2005 e 2009, o IMV enquanto Ponto de Cultura, continuou a promover as oficinas técnicas, mas passou também a investir na estruturação do grupo e no fomento ao processo produtivo. Em seguida, os anos de 2009 a 2013 foram de reconhecimento e qualificação do grupo, com diversas premiações e aumento das vendas. O ano de 2014 certamente inaugurou uma nova fase, de construção da sede do grupo e início da gestão de fundo próprio, conquistas alcançadas com a participação do Prêmio Economia Viva.

Passaremos a seguir, por cada um desses momentos, lembrando que nenhum deles pode ser compreendido de forma estanque e separado do restante – em alguns casos eles se agregam e se complementam, em outros se fundem e se confundem. A história não é linear nem unidirecional, portanto essa organização em fases faz parte apenas um exercício descritivo para a reconstrução da história do grupo, tendo como fio condutor a relação dele com o Ponto de Cultura.

O grupo iniciou com 26 mulheres e chamava-se Horas Felizes. Os encontros para bordar e aprender novas técnicas ocorriam em Milho Verde, na sede alugada do IMV. Nesse momento, a equipe do Instituto era voluntária e atuava no sentido do repasse de conhecimentos, no ensino das técnicas de bordados e no acompanhamento do grupo. O Horas Felizes se desarticulou, mas como parte das bordadeiras queria continuar com a iniciativa coletiva e a produção, o IMV previu o trabalho de bordado no Espaço de Criação Artesanal do Projeto do Ponto de Cultura. Com o início das atividades do Ponto de Cultura em 2006, foi

possível comprar material e equipamentos, contratar duas integrantes do grupo de bordados para serem as monitoras técnicas do Projeto e contratar uma instrutora que passou a fazer as oficinas na própria comunidade de Barra da Cega, na Associação Comunitária.

Outra mudança ocorrida a partir do Ponto de Cultura, foi o foco das capacitações. Inicialmente, as oficinas articuladas pelo IMV para o grupo de bordados eram de capacitação técnica, de ensino do bordado. A intencionalidade mudou e as oficinas passaram a trabalhar também o grupo, as mulheres que o compõem, suas histórias, os cantos de trabalho na roça, suas memórias. Para tanto, o Ponto de Cultura realizou dinâmicas de integração e formação do empreendimento. Foi nesse período que o Bordados da Barra se constituiu, definiu seu nome e a identidade dos produtos. O aprimoramento das peças, seu design, a costura e o ensino de novas técnicas de bordado não deixou de ocorrer, sendo inclusive fortalecido nesse período. A facilitação desse trabalho foi feita por Jandira Porto, coordenadora do Espaço de Criação Artesanal do Ponto de Cultura, instrutora e costureira.

Nesse segundo momento do grupo, as atividades passaram a ocorrer prioritariamente na comunidade rural de Barra da Cega, na sede da Associação Comunitária, onde as bordadeiras se encontram semanalmente aos sábados e onde passou a funcionar o ateliê do grupo, para corte e costura das peças. O ateliê de Milho Verde continuou em operação, sendo utilizado para estoque e comercialização das peças. O IMV enquanto Ponto de Cultura fomentou o processo produtivo do empreendimento com a compra de matéria-prima e equipamentos que permitiram a estruturação do ateliê na comunidade e o aprimoramento da produção.

As atividades do IMV com o Bordados da Barra foi intensificada e qualificada desde o a aprovação do Ponto de Cultura. A coordenação do IMV realizava reuniões semanais com o grupo para trabalhar a gestão do grupo, a prestação de contas e a produção. Nesses encontros, eram feitos os balanços, diagnósticos e reflexões coletivas acerca das ações do grupo: era o momento de planejar, construir metas e dividir tarefas, como também de prestar contas. O que cada bordadeira vendeu e também gastou comprando materiais era compartilhado com o grupo e os acertos financeiros ocorriam. A produção também era pauta dessas reuniões com a coordenação do IMV que contribuía para pensar coletivamente a inclusão de novas peças, as necessidades, oportunidades e prioridades do empreendimento, além da qualidade do produto.

Tendo todo processo produtivo já assimilado pelas integrantes do grupo, na ocasião da escrita do Projeto para o Prêmio Economia Viva, a expectativa do IMV para esse momento do grupo era de agilizar o processo produtivo, aumentar o empoderamento das bordadeiras

acerca das ferramentas de cultura digital e articular o trabalho de outras comunidades na confecção de embalagens de capim e pet, além do crochê e da produção de bonecas de pano. O Projeto do Economia Viva mencionava também a expectativa de promover a apropriação de ferramentas de comunicação por parte das bordadeiras, como o uso e a manutenção do blog, além do controle informatizado da produção, da contabilidade e do controle de vendas e estoque. Para alcançar esses objetivos, com o recurso do Prêmio, contrataram as duas costureiras mais jovens para assumirem o trabalho de comunicação e controle das peças.

Na visita e no diálogo com o grupo, foi possível identificar que parte desses desafios seguem existentes. A falta de acesso à internet nas comunidades rurais foi a principal dificuldade, apontada pelo grupo entrevistado, para poder trabalhar melhor as vendas online e conhecer ferramentas de informática. Apenas as integrantes mais jovens acessam internet, o que gera dificuldade de atualização do blog; os pedidos ainda ocorrem por meio do IMV – as vendas e convites para feiras e eventos são enviadas ao endereço eletrônico do Instituto – e os processos contábeis e de controle da produção, vendas e estoque não são informatizados. Os alcances que o Prêmio Economia Viva proporcionaram para o grupo em termos de infraestrutura são notórios, a sede do grupo foi construída com espaços destinados para produção, vendas, formação, horta e espaço para os filhos e netos das bordadeiras brincarem durante as atividades produtivas e reuniões do grupo. O espaço da sede do Bordados da Barra é compartilhado com a Associação Rural Barra da Cega Comunitária Estrela Nova, da qual a maioria das bordadeiras também integra, como veremos no próximo capítulo.

Um fato curioso e inédito no Prêmio Economia Viva chama a atenção: o Projeto apresentado pelo IMV para a premiação foi de R\$ 43.800,00 mas após a aprovação, houve uma uniformização e o valor das premiações foram todos iguais, o que fez com que todos os premiados recebessem R\$100.000,00. Com isso, o IMV recebeu um valor maior do que o dobro previsto e utilizou esse recurso não esperado para a construção da sede do grupo, que não constava originalmente no projeto aprovado no edital. A sede foi bioconstruída, em modelo inspirado no Instituto Kairós, pela utilização dos materiais locais, com tinta feita do barro ali existente e com uma divisão dos espaços.

Outros alcances dos Prêmios podem ser apontados: a aquisição de equipamentos digitais para registro e organização das atividades do grupo, compra de móveis para o espaço de produção e matérias-primas para a confecção das peças. A articulação com outros grupos para as embalagens e inserção do crochê previstos no projeto foi redimensionada; em vez da parceria com as crochezeiras e de aprender a fazer as bonecas de pano, optou-se por aumentar o trabalho de capacitação das bordadeiras para corte e costura, o que resultou na prática em

uma ênfase maior na capacitação interna, na comercialização e visibilidade do grupo. Em termos da capacitação técnica, foram realizadas oficinas de inclusão digital voltada às três participantes do grupo responsáveis pelo registro das atividades e catalogação das peças. A oficina “Os tapetes contadores de histórias” que o grupo participou resultou na confecção de um tapete bordado a partir das memórias coletivas do grupo. Benefícios de saúde também foram promovidos com o Prêmio, a partir de exames oftalmológicos para todas as bordadeiras e da aquisição de lentes de correção para as seis bordadeiras que apresentaram necessidade.

No que diz respeito à divulgação e comercialização, o Prêmio também impulsionou avanços significativos ao grupo. As bordadeiras participaram de diversos eventos, exposições e feiras, como a exposição no Museu Regional Casa dos Otoni no Serro, na 5ª Primavera de Museus, cujo tema era “Mulheres, Memórias, Museus”, e que contou ainda com a participação de uma escola pública estadual do Serro. A loja dos Bordados da Barra foi criada em Milho Verde em um espaço cedido por integrante voluntária do IMV; os produtos do grupo também passaram a ser comercializados em uma loja de artesanato Empório Vale Circuito, no Mercado Velho de Diamantina, por meio de uma articulação com a Vale Circuito⁶⁴ – uma associação de artesãos do circuito turístico dos diamantes que visa promover o acesso ao mercado e ao desenvolvimento sustentável dos artesãos do Alto Vale do Jequitinhonha. A Associação é constituída por 504 artesãos de 12 cidades. O IMV promoveu essa articulação e integra essa rede, por meio da qual o Bordados da Barra se constituiu em uma referência do bordado do Alto Vale do Jequitinhonha.

As peças já foram comercializadas em diferentes locais: feiras, ateliê em Milho Verde; pousadas de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras, feiras de economia solidária da Teia 2008 em Belo Horizonte e da Teia 2010 em Fortaleza/CE, além das vendas realizadas através do blog. O relatório do Prêmio aponta para um aumento de 50,52% das vendas entre 2010 e 2011, período de execução do Prêmio. Em 2009, o rendimento bruto do grupo foi de R\$14.000,00. Em 2010 o valor bruto comercializado foi de R\$11.581,00 e em 2011, esse valor alcançou os R\$17.432,00.

No que diz respeito às dificuldades enfrentadas pelo grupo, foram apontadas: a falta de acesso à internet, a demora do repasse do recurso financeiro da premiação e a mobilidade. Como as comunidades rurais ficam distantes umas das outras, o traslado foi apontado como uma das dificuldades enfrentadas por elas. Esse traslado foi apontado como perigoso, especialmente em épocas de chuvas, devido aos rios que separam as comunidades e aos estreitos caminhos de terra para percorrer.

64 <http://circuitodosdiamantes.com.br/templatera/home-vale-circuito/>

Em termos da gestão do empreendimento, o Prêmio Economia Viva marcou o início de uma nova fase do grupo, quando as costureiras mais jovens passaram a atuar como monitoras técnicas e assumir aos poucos a coordenação das vendas e o controle das peças. Desde o início do grupo, O IMV procurou organizar a produção das bordadeiras, por meio do custeio das despesas de produção e da compra de matéria-prima em Belo Horizonte (com recursos do grupo ou de projetos). A busca constante de editais alinhados às propostas do Bordados da Barra também foi iniciativa do IMV que resultou em premiações, projetos e financiamentos, como o Prêmio Economia Viva.

Sustent'Habilidades: tecendo o próprio futuro

O Instituto Kairós⁶⁵ já foi identificado em outra pesquisa (ZIVIANI, 2014) como um ponto de cultura na práxis, ou seja, uma experiência que traduz na prática o conjunto das diretrizes do programa Cultura Viva. Conveniado em 2005 com o MinC e em 2010 com a Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais (SEC/MG), o Instituto Kairós é um exemplo vivo e dinâmico da combinação de todas as ações do programa. O ponto está situado na comunidade de Macacos, em São Sebastião das Águas Claras, no município de Nova Lima/MG, região metropolitana de Belo Horizonte. Em seu espaço permacultural são realizados cursos, oficinas e ações culturais diversas voltadas ao desenvolvimento socioambiental da comunidade, com ênfase na valorização das relações de identidade com a cultura local e na promoção da geração de trabalho e renda. Para o Prêmio Economia Viva, o Kairós apresentou o *Projeto Sustent'Habilidades: tecendo o próprio futuro*, uma iniciativa que a instituição vinha desenvolvendo desde 2007 em Macacos.

O ponto de cultura não teve seu projeto selecionado na avaliação do Prêmio Economia Viva e ficou no primeiro lugar dos classificados. Diante da falta de documentação de uma das instituições selecionadas, o prêmio foi transferido à primeira suplência. Foi a partir dessa atualização que o Kairós integrou a listagem das iniciativas premiadas no Economia Viva. Entretanto, esse processo ocorreu com um atraso ainda maior que os demais. Se para todos os premiados o tempo entre a divulgação dos resultados e o pagamento da premiação foi muito extenso, para o Kairós ele foi ainda maior. A instituição foi a única a receber a primeira parcela apenas em 2012, quase dois anos após o lançamento do edital. Isso provocou a necessidade de atualização no projeto, o que resultou em um maior detalhamento dos grupos e unidades produtivas beneficiadas pela iniciativa, como veremos em seguida.

65 <http://www.institutokairos.org.br>

O projeto apresentado ao Economia Viva era voltado ao artesanato e buscava qualificar grupos de artesãos com os quais o Kairós já vinha trabalhando nos últimos anos. A proposta era estruturar e aprimorar unidades produtivas, concebidas como espaços de trabalho coletivo, compartilhamento de saberes e experimentação técnica dos conhecimentos repassados na capacitação. O Instituto Kairós era responsável por disponibilizar a infraestrutura necessária para viabilizar a produção como espaços, equipamentos, educadores, materiais, insumos, etc. Conforme relatório da Instituição, as Unidades Produtivas “têm como objetivo principal funcionar como um espaço de desenvolvimento do artesão em direção à sua autonomia produtiva e profissional, como um primeiro passo para a sua autogestão e prática da Economia Solidária e Criativa” (INSTITUTO KAIRÓS, 2012a, p. 1). A perspectiva da autonomia, da autogestão e da economia solidária ganha força na concepção do projeto, mas perde relevância e impacto nos relatórios e nas entrevistas da pesquisa de campo. No próximo capítulo trataremos da relação das iniciativas premiadas com a economia solidária, por isso deixaremos para aprofundar essa questão um pouco mais adiante e agora seguiremos na apresentação do projeto.

Oficinas produtivas de técnicas artesanais diversas, oficinas de empreendedorismo, encontros dos grupos produtivos com os mestres griôs de tradição oral e palestras sobre economia solidária e comércio justo foram algumas das ações previstas para a capacitação dos grupos produtivos. O aprimoramento e estruturação das unidades produtivas ocorreu em cinco áreas: manejo e beneficiamento da fibra da bananeira; bambu e fibras naturais; reciclagem de tecidos e customização; alimentos caseiros; e fitoterápicos, fitocosméticos e aromáticos. Todas as unidades produtivas contaram com ações de comunicação e divulgação dos produtos, bem como de sua comercialização e geração de renda.

O Kairós reforça a intencionalidade do projeto e do conjunto de suas ações em aliar a pesquisa de novas tecnologias e do design à valorização da identidade local e à cultura da comunidade (INSTITUTO KAIRÓS, 2010). Com base nisso, prevê apoiar a organização dos mestres e griôs de tradição oral para a produção individual e coletiva de doceiras, quitandeiras, benzedadeiras, raizeiras, cesteiros e bordadeiras da comunidade local. O projeto parte do pressuposto de que o reconhecimento e a valorização dos saberes dos mestres griôs de tradição oral e das manifestações culturais locais reforçam as identidades culturais daquele território. O aumento do protagonismo das comunidades contribui para inverter a lógica extrativista de enfraquecimento das raízes culturais das comunidades e valorização da sociedade de consumo.

A plantação, o manejo e o beneficiamento de bananeiras e bambus foram projetados e executados como forma de promover a sustentabilidade das iniciativas produtivas que utilizam essa matéria-prima. A expansão dos espaços disponíveis para essas unidades de produção e para a unidade de reciclagem de tecidos e customização também foi aspecto chave para a permanência e sustentabilidade da produção, o que também ofereceu melhores condições de trabalho aos grupos de artesãos. Por meio de parcerias, o Kairós viabilizou a ocupação de uma nova casa em um distrito vizinho, Piedade do Paraopeba (também conhecido como Brumadinho). Na casa, cada unidade de produção dispõe de um espaço específico para produzir e há espaços para reuniões, eventos e/ou atividades de formação, além da loja, de um escritório e da cozinha, onde estava ocorrendo um curso de culinária oferecido pelo Kairós nos dias da visita para a pesquisa. O Kairós articula encomendas de parceiros, como brindes corporativos e outros. Segundo o relatório (INSTITUTO KAIRÓS, 2012^a), após a instalação das unidades produtivas nesse novo espaço, a produção e a venda do grupo aumentaram. No que diz respeito às vendas, especificamente para os produtos desses três grupos (folha de bananeira, bambu e reciclagem de tecidos), o Kairós efetua uma compra fixa todos os meses e depois revende os produtos na sua loja. Isso oferece uma estabilidade aos artesãos diante de uma venda certa todos os meses e imprime uma rotina de produção estável e previsível, pois os produtos encomendados não variam muito.

Como o Projeto Sustent'Habilidades estava em andamento desde 2007, no momento da escrita do projeto ao Economia Viva ele já possuía uma infraestrutura e uma articulação social e política bastante consideráveis. Desde 2005, o Projeto contava com uma loja que em 2007 foi reformada, e depois de sua aprovação, a loja foi ampliada, integrando um café e um espaço para pequenas apresentações artísticas. O Kairós possui ampla experiência de comercialização dos produtos artesanais dos grupos fomentados por meio de seus projetos. Além da loja que efetua vendas no varejo, a instituição realiza algumas vendas no atacado para outras lojas, tem encomendas de brindes corporativos de mais de cinco empresas e já exportou produtos para feiras específicas de brasileiros no Japão, com o apoio da empresa Vale.

A larga atuação com a formação de grupos e a comercialização de produtos artesanais pode ter contribuído para o Kairós fazer uma projeção mais sensata do que os demais projetos selecionados no Economia Viva. Nos referimos aqui à previsão de geração de renda do projeto apresentado. O Kairós previu uma média de três a quatro anos para alcançar a mudança almejada dos grupos – serem autônomos e formalizados, terem um

plano de negócios implantado, estarem capacitados para a gestão e integrarem uma cadeia produtiva articulada e organizada.

A articulação de parcerias é outro ponto forte da instituição. Além do MinC e da Secretaria Estadual de Cultura (SEC/MG), o Instituto Kairós teve projetos aprovados junto à Caixa Cultural, Prefeitura Municipal de Nova Lima, Fundação Dom Cabral, HSBC, Sebrae, entre outros. O Kairós possui uma ampla rede de fornecedores e doadores de matéria-prima (retalhos, botões, linhas, peças de customização). No que diz respeito ao campo da economia solidária, o Kairós afirmou no projeto estar articulado à Rede Pacari do Cerrado⁶⁶ e participar do Fórum Mineiro de Economia Solidária desde 2004, “o que ampliou bastante a participação do projeto em feiras e eventos de economia solidária” (INSTITUTO KAIRÓS, 2010, p. 9).

Dentre os alcances proporcionados pela execução do projeto, além da estruturação e do funcionamento das unidades produtivas articuladas apontamos a ampliação das ações do Instituto Kairós para outro distrito. Conforme exposto nos relatórios do Projeto, as atividades em torno das unidades produtivas contribuíram internamente para ampliar a reflexão institucional e o planejamento acerca da criação de uma incubadora social. A partir da articulação de outras parcerias, como o Sebrae e a Fundação Dom Cabral, o Kairós iniciou a construção de indicadores de impacto, de resultado e de produto para a implantação de uma incubadora social que será abordada no próximo capítulo sobre economia solidária nas iniciativas premiadas no Economia Viva.

Kula Tecelagem

O projeto de geração de trabalho e renda por meio da valorização do artesanato étnico apresentado ao Prêmio Economia Viva pela Associação São Jorge Filho da Goméia teve como objetivo implantar o Centro de Referência Kula Tecelagem, um espaço empreendedor, de produção e valorização das culturas tradicionais de matriz africana. Para tanto, o Projeto Kula Tecelagem⁶⁷ estava voltado à diversificação e aprimoramento da produção artesanal do “pano da costa”, ou “pano de Alaká”, tecido de forte potencial simbólico e significado religioso e social, oriundo das comunidades da Costa do Marfim, no continente africano. No candomblé, os panos da costa são usados apenas pelas pessoas que alcançaram a maioria na religião, existe hierarquia em relação ao tecido, o que lhe denota um forte caráter simbólico. O Ponto de Cultura Bankoma está situado em Lauro de

66 <http://www.pacari.org.br/>

67 <http://kulatecelagem.blogspot.com.br/>

Freitas, na região metropolitana de Salvador, e é vinculado ao Terreiro São Jorge Filho da Goméia, onde mantém viva essa técnica artesanal com os panos da costa.

A iniciativa premiada vinculou a geração de renda à preservação da cultura tradicional da tecelagem artesanal e das comunidades afrobrasileiras. Isso foi feito por meio da conexão do Museu Comunitário Mãe Mirinha de Portão ao Centro de Referência Kula Tecelagem, o que permitiu a criação de mecanismos de fruição dos produtos desenvolvidos, sua visibilidade e exibição de forma integrada à ação museológica de salvaguardar o uso do pano da costa e seus acessórios. Assim como na grande maioria dos projetos aprovados no Economia Viva, a premiação proporcionou a aquisição de equipamentos, a compra de material de consumo, a adaptação do espaço físico de produção e comercialização e a manutenção do portal na internet. Foram realizadas oficinas de tecelagem, por meio das quais se buscou preservar e difundir a técnica de confecção dos panos da costa e seus acessórios, qualificar mão de obra e atuar na inclusão produtiva das tecelãs.

Conveniada com o MinC desde 2005, por meio do edital de capoeira, o Ponto de Cultura Bankoma teve forte atuação no programa Cultura Viva, participou de todas as teias e fóruns dos pontos de cultura, onde protagonizou a articulação do GT de Matriz Africana da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura. A atuação em rede do Ponto de Cultura é territorial e temática, envolve comunidades de terreiros que participam conjuntamente de manifestações populares na cidade de Salvador. Poucas comunidades produzem o pano da costa, então o Bankoma atua na difusão desse saber ancestral aos demais grupos.

O desenvolvimento do trabalho em rede também foi promovido pelo Ponto de Cultura, e o fortalecimento do Bloco Afro Bankoma é um exemplo disso. O Bankoma é uma iniciativa que extrapola a concepção de um bloco de carnaval, é desenvolvida enquanto um projeto social do terreiro São Jorge, e integra um conjunto de ações e atores: apresentações artísticas de crianças e jovens da comunidade que aprenderam a tocar e dançar nas oficinas e ensaios no terreiro, com os instrumentos que eles confeccionaram ali, envolvendo também o Museu Comunitário que é itinerante e acompanha o bloco para contar a história dessa tradição; também a exposição dos panos da costa, dos produtos da tecelagem e dos alimentos da culinária que expressam sua identidade. Cada vez que o bloco se apresenta, leva o conjunto de suas práticas, técnicas, saberes, história e pessoas de diferentes idades.

A execução do Prêmio Economia Viva, por sua vez, também contribuiu para o desenvolvimento de uma outra ação em rede e impulsionou a criação da Rede Cultural de Matriz Africana Mauanda Bankoma, articulação e intercâmbio de vários empreendedores de comunidades de matriz africana. A Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas cedeu um

equipamento bem localizado na Estrada do Coco, acesso ao litoral norte de Salvador, para implantação de um espaço de comercialização. Por meio de uma parceria com o Programa Vida Melhor, da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social do Governo do Estado da Bahia, o Ponto de Cultura assumiu a gestão do Espaço Mauanda e articulou 18 terreiros de candomblé para comercializarem seus produtos conjuntamente: os produtos são identificados com o nome do grupo, do artesão e com a história do produto; cada terreiro gere seu próprio caixa a partir das vendas de seus produtos. Além da articulação em rede, essa iniciativa tem contribuído para o acesso ao mercado e à valorização dos produtos das comunidades de terreiro.

A execução do projeto do Economia Viva sofreu o impacto do falecimento do Presidente da Associação São Jorge Filho da Goméia, Raimundo Nonato das Neves, ocorrido há menos de um mês do pagamento do Prêmio. Raimundo foi o mentor do projeto apresentado ao Economia Viva, além de ter sido o idealizador da Rede Cultural de Matriz Africana Mauanda, cuja articulação teve início quando ele ganhou o Prêmio Tuxáua em 2009. A concretização do espaço de comercialização e mobilização das comunidades tradicionais para venderem de forma articulada seus produtos no Espaço Mauanda representou a realização desse sonho e a concretização de esforços de seu trabalho.

Ao longo da história da Associação, além do Economia Viva, o Ponto de Cultura foi contemplado nos prêmios Agente Escola Viva, Escola Viva, Prêmio Asas, Ação Griô, Pontos de Valor e intercâmbio Ponto a Ponto. A articulação de parcerias também foi potencializada na última década como podemos ver no Projeto apresentado ao Economia Viva (ASSOCIAÇÃO SÃO JORGE FILHO DA GOMÉIA, 2010) onde a instituição informou estar exercitando a experimentação de sua autonomia financeira por meio da exposição e comercialização dos produtos em eventos, feiras e encontros articulados com parcerias com a Prefeitura de Lauro de Freitas, Associação Cultural de Preservação Bantu, Instituto Wal-Mart e Pontão Artesanato Solidário.

Dentre as experiências de economia solidária que o ponto de cultura desenvolve, há um relato peculiar de constituição de uma “caixa solidária”. Trata-se de um fundo para consumo dos produtos do grupo pelos seus próprios integrantes, concebida enquanto “uma forma de comercialização solidária” (idem, p. 9), pois devido aos preços altos dos produtos, nem sempre as pessoas conseguem adquiri-lo sozinhas. Durante uma quantidade de meses definida coletivamente, um grupo de pessoas deposita um determinado montante de dinheiro e mensalmente são feitos sorteios, por meio dos quais os sorteados adquirem algum produto.

Com o Prêmio Economia Viva foram realizadas oficinas produtivas; participação em feiras, exposições temporárias, comercialização, mostras culturais e desfiles; participação em encontro nacional e em evento internacional; adequação do espaço físico; aquisição de insumos para a confecção do pano da costa e de acessórios. A potencialização do Centro de Referência Kula Tecelagem permitiu o desenvolvimento da técnica manual da fiação e tecelagem para diversificação e inovação dos produtos confeccionados. A mobilização da Rede Mauanda favoreceu a articulação de diversas comunidades de matrizes africanas cujo trabalho com a cultura tradicional é um meio de fortalecimento da identidade comunitária e da atuação cidadã. O Espaço Mauanda, por sua vez, contribuiu para a geração de renda e o fortalecimento econômico dessa produção de forma articulada e em rede. Todas essas iniciativas encontram-se vinculadas ao Museu Comunitário Mãe Mirinha de Portão por atuar na prática de preservação da memória social, gerar subsídios para o acervo do Museu e favorecer a difusão desse conhecimento.

Projeto Ìdasi Dùdú

A Casa do Boneco de Itacaré/BA apresentou o Projeto Ìdasi Dùdú, Economia Preta em yorubá, que previu a “articulação de afro empreendimentos solidários dentro da Rede Mocambos⁶⁸, que potencializará e estruturará os diferentes serviços, produtos e roteiros de turismo étnico de base comunitária” (ASSOCIAÇÃO CASA DO BONECO DE ITACARÉ, 2010, p. 17). A Rede Mocambos é formada por comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhas, caiçaras e terreiros de matriz africana; tem como objetivo potencializar o desenvolvimento sustentável dessas comunidades em territórios rurais e urbanos por meio da apropriação das tecnologias de informação e comunicação e do uso de ferramentas e softwares livres; e articula mais de 11 pontos e pontões de cultura, além de outras organizações comunitárias e da sociedade civil presentes em todas as regiões do Brasil.

O projeto premiado no Economia Viva nasceu do desenvolvimento do Programa de Sustentabilidade Comunitária, que há cinco anos atuava na consolidação comercial de alguns produtos e serviços da Casa do Boneco, como shows, roupas, adereços, produção de instrumentos musicais percussivos, turismo receptivo, penteados, oficinas de danças e percussão, passeios de canoa, pescarias e trilhas, além do restaurante de culinária quilombola. A partir dessa experiência e da articulação com a Rede Mocambos, foi possível identificar desafios comuns para serem alcançados por meio do Economia Viva; dentre os desafios apontamos o escoamento da produção, a valorização do saber local, a diferenciação

68 www.mocambos.net

da produção e a estruturação de relações comerciais mais justas que permitissem o fluxo de vendas e pudessem gerar sua sustentabilidade financeira.

Para alcançar esses desafios, o Projeto apresentou dois objetivos: a construção do portal de empreendimentos solidários da Rede Mocambos e a constituição de uma cooperativa de turismo étnico de base comunitária (ASSOCIAÇÃO CASA DO BONECO DE ITACARÉ, 2010). O portal foi projetado para proporcionar a comercialização nacional e internacional de produtos e serviços étnicos destinados ao turismo. A proposta da cooperativa, por sua vez, era de integração das diferentes entidades e grupos que compõem a Rede Mocambos em 22 estados, para fomentar o turismo étnico comunitário, a produção e a comercialização dos produtos artesanais e dos serviços turísticos da Rede Mocambos, além de promover intercâmbios e trocas colaborativas entre os grupos da rede (ASSOCIAÇÃO CASA DO BONECO DE ITACARÉ, 2011).

A atividade econômica principal do Projeto era o turismo étnico de base comunitária e estavam previstas ações de estruturação e escoamento da produção e comercialização nos roteiros turísticos da Rede Mocambos, constituindo o que foi chamado de Rota de Escambo Baobá. Também foi previsto o uso da moeda social quilombola Guará (G\$), iniciativa do Banco Comunitário Quilombola de Alcântara (BCQA), integrante da Rede Mocambos. A criação do selo negro aliado à estratégia de divulgação e comercialização de produtos e serviços também constavam entre os alcances previstos pelo Projeto. Em termos das ações, estava prevista a realização de reuniões, encontros e ações de articulação, formação política e formação para o uso de software livre e em cooperativismo.

A presença da economia solidária é forte no Projeto, as atividades de turismo étnico de base comunitária são relacionadas aos princípios da economia solidária e há previsão de fomento da cadeia de produção e consumo da Rede Mocambos de forma coletiva e autogestionária. O interesse de constituir e formalizar a cooperativa de turismo étnico de base comunitária vai ao encontro do objetivo de difundir e apoiar o modelo cooperativista de organização social, tanto na Rede Mocambos quanto junto aos pontos de cultura. O projeto ainda menciona a intenção de fortalecer a relação entre a economia solidária e o software livre, razão pela qual foram previstas ações formativas e de assessoria em cooperativismo e ferramentas livres (ASSOCIAÇÃO CASA DO BONECO DE ITACARÉ, 2010).

Pelo relatório de execução enviado, vemos que os seis primeiros meses do projeto foram de reuniões de mobilização e articulação da Rede Mocambos; foram realizados investimentos em infraestrutura, como é o caso da reforma do espaço de comercialização e

da aquisição de móveis e equipamentos para estruturá-lo. O mapeamento de iniciativas para integrar a Rota de Escambo Baobá, a formação em design com software livre e a consultoria para o início do trabalho de elaboração da plataforma (portal de empreendimentos solidários da Rede Mocambos) também foram ações registradas no período. Além de consolidar o ponto de comercialização, a primeira parte da execução do projeto favoreceu a articulação em rede de grupos, comunidades, pontos de cultura e outros parceiros, inclusive relacionados ao campo da economia solidária, como o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Segundo os documentos apresentados pela instituição, a reforma da loja contribuiu para um aumento da geração de renda e para reforçar o modelo de organização comunitária e solidária.

O processo de formalização da cooperativa revelou ser necessário um maior amadurecimento interno. Sete núcleos de formação continuada da Rede Mocambos foram mobilizados em diferentes estados, e houve a avaliação coletiva de insegurança quanto à formação de uma cooperativa em rede. Isso fez com que o grupo buscasse mais informações e assessoria técnica e jurídica para definir o melhor formato dessa formalização (ASSOCIAÇÃO CASA DO BONECO DE ITACARÉ, 2011). Experiências como essas revelam os desafios e as dificuldades de formalização de iniciativas coletivas e em rede, o que reforça demandas anteriores apresentadas pelos pontos de cultura, relativas à assessoria jurídica para seus empreendimentos.

Outra fragilidade que a execução do projeto experimentou e diz respeito às demandas dos pontos de cultura refere-se ao mapeamento de iniciativas para integrar a Rota de Escambo Baobá. Após aplicação do questionário de mapeamento, o coletivo avaliou ser preciso refazê-lo, para abarcar mais informações, qualificar e quantificar os sistemas produtivos. Metodologias de mapeamento são praticadas em ampla escala no contexto do programa Cultura Viva e de formas variadas, de acordo com o trabalho dos pontos de cultura. A troca de experiências, metodologias e ferramentas de mapeamentos entre os próprios pontos de cultura certamente é uma ação em rede no âmbito do Cultura Viva que favoreceria projetos como este.

Em termos de ações em rede, o relatório de execução do Projeto Ìdasi Dùdú registrou a articulação da Casa do Boneco com outras organizações e pontos de cultura que trabalhavam no desenvolvimento de ferramentas livres de comercialização e troca de produtos e serviços. A intenção de integrar essas iniciativas em um sistema federativo entre as redes era permitir maior interação, troca e comercialização de produtos e serviços culturais. Exemplos de iniciativas convergentes de pontos de cultura foram encontradas

inclusive dentre os premiados no Economia Viva, como é o caso do Pontão de Cultura Digital iTEIA com o projeto de elaboração de um portal de trocas online de produtos e serviços entre os pontos de cultura. Diante da interface entre os dois projetos, foram feitas reuniões e diálogos no sentido de favorecer sua convergência. Conheceremos em seguida esse projeto, do Espaço ESCAMBO.

A ausência do segundo e último relatório do Prêmio dificulta termos uma leitura mais completa dos alcances e da efetivação do projeto. De todo modo, em termos econômicos, o registro de aumento da renda gerada a partir da comercialização de produtos, facilitada pela reforma da loja e pelas ações de articulação em rede, é indicador importante a ser levado em consideração.

Rede de economia solidária, cultura e turismo de base comunitária

A Associação Rede Cananéia como seu próprio nome revela, é uma articulação de instituições e grupos da sociedade civil voltadas ao desenvolvimento socioambiental e cultural de Cananéia, litoral sul de São Paulo. Dentre o conjunto das instituições que integram a Rede Cananéia há artesãos, associações de bairro, manejadores de recursos naturais, comunidades tradicionais, pescadores e agricultores. Formalizada em 2004, a Associação Rede Cananéia realiza uma série de atividades sociais, ambientais, culturais e políticas no município como o apoio a festas tradicionais e comunitárias: a realização de saraus; a promoção de intercâmbios de conhecimentos populares da região; o fortalecimento de grupos que vivem da arte e do artesanato; a incidência política na agenda socioambiental da região por meio da atuação em conselhos, da participação de audiências públicas e de conferências, entre outras.

A Associação Rede Cananéia foi a única proponente de projetos do Economia Viva que não é ponto de cultura. Entretanto, o Projeto Rede de economia solidária, cultura e turismo de base comunitária – a produção cultural gerando renda em Cananéia/SP – foi concebido e realizado em parceria com o Ponto de Cultura Caiçaras, também do município. As duas instituições já atuavam juntas em diversas ações de valorização, preservação e promoção das culturas tradicionais caiçaras, quilombolas, ribeirinhos e indígenas. A partir do trabalho realizado com essas comunidades, foi identificada a necessidade da promoção da geração de renda e da qualificação da produção econômica desses grupos produtivos.

A articulação de uma rede de turismo cultural de base comunitária constituiu, portanto, o foco central do projeto do Economia Viva. Para criação dessa rede, foi trabalhado o fomento de seis Associações integrantes da Rede Cananéia: a Associação de

Cultura Caiçara – ACUCA que atua na promoção do Grupo de Fandango Batido São Gonçalo; o grupo Cananéia Artes e Fibras – CAF, que trabalha com a produção artesanal em fibra de bananeira e taboa; a Associação Desportiva e Cultural de Capoeira Filhos de Cananéia, com suas apresentações e oficinas de maculelê, puxada de rede, coco e capoeira; a Associação Remanescente de Quilombo do Retiro Ex-Colônia, com a produção artesanal na fibra de bananeira e peças em tear e costura; a Comunidade Tradicional Caiçara da Enseada da Baleia, produtora de roupas, assessórios e ecobags artesanais; e a Associação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Vale do Ribeira – Subsede Cananéia, por meio da implantação das fossas anaeróbicas.

As ações locais de potencialização da produção dos grupos e comunidades envolveu oficinas de capacitação técnica para aprimoramento e diversificação dos produtos; aquisição de matérias-primas, reformas, participação de feiras e realização de intercâmbios. A estruturação da rede de turismo cultural contou com o cadastramento dos grupos produtivos e a catalogação de seus produtos e serviços, a formação para preparação em recepção no turismo comunitário com as comunidades envolvidas, a divulgação e comercialização dos produtos e serviços por meio de um vídeo promocional e a elaboração participativa de três roteiros experimentais de turismo cultural de base comunitária, sendo um com pontos de cultura.

A parceria com o Ponto de Cultura Caiçaras ocorreu na parte de divulgação e comercialização. O Ponto elaborou o site da Rede Caiçara de Turismo Comunitário com a divulgação dos trabalhos dos grupos e comunidades, e contribuiu com o registro audiovisual dos roteiros experimentais, cujas imagens foram utilizadas no vídeo promocional da Rede. Na parte de comercialização, o Ponto de Cultura contribuiu nas articulações com outros pontos de cultura de São Paulo para participarem do roteiro experimental e também deu início aos contatos com agências de viagens em São Paulo, Curitiba e Ponta Grossa.

Os três roteiros experimentais foram iniciativas de muito aprendizado, segundo os relatos colhidos. Participaram dos roteiros os próprios integrantes dos diversos grupos da Rede Caiçara de Turismo Comunitário e Pontos de Cultura paulistas. Os roteiros contemplaram visitas na Ilha do Cardoso e no continente, em diversas comunidades rurais, grupos culturais e sítios produtivos. Essa experiência contribuiu não apenas para estreitar a relação com os pontos de cultura da região e do estado que participaram dos roteiros, mas fundamentalmente para fortalecer o conhecimento mútuo entre os grupos e comunidades da Rede, além de proporcionar a troca de experiências entre eles. Muitos não conheciam as comunidades visitadas, mesmo residindo ali próximo e atuando conjuntamente em diversos

espaços. Isso proporcionou uma ampliação do vínculo e dos laços de confiança e o reconhecimento mútuo e a valorização da produção entre as comunidades reforçou o sentimento de pertencimento dos grupos. O processo de construção dos roteiros foi participativo e autogestionário, a definição dos preços foi feita em planilhas abertas e a gestão do processo foi compartilhada entre os integrantes da Rede. Essa vivência expressa forte relação com os princípios e práticas da economia solidária que também fundamentam a concepção de turismo de base comunitária.

A partir desses roteiros experimentais foi feita uma avaliação coletiva para aprimoramento da proposta e organização dos produtos, serviços e atrativos oferecidos nos roteiros de visitação a serem vendidos. Foi elaborado um kit da Rede Caiçara de Turismo Comunitário para os visitantes com produtos dos grupos, como uma bolsa com produtos de higiene pessoal produzidos artesanalmente pelo grupo Cheiro do Mato que também integra a Rede e o roteiro de visitação. A planilha de valores aberta foi avaliada e adaptada conjuntamente para consolidação dos roteiros.

O passo seguinte constituiu-se o mais difícil, e foi voltado à venda dos roteiros para agências comerciais de turismo. O Ponto de Cultura contribuiu no início e encontrou dificuldades de inserção no mercado, o mesmo ocorreu com a Rede Cananéia, e os roteiros não foram vendidos comercialmente. Entretanto, a diversificação dos produtos e o aprimoramento da prestação de serviç os relacionados às apresentações culturais, oferta de hospedagem e culinária caiçara proporcionaram uma ampliação das vendas e a geração de renda complementar aos grupos produtivos. A capacitação profissional formou novos artesões, dos quais destaca-se a presenç a de jovens na Associação de Cultura Caiçara na produção artesanal tradicional em caxeta. A conexão de jovens com a cultura tradicional do fandango caiçara é um aspecto relevante e significativo para a sua preservação, visto ser esta prática mais usual entre os idosos na região e não haver muito interesse das gerações mais jovens com o seu desenvolvimento e fruição.

Desde 2007, a Associação Rede Cananéia realiza um projeto em parceria com a Petrobras de implementação da Rede de Empreendedorismo, Conservação e Sustentabilidade de Iniciativas Comunitárias, por meio do qual foram realizadas duas feiras de economia solidária no município. A feira representou uma intersecção entre o projeto do Economia Viva e o da Petrobras, visto que o Prêmio contribuiu na parte logística para sua realização e para que os grupos e comunidades produtivas pudessem participar, expondo e comercializando seus produtos. A forte atuação política da Associação nas agendas ambientais, sociais e culturais da região também ocorre no campo da economia solidária. A

Rede Cananéia participa dos fóruns de economia solidária e inclusive integrou a delegação paulista na 3ª Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada em dezembro de 2014.

Agência Popular de Fomento à Cultura – Solano Trindade

Quando foi escrito o Projeto para o Prêmio Economia Viva, no início de 2010, já estava em curso na União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências (UPM) o processo de criação de uma agência de fomento ligada ao Banco Comunitário União Sampaio. O Banco ainda não tinha completado um ano de idade, mas desde o início de seu funcionamento existia a demanda de trabalhar a sustentabilidade financeira dos movimentos culturais da periferia. A linha de crédito para empreendimentos e produtores culturais oferecida pelo Banco foi criada com essa intenção. Diante das potencialidades existentes na produção cultural da periferia, e a partir da percepção de que a produção desses grupos e coletivos é prejudicada pela falta de acesso aos mecanismos de fomento disponíveis, ganhou força a motivação pela criação de uma Agência de Fomento. A Agência Solano Trindade foi projetada como uma estratégia de ação em rede para incentivar a articulação de um sistema produtivo cultural solidário no Campo Limpo e região. A expectativa também era organizar e dinamizar o funcionamento da linha de crédito voltada à cultura existente no Banco, contribuindo com o fomento da produção cultural, a geração de renda e a organização de artistas, grupos e coletivos em rede.

O projeto apresentado ao Prêmio Economia Viva previa a criação da Agência Popular de Fomento à Cultura Solano Trindade inicialmente com três frentes de atuação: fomento, produção e comercialização. A frente de fomento a empreendimentos culturais previu uma atuação conjunta com a linha de crédito cultural do Banco União Sampaio; a proposta era criar a carteira de crédito e fortalecer as ações do Banco com foco no desenvolvimento da economia da cultura local. A frente de fomento foi projetada também para oferecer serviços como elaboração de projetos e articulação de parcerias para viabilizar ações culturais dos grupos e coletivos do território em sinergia com o serviço financeiro prestado pelo Banco Comunitário. A frente de produção cultural da Agência visou a potencializar as ações realizadas pelo ponto de cultura voltadas à democratização do acesso aos meios de produção. A frente de comercialização, por sua vez, voltou-se ao fortalecimento da Loja Sociocultural, tanto física como virtualmente. Para as ações de fortalecimento da Loja, foi prevista a diversificação dos produtos oferecidos, para além do artesanato local que já era comercializado na loja.

A escolha do nome da agência foi uma homenagem ao poeta e multiartista pernambucano Solano Trindade, que viveu a maior parte de sua vida na zona sul de São Paulo e teve a cultura negra como principal expressão de sua rica e diversa produção artística. O projeto da Agência é mais um exemplo de proposta de continuidade das ações já realizadas pela Associação e pelo Ponto de Cultura. Como veremos mais adiante neste estudo, há uma relação direta entre o desenvolvimento das ações que vinham sendo realizadas pela associação, potencializadas pelo ponto de cultura e cujos desdobramentos deram origem ao projeto da Agência de Fomento. O próprio projeto expressa isso ao afirmar que “pretende-se complementar as experiências anteriores, enriquecendo-as pela potencialização da geração de trabalho e renda e, consecutivamente, fomentar a profissionalização dos trabalhadores e trabalhadoras da área cultural atuantes em Campo Limpo e adjacências” (UPM, Projeto, p. 6). Vemos assim que a geração de renda, a profissionalização e a articulação em rede caminham juntas no projeto da Agência de Fomento.

Na perspectiva de dar continuidade às ações já desenvolvidas, o projeto aponta as potencialidades e dificuldades enfrentadas na produção cultural da periferia da zona sul de São Paulo. A existência de alguns espaços para produzir, expor e comercializar produtos culturais locais é um dos alcances gerados pela atuação social de associações e grupos do território, entre os quais encontra-se a UPM. Feiras culturais são realizadas em diversos bairros (Santa Tereza, Embu, Jardim Maria Sampaio); há lojas que vendem produtos com marcas locais (1dasul, Vila Fundão, Afirma) e espaços culturais diversos (como saraus, festas típicas, teatros e cineclubes). Esses espaços e práticas culturais são associados à promoção da diversidade cultural, à formação política e à mobilização social: “Hoje estes espaços são lugares de articulação e politização do movimento cultural da região” (UPM, 2010, p. 30).

Apesar do forte potencial existente na produção cultural local e na comercialização e circulação de produtos, serviços e saberes, o projeto apresenta uma série de dificuldades enfrentadas no território e que limitam o alcance dessa produção cultural periférica. Dentre os problemas enfrentados e que o projeto da Agência buscou atender, podemos citar: a dificuldade dos jovens do território em conseguir trabalho ou gerar renda com iniciativas culturais; a ausência de crédito produtivo para ações culturais; falta de acesso a equipamentos, infraestrutura e meios de produção e articulação em rede; dificuldades de comercialização de produtos e serviços culturais; e a insuficiente oferta de capacitação técnica específica para a cultura, como elaboração de projetos, gestão de empreendimentos culturais e vendas.

Não podemos deixar de mencionar a forte presença da economia solidária tanto na atuação da UPM, quanto no projeto apresentado. Como isso será melhor abordado no próximo

capítulo, nos limitamos aqui a reproduzir um dos objetivos específicos do projeto apresentado ao Prêmio Economia Viva: “Formação de agentes culturais na perspectiva da economia solidária e desenvolvimento local com o objetivo de ampliar e fortalecer o debate sobre a construção de um outro sistema econômico” (UPM, 2010, p. 7). Temos aqui também a expressão do desejo e da necessidade de transformação social e econômica identificada em outros projetos do Economia Viva.

O Projeto Agência Popular de Fomento à Cultura previu a constituição de um Fundo de Desenvolvimento Cultural no Banco Comunitário União Sampaio que depois de criado passou a ser chamado de Fundo Popular de Fomento à Cultura. Com o valor de R\$ 8.500,00 esse fundo correspondeu à composição da carteira de crédito do Banco voltado à geração de trabalho e renda de empreendimentos culturais. Seguindo a estratégia socioeconômica dos bancos comunitários de desenvolvimento, a projeção da criação do fundo foi acompanhada da previsão de constituição de um conselho de análise de crédito cultural com membros da comunidade. Dentre as ações projetadas, constam: a contratação de um agente de desenvolvimento cultural; a formação e o envolvimento de dez jovens da comunidade nas ações da Agência; o mapeamento de grupos que produzam e disseminem ações através de sua arte e o acompanhamento dos empréstimos efetuados. A relação do ponto de cultura, da Agência e do Banco serão detalhadas no próximo capítulo, agora avançaremos no conhecimento do projeto da Agência apresentado ao Prêmio Economia Viva.

Dentre os serviços previstos a serem prestados pela Agência, são mencionados: a elaboração de projetos culturais (como gravação de CDs, edição e o lançamento de livros); a realização de eventos culturais (espetáculos artísticos, teatrais, musicais, etc.); a organização de produções gráficas (livros, jornais, fanzines) e musicais (CDs, DVDs, shows, etc.). A criação de um portfólio na internet para dar visibilidade e disponibilizar os trabalhos e ações culturais dos artistas e grupos também foi previsto no projeto. A ampliação e diversificação desses serviços a partir do desenvolvimento do projeto já haviam sido consideradas, à época da formulação da proposta para o Prêmio.

A formação em economia solidária e o debate em torno de mecanismos de finanças solidárias e formas alternativas de fomentar a economia da cultura na perspectiva da economia solidária também constam dentre as ações do projeto. Essas iniciativas foram previstas em parceria com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo (ITCP-USP)⁶⁹, instituição com a qual a União Popular das

⁶⁹ A ITCP-USP promove a economia solidária desde 1998 por meio de ações de formação, fomento, apoio e pesquisa junto a empreendimentos econômicos solidários; universidade e fóruns de economia solidária; professores e estudantes; redes e arranjos políticos, econômicos e culturais para o desenvolvimento local.

Mulheres de Campo Limpo (UPM) já vinha atuando há um ano, no processo de implantação do Banco Comunitário União Sampaio. Foram previstas oficinas sobre técnicas de gestão, planejamento e comercialização, entre outras temáticas. Ações de mapeamento de grupos culturais com interesse em participar das oficinas também acompanharam a previsão de organizar atividades culturais com os grupos atendidos pela Agência, pelo Banco e pela Loja.

No que diz respeito à comercialização, foi prevista a adequação do espaço físico existente para venda dos produtos artesanais produzidos nas ações da UPM e a contratação de um agente de comercialização para realizar reuniões com grupos locais, artesãos, associações e produtores culturais, bem como com outros espaços de comercialização para fomentar ações em rede. A construção e administração da loja virtual também estavam no escopo do projeto com a previsão de disponibilizar online os produtos e serviços oferecidos pela Agência Popular de Fomento à Cultura Solano Trindade. Em termos de infraestrutura, além da adequação do espaço físico para a loja e para a Agência, o projeto previu potencializar equipamentos e estruturas já existentes para gravação e edição de materiais audiovisuais. A aquisição de equipamentos e a ampliação da infraestrutura do estúdio de gravação e da ilha de edição representavam parte significativa do projeto – o equivalente a quase 10% de seu valor.

Em termos da sustentabilidade financeira do projeto, podemos afirmar que, das iniciativas premiadas no Economia Viva, o projeto da Agência Popular de Fomento à Cultura Solano Trindade foi o que dimensionou sua sustentabilidade de forma mais próxima ao que efetivamente ocorreu. A sustentabilidade desse projeto coloca uma série de questões que não dizem respeito apenas à sustentabilidade da Agência, mas também do Banco e da própria Associação. Foi projetado um envolvimento desses três atores para alcançar a sustentabilidade da Agência. À UPM foi previsto custear as despesas operacionais do Banco União Sampaio; este cobrará uma taxa de juros de 2% ao mês para cada parcela dos empréstimos e reunirá esforços de sua equipe para que a taxa de inadimplência não supere a marca de 3%, da carteira de crédito ativa ao longo do projeto. A porcentagem foi calculada a partir do valor médio da taxa de inadimplência das experiências de microcrédito. Essa equação foi feita para alcançar a meta de manutenção da carteira de crédito no valor original disposto pelo Projeto de R\$ 8.500,00. Com isso, após o término do Projeto, a Agência manterá o fundo popular de fomento à cultura com esse mesmo valor e poderá beneficiar outros atores, concedendo novos créditos. O cálculo feito para alcançar a sustentabilidade do projeto prevê ainda que, após o seu término, os custos operacionais do banco com as transações da linha de crédito cultural

sejam pagos com o excedente da receita gerada pela diferença entre a taxa de juros cobrada e a taxa de inadimplência sobre a carteira ativa.

Outro aspecto considerado imprescindível para garantir a sustentabilidade financeira da Agência é a manutenção de duas pessoas dedicadas à divulgação, articulação e comercialização da Loja Sociocultural e da Agência. Foi prevista a cobrança ao final do projeto de um percentual, acordado coletivamente, sobre o produto das atividades realizadas por esses trabalhadores para viabilizar sua permanência na Loja e na Agência. Além dessas medidas, a expectativa da geração de renda a partir da comercialização de produtos e serviços culturais realizada pela Agência se manteve viva e foi fundamental para sua sustentabilidade financeira, como ocorre hoje.

A sustentabilidade financeira do projeto apresentado ao Economia Viva é concebida de forma diretamente relacionada à sustentabilidade política dos bancos comunitários de desenvolvimento. O Banco União Sampaio integra a Rede Brasileira de Bancos Comunitários⁷⁰ que reúne mais de 103 bancos comunitários em todo o Brasil. Essa Rede integra o movimento de economia solidária e incide politicamente em diversos debates e articulações em torno da promoção das finanças solidárias e da democratização e descentralização dos serviços bancários e financeiros do país. Vemos aqui como não é possível tratar a sustentabilidade financeira de forma dissociada da sustentabilidade política.

Como mencionamos no início, a criação da Agência de Fomento era um processo em curso no momento da escrita do projeto para o Prêmio Economia Viva. Embora a Agência precisasse de recursos financeiros para constituição do fundo, para as contratações e diversas outras ações, sua organização era apenas uma questão de tempo e as articulações já estavam sendo feitas. O que evidencia isso é que, mesmo com a demora de um ano para o pagamento da primeira parcela do Prêmio, diversas ações de implementação da Agência de Fomento foram realizadas. A aprovação de projetos no Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais (VAI)⁷¹, da Secretaria de Cultura do Município de São Paulo, contribuiu para potencializar e dinamizar esse processo. Quando o recurso do Economia Viva foi pago, o contexto na UPM era diferente do momento da escrita do projeto, a Agência já estava em funcionamento, o mapeamento e a mobilização dos coletivos locais haviam sido feitos e os instrumentos digitais da Agência estavam criados, como o seu blog⁷². Isso gerou a necessidade de remanejamento do projeto e do plano de trabalho do Economia Viva, o que não aconteceu

70 <http://www.institutobancopalmas.org/rede-brasileira-de-bancos-comunitarios/>.

71 Mais informações sobre o Programa VAI disponíveis em: <http://programavai.blogspot.com.br/>; <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/fomentos/index.php?p=7276>.

72 À época, o blog criado foi este: <https://agenciasolanotrindade.wordpress.com/>, mas a partir de novembro de 2012 o blog da Agência passou a funcionar em outro endereço: <http://agsolanotrindade.com/>.

sem desgastes e tensões com o Ministério. Uma das dificuldades de compreensão por parte do MinC foi a respeito da criação da Agência ter ocorrido antes do pagamento da primeira parcela do prêmio. O remanejamento de recursos de equipamentos para a compra de um automóvel coletivo gerou questionamentos e trâmites burocráticos que duraram mais de um ano entre a data de envio do relatório de aplicação dos recursos da primeira parcela pela UPM e o efetivo pagamento da segunda parcela pelo MinC. Houve dificuldades por parte da associação por desconhecimento administrativo acerca dos procedimentos adequados para o remanejamento do plano de trabalho e também houve dificuldade por parte do MinC em compreender o dinamismo e o fluxo de organização das atividades realizadas. Isso resultou em uma avaliação desfavorável do MinC ao relatório do Prêmio feito pela UPM, por não apresentar comprovações da criação da Agência, do Fundo Popular de Fomento à Cultura, do lançamento da loja virtual e da real necessidade de alteração do plano de ação. Após comprovação da realização dessas ações e das logos do Prêmio nos materiais, o pagamento da segunda parcela foi efetuado.

Devido à indisponibilidade do espaço físico originalmente previsto no projeto para funcionamento da Agência, foi construída uma parceria com o coletivo Cia. Sansacroma, e a Agência passou a utilizar o espaço Ninho que já era ocupado parcialmente pelo Sansacroma. Nesse espaço foi estruturado um escritório coletivo, um ateliê popular e uma redação; foram realizadas oficinas e ações de produção cultural conjuntas. O estúdio de áudio e vídeo, bem como a ilha de edição do espaço também foram utilizados, o que originou o remanejamento de recursos recém-mencionado.

A Agência passou a se chamar Agência Popular Solano Trindade e reuniu mais de 150 agentes cadastrados. Eles responderam a um mapeamento a partir do qual foi possível reunir os dados de cada artista, agente cultural, produtor, grupo e empreendimento. Além do nome, contato e endereço, o mapeamento indicou a área de atuação dos agentes, os serviços e produtos disponíveis para trocas na Agência, as frentes da Agência em que os agentes têm interesse em participar, os tipos de serviços e produtos que cada agente consome e a indicação de seminários que a Agência poderia organizar. Essas informações foram disponibilizadas no blog da Agência que reúne um cardápio de agentes integrados e a lista de produtos e serviços disponíveis.

Embora prevista originalmente para operar com Sampaio, a moeda social do banco comunitário, a Agência terminou criando outra moeda, a Solano, que funciona menos com a troca de cédulas e mais com a troca de produtos e serviços. O relatório apresentado pela UPM (2011) identifica a realização de mais de mil trocas em Solanos no primeiro ano da Agência. A

moeda tem equivalência com o Real e todo coletivo que se inscrever na Agência tem direito a 300,00 Solanos para efetuar trocas de produtos ou serviços. Na época da execução do Prêmio Economia Viva, a Agência dispunha de 8 mil Solanos em circulação. Um exemplo mencionado de uso da moeda é relacionado ao acesso à infraestrutura e equipamentos. A Agência dispõe de um kit cinema que é procurado por grupos e coletivos de artistas – alugam o projetor, a caixa de som e o telão por 50 Solanos. O mesmo ocorre com serviços, como edição de vídeo e imagens, estúdio de áudio e vídeo, e transporte.

Os Solanos circulam entre os agentes que estão cadastrados na Agência e muitas vezes suprem demandas circunstanciais, de novos projetos que demandam um fluxo de caixa inicial quando a instituição contratante só efetua o pagamento após a entrega do produto ou a prestação do serviço. Essa necessidade de obtenção de um recurso para iniciar a execução de um trabalho é o que limita muitos grupos e coletivos a assumirem certos compromissos profissionais. No caso da UPM, isso foi solucionado com o Banco que disponibiliza o crédito e com a Agência que articula parcerias e gerencia os agentes que vão prestar o serviço. A fala de Thiago, liderança da Agência Solano Trindade, expressa como isso acontece (VINÍCIUS, 2014, entrevista):

Porque a gente vive muito de evento, esse ano de 2014 a gente fez muito evento, e evento assim, pra mil, 3 mil pessoas e também pra 10 mil pessoas. Então a gente vive uma questão, o cara do evento não paga antes do evento pra você, ele já quer testar sua bala na agulha, entendeu? Ó, eu estou te contratando mas quem vai fazer o primeiro investimento é você, você vai receber daqui há, sei lá quando. Não tinha nem contrato assinado e a gente já teve que fazer um monte de coisa. E aí a gente aciona o banco.

A loja É'dmarca foi lançada em dezembro de 2011 com a proposta de “constituição de uma loja colaborativa baseada nos princípios da economia solidária mostrando e oferecendo produtos exclusivos feitos de forma independente e autoral, buscando a sustentabilidade dos artistas envolvidos” (UPM, 2012, folheto-ofício, p.4). Com o intuito de fortalecer a economia local e facilitar a circulação dos produtos de artistas do território, a loja foi concebida para aceitar moeda social e, na época do Economia Viva, chegou a movimentar cerca de mil reais por mês (UPM, 2011). A proposta de estimular a criação de novos espaços de comercialização foi realizada por meio da itinerância da loja, que circulou em eventos e ações culturais realizados por parceiros da Agência, divulgando sua produção.

Dentre as ações fomentadas pela Agência no contexto da execução do Prêmio Economia Viva, que foi uma experiência marcante para os agentes envolvidos, mencionamos

o lançamento do livro *Manda Busca* de Luan Luando⁷³. Poeta da localidade e frequentador dos saraus da periferia, Luan teve seu livro publicado graças ao envolvimento de diversas pessoas que colaboraram com a sua edição, ilustração e financiamento. O Banco União Sampaio e a Agência Popular Solano Trindade também contribuíram para viabilizar a publicação e seu lançamento, por meio de empréstimos. Além do lançamento de livros, a Agência também articulou o lançamento de CDs, a realização de shows e a compra de equipamentos durante a execução da premiação do Economia Viva.

Durante a execução do Prêmio, a Agência alugou um espaço onde só funcionava a Agência, havia um estúdio de fotografia e áudio para ensaio, um ateliê artístico e espaço para reuniões; “foi o momento que a moeda mais circulou” (MESQUITA, 2014, entrevista). Era um espaço de encontro, reunião, articulação e produção dos diversos coletivos artísticos e grupos culturais do território cadastrados na Agência. Foi a partir das ações culturais e iniciativas formativas realizadas nesse espaço que alguns artistas da região passaram a produzir coletivamente, se organizaram em coletivos e acessaram recursos de outros editais, como o VAI. Dois coletivos articulados nesse período perduraram com o passar dos anos, e existem até hoje: *AteliePopulArte* e *Dicampana*. O primeiro é um coletivo de artes plásticas e, o outro, de comunicação – ambos seguiram prestando serviços e produzindo sua arte após a mudança do espaço e o término do recurso do Prêmio Economia Viva. Em abril de 2014 esses dois coletivos alugaram conjuntamente um novo espaço – o *GOMA Comunicação e Arte* –, que é gerido coletivamente e também atua dentro da rede mobilizada pela Agência Popular Solano Trindade. É possível identificar que o Prêmio Economia Viva contribuiu para fortalecer o processo de mobilização de artistas, coletivos culturais e organizações da periferia de São Paulo, bem como de instituições parceiras. As articulações e trocas de produtos e serviços passaram a ocorrer mais fortemente a partir do Economia Viva e do VAI conquistados no mesmo ano. Tratamos aqui a execução do projeto apenas brevemente, pois seus alcances e desdobramentos serão abordados de forma mais detalhada no próximo capítulo.

Padaria comunitária indígena: mãos na massa

Vemos que o desafio da geração de renda é comum a todos os proponentes e as perspectivas e possibilidades de comercialização de produtos e serviços, em geral, mostra-se mais complexa do que inicialmente prevista nos projetos. Um exemplo disso também pode ser encontrado na iniciativa *Padaria Comunitária Indígena: Mãos na Massa*. Elaborado

73 Um registro dessa experiência está disponível em: <https://vimeo.com/29547202>.

pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) Amigo do Índio (AMI), o projeto visava a qualificação alimentar das famílias, em especial das crianças indígenas, de duas aldeias do Mato Grosso do Sul, localizadas na Reserva Indígena Francisco Horta Barbosa. Para tanto, o projeto previu a realização de um curso de panificação e a produção de pães, bolos e biscoitos nos Núcleos de Atividades Múltiplas (NAM) localizados na Aldeia Jaguapiru e na Aldeia Bororó. A relação com o território já existia, a associação realizava outros projetos ali e o próprio Ponto de Cultura Casa da Cultura Nãnderetã, conveniado com o MinC no primeiro edital, em 2005, realizou seu projeto nas aldeias da Reserva.

Lamentavelmente, a instituição não apresentou nenhum relatório de execução da aplicação dos recursos do Prêmio, o que nos impede de tecer considerações acerca do desenvolvimento da iniciativa. Devido a essa ausência, esta foi a única instituição proponente que não recebeu a segunda parcela do Prêmio Economia Viva. Portanto, restringiremos nossa reflexão aqui ao projeto apresentado, que também revelou algumas fragilidades na questão relativa à sustentabilidade financeira da iniciativa. Podemos identificar isso na previsão de que a geração de renda ocorreria por meio da comercialização dos pães, enquanto o objetivo da produção era “suprir a necessidade local no que diz respeito a reforço alimentar e composição de lanches oferecidos às crianças que participam de algum projeto oferecido pela AMI” (OSCIP AMI, 2010, p. 3). Ou seja, a demanda que motivou o projeto foi interna à Associação – de complementação alimentar dos participantes de suas atividades –, não houve estudo, levantamento ou experiência prévia de comercialização desses produtos nas aldeias que sugerissem informações, elementos ou aprendizados para essa projeção. Tampouco estava prevista a realização desse mapeamento ou de construção de uma estratégia de comercialização dos pães, bolos e biscoitos produzidos. A experiência prévia de comercialização da Associação apresentada fora com produtos artesanais, cujo público e mercado tendem a ser diferentes da padaria. A falta de previsão e especificação de como seria organizada a produção para atender à demanda interna da associação e ainda gerar a renda almejada também revela desconhecimentos sobre a execução da proposta. O projeto prevê ainda o levantamento de custos de materiais, equipamentos, infraestrutura e pessoal, mas não o estudo da viabilidade econômica da iniciativa.

Embora sem especificar o foco ou a temática, o projeto previu uma consultoria do Sebrae o que, inclusive, foi motivo de questionamento por parte da Comissão de Avaliação. Conforme revela um dos pareceres: “O Projeto seria EXCELENTE não fosse a parceria

duvidosa com o SEBRAE nas oficinas (e a culinária indígena? Haverá respeito?)” (FPREGNOLATTO, 2010, p. 2)

Esse projeto apresenta uma correlação muito presente nos demais: a expectativa de capacitação para inserção no mercado de trabalho e promoção da sustentabilidade financeira das comunidades, que aparecem diretamente relacionadas ao fortalecimento da identidade étnica, assim como da cultura tradicional das comunidades envolvidas na produção, e da melhora de sua qualidade de vida. O uso de recursos existentes no território e o envolvimento dos saberes tradicionais são os meios escolhidos para essa ação que busca reverter os efeitos perversos e prejudiciais dos processos de desenvolvimento implementado nessas localidades. Dentre os efeitos mencionados desses conflitos e disputas, são recorrentes a degradação das relações de trabalho, doenças recorrentes, explorações diversas, saúde debilitada, desnutrição, violência, perda de terras, dentre outros conflitos e disputas existentes.

Fabriqueiros

Podemos identificar que os projetos premiados no Economia Viva também seguiram a mesma lógica do *do-in antropológico* ao serem propostas de continuidade de uma ação cultural existente. No caso dos pontos de cultura, os projetos de modo geral buscavam um aprimoramento na formação técnica e nos investimentos em tecnologia e infraestrutura para ações culturais desenvolvidas pelo ponto, com foco em seu potencial econômico e de gestão. A geração de renda, como já definia o edital, foi objetivo fulcral dos projetos, o que não significa ter sido o principal alcance de suas implementações.

Um exemplo de iniciativa proposta a partir da experiência do ponto de cultura foi o Projeto Fabriqueiros, do Ponto de Cultura Casa Mandicuera, localizado na ilha dos Valadares, em Paranaguá, litoral do Paraná. Território de forte identidade caiçara, a ilha tem uma população de 30 mil habitantes e reúne diferentes comunidades ribeirinhas que ali se instalaram. A ilha é conhecida pela sua diversidade de manifestações culturais, tem 5 grupos de fandango, uma folia do divino, um grupo de boi de mamão, 16 mestres de fandango e culinária típica caiçara. A própria Associação de Cultura Popular Mandicuera nasceu dessa diversidade, a partir da realização do espetáculo Rufo de Adufo que integrou fandango, boi-de-mamão e a romaria do divino.

O Ponto de Cultura promove oficinas permanentes de construção de instrumentos musicais e de artesanato: presta serviços de cenotecnia, montagem de figurino e cenário; produz e comercializa artesanato e instrumentos musicais da cultura caiçara e do fandango.

Dentre os instrumentos confeccionados há rabeca, viola, machete, adufo, caixa, tamanco e, no que diz respeito às peças artesanais, os artesãos produzem bonecos folclóricos, bonecos do boi-de-mamão, réplicas de embarcação e réplicas de personagens folclóricos, pinturas em casca de ostra, além de também produzir e comercializar diversos adereços para escolas de samba de Paranaguá, grupos teatrais e para escolas e grupos folclóricos (ASSOCIAÇÃO MANDICUERA, 2010).

O Projeto Fabriqueiros apresentado ao Economia Viva visava a potencializar a produção e comercialização desses instrumentos e artesanatos por meio de quatro ações: a montagem de uma fábrica em formato de barracão para construção das peças; a locação de uma loja no centro da cidade de Paranaguá; a realização de oficinas intensivas de construção de artesanato e instrumentos musicais; e a constituição de uma cooperativa de luthieres, aprendizes de luthieres e artesãos aderecistas.

Vemos novamente presente a expectativa de constituir uma cooperativa entre os objetivos do projeto apresentado à premiação, o que reproduz a demanda de diversos outros projetos do edital. Neste caso, a intenção era reunir luthieres, aprendizes de luthieres e artesãos aderecistas a partir das oficinas realizadas na fábrica e do escoamento conjunto da produção na loja. Assim como nos demais projetos que almejavam essa formalização, a cooperativa da Casa Mandicuera tampouco foi adiante. O relatório do Economia Viva apresentado pela Associação afirma que eles obtiveram orientação do Sebrae para a constituição jurídica de Microempreendedor Individual (MEI) aos artesãos e luthieres, pois não tinham vinte pessoas na equipe, número mínimo para a formação de uma cooperativa.

As demais ações do projeto foram realizadas: a Associação alugou um espaço para instalação da fábrica, onde fez as oficinas e a produção dos instrumentos, cenários, adereços e peças artesanais. Com os recursos do Prêmio foi possível adequar o barracão às condições necessárias para a produção, como atualização da rede elétrica, aquisição e regulagem do maquinário, além de outros ajustes de reforma. No espaço da fábrica ocorreram as oficinas gratuitas de luthieria, bonecas de pano, artesanato, preparação de cenotécnico e preparação de figurinos.

O trabalho de construção de cenografia e criação de espetáculos acabou tomando uma dimensão maior na execução da iniciativa do que havia sido prevista no projeto: isso ocorreu devido à contratação da Associação por uma empresa para a criação de três espetáculos teatrais em 2012. A produção cenotécnica, os adereços e figurinos para as peças foram feitos na fábrica, onde também são produzidos os adereços e figurinos das apresentações do boi-de-mamão e de outras atividades, como filmes e documentários. É

interessante destacar que a Casa Mandicuera convidou artistas e atores de dois pontos de cultura de Curitiba para trabalhar nesses espetáculos: a Associação de Artes Circenses Trip Circo e o Centro Cultural Boqueirão. A este último foi doado o cenário produzido, para possíveis reutilizações em outras peças teatrais. Temos aqui um exemplo de experiência de articulação entre os pontos de cultura na prestação conjunta de serviços e na geração de renda estimulada pelo trabalho em rede.

A expectativa de profissionalização prevista no projeto foi alcançada com os aderecistas e cenotécnicos, cuja capacitação também incorporou o processo de produção dos espetáculos. Segundo o relatório da Associação premiada, 22 pessoas geraram renda diretamente com o projeto e 12 novos aderecistas e cenotécnicos foram capacitados e participaram da produção das peças; no caso das oficinas de artesanato e lutheria, ficaram 2 pessoas produzindo de forma permanente na fábrica.

A execução do Projeto do Prêmio conferiu alguns aprendizados importantes ao processo de fabricação e comercialização de instrumentos praticado pela Casa Mandicuera. No que diz respeito à comercialização, o plano de negócios do projeto (ASSOCIAÇÃO MANDICUERA, 2010) apresentado ao Economia Viva previa que o empreendimento precisava comercializar 22 mil reais por mês (o equivalente à venda de 20 rabecas e 335 peças de artesanato, à época) para pagar as despesas básicas da Associação e os salários de seus trabalhadores. No entanto, a realidade mostrou-se muito diferente dessa estimativa, não apenas nas vendas dos produtos, mas na capacidade produtiva da própria Associação.

O relatório final apresentado ao Prêmio reconhece que o processo de fabricação se revelou mais longo do que o calculado originalmente. A partir da execução do projeto identificaram que era preciso um mês e meio para confeccionar um instrumento de qualidade. A sistematização do processo produtivo, o cálculo de tempo e custos do trabalho, e a precisão de valores foram alcances indiretos proporcionados a partir da execução do projeto do Prêmio Economia Viva. O saber fazer uma rabeca não significava o mesmo que saber calcular seu preço e vendê-la. A sistematização dessa prática, proporcionada pelo Prêmio Economia Viva, favoreceu sua avaliação e reflexão, propiciando ainda um aprimoramento da produção.

O relatório final revela uma venda de artesanato e instrumentos menor do que o estimado no projeto. Embora não apresente o valor total, o relatório menciona os produtos comercializados, a partir do qual é possível estimar que o cálculo previsto no projeto para ser alcançado mensalmente foi obtido ao longo de todo o ano de execução. Isso já havia sido identificado desde a avaliação do Projeto, pela comissão avaliadora que apontou

“orçamento correto, mas sustentabilidade prevista com valores elevados, difíceis de serem obtidos” (GARÇONI, 2010, p. 42).

A parte de produção e comercialização é organizada de forma bastante autônoma pela Associação. Conforme informado em seu projeto e relatório, os espaços e equipamentos da Associação ficam disponíveis para utilização dos artesãos e estudantes. Quando ocorre na ilha, a comercialização dos instrumentos é feita diretamente entre o artesão ou luthier e o comprador. Durante os períodos de festas de boi-de-mamão e apresentações de fandango, instala-se uma loja temporária na Associação Mandicuera para comercialização dos produtos. Já na cidade histórica, as vendas ocorrem na loja Mandicuera onde a Associação cobra uma porcentagem de 30% da venda, dos quais são destinados 10% para o vendedor e 20% para o caixa de despesas da Associação. A loja também foi uma realização alcançada com o Prêmio Economia Viva e expandiu os espaços de comercialização para fora da ilha, o que antes ocorria apenas no mercado de artesanato ou em uma feira local, onde os produtos eram deixados sob consignação.

Após o recebimento da segunda parcela do Prêmio, a Associação alugou e reformou um espaço no centro histórico de Paranaguá onde passou a funcionar a loja do ponto de cultura. Prevista para estar em funcionamento no quinto mês do projeto, a loja só foi aberta no último trimestre de sua execução, o que não permite avaliar se o objetivo do projeto de ampliar a comercialização dos produtos foi alcançado, devido à falta de uma análise da movimentação de vendas de forma continuada ao longo dos meses. O relatório da Associação apresenta uma relação direta entre o atraso na implantação da loja e os problemas na execução do edital: “(...) a insegurança com relação à segunda parcela fez com que optássemos por não abriremos a loja neste primeiro período, pois teríamos que contratar pessoas e adquirir despesas.” (ASSOCIAÇÃO MANDICUERA, 2012, p. 10).

É possível depreender uma relação existente entre esse sentimento de insegurança e o atraso de um ano para o recebimento da primeira parcela. Além disso, houve um intervalo de cinco meses entre a entrega do relatório de prestação de contas da primeira parcela e o pagamento da segunda. Entretanto, é importante destacar que esse intervalo tem natureza distinta do atraso do primeiro pagamento, pois refere-se ao tempo entre a aprovação da prestação de contas da primeira parcela e a liberação do segundo pagamento. A média de tempo levado pelo conjunto das instituições premiadas para recebimento da segunda parcela foi de seis meses após apresentação da prestação de contas.

Metade das iniciativas premiadas teve a sua prestação de contas da primeira parcela aprovada com ressalvas, quatro prestações de contas foram aprovadas diretamente e duas

obtiveram parecer desfavorável. Uma dessas recorreu, apresentou um relatório complementar com justificativas e a documentação pendente e teve sua prestação de contas aprovada, mas a outra instituição não teve a prestação de contas da primeira parcela aprovada e, portanto, não recebeu a segunda parcela prevista no prêmio. Os pareceres com ressalvas, em sua grande maioria, apresentavam questionamentos semelhantes, relativos às ausências de listas de presença das atividades de formação, fotos, vídeos, depoimentos e comprovantes fiscais que demonstrariam a efetiva realização dessas ações.

Além da inauguração da loja Mandicuera no centro histórico de Paranaguá, o projeto do ponto de cultura previa a criação de uma loja virtual, mas esta não foi colocada em prática, “devido a falta de pessoas com capacidade de atender a todos os pedidos de instrumentos que temos” (ASSOCIAÇÃO MANDICUERA, 2012, p. 9). Por meio do Prêmio, foi criado e divulgado o blog Fabriqueiros⁷⁴, onde os produtos passaram a ser divulgados, inclusive com preços e telefones para contato, mas o blog não opera vendas online. Na internet, a Associação disponibilizou seus produtos para serem vendidos no Mercado Livre.

Circuito Sul da Música Independente

A comercialização de produtos online também era objetivo do Projeto Circuito Sul da Música Independente apresentado pelo Ponto de Cultura e Saúde Arte Independente ao Edital do Prêmio Economia Viva. A Alvo Associação Cultural (AAC) de Porto Alegre/RS foi a instituição proponente e premiada pela iniciativa de construção de uma loja virtual e realização de uma feira de música com seminário e show nas capitais dos três estados da região sul. Voltado à promoção da cadeia produtiva da música independente, o projeto tinha grande foco na divulgação de pequenos empreendimentos, na comercialização de seus produtos e na articulação em rede de pontos de cultura dos estados do Sul. A parceria e participação dos pontos de cultura tinham centralidade no projeto que previa a atuação de pontos e pontões de cultura na organização das três edições da feira de música, bem como no mapeamento e na indicação dos empreendimentos a serem contemplados na feira.

A loja virtual já existia desde 2009 e o Projeto premiado previa sua qualificação, que chegou a ocorrer em 2012, mas no momento desta pesquisa não estava mais em operação. Conforme relatório apresentado pela Associação (AAC, 2012), o desenvolvimento da qualificação da loja Alvo Virtual ocorreu em Software Livre (PHP), sincronizado com o serviço de pagamento digital do Brasil e o PayPal mundial. Dentre suas funcionalidades, a

74 <http://fabriqueiros.blogspot.com.br/>

loja permitia calcular o valor do frete dos produtos, possuía carrinho de compra, chat e formulário de contato, além de fazer rastreamento do pedido e controle de estoque. No entanto, a loja Alvo Virtual não perdurou no ar e atualmente (2015) o ponto de cultura dispõe de uma loja virtual⁷⁵ em sua página do Facebook. A loja tem apenas dez produtos disponíveis (8 CDs e 2 DVDs) e, para efetuar qualquer compra, é preciso ter um perfil e conta na rede social, o que significa disponibilizar os dados do empreendimento a essa empresa.

Em termos de concepção e desenvolvimento, a loja virtual no Facebook representa o oposto da proposta original de utilização de software livre, e difere também do portal da Associação⁷⁶, que também foi qualificado por meio da premiação, sendo programado em software livre e estando em funcionamento até hoje. Certamente a descontinuidade da loja virtual Alvo executada no contexto do Economia Viva oferece aprendizados sobre as ferramentas livres disponíveis para a comercialização online, seus custos, dificuldades e necessidades. Um estudo mais detido e focado nessa experiência pode revelar importantes aprendizados acerca dos desafios de implementação daquela que foi considerada a principal aposta para a sustentabilidade dos empreendimentos envolvidos nesta iniciativa.

No Projeto apresentado, a Associação deu destaque à economia solidária, tanto em termos do reconhecimento de sua identidade organizacional, quanto em termos de orientação política e propósito da ação prevista no Economia Viva (AAC, 2010). A Alvo se apresenta no Projeto como empreendimento autogestionário, formado por artistas, músicos e produtores de eventos. A autogestão é relacionada diretamente à gestão financeira das transações do empreendimento: “a forma de cooperação se dá através de cada projeto ou produto fabricado, em caso de venda de shows, a Alvo fica com 20% do cachê e já no caso da venda de discos, o empreendimento fica com 50%, pois nesse caso absorve os impostos e taxas de distribuição/entrega” (idem, p. 10). Além de vender seus CDs e DVDs para uma rede de lojas que os distribui em shoppings e também por atacado, a Alvo informa ter uma grife de roupas comercializadas em feiras de economia solidária.

Dentre os objetivos do Projeto, consta: “Articular e conscientizar a cadeia produtiva da música sobre novas alternativas de geração de renda através da economia solidária, criando autonomia para esses empreendimentos através da autogestão” (idem, p. 2). O Projeto aposta na criação de redes de trabalho, na parceria e na cooperação como forma de alcançar a sustentabilidade financeira dos diferentes atores e grupos na cadeia produtiva da

75 https://www.facebook.com/alvocultural/app_310184625673941

76 <http://www.alvovirtual.com>

música independente. “Os princípios de cooperação, rede, autogestão e economia solidária serão o norte para que esses pequenos empreendimentos se auto-sustentam” (idem, p. 12). Além da feira de música com seminário sobre “Alternativas de negócios para a música independente” e shows, o projeto previa também a elaboração de um catálogo virtual de bandas, selos e empresas que trabalham com música independente no eixo sul do Brasil.

Apesar da forte orientação autogestionária do trabalho da Associação, a economia solidária não continuou presente no desenvolvimento do projeto, ao menos não foi registrada nem mencionada no relatório do Prêmio Economia Viva apresentado pela Alvo. A aposta nos festivais como fomento às bandas e artistas de música independente ganhou centralidade na execução deste Prêmio. A articulação com o Circuito Fora do Eixo permitiu que a Alvo divulgasse o projeto do circuito sul de música independente e ganhasse visibilidade no mapa da produção cultural local e regional. A Associação participou do Congresso Fora do Eixo em dezembro de 2011 em São Paulo e realizou o Festival Grito Rock em março de 2012 em Porto Alegre e Florianópolis. As ações previstas originalmente no projeto (feira da música, com seminário, show e catálogo virtual) foram postergadas para a segunda parte de execução do projeto. Devido à ausência do relatório final da Associação junto ao Prêmio Economia Viva, não foi possível depreender mais informações acerca de sua execução.

Em 2013, por meio de edital do Cultura Viva/Mais Cultura lançado pelo Governo Estadual do Rio Grande do Sul, a Associação foi selecionada como Ponto de Cultura Rubem Berta nas Asas da Cultura, por meio do qual desenvolveu cursos de rap, vídeo, grafite, estêncil e estamperia em camisetas; B.boy, MC, vídeos de skate, dentre outras ações realizadas em escolas, na comunidade, na rua, no ponto de cultura e em presídios, como ocorre com a ação MCs para a Paz.

No Prêmio Economia Viva, o Ponto de Cultura e Saúde Arte Independente realizou oficinas de produção de disco independente e debates sobre produção musical junto a alguns pontos de cultura do Rio Grande do Sul. Diante da proposta de “estimular a participação coletiva e sustentabilidade dos empreendimentos associativos incubados nos pontos de cultura, bem como, criar estratégias para profissionalização do mercado da música independente regional” (ACC, 2012, p. 6), é possível que a realização do Prêmio Economia Viva tenha gerado mais desdobramentos, articulações e ações conjuntas com pontos de cultura, mas a falta de acesso ao relatório final de execução do projeto não nos permite avançar nessa leitura e análise.

Espaço ESCAMBO

O desenvolvimento de uma plataforma digital em software livre para trocas de produtos e serviços entre pontos de cultura foi a iniciativa proposta pelo Pontão de Cultura Digital iTEIA ao Prêmio Economia Viva. A premiação desta iniciativa voltada ao fomento de um mercado de trocas solidárias permitiu o desenvolvimento do Espaço ESCAMBO, cujo nome além de fazer menção à trocas diretas e não monetarizadas, constitui uma sigla: Economia Solidária da Cultura Articulando Movimentos BiOregionais.

O Espaço ESCAMBO tem como objetivo promover a visibilidade de produtos e serviços culturais e oferecer mecanismos de comunicação e negociação de trocas entre os pontos de cultura integrantes da plataforma Espaço. Na intenção de fomentar a sustentabilidade dos anunciantes, foram previstas ações de formação, divulgação, articulação e troca entre eles. Para a sustentabilidade do ambiente, foram previstas a criação de um fundo, um banco de trocas e a possibilidade de realizar doações em dinheiro, produtos e serviços a partir de uma porcentagem de 5 a 10% das trocas efetuadas no ambiente.

Todos os usuários cadastrados na plataforma são considerados pontos de cultura: recebem essa nomeação desde associações, grupos, empreendimentos, cooperativas, até pessoas, artistas, prestadores de serviços. Todos são considerados potenciais parceiros que podem utilizar melhor os recursos de que dispõem, tanto para estimular a viabilidade econômica de sua produção, quanto para promover o desenvolvimento de seus territórios. Os pontos de cultura existentes no ESCAMBO não são necessariamente apenas iniciativas conveniadas com o poder público – são pessoas, grupos informais ou instituições que produzem e oferecem seus produtos e serviços nesse Espaço.

A gente queria fazer uma rede de pessoas que oferecia produtos, serviços e não vivia necessariamente de edital, trabalhava dentro da economia solidária e a gente queria encontrar a cultura dentro da economia solidária. Então pegamos uma brincadeira de uma teia que teve uma pessoa que disse 'eu sou um ponto de cultura'⁷⁷, é só dizer quais são seus produtos, serviços e saberes e entrar no ESCAMBO; todos podem estar lá, basta produzir (JATOBÁ, 2015, entrevista).

Mesmo sendo um projeto com foco principal no desenvolvimento de uma plataforma digital, buscava responder a demandas territoriais. Um dos objetivos do Espaço é promover a articulação de movimentos biorregionais, para fortalecê-los e evitar a compra de produtos e a contratação de serviços de grupos e empreendimentos de outras localidades mais

⁷⁷ <http://www.iteia.org.br/eu-sou-um-ponto-de-cultura> e <http://areteeducar.blogspot.com.br/2008/11/eu-sou-um-ponto-de-cultura.html>

distantes, estimulando o desenvolvimento do território. A proposta de favorecer as trocas em uma mesma localidade foi contemplada no desenvolvimento do sistema, programado para considerar a posição geográfica dos cadastros de usuários e os seus interesses, de modo a exibir em mapas georreferenciados as ofertas mais próximas que atendessem a suas necessidades.

Favorecer e dinamizar as relações de proximidade em um mesmo território foram algumas das principais motivações para a criação desse ambiente. “A plataforma foi pensada para uso de grupos em um mesmo território onde não haja abundância de dinheiro e recursos monetários, mas exista abundância de produção cultural, de oferta e demanda de produtos, insumos e serviços, para serem trocados” (JATOBÁ, 2015, entrevista).

A iniciativa proposta foi fruto de uma parceria entre dois pontões de cultura – o Pontão de Cultura Digital iTEIA e o Pontão de Sustentabilidade Ciranda Solidária. Ambos tiveram em sua trajetória um conjunto de ações integradas ao programa Cultura Viva no fomento à economia solidária da cultura. A Rede Colaborativa iTEIA de Arte, Cultura e Informação⁷⁸ funciona desde 2008 como um acervo multimídia da produção de pontos de cultura, artistas, empreendimento e outras organizações da sociedade civil. O Pontão iTEIA é também uma plataforma de comunicação que fomenta a mídia livre, tem um jornal em funcionamento desde 2008 e contribuiu para a digitalização de acervos de pontos de cultura, a qual pode ser identificada na relação de 325 usuários, 185 pontos de cultura e 26 pontões cadastrados. A plataforma é desenvolvida em software livre⁷⁹ e reúne um conjunto de licenças livres para o registro e a liberação das obras disponibilizadas.

O Ecocentropedagógico Bicho do Mato⁸⁰, principal parceiro do Projeto, realizou entre 2006 e 2009 dezenas de mercados de trocas solidárias orientados pelos princípios do comércio justo e consumo sustentável, com o uso de moedas sociais locais e a formação de agentes socioculturais do Nordeste. Essas ações resultaram na articulação de uma rede de prossumatores no Recife/PE e na sua região metropolitana. O Pontão de Cultura Sustentável Ciranda Solidária tinha previsto em seu projeto aprovado em 2009, dar continuidade a essas ações de fomento à economia solidária por meio da realização de feiras e clubes de troca, com atividades formativas para fomentar o uso do ESCAMBO. A intenção de criar o Espaço ESCAMBO, para ambos os pontões, era atender a demandas existentes nos projetos e ações culturais já realizadas e potencializá-las, seja por meio da criação de um canal direto de

78 <http://www.iteia.org.br/>

79 <http://git.iteia.org.br>

80 <https://ecocentrobm.wordpress.com/sobre/> e <http://www.iteia.org.br/bichodomato>

troca e negociação entre os artistas em um sistema complementar à Rede iTEIA, seja por oferecer uma plataforma de escambo que organizasse, difundisse e favorecesse as trocas realizadas com moedas sociais nos mercados de trocas mensais da rede de prossumatores mobilizada pelo Pontão Ciranda Solidária.

A participação do Pontão de Cultura Ciranda Solidária no Projeto do ESCAMBO estava voltada à realização das atividades formativas; a previsão inicial era realizar oficinas para uso do ESCAMBO junto aos clubes de trocas existentes e articulados pelo pontão. No entanto, o cancelamento do edital e seu consequente não pagamento, somados à perda da sede do Ecocentropedagógico Bicho do Mato⁸¹ a partir de decisão judicial e da mudança de sua equipe para outro Estado, impossibilitaram a execução das formações previstas originalmente. Outros parceiros se consolidaram na execução da iniciativa.

O Projeto previu 5 fases (mapeamento, desenvolvimento, integração, formação e trocas). Devido ao corte orçamentário de R\$20mil, foi preciso readequar o trabalho, prejudicando a fase das trocas. O mapeamento de requisitos, o desenvolvimento das funcionalidades e a integração da plataforma com o Cirandas foram ações realizadas no período de março de 2012 até novembro de 2013 em parceria com pontos de cultura e com duas cooperativas de desenvolvimento de softwares livres que atuam na economia solidária – a Cooperativa Eita⁸² e a Colivre⁸³. A participação de pontos de cultura ocorreu em diferentes etapas do Projeto. No seu início, na especificação das demandas, foi possível estabelecer um diálogo com a Agência de Fomento à Cultura Solano Trindade e o Banco Comunitário União Sampaio para conhecer como são organizados os anúncios de ofertas e a efetivação das trocas por eles. Outros pontos participaram da fase de testes da plataforma e da formação, como veremos a seguir.

As formações precisaram ser readequadas após a desestruturação do Pontão de Cultura Ciranda Sustentável e ocorreram a partir de outubro de 2012 em parceria com outros pontos de cultura, como o Circo do Capão, na Chapada Diamantina/BA. Os pontos de cultura também participaram das oficinas no Fórum Internacional de Software Livre (FISL) realizadas nos anos de 2012 e 2013. No primeiro ano foi realizada uma atividade para apresentar o protótipo da plataforma aos pontos de cultura e reunir interessados em testá-la: a Rede Mocambos foi uma das que cadastrou seus produtos e reportou *bugs*. Em 2013 foi realizada uma Oficina do Escambo dentro da programação oficial do FISL⁸⁴, onde

81 <http://www.iteia.org.br/videos/denuncia-de-desapropriacao-do-ecopedagogico-bicho-do-mato>

82 <http://eita.org.br/>

83 <http://colivre.coop.br/?lang=pt>

84 <http://www.iteia.org.br/videos/espaco-escambo-no-fisl-14-demonstracao-e-como-funciona>

também houve a aproximação com outros coletivos que utilizam a mesma base tecnológica que o ESCAMBO, a comunidade Noosfero⁸⁵.

Na Chapada Diamantina foram realizadas duas oficinas no Circo do Capão e uma oficina no I Encontro Nacional de Produtoras Culturais Colaborativas. Participaram dessas atividades pontos de cultura de diferentes localidades, como é o caso do Puraqué, de Santarém/PA e a Casa do Boneco, de Itacaré/BA; esta última também fora contemplada nas premiações do Economia Viva. Nessas atividades, a proposta da formação do ESCAMBO era dupla: ao mesmo tempo em que formou pontos de cultura de diferentes regiões para o uso e difusão da plataforma, fez uma formação continuada no mesmo território, para estimular as trocas entre os grupos locais, mas a dificuldade de conectividade e os pontos de inclusão digital disponíveis no território não favoreceram uma maior apropriação e um uso frequente da plataforma.

Assim como com os demais projetos selecionados no Prêmio Economia Viva, a projeção da sustentabilidade financeira dessa iniciativa não se efetivou. Como veremos mais adiante, a continuidade do projeto ocorreu devido às parcerias firmadas ao longo de sua execução, que permitiram a cogestão e a corresponsabilização pela manutenção, pela atualização e pelo desenvolvimento de novas funcionalidades da plataforma após o término do recurso do Prêmio. Mas interessa conhecer a projeção da sustentabilidade financeira existente no Projeto apresentado ao Economia Viva por ela ser bastante completa e original.

O Projeto premiado do Espaço ESCAMBO previa um plano de captação de recursos para custear a hospedagem da plataforma (o que envolve o domínio, a banda larga e o servidor), bem como para custear o trabalho de uma equipe mínima. Foram projetados: ações de venda de parte dos anúncios da plataforma para seus usuários e anunciantes externos, o aluguel de estandes nas feiras de trocas e a criação de um fundo de doação voluntária com contribuições dos usuários em dinheiro, moeda social, produtos e serviços. A criação do Banco Escambo para funcionar como um banco de trocas também tinha em vista viabilizar as trocas e manter a plataforma ativa.

O banco de trocas proposto no Projeto foi concebido para ser usuário do sistema com um lastro de R\$7mil específico para fomentar trocas. Ele foi pensado como uma ferramenta pedagógica para favorecer a apropriação tecnológica da plataforma. Visando a estimular o uso do sistema no início de sua operação, o Banco Escambo atuaria onde faltasse um terceiro usuário para atender à demanda de algum grupo que já tivesse interesse em suas ofertas, mas não contasse com alguém oferecendo o que precisava. O Banco de trocas

85 <http://noosfero.org/bin/view/Site/WebHomePtbr>

cobriria essas lacunas que muitas vezes podem inviabilizar as trocas, especialmente no início da plataforma, quando não há muitos grupos nem ofertas cadastrados. O Banco triangularia as negociações, viabilizaria trocas e estimularia o uso da plataforma, o que favoreceria, por sua vez, que novas trocas ocorressem. No entanto, nada disso ocorreu. Os R\$20 mil cortados do orçamento do Projeto impactaram a sua última fase relativa às trocas, não foi criado o Banco e as trocas não ocorreram como esperado.

O volume de renda a ser movimentado nas transações do primeiro ano da plataforma foi estimado em R\$ 26 mil, dos quais R\$14 mil integrariam o lastro previsto do Banco, e os outros R\$12 mil corresponderiam a um montante aproximado de R\$2mil por mês de volume de trocas. Esse cálculo levava em consideração que os cinco primeiros meses de projeto seriam de desenvolvimento da plataforma que passaria a operar trocas somente a partir do sexto mês de projeto. Esse número não foi alcançado, pois sua estimativa não previa o corte orçamentário no valor do projeto, o cancelamento do edital dos pontos de cultura e as dificuldades enfrentadas a partir disso.

Mas é interessante notar uma mudança na compreensão do alcance e da finalidade da plataforma ao longo da execução da iniciativa. Inicialmente prevista no Projeto para ser uma plataforma de comercialização com a possibilidade de troca (caso o usuário consumidor não tivesse disponibilidade de pagar o valor informado), o Espaço ESCAMBO se configurou muito mais como uma plataforma de troca com a possibilidade de comercialização. A mudança de perspectiva ocorreu ao identificar que a abundância existente nos pontos de cultura era muito maior em produtos e serviços do que em dinheiro, portanto era muito mais viável trabalhar o fomento de trocas das produções dos pontos do que de comercialização com dinheiro entre eles. Os valores em reais estão lá no Espaço, e todos os contatos (e-mail, telefone, endereço) da pessoa que oferta também, o que não impede que se efetuem compras e vendas com reais, mas o que se mostrou mais interessante para os usuários foi a possibilidade de realizar trocas diretas ou mediadas por moedas sociais válidas em territórios e comunidades específicas. O ESCAMBO reúne hoje 7 moedas sociais cadastradas e em circulação; até o momento, o sistema apoiou a mediação de 12 trocas, das quais apenas 2 foram em moedas sociais. As formações conseguiram gerar um conhecimento da plataforma entre os pontos de cultura, o que gerou um número significativo de usuários, mas o objetivo de fomentar trocas locais não foi alcançado.

Agora que pudemos conhecer todas as iniciativas premiadas e percorrer o que foi proposto e alcançado por cada uma delas na execução do Prêmio Economia Viva, passaremos a um olhar mais atento a respeito da relação dessas experiências com a

economia solidária. No próximo capítulo buscaremos aprofundar as práticas e os valores que movem as instituições na intersecção entre esses dois campos de atuação e conhecimento, bem como os alcances e limitações na promoção da sustentabilidade de grupos produtivos, da autonomia comunitária e do desenvolvimento local. Focaremos nossa análise nas instituições culturais visitadas na pesquisa de campo e que demonstraram possuir uma trajetória na economia solidária.

CAPÍTULO V

ECONOMIA SOLIDÁRIA E TRABALHO CULTURAL EM REDE

Após termos percorrido as políticas culturais de diálogo e articulação com a economia solidária e focado na experiência do Prêmio Economia Viva, veremos agora como a intersecção entre cultura e economia solidária foi vivenciada nos pontos de cultura premiados. Ao longo de todo este trabalho perseguimos a questão relacionada aos desafios, potencialidades e alcances da promoção da sustentabilidade de ações e grupos culturais, a partir de iniciativas de economia solidária e da valorização da diversidade cultural. A articulação em rede, o desenvolvimento territorial e o incentivo à autonomia comunitária são ações, estratégias e alçadas experimentados nesse processo que oferecem aportes para a reflexão aqui proposta. A relação entre cultura e desenvolvimento configura um pano de fundo importante para situarmos a problemática desta pesquisa e podermos nos debruçar sobre a relação entre cultura e economia solidária nas iniciativas premiadas.

A relação entre cultura e desenvolvimento vem sendo concebida e formulada, desde o final da década de 1980, em uma trajetória que toca a própria evolução da compreensão de diversidade cultural e as concepções de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. Percorreremos rapidamente e de forma sumária esse processo, para poder focar na relação entre cultura e economia solidária. Conferências internacionais e seus documentos homólogos contribuíram para aproximar os conceitos de cultura e desenvolvimento, e fazer com que a cultura fosse alçada em seu papel de promotora do desenvolvimento, o que evoluiu para a compreensão da cultura como finalidade do desenvolvimento.

Em 1982, a Conferência Mundial sobre Políticas Culturais realizada no México, denominada Mondiacult, discutiu a relação entre cultura e desenvolvimento e constituiu-se enquanto uma referência para a promoção e proteção dos direitos culturais. Podemos afirmar que foi nessa conferência que teve início a projeção de diretrizes para a concepção de políticas culturais baseadas no respeito, na valorização e na promoção da diversidade cultural. A partir desse evento, o conceito alargado de cultura passou a ser difundido e utilizado mais amplamente.

A Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento das Nações Unidas lançou, em 1986, o documento *Nosso Futuro Comum*⁸⁶, também conhecido como Relatório Brundtland. O documento avança na concepção de desenvolvimento sustentável ao apresentar uma visão crítica dos padrões de produção e consumo e reconhecer os riscos do uso excessivo e sem controle dos bens naturais. Além disso, o Relatório aponta para a necessidade de uma transformação cultural e de responsabilização compartilhada pelo impacto gerado pelo crescimento econômico. Esse compartilhamento diz respeito tanto em termo geracionais, quanto dos diferentes atores envolvidos: estado, iniciativa privada e sociedade civil. Como o próprio nome do documento revela, a preocupação é garantir às gerações futuras a possibilidade de satisfação de suas necessidades, da mesma forma que as gerações do presente têm essa oportunidade. A concepção de desenvolvimento sustentável que o Relatório afirma, reside justamente nessa preocupação e cuidado. Trata-se de uma mudança de postura ética para garantir, no presente, a possibilidade futura de crescimento e desenvolvimento. Isso toca diretamente o que Ignacy Sachs (2005) chama de duplo postulado ético, ao estabelecer o compromisso de solidariedade sincrônica com a geração presente e de solidariedade diacrônica com as gerações futuras.

Na década seguinte, foi criada a Comissão Mundial de Cultura, e em 1997 é lançado o relatório *Nossa Diversidade Criadora*, dois importantes passos na concepção da relação entre cultura e desenvolvimento. Além de sustentável, o documento concebe o desenvolvimento como sendo cultural, conferindo especial importância e centralidade à cultura. Mais do que um vetor ou meio de desenvolvimento, a cultura é compreendida no documento como sendo a finalidade do desenvolvimento. A economia e o desenvolvimento são considerados aspectos culturais, o que significa uma inovação na concepção conceitual tanto de cultura, quanto de desenvolvimento sustentável. Esse reconhecimento da importância da cultura seguiu avançando em termos de formulação de diretrizes para as políticas culturais. Celso Furtado (1984, p. 32) trouxe importantes contribuições em relação com sua concepção de que a “política de desenvolvimento deve ser posta a serviço do processo de enriquecimento cultural” da sociedade, dos povos e comunidades, das diferentes formas de fazer, produzir e circular cultura. Esse enriquecimento cultural é alcançado na interação e convivência, de forma ampliada e expandida, das diferentes manifestações culturais, concepções de desenvolvimento e projetos de sociedade.

A Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento, organizada em 1998 pela UNESCO, em Estocolmo, situou as políticas

86 <http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>

culturais como estratégicas para a promoção do desenvolvimento. O documento final da Conferência reconhece princípios, reafirma diretrizes e define objetivos orientadores das políticas culturais. Algumas formulações do documento final tocam diretamente os temas deste estudo. Ao desenvolvimento sustentável, foi agregada a perspectiva da equidade na distribuição dos benefícios do desenvolvimento e a importância da participação social. O desenvolvimento endógeno também é mencionado no documento que aborda a diversidade cultural, reconhecendo a necessidade de proteção contra abusos comerciais e de promoção da oferta e demanda local de bens e serviços culturais. O documento situa o desenvolvimento sustentável, de forma relacionada ao desenvolvimento endógeno e à valorização da diversidade cultural, como aspecto importante de consolidação dos laços comunitários e dos valores culturais que organizam e dão sentido a um conjunto de práticas sociais, econômicas, políticas e culturais.

Vemos aqui alguns conceitos e concepções que também aparecem nesta pesquisa e nos permitem refletir a respeito de ações públicas voltadas à promoção da diversidade cultural e econômica de grupos e comunidades locais. Antes de refletirmos a respeito das experiências premiadas pesquisadas e a forma de organização de sua produção econômica e cidadã, percorreremos o que alguns autores abordaram sobre a relação entre cultura, sustentabilidade, desenvolvimento e diversidade cultural. Diversos autores trataram desse tema (MIGUEZ, 2014; SACHS, 2012; YÚDICE, 2004; BARROS, 2008; FRANÇA FILHO, 2008). Conheceremos algumas dessas concepções.

Sachs (2002) identifica oito dimensões da sustentabilidade e concebe o desenvolvimento sustentável como a articulação do conjunto da dimensão social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política (nacional) e política (internacional). A dimensão cultural, segundo o autor, corresponde a um equilíbrio entre tradição e inovação, trata-se de uma concepção de desenvolvimento que prevê mudanças no interior da continuidade. Podemos associar essa concepção à perspectiva da transformação sem destruição, à possibilidade de ressignificação e respeito, de valorização e promoção das culturas tradicionais. Em termos sociais, mas sem abandonar à cultura, compreendemos ser fundamental garantir equidade e simetria nos processos de desenvolvimento, para que os diferentes povos e culturas tenham igualdade de oportunidade para fruir de sua cultura e dos benefícios do desenvolvimento.

Retomando a concepção de Sachs, a dimensão cultural da sustentabilidade está intrinsecamente relacionada à capacidade de autonomia e autodeterminação para formulação do projeto de desenvolvimento. A noção de diversidade e autonomia aparecem aqui

profundamente relacionadas à compreensão de desenvolvimento. Para Sachs (2005, p. 154), “O desenvolvimento não resulta da transposição mimética de experiências alheias e, sim, de um esforço endógeno baseado na auto-confiança (self-reliance)”. A autoconfiança a que o autor se refere diz respeito à autonomia no processo decisório, à possibilidade de construção de um projeto de desenvolvimento a partir das necessidades dos grupos, povos, comunidades envolvidos e não de acordo com a lógica do mercado.

Na cultura, a heterogeneidade de manifestações e expressões se mesclam e permitem infinitas recombinações. Entretanto, como já mencionado no início deste trabalho, esse processo não ocorre sem tensões ou conflitos. Barros (2008) nos ensina e alerta sobre isso ao reconhecer que a diversidade cultural não é um “mosaico harmônico” e que é preciso reconhecer e valorizar a diferença e o diferente que muitas vezes situam-se em oposição, divergência e contradição. Nada mais desigual do que tratar todos iguais e não perceber e respeitar a especificidade e as diferenças que compõem a diversidade cultural. É a partir da convivência equitativa, simétrica, responsável e compartilhada dessa pluralidade de valores e visões de mundo, que é possível prever a realização de projetos econômicos, sociais, culturais e políticos de forma autônoma, bem como a troca entre eles e sua mútua cooperação.

Assim como ocorre na cultura, a pluralidade e a hibridização também estão presentes na economia. Podemos afirmar ser esse aspecto e característica uma das intersecções possíveis entre a diversidade cultural e a economia solidária que, por sua vez, representa um aspecto definidor da sustentabilidade de seus projetos e iniciativas. A cultura econômica das formas de produzir e distribuir riquezas variou ao longo da história humana e até o presente se combinam e reorganizam. A economia solidária trabalha com a hibridização dessas formas organizacionais que misturam aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais e ambientais. Laville (2006) e França Filho (2008) em diálogo com as formulações de Polanyi (1980) e Mauss (2001) concebem a pluralidade de princípios econômicos em três formas de produção e distribuição: a economia mercantil, a economia não-mercantil e a economia não-monetária. A economia solidária, segundo os autores, articula essas três formas de organização – abordaremos cada uma delas, para então visualizar como elas aparecem combinadas nas práticas de economia solidária.

A economia mercantil atua conforme o registro utilitário do mercado, onde o valor do bem ou serviço definido pelo seu preço é o que fundamenta o tipo de relação econômica. Trata-se do mercado autorregulado e de relações impessoais, onde o interesse privado comanda a organização da economia e inexistente uma deliberação política. A economia não-

mercantil opera por meio da lógica de redistribuição, “é marcada pela verticalização da relação de troca e pelo seu caráter obrigatório, pois aparece a figura de uma instância superior (o Estado) que se apropria dos recursos a fim de distribuí-los” (FRANÇA FILHO, 2008, p. 226). A economia não-monetária, por sua vez, é fundada no princípio da reciprocidade, de acordo com a economia da dádiva. Para que as dádivas circulem, é preciso pois estabelecer ciclos de reciprocidade que considerem o outro na mesma condição de dar, receber e retribuir. O valor simbólico nesta forma de economia é relevante, pois os bens não são trocados por sua utilidade ou pelo valor monetário, mas pelo que significam simbolicamente; a riqueza não é almejada para ser ostentada, mas para ser repassada (CARVALHO; DZIMIRA, 2000).

A pluralidade da economia solidária é experimentada ao combinar essas diferentes lógicas econômicas. As fontes de recursos mercantis são acessadas por meio da venda de produtos ou prestação de serviços mediados pelo mercado. As fontes não-mercantis de recursos são disponibilizadas pelo poder público, por meio de mecanismos de transferência de renda, subsídios públicos, subvenções estatais repassadas por organizações não governamentais ou diretamente pelo poder público. As fontes não-monetárias são mobilizadas por meio de práticas reciprocitárias, redes de trocas, trabalhos voluntários e de ajuda mútua. A complexidade presente nas diferentes formas de combinação dessas culturas econômicas trazem significativos aportes para refletirmos acerca da relação entre a economia solidária e a cultura.

Ao transpormos essa diversidade econômica para o campo da cultura e, mais especificamente, para o universo organizacional dos pontos de cultura pesquisados, vemos que suas ações culturais também operam nessas três lógicas de organização e as combinam, reconfiguram, misturam, hibridizam. A sustentabilidade dessas iniciativas tem relação direta com essas combinações, como veremos a seguir ao tratar mais especificamente das experiências premiadas. Mas antes de abordarmos as iniciativas, é importante aprofundar a compreensão de sustentabilidade a que nos referimos e o seu caráter multidimensional já mencionado aqui.

Como vimos nos primeiros capítulos deste trabalho, tanto o Prêmio Economia Viva, quanto o próprio programa Cultura Viva trataram a sustentabilidade em seu viés econômico e financeiro. O GT Sustentabilidade da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura também orientou seus debates, pautas e proposições na perspectiva dos desafios dos pontos de cultura alcançarem maior rentabilidade econômica para sobreviverem sem depender de editais públicos. Entretanto, é preciso reconhecer que a concepção de

sustentabilidade é muito mais ampla, diversa e complexa do que a abordagem de apenas uma dimensão, e do que esta permite alcançar. Seu caráter econômico e financeiro no programa ganhou importância pelo contexto de fragilidade e insegurança que os pontos de cultura, e depois o próprio programa, enfrentaram em termos da consolidação dessa política pública. No entanto, é no caráter multidimensional da sustentabilidade que reside, inclusive, a possibilidade de ampliação de seu alcance econômico. Ou seja, o desafio e a potência da sustentabilidade reside na articulação de suas dimensões econômica, social, política, cultural, ambiental e de gestão. Para conhecermos cada uma delas no contexto da análise que nos interessa aqui, relativa aos campos da economia solidária e da cultura, utilizaremos como ponto de partida os trabalhos de Reis (2005); Osia (2008); França Filho (2007); Singer (2002) e Santos, Rodríguez-Garavito (2002).

A sustentabilidade dos empreendimentos econômicos solidários, assim como dos pontos de cultura que atuam em territórios, a partir de uma lógica comunitária e associativa, é aqui compreendida em sua capacidade de manter suas atividades em funcionamento, sua gestão participativa e o alcance do seu projeto e objetivos enquanto organização e empreendimento. Esse recorte foi feito com base no desenvolvimento local e territorial, a partir do alcance dessas iniciativas em promover uma articulação das diferentes dimensões da sustentabilidade nos territórios em que estão inseridos, ou onde desenvolvem suas ações culturais.

Já vimos os diferentes componentes da dimensão econômica da sustentabilidade, com seus vieses mercantil, não mercantil e não monetário. Um indicador relativo à sustentabilidade econômica está situado na capacidade de articulação dessas diferentes relações econômicas. A autossustentabilidade, portanto, não existe se não for por meio da combinação de diferentes formas de sustentabilidade. Outro aspecto relevante para a sustentabilidade econômica reside na distribuição de renda no território de atuação. Os indicadores não são apenas relativos aos rendimentos alcançados, mas aos trabalhos gerados, ao número de pessoas beneficiadas, à utilização de insumos locais, aos circuitos de produção e consumo mobilizados no território, dentre outros.

A dimensão social da sustentabilidade refere-se ao caráter associativo e comunitário dessas iniciativas, o que envolve a construção do vínculo associativo e pode ser identificado pelo grau de coesão social e pelo tipo de sociabilidade construído do grupo, associação, empreendimento, ponto de cultura. O grau de confiança e a natureza do vínculo entre as pessoas envolvidas na ação cultural e destas com o território são aspectos relevantes da dimensão social da sustentabilidade. A dimensão ambiental da sustentabilidade também é

pensada de forma articulada à perspectiva social e toca a forma de utilização e manejo dos recursos ambientais, sua preservação e o bem-estar humano. O tipo, origem e impacto das técnicas e tecnologias utilizadas nas iniciativas desenvolvidas também são aspectos da dimensão ambiental da sustentabilidade.

No que diz respeito à dimensão política, como já mencionado, a sustentabilidade tem relação com a gestão das associações, de suas iniciativas e projetos, o que compreende: o grau de autonomia das pessoas e dos grupos locais envolvidos nessa gestão; o processo de democratização das relações sociais; o nível e a qualidade da participação das pessoas e o seu grau de comprometimento. Esses aspectos possuem dois níveis, um interno à instituição e outro relativo à projeção das iniciativas no espaço público, no âmbito da comunidade e do território. A articulação em rede também tem forte relação com a dimensão política da sustentabilidade e abarca o aspecto político-institucional de estabelecimento de parcerias; a participação em fóruns e redes; a construção de agendas e a incidência em políticas públicas.

Reis (2008) trabalha ainda com a dimensão da gestão para analisar a sustentabilidade nas iniciativas de economia solidária. Segundo a autora, a gestão é abordada em dois níveis, um voltado à infraestrutura e outro ao conhecimento. No que tange ao primeiro, os indicadores que permitem analisar sua influência e impacto na sustentabilidade são relativos à promoção do acesso à infraestrutura e envolve o acesso aos meios de produção, à tecnologia e ao espaço físico. Reis refere-se à tecnologia gerencial, mas é possível ampliar sua abordagem para as diversas tecnologias existentes, sejam as de informação e comunicação, como as de produção e comercialização, ou as de gestão social. Em termos do conhecimento, considerado em seu aspecto técnico, gerencial e sociopolítico, a sustentabilidade é analisada pela autora a partir dos indicadores de habilidade técnica produtiva, habilidade gerencial e formação sociopolítica.

A dimensão cultural da sustentabilidade tem um caráter transversal, mas sua relevância é central na análise que propomos realizar aqui e refere-se aos valores difundidos e praticados nas iniciativas e organizações, à convivência e interação entre diferentes modos de vida, à possibilidade de experimentação e ressignificação simbólica, e ao exercício da criação. França Filho e Santa Júnior (2008, p. 8) a definem conforme segue:

Esta dimensão remete ao grau de afirmação identitária característico dos grupos envolvidos com a experiência de desenvolvimento local. A compreensão de tal dimensão parece passar, primeiro, por um conhecimento relativo à própria história do local e, fundamentalmente, o grau de identificação das pessoas com esta história; o que supõe:

sentimento de pertencimento das pessoas em relação ao seu território, práticas e valores comuns compartilhados. Neste sentido, deve se considerar como critério de relevância o grau de enraizamento das atividades empreendidas na experiência no tecido da vida cultural do lugar, o que implica não apenas reafirmação de valores e costumes próprios, mas também o uso fruto de recursos naturais locais e tecnologias socialmente apropriadas.

Vemos, portanto, que a sustentabilidade é multidimensional e, para analisar a organização das iniciativas culturais premiadas no Economia Viva temos o desafio de integrar esses diferentes aspectos. As experiências estudadas no contexto do prêmio Economia Viva aportam diversos aprendizados para a reflexão sobre a sustentabilidade de ações culturais e de instituições que trabalham na área cultural. A relevância e a centralidade da dimensão territorial das iniciativas é presente em todas elas, sendo também muito recorrente a realização de ações culturais voltadas ao fortalecimento das relações de proximidade e do desenvolvimento local. Conseguimos visualizar em algumas iniciativas a prática do trabalho em rede em torno da promoção da diversidade cultural e como ela enriqueceu a produção cultural de certas localidades, bairros e comunidades. A articulação em rede de parceiros e o trabalho coletivo em rede também se revelaram aspectos amplamente significativos para impulsionar processos de desenvolvimento local. Por trabalho em rede aqui não nos referimos à articulação de parcerias, que também é relevante e de fundamental importância ao se refletir sobre o tema da sustentabilidade. O trabalho em rede aqui compreendido vai além de parcerias institucionais, engloba ações coletivas, corresponsabilidade no desenvolvimento das iniciativas, decisões compartilhadas e espaços de gestão participativa na organização social do trabalho. Visitaremos a seguir as experiências pesquisadas, com foco na sua relação com a economia solidária, o trabalho em rede e a articulação das diferentes dimensões da sustentabilidade.

5.1 Agenciamento de redes locais de cultura solidária

Para compreender a relação entre a economia solidária e o projeto da Agência Solano Trindade apresentado ao Prêmio Economia Viva pela União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências-UPM é preciso percorrer brevemente o histórico dessa Associação formalmente instituída em 1987, mas cuja trajetória de militância e ação social na zona sul de São Paulo vem desde a década de 60⁸⁷. Fruto das mobilizações populares por direitos sociais

87 Para conhecer mais profundamente a história da UPM e sua relação com economia solidária, ler PUDENZI, 2015.

como saúde, educação e moradia na periferia da capital paulista, a UPM nasceu da confluência de iniciativas do movimento feminista, de alfabetização, da luta operária e de redemocratização do Estado brasileiro. O trabalho junto ao Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA) é realizado até hoje pela UPM na zona sul de São Paulo. Houve períodos de maior intensidade quando chegaram a ter 15 salas do MOVA, assim como também houve oscilações e períodos de menor intensidade, com 3 turmas. As formações seguem a metodologia de Paulo Freire, segundo a qual “A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele” (FREIRE, 1989, p. 9). É possível perceber que essa inspiração político-pedagógica orienta não apenas as ações formativas e de alfabetização, mas o conjunto da atuação da Associação voltada ao fortalecimento da cidadania, da participação política e da conscientização social.

A história de atuação comunitária da Associação é aspecto distintivo de sua trajetória que também contribuiu para o fortalecimento das articulações com o movimento cultural da zona sul de São Paulo, como veremos em seguida. A partir da década de 1990 até meados dos anos 2000 o trabalho da UPM esteve mais voltado às mulheres e à terceira idade. Na primeira década deste milênio, houve uma ampliação e diversificação das pautas da Associação e os jovens passaram a constituir mais fortemente suas ações. Algumas preocupações se mantiveram e constituem foco prioritário do trabalho da UPM ao longo de sua história; a formação cidadã já mencionada é uma delas, outra é a geração de renda. Nas oficinas realizadas pela UPM com as mulheres e idosas, por exemplo, buscou-se trabalhar o artesanato para geração de renda dessas mulheres. A criação do Banco Comunitário União Sampaio em 2009 correspondeu ao fortalecimento da pauta da geração de renda nas ações da Associação.

Podemos afirmar que a economia solidária também constitui uma marca distintiva na atuação da UPM, embora no início de sua história as iniciativas solidárias realizadas não fossem diretamente relacionadas ao conceito de economia solidária. Formas básicas de cooperação organizadas para viabilizar ações coletivas como mutirões e vaquinhas foram práticas correntes na Associação, que guardam muita semelhança e afinidade com a economia solidária. Embora a prática cotidiana de ações coletivas, comunitárias e solidárias sempre ocorresse na história da UPM, elas passaram a ser reconhecidas como economia solidária a partir de 2009, com a criação do Banco Comunitário. A atuação política da UPM no campo da economia solidária também teve início nesse momento. No que diz respeito à experiência prática e vivencial da economia solidária na Associação, Pudenzi (2015) identifica em sua pesquisa de mestrado uma forte autonomia na participação das pessoas na UPM revelada pela

experiência autogestionária de organização do trabalho, de gestão dos equipamentos e no compartilhamento de responsabilidades pela manutenção, limpeza e organização do espaço físico da Associação. O respeito e a autonomia aos jovens que passaram a assumir um papel protagonista na UPM nos últimos dez anos também revela existir espaços de gestão democrática da prática associativista.

Outro foco de atuação que se manteve ao longo da história da UPM foram as ações culturais comunitárias de fortalecimento da cultura popular. Oficinas de percussão, desenvolvimento do artesanato e realização de brincadeiras de boi e folia de reis são algumas das ações praticadas e apoiada pela Associação desde o início de sua atuação. Estas foram incrementadas e diversificadas com uma relação muito mais ampliada de grupos e ações culturais a partir de 2009 quando uma série de mudanças ocorreram na UPM. A realização da Feira Sociocultural, a criação do Banco Comunitário e da Agência Popular de Cultura Solano Trindade foram realizações a partir desse ano. Estas iniciativas não apenas agregaram muitas pessoas e coletivos novos à rede de atuação da UPM como valorizaram diversas práticas e grupos culturais da periferia da zona sul de São Paulo, como coletivos de música, teatro, artes plásticas, saraus literários, djs, performances, dentre outros. É nesse momento que situamos o ponto de cultura e o prêmio Economia Viva.

A Agência e o Banco têm relação direta com as práticas desenvolvidas pelo Ponto de Cultura Tenda Cultural da Terceira Idade. Descreveremos o histórico de construção dessas iniciativas, para conhecermos a relação entre elas e analisarmos sua interface com a economia solidária e o trabalho em rede. O ponto foi aprovado em 2005 em um edital federal do programa Cultura Viva, mas o recurso só foi pago em 2008. A previsão original do projeto era fortalecer a produção artística dos idosos, proporcionar trocas de saberes entre eles e desenvolver ações culturais junto ao público da terceira idade para formar lideranças de idosos na comunidade e difundir suas histórias de vida e práticas artístico-culturais. Estava previsto realizar essas ações em uma lona de circo que seria montada em um terreno cedido pela Prefeitura. Três anos se passaram até o pagamento do recurso pelo Ministério e nesse ínterim uma série de mudanças foram vivenciadas pela Associação. O terreno nunca foi cedido, os jovens passaram a ter maior expressividade e protagonismo dentro da UPM, ações de cultura e economia solidária foram potencializadas, novos desafios foram identificados e foi preciso redesenhar o projeto; a principal mudança foi a inversão de seu direcionamento. Ao invés de levar os idosos a um local e desenvolver atividades com eles nesse espaço, optou-se por apoiar as ações culturais que já ocorriam na comunidade, proporcionar infraestrutura e financiamento para várias iniciativas dos idosos e grupos culturais locais diversos.

Quando o ponto de cultura recebeu o recurso e passou a desenvolver suas ações, a partir de 2008, já estava em andamento o processo de ampliação da participação de jovens na UPM. Essas transformações internas à Associação também refletiram mudanças na sociedade e nas políticas públicas. O aumento do financiamento público destinado às organizações da sociedade civil no início dos anos 2000 abriu possibilidades para novos atores em busca de trabalho social. O trabalho voluntário, militante e vinculado à participação política nas organizações das periferias dos centros urbanos passou a obter mais oportunidades de profissionalização. No caso da UPM, essa mudança ocorreu com a ampliação da participação de jovens do território que passaram a se vincular mais com as ações e projetos da Associação. Esse processo não chegou a provocar uma renovação total dos quadros da UPM porque muitas lideranças mais antigas da Associação permanecem ativas até hoje, mas certamente diversificou o conjunto dos atores envolvidos com a UPM, suas pautas e áreas de atuação. Sobre a diversificação das temáticas de mobilização social protagonizada pelos jovens por meio da cultura periférica na história da UPM, Pudenzi (2015, p. 131) identifica algumas motivações e valores:

Essas pautas dizem respeito ao racismo institucionalizado, o preconceito com a periferia, a brutalidade policial que eleva o número de jovens mortos pela polícia. Esses jovens veem a necessidade de valorizarem o fato de serem da periferia, de valorizarem sua cultura própria (o hip hop, por exemplo), de combater a exploração do trabalho que vivenciam no centro da cidade nos subempregos. Eles vão pautar uma mudança cultural na sociedade, dando espaço para a afirmação da crítica à sociedade por meio da arte. E vão combater a desigualdade social por meio da geração de renda proporcionada pela produção cultural, reforçando a autoestima da periferia e da cultura periférica.

É nesse contexto e com essas motivações que o ponto de cultura passou a ser implementado e é possível identificar uma relação direta entre o desenvolvimento do projeto do Ponto de Cultura e o que viria a ser posteriormente realizado na Agência premiada no Economia Viva. Ambas iniciativas buscaram apresentar respostas às demandas de financiamento de práticas culturais da comunidade. Ambas corresponderam e mobilizaram o protagonismo de jovens na área cultural. Algumas ações de fomento que o Ponto de Cultura realizou e que guardam semelhanças com financiamentos realizados pela Agência: o uso compartilhado dos equipamentos do ponto e de instrumentos musicais que foram disponibilizados para as ações culturais apoiadas pela Agência; o financiamento de apresentações de grupos artísticos de teatro e de samba; o pagamento de bolsas de incentivo a

artistas como o Geraldo Magela e o Grupo Candearte do Parque Marabá, em Taboão da Serra, onde realiza a folia de Reis e diversas ações de cultura popular.

O Ponto de Cultura voltou-se a ações coletivas amplas e de rua com o objetivo de dar visibilidade a essas diversas práticas culturais na periferia da zona sul de São Paulo e estimular sua convergência. Foi com essa intenção que nasceu a Feira Sociocultural, contrapartida do projeto do Ponto de Cultura e iniciativa que se mantém até hoje com edições anuais. A primeira Feira reuniu artesãos que participavam das atividades da UPM, empreendimentos de economia solidária da Zona Sul e organizações da sociedade civil da região. Além da venda de produtos e divulgação dos serviços realizados pelos grupos comunitários presentes, foram oferecidos serviços de saúde e cidadania. Essa ação reforçou o interesse da UPM em contribuir para a organização econômica dos produtores e consumidores do Campo Limpo e região. A partir dessas iniciativas, a UPM passou a ter um reconhecimento no movimento cultural da Zona Sul, além do reconhecimento que já havia alcançado na assistência social, saúde e educação ao longo de sua trajetória de atuação comunitária de fortalecimento cidadão.

Na mobilização para a Feira, a UPM entrou em contato com a Rede Solidária da Zona Sul, iniciativa articulada pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo - ITCP-USP nos distritos do Campo Limpo, Capão Redondo e Jardim Ângela. A Rede Solidária da Zona Sul começou a ser articulada em 2004, quando a ITCP-USP integrava o Programa Oportunidade Solidária, da Prefeitura Municipal de São Paulo, voltado à formação e ao fomento de empreendimentos econômicos solidários. Na ocasião da primeira edição da Feira Sociocultural, em 2009, a Rede Solidária da Zona Sul estava esvaziada e a ITCP-USP buscava uma associação no território para implantação de um banco comunitário de desenvolvimento, para realização de um Projeto em parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Ao participarem da Feira e conhecerem a experiência da UPM, a Incubadora propôs que um Banco fosse implantado na Associação. Seu enraizamento comunitário, a diversidade temática de sua atuação e a variedade de seu público favoreceram a escolha. O convite foi avaliado internamente, houve uma série de desconfianças motivadas pela novidade e pelas responsabilidades a serem assumidas, mas o desafio foi aceito e em 2009 o Banco Comunitário União Sampaio foi criado na UPM com a participação da comunidade local na escolha do nome do Banco e da moeda social – Sampaio.

Os serviços financeiros oferecidos pelo Banco compõem um sistema de crédito popular voltado à produção e ao consumo. O empréstimo produtivo é realizado em reais e no

valor máximo de R\$ 1.000,00 com taxa evolutiva de juros que não superam a marca de 2,5% para os empréstimos no valor máximo. O Banco dispõe de quatro linhas de crédito produtivo: para pequenos produtores e comerciantes; para empreendimentos de economia solidária; para mulheres e para empreendimentos ou produtores culturais. Já o crédito de consumo é oferecido na moeda social complementar Sampaio, no valor máximo de S\$ 300,00 sem juros, com uma taxa administrativa de 1% e multa por atraso de R\$ 0,25 ao dia. Os empréstimos de consumo são utilizados para a realização de compras no comércio local cadastrado no Banco, Além de contribuir para o incremento do orçamento familiar, essa linha de crédito é parte de uma estratégia de desenvolvimento local implementada por meio da parceria com os comerciantes de mais de 25 estabelecimentos da região.

Os serviços bancários oferecidos são de recebimento de títulos e convênios, acesso a contas do Banco do Brasil e aposentadoria para clientes do Banco do Brasil. O Banco Comunitário União Sampaio realiza também o acompanhamento e a formação de empreendedores para a elaboração e monitoramento do plano de negócios, assessoramento para a comercialização e gestão financeira dos empreendimentos. A gestão do Banco é feita por uma associação local, por meio de um conselho gestor com a participação da comunidade e reuniões periódicas. A gestão comunitária e participativa é um dos principais diferenciais dos bancos comunitários, além do atendimento que é feito por trabalhadores moradores do bairro, o que favorece as relações de proximidade e os laços de confiança.

Pelos relatos obtidos nesta pesquisa e em outros estudos, como o de Pudenzi (2015) já mencionado aqui, é possível afirmar que o Ponto de Cultura favoreceu o fortalecimento de oficinas culturais e a organização de eventos e ações culturais em rede com outras associações, coletivos e grupos de cultura no território. A aquisição de computadores e equipamentos de áudio e vídeo é um aspecto bastante reforçado pelos integrantes da UPM por sua relevância ao favorecer a produção cultural dos jovens. A ênfase dada ao kit multimídia toca uma questão chave que mobiliza a UPM até hoje: a ampliação do acesso aos meios de produção cultural. O Banco Comunitário União Sampaio e a Agência Solano Trindade também nasceram com esse objetivo e é nessa questão que encontram sua principal intersecção, como podemos ver no trecho a seguir da entrevista com Thiago Vinícius, liderança da Agência Solano Trindade:

A simbiose entre o Banco e a Agência vem de uma necessidade orgânica e vital das coisas acontecerem nas quebradas, porque a gente vive nos saraus, no dia a dia da cultura periférica. E a gente também está por trás de muita coisa que está acontecendo na quebrada. Desde muito antes a gente sempre foi tolhido por essa questão econômica, tolhido de várias formas, questão de

não conseguir lançar um livro, de não conseguir fazer um vídeo, de não ter meio de produção na quebrada. Há quinze anos atrás você tinha uma instituição que emprestava gravador, câmara, equipamento, era a Ação Educativa, você colocava teu nome lá e levava emprestado. Tinha vários Macs lá, você chegava e editava, deram muita contribuição, fomentaram, deixaram desde cedo o equipamento, mas você tinha que atravessar a cidade, o barato não era seu. (VINÍCIUS, 2014, entrevista).

A Agência Popular Solano Trindade é hoje composta por 200 agentes integrados das periferias (grupos culturais, artistas, empreendimentos, coletivos de cultura, associações comunitárias, entre outros). Com um cardápio de mais de mil produtos, serviços e saberes, a Agência envolve mais de 1.500 pessoas (AGÊNCIA POPULAR SOLANO TRINDADE, 2013). A Agência articula outros movimentos sociais e culturais, bem como associações populares e comunitárias na promoção do trabalho de artistas e coletivos e na realização de ações culturais na periferia de São Paulo. Os segmentos artísticos e culturais integrados à rede da Agência são diversos; entre eles destacamos: literatura, artes plásticas, artes cênicas, audiovisual, hip hop, dança e música. Inicialmente projetada para funcionar com três frentes, de fomento, produção cultural e comercialização, atualmente a Agência está organizada com mais duas frentes: a de comunicação e a frente política.

O Prêmio Economia Viva permitiu à Agência criar o Fundo Popular de Fomento à Cultura e ampliar a carteira de crédito cultural do Banco Comunitário União Sampaio. A movimentação da linha de crédito cultural do Banco também mobiliza indiretamente a moeda social Solano, devido aos projetos fomentados e à possibilidade de sua potencialização via Agência, como explica Thiago Vinícius:

Por mais que o designer vai trabalhar pra você pelos Solanos, a princípio quem vai receber esses Solanos é Agência, porque esse cara está ligado à Agência. Você vai ter que pagar o trampo dele com reais depois, como você vai conseguir pagar ele? Com a receita que o produto que ele trabalhou vai gerar, entendeu? Você já combina com ele, deixa 500 Solanos, adianta 300 reais; você faz uma sessão de fotografia e trata pra mim, porque vou mandar essas fotos pro Sesc e correr atrás de um novo contrato e quando sair a gente te paga mais. (VINÍCIUS, 2014, entrevista).

Essa suposição nos permite identificar concretamente o que foi trabalhado no início do capítulo, relativo à combinação de diferentes formas de economia (mercantil, não mercantil e não monetária) que caracterizam a economia solidária como uma economia plural. O arranjo de diferentes formas de trabalho e de relacionamento também estão expressas nesse exemplo, além de evidenciar o papel da Agência enquanto articuladora de parceiros e oportunidades de trabalho, de produção e comercialização. O relato aponta também para um dos desafios enfrentados pelo grupo ao implementar a Agência, e diz respeito à compreensão

de sua finalidade, voltada à promoção do protagonismo e da autonomia de grupos e artistas da comunidade local onde estão inseridos e têm relação

Mas na verdade muitos coletivos procuraram a gente como uma agência e ficavam esperando muito d'a gente, quando na verdade a nossa proposta não era a gente fazer, era a gente criar a organização e os próprios coletivos pensarem o seu fomento, a sua produção, a sua comercialização, entre eles, ou pelas linguagens artísticas ou como eles quisessem se organizar. E aí a gente caiu em debates muito loucos nesse sentido, por exemplo, a galera da música achava que nós tínhamos que arrumar dinheiro para montar um estúdio pra eles e nós falamos que não, mano, eles que tinham que vender o show deles e separar dinheiro e montar um estúdio de música, não eramos nós que íamos fazer, nosso papel era outro nesse processo. E também com todo o costume desses coletivos, vários coletivos de música que estavam nesse momento com dez anos de estrada, se em dez anos os caras não conseguiram juntar o dinheiro para ele montar um mínimo de um estúdio, não éramos nós que iríamos fazer isso em milagre para o cara. O que a gente colocou foi que a gente criou metodologias, várias possibilidades que a gente já viu que deu certo (MESQUITA, 2014, entrevista).

Essa metodologia a que Rafael Mesquita se refere tem relação com as cinco frentes de atuação da Agência. No que diz respeito ao fomento, a Agência atua com a linha de crédito, o fundo e com o apoio aos grupos para escreverem projetos e participarem de editais, como vimos no capítulo anterior. Em termos da produção, busca-se promover o acesso aos meios de produção, informação e conhecimento. A frente da comercialização está voltada à potencialização dessas ações, atua com a difusão e circulação de artistas e grupos, bem como com a distribuição de produtos e serviços. A frente de comunicação trabalha com a divulgação e a frente política, com debates, formações, articulação e mobilização social. Todas elas atuam de forma conectada e quanto maior a sinergia entre elas, maior o sucesso das ações agenciadas. No trecho da entrevista a seguir fica clara a estratégia e proposta de atuação específica dessas frentes de atuação:

A agência hoje, por exemplo, continua recebendo esses coletivos, continua comercializando, vendendo os serviços desses coletivos, de comunicação e tudo o mais, mas na hora do fomento, o nosso foco está muito mais voltado a fomentar a cultura no seu sentido antropológico, de fazer com que a nossa comunidade entenda que ela tem capacidade de produzir arte e que essa arte ela tem tanto valor como qualquer outra arte; que é um pouco o mote do Solano [Trindade]: “pesquisar na fonte de origem e devolver ao povo em forma de arte”. Hoje a gente está preocupado, por exemplo, com a senhora que vem aqui e tem um sonho de gravar o CD dela, esse sim a gente precisa dar um fomento de fato, pegar no braço e caminhar junto com ela para ela conseguir fazer isso. Através disso vem todo esse debate, das outras senhoras também entenderem que elas podem gravar os CDs delas e tudo. Mais do que caminhar com uma banda que já tem dez anos e eles já sabem o que eles querem trilhar, não vamos ser nós que vamos dizer o que os caras têm que fazer. Então hoje o nosso caminho é um pouco esse, de desvelar essa cultura

periférica, de conseguir produzir essa cultura e dar visibilidade pra ela, para essas pessoas mesmo, anônimas, vamos dizer assim, essas pessoas que não batem no peito e dizem eu sou artista, eu sou da cultura, não, vai se transformar nisso, mas ainda não é (MESQUITA, 2014, entrevista).

A Agência Popular de Cultura Solano Trindade funciona, portanto, como uma rede de atores culturais da região que se articularam para viabilizar a geração de renda por meio da cultura, e incentivar o sistema produtivo cultural solidário no entorno. A concepção e proposta da Agência como rede e articulação de trabalhos coletivos também está presente no projeto apresentado ao Prêmio Economia Viva:

Tal estrutura de organização do sistema produtivo em rede estabelece algumas mudanças nos critérios da racionalidade econômica, posto que não considera unicamente os ganhos materiais e financeiros, mas agrega a estes a compreensão e valorização dos processos envolvidos com os fatores humanos-sociais-culturais e ambientais. Tem-se a ideia de que o Ponto de Cultura, que permite o acesso de forma coletiva de instrumentos de produção, complementado pelo banco comunitário com sua linha de crédito específica para a área cultural, podem criar uma sinergia que resulta na construção de uma autonomia econômica dos empreendimentos culturais a médio e longo prazo (Projeto UPM, p. 5).

É importante destacar o papel de grande relevância que o Banco Comunitário União Sampaio possui não apenas para a própria comunidade que utiliza seus serviços, mas também para dentro da UPM e da Agência. A fala de Cleberson Pereira, agente de finanças do Banco expressa o caráter político do Banco: “A gente não tem aquela coisa de banco convencional que empresta pra qualquer um, interessado nos juros, até porque o juros não mantém a nossa atividade do banco, a gente luta para que o banco seja uma política pública” (PEREIRA, 2014, em entrevista à autora). Em relação à Agência, vemos que o Banco União Sampaio além de fazer os empréstimos, ele coloca limites às projeções da Agência, orienta o detalhamento dos custos para cada atividade prevista, o que reforça um papel formativo e regulador, além do papel de fomento que ele tem por natureza:

O Banco fica no meio desse eixo, entre o que está sendo comercializado e o que está sendo fomentado, sem ele a gente correria um risco muito grande de sobreviver ao que a gente já sobreviveu, acho que a gente teria uma mortalidade infantil como falam dessas empresas aí, a gente não ia ter conseguido atingir nossa caminhada. O Banco representa isso, ele tem essa profundidade de participação dentro da Agência, ele está ligado com o que está acontecendo na economia periférica, na economia do terreiro e ele está ligado no que está acontecendo na economia dos guaranis. Então a gente tem ali mapeada a conta de todo mundo. Os guaranis fizeram um show, faz um cheque aí Banco, paga pros guarani. Olha, precisa um fomento na quebrada, alguma coisa assim, então o Banco vai semeando essas relações e apontando

os limites das coisas também, até que ponto a gente pode ir. (VINÍCIUS, 2014, entrevista).

A partir da implementação da Agência, a atuação da UPM foi ampliada, suas ações foram expandidas para outras regiões de São Paulo e também fora do Estado. Ao longo da execução do Prêmio Economia Viva, a Agência também fez parcerias com o Sesc, a Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, com a Fundação Bienal de São Paulo e diversos coletivos culturais, saraus, pontos de cultura e redes, como o Circuito Fora do Eixo. No que diz respeito às articulações com os pontos de cultura, estas antecederam a atuação da UPM como ponto de cultura e ocorreram muito mais pela atuação artística e ações conjuntas no território do que por uma institucionalidade da rede paulista de pontos de cultura. Dentre as ações em conjunto, constam o uso compartilhado de equipamentos e a prestação de serviços não financeiros, por meio de trocas, como ocorreu com o Sarau do Binho, por exemplo, onde colaboraram na elaboração de projetos para editais estaduais e municipais. Com outro ponto de cultura do Taboão foram realizadas gravações em seu estúdio e a organização de uma feira de rua com o Ponto de Cultura Casa de Cultura de Santa Tereza, na cidade de Embu das Artes. Essa experiência de articulação independente da rede paulista de pontos de cultura, da qual nunca participavam, reforça o caráter de trabalho em rede no território, mais do que uma articulação em torno da ação pública do Cultura Viva ou motivada por ela.

Hoje o maior desafio da Agência é a comercialização e a sistematização de informações relativas às trocas e à circulação da moeda Solanos. Esse desafio requer a criação e utilização de instrumentos de contabilização e acompanhamento das trocas de serviços e produtos feitas com a moeda. Alcançar uma melhor articulação dos instrumentos digitais e presenciais que consigam traduzir o dinamismo das metodologias participativas da articulação em rede realizadas pela Agência é um dos objetivos apontados para alcançar esse desafio. A obtenção de uma sede para o funcionamento da Agência também é algo em vista a ser alcançado, o que envolve a busca por uma sede para a UPM que está instalada em um espaço alugado. Diante do funcionamento e ritmo diferenciado entre a Agência e a UPM, está sendo estudada a possibilidade para que cada uma tenha sua própria sede.

Embora o Prêmio Economia Viva tenha sido uma ação pequena diante do conjunto de iniciativas realizadas pela UPM e mobilizadas a partir de sua atuação em rede mais ampla, há uma avaliação que permite identificar e valorizar o papel do Prêmio no fortalecimento do trabalho em rede, além de revelar a integração de seu caráter político, econômico, cultural e social desenvolvido pela Associação de forma integrada ao Banco Comunitário e à Agência Solano Trindade:

O Prêmio [Economia Viva] vem fortalecendo as ações da UPM, ampliando seu papel de articuladora de rede e potencializando não só a produção cultural, como também o debate político para a construção de uma outra economia. Ou seja, hoje atuamos em uma rede muito maior onde conseguimos fortalecer várias ações e levar para mais longe nossas propostas políticas (UPM, 2011, p. 6).

A economia solidária joga um papel importante nesse processo de transformação vivenciado pela UPM ao estimular a criação de um mercado de trabalho para os jovens na periferia, com os conteúdos, produtos e serviços culturais gerados no território e a partir dele. A contribuição do Banco Comunitário em manter a circulação do dinheiro no bairro é uma das expressões de seu alcance em promover o desenvolvimento local; vemos também que a criação de oportunidades de trabalho aos jovens no território com o qual possuem relações de identidade e pertencimento também é um aspecto que favorece a permanência desse jovem no território; a possibilidade de trabalhar com a produção cultural da periferia é visualizada como uma alternativa ao subemprego precarizado dos centros urbanos. No entanto, a relação com a economia solidária não ocorre sem controvérsias.

Uma das dificuldades da relação entre economia solidária que apareceu forte nos relatos e entrevistas sobre a trajetória de atuação da UPM foi o reconhecimento da cultura como parte da economia solidária. Eles enfrentaram isso em relação à ITCP que não visualizava na cultura um campo produtivo, e também com as pessoas da própria comunidade que revelavam dificuldades de compreender a cultura como trabalho. Cleberson Pereira, do Banco Comunitário União Sampaio faz uma reflexão a respeito:

Pra economia solidária, em relação à cultura, eu acho que ela tem dificuldade de assimilar, as pessoas como sempre valorizaram o trabalho da indústria, não conseguiram entender a cultura como um empreendimento e um trabalho, onde ela vai ter garantias. Porque quando as pessoas se remetem ao mundo do trabalho, sempre se remetem à CLT, ao fundo de garantia, ao seguro desemprego, então se a coisa da cultura não vira, eles imaginam que não vão ter seguridade, mas se elas imaginarem que no mundo da economia solidária da cultura você pode criar e quem cria é mais valorizado porque ele empenhou o conhecimento dele, foi um acúmulo que teve, eu acho que as pessoas não se deram pra isso. A cidade mudou a matriz produtiva dela e não vai voltar, e as pessoas não sacaram que São Paulo se tornou uma cidade de serviços. (...) As pastas secretaria de economia criativa e secretaria de economia solidária podiam se juntar e não falar que economia solidária é o pano de prato, o artesanato, o catador. Sim, é isso também, mas a gente pode pensar em criação de aplicativo, pode pensar em criação de espaços como os pontos de cultura, espaços de criação, produção de música, teatro, audiovisual, fotografia. Isso atrai mais os jovens porque permite eles se empoderarem, terem sua própria identidade. (PEREIRA, 2014b, entrevista).

Curiosamente, segundo as entrevistas na UPM revelaram, um dos fatores que contribuíram para alterar esse cenário de ausência de identificação da cultura e da arte como campos possíveis para a atuação da economia solidária por parte da ITCP, foram os editais de incubadoras criativas lançados pelo Ministério da Cultura. A partir do surgimento desses instrumentos públicos, o diálogo com a incubadora da USP avançou no sentido do reconhecimento da cultura como parte da economia solidária e do desenvolvimento de ações conjuntas. O Banco Comunitário União Sampaio é uma das iniciativas que teve início impulsionada a partir dessa parceria. Desde 2013 a UPM realiza também o Projeto Redes – Rede de Empreendimentos Culturais Solidários da Periferia da Zona Sul de São Paulo, desenvolvido por meio de um convênio com a Senaes. Trata-se de um projeto aprovado no âmbito do Edital nº 004/2012 da Senaes/MTE para apoio e fortalecimento de redes de cooperação constituídas por empreendimentos econômicos solidários em cadeias produtivas e arranjos econômicos territoriais e setoriais de produção, comercialização e consumo sustentáveis e solidários⁸⁸. O edital teve três modalidades, uma delas foi realizada com recursos de parceria da Senaes com a Secretaria Nacional de Juventude-SNJ e contemplou três iniciativas voltadas à cultura: uma urbana e duas rurais. A União Popular de Mulheres foi a instituição selecionada no meio urbano, a Ceagro e a Juventude Rural/Terra Livre foram as demais. Essa iniciativa merece destaque por ter sido uma ação pública que aliou o tripé cultura, juventude e economia solidária, nas cidades e nos campos.

O Projeto aprovado pela UPM nesse edital tem como objetivo fortalecer uma rede de empreendimentos culturais solidários da periferia urbana da zona sul da cidade de São Paulo e está sendo executado de forma integrada à Agência Solano Trindade. A partir de uma estratégia de fomento às cadeias produtivas diversas, como alimentação, moda, produção artística, comunicação, audiovisual, artesanato, dentre outras, o projeto articula arranjos econômicos territoriais de produção, comercialização e consumo solidários. Para melhor planejar e organizar a prestação de assessoria técnica prevista no projeto, foi realizado em 2014 um diagnóstico dos empreendimentos, dos empreendedores e dos conhecimentos acerca dos serviços da UPM (Banco Comunitário União Sampaio, Agência Solano Trindade, serviços gerais da UPM). A assessoria técnica prestada ocorreu de duas formas: coletiva e individualmente. A assessoria individual é voltada à parte financeira e administrativa, de comercialização e comunicação. O projeto realizou dois festivais de cultura e economia solidária, um em 2014 e outro em 2015, com uma feira para mais de 30 empreendimentos, 20 ações culturais, atividades para crianças, ações formativas e serviços de saúde e cidadania.

88 Para conhecer o edital: <http://portal.mte.gov.br/editais/chamadas-publicas-3.htm>

Além dos festivais, o Projeto prevê potencializar 15 atividades culturais dos empreendimentos/coletivos participantes; mobilizar parcerias; participar de eventos e ações fomentadas pela Agência; articular os empreendimentos em rede e fazer formação política que fortaleçam os valores da economia solidária.

Vemos, portanto, que a trajetória da UPM na economia solidária foi ampliada e fortalecida com esse projeto que envolveu um público diverso. Sobre os desafios de envolver os grupos, coletivos e artistas na economia solidária, Rafael Mesquita também tece algumas considerações a partir de sua experiência junto à UPM e enquanto articulador do Projeto Redes:

Eu acho que a gente ainda tem que construir esse debate [sobre economia solidária]. Não sei, é muito amplo, tem a galera que nunca escutou e fica curiosa, quer saber mais o que é isso, mas no geral a economia solidária está muito vinculada ainda à pobreza, e isso eu acho que faz com que a galera tenha uma dificuldade também de comprar isso, está muito vinculada à escassez, quando na verdade o que a galera está procurando é a abundância, e a gente tenta um pouco fazer esse debate da economia solidária, sabe, tem que ser uma economia da abundância, uma economia que iguala por cima. As vezes eu vejo que as pessoas às vezes veem a economia solidária pela miséria e tem muita dificuldade de trabalhar isso nas suas narrativas. Aí quando a gente começa a mostrar que as práticas que a gente já faz são práticas solidárias, um sarau é uma das práticas mais solidárias que existe, o cara vai lá e fala a poesia dele de graça pra todo mundo, mas as pessoas têm dificuldade. A questão da moeda Solano foi muito louco nesse sentido, os coletivos culturais começaram a falar “mas a gente já troca, a gente não precisa de uma moeda, a gente já faz essa troca, não sei o quê”, eles falavam. Ah, mano, mas você faz uma troca com seus amigos; com quem você não gosta você não empresta o seu equipamento. Então a gente quer extrapolar a relação da amizade, a gente quer passar pra uma relação da troca mesmo e na relação da troca você não precisa gostar de mim necessariamente para me alugar um datashow, se isso for interessante para você, você vai me alugar. Fez a galera refletir bastante. (MESQUITA, 2014, entrevista).

Identificamos que esse processo de transformação de concepções é bastante frequente e de duas mãos, ou seja, envolve tanto a compreensão da cultura como campo de produção e serviços por parte de organizações da economia solidária, quanto a visão de grupos, artistas e organizações culturais sobre a economia solidária. Entretanto, como a prática e a narrativa da economia solidária é forte nas ações da UPM, Agência e Banco, a pesquisa buscou compreender como foi construída essa identificação e o que moveu a escolha por aproximação dos dois campos. Rafael Mesquita trouxe importantes aportes que revelam o sentido dessa identificação:

A economia solidária facilitou um pouco a gente na narrativa de fugir do assistencialismo, a gente não está aqui fazendo mutirão aqui por

assistencialismo, mas porque a gente acredita no valor da produção coletiva. (...) A prática solidária é o que dá sustentabilidade, não existe sustentabilidade no individualismo, na boa, se a gente não articular as coisas de forma coletiva, não vai rolar. (MESQUITA, 2014, entrevista).

O sentido coletivo da produção e o trabalho em rede são marcas fortes que identificam as ações culturais da UPM com a economia solidária. O que não significa uma postura sem crítica em relação a esse campo. Dentre as críticas apresentadas, podemos elencar a visão de que na relação da economia solidária com a cultura há pouca construção “de dentro pra fora” como a Agência Solano Trindade está tendo a oportunidade de realizar. Há uma divisão de atores e campos políticos na economia solidária que também incomoda por reproduzir lógicas tecnocratas, como por exemplo a divisão de espaços e atividades entre empreendimentos econômicos solidários, instituições de fomento e assessoria e gestores públicos. Essa divisão não favorece a interação e o mútuo aprendizado, além de não reconhecer os acúmulos, metodologias e tecnologias sociais desenvolvidas por empreendimentos com a mesma legitimidade do que os saberes produzidos pelas universidades e demais instituições de fomento e assessoria.

“A gente não é de família rica que está fazendo uma ação na periferia, mas a gente é pessoas que a todo momento a sociedade coloca questões de desigualdade” (VINÍCIUS, 2014, entrevista). Isso motivou a UPM a desenvolver ações de economia solidária a partir de uma visão antropológica, da sua própria realidade, de “dentro pra fora”: “Economia solidária a la carte do nosso jeito, ela é um antídoto que a gente está desenvolvendo pra nossa rede de proteção. E a nossa rede de proteção passa pelo fortalecimento socioeconômico, pelo fortalecimento cultural, ideológico” (idem). Esse “antídoto” ganha força e expressividade no processo de territorialização desenvolvido a partir do fomento às ações de economia solidária da cultura. Na década de 1980, quando a UPM iniciou suas ações, as mulheres foram as precursoras dessa atuação, a partir da qual muitos direitos sociais foram conquistados. Com as mudanças vividas e construídas na sociedade, hoje as mulheres estão mais inseridas no mundo do trabalho e integradas economicamente na sociedade, apesar de muitas desigualdades e das múltiplas formas de violência que ainda perduram sobre elas. Atualmente, no contexto das ações da UPM e da periferia da zona sul de São Paulo, há a compreensão de que é a juventude que assumiu o papel precursor de afirmação de sua identidade e dos direitos sociais. E há uma conexão intergeracional clara nisso, que tem relação com os aprendizados dessa geração de mulheres que chegou de outros estados há mais de 30 anos em São Paulo, se instalou na periferia, trabalhou e militou para construir um entorno com melhores condições de vida. Hoje, os jovens reafirmam um sentimento de pertencimento que é fruto dessa trajetória e do

trabalho na área cultural que ocorre em rede, não é fruto de uma instituição apenas, mas de um conjunto de pessoas, famílias, grupos e organizações: “Hoje há pessoas amando a quebrada, existe um sentimento de pertencimento em nós, o boné da quebrada, nossa, o cara está usando e ele fala que é da quebrada! Esse é o principal valor que a gente está cultivando e vendo, o valor disso é o pertencimento” (idem).

5.2 Desenvolvimento comunitário

Podemos identificar recorrências nas iniciativas premiadas no Economia Viva, tais como a formação de empreendimentos, o fomento ao desenvolvimento da atividade econômica desses grupos, a realização de capacitações, bem como o investimento em diferentes mecanismos de comercialização e geração de renda. O desenvolvimento local não aparece como objetivo dos projetos, mas é notório que o fortalecimento econômico de iniciativas comunitárias a partir do trabalho coletivo favorece o desenvolvimento das localidades onde estão inseridos esses grupos, o que por sua vez, fortalece o próprio empreendimento e sua produção cultural. Mas esse círculo virtuoso não ocorre apenas como uma premiação e tampouco sem sobressaltos ou recuos; nas iniciativas pesquisadas, resulta de uma caminhada longa e de vários anos. Podemos conhecer a experiência da UPM na periferia da zona sul de São Paulo e agora visitaremos a iniciativa desenvolvida pelo Instituto Milho Verde a partir do Prêmio Economia Viva.

Distrito integrante do município do Serro/MG, Milho Verde reúne uma vasta beleza natural e grande riqueza de saberes da cultura popular. Com uma população de aproximadamente mil habitantes, metade vive no povoado de Milho Verde e a outra metade está distribuída em diversas comunidades rurais distantes 3 a 5 km umas das outras. O distrito abriga duas comunidades quilombolas: do Baú e do Ausente, além de outras comunidades rurais, como a de Barra da Cega. Esta é composta por 14 famílias e onde encontra-se o grupo Bordados da Barra, iniciativa apresentada pelo Instituto Milho Verde-IMV ao Prêmio Economia Viva e que trataremos de forma mais detida aqui.

O que motivou a ocupação do distrito de Milho Verde foi a busca por metais preciosos no século XVIII. Entretanto, lamentavelmente, não podemos afirmar que a exploração mineral é assunto do passado colonial. O Município do Serro está situado no coração do maior projeto de exploração de minério de ferro em desenvolvimento no mundo.

Trata-se do Projeto Minas-Rio⁸⁹, um mineroduto de 529 km que liga Conceição do Mato Dentro (MG) ao Porto do Açu em São João da Barra (RJ). Ao longo de sua extensão, o maior mineroduto do mundo passa por 33 municípios mineiros e fluminenses, o que envolve 1121 propriedades, além de diversos patrimônios naturais e culturais.

A dominação oligárquica tradicional prevalece na região do Serro e corresponde a uma herança das estruturas escravocratas, esta se constitui num poder de mando e coação sustentadas em um poder econômico patriarcalmente constituído. Os proprietários de terra, chamados coronéis, construíram historicamente esse poder senhorial em Milho Verde, influenciando até os dias atuais a vida econômica e a organização comunitária do distrito. A partir de pesquisa realizada em Milho Verde, Arndt (2007) afirma que o crescimento da economia turística contribuiu para motivar um processo lento e conflituoso de desarticulação das bases econômicas do poder senhorial, que perdeu o monopólio comercial local.

A discussão de autonomia comunitária e desenvolvimento territorial no âmbito da experiência do trabalho do IMV, do grupo Bordados da Barra e do distrito de Milho Verde, precisa levar em consideração esses aspectos do contexto histórico colonial e da forte presença mineradora. Os valores da cultura extrativista e de subserviência são justamente os primeiros a serem questionados em um projeto de geração de renda e promoção da autonomia e do protagonismo feminino de comunidades rurais, como o Bordados da Barra. As transformações cultural, social, econômica e política motivadas a partir de iniciativas de fomento a grupos como esse, toca tensões entre as lógicas de conservação da ordem e as lógicas de subversão da ordem. Essa disputa de valores e de projeto de sociedade nos faz refletir sobre o incentivo de valores de vida praticados cotidianamente na convivência e na interação do trabalho coletivo e autogestionário, sobre o papel da memória e da valorização da identidade territorial no fortalecimento do sentimento de pertencimento desses grupos e no desenvolvimento local. A experiência do Bordados da Barra oferece importantes contribuições para essa reflexão.

Atualmente, o grupo conta com 19 mulheres, de quatro comunidades rurais de Milho Verde: Barra da Cega, Boqueirão, Fazenda Santa Cruz e comunidade quilombola do Baú. Todas as mulheres, além de bordar, trabalham na roça e cuidam da casa. Os motivos bordados nas peças retratam o entorno e a vida cotidiana das artesãs. Em traços delicados, os bordados conseguem ser singelos e sofisticados, leves e meticulosos, sempre com desenhos ternos, alegres e sensíveis. Há um contraste entre a delicadeza dos bordados e o trabalho na enxada

89 <http://minasrio.angloamerican.com.br/>. Para conhecer algumas controvérsias em torno ao projeto: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/12/1555725-maior-mineroduto-do-mundo-comeca-a-funcionar-em-meio-a-queixas.shtml>.

que todas praticam. Há uma relação evidente entre o passado escravocrata e as condições sociais de desigualdade que ainda são enfrentadas no local. Uma das comunidades rurais, por exemplo, não tem energia elétrica, e isso representou forte queixa das bordadeiras presentes no dia da roda de conversa do trabalho de campo. Apesar de dificuldades como essa, os bordados retratam a região com o que ela tem de mais belo e colorido: a natureza, as casas, o encontro das pessoas, etc. Conforme expresso no blog do grupo, elas bordam “a arte que vem do olhar das cores e formas do cerrado”⁹⁰ com um resultado suave, sutil e também complexo, por envolverem muitas cores e figuras em superfícies muitas vezes pequenas, como é o caso de almofadas, por exemplo.

Os bordados contextualizados no território das bordadeiras atraí o interesse das pessoas em conhecer o grupo e também, sua localidade. Há turistas que visitam Milho Verde e, a partir do bordado, interessam-se em conhecer a comunidade rural de Barra da Cega, querem saber onde as bordadeiras moram, onde bordam, a comida que fazem, etc. A partir do grupo, começaram a chegar turistas na Barra da Cega que também se interessaram por outras coisas, como por exemplo a comida da roça de Dona Maria, e ela então passou a receber pessoas para comer em sua casa. Ainda de forma tímida, mas crescente, o turismo chegou em Barra da Cega: As pessoas vão a cachoeira, tomam um caldo de cana, almoçam na casa de Dona Maria, vão no grupo de bordados, uma coisa vai puxando a outra num processo de desenvolvimento da própria comunidade. A intenção do grupo é motivar isso ainda mais, o que as estimulou a construir a sede do grupo na própria comunidade e não no povoado de Milho Verde.

A comunidade de Barra da Cega é composta por 14 famílias, das quais 10 participam do Bordados da Barra, o que revela o forte caráter comunitário do grupo e justifica os elos de proximidade entre as bordadeiras. Das 15 bordadeiras que foi possível entrevistar, 11 afirmaram fazer parte da Associação Comunitária de Barra da Cega, inclusive são membros da atual diretoria da Associação. Embora a Associação Comunitária de Barra da Cega tenha como personalidade jurídica a Associação Estrela Nova – mobilização e atuação comunitária, o grupo Bordados da Barra nunca utilizou seu CNPJ para realizar projetos; até o momento, o IMV tem sido a instituição que as representou juridicamente.

Além dessa relação de proximidade entre o grupo Bordados da Barra e a Barra da Cega, é possível identificar um fortalecimento recíproco entre elas. As bordadeiras reúnem-se semanalmente no espaço da Associação, local que abriga também as festas, oficinas e encontros do grupo com a presença, muitas vezes, de integrantes de outras comunidades

90 <http://bordadosdabarra.blogspot.com.br/>

rurais. O grupo de bordados também fortalece algumas iniciativas comunitárias – como é o caso da mobilização em torno da aquisição de um reservatório d'água para a comunidade de Barra da Cega, para sanar a grave falta d'água nos meses de seca – liderado pelas bordadeiras.

Iniciativas de promoção ao desenvolvimento local como essas, criam uma sinergia entre as dimensões socioambiental, estética, política e cultural da realidade territorial. O grupo de bordadeiras, as mulheres também relataram terem conseguido resolver questões sociais entre elas, conflitos como maus-tratos de maridos, descuido com as crianças, problemas com os filhos, etc. Há um forte sentido de ajuda mútua e o trabalho no bordado tem muita identificação com isso, pois ele proporciona uma integração do bordado e do grupo com a família e a comunidade. A dimensão do cuidado umas com as outras é muito presente e existe com forte expressão, apesar de serem comunidades diferentes e de haver diferenças sociais entre elas, visto que há bordadeiras que possuem terras e outras que vivem em terra de outrem, umas que são analfabetas e outras não, umas moram muito mais distantes do local de encontro e reunião do grupo, outras são vizinhas dali, etc.

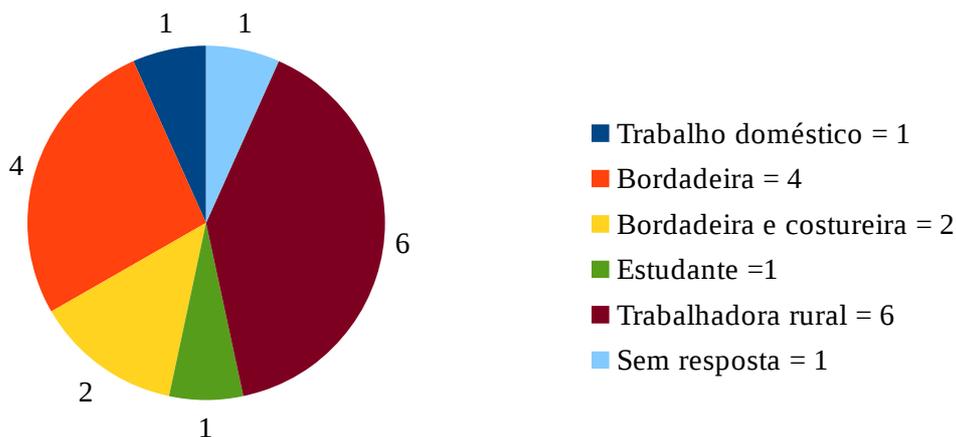
O reconhecimento do trabalho das bordadeiras gerou não apenas o interesse de turistas, mas a mobilização de experiências semelhantes em outras comunidades. O Fundo Cristão de São Gonçalo do Rio das Pedras iniciou a formação de um outro grupo de bordado na comunidade quilombola do Baú, inspirado no Bordados da Barra, mas com outros produtos e um bordado diferente. Há três bordadeiras que integram ambos os grupos e bordam os dois estilos. Na pesquisa de campo, foi possível fazer uma roda de conversa com 15 das 19 bordadeiras na Associação Comunitária de Barra da Cega. O encontro ocorreu em setembro de 2014 e foi possível conhecer a sede do grupo que estava em fase final de construção. Os dados sintetizados a seguir foram coletados nessa ocasião.

A faixa etária das bordadeiras varia entre 15 e 66 anos, todas nasceram no Serro/MG e são residentes de comunidades rurais do distrito de Milho Verde. Apenas 3 bordadeiras do grupo estavam estudando no momento da entrevista, sendo que as demais interromperam seus estudos no ensino fundamental (7 pessoas) e no ensino médio (5 pessoas). Diante disso, muitas bordadeiras apresentam dificuldades para ler e escrever. Uma das três bordadeiras estudantes têm 66 anos e retomou os estudos interrompidos no ensino fundamental. Esse dado é muito expressivo da determinação e da capacidade de superação de desafios que está presente não apenas nessa bordadeira, mas foi sentido no grupo como um todo.

Entre as bordadeiras, 11 afirmaram possuir uma renda familiar de menos de um salário-mínimo (à época de R\$ 724,00) e 3 mulheres identificaram sua renda familiar entre 1 e

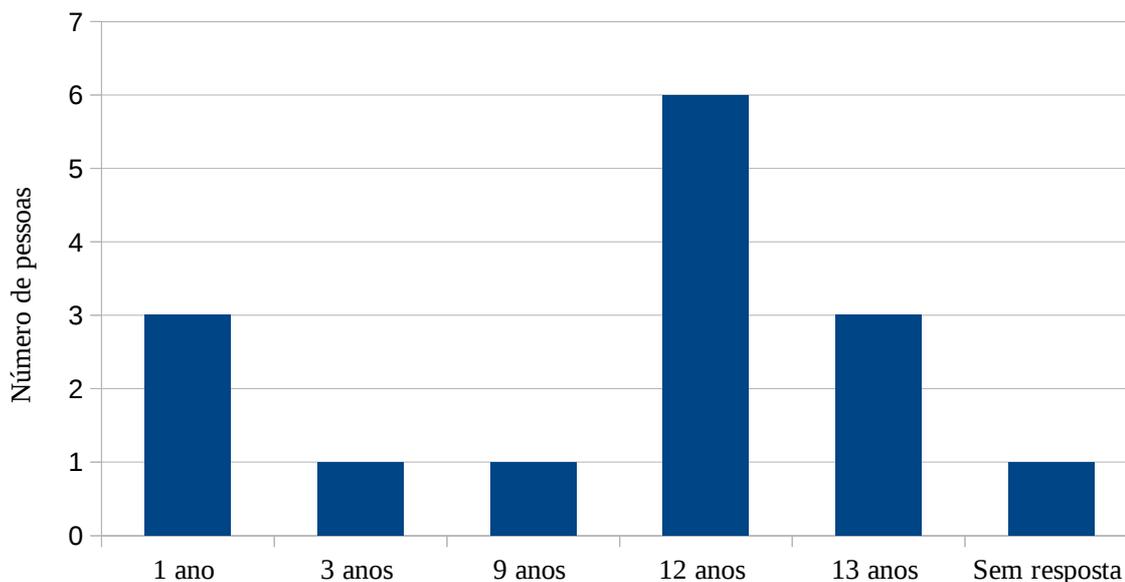
3 salários-mínimos. Uma pessoa não respondeu essa questão. Um terço das entrevistadas é beneficiária de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família.

Gráfico 13 : Principal atividade profissional – Grupo Bordados da Barra
Pergunta aberta, resposta espontânea



Fonte: Dados colhidos nas entrevistas da pesquisa. Elaboração da autora.

Vemos a forte presença do trabalho na lavoura como atividade profissional principal para 40% das entrevistadas. Outros 40% mencionou o bordado como principal atividade profissional, sendo interessante notar que 2 entrevistadas mencionaram terem o bordado e a costura como atividade profissional principal. O trabalho de costura efetivamente não é realizado por todo o grupo, no início, nenhuma delas costurava e o IMV articulou essa capacitação a partir do Prêmio Economia Viva. A forte identidade de trabalhadoras rurais das demais integrantes do grupo deve-se às atividades com a lavoura realizadas há muitos anos. Cinco mulheres do grupo afirmaram serem filiadas ao sindicato dos trabalhadores rurais, o que também contribuiu para reforçar essa identidade. Todas as famílias do grupo vivem da agricultura de subsistência, algumas trabalham como diaristas em roças, são meeiras em terras de outras pessoas, mas todas lavram em suas terras e não cogitam deixar a roça. Sobre isso, Dona Maria diz: “A gente planta para viver, como é que a gente vai comprar de tudo, arroz, feijão...? Não pode, não. O bordado ajuda a gente, mas tem que ter a roça, a gente planta e vende na feira” (OLIVEIRA, 2014b). Vemos que o bordado é um complemento de renda, o que também contribuiu para explicar não ser essa a principal identidade profissional de todas as integrantes do grupo.

Gráfico 14: Tempo de trabalho no grupo Bordados da Barra. Quantidade de anos no grupo

Fonte: Dados colhidos nas entrevistas da pesquisa. Elaboração da autora.

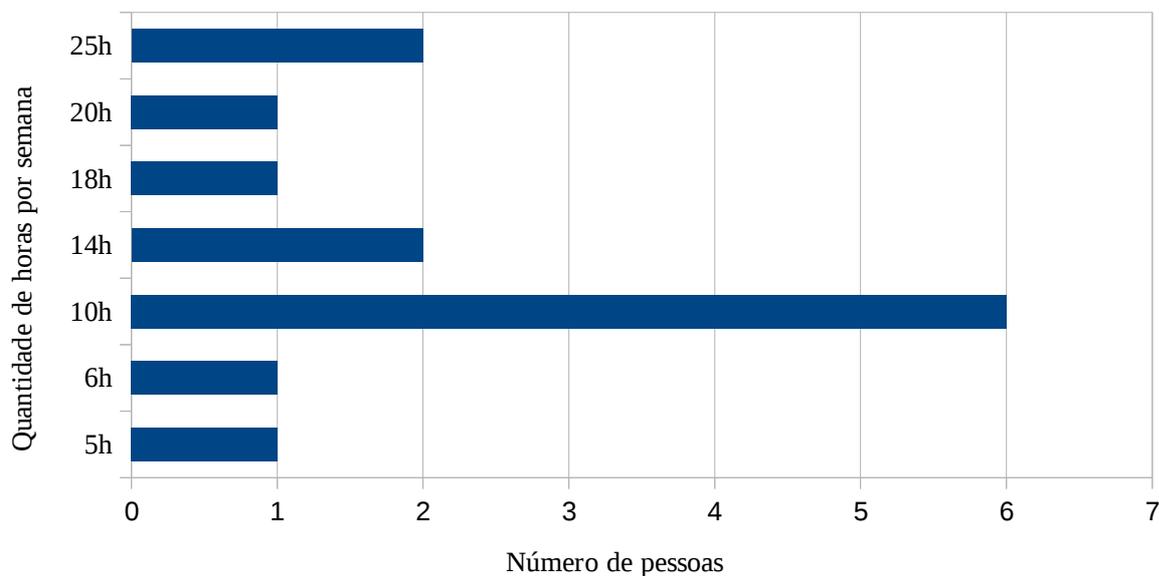
Das 15 entrevistadas, 9 estão no grupo há, pelo menos, 12 anos, sendo que 3 delas afirmaram estar junto desde a primeira oficina, há 13. Nesse tempo, o grupo não interrompeu suas atividades, nem se dispersou. Quando perguntadas sobre o que as faz continuar juntas depois de tanto tempo, Ângela Marques de Oliveira responde convicta: perseverança. Ela tem 24 anos e está há 12 bordando com o grupo. Ângela aprendeu com a mãe, Dona Maria, e hoje é uma das coordenadoras do grupo, é uma das jovens que sabe costurar, participou das oficinas de informática e faz o controle de qualidade das peças. Ainda sobre a permanência do grupo, Maria Izaíde Vieira Assunção, de 63 anos, expõe sua opinião e relato:

Eu acho que em primeiro lugar, a pessoa tem que gostar do que faz. Se está no grupo há tantos anos é porque gosta, se continua é porque gosta. Eu trabalhava em um lugar, na escola, que só faltava apanhar, um tentava tirar o trabalho do outro, aqui elas me ajudaram muito, demais. Um tem que aprender a respeitar o limite do outro e a gente tem que ter amigo neste mundo. (ASSUNÇÃO, 2014, entrevista).

O respeito às diferentes formas de dedicação e tempo de produção é algo que chama a atenção. Como cada bordadeira é paga por peça vendida não há um controle do tempo individual de trabalho. Há um compromisso em estar todos os sábados na sede da Associação Comunitária de Barra da Cega e cumprir os combinados feitos com o grupo, mas se para isso é preciso dedicar horas a mais ou a menos ao empreendimento, fica a critério de cada uma. Inclusive, foi possível identificar não haver um controle individual e próprio de horas trabalhadas com o bordado; quando perguntadas a respeito das horas semanais de trabalho

junto ao grupo, todas precisaram fazer cálculos e refletir, e as respostas variaram de 5 a 25 horas semanais dedicadas ao grupo Bordados da Barra, conforme segue:

Gráfico 15: Horas semanais dedicadas ao grupo Bordados da Barra por pessoa
Pergunta aberta, resposta espontânea



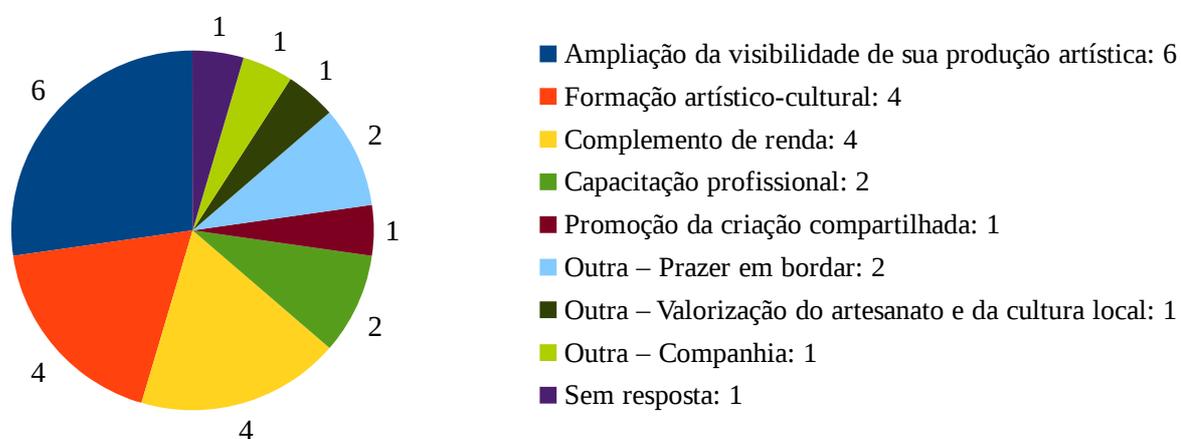
Fonte: Dados colhidos nas entrevistas da pesquisa. Elaboração da autora.

As duas pessoas que afirmaram trabalhar 25 horas por semana no grupo são as duas monitoras jovens que vêm assumindo mais responsabilidades voltadas à produção (corte e costura das peças, controle de qualidade, organização das peças); à gestão (coordenação das reuniões presenciais de sábado, prestação de contas de projetos, compra de material, administração da conta bancária do grupo, etc.) e à organização do conhecimento (registro das peças, catalogação, arquivo, coleta de depoimentos das bordadeiras, etc.). As demais integrantes, além de bordar, participam das reuniões semanais e das feiras semanais em Milho Verde, para a qual o grupo se organiza com uma escala de trabalho.

Todas as bordadeiras identificam que a situação de seu trabalho no grupo é de trabalho associado/cooperado. Nenhuma considerou realizar trabalho temporário nem voluntário junto ao grupo e este tampouco contrata pessoas na modalidade CLT ou prestação de serviço. Como o grupo não possui uma personalidade jurídica própria, o caráter associativo/cooperativo do trabalho assinalado aqui pelas entrevistadas, não é formal, refere-se mais à dimensão coletiva do trabalho, à união em torno de objetivos comuns e à produção e comercialização de forma cooperada.

No questionário aplicado com as integrantes do grupo logo após a roda de conversa, uma das perguntas era sobre a principal motivação para a participação delas nas iniciativas do Ponto de Cultura. Prevista inicialmente para ser uma pergunta fechada de uma única resposta, o seu preenchimento não respeitou isso, metade das bordadeiras indicou duas alternativas como principais motivações. A tabulação a seguir contemplou todas as respostas, indicando as alternativas pré estabelecidas no questionário e o campo “outra motivação” preenchido pelas bordadeiras.

Gráfico 16: Motivações das bordadeiras em participar das iniciativas do Ponto de Cultura
Pergunta fechada



Fonte: Dados colhidos nas entrevistas da pesquisa. Elaboração da autora.

Essa questão nos permite tanto refletir sobre os anseios, desejos, necessidades e expectativas das bordadeiras no início de sua participação no grupo, como também revela o significado da proposta do trabalho do Ponto de Cultura, o que ele se propunha realizar com o grupo e como isso foi significado pelas bordadeiras. A dimensão formativa aparece com forte expressão dentre as respostas, tanto pela formação artístico-cultural quanto pela capacitação profissional que, juntas, foram apontadas por seis bordadeiras como motivações para participar das iniciativas do Ponto de Cultura. Considerando que as ações do Ponto de Cultura junto ao grupo foram prioritariamente de formação, vemos uma relação direta entre o que o IMV ofereceu e os anseios do grupo. A motivação de obtenção de capacitação profissional aliada ao fato de que nenhuma bordadeira sabia bordar antes de ter participado das oficinas revela o forte caráter de descoberta, desenvolvimento e aprimoramento que esse trabalho do Ponto de Cultura promoveu. Uma das bordadeiras informou espontaneamente que sua motivação foi o prazer em bordar, o que reforça a satisfação e o sentimento de realização

pessoal que essa atividade lhe proporcionou. A promoção da criação compartilhada e a motivação de ter companhia indicam o que fora expresso antes sobre o valor coletivo do trabalho, da importância dos laços de amizade e solidariedade que foram construídos por meio desse ofício.

A motivação de obtenção de um complemento de renda também reforça o que foi ouvido em outras entrevistas: o fato de Dona Maria ter aprendido a bordar e começado a vender peças despertou interesse e curiosidade em outras mulheres da comunidade que também resolveram inteirar-se dos bordados. As jovens filhas de outras bordadeiras do grupo também passaram a se envolver na produção a partir da geração de renda. A ampliação da visibilidade da produção artística foi outra alternativa apontada por um número expressivo de bordadeiras (6). É notório que isso ocorreu de fato, o Ponto de Cultura contribuiu para difundir e visibilizar o trabalho das bordadeiras, mas isso aconteceu num segundo momento, após a capacitação do grupo, a definição das peças, seu aprimoramento, o desenvolvimento da produção e o exercício de comercialização. O fato dessa alternativa ter sido indicada de forma tão recorrente revela um desejo de reconhecimento e valorização do trabalho artístico que o Ponto de Cultura canalizou e buscou oferecer respostas. Merece destaque a dimensão cidadã da cultura expressa pela bordadeira que afirmou ter se motivado a participar das iniciativas do Ponto de Cultura para valorizar o artesanato e a cultura local. Os aspectos territorial e de pertencimento presentes nessa motivação aparecem também em outros relatos sobre a identidade do grupo com as comunidades rurais de Milho Verde, sobre a montagem das cenas inspiradas no entorno e a satisfação em ter o reconhecimento dos turistas pelo seu trabalho.

O processo produtivo e de comercialização ocorre em lugares distintos, sendo que cada local cumpre uma função específica, responde às demandas de cada etapa do trabalho e confere dinâmica própria ao processo produtivo. Identificamos três locais: a sede da Associação Rural da Barra da Cega, a casa das bordadeiras e a sede do Instituto Milho Verde. É na Associação que as bordadeiras se reúnem todos os sábados e onde as peças são recebidas ainda no algodão cru, sem lavagem. Nesse local, são realizadas as reuniões e encontros das bordadeiras, são realizadas dinâmicas e oficinas, é onde algumas técnicas são compartilhadas, novos pontos são aprendidos e ocorre maior interação e troca entre as bordadeiras. A produção dos bordados propriamente dita ocorre na casa das bordadeiras, onde os tecidos são lavados e cortados. A realização do trabalho de bordado em casa foi identificado como sendo algo que lhes confere liberdade para bordar segundo sua disponibilidade e disposição. Por fim, a comercialização ocorre no povoado de Milho Verde, em ateliês do IMV onde as peças ficam estocadas.

O recurso oriundo da venda das peças é dividido pela metade, 50% do valor é destinado à remuneração da bordadeira responsável pela peça, e a outra metade vai para a compra de matérias-primas, insumos e ao caixa do grupo. Algumas peças são, inclusive, assinadas pela artesã que a concebeu e bordou, o que identifica haver um trabalho autoral na criação das peças. A compra de insumos é feita em Belo Horizonte, por ocasião das viagens da coordenação do IMV à capital. O grupo identifica as demandas e a repassa ao coordenador do Instituto que organiza a logística para levar a matéria-prima da capital mineira à comunidade rural de Barra da Cega. A comercialização também é intermediada pelo IMV, que não cobra nenhuma porcentagem ou taxa pelo serviço, mas opera sua viabilização. As vendas são feitas por e-mail ao endereço central do IMV que também contribui com a divulgação informal dos produtos a amigos, familiares ou nos eventos que o Instituto participa.

Embora essa intermediação da comercialização represente uma fragilidade do grupo, é visto pelas bordadeiras como um tipo de apoio desejado e necessário. Elas não tem o hábito de realizar muito convívio social, de modo geral, saem de suas casas para irem ao médico, à missa mensal ou para ir ao banco, receber aposentadoria ou o benefício de programas de transferência de renda do Governo Federal. Reconhecem que a estruturação do grupo as fez sair mais, começaram a participar de feiras, reuniões e encontros. Maria José, por exemplo, viajou pela primeira vez em avião para participar I Conferência Temática de Economia Solidária da Cultura, em Osasco/SP, em novembro de 2010.

O IMV não possui muita relação direta, explícita ou formal com o campo da economia solidária, não participam de fóruns da área e tampouco desenvolvem ações intencionais nesse sentido. No entanto, o projeto (IMV, 2010) tem como objetivo específico possibilitar a autogestão do grupo, a participação em feiras de economia solidária e a busca de maior interatividade com mercados solidários. É possível notar que mesmo sem uma orientação explícita de formação para a economia solidária, o grupo de bordadeiras pratica a autogestão. As decisões são tomadas em grupo, são realizadas reuniões semanais com a presença de todas as bordadeiras, a divisão dos recursos adquiridos com a venda das peças é feito igualmente entre as bordadeiras e a responsabilidade de cada integrante do grupo são compartilhadas entre todas, com algumas atribuições específicas definidas coletivamente, como é o caso da parte de comunicação que as bordadeiras mais jovens a assumiram. O respeito ao meio ambiente e à valorização cultural da comunidade são aspectos que também têm relação direta com a economia solidária e existem no grupo. É interessante notar como esse aspecto está intrinsecamente relacionado à dimensão estética da produção artesanal do

grupo. Os elementos da natureza estão presentes em todas as peças e constituem os principais bordados.

O ritmo de produção individual é definido de acordo com cada bordadeira e respeitado pelo grupo. A distribuição de funções entre as bordadeiras ocorre de acordo com o interesse e motivação de cada uma. As mais jovens conciliam o bordado com os estudos e todas elas realizam trabalhos domésticos e cuidam dos familiares. As bordadeiras senhoras trabalham na agricultura. Há um forte espírito de cooperação entre elas e uma valorização do trabalho coletivo diretamente associado com o desenvolvimento comunitário. Há responsabilidades compartilhadas e outras que são distribuídas de acordo com as habilidades e interesses de cada uma, o que reflete uma união de esforços e capacidades. As funções são distribuídas nas reuniões coletivas, de acordo com o interesse de cada bordadeira. Quem tem mais habilidade de costura, atua mais com isso, quem tem facilidade no repasse das técnicas do bordado, faz oficinas, e assim por diante.

O mecanismo estabelecido para a criação de um fundo do empreendimento foi por meio do subsídio do material pelo IMV custeado através dos projetos aprovados e prêmios recebidos. Dessa forma, o IMV comprava o material e os insumos necessários para a produção. Ao final de 2014 houve uma mudança nesse funcionamento e o grupo passou a alimentar um fundo com o recurso das vendas, proporcional aos valores gastos com material. Desse modo, o IMV cobria as despesas de produção e as bordadeiras destinavam o valor do material para alimentar o fundo.

A relação do grupo e do IMV com a economia solidária é incipiente e o Ponto de Cultura tem na Teia sua principal referência. Participaram da IV Feira Mineira de Economia Solidária e Agricultura Familiar realizada na Teia 2008 e da Feira de Economia Solidária da Teia 2010. Há o reconhecimento de que essa aproximação ainda precisa ser estimulada e ocorrer de fato, o que é visto com interesse por acreditar que a economia solidária contribuirá no principal gargalo que o grupo e o Ponto de Cultura enfrentam, relacionado à comercialização e ao acesso a mercados.

Além do aumento da renda, o trabalho com bordado elevou a autoestima e causou melhorias das condições de vida das mulheres. A melhoria na condição de saúde das bordadeiras também foi identificada por meio de relatos de pessoas que saíram da depressão e, outras, do alcoolismo. A estabilidade e identidade do grupo é forte, mais da metade das mulheres está junta há, pelo menos, doze anos. As pessoas que saíram do grupo o fizeram em decorrência da mudança de domicílio para outro município ou estado.

5.3 Incubação de empreendimentos e promoção da autonomia

Como vimos no capítulo anterior, a formação de empreendimentos foi muito recorrente nos projetos apresentados ao Prêmio Economia Viva. A intenção de formalização de grupos também apareceu em grande parte dos projetos, mesmo não tendo sido alcançada em nenhum caso. Entretanto, a formação de empreendimentos foi exitosa e a pesquisa de campo permitiu conhecer alguns desses grupos que continuaram em atuação quase dois anos após o término do recurso da premiação. A pesquisa de campo buscou compreender a relação dessas iniciativas com a economia solidária e, nos casos em que foram desenvolvidas ações de incubação, buscou-se compreender os desafios dessa prática de formação de empreendimentos na promoção da autonomia dos grupos incubados. Essas questões serão trabalhadas nesta parte da pesquisa, utilizando como base as iniciativas premiadas pesquisadas no estudo de campo, como o Polo de Moda Produção Solidária Costurando Sonhos, formado pela Associação Ação Faça uma Família Sorrir-AFFAS e os núcleos produtivos formados pelo Instituto Kairós e o Bordados da Barra, formados pelo Instituto Milho Verde.

A economia solidária está muito presente no Projeto da AFFAS de formação de um empreendimento de costura apresentado ao Prêmio Economia Viva e também na trajetória de atuação da Associação. A partir de 2008, a AFFAS passou a desenvolver um conjunto diverso de ações de incentivo à organização de grupos produtivos autogestionários para participação política em espaços e fóruns cidadãos no campo da economia solidária; comercialização em feiras de economia solidária e para a realização de parcerias com instituições que partilham dos mesmos princípios. O histórico dessa atuação político-institucional tem relação direta com a iniciativa proposta ao Prêmio Economia Viva, pois insere o empreendimento de costura beneficiado pelas ações de formação previstas no Prêmio, no conjunto das iniciativas de fomento à produção solidária que já vinha sendo implementado pela Associação. Dentre essas iniciativas destacamos o projeto Rede Solidária de Empreendimentos que passou a ser apoiado pela Senaes em 2011, no mesmo período da execução do Economia Viva. A relação entre as duas iniciativas foi complementar e convergente, visto que o Projeto de Rede Solidária de Empreendimentos estava direcionado à formação em rede de cinco empreendimentos econômicos solidários. Além do Costurando Sonhos, outro empreendimento que integrou esta rede foi o Comunicart, grupo de jovens formado pelo Ponto de Cultura Ti Vi no Morro, coordenado pela AFFAS. A Rede integrou, portanto, iniciativas econômicas de diversos setores

produtivos, como costura, moda, audiovisual, fotografia, organização de eventos, culinária e garçom/churrasqueiro/barman, todos incubados pela AFFAS.

O Projeto Polo de Moda Produção Solidária Costurando Sonhos apresentado ao Prêmio Economia Viva estava voltado ao fomento do Costurando Sonhos, o que envolvia a produção, comercialização, divulgação e participação política do empreendimento nos espaços e fóruns de economia solidária. Podemos identificar que o trabalho em rede é aspecto fortemente valorizado nesse Projeto e é concebido como uma das bases do sistema produtivo, previsto de ser alcançado “articulando parcerias empreendedoras com outros grupos solidários, cooperativas de artesãos e de costura, entidades sócio-culturais, pontos de cultura, empresas privadas e setor público, buscando também, envolver a comunidade de modo participativo” (AFFAS, 2010, p. 2). É nesse ponto que os dois projetos se conectam, o do Economia Viva, voltado ao fomento deste empreendimento de confecção, e o Projeto de Redes Solidárias de Empreendimentos, fomentado pela Senaes e direcionado à articulação em rede desse grupo produtivo e dos outros quatro empreendimentos, por meio da prestação conjunta de serviços. É nesse projeto também que se relacionam o Costurando Sonhos (formado a partir do Prêmio Economia Viva) com o Comunicart (formado a partir do Ponto de Cultura).

A participação política da AFFAS nos espaços e fóruns de economia solidária da região metropolitana de Belo Horizonte é ativa desde 2009 e foi significativa para a criação do Fórum Municipal de Economia Popular Solidária, cujas reuniões eram realizadas durante o início na sede da AFFAS. Este Fórum nasceu como parte dos resultados do I Seminário Municipal de Economia Popular Solidária e Desenvolvimento Local de Sabará, realizado em 2012 pela AFFAS. Para a produção e organização do evento, a Associação contratou os serviços dos empreendimentos formados nos projetos desenvolvidos pela AFFAS, dentre eles o Costurando Sonhos, que fez as bolsas do Seminário. O Buffet Gostin de Sabará ficou responsável pela alimentação e o Sabará Drinks, pelas bebidas; a Sublime Eventos realizou a produção do Seminário e o Comunicart fez seu registro e cobertura (AFFAS, 2013).

A realização desse Seminário foi financiada pela Senaes e integrou as ações desenvolvidas pela AFFAS no Projeto Redes Solidárias de Empreendimentos. A programação do evento foi inteiramente voltada ao movimento político da economia solidária, com falas institucionais da Senaes, do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, do Conselho Estadual de Economia Popular Solidária-EPS, dentre outras; e com dois painéis temáticos, um sobre a importância do Fórum Municipal da EPS para a viabilização das políticas públicas municipais de EPS e outro sobre o que é empreendimento econômico.

Ambas atividades, da manhã e da tarde, foram precedidas de uma apresentação cultural, o que era de se esperar, devido à forte atuação da AFFAS com iniciativas artístico-culturais do município. No entanto, chama a atenção a ausência de um debate mais específico sobre produção cultural e economia solidária, uma vez que todos os empreendimentos formados pela Associação têm relação com a cultura, além da forte presença do artesanato na produção econômica do município e na composição do próprio Fórum de Economia Popular Solidária da Região Metropolitana de Belo Horizonte-FEPS/RMBH, do qual a AFFAS também participa. Como ocorre com frequência, mais uma vez, a arte e a cultura apareceram na programação do evento como atrações e não enquanto pauta do debate político.

Os cinco empreendimentos formados pela AFFAS fizeram oficinas de economia solidária, cooperativismo, formação de redes, gestão de negócios, associativismo e relações interpessoais. Entre 2009 e 2013 o Costurando Sonhos chegou a participar da Rede de Confecção que integra o Fórum Metropolitano e também participaram do Fórum Municipal de Economia Solidária, com uma frequência constante de uma vez por mês; no entanto, as costureiras entrevistadas disseram não frequentar mais esses espaços. As justificativas para a interrupção dessa atuação foram relacionadas à demanda de produção no trabalho, que é difícil interromper; ao horário de término das reuniões, que é muito tarde e fica perigoso para retornar para casa; e também ponderaram quanto ao formato dessas reuniões ser muito expositivo e cansativo. As costureiras relataram terem participado desses espaços motivadas pela expectativa de fazer parcerias e conseguir novas encomendas de peças para costurar. Por meio dessa atuação, participaram de feiras e conheceram muitas pessoas e grupos.

Algumas feiras de Economia Solidária contaram com a presença do Costurando Sonhos. Além daquelas realizadas no município de Sabará ou na região metropolitana de Belo Horizonte, destacamos a Feira Latino Americana de Economia Solidária realizada anualmente em Santa Maria/RS. Na entrevista, quando perguntadas acerca dos espaços de participação política que integram ou já integraram, o indicativo de fórum, movimento social ou rede que as costureiras afirmaram terem participado foi o Fórum Municipal e o Metropolitano de Economia Solidária. A participação do empreendimento nesses fóruns foi muito estimulada pela coordenação da AFFAS, que também integra esses espaços, mas participa enquanto instituição de fomento e assessoria e não representa o Costurando Sonhos, cuja participação ocorreu enquanto empreendimentos econômicos solidários.

O empreendimento enfrentou um desgaste nesses espaços de participação política da economia solidária que é sintomático do tema que propomos refletir aqui – sobre

incubação e autonomia dos empreendimentos. O Costurando Sonhos não é um empreendimento formalizado e, até o momento, quando tiveram necessidade de alguma personalidade jurídica, utilizaram a da AFFAS. Em um determinado momento da trajetória do empreendimento, as costureiras cogitaram obter uma inscrição de Microempreendedor Individual (MEI) para poder emitir notas fiscais, e isso gerou questionamento por parte dos integrantes dos fóruns de economia solidária dos quais elas participam. O conflito fez com que elas cogitassem sair do fórum e até hoje discordam do posicionamento do movimento de economia solidária de ser contrário à inscrição de MEIs para formalização de empreendimentos. Sobre essa orientação contrária ao MEI, vale a pena reproduzir um trecho da Carta da V Plenária Mineira de Economia Popular Solidária:

É necessário criar frentes de lutas para modificar as políticas públicas que não estejam em concordância com o que defende a EcoSol, pois muitas destas políticas contribuem com a segregação da pobreza, dificultando o engajamento coletivo do indivíduo e a atividade produtiva dos EES. Como exemplo podemos analisar o MEI (Micro Empreendedor Individual) que incentiva o trabalho individual, onde aparentemente o sujeito tem um resultado mais imediato em detrimento do processo da organização coletiva, emancipatória e autogestionária. (V PLENÁRIA MINEIRA DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA, 2012, p. 2).

As costureiras não compartilharam dessa visão, se indispuseram com o Fórum, tinham dificuldades de prestar serviços sem nota fiscal, estavam perdendo encomendas e optaram pelo MEI. Para a AFFAS que acompanha o grupo e desenvolve um trabalho de incubação do empreendimento há seis anos, a necessidade de formalização é eminente: “Elas têm que formalizar, elas têm que arrumar um contador, elas têm que abrir uma conta bancária, ter um livro caixa, elas têm que regulamentar, porque daqui a pouco elas são um grupo, elas vão ser empreendedoras, elas têm que entender isso.” (BASILEU, 2014, entrevista).

Para as oficinas do Prêmio Economia Viva, a AFFAS mobilizou um grupo de 50 mulheres, das quais havia algumas que participaram das turmas anteriores. As oficinas de capacitação realizadas anteriormente seguiram um roteiro semelhante ao proposto no projeto do Economia Viva, como podemos ver pelo relato das atividades de 2010 que consta no site do grupo⁹¹ e tem muita proximidade com as atividades do relatório enviado pela AFFAS ao MinC como prestação de contas do Prêmio Economia Viva, em dezembro de 2011. Apesar da semelhança dos conteúdos da capacitação, identificamos no projeto do Prêmio forte ênfase à constituição do empreendimento econômico solidário e a sua integração no movimento de economia solidária. As capacitações anteriores abordavam o

91 <http://costurandosonhos-sabara.blogspot.com.br/p/apresentacao.html>

tema, mas mais sob o foco de noções de cooperativismo, associativismo e economia solidária, não com ações de curto, médio e longo prazo prevendo iniciativas econômicas, políticas e pedagógicas voltadas à constituição do empreendimento. O projeto enviado ao Prêmio do MinC chegava a prever a incubação do empreendimento e até mesmo a sua desincubação (a longo prazo, sem data); visava alcançar estratégias de comercialização; projetava a manutenção de um fundo do empreendimento, a obtenção de um local estável de venda, dentre outros alcances esperados. Embora o foco da capacitação fosse na formação de um empreendimento econômico solidário, o projeto não previa sua formalização, diferentemente de vários projetos apresentados no Economia Viva, como vimos no capítulo anterior.

Após a formação do Prêmio Economia Viva, a AFFAS se dispôs a seguir pagando o aluguel do espaço onde o grupo produzia, e o Costurando Sonhos contou com o apoio de diversas instituições parceiras da Associação na doação de material para a produção, capacitação em gestão e maquinário. Várias oficinas e formações diferentes foram oferecidas e realizadas com o grupo ao longo destes mais de seis anos de história. Na entrevista com as três atuais integrantes do empreendimento, elas reforçaram que tiveram muitas capacitações, sempre com professores diferentes, o que lhes agradou muito. O Projeto Costurando Sonhos teve sempre o acompanhamento de alguma pessoa da AFFAS, muitas vezes da coordenação dos projetos voltados ao fomento do empreendimento. No início de sua realização, o projeto era coordenado por uma design de moda que criava peças diferentes com o grupo. Como havia também uma integrante que gostava de bordar, foram confeccionadas várias peças bordadas e a confecção reciclada era mais frequente. Após a saída dessa coordenadora, as costureiras ainda trabalharam com customização de peças, roupas e bolsas, e atualmente o serviço que prestam com mais frequência é a confecção de bainhas de lençóis hospitalares. Na confecção fazem bolsas, calça, blazer, saia e vestido, por encomenda.

Inicialmente com 12 pessoas, o grupo passou para 8, depois 5 e agora são 3 mulheres que compõem o Costurando Sonhos. Natalina Zeferina de Jesus Ferreira e Wanda Maria de Souza estão desde o início do empreendimento, há seis anos, mas já saíram e voltaram; Mariene Soares da Silva Narcisa integrou o grupo há três anos e não pretende sair. Quando perguntadas acerca dos motivos que levam as pessoas a saírem do empreendimento, as costureiras expuseram a necessidade de trabalho e a expectativa de obtenção de salários; muitas trabalhadoras esperavam obter uma renda maior com o empreendimento: “Nem para

pagar minhas dívidas estava me ajudando, aí eu larguei; mas depois voltei” (SOUZA, 2014, entrevista).

A renda retirada atualmente varia de acordo com o trabalho realizado, tudo que as costureiras cobram pelos serviços prestados fica para o empreendimento e é dividido igualmente entre elas; a AFFAS não cobra nenhum tipo de taxa ou porcentagem pelo apoio, acompanhamento e pela infraestrutura que disponibiliza ao grupo. Há, entretanto, alguns acordos. A AFFAS paga o aluguel do espaço de produção e as costureiras cobrem as despesas de água, luz e telefone. A AFFAS disponibiliza o automóvel para transportar as costureiras para as feiras, e elas pagam o combustível. São formas encontradas pela instituição para envolver as costureiras na gestão financeira das ações, e fazer com que aos poucos elas possam assumir essa atribuição com independência. Embora esse trabalho esteja sendo praticado pela AFFAS já faz alguns anos, a coordenação ainda enfrenta dificuldades de compreensão por parte das costureiras que tampouco se apropriaram das ferramentas de gestão do empreendimento.

Outro aspecto bastante mencionado nas entrevistas, tanto pelas costureiras, quanto pela equipe da AFFAS e diz respeito à necessidade de ressignificação da ideia de salário. No início do empreendimento havia a expectativa por parte das costureiras de receber um salário todo mês. Isso precisou ser desconstruído, o que foi feito pela AFFAS por meio de reuniões, formações, capacitações, informações e conversas para “chamá-las na responsabilidade”. A necessidade dessa desconstrução é muito presente na economia solidária e diz respeito a uma transformação cultural que as pessoas vivenciam quando se dispõem a trabalhar de forma autogestionária e ressignificar as relações de patrão-empregado.

Um exemplo revelador dos desafios da incubação e da definição dos papéis dos diferentes atores foi relatado na entrevista com a coordenação da AFFAS. Para pagar as despesas de água, luz e telefone, as costureiras dividem o valor total dessas despesas entre as três e cada uma paga individualmente sua parte, retirando do montante recebido pela produção. Isso gerou dúvidas e questionamento por parte delas que sentiram que estavam tirando seu dinheiro para pagar uma despesa do grupo. Isso ocorreu porque as costureiras não têm controle das despesas do empreendimento, a AFFAS faz o livro caixa e organiza a gestão financeira da produção e das vendas. Segundo relataram na entrevista, há todo um esforço de orientação e explicação da AFFAS para as costureiras gerirem sozinhas o negócio. Mas a dependência especialmente na dimensão financeira do empreendimento, permanece. A elevação da escolaridade das integrantes do empreendimento é um dos

desafios a ser enfrentado, que tem relação direta com a possibilidade de melhorar a gestão do empreendimento. Duas costureiras possuem ensino fundamental, uma delas incompleto; outra integrante do grupo cursou o ensino médio, mas não o finalizou.

Esses desafios apontam questões interessantes e pertinentes, que não são exclusivas desta experiência, e dizem respeito: aos desafios da incubação de empreendimentos; ao tempo de construção da autonomia dos grupos produtivos; à melhor forma de coresponsabilização dos diferentes atores envolvidos na produção e comercialização; à prática da autogestão; à definição dos papéis de cada ator – empreendimento, trabalhadoras e instituição de apoio e assessoria; e a outras questões ainda. Vemos que eventuais dúvidas que apareceram sobre essas questões na experiência aqui relatada têm relação direta com a forma de organização do trabalho e com o processo de consolidação do empreendimento, o que também apresenta interferências em seu processo produtivo. Outro exemplo relatado na entrevista com as costureiras é revelador do que queremos apontar aqui.

A divisão dos recursos igualmente entre todas as costureiras foi algo conquistado pelo grupo. Embora fosse desde sempre recomendado pela AFFAS, as costureiras no início calculavam a produção individualmente e cada trabalhadora recebia o pagamento proporcionalmente pela sua produção. Hoje a divisão dos recursos advindos das vendas é igual entre todas e isso denota um amadurecimento do sentido coletivo da gestão do empreendimento. Um fato foi determinante para essa evolução: uma das costureiras ficou hospitalizada e não pode trabalhar, as outras duas conseguiram atender a encomenda e prestar o serviço, mas consideraram justo compartilhar o pagamento com a colega hospitalizada. A partir desse fato, passaram a dividir sempre igualmente o trabalho. Isso deu margem também a pensar coletivamente a produção, passaram a dividir funções: “uma coloca a alça, outra o bolso, a outra fecha, cada uma pega o que tem mais desenvolvimento, o que sabe fazer melhor, assim fica mais rápido” (FERREIRA, 2014, entrevista).

Outras vantagens do trabalho coletivo também foram apontadas por elas: os laços de amizade e o aumento da escala da produção. Embora todas elas tenham máquinas de costura em suas casas, não têm condições de assumir grandes encomendas sozinhas. Isso reforça a motivação pelo trabalho em grupo. Mas a apropriação do empreendimento ainda é frágil, elas expressam o “desejo de ter seu próprio negócio”, o que revela não considerarem integralmente o empreendimento como seu. O processo de consolidação do grupo acompanhou a definição das responsabilidades pelo empreendimento. Inicialmente, a AFFAS era a responsável pela iniciativa, e o Costurando Sonhos era um projeto, uma ação da instituição. Os coordenadores da AFFAS (Cátia Sales e Ricardo Antunes) são sempre

mencionados nos materiais, relatos e nas entrevistas realizadas, inclusive das costureiras, como os idealizadores do Projeto, seus grandes articuladores e responsáveis. Ambos representam uma enorme referência para toda equipe envolvida no Costurando Sonhos. No entanto, desde 2013 eles estão afastados da instituição e não se dedicam mais aos projetos. Ricardo é o atual vice-prefeito do município e Cátia trabalha com ele na Prefeitura de Sabará.

A equipe coordenadora do Projeto na AFFAS reconhece o desafio de promover uma gestão autônoma do empreendimento e manifesta o desejo que superação dessa relação considerada de dependência do Costurando Sonhos em relação à Associação. A expectativa de “cortar o cordão umbilical” e “que elas caminhem com as próprias pernas” é reforçada nas falas da AFFAS e também identificadas pelas costureiras. Para alcançar esse objetivo, a Associação acredita na capacitação e também estão buscando pessoas com o perfil de gestores para compor o grupo produtivo, pois não há recursos no empreendimento para remunerar um profissional para fazer isso. Foi mencionada a retomada de parcerias, como a possibilidade de realização de uma formação em empreendedorismo pela mineradora AngloGold Ashanti que vem sendo discutida pela Associação. A dificuldade de integrar novas pessoas no empreendimento também foi mencionada pelas costureiras que identificaram dois aspectos relativos a essa dificuldade: a fragilidade do setor que não favorece a permanência dos profissionais e também não conseguem encontrar uma costureira com conhecimento de gestão de empreendimentos. Além disso, foi mencionado que o fato de haver um forte laço de confiança entre elas não facilita a abertura para novas pessoas, desconhecidas –elas demonstraram que já estão acostumadas com a forma de funcionamento das três, já se conhecem e sabem como cada uma funciona.

Após 2013, a AFFAS não realizou mais novos projetos voltados à incubação ou capacitação dos empreendimentos, seguiu apoiando-os com o aluguel do espaço, com a assessoria jurídica e financeira e na articulação de feiras e eventos nos quais os grupos participavam e prestavam serviços. O ano de 2014 não foi considerado um ano de muitos projetos para a Associação, tiveram que devolver o espaço alugado para investir na reforma de um novo espaço cedido pelo poder público. No mês de outubro de 2014 foi possível realizar duas visitas ao grupo e no primeiro encontro as costureiras estavam provisoriamente utilizando o espaço do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) General Carneiro para realizar a produção das peças. No segundo encontro, haviam recém se instalado em uma sala na sede da AFFAS, enquanto o novo espaço da Associação passava pela reforma. O uso temporário do CRAS havia sido bastante desmotivador e desgastante

para elas, pois era um local inadequado para a produção, não tinham segurança para deixar os materiais e preservar o maquinário. A mudança para o novo espaço em reforma é vista como boa por ser espaçoso e grande, mas é considerada distante da residência delas, o que as desmotiva.

A pesquisa realizada com as três costureiras integrantes do Costurando Sonhos revelou um perfil bastante homogêneo entre elas. A faixa etária de duas integrantes é de 61 anos, sendo que Mariene tem 46 anos. Nenhuma acessa a internet e a média da renda familiar mensal é de aproximadamente mil reais. Apenas Wanda está estudando e é quem está há 6 anos no empreendimento, junto com Natalina. As três afirmaram dedicar 9 horas por dia à produção, de segunda a sexta-feira e identificaram que a principal motivação para participar das atividades da AFFAS foi a capacitação profissional. Todas afirmaram que sua atividade profissional é ser costureira, o que é bastante revelador de uma identidade profissional adquirida a partir do Projeto. Antes do curso elas sabiam costurar pouco e não reconheciam essa atividade profissionalmente, apenas uma delas tinha máquina de costura em casa. As três costureiras identificaram ter uma situação de trabalho associado/cooperado com o grupo, afirmaram realizar trabalho doméstico em suas casas e duas possuem outra atividade profissional: Natalina realiza atendimento particular de costura e artesanato; Mariene realiza trabalhos de pintura. Elas residem em Sabará, mas cada um em um bairro diferente, no entorno de General Carneiro.

A família das costureiras não participa do empreendimento, há relatos de maridos que não entendem e cobram produção. Embora a complementação de renda não tenha sido a principal motivação apontada por elas para participar da iniciativa, há de fato um complemento financeiro que é considerado como um tranquilizador para pagar dívidas ou a contribuição mensal ao INSS, mas também permite fazer compras, realizar pequenas reformas em casa e investir em equipamentos de costura, como máquinas e peças. Atualmente o empreendimento não dispõe de um fundo financeiro; já constituíram um que precisou ser utilizado para a manutenção do maquinário em um período de pouco trabalho; como não voltaram a alimentá-lo, ele inexistente. Consideraram importante ter um fundo para fazer reparos e para a manutenção dos equipamentos, atualmente cada uma está pagando os consertos necessários de maquinário.

Os contatos para vendas e a articulação de parceiros foi sempre atribuição da AFFAS, até o momento em que as costureiras resolveram “procurar serviços” em um momento de pouca atividade e conseguiram um cliente que atualmente é o mais ativo e frequente. Trata-se de uma fábrica de lençóis que vende para hospitais de diversos estados e

encomenda bainha dos lençóis à Costurando Sonhos. Segundo as costureiras, já faz um ano que elas recebem encomendas semanais desse cliente; o fato de ter sido uma articulação própria delas mesmas reforça o sentido do protagonismo e da autonomia do grupo. O único aspecto a se lamentar, é que as peças são vendidas com o nome da fábrica e não da Costurando Sonhos. Os produtos que leva a marca do empreendimento são as bolsas de diferentes tipos que são feitas pelas costureiras, com menos frequência e somente sob encomenda.

É notório que as costureiras passaram a se apropriar mais do empreendimento quando foram em busca de clientes e encomendas sem a articulação da AFFAS. Nos relatos das costureiras sobre a trajetória de constituição do grupo podemos identificar duas inflexões em relação ao desenvolvimento de iniciativas autônomas, uma delas é esta referente à busca de trabalho sem intermediação da AFFAS. Outro momento que marcou a auto-organização das costureiras ocorreu quando perderam um serviço por desconhecer a técnica de fazer a curva do zíper e isso as motivou a buscar outra capacitação fora da AFFAS que atendesse essa demanda do grupo.

A rotatividade de educadores e de coordenadores da AFFAS no acompanhamento do grupo não favoreceu a continuidade e o aprimoramento da produção própria do empreendimento. A saída de algumas pessoas também interferiu na produção, um dos efeitos disso pode ser sentido na interrupção dos bordados após a saída da pessoa bordadeira. É possível identificar que a participação do grupo e da própria AFFAS no movimento de economia solidária era uma iniciativa protagonizada pela coordenadora do Projeto de formação e acompanhamento do Costurando Sonhos, Jeanne Venâncio. Liderança ativa nos fóruns de economia solidária, Jeanne foi responsável por conduzir essa pauta dentro da AFFAS e mobilizou o grupo de costureiras a participar dos fóruns. A própria criação do Fórum Municipal de Economia Solidária, protagonizada pela AFFAS, teve em Jeanne sua principal referência. Ao final de 2014 após mais de quatro anos atuando na Associação, Jeanne saiu da AFFAS, o que certamente trará impactos tanto para a organização e o acompanhamento das costureiras, quanto para a atuação da Associação nos fóruns e demais espaços de economia solidária. No que diz respeito ao envolvimento do Costurando Sonhos com a economia solidária, o impacto da saída de Jeanne não deve ser tão forte visto que o grupo já não participa mais dos fóruns de economia solidária.

Na caminhada para que o grupo alcance sua sustentabilidade há alguns passos a serem dados coletivamente, relativos à gestão do empreendimento, que podem ser alcançados com a diversificação do trabalho de assistência social característico da assessoria

prestada pela AFFAS. Dentre os desafios enfrentados nesse processo, a falta de domínio das ferramentas de gestão do empreendimento pelas próprias costureiras é um aspecto de forte impacto para o fortalecimento do grupo. A ampliação de mercados e do próprio grupo também apareceu nas entrevistas como desafio a ser alcançado. O acesso à internet e a elevação da escolaridade das costureiras pode favorecer uma maior apropriação dos instrumentos de gestão (livro caixa, por exemplo) e a informatização dessas ferramentas, o que contribuirá para que os processos sejam cada vez menos coordenados pela AFFAS e mais pelo grupo, como ambos expressaram desejar que aconteça.

Dentre os alcances proporcionados pelo Prêmio Economia Viva e demais ações de formação do Costurando Sonhos desenvolvidas pela AFFAS, é possível identificar a geração de renda, a elevação da autoestima das costureiras e a promoção da produção coletiva entre elas. As entrevistas relatam casos em que o trabalho contribuiu para algumas costureiras saírem de depressão e para o desenvolvimento da independência em relação aos maridos. No que diz respeito aos alcances dessa prática de seis anos de incubação, a coordenadora do grupo pela AFFAS aponta que:

O valor mais importante de todos eles, pra mim que tenho coordenado elas durante este tempo, é descobrir que elas se descobriram: eu posso! Eu não sou aquela mulher que estou lavando roupa em casa, deprimida, angustiada, eu sou aquela mulher que faço meus afazeres em casa e vou pra casa de costura ganhar um pouco mais, porque eu posso, eu sou ser humano, eu sou mulher, esse é o principal valor que eu vejo em cada uma delas. O valor humano delas, elas se reconhecerem que são capazes é o maior valor. (VENÂNCIO, 2014, entrevista).

Vemos que a autonomia feminina é um dos grandes alcances proporcionados por essa experiência e isso se manifesta em termos econômicos, sociais e políticos. Podemos identificar esse alcance pela complementação de renda gerada a partir do seu trabalho; pela participação política em movimentos sociais e pelo reconhecimento de seu trabalho junto a clientes e à sociedade que conhece o Costurando Sonhos e reconhece essas três costureiras como as responsáveis pelo empreendimento. A autonomia do empreendimento em relação à AFFAS ainda está sendo desenvolvida e, embora haja havido algumas inflexões nessa relação de dependência, com o aumento do protagonismo das costureiras na busca de clientes e de capacitação por conta própria, há ainda um processo a ser percorrido. A estratégia de desincubação ou pós-incubação da AFFAS não ficou clara na pesquisa, embora a Associação expresse o interesse que o empreendimento “caminhe com as próprias pernas”, o que é partilhado com as costureiras, mas ainda não há um desenho claro de como esse processo ocorrerá.

Isso toca desafios compartilhados por outras instituições também premiadas no Economia Viva, como o Instituto Kairós. Desde o surgimento do Kairós, a instituição realiza a formação de núcleos produtivos e já experimentou diversas formas de organização da relação com os trabalhadores. Inicialmente, os artesãos e produtores eram autônomos, o Kairós contribuía com o apoio de infraestrutura para a produção, comprava os produtos para posterior revenda, os trabalhadores forneciam recibo simples e também vendiam suas peças em outros locais. Com o recurso das vendas, o Kairós comprava novos produtos dos núcleos e assim mantiveram a relação ao longo dos primeiros anos da instituição, enquanto não tinham convênios nem parcerias com instituições privadas.

Por orientação jurídica e do contador da instituição, tiveram a necessidade de formalizar essa relação. Como os núcleos produtivos não tinham interesse em se formalizar, o Kairós passou a contratar essas pessoas com carteira assinada e os produtos dos núcleos eram vendidos em sua loja. Entretanto, essa relação ficou demasiadamente onerosa ao Kairós que não conseguia vender suficiente para manter as contratações. Além disso, essa relação deixou de ser interessante para o Kairós por não promover a autonomia dos núcleos. Nesse período, passaram a escrever projetos e participar de editais, o que por um lado dinamizou a fonte de recursos da instituição, mas também trouxe novas exigências dos órgãos públicos convenientes e das empresas privadas financiadoras. Sobre essas exigências e o impacto no processo de fomento à autonomia comunitária, a coordenadora do Kairós expõe uma leitura a partir da experiência vivida:

Na verdade, existe a política pública, quando ela quer construir parâmetros ou diretrizes de atuação para as comunidades ou para os municípios, na linha da cultura popular, sai alguns tiros pela culatra. Porque? Essa intenção vem paramentada de uma série de instrumentos formais que estão muito distanciados da realidade daqueles grupos e do tempo daqueles grupos. Então às vezes vem uma necessidade legal daquilo estar dentro de um conceito de legalidade trabalhista, porque nós estamos falando de trabalho e quando falamos de trabalho, estamos falando de CLT, porque TUDO fora disso é ilegal para o Ministério do Trabalho. Então hoje eu percebo, assim, a maneira como essa questão trabalhista é encarada, percebida e a maneira como é construído o valor sobre o trabalho pelo Ministério do Trabalho, ela vai tolher uma série de iniciativas criativas e produtivas nas regiões, porque ela é dura, ela entende que a pessoa feliz, respaldada é a pessoa que tem carteira assinada e ponto. Todo o resto está precarizando o serviço, não está pagando imposto, não está gerando as devidas contribuições, não está dentro do sistema formal, então temos que combater esses modelos. Então o que as organizações encontram quando vão fomentar esses grupos? Uma lei trabalhista super rígida e a organização não pode contratar essas pessoas com carteira assinada, até porque seria incoerente com a própria proposta de fomentar a autonomia e a produtividade. E isso foi o que nos desanimou para

trabalhar na perspectiva dos núcleos produtivos. (BIANCHINI, 2014, entrevista).

O trabalho técnico e de mediação do Kairós com os núcleos produtivos ao longo dos doze anos de existência do Instituto revelou a importância dos grupos terem um objetivo comum e uma intencionalidade coletiva para se desenvolver e para que o próprio Kairós pudesse contribuir na promoção e no incentivo da produção e da organização coletiva do trabalho. Os aprendizados também ocorreram no sentido do Instituto perceber que essa é uma relação dialética, onde é imprescindível ter o papel da instituição formadora bem definido, ter clareza do que se busca alcançar nessa ação formadora, possuir instrumentos para medir impactos, corrigir rumos, compreender, sistematizar e avaliar o percurso. Ou seja, a formação dos núcleos também corresponde a um processo auto-formativo da instituição formadora. A autonomia e a corresponsabilidade dos produtores tem estreita relação com a identificação de um projeto coletivo de produção ou prestação de serviço e da definição dos papéis de cada pessoa e instituição nesse processo. Com base nessa compreensão, o Kairós apostou em uma nova metodologia de trabalho por meio da criação da incubadora social.

No Programa AGIR⁹², da Fundação VALE, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Fundação Getúlio Vargas-ITCP-FGV⁹³ está co-incubando o Instituto Kairós e esta se tornará uma incubadora social. Esse projeto está em andamento e contempla a realização de um diagnóstico para identificar 100 potenciais empreendedores na comunidade, dos quais foram selecionados 38 para uma capacitação de elaboração de plano de negócios. A partir da capacitação e dos planos de negócios elaborados, um conjunto de avaliadores externos selecionará 8 projetos que serão incubados e receberão um recurso semente da VALE para iniciar o negócio. Como o Kairós está no mesmo território do conjunto desses empreendedores, sente o compromisso de dar suporte e assessoria para os demais 30 empreendedores que não forem selecionados. A incubadora social recém-criada atenderá, portanto, a demanda de formação desses empreendimentos e de outros que forem diagnosticados, conforme novos projetos e financiamentos o Instituto Kairós conseguir. A intenção é que a incubadora social estruture e organize o trabalho de formação dos empreendimentos dos territórios de atuação da instituição, definindo diferentes modalidades de apoio e deixando clara a proposta de cada uma e o papel de cada instituição envolvida.

92 <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/vale-investe-no-desenvolvimento-de-empresendedores-locais.aspx>; <http://www.fundacaovale.org/Paginas/News-Conhe%C3%A7a-AGIR-EFC-da-FV.aspx>

93 <http://merco-sol.blogspot.com/2009/10/sobre-itcp-fgv.html>

Para tanto, a incubadora está dividida em várias instâncias de atuação: a rede produtiva local (plataforma virtual que abarca qualquer pessoa ou grupo que tenha um empreendimento); a pré-incubação (voltado aos grupos e empreendedores que aguardam um “padrinho” para financiar o início de seu negócio e enquanto isso serão convidados às capacitações e feiras, sem tutoria); negócios incubados (inicialmente os oito projetos selecionados e depois os demais que o Kairós conseguir recursos para incubar e identificar estarem aptos para incubação); negócios acelerados (para empreendimentos bem desenvolvidos que tenham demandas específicas de aprimoramento); grupos formativos residentes (voltado aos grupos que não são de incubação, estão em um processo anterior e são residentes no Kairós, ou seja, produzem nos espaços da instituição, que também disponibiliza a matéria-prima e compra o produto para posterior revenda em sua loja).

Foi justamente o desafio de desenvolver uma metodologia para que os núcleos produtivos identificassem alternativas fora do Kairós e alcançassem sua autonomia produtiva e organizacional que motivou a instituição a criar a incubadora. O equilíbrio entre formação/incubação e independência dos empreendimentos é um objetivo a ser alcançado com essa iniciativa. O Kairós tem uma outra modalidade de relacionamento com outros grupos produtivos, responsáveis pelo que é nomeado de Produtos Kairós. São pessoas contratadas para desenvolver um produto institucional, onde quem escolhe a cor, o tecido, o design e o acabamento é o próprio Kairós. Trata-se de outra metodologia de trabalho e concepção, conforme define a coordenadora do Kairós: “o que é da loja é um trabalho de empregabilidade e não de autogestão, de protagonismo produtivo” (BIANCHINI, 2014, entrevista). Além de produzirem peças institucionais, esses funcionários são monitores e dão aulas para outros grupos e empreendimentos pelo Instituto.

Como vimos no capítulo anterior, o Prêmio Economia Viva no Kairós foi voltado à formação dos núcleos produtivos e antecedeu a criação da incubadora. Sua realização aportou importantes contribuições e aprendizados ao processo de formação de empreendimentos que resultaram na própria criação da incubadora. É possível identificar isso a partir da permanência do vínculo das pessoas e grupos que integravam os núcleos produtivos e atualmente continuam envolvidas nas atividades do Kairós. Essa continuidade ocorre por meio da integração dos grupos em alguma modalidade da incubadora, ou por meio de contratação para prestação de serviços ou ainda pela participação de iniciativas próprias dos grupos apoiadas pelo Kairós, como a feira dos produtores. Além disso, a experiência do Prêmio permitiu o investimento em infraestrutura para o desenvolvimento de atividades do

próprio Kairós e a superação de algumas dificuldades como as mencionadas anteriormente, relativas à rigidez das exigências dos convênios.

5.4 Premiação e sustentabilidade: alcances e desafios

As experiências do Kairós e do Instituto Milho Verde reúnem algumas semelhanças ao olharmos sua relação com o Cultura Viva e sob o prisma do desenvolvimento local. Ambos são pontos de cultura do início do programa, cujas instituições surgiram no início dos anos 2000 e se potencializaram com o Cultura Viva. São pontos de cultura que acompanharam a trajetória do programa desde o início e receberam vários prêmios, além de terem uma forte atuação comunitária. Há também diversas diferenças entre as organizações e os projetos apresentados ao Prêmio Economia Viva. Mas chama a atenção a importância que os prêmios tiveram para essas instituições manterem seus projetos e ações culturais. Um depoimento da coordenadora do Kairós expressa essa importância:

Os prêmios foram pro Kairós uma válvula de escape? Uma saída para as nossas dificuldades? De uma certa forma, sim. Eles resolviam coisas pra nós impossíveis de você resolver dentro de um convênio. O convênio não permite obra, de jeito nenhum, mas você precisa, sei lá, fazer um puxadinho pra tal situação ficar mais acolhida. Às vezes você tem todo o recurso de um convênio, e não tem condição daquilo acontecer por causa de um puxadinho. Os prêmios, por ele ter essa liberdade de premiar algo que você já fez, é fantástico e é uma das coisas que eu fico muito chateada de ter acabado. Pra nós, os prêmios foram uma das coisas que mais alavancou o Kairós, embora não tenham sido recursos altos, mas possibilitou coisas impossíveis para nós por outros caminhos. (BIANCHINI, 2014, entrevista).

Este relato revela também o que tratamos no início do capítulo, relativo à importância de obtenção de diferentes formas de financiamento e recursos para promover a sustentabilidade das instituições de fomento e assessoria. Entretanto, os desafios de recursos públicos chegarem às comunidades territoriais de forma capilarizada e desburocratizada segue premente. O Kairós concebeu a incubadora social como forma de fomentar iniciativas empreendedoras nas comunidades onde atua. A União Popular de Mulheres, por sua vez, criou o Banco Comunitário e a linha de crédito para financiar iniciativas e fomentar sua articulação em redes territoriais. Esses exercícios de democratização da promoção de iniciativas econômicas na área cultural buscam superar a dificuldade de acesso a recursos públicos:

A gente sempre observou essa questão econômica no que diz respeito ao fomento. Porque a gente tem uma história muito maluca com esses editais aí, porque o governo fala que o edital é a forma mais democrática que tem,

mas se você não instrumentaliza a quebrada, se você não dá instrumentos pra quebrada escrever o edital, quem ganha são as mesmas pessoas que estão instrumentalizadas há quinhentos anos, né? A gente fica de fora ainda de vários editais. Tudo isso vai formando uma vulnerabilidade na questão do fomento. E quando a gente cria o banco comunitário, a primeira coisa que a gente pensa é fazer um empréstimo para a cultura, a primeira coisa, foi unânime entre as pessoas naquela época no Banco. (VINÍCIUS, 2014, entrevista).

A necessidade de criar mecanismos de fomento e assessoria mais continuados, democráticos e capilarizados também reforça a importância do trabalho de mediação dos pontos de cultura e de diversas instituições da sociedade civil que atuam na formação de grupos e empreendimentos.

O caso do IMV foi bastante exitoso nesse sentido. Conheceremos agora essa história. Nos anos de 2010 e 2011, o trabalho do MV com o Bordados da Barra foi selecionado em três premiações do Ministério da Cultura: os prêmios Pontos de Valor, o Economia Viva e Prêmio de Economia Criativa. Os dois primeiros ocorreram no âmbito do programa Cultura Viva e foram concedidos pela Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural, e o terceiro prêmio foi da Secretaria de Economia Criativa. Além dessas premiações, tiveram a aprovação junto ao Fundo Estadual de Cultura do Projeto Bordados da Barra: criar, produzir e sustentar. Os diversos financiamentos contribuíram para manter as ações de fomento e assessoria praticadas pelo Instituto, como apoio logístico ao grupo em casos de participações em feiras; elaboração de projetos; suporte com a informatização das ferramentas de gestão e vendas; articulação de parcerias; formação; compra de insumos e venda dos produtos.

O IMV também considera esse trabalho realizado com o Bordados da Barra como sendo de incubação (IMV, 2010). Apesar da consolidação do grupo, da capacitação técnica e da definição do produto construída ao longo desses treze anos de relação, ainda restam desafios para serem superados no sentido da autonomia do grupo de bordadeiras, como expressa o depoimento do coordenador do IMV:

O Bordados da Barra ainda está sendo incubado, a evolução é muito grande, mas elas ainda não têm condições de pegar um projeto, escrever um projeto, não tem acesso à internet. Elas não têm como ir a BH comprar material que é mais barato e de melhor qualidade para aproveitar melhor o dinheiro. Elas têm uma dependência do Instituto que eu considero que o projeto delas ainda está incubado, apesar de terem avançado muito e já terem uma coordenação, mas a gente que tem que estar dando esse suporte. O ideal é que a gente leve a internet lá para Barra da Cega e elas possam acessar, ver um pedido, responder, tentar comprar os materiais, fazer todo esse processo. Mas elas não são remuneradas para isso, são 2, 3 coordenadoras que estão à frente disso, mas elas não recebem por isso, elas têm que dedicar o tempo delas

para bordarem, prestar contas, para cortar material para algumas que não conseguem, fazer o controle de qualidade, para ir em feira também é uma dificuldade. Maridos, filhos sempre são dificuldades para elas irem. (LEITE, entrevista, 2014).

Entretanto, há a avaliação de que a sustentabilidade econômica do Bordados da Barra está mais próxima de ser alcançada devido à geração de renda a partir da produção artesanal. Bruno Emiliano do IMV reflete sobre isso:

A gente vive esse dilema da sustentabilidade, apesar das ações do ponto terem se estendido por muito tempo depois do convênio e estão aí até hoje, mas a nossa realidade foi qual: ganhar prêmios, que na época a secretaria bombou de prêmios, era prêmio aqui, prêmio ali e a gente deu sorte de ganhar muitos, mas beleza, e aí? Hoje a gente não tem prêmio mais, acabou, como sustentar essas ações? A gente vive esse dilema também, não temos um modelo de sustentabilidade, talvez a Barra da Cega está caminhando para um modelo mais sustentável, está conseguindo chegar nessa sustentabilidade, mas ainda a gente tem que ficar correndo atrás de edital. (ARAÚJO, 2014, entrevista).

O fato do ponto de cultura não ter diretamente um foco produtivo, nem ser concebido enquanto um empreendimento, e nem mesmo gerar renda, o torna dependente de financiamentos externos, de projetos e editais. Nesse aspecto, o IMV conseguiu articular diversas parcerias e alcançar vários prêmios que mantiveram a instituição ativa. Além de premiações voltadas ao Bordados da Barra, o IMV recebeu outros prêmios para outras iniciativas e projetos que realiza. No âmbito do Cultura Viva, em 2008, o Ponto de Cultura foi contemplado em dois prêmios, o Mídia Livre e o Prêmio Asas; recebeu o recurso no ano seguinte, quando também ficou classificado em primeiro lugar no Prêmio Estórias de Ponto. Em 2010, além das premiações ao Bordados da Barra, o IMV foi selecionado nos Prêmios Cultura e Saúde e Pontinhos de Cultura. Esse fomento continuado ao ponto de cultura teve grande contribuição para a manutenção de suas atividades e consolidação de outros grupos em diferentes espaços de criação fomentados pelo instituto, como o de audiovisual, criação literária, proteção ambiental, entre outros. Entretanto, o modelo apresenta limitações, e a recorrente busca por editais também gera uma insegurança institucional e financeira, como vimos.

Não deixa de ser curioso que a instituição incubadora se sinta menos sustentável financeiramente do que o empreendimento que incuba, mas isso é sintomático das relações que se estabelecem entre essas organizações e destas com o poder público. A dificuldade do fomento público chegar até essas comunidades rurais é evidente, o que reforça o papel do

ponto de cultura atuar como agente mediador, fomentador e assessor de organizações comunitárias. Isso, por sua vez, também exige um fomento público específico e continuado que promova a autonomia dessas instituições e não gere dependências do financiamento público via editais. Os prêmios se mostraram uma alternativa bem adequada para isso pelas vantagens de seu formato desburocratizado, mas sua descontinuidade reforçou a fragilidade desse instrumento. O problema estrutural da insegurança institucional e jurídica das organizações da sociedade civil que atuam com grupos comunitários e informais segue premente. Outro relato expressa essa limitação:

O prêmio é bacana, mas ele é pontual, ele tem uma dimensão importante de chegar em um momento e salvar, mas ele não dá sustentabilidade, e ele não tem dimensão para gerar sustentabilidade em um projeto como este, de economia viva, de geração de renda, porque é processo de longo prazo, então não tem instrumento capaz de responder a isso, nem um convênio, nem um edital. (BIANCHINI, 2014, entrevista).

Como o Prêmio Economia Viva foi dos últimos prêmios do Cultura Viva até 2014, nenhuma instituição premiada acessou posteriormente qualquer outro prêmio ou ação pública de fomento por parte do MinC. Apareceu de forma espontânea nas entrevistas um pesar pela descontinuidade dessas ações e também pela perda da própria essência do programa, como podemos ver em alguns depoimentos que seguem:

As ações do Cultura Viva são imprescindíveis. Eu fico muito triste por hoje eu ver que não está funcionando da mesma forma, porque foi uma coisa que ajudou muita gente, os encontros, de você conhecer um artesão lá do sul com outro lá do norte, gente, a gente se conheceu, foi uma forma da gente se ver, foi a forma do Brasil verdadeiramente se identificar, saber que todo esse horizonte, que todas essas coisas existem, que somos nós que fazemos com nossas mãos no nosso dia-a-dia. Então é muito importante, muito interessante, a gente trabalhou muito pra fazer tudo certinho, pra prestar contas, pra que isso não acabasse, mas.... Infelizmente não depende de nós. (NEVES, 2014, entrevista)

O programa Cultura Viva ele não existe, ele existiu. (...) Hoje é um programa que não está vivo mais, não tem aquela efervescência que teve. Não existe rede sem apoio metodológico, ou de visibilidade, ou de premiação, tem algo que tem que ligar essa rede, esse trem solto, não é uma rede. (BIANCHINI, 2014, entrevista).

As teias são muito importantes porque a gente se situa em que pé que está o programa Cultura Viva em âmbito nacional. Porque esta última teia para mim foi isso assim, infelizmente, a gente está vivendo uma decadência do programa, fortíssima. O programa tem um conceito maravilhoso, muita gente sonha, eu pelo menos partilho disso, o Cultura Viva foi um sonho que apareceu, concretizando mesmo cheio de trancos e barrancos, mas que hoje vive uma decadência, mas enfim, a esperança de que o programa

continue é muito notória e a força política adquirida com essa formação de rede é muito forte. A gente tem um papel fundamental de tentar fazer o máximo possível para a sobrevivência desse programa porque ele é um sonho, não tem como não avaliar positivamente o programa, o tanto de benefício que foi gerado, é muita coisa, desescondeu realmente o Brasil. (LEITE, 2014, entrevista).

A saudade do ineditismo, da ousadia e da vivacidade do programa esteve presente em todas as entrevistas com os pontos de cultura mais antigos. Quando perguntados se a experiência estadual ou municipal da gestão descentralizada do programa não compensaria a sua descontinuidade em âmbito nacional, não houve nenhuma resposta favorável ao processo de descentralização do Cultura Viva. A expectativa de que os órgãos públicos municipais e estaduais contribuiriam mais para a articulação em rede dos pontos de cultura, devido a sua maior proximidade com as instituições e os territórios, não se confirmou. O que foi recorrente nas falas é que esse processo não funcionou em termos da manutenção do Cultura Viva efetivamente vivo enquanto política pública. E isso está vinculado à dimensão de rede nacional que o Cultura Viva estimula por meio das Teias, do intercâmbio e da troca temática e setorial, da existência de espaços de encontro, celebração, formação e discussão política que integra pontos de cultura de diferentes áreas e territórios.

O objetivo geral do projeto apresentado pelo IMV ao Prêmio Economia Viva era muito ousado e abrangente; é possível desconfiar que ele representa o anseio de todos os pontos de cultura que trabalham na formação de empreendimentos. O objetivo era “possibilitar a total sustentabilidade do grupo Bordados da Barra, aumentando a infraestrutura, produção e geração de renda” (IMV, 2010, p. 3). Foi possível ver na visita a campo que o aumento da infraestrutura ocorreu, bem como o aumento da produção e a geração de renda. Outros alcances também foram promovidos a partir do Prêmio, como vimos no capítulo anterior. Certamente esses aspectos favoreceram a sustentabilidade do grupo, mas para alcançar sua total sustentabilidade, ainda seria necessário aprimorar alguns procedimentos, especialmente relacionados à venda e aquisição de matéria-prima – fragilidades identificadas pelas próprias bordadeiras e que possuem relação direta com a sustentabilidade plena do grupo. As dificuldades de comercialização e de infraestrutura são recorrentes entre todos os premiados do Economia Viva.

A pesquisa de campo permitiu ver que o objetivo da geração de renda foi alcançado nas iniciativas premiadas, embora não da forma e no volume previsto nos projetos apresentados ao Prêmio Economia Viva. As projeções de sustentabilidade financeira foram muito além do que o efetivamente se alcançou, mas o fato dos empreendimentos continuarem

ativos após o término do recurso do Prêmio é um importante indicador de sustentabilidade, e tem relação com o que foi mencionado aqui, de ações continuadas e mais a longo prazo. Para sua permanência, foi preciso a obtenção de novas fontes de recursos e capacitações; o aprimoramento metodológico também se mostrou fundamental. A geração de renda toca o desafio das instituições promoverem iniciativas de desenvolvimento comunitário e promoção da autonomia.

Como vimos, tanto o Kairós quanto a UPM tiveram relação com incubadoras de economia solidária, o que é bastante expressivo. Embora a motivação para a criação da incubadora social, pelo Kairós, e da Agência Solano Trindade, pela UPM, sigam algumas motivações comuns, o caminho escolhido para fomentar empreendimentos e iniciativas da comunidade, sua articulação em rede e a sustentabilidade de sua prática econômica são diferentes. A incubadora social segue um formato muito próximo das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares e a Agência foi pensada com um caráter político-pedagógico diferente, ela tem um formato de rede, onde os grupos e coletivos mobilizados definem e constroem conjuntamente o caminho para o seu fomento. “A gente sempre achou que esse termo incubação era um termo muito autoritário que não tinha nada a ver com educação popular” (MESQUITA, 2014). Essa avaliação remete à experiência que a UPM teve com a ITCP-USP que, embora siga ativa até o momento, foi coberta de divergências ao longo de seu processo:

A relação que as incubadoras têm nessa relação de incubado, é muito do tipo nós temos o conhecimento e você fica quieto e recebe o conhecimento, porque é assim que o seu negócio vai dar certo. E a nossa relação não é essa, nossa relação tem que ter uma produção coletiva, até porque nós não queremos estar nesse papel de saber mais, entendeu? Porque se a gente se colocar nesse papel, a galera gosta, os coletivos gostam que você vai fazer por ele. (MESQUITA, 2014, entrevista).

Para atender essa preocupação, o Kairós criou as diferentes modalidades de incubação e prevê tratamentos específicos e diferenciados de acordo com os momentos dos grupos e as necessidades dos empreendimentos. Mas um aspecto é recorrente e partilhado como necessário, a superação de uma postura paternalista e protetora. Podemos fazer uma analogia entre essa crítica às metodologias de fomento e assessoria com os instrumentos públicos de editais e premiações. Assim como o Cultura Viva se propõe a ser uma política pública de baixo para cima, que respeite e promova a autonomia e o protagonismo dos pontos de cultura, estes também têm o desafio de atuar de forma dialógica e ascendente em suas iniciativas de mediação, fomento e formação. O que a experiência do Prêmio Economia

Viva nos revela é que além de ser “de baixo pra cima”, essas práticas tanto públicas quanto da sociedade civil, devem ser “de dentro pra fora” se quiserem promover a autonomia e a sustentabilidade de grupos, empreendimentos e ações culturais.

5.5 Economia solidária e cultura: valores e práticas

Assim como vimos no caso das costureiras de Sabará/MG, do empreendimento Costurando Sonhos, a relação que elas estabeleceram com a economia solidária foi de identificação, mas de controvérsia. A economia solidária se apresentou para elas como um campo de novas oportunidades de trabalho, de formação política, articulação em rede e participação em feiras. Entretanto, os preceitos do movimento da economia solidária nem sempre corresponderam às necessidades e expectativas do empreendimento, como foi o caso ocorrido com a inscrição do MEI. O Instituto Kairós também teve um relato que se aproxima desse, de identificação com a economia solidária, como é possível ver no projeto apresentado ao Prêmio Economia Viva e outras narrativas de instituição, mas com discordância de algumas formalidades do campo:

(...) todos esses nomes que têm todo um conceito atrás dele incomoda o Kairós, mas a gente precisa usar os nomes porque a gente precisa também nomear o que a gente está fazendo, colocar o que a gente está fazendo dentro de algum lugar. Mas a economia solidária tem um monte de coisas que a gente não concorda, que a gente não valida, que a gente não aceita, e a gente acaba usando o nome economia solidária, então às vezes as pessoas acham que o Kairós está muito dentro da economia solidária. Aí eu vou falar assim pra você: – Talvez a gente esteja, dentro do que *a gente* acredita que é economia solidária. Mas como a economia solidária hoje tem todo um aparato de conceitos, o que é, o que não é, já tem todo um caderninho, a gente já não acha que a gente faz economia solidária, a gente quer dar outro nome para não prender a gente numa coisa que a gente vai ser obrigado a fazer porque já tem o caderninho, entendeu? Então a gente não quer mais fazer isso; aí se você fala: ah, vocês fazem economia solidária? Não, a gente faz economia criativa, por enquanto está bom. Porque economia criativa ainda não tem um caderninho, embora tenha uma política, tem todo um discurso, mas é uma coisa aberta, cabe tudo, ainda não tem essa coisa de isso é e isso não é, e o dia que a economia criativa começar a falar que isso não é economia criativa aí a gente não vai mais fazer. Então o que a gente faz é promover o máximo de trocas solidárias, de reconhecimento da produção do outro: fazemos feiras, fazemos as pessoas se encontrarem. Os nossos eventos são muito afetivos, eu acho que isso puxa pra economia solidária, porque é muito popular, muito afetivo, tem uma coisa da oficina misturada com show de talentos, que é mistura com a feira que é misturado com o espaço do cinema, que é misturado com o Café do Bacana, então é um trem meio cabe todo mundo, aquele murmurinho, e as nossas festas são esse caldeirão de coisas misturadas e

isso tem cara de economia solidária, e aí eu te falo, talvez a gente faça isso, mas se for pra seguir a cartilha, aí a gente não faz. (BANCHINI, 2014, entrevista).

As limitações da “cartilha” que o depoimento se refere são os fóruns e todas as exigências de institucionalidade que o movimento da economia solidária reúne. O Kairós tem a presença da economia solidária em seu discurso e prática, mas não atua politicamente no movimento e quer manter essa liberdade, por ser uma postura não apenas com a economia solidária, mas com outros movimentos sociais e com as práticas de representação política que a Instituição não pratica. Veremos a seguir como essa relação entre a economia solidária e a cultura aparece em outras iniciativas e instituições premiadas.

A economia solidária está prevista na concepção e origem do Espaço ESCAMBO, bem como nas ações dos pontões proponentes do Projeto, na sua execução e nas parcerias estabelecidas. Essa presença toca diretamente a relação entre o desenvolvimento do software livre e a economia solidária. Cabe recordar que, no que diz respeito à atuação das instituições proponentes, um dos pontões, o de sustentabilidade, foi selecionado pelo MinC para articular e formar feiras e clube de trocas. O Pontão iTEIA, voltado à cultura digital e ao fomento da cultura livre, trabalha com a visibilização e articulação em rede da produção dos pontos de cultura. O Projeto foi previsto para fomentar um mercado de trocas solidárias por meio de uma plataforma digital visando atender demandas geradas a partir das iniciativas econômicas, das ações culturais e do processo formativo realizado nesses projetos.

No que diz respeito ao desenvolvimento tecnológico do ESCAMBO e sua relação com economia solidária, encontramos uma conexão desde a escolha do software, até o seu desenvolvimento, passando pelos parceiros que o fizeram. Originalmente pensado para ser implementado em Wordpress⁹⁴, o Espaço ESCAMBO foi desenvolvido em Noosfero, e essa mudança deveu-se à intenção de integrar o Espaço digital às iniciativas já existentes de economia solidária, como a plataforma Cirandas.net⁹⁵. O Cirandas é uma plataforma digital de comunicação, articulação, divulgação e comercialização de produtos e serviços de empreendimentos econômicos solidários ligados ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). A ferramenta de inteligência econômica disponível no Noosfero, a partir do Cirandas, foi aspecto decisivo na escolha desse Software Livre a ser trabalhado. A inteligência econômica faz com que as trocas operem com maior facilidade. Além da vitrine de produtos e serviços, a ferramenta permite buscas em lista ou mapa e o farejador

94 <https://br.wordpress.com/>

95 <http://cirandas.net/>

identifica as ofertas mais próximas e os parceiros dentro do mesmo território que podem atender alguma de suas demandas cadastradas no sistema. O histórico de avaliações das trocas realizadas por cada usuário também são públicas no ESCAMBO, o que contribui para gerar confiança entre os usuários e destes com a própria plataforma.

Outra ferramenta de inteligência econômica desenvolvida pelo Cirandas e incorporada no Escambo foi a composição do preço, o que remete a um aspecto essencial da economia solidária e do comércio justo, relacionada ao preço aberto. A ética da transparência e do conhecimento livre, e o exercício da sistematização das informações relativas à composição do preço, são aspectos presentes na ferramenta. Ao cadastrar um produto na plataforma, você cadastra também os insumos necessários para sua produção e depois detalha como o preço é composto a partir desses elementos. A transparência na composição de preço contribui para favorecer a negociação entre as partes interessadas, uma vez que é possível identificar mais claramente as possibilidades de trocas ou triangulação da negociação a partir de demandas de insumos específicos ou de procedimentos que podem ser melhor atendidos por outros parceiros e empreendimentos em rede. Além disso, qualifica a relação entre os sujeitos envolvidos na troca, ao expor valores de trabalho e outros custos que normalmente são privados, pactuando de forma pública os custos dos insumos, os valores das remunerações, as porcentagens para custeio de despesas administrativas, dentre outros valores que compõem determinada oferta. Essa experiência torna-se um processo pedagógico e formativo.

A modelagem do preço aberto no ESCAMBO também ocorreu em diálogo e colaboração com o Cirandas. Os itens e categorias criados na árvore de produtos e serviços da economia solidária do Cirandas foram utilizados no ESCAMBO. Isso significa a importação de uma árvore com mais de 6 mil categorias que contemplam todos os itens do Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária – SIES de 2007 e a base de dados de qualificadores (tipos de organização, por exemplo); certificadores (órgão) e unidades de produtos (quantidades) existentes. Antes de coordenar o Pontão iTEIA e o Espaço Escambo, Pedro Jatobá foi bolsista da ação Cultura Digital e também colaborou na modelagem dessas novas funcionalidades quando as mesmas foram desenvolvidas para a Rede Cirandas. Certamente, essa atuação prévia ao Economia Viva contribuiu para sua aproximação das demandas dos pontos de cultura e dos empreendimentos solidários, bem como das ferramentas livres utilizadas pela economia solidária.

Além de adaptações de interface e funcionalidades do Noosfero, o ESCAMBO também favoreceu o desenvolvimento de novas funcionalidades do software, como o

cadastro de moedas sociais e pontos de cultura, além da funcionalidade de mediar trocas online, que em breve estará como um *plugin* do Noosfero que poderá ser instalado também na plataforma Cirandas. A integração do Escambo ao Cirandas revela uma escolha dos gestores do Projeto em priorizar plataformas vinculadas à economia solidária. Como essa conexão não existia dentro do Cultura Viva e os pontos de cultura não dispunham de canais de comunicação, divulgação e comercialização ligados à economia solidária, a integração das plataformas representou um avanço nesse sentido.

Entretanto, a falta de integração do ESCAMBO com outras plataformas do Cultura Viva, como o próprio iTEIA, e da Cultura Digital, como o CulturaDigital.br⁹⁶ não favoreceu a participação dos pontos de cultura no Espaço. Essa articulação em rede já havia sido prejudicada pelo corte de recursos do Projeto destinados às trocas entre os pontos na plataforma. A falta de fomento à continuidade do desenvolvimento do ESCAMBO inviabilizou a ampliação da rede de conexões e trocas online: hoje conta com 131 usuários inscritos, 7 ofertas anunciadas, 15 saberes e 4 interesses cadastrados, além de 7 moedas sociais disponíveis.

Após a premiação, o Espaço Escambo não recebeu mais recursos públicos e sua manutenção ocorreu por conta da Cooperativa Eita que o adotou como um de seus projetos estratégicos, para o qual destina recursos de seu fundo até hoje. Após o término do recurso do Economia Viva, em 2013, a frente Noosfero da Cooperativa Eita ainda fez atualizações no sistema, corrigiu *bugs* e ofereceu voluntariamente (desenvolvido no período de férias) uma nova funcionalidade para os usuários do Escambo, que foi a integração de *logins* com o Cirandas. A criação de um *login* único entre as duas plataformas faz com que os cadastros sejam comuns, o que além de dinamizar o acesso de uma plataforma para outra, favorece a conexão entre elas e segue uma estratégia de criar soluções em sistemas separados, porém integrados e conectados.

Certamente, o desenvolvimento voluntário do Espaço ESCAMBO foi estimulado e se tornou possível pelo fato da plataforma ser em software livre, ter seu código aberto⁹⁷ e disponível para quem tiver interesse em contribuir voluntariamente com o seu desenvolvimento. Mas há também o interesse, a disposição e a determinação de fazer esse trabalho voluntário. Na entrevista com o coordenador do Projeto Escambo, ao consultá-lo acerca dessa motivação para atualizar e melhorar a ferramenta voluntariamente, após o término do projeto e do recurso, foi dito: “ele [desenvolvedor Bráulio] fez porque ele estava

96 www.culturadigital.br

97 O código fonte do Espaço Escambo está disponível em: <https://github.com/ESCAMBO>

afim de fazer, porque ele também aposta nessa solução, porque ele também acredita que o Escambo pode ajudar os usuários a trocar produtos e serviços” (JATOBÁ, 2015, entrevista). Isso remete a uma motivação social e política, de contribuir com iniciativas processos dos quais se acredita serem importantes, independentemente do retorno financeiro que isso possa proporcionar. Esse aspecto foi recorrente em outras entrevistas e experiências pesquisadas e remete às diversas motivações para o trabalho.

Na entrevista com Bráulio Barros de Oliveira, desenvolvedor do ESCAMBO e integrante da Cooperativa Eita, foi possível consultá-lo sobre sua motivação para trabalhar com desenvolvimento de software livre e atuar em Projetos como o do Espaço ESCAMBO. Ele estabeleceu um vínculo direto entre sua atuação profissional e sua trajetória de vida, com ênfase à espiritualidade e à construção de uma sociedade menos desigual. Sua fala revela uma motivação de transformação social e construção de um outro projeto de sociedade:

Eu, como desenvolvedor, desde menino viciado em computador, visualizei o que eu poderia fazer, de contribuir para o mundo que a gente quer; vendo a importância e o potencial transformador do mundo da informação, de ver que o sistema capitalista funciona mesmo só com software, com mecanismos e sistemas; e ver que a gente pode também criar sistemas em outra lógica, da cooperação e não da competição, vinculando cada vez mais pessoas e evitando pessoas que se aproveitam dessa lógica para ter um lucro enorme; é subverter a lógica capitalista, existe um forte sentimento anticapitalista no que eu faço. (OLIVEIRA, 2015, entrevista).

Aqui é fundamental tecermos uma relação direta entre esse tipo de atuação e as quatro liberdades essenciais do software livre⁹⁸: a liberdade de executar o programa, para qualquer propósito, o que envolve a liberdade de uso da versão modificada no lugar da original; a liberdade de estudar o seu funcionamento e adaptá-los às suas necessidades; a liberdade de redistribuição das cópias e a liberdade de distribuir cópias das versões modificadas, o que inclui a liberdade de publicar as versões modificadas como software livre. Para alcançar essas liberdades, o acesso livre ao código-fonte do programa é um requisito. Se queremos pensar em autonomia e sustentabilidade de iniciativas coletivas na sociedade em rede, essas liberdades são balizas fundamentais do trabalho cultural que não servem apenas para identificar se os softwares são livres, mas se toda e qualquer produção de conhecimento está disponível para ser compartilhada, reutilizada, recombina e recriada. Sabemos que o acesso livre ao conhecimento é uma fonte inesgotável de

98 <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/conceito-quatro-liberdades-b%C3%A1sicas-associadas-ao-software-livre> e <http://www.gnu.org/philosophy/free-sw.pt-br.html>

criatividade e a possibilidade de criação de obras derivadas a partir de criações já existentes constitui uma das essências criadoras do trabalho colaborativo. Entretanto, para que esse processo ocorra de forma horizontal, simétrica e respeitosa das diferenças e singularidades dos sujeitos, atores, autores e criadores, é fundamental o respeito a essas quatro liberdades fundamentais.

A busca por parcerias que partilhem dos mesmos valores e princípios também é considerada um aspecto-chave para a sustentabilidade das ações culturais e dos projetos. No caso do Espaço Escambo, o estabelecimento da parceria e a co-gestão do Projeto com a Eita foi fundamental para a manutenção da plataforma e para a continuidade do Projeto após o término do recurso do Prêmio, como expressa seu coordenador:

...você ter um parceiro que não está somente esperando um próximo projeto que você vai captar para poder fazer alguma melhoria na ferramenta, mas que acredita que essa ferramenta tem um bem social e que traz uma melhoria para todos, isso faz com que a plataforma do Escambo esteja viva até hoje. (JATOBÁ, 2015, entrevista).

A aproximação da economia solidária e do software livre pode parecer algo óbvio, afinal de contas, ambas concepções partilham de princípios comuns e o conhecimento livre talvez seja o aspecto de maior intersecção entre elas. No entanto, essa afinidade não ocorre sem conflitos ou tensões, nem diferenças e divergências. Na entrevista com Bráulio, ele trouxe uma diferenciação clara entre esses dois campos de atuação que é bastante significativa para a reflexão aqui proposta. Segundo ele, o fato do software livre ser guiado pela meritocracia o distancia da economia solidária. A lógica de corporações ainda vigora no software livre, muitos deles são desenvolvidos de forma centralizada e a portas fechadas. O conceito de mérito no software livre faz com que desenvolvedores com histórico maior e mais tempo de desenvolvimento tenham mais mérito e legitimidade para desenvolver o código, o que não significa que o trabalho tenha necessariamente maior qualidade. O risco disso é enrijecer o software, centralizar seu desenvolvimento, fazer com que ele fique muito ligado a uma organização, com menor possibilidade de expansão ao estar inserido em um processo de tomada de decisões hierárquico e assimétrico.

Há softwares livres desenvolvidos de acordo com outras dinâmicas e relações que permitem maior expansão, diversificação e crescimento, envolvendo várias pessoas com direito de mudar o código, organizações diferentes e a realização de um trabalho de desenvolvimento descentralizado e remoto, sem contato físico ou presencial. No caso do Espaço ESCAMBO, conforme revelado nas entrevistas, foi isso que a dupla de

desenvolvedores procurou fazer, trabalhar segundo uma lógica de desenvolvimento participativo, envolvendo ao máximo o usuário final ao longo do processo, com diálogos constantes e sem hierarquia na relação entre os dois desenvolvedores. Inclusive, sobre isso, as entrevistas expuseram um alcance indireto do Projeto Escambo que merece ser registrado, ainda mais se o nosso foco é compreender as interfaces, intersecções e interferências do Economia Viva na economia solidária. A contratação da Cooperativa Eita para o desenvolvimento do ESCAMBO impulsionou a consolidação da Cooperativa. Isso ocorreu por ter sido um de seus primeiros trabalhos remunerados e constituiu um dos primeiros recursos financeiros a entrar no fundo da Cooperativa. Além disso, atendeu a demanda de ampliação do seu corpo de desenvolvedores em Noosfero e permitiu investir na formação de um dos desenvolvedores, que tinha experiência com outras linguagens e pode aprender e aprimorar o seu trabalho com Noosfero com o apoio da equipe.

A relação entre software livre e o Cultura Viva, embora também pareça óbvia a partir da concepção original do programa, na prática essa relação não ocorreu de forma tão profunda e estruturante, conforme prevista na origem dessa ação pública. Cinco projetos apresentados mencionaram o uso de software livre. Na pesquisa de campo, das sete instituições pesquisadas, apenas duas trabalham com software livre, muitas afirmaram terem iniciado as ações do ponto de cultura com a instalação do linux, mas não deram seguimento e quando as máquinas foram reformatadas, houve a remoção do software livre. Ficou evidente na pesquisa que as dificuldades enfrentadas com o uso do software livre referem-se muito mais a entraves operacionais e técnicos relativos à falta de orientação e formação para o seu uso, do que falta de interesse ou de reconhecimento da importância do uso de software livre. Houve casos de iniciativas que por desejar utilizá-lo, mas enfrentar dificuldades em alguns setores e áreas institucionais, manteve-se o uso específico em algumas máquinas para finalidades específicas. A falta de acesso à internet segue sendo um problema para várias comunidades rurais, o que também impacta no uso do software livre, como revela um dos entrevistados de Milho Verde/MG:

Chegamos a implementar software livre em algumas áreas, para algumas coisas, mas outras não. A gente sempre teve dificuldade com internet. Para você ter uma ideia, no centro cultural pegamos uma internet do GSAC, mas é uma internet bem ruim, vira e mexe ficamos sem internet. A gente ficou um tempo grande sem internet no ponto de cultura, ficamos sonhando com aquela antena prometida para os pontos de cultura que não chegou, e trabalhar com software livre sem internet, não rola. A gente começou a trabalhar com software livre nas edições de vídeo e nas edições do boletim, mas esbarramos em vários problemas também e acabamos optando por não

usar em algumas coisas. O software livre ficou muito voltado para a inclusão digital, as pessoas que não sabiam mexer em computador, que era o primeiro contato, os meninos da escola que queriam mexer em programas educacionais, mexiam em software livre e agente acabou trabalhando as outras coisas com software proprietário mesmo... (ARAÚJO, 2014, entrevista).

Já vimos aqui alguns valores impressos nas ações culturais e de economia solidária presentes nas experiências do Prêmio Economia Viva que nos ofereceram aportes importantes à compreensão das interfaces entre esses dois campos. A construção de iniciativas, propostas e ações culturais a partir do que já existe na localidade e dos saberes dos grupos é algo muito recorrente. Práticas de aprender fazendo e do respeito ao espaço e limite do outro também são valores muito presentes nas experiências pesquisadas. O trabalho de mediação dos pontos de cultura e instituições da sociedade civil, para ser exitoso e promover a transformação social almejada, parte desse cuidado e o mantém vivo ao longo da execução de suas ações. O trabalho coletivo em rede, por sua vez, funciona melhor quando orientado pelo respeito à diferença e pela compreensão de que ser diferente não torna uma relação nem um projeto inviável, muito pelo contrário, é dessa pluralidade que a convivência fica mais rica, fortalecida e a possibilidade de inovação acontece.

Além de valores comuns, pudemos identificar também alguns desafios para a promoção da sustentabilidade de empreendimentos culturais partilhados por essas instituições. Vimos esse processo envolver um conjunto de elementos e aspectos diversos que passam pelo desenvolvimento metodológico dialógico ao considerar a realidade do território onde os grupos estão inseridos; ultrapassar a dimensão da assistência social atuando no sentido da própria transformação da realidade a partir de suas contradições; promover o sentimento de pertencimento, o trabalho em rede e a articulação de parcerias; incentivar a autonomia individual das pessoas envolvidas com a produção e a autonomia coletiva do empreendimento em relação à instituição incubadora.

Todos os projetos apresentados ao Economia Viva foram concebidos a partir de práticas já existentes, algumas há mais de dez anos, e que têm relação direta com o ponto de cultura. O Prêmio Economia Viva foi concebido para promover a geração de renda e estimular a produção econômica dos pontos de cultura. A partir destas experiências pesquisadas pudemos identificar que a geração de renda almejada no Economia Viva ficou abaixo do que os projetos estipularam, mas veio acompanhada de uma série de iniciativas de enorme valor social, político e cultural, como a promoção do acesso aos meios de produção

e à fruição cultural, o incentivo ao trabalho coletivo em rede, o acesso a mercados e a articulação de parcerias.

As principais necessidades enfrentadas pelos grupos produtivos referem-se à aquisição de materiais de consumo, maquinários, insumos, instalações adequadas e apoio financeiro. As principais dificuldades vivenciadas para estruturar os grupos identificadas na pesquisa referem-se à ausência de estudos de viabilidade econômica do empreendimento, falta de acesso a mercados e desconhecimento de estratégias de vendas. Também referem-se a problemas decorrentes da situação de vulnerabilidade e risco da população participante, do desconhecimento jurídico acerca da formalização de empreendimentos, do desenvolvimento metodológico adequado para promover a autonomia de grupos e empreendimentos e da falta de informações e instrumentos para realização de planos de negócios.

A articulação em rede entre pontos de cultura e outras instituições parceiras no desenvolvimento das iniciativas produtivas premiadas foi muito recorrente, mesmo sem incentivo direcionado do MinC para isso. A articulação entre os pontos de cultura premiados foi muito mais fraca do que ocorreu entre os pontos de cultura de uma mesma localidade e região, articulados na realização conjunta de ações culturais. Essa articulação movimentou uma economia não-mercantil de trocas de prestação de serviços, colaboração voluntária, empréstimos de equipamentos, dentre outras iniciativas características da economia solidária.

O envolvimento político nos fóruns e no movimento de economia solidária foi expressivo em duas organizações premiadas, da UPM e AFFAS, que inclusive tiveram representantes eleitos delegados na 3ª Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada em dezembro de 2014. Entretanto, a participação em fóruns de economia solidária e a integração dos espaços políticos desse movimento não foi algo motivador para o conjunto dos entrevistados. Muitos expressaram identificação com os princípios da economia solidária, mas saturação com algumas regras e restrições do movimento. Isso estimulou a customização de ações culturais de economia solidária de acordo com a realidade de seu contexto social, dos projetos e grupos com os quais os pontos de cultura estão envolvidos. Como tampouco existe uma forte identificação e afirmação da cultura dentro do campo da economia solidária, com atores e práticas muito definidas, essa adequação de experiências de economia solidária da cultura se tornou possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conflitos de interesse mencionados no início deste trabalho, inseridos nas contradições entre as possibilidades de desconcentração de poder e a cultura concentradora da lógica capitalista, manifestam-se de diversas formas e em todas as dimensões da vida econômica, política, social, ambiental e cultural. Pudemos aqui refletir sobre essas contradições, pelo âmbito mais amplo das transformações provocadas pelos fluxos digitais da produção simbólica na cultura de rede, e na sua relação com a criação coletiva do comum e dos valores de compartilhamento. Vimos como essas questões integram o pano de fundo de um processo de transição sistêmica, ainda maior do que uma mudança de paradigmas, referentes a transformações estruturais em curso na sociedade. A crise civilizatória que se impôs no século XXI não ocorreu apenas pela constatação de que o capitalismo esgotou suas possibilidades de expansão democrática, mas pelas inquietações geradas no processo de criação do que virá em seu lugar. E a cultura tem um papel de extrema relevância nesse contexto de disputa de projetos de sociedade.

A possibilidade de construção de igualdade, simetria e paridade na gestão de iniciativas culturais comunitárias tem relação direta com a cultura do compartilhamento. Esta alimenta lógicas da abundância, onde o poder é distribuído e a alteridade é exercitada constantemente. A coletividade ganha relevância na lógica da abundância, ao mesmo tempo em que é fortalecida por ela, pela convivência com a diferença e a partilha de vínculos e de poder. Os laços de confiança construídos a partir da gestão participativa de iniciativas comunitárias fortalece o sentimento de pertencimento e favorece a permanência das pessoas em seus territórios de identificação. Outro aspecto que também reforça os vínculos de confiança refere-se ao uso compartilhado e à gestão coletiva dos meios de produção e distribuição. O respeito aos valores culturais, ao tempo e às especificidades dos grupos e das pessoas, de sua produção e execução dos projetos culturais é um aprendizado constante para todos os envolvidos nessa convivência e partilha. Mas são práticas que fortalecem o sentido coletivo do trabalho em rede e a criação de comuns, envolvendo a diversidade e a complexidade dos sujeitos.

A partir das experiências pesquisadas, podemos identificar algumas recorrências e singularidades que oferecem importantes aprendizados, embora não permitam generalizações, o que tampouco é nossa intenção nesta análise. Queremos apontar aspectos relevantes encontrados nas iniciativas pesquisadas no que diz respeito às múltiplas dimensões de sua

sustentabilidade: econômica, política, social, ambiental, cultural e de gestão. Ao final, buscamos compreender a conexão dessas práticas com as políticas culturais voltadas à promoção da diversidade cultural e da geração de renda, como proposto no programa Cultura Viva e no Prêmio Economia Viva.

No que diz respeito ao trabalho em rede, diferentemente do que havia sido previsto no início da pesquisa, o impacto e a presença da internet e dos meios digitais de troca e circulação de bens e serviços não foram tão definidores do êxito dos projetos e iniciativas premiadas. Ao contrário do que muitos projetos previram e desejaram, a criação de uma loja virtual ou até mesmo a venda online não foi algo que se manteve em expansão; em alguns casos chegou, inclusive, a ser suspensa logo após o projeto ser selecionado. Dentre os entraves identificados para ampliar as vendas digitais encontramos a dificuldade de acesso à internet – isso ocorreu devido a um conjunto de fatores como o desconhecimento do manuseio dos equipamentos por uma população mais idosa e não habituada à conectividade. A falta de acesso à internet, como ocorre nas comunidades rurais mais distantes visitadas na pesquisa, é aspecto essencial que impede a superação dessa dificuldade e revela contextos de desigualdade e vulnerabilidade onde as iniciativas produtivas são desenvolvidas.

Mesmo o trabalho em redes digitais não tendo sido o principal aspecto dinamizador das relações comerciais ou de comunicação identificado na pesquisa, foi recorrente encontrar um forte trabalho em redes territoriais desenvolvido pelos pontos de cultura premiados. Foi possível constatar algumas recorrências nas ações em rede desenvolvidas com um envolvimento amplo de pessoas e áreas do conhecimento: a articulação de parcerias; organização de eventos comunitários; promoção do acesso à cultura; a diversidade e a intersetorialidade das ações culturais desenvolvidas pelos pontos de cultura ou fomentadas por eles; e a incidência política. O aspecto territorial revela-se chave para a promoção do trabalho em rede, ele é motivado, impulsionado e também voltado e direcionado à promoção do desenvolvimento local e comunitário. Essa é a intenção presente em todas as iniciativas pesquisadas.

Pudemos identificar que nessas experiências a cultura é central na promoção do desenvolvimento sustentável, pois é a identidade cultural, territorial e étnica que organiza a atividade econômica, produtiva e social. É a cultura que lhe confere sentido e oferece elementos de renovação, criação, inovação e transformação. Nessa perspectiva, o desenvolvimento e a identidade cultural se interpenetram, sempre relacionados ao território. Encontramos aqui a essência da concepção de etnodesenvolvimento, ao combinar desenvolvimento econômico e o reconhecimento da diversidade cultural de forma

complementar: ao mesmo tempo em que trata do desenvolvimento econômico de um grupo étnico, compreende o desenvolvimento da etnicidade de um grupo social. Ou seja, prevê que desenvolvimento econômico não pode destruir as bases étnicas de uma comunidade, assim como se concebe que o desenvolvimento da etnicidade de um grupo social precisa ocorrer de forma aliada à promoção de seu desenvolvimento econômico, para não ficar marginalizado. Poder partilhar de forma paritária e simétrica, em igualdade de oportunidades, das condições de desenvolvimento, está intimamente ligado ao respeito, à autonomia e à autodeterminação desses grupos sociais, tais como os povos indígenas, quilombolas, povos tradicionais, comunidades rurais e de periferias urbanas integrantes das ações culturais premiadas no Economia Viva.

No que diz respeito à sustentabilidade econômica dos pontos de cultura e iniciativas culturais aqui pesquisadas, foi possível verificar a combinação de componentes mercantis, não mercantis e não monetários em todas elas. Embora a motivação para essa articulação plural de formas econômicas seja muito mais identificada por eles como necessidade ou falta de alternativa, é notório que isso impacta favoravelmente o alcance de sua sustentabilidade. Apesar do acesso a mercados ser o aspecto mais frágil encontrado nessas experiências, todas elas geram renda. Dentre as dificuldades encontradas para ampliar a geração de renda, identificamos a ausência de capital de giro; a dificuldade de inserção de produtos e serviços e mercado; a pouca divulgação e a infraestrutura precária; a falta de formalização dos empreendimentos, além da falta de conhecimento técnico sobre a capacidade produtiva do grupo, estratégias de venda e controles financeiros do empreendimento. Em todas as experiências pesquisadas, no que diz respeito às atividades promovidas pelo Economia Viva, a geração de renda obtida pela comercialização de produtos e serviços é considerada complementação da renda. A instabilidade do quadro social de alguns grupos, como o Costurando Sonhos, afeta diretamente sua capacidade produtiva, de geração de renda e ampliação do acesso a mercados.

No que tange à presença de componentes não mercantis nessas experiências, pudemos verificar que, além do recurso público obtido pela premiação do Economia Viva, todas as experiências visitadas na pesquisa de campo foram subsidiadas por outros órgãos públicos, em sua maioria municipais. Chama a atenção o fato da mesma ação cultural obter recursos públicos de fontes variadas. O financiamento privado de projetos também foi verificado, especialmente nas localidades inseridas em grandes projetos de infraestrutura, como é o caso das experiências em Minas Gerais. A forte presença de mineradoras transnacionais nesses territórios faz com que seus programas de responsabilidade social empresarial tenham

interface direta com as ações culturais dos pontos de cultura, aproximando as iniciativas fomentadas pelo Economia Viva desses subsídios privados.

Outras formas de financiamento também foram encontradas de maneira recorrente na pesquisa, especialmente as doações monetárias individuais. Algumas instituições contam com esse tipo de recurso com frequência, por meio de doações de pessoas consideradas “madrinhas” ou “padrinhos” da instituição. Amigos, familiares, membros da comunidade, políticos, estrangeiros, pessoas de diferentes localidades, origens e relações com a instituição apoiam financeiramente seus projetos e ações. Há casos em que esse apoio ocorre por meio da compra de grande quantidade de produtos ou da articulação de parcerias para escoamento da produção, mas em sua maioria, são doações individuais de dinheiro para a instituição.

Doações não monetárias também são recorrentes e muito observadas nos pontos de cultura e associações pesquisadas. Doação de equipamentos, móveis, utensílios, equipamentos, computadores, dentre outros, são práticas frequentes e com importância significativa para as instituições, especialmente em alguns momentos específicos, no início de suas atividades ou em períodos de poucos projetos e baixo financiamento. O trabalho voluntário também foi uma prática não monetária muito presente e constante em todas as iniciativas. A diversidade dos tipos de trabalho voluntários também chama a atenção e varia de ações pontuais de divulgação e mobilização de pessoas, a prestação de serviços e realização de oficinas, por exemplo.

Há também um caráter político e militante, em algumas dessas ações voluntárias, que merece destaque por ser um componente não monetário de engajamento que é frequente e confere um sentido próprio ao trabalho realizado. Isso aparece não apenas em profissionais de pontos de cultura que, além do trabalho desenvolvido nas instituições, atua politicamente em outros espaços e redes. Mas também ocorre na articulação política de ações comunitárias, na articulação intersetorial e no envolvimento de ações de formação política nos projetos desenvolvidos pelos pontos de cultura. Podemos afirmar que a forte presença de todos esses mecanismos não monetários de economia identificados nas experiências do Economia Viva reforçam o sentido territorial e identitário das ações realizadas e são elementos chave na promoção da sustentabilidade dessas iniciativas.

Em relação à dimensão social da sustentabilidade dos pontos de cultura e iniciativas pesquisadas, vemos que um dos aspectos mais fortes é o grau de coesão social existente. Isso é identificado nos laços de amizade e confiança, no envolvimento familiar, no sentimento de pertencimento ao grupo e na partilha de valores e princípios comuns. Esses aspectos reforçam o compromisso das pessoas com o projeto e o compromisso do grupo entre si e com os

clientes. Há casos em que o forte vínculo chega a restringi-lo e não favorecer a integração de novas pessoas ao empreendimento. No caso do Costurando Sonhos, isso termina por prejudicar o grupo, que carece de ampliação e diversificação dos conhecimentos de gestão para aumentar a viabilidade do empreendimento, mas não há uma abertura das três costureiras que o compõem para integrar novas pessoas.

A sustentabilidade política das iniciativas pesquisadas apresenta cenários variados e é a dimensão que mais carece de apoio institucional dos pontos de cultura enquanto instituições fomentadoras de grupos e empreendimentos. É recorrente encontrar forte grau de comprometimento dos integrantes dos projetos, grupos e pontos de cultura. O comprometimento aqui tem forte conotação identitária e cultural. Foi possível verificar que as pessoas se comprometem com as iniciativas e com as demais pessoas por se identificarem com o projeto em curso, por partilharem valores e princípios, por se sentirem parte dessa construção, e também pelo seu caráter territorial, o que reforça o sentido de pertencimento estimulado por meio dessa atuação.

Isso toca o grau de democracia interna do grupo, que é outro aspecto de sua sustentabilidade política. Embora a pesquisa não tenha registrado nenhuma insatisfação dos integrantes dos grupos em relação a isso, foi possível identificar que há uma divisão clara de atribuições, papéis e responsabilidades entre os membros dos empreendimentos e dos pontos de cultura. Reuniões são frequentes tanto nos empreendimentos, quanto nos pontos de cultura, junto às equipes que participam dos projetos de gestão da iniciativa premiada. Reuniões entre os pontos de cultura e os empreendimentos são menos frequentes, mas periódicas e variam conforme o momento do empreendimento e o grau de envolvimento da instituição em sua formação. A média de tempo verificada para essas reuniões é mensal, enquanto os empreendimentos e os pontos de cultura, internamente, se reúnem semanalmente. Não houve relatos de decisões arbitrárias, ou não-dialogadas nessa relação entre pontos de cultura e empreendimentos, mesmo com a diversidade de configurações identificadas na pesquisa.

No caso dos pontos que atuam na incubação de empreendimentos, embora não tenha sido verificada nenhuma ingerência do ponto nas decisões do empreendimento, muitas vezes as circunstâncias existentes fazem com que os pontos de cultura, enquanto instituição incubadora, tenham mais informações, elementos e poder de decisão em relação a uma série de aspectos, como a venda dos produtos, a compra de materiais, a busca de clientes, a articulação de parcerias, dentre outros. Como tudo terminou sendo efetuado em prol do desenvolvimento do empreendimento e de seu bem comum, a pesquisa não notou nenhum problema causado por essa forma de funcionamento. Contudo, tanto os pontos de cultura

quanto os empreendimentos incubados coincidem tratar-se de uma fase específica e momentânea, com duração até que o empreendimento possa “andar com as suas próprias pernas”. É interessante apontar que isso representa um aprendizado institucional para todas as instituições que atuam na formação de grupos. O tempo de formação, os passos a serem dados, até onde é saudável avançar juntos, o melhor momento para que o empreendimento realize ações sozinho, etc., foram algumas das questões que apareceram nesse equilíbrio tenso de contribuir para a “realização do sonho do outro”.

Isso toca diretamente o outro âmbito da dimensão política da sustentabilidade, voltada ao nível institucional que pode ser identificado de acordo com alguns componentes: a realização de ações públicas, o nível de articulação em redes e o grau de autonomia institucional. Aqui há uma diferença enorme entre a situação encontrada nos pontos de cultura e nos grupos/empreendimentos pesquisados, o que é natural e decorrente do formato dessa relação e do momento de constituição de cada um. Para esses três indicadores, os pontos de cultura apresentaram uma reflexão e atuação política madura que os projeta em diferentes espaços públicos. O fato de três pontos de cultura pesquisados terem eleitos seus representantes, enquanto delegados da 3ª Conferência Nacional de Economia Solidária em 2014, é bastante expressivo de que essa atuação política integra cultura e outras áreas, como a economia solidária. Os empreendimentos formados pelos pontos de cultura não experimentam ainda essa condição autônoma institucional e tampouco de incidência na agenda política, de participação de eventos de programas e ações públicas. Isso ocorre somente se forem acompanhados dos integrantes dos pontos de cultura. Um exemplo foi a participação de Dona Maria (Bordados da Barra) na Conferência Temática de Economia Solidária da Cultura, em 2010, que viajou de Milho Verde a Osasco acompanhada do presidente do Instituto Milho Verde.

A autonomia institucional dos empreendimentos formados pelos pontos de cultura pesquisados é frágil e está sendo construída. O Prêmio Economia Viva fez parte dessa construção, aportando contribuições a ela, como vimos no capítulo V. Apesar das fragilidades, não foram verificadas relações de subordinação desses empreendimentos em relação ao ponto de cultura, as decisões e iniciativas são construídas coletivamente, os grupos têm uma autonomia relativa em relação às instituições que os incubam. O que configura maior fragilidade dos empreendimentos diz respeito à gestão própria do negócio, das vendas, a realização do controle de qualidade, a capacitação técnica e a gestão financeira. São nesses aspectos que os pontos de cultura e organizações da sociedade civil oferecem maiores contribuições.

Mas é fundamental destacar um elemento interessante verificado e que revela aspectos da interdependência criada nessa relação entre ponto de cultura e empreendimentos. Nos casos pesquisados, foi recorrente encontrar empreendimentos constituídos de moradores locais, membros das comunidades territoriais e integrantes da localidade. O caráter endógeno de sua produção é uma forte característica desses empreendimentos e que traz contribuições na configuração de sua sustentabilidade. Já os pontos de cultura, por mais que sejam instituições comunitárias que atuem no território há mais de uma década e já estejam muito inseridas e integradas na comunidade, são compostas por pessoas que não são nativas daquelas localidades ou que não residem nos bairros de periferia urbana onde a instituição e os empreendimentos estão localizados. Ou seja, a formação endógena dos empreendimentos é maior e mais forte do que a do ponto de cultura. Isso não se traduz em maior ou menor compromisso com o desenvolvimento local, mas no grau de autonomia individual e coletiva das pessoas e grupos envolvidos. Para os integrantes dos pontos de cultura, a possibilidade de sair daquele território e atuar em outras localidades é muito mais presente, embora nem sempre desejável, mas é bem mais possível, do que ocorre com as pessoas dos empreendimentos formados. Para os integrantes do empreendimento, poder produzir a partir das matérias-primas locais, integrar um grupo com vizinhos, vender no seu próprio bairro ou na comunidade rural de onde são provenientes e de onde suas famílias se constituíram tradicionalmente, tem outro sentido e um significado muito impactante na autonomia construída ao longo desse processo.

O contexto de vulnerabilidade social muitas vezes encontrados nessas localidades, aponta para a necessidade de uma atuação integrada nas diferentes dimensões da vida em sociedade. E a cultura tem esse poder integrador e organizador. Isso foi fortemente sentido nas ações de capacitação realizadas por meio do prêmio Economia Viva. Embora não fosse uma premiação voltada à formação, todos os projetos previram iniciativas de capacitação técnica e grande parte também trabalhou no sentido da formação de empreendimentos, o que se mostrou um desafio imenso, como já abordado exaustivamente no capítulo V. A capacitação técnica foi um dos aspectos mais afetados pelo atraso no repasse dos recursos públicos pelo Ministério da Cultura. Os esforços de mobilização tiveram que ser redobrados, e como as iniciativas premiadas, em sua maioria, correspondiam a projetos em andamento, já existentes anteriormente, a premiação viria a integrar o fluxo das demais ações previstas pelas instituições, que se viu em todos os casos afetada pelo atraso nos pagamentos.

A necessidade gerada de replanejamento e nova mobilização, bem como os esforços de comunicação não estavam previstos e são iniciativas custosas, econômica e socialmente.

Além de serem desmotivadoras, quando não deslegitimadoras da ação social da instituição, que termina por assumir a responsabilidade pública junto à comunidade pelo atraso das ações. No Prêmio Economia Viva isso não ocorreu nessa gravidade, mas os projetos precisaram ser reformulados, redimensionados e reconvocados após os mais de doze meses de espera pelo pagamento, que só se efetivou a partir de julho de 2011.

Diante da conjuntura do programa Cultura Viva à época, com editais sendo cancelados, a mudança de gestão e o redirecionamento anunciado do programa, fez crescer o contexto de insegurança junto aos pontos de cultura. Isso certamente não favoreceu um maior envolvimento dessas instituições com a proposta do Economia Viva, no sentido da articulação em rede com outras iniciativas premiadas e a continuidade das proposições do GT Economia Viva, como a realização de um encontro nacional com essa temática, por exemplo. De modo geral no contexto do Cultura Viva, o período de execução do Prêmio Economia Viva foi de desmotivação e desmobilização, houve um esfriamento no engajamento dos pontos de cultura junto às pautas da agenda pública do Cultura Viva, o que não contribuiu para uma maior articulação das iniciativas do Economia Viva entre elas (por parte dos premiados), nem com outras ações do Cultura Viva.

A falta de continuidade das ações de fomento voltados aos pontos de cultura pelo governo federal tampouco favoreceu o fortalecimento dos grupos e ações culturais formadas a partir do Economia Viva. A desarticulação da proposta de descentralização da política tampouco permitiu que essa continuidade acontecesse a partir do fomento dos estados e municípios. As experiências pesquisadas revelam que a incubação de empreendimentos leva anos e depende de fomentos continuados e de assistência técnica renovada de maneira constante. A interrupção do financiamento desmotiva os grupos e limita o alcance do aporte institucional dos pontos de cultura na formação desses empreendimentos. Nesses contextos, o desafio de manter o ponto de cultura se soma à dificuldade de manter viva a formação de empreendimentos. A manutenção de um grupo de três costureiras, por mais que seja representativo da insistência e do esforço do grupo e do ponto de cultura em manter as ações produtivas em funcionamento dois anos após o término do prêmio, também revelam o impacto residual que ações públicas pontuais chegam a ter.

Isso toca a questão relativa ao alcance dos instrumentos de fomento existentes na cultura. Vimos ao longo deste trabalho, a rigidez estrutural da legislação que rege os repasses de recursos públicos às organizações da sociedade civil, e as ações realizadas para tentar transformá-los. Essas questões seguem pendentes até hoje e não há perspectivas, na atualidade, de superação dos entraves que impedem seus avanços. Os esforços de contornar

essas limitações com premiações foram válidos até um determinado ponto e por um certo período, no qual, inclusive, situamos o Economia Viva. Mas são soluções temporárias e residuais que não configuram uma política pública. Não houve por parte do Ministério nenhum acompanhamento qualitativo dessa ação pública, apenas a conferência da prestação de contas, feita rigorosamente. Sem instrumentos de avaliação e monitoramento, tampouco foi trabalhada a articulação em rede e, muito menos, foram levadas a cabo as iniciativas previstas no desenho da ação Economia Viva, formulada em 2010.

Pudemos verificar neste trabalho o que também foi identificado em outras pesquisas (VILUTIS, 2015) sobre os desafios atuais do programa Cultura Viva. No que diz respeito aos alcances de sua consolidação enquanto uma Política Nacional, de caráter descentralizado e enquanto uma política pública de base comunitária do Sistema Nacional de Cultura, vemos que a municipalização dessa ação pública é o caminho que tem sido adotado. Entretanto, assim como ocorreu com a estadualização do Cultura Viva, esse processo chamado de federalização, não tem sido acompanhado de uma qualificação técnica e política. A descentralização dos conveniamentos e da prestação de contas não acompanha uma metodologia de acompanhamento e articulação, nem uma estratégia de difusão do conjunto das ações integrantes do Cultura Viva que poderia fomentar essa ação pública em rede.

Há uma aposta histórica, reforçada a partir de 2013, de que o Cultura Viva resolverá uma série de pendências, ausências e lacunas da política cultural brasileira, como a proposta de federalização das políticas culturais no Brasil, a realização das 53 metas do Plano Nacional de Cultura, a promoção da diversidade cultural, a geração de renda e o fomento à sustentabilidade de grupos e comunidades culturais tradicionais. Mais recentemente, em 2015, essa aposta conseguiu ser ampliada em termos normativos com a regulamentação da Lei Cultura Viva e a previsão da autodeclaração dos pontos de cultura. Além de todas essas atribuições colecionadas ao longo da trajetória recente do programa, foi conferida à Política Nacional de Cultura Viva a atribuição de gerar dados, informações e indicadores culturais em uma escala massiva, nacional e irrestrita, por meio do Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura. Nunca é excessivo lembrar que o SNIIC se propôs alcançar desafio semelhante, ou aproximado, há mais de dez anos e segue pendente.

Para alcançar as metas do PNC é preciso enfrentar desafios estruturais da política cultural brasileira, como já mencionados neste estudo, relativos à questões orçamentárias, financeiras, legais, técnicas, formativas, de pesquisa e de produção de conhecimentos. Rever algumas formulações do próprio instrumento do PNC também se faz urgente, o que talvez a consulta pública das metas do Plano, realizada no último quadrimestre de 2015, proporcione.

Entretanto, conceber que os pontos de cultura contribuirão, mesmo que indiretamente, para o alcance das metas da política cultural brasileira, sem dispor de mecanismos de fomento mais adequados à realidade institucional, cultural e social dessas organizações é mais do que um equívoco, é uma perversidade. Conceber que a universalização dos pontos de cultura será alcançada pela municipalização da Política Nacional de Cultura Viva sem uma articulação maior do Governo Federal com o conjunto dos entes federados, é também recair em recorrentes problemas das políticas públicas. A municipalização do Cultura Viva pode ser um movimento irreversível e muito eficaz, se acompanhada de uma articulação maior com projetos de desenvolvimento regional dessa Política Nacional – uma perspectiva de desenvolvimento regional que ofereça respostas aos problemas sociais complexos que os pontos de cultura enfrentam na execução de suas iniciativas.

A experiência do Economia Viva oferece uma série de aprendizados para pensarmos a formulação de ações públicas de fomento à economia solidária junto a grupos culturais. O primeiro deles, e talvez o mais contundente, é que esse tipo de ação não tem efetividade se for realizada pontualmente, por meio de um prêmio específico e único, por apenas um órgão público, sem continuidade no tempo e sem articulação estratégica com outras ações. Vimos que o alcance da sustentabilidade dos pontos de cultura está intrinsecamente vinculado à sua atuação integradora, ao desenvolvimento de um trabalho em rede e à concepção de ação cultural de forma sistêmica, articulando as múltiplas dimensões da sustentabilidade. O mesmo ocorre com a gestão pública de uma ação como o Economia Viva que se propõe a fomentar a geração de renda e a autonomia de grupos comunitários. Sem essa perspectiva integrada e continuada, ele será mais uma iniciativa residual e marginal.

O Economia Viva foi concebido para ser implementado em rede, mas o que ocorreu foi o inverso. As redes mobilizadas pelos pontos de cultura continuaram a ocorrer, especialmente naquelas instituições cujo trabalho em rede é intrínseco à sua organização social. Entretanto, não houve nenhum incremento inter-redes, tampouco houve ações de articulação em rede como o fomento e o incentivo intersetorial, o estímulo à troca de produtos e serviços, um fomento intersetorial, uma articulação maior a partir do próprio poder público para estimular a troca de produtos e serviços entre os pontos de cultura; a inovação e diversificação das formas de fomento; as compras públicas junto a pontos de cultura; a contratação de produtos e serviços dessas instituições; e a incorporação de diversas tecnologias sociais da economia solidária já experimentadas e praticadas com grande êxito no fomento ao desenvolvimento local como as finanças solidárias e os bancos comunitários.

O Economia Viva foi criado para atender um desafio histórico do Cultura Viva junto aos pontos de cultura: promover a “porta de saída” do próprio programa; o fortalecimento econômico de suas ações culturais de modo a torná-los menos dependentes de editais públicos; promover a autonomia e a sustentabilidade dos pontos de cultura. Mas como fomentar essa autonomia em relação aos editais públicos somente por meio de um edital pontual de premiação? Essa esquizofrenia é reveladora de algumas das inconsistências e incoerências do programa que ficam de aprendizado para serem superados pela Política Nacional de Cultura Viva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AÇÃO CULTURA DIGITAL. *Compêndio da Ação Cultura Digital*. Disponível em: <http://www.estudiolivre.org/el-gallery_view.php?arquivoId=7521>. Acesso em: 06 jun. 2011.

ADORNO, Theodor W. L'industrie culturelle. In: *Communications*, v. 3, n. 3, 1964. p. 43-50. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/comm_0588-8018_2012_num_91_1_2667?q=L%27industrie+culturelle,+In:+Communications>. Acesso em: 29 jul. 2019.

AFFAS – AÇÃO FAÇA UMA FAMÍLIA SORRIR. *Redes Solidárias Construindo Sonhos Transformando Realidades*. Sabará/MG, 2013

ÁLVAREZ, Vera Cíntia. *Diversidade cultural e livre-comércio: antagonismo ou oportunidade?* Brasília: UNESCO, IRBr, 2008.

ANDERSON, Chris. *Free: Grátis: O futuro dos preços*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

ANTEAG. *Autogestão: Construindo uma nova cultura nas relações de trabalho*. São Paulo: ANTEAG, 1999.

ANTEAG; BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Autogestão e economia solidária: uma nova metodologia*. São Paulo: ANTEAG, 2004.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 13ª ed. rev. e amp. São Paulo: Cortez, 2008.

ANTUNES, Ricardo (org.) *A dialética do trabalho – Escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ARAÚJO, Ângela M. C. (Org.). *Trabalho, Cultura e Cidadania: um balanço da história social*. São Paulo: Scritta, 1997.

ARAÚJO, Herton E.; BARBOSA, Frederico A. B. (Org.). *Cultura Viva: avaliação do programa arte educação e cidadania*. Brasília: Ipea, 2010.

ARAÚJO, Herton; BARBOSA, Frederico. Juventude e Cultura. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de (Org.). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: Ipea, 2009. p. 223-242.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

BALÁN, Eduardo. Cultura, descolonización y buen vivir. In: ROLDÁN, Jairo Adolfo Castrillón (Org.). *Memorias del Foro Nacional de Cultura Viva Comunitaria – 26 al 28 de septiembre de 2012*. Corporación Cultural Canchimalos, Medellín, Colombia, 2013. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/169279021/Memoria-Foro-CVC-Medellin-pdf#scribd>>. Acesso em: 26 abr. 2015.

BANKS, Mark; HESMONDHALGH, David. Looking for work in creative industries polic. In: *International Journal of Cultural Policy*, v. 15, n. 4, p. 415-430, 2009.

BARABÁSI, Albert-László. *Linked: The New Science os Networks*. Cambridge: Perseus Publishing, 2002.

BARBALHO, Alexandre. Por um conceito de política cultural. In: RUBIM, Linda (Org.). *Organização e produção da cultura*. Salvador: Edufba, 2005, p. 33-52.

BARBALHO, Alexandre; CALABRE, Lia; MIGUEZ, Paulo; ROCHA, Renata (Org.). *Cultura e Desenvolvimento: perspectivas políticas e econômicas*. Salvador: EDUFBA, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2261/1/Cultura%20e%20Desenvolvimento_cult10_RI.pdf>. Acesso em: 04 set. 2015.

BARBOSA DA SILVA, Frederico Augusto; ARAÚJO, Herton Ellery (Org.). *Cultura Viva – Avaliação do programa arte cultura cidadania*. Brasília: Ipea, 2010.

BARBOSA DA SILVA, Frederico Augusto; CALABRE, Lia (Org.). *Pontos de Cultura: olhares sobre o programa Cultura Viva*. Brasília: IPEA, 2011.

BARBOSA DA SILVA, Frederico Augusto. *Indicador de desenvolvimento da economia da cultura*. Brasília: Ipea, 2010.

BARBOSA DA SILVA, Frederico Augusto; LABREA, Valéria Viana. *Linhas Gerais de um Planejamento Participativo para o Programa Cultura Viva*. Brasília: 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/book_web_redesenho_programa_cultura_viva.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2019.

BARBOSA DA SILVA, Frederico Augusto. *Política Cultural no Brasil, 2002-2006: acompanhamento e análise*. Brasília, DF: MinC, 2007.

BARBOSA DA SILVA, Frederico Augusto; ZIVIANI, Paula (Org.). *Cultura Viva: as práticas de pontos e pontões*. 2. ed., rev. e ampl., Brasília/DF, Ipea, 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_culturaviva_pontos.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2015.

BARROS, José Márcio. Cultura, diversidade e os desafios do desenvolvimento humano. In: BARROS, José Márcio (Org.). *Diversidade cultural: da proteção à promoção*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. *A ética é possível num mundo de consumidores?* Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. *O Mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BELISÁRIO, Adriano; TARIN, Bruno (orgs.). *Copyfight: Pirataria & Cultura Livre*. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2012.

BENKLER, Yochai. A economia política dos commons. In: SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. *Comunicação digital e a construção dos commons: redes virais, espectro aberto e as novas possibilidades de regulação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007. p. 11-20.

BEZERRA, André (Org.). *Prêmio Interações Estéticas: residências artísticas em pontos de cultura: 2008, 2009, 2010*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2012. Disponível em: <http://www.funarte.gov.br/wp-content/uploads/2013/03/Catalogo_Premio-Funarte-Interacoes-Esteticas-Residencias-Art%C3%ADsticas-em-Pontos-de-Cultura-2008-2010.pdf.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2019.

BEZERRA, Tony Gigliotti; OLIVEIRA, Gleise Cristiane Ferreira; MIGUEZ, Paulo. Sistema Nacional de Cultura: Perspectivas de implantação do repasse fundo a fundo. Trabalho apresentado no XI ENECULT – ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 11 a 14 de agosto de 2015, Salvador/BA, 2015. Disponível em: <http://www.xienecult.ufba.br//modulos/consulta&relatorio/rel_download.asp?nome=64546.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2019.

BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunha. *As metamorfoses do trabalho e da cooperação produtiva: a economia popular e solidária na perspectiva da nova centralidade do trabalho*. Rio de Janeiro: FASE, 2007.

BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunha; VARANDA, Ana Paula de Moura (orgs.). *Tecnologia social, economia solidária e políticas públicas*. Rio de Janeiro: FASE, IPPUR, UFRJ, 2009.

BOTELHO, Isaura. As dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas. *Revista São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v.15, n.2, 2001.

BOTELHO, Isaura. Democratização cultural: Desdobramentos de uma ideia. Publicado em 03 abr. 2009 no Blog Acesso, 2009. Disponível em: <<https://colchaderetalhosaldaiza.wordpress.com/2009/01/14/democratizacao-cultural-desdobramentos-de-uma-ideia/>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A educação como cultura*. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

BUSTAMANTE, Henrique (org.). *Las industrias creativas: Amenazas sobre la cultura digital*. Barcelona: Gedisa, 2011.

CALABRE, Lia. *Políticas culturais no Brasil: história e contemporaneidade*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

CALABRE, Lia; LIMA, Deborah Rebello. Do do-in antropológico à política de base comunitária – 10 anos do programa Cultura Viva: uma trajetória da relação entre Estado e Sociedade Civil. In: *Políticas Culturais em Revista – Dossiê Programa Cultura Viva*, vol. 7, n. 2, p. 6-25, 2014. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/download/12867/9459>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

CANCLINI, Néstor García; URTEAGA, Maritza (Org.). *Cultura y desarrollo: una visión crítica desde los jóvenes*. Buenos Aires: Paidós, 2012.

CARVALHO, Genauto; DZIMIRA, Sylvain. *Don et économie solidaire*. Paris: M.A.U.S.S./GERFA/CRIDA, 2000.

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, H. M. M. O enfoque em sistemas produtivos e inovação locais. In: FISCHER, T. (org.) *Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação*. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

CASTEL, Robert. *Las trampas de la exclusión: trabajo y utilidad social*. Buenos Aires: Topía, 2004.

CASTELLS, Manuel. *Fim de milênio – a era da informação: economia, sociedade e cultura*; v.3. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. *La galaxia internet*. Barcelona: Areté, 2001.

CASTRO, Oona. Cultura livre, negócios abertos. In: *Overmundo*. 14 out. 2006. Disponível em: <<http://www.overmundo.com.br/overblog/cultura-livre-negocios-abertos>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

CASTRO, Oona. Caldeira Brant Monteiro de. *O Ministério da Cultura e os conceitos de economia da cultura e economia criativa entre 2003 e 2014*. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2014. Disponível em: <http://www.pos.eco.ufrj.br/site/download.php?arquivo=upload/disserta_ocastro_2014.pdf>. Acesso em: 10 set. 2015.

CATTANI, Antônio David (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Editora Veraz; São Paulo: Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho, 2003.

CHAUI, Marilena. A perspectiva Marxista in: *Filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.

CHAUI, Marilena. *Cidadania Cultural*. São Paulo: EFPA, 2006.

CHAUI, Marilena. *Cultuar ou cultivar: cultura, socialismo e democracia*. In: Teoria e Debate, n. 8, out./nov./dez. 1989. Disponível em: <<https://teoriaedebate.org.br/1989/10/01/cultuar-ou-cultivar/>> . Acesso em: 04 set. 2007.

CHIESI, Antonio; MARTINELLI, Alberto. O trabalho como escolha e oportunidade. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, p. 110-125, 1997. Número especial.

CMMAD – COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE e DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CORAGGIO, José Luis; SABATÉ, Alberto Federico (Org.) *Emprendimientos socioeconómicos asociativos: su vulnerabilidad y sostenibilidad*. Los polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2010.

CORAGGIO, José Luis. *Sobre la sostenibilidad de los emprendimientos mercantiles de la economía social y solidaria*. CDC v. 23 n. 61. Caracas, jan. 2006. Disponível em: <https://www.coraggioeconomia.org/jlc/archivos%20para%20descargar/Sobre_la_sostenibilidad%20Version_Caracas_.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2019.

CORREIA, Ana Maria Amorim. *Diversidade Cultural no Governo Lula: um olhar para a Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural*. 2013. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/14834/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20ANA%20MARIA%20AMORIM%20CORREIA%20PDF%20FINAL.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

COSTA, Eliane; AUGUSTINI, Gabriela (Org.). *De baixo para cima*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2014. Disponível em: <<https://itsrio.org/wp-content/uploads/2018/01/debaixoparacima.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

COSTA, Eliane. *Jangada Digital: Gilberto Gil e as políticas públicas para a cultura das redes*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2011.

COSTA, Leonardo; MELLO, Ugo; FONTES, Viviane. *Avaliação da área de formação em organização da cultura no MinC (2003-2010): apenas ações ou uma política estruturada?* Trabalho apresentado no VI ENECULT, 25 a 27 de maio de 2010, Salvador/BA, 2010. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/wordpress/24322.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2015.

COSTA RICA. Ministerio de Cultura y Juventud. *Política Nacional de Derechos Culturales 2014-2023*. San José da Costa Rica, dez. 2013. Disponível em: <<http://www.mcj.go.cr/ministerio/legislacion/02.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

CRIBARI, Isabela (Org.). *Economia da Cultura*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2009.

CRUZ, Mauri J. V., Reflexões sobre o marco regulatório de acesso a recursos públicos pelas Organizações da Sociedade Civil Brasileira. In: MACIEL, Ana Lúcia Suárez; BORDIN, Erica Bomfim Bordin (Org.). *A face privada na gestão das políticas públicas*. Fundação Irmão José Otão – FIJO, Porto Alegre/RS, 2014. Disponível em: <http://www.portaldeaccessibilidade.rs.gov.br/uploads/1418737437Ebook_A_face_privada_na_gestao_das_politicas_publicas_2.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2019.

CUÉLLAR, Javier Pérez de (Org.). *Nossa diversidade criadora: Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento*. Campinas, Papirus, 1997.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. *Outras políticas para outras economias: contextos e redes na construção de ações do governo voltadas à economia solidária (2003-2010)*. 2002. Tese (Doutorado) apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Brasília: 2012. Disponível em: <<http://www.iteia.org.br/salvar.php?c=3285&f=1&a=1>>. Acesso em: 10 set. 2015.

DAGNINO, Evelina. Políticas culturais, democracia e o projeto neoliberal. In: *Revista Rio de Janeiro*, n. 15, p. 45-65, jan./abr. 2005.

DOMINGUES, João Luiz Pereira. *Programa Cultura Viva: políticas culturais para a emancipação das classes populares*. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2008. Disponível em: <http://www.ppfh.com.br/wp-content/uploads/2014/01/D_joao_dissert.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2019.

DUBAR, Claude. *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DUBINO, Germán Bianco. *Trabajo social y autonomía cultural comunitaria: la experiencia del método-proyecto Orígenes e influencias en Nuestra América Latina*. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2008.

DURAND, José Carlos. *Política Cultural e Economia da Cultura*. Cotia: Ateliê Editorial; São Paulo: Edições SESC SP, 2013.

FARIA, Hamilton. Cultura e sustentabilidade. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*, ano 3, nº 33, abril 2010. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/1499/1499.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2015.

FARIA, Maurício Sardá de. *Autogestão, cooperativa, economia solidária: avatares do trabalho e do capital*. Tese (Doutorado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/102636/222129.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

FGV Projetos; BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República. *Pesquisa sobre Organizações da Sociedade Civil e suas Parcerias com o Governo Federal - Resumo Executivo*, dez. 2014. Disponível em: <http://plataformamaisbrasil.gov.br/images/docs/MROSC/Estudos_e_Pesquisas/sumario-executivo-fgv.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2019.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. A Via Sustentável-Solidária no Desenvolvimento Local. *Revista Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 15, n. 45. p. 219-232, abr./jun., 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/osoc/v15n45/v15n45a17.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Considerações sobre um marco teórico-analítico para a experiência dos bancos comunitários. In: ENCONTRO DA REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS, 2., 18-20 abr. 2007, Fortaleza, Ceará, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000188&pid=S0080-2107201200030001300015&lng=pt>. Acesso em: 25 nov. 2014.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; CUNHA, Eduardo Vivian da. Incubação de redes locais de economia solidária: lições e aprendizado a partir da experiência do projeto Eco-Luzia e da metodologia da ITES/UFBA. *Revista Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 16,

n. 51, p. 725-747, out./dez., 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/1621/1/O%26S-2009-724.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean Louis. *Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: EDUFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. SANTANA JÚNIOR, Gildásio. *Economia solidária e desenvolvimento local: uma contribuição para redefinição da noção de sustentabilidade a partir da análise de três casos na Bahia*. Salvador, 2007. Disponível em: <<http://dowbor.org/ar/07genautolocal.doc>>. Acesso em: 05 set. 2015.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez Editora & Editora Autores Associados. *Coleção polêmicas do nosso tempo*; 4. 23ª ed., 1989. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2014/10/importancia_ato_ler.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2019.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática de liberdade*. 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FURTADO, Celso. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FURTADO, Celso. *Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, Centro Internacional Celso Furtado, 2012.

GADOTTI, Moacir. *Economia solidária como práxis pedagógica*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ, Francisco (Org.). *Educação comunitária e economia popular*. São Paulo: Cortez, 1993.

GALAZ, Caterine; PRIETO, Rodrigo. *Economía solidaria: de la obsesión por el lucro a la redistribución com equidad*. Montevideo: Editorial Nordan/Comunidad del Sur, 2006.

GALDINO, Giancarlo da Silva. Economia da cultura e seu agenciamento na feira da música Brasil. Trabalho apresentado no XXVII CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA, Buenos Aires, 2009. Disponível em: <<http://cdsa.academica.org/000-062/247.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

GAMA, Jader Ribeiro; CUNHA, Larissa Carreira; JATOBÁ, Pedro. *Cultura e comunicação com software livre: a experiência das produtoras culturais colaborativas para o desenvolvimento local*. 9 jul. 2014. Disponível em: <<http://wsl.softwarelivre.org/2014/0006/a-experiencia-das-produtoras-culturais-colaborativas-para-o-desenvolvimento-local-gama-cunha-e-jatoba-wsl-2014-.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

GARNHAM, Nicholas. De las industrias culturales a las creativas. Análisis de las implicaciones en el Reino Unido. In: *Las industrias creativas: Amenazas sobre la cultura digital*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2011. p. 21-48.

GELPI, Ettore (org.). *Trabajo y mundialización*. Xàtiva: Edicions del CREC, 2003.

GHAI, Yash. Globalização, multiculturalismo e direito. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 555-610.

GIL, Gilberto. *Discursos do Ministro da Cultura Gilberto Gil*. Cadernos do Do-In Antropológico, Brasília, DF, nº 01, dez. 2003.

GIL, Gilberto. Hegemonia e diversidade cultural. *Le Monde diplomatique Brasil*, 17 jan. 2007. Disponível em: <http://www.gilbertogil.com.br/sec_texto.php?id=131&page=1>. Acesso em: 09 abr. 2015.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais na contemporaneidade*. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

GT Brasileiro de Economia Solidária/FSM. *Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária*. Rio de Janeiro: 2003.

GT Pesquisa Viva. *Pesquisa-ação Participativa Teia de Diversidade 2014*. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://corais.org/pesquisaviva>>. Acesso em: 13 set. 2015.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1992.

HASTENREITER F., Horário Nelson. Arranjos produtivos locais. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (Org.). *Dicionário para a formação em gestão social*. Salvador. CIAGS/UFBA, 2014, p. 18-20.

HESMONDHALGH, David; BAKER, Sarah. 'A very complicated version of freedom': Conditions and experiences of creative labour in three cultural industries. In: *Poetics*, n. 38, p. 4-20, 2010.

HESPANHA, Pedro; CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER Luiz Inácio. *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Almedina, 2009.

HOBBSAWM, Eric. Introdução. In: MARX, Karl, *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1975.

HOUTARD, François. *El concepto de sumak kawsai (buen vivir) y su correspondencia en el bien común de la humanidad*. 2011. Disponível em: <<http://www.alainet.org/es/active/47004>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

HOWE, Jeff. *Crowdsourcing: como o poder da multidão impulsiona o futuro dos negócios*. Lisboa: Actual, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *As Fundações privadas e Associações sem fins lucrativos no Brasil: 2010*. Rio de Janeiro: 2012. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv62841.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, Coordenação de Serviços e Comércio. *Pesquisa de Serviços de Tecnologia da Informação 2009*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Sistema de Informações e Indicadores Culturais – 2007-2010*. Col. Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 31. Rio de Janeiro, 2013.

INSTITUTO PAULO FREIRE – IPF. *Programa Cultura Viva: dossiê de atividades* (fevereiro a maio de 2006). Caderno 1. São Paulo, 2006a.

INSTITUTO PAULO FREIRE – IPF. *Programa Cultura Viva: dossiê de atividades* (maio a agosto de 2006). São Paulo, 2006b.

INSTITUTO PAULO FREIRE – IPF. *Programa Cultura Viva: dossiê de atividades* (novembro e dezembro de 2006). Caderno 2. São Paulo, 2006c.

INSTITUTO PAULO FREIRE – IPF. *Programa Cultura Viva: dossiê de atividades* (dezembro de 2006). São Paulo, 2006d.

INSTITUTO PAULO FREIRE – IPF. *Programa Cultura Viva: Relatório de atividades* – Caderno 1 (agosto e setembro de 2007). São Paulo, 2007a.

INSTITUTO PAULO FREIRE – IPF. *Programa Cultura Viva: Relatório de atividades* – Caderno 2 (agosto e setembro de 2007). São Paulo, 2007b.

INSTITUTO PAULO FREIRE – IPF. *Programa Cultura Viva: Relatório de atividades* – Caderno 3 (setembro a dezembro de 2007). São Paulo, 2007c.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA, Equipe Redesenho do Programa Cultura Viva. *II Reunião Temática Redesenho do programa Cultura Viva: redes, fomento e sustentabilidade* – subsídios para o debate, s/d. [2012a]. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10901/1131439/1398784092485premios-subsidios-IIRT.pdf/dbcd12c7-1cde-419b-aeeb-60141e5cb436>>. Acesso em: 23 jul. 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA, Equipe Redesenho do Programa Cultura Viva. *Sustentabilidade do programa Cultura Viva – subsídios ao debate*, s/d. [2012b]. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10901/1131439/1398784085215sustentabilidade-subs%25C3%25ADdios-para-II-RT.pdf/a9a3f140-f35f-4463-b7c2-7720097c7e10>>. Acesso em: 23 jul. 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA, Grupo de Trabalho Cultura Viva. *Relatório Redesenho do Programa Cultura Viva*. Brasília, novembro de 2012c. Disponível em: <http://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/IPEA_2012-Silva-Relatorio_redesenho_PCV.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. *Identificação, mapeamento e caracterização estrutural de arranjos produtivos locais no Brasil* – Relatório Consolidado. Outubro de 2006. Disponível em:

<http://www3.eco.unicamp.br/Neit/images/destaque/Suzigan_2006_Mapeamento_Identificacao_e_Caracterizacao_Estrutural_de_APL_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA, Texto para Discussão nº 1778. LOPEZ, Felix; BUENO, Natália. *Transferências federativas a entidades privadas sem fins lucrativos (1999-2010)*. Brasília: Rio de Janeiro, 2012d. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1055/1/TD_1778.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA, Texto para Discussão nº 1896. LOPEZ, Felix; BARONE, Leonardo. *As entidades sem fins lucrativos e as políticas públicas federais: tipologia e análise de convênios e organizações (2003-2011)*. Brasília: Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1896.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA, Texto para Discussão nº 1949. LOPEZ, Felix Garcia; ABREU, Rafael. *A participação das ONGs nas políticas públicas: o ponto de vista de gestores federais*. Brasília: Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1949.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2019.

INTERNATIONAL INTELLECTUAL PROPERTY ALLIANCE-IIPA. *Copyright Industries in the US Economy: The 2013 Report*. Washington, USA, 2013. Disponível em: <https://www.wipo.int/export/sites/www/copyright/en/performance/pdf/econ_contribution_cr_us_2013.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2019.

JATOBÁ, Pedro Henrique; VILUTIS, Luana. Produtora Cultural Colaborativa. *Revista Expoidea*. 2010, v. 1 n. 1, 2010. Disponível em: <https://issuu.com/expoideafeiradofuturo/docs/revista_expoidea_2010>. Acesso em: 18 abr. 2015.

KRAYCHETE, Gabriel; AGUIAR, Katia (orgs.). *Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação*. São Leopoldo/RS: Oikos, 2007. Disponível em: <<http://www.workerscontrol.net/system/files/docs/economia%20setores%20populares.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2015.

LABREA, Valéria da Cruz Viana. *Redes híbridas de cultura: o imaginário no poder – Cartografia do discurso do Programa Cultura Viva – 2004 a 2013*. Tese (Doutorado) apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Brasília: 2014. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16149/1/2014_ValeriaCruzVianaLabrea.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2015.

LANDIM, Leilah (Org). *Ações em Sociedade: militância, caridade, assistência, etc*. Rio de Janeiro: NAU – Instituto de estudos da religião (ISER), 1998.

LAVILLE, Jean-Louis. L'économie plurielle. In: LAVILLE, Jean-Louis; CATTANI, Antonio David (Org.). *Dictionnaire de l'autre économie*. Paris: Folio Actuel, 2006.

LAVILLE, Jean-Louis. Pour une économie et une démocratie plurielles. In: NACHI, Mohamed; DE NANTEUIL, Matthieu (Org.). *Éloge du compromis*. Por une nouvelle pratique démocratique. Bruxelles: Academia-Bruylant, 2006. Disponível em: <<http://www.jeanlouislaville.fr/wp-content/uploads/2014/06/Pour-une-d%C3%A9mocratie-et-une-%C3%A9conomie-plurielles.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2015.

LEMOS, Ronaldo. *Direito, Tecnologia e Cultura*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2190/Ronaldo%20Lemos%20-%20Direito%20Tecnologia%20e%20Cultura.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 09 abr. 2015.

LESSIG, Lawrence. *Cultura Livre: como a grande mídia usa a tecnologia e a lei para bloquear a cultura e controlar a criatividade*. São Paulo: Trama, 2005.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A eficácia simbólica. In: *Antropologia estrutural I*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970. p. 204-224.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU, 1974. p. 1-38

LIANZA, Sidney; ADDOR, Felipe (Org.). *Tecnologia e desenvolvimento social e solidário*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005

LIMA, Deborah Rebello. *As teias de uma rede: uma análise do programa Cultura Viva*. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC. Rio de Janeiro: 2013. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11482/Deborah%20Rebello%20Lima.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 09 jul. 2015.

LIMA, Luciana Piazzon Barbosa. *Desafios jurídicos e administrativos da política cultural comunitária: um estudo dos Pontos de Cultura no estado de São Paulo*. Dissertação (Mestrado) apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100135/tde-18122013-171521/publico/Dissertacaofinalcorrigida.pdf>>. Acesso em: 09 jul. 2019.

LIMA, Selma Maria Santiago. *Polos Criativos: um estudo sobre os pequenos territórios criativos brasileiros*. Brasília, 2011/2012. Disponível em: <http://www2.cultura.gov.br/economicriativa/wp-content/uploads/2013/06/poloscriativos.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2015.

LITTLE, Paul Elliott. *Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global*. In: *Tellus*, ano 2, n. 3 p. 33-52, out. 2002. Campo Grande-MS: 2002.

LOTTA, Gabriela Spanghero. *Propostas para uma agenda de transformações: a economia solidária da cultura*. Artigo apresentado no IV ENECULT, 28-30 maio 2008, Salvador, 2008. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14386.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Cultura, arte e literatura: textos escolhidos*. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl. *Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, Karl. *Uma contribuição para a crítica da Economia Política*. 1959. The Marxists Internet Archive. Disponível em: <<http://www.pcb.org.br/portal/docs/criticaeconomia.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2011.

MATTELART, Armand. *Diversidad cultural y mundialización*. Barcelona: Paidós, 2006.

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70, 2001.

MIGUEZ, Paulo. Cultura, diversidade cultural e desenvolvimento. In: GUIMARÃES, Paulo Ferraz et al. (Orgs.). *Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste*. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2014. p. [362]-387. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/3073/2/Cultura%2C%20diversidade%20cultural%20e%20desenvolvimento_13_P_BD.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2019.

MIGUEZ, Paulo. Economia criativa: uma discussão preliminar. In: NUSSBAUMER, Gisele M. (Org.). *Teorias e política da cultura: visões multidisciplinares*. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 95-113.

NASCIMENTO, Cláudio. Autogestão e economia solidária. In: *Democracia e autogestão. Temporaes*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1992. p. 97-145

NASCIMENTO, Cláudio. *Uma mutação cultural: de “celetista” e/ou “sindicalista” para “autogestionário”*. Coleção Qualificação Social e Profissional – Construindo Identidades Sociais, v. 2, Brasília: MTE, SPPE, DEQ, 2005.

NETO, João Joaquim de Melo; MAGALHÃES, Sandra. *Bancos Comunitários de Desenvolvimento: uma rede sob o controle da comunidade*. Fortaleza: Instituto Banco Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária, 2006. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/bancopalmas/bancos-comunitrios-de-desenvolvimento?from=embed>> Acesso em: 23 abr. 2015.

OLIVEIRA, Vanderli Fava de (Org.). *Redes produtivas para o desenvolvimento regional*. Ouro Preto: ABEPRO, 2004.

PACHECO, Adriano Pereira de Castro. O Programa Cultura Viva e a economia criativa: análise do Moinho Cultural Sul-Americano. In: *Revista Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 22, n. 4, p. 653-664, out./dez. 2012.

PASSOS, Ósia Alexandrina Vasconcelos Duran. *Estudo exploratório em bancos comunitários: conceito, características e sustentabilidade*. Dissertação de mestrado apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2007. Disponível em: <<http://www.aponte.org.br/artideias/estudos/Disserta%C3%A7%C3%A3o-%C3%93SIA%20ALEXANDRINA%20VASCONCELOS%20DURAN%20PASSOS%2021-02-2008.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2015.

PAVÃO, Caroline. *Seminário de Economia da Cultura e Extensão Universitária*. Publicado no site da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 20/11/2009. Disponível em:

<<https://ufrj.br/noticia/2015/10/22/semin-rio-de-economia-da-cultura-e-extens-o-universitaria>>. Acesso em: 26 ago. 2019.

PÉREZ, Pedro Zapata. Foro Cultura Viva Comunitaria... Una memoria personal. In: ROLDÁN, Jairo Adolfo Castrillón (Org.). *Memorias del Foro Nacional de Cultura Viva Comunitaria* – 26 al 28 de septiembre de 2012. Corporación Cultural Canchimalos, Medellín, Colombia, 2013. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/169279021/Memoria-Foro-CVC-Medellin-pdf#scribd>>. Acesso em: 26 abr. 2015.

PLATAFORMA DA SOCIEDADE CIVIL. *Cartilha PL 7168/2014* - construindo uma sociedade civil autônoma e transparente. Abong, 2014. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/168/ABONG_Cartilha%20PL_7168_2014.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 26 ago. 2019.

PLATAFORMA PUENTE CULTURA VIVA COMUNITARIA. Cultura + Naturaleza = Cultura Viva. Documento gerado durante a realização da Cúpula dos Povos na Rio+20, junho de 2012. Disponível em: <<http://pontosdecultura.org.br/cupula-dos-povos-2/culturaturaleza-cultura-viva/>>. Acesso em: 30 out. 2013.

PLATAFORMA PUENTE CULTURA VIVA COMUNITARIA. Material de Difusión 1er Congreso Latinoamericano de Cultura Viva Comunitaria. La Paz, 2013. Disponível em: <<https://ia801607.us.archive.org/31/items/MaterialesAbiertosCongreso/DocumentoCongreso.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2013.

PLATAFORMA PUENTE. *Programa Nacional Cultura Viva Comunitaria*. Colombia, 2012.

PLATAFORMA PUENTE. Relatoria General del Encuentro de redes de latinoamérica. Medellín, 2010. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/44548034/Relatoria-General-ma-Puente-Medellin-2010>>. Acesso em: 26 abril 2015.

POCHMANN, Marcio. *Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil: avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PONTO DE CULTURA CAMINHOS; ALVES, Cristina. *Relatório da Feira de Economia Solidária e Criativa da Teia da Diversidade 2014*. Hortolândia/SP, 09 jun. 2014.

PORTA, Paula. Economia da Cultura: um setor estratégico para o país. In: *Economia da Cultura* <http://economiadacultura.blogspot.com.br>. Publicado em 01/04/2008. Disponível em: <<http://economiadacultura.blogspot.com.br/2008/06/economia-da-cultura-um-setor-estrategico.html>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

1.er CONGRESO LATINOAMERICANO CULTURA VIVA COMUNITARIA. Conclusiones, resoluciones y plan de trabajo. La Paz, 2013.

PROEXT Cultura – Extensão Universitária e Cultura. *Balanço ProExt Cultura 2008* – documento preliminar. 2008.

PUDENZI, Ana Gabriela Moreira. *Protagonismo feminino e consciência política: uma análise do papel da economia solidária na ação política da União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências*. Dissertação (mestrado) apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2015. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100134/tde-28042015-141154/publico/anapudenzicorrigida.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

QUIJANO, Aníbal. Sistemas alternativos de produção? In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 475-512.

REDE DE PESQUISA EM SISTEMAS E ARRANJOS PRODUTIVOS E INOVATIVOS LOCAIS-REDESIST. Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais. Rio de Janeiro: RedeSist-IE/UFRJ, 2003. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/redesist/P4/textos/Glossario.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2019.

REIS, Ana Carla Fonseca. Economia da Cultura e Desenvolvimento – estratégias nacionais e panorama global. In: DE MARCO, Kátia; REIS, Ana Carla Fonseca (Org.). *Economia da cultura: ideias e vivências*. Rio de Janeiro: Publit, 2009. p. 23-34.

REIS, Tatiana Araújo. *A sustentabilidade em empreendimentos da economia solidária: pluralidade e interconexão de dimensões*. Dissertação de mestrado apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2005. Disponível em: <http://www.adm.ufba.br/sites/default/files/publicacao/arquivo/dissertacao_tatianareis_final.pdf>. Acesso em: 05 set. 2015.

RIFKIN, Jeremy. *A Terceira Revolução Industrial: como o poder lateral está transformando a energia, a economia e o mundo*. São Paulo: M. Books do Brasil, 2012.

ROCHA, Sophia Cardoso. *Programa Cultura Viva e seu processo de estadualização na Bahia*. Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de Comunicação, Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, Salvador: 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/16299/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Sophia%20Rocha.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2015.

ROLDÁN, Jairo Adolfo Castrillón (Org.). *Memorias del Foro Nacional de Cultura Viva Comunitaria – 26 al 28 de septiembre de 2012*. Corporación Cultural Canchimalos, Medellín, Colombia, 2013. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/169279021/Memoria-Foro-CVC-Medellin-pdf#scribd>>. Acesso em: 26 abr. 2015.

ROWAN, Jaron. *Emprendizajes en cultura*. Discursos, instituciones y contradicciones de la empresarialidad cultural. Traficantes de Sueños. Madrid, 2010.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Observações acerca das relações entre estado e cultura*. Salvador, 2015. Disponível em: <<http://api.ning.com/files/SSGieiaE->

NP2cc7O6VvenTiICFnf7ttupstUXqWGTUmUv8Fz2Musa*6a*zmLofEtW3iwifK27UvXh1UQ5bcsjwnl9Jq513ew/textoalbino.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2015

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais do Governo Lula / Gil: Desafios e enfrentamentos. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas e BAYARDO, Rubens (Org.) *Políticas culturais na Ibero-América*. Salvador: Edufba, 2008a, p. 51-74.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais: entre o possível e o impossível. In: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (Org.) *Teorias e políticas da cultura*. Visões multidisciplinares. Salvador: Edufba, 2007a, p. 139-158.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas Culturais e Sociedade do Conhecimento no Brasil. RIPS: *Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas*, año/vol. 7, nº 001, Universidad de Santiago de Compostela. Santiago de Compostela, España. p. 127-142, 2008b. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/1287/1/Antonio%20Albino%20Canelas%20Rubim%204.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições e enormes desafios. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: Edufba, 2007b.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento e cultura. Desenvolvimento da cultura. Cultura do desenvolvimento. In: *Organizações & Sociedade*, Salvador, v.12, n.33, p.151-165, abr./jun. 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A filosofia à venda, a douta ignorância e a aposta de Pascal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 80, p. 11-44, mar. 2008. Num. Temático: Epistemologias do Sul.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A reinvenção solidária e participativa do Estado. In: *Oficina do CES*. Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, nº 134, jan. 1999. Coimbra, 1999. Disponível em: <http://www.participa.br/articles/public/0007/8096/SANTOS_Boaventura_de_Sousa._A_reinvencao_o_solid_ria_e_participativa_do_estado.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa; NUNES, João Arriscado. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Coleção Reinventar a emancipação social: Para novos manifestos. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 25-68.

SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRÍGUEZ-GARAVITO, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, Boaventura (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Coleção Reinventar a emancipação social: Para novos manifestos. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 23-77.

SANTOS, Heloisa Nazaré dos; SILVA, Luciana Diniz. *Costurando sonhos: Uma experiência na perspectiva da economia popular solidária*. Disponível em: <[http://www.coloquiomoda.com.br/anais/Coloquio%20de%20Moda%20-%202010/71604_Costurando sonhos - Uma experiencia na perspectiva da .pdf](http://www.coloquiomoda.com.br/anais/Coloquio%20de%20Moda%20-%202010/71604_Costurando_sonhos_-_Uma_experiencia_na_perspectiva_da_.pdf)>. Acesso em: 08 set. 2015.

SANTOS, Laymert Garcia dos [et al.]. *Revolução tecnológica, internet e socialismo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado. Fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. 4ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SARAIVA, Andréa. Programa Cultura Viva quem contará a história do que poderia ter sido? 10 nov. 2011. In: *Chafurdo mental, o blog*. Disponível em: <<https://andreasaraiva.wordpress.com/2011/11/10/programa-cultura-viva-quem-contara-a-historia-do-que-poderia-ter-sido/>>. Acesso em: 26 jan. 2015.

SARAIVA, Andréa. *Existe vida além dos editais? Economia Viva e solidária: estudo propositivo de alternativas de sustentabilidade financeira dos pontos e pontões de cultura*. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://culturadigital.br/economiaviva/2010/10/09/existe-vida-cultural-alem-de-editais/>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: Enrique Saravia e Elisabete Fernandes (Orgs). *Políticas Públicas*, v. I. Brasília: ENAP, 2006. p. 21-42.

SEABRA, Odette; CARVALHO, Mônica de; LEITE, José Corrêa. *Território e Sociedade: Entrevista com Milton Santos*. 2ª ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SECRETARÍA DE CULTURA - PRESIDENCIA DE LA NACIÓN ARGENTINA. *Programa Puntos de Cultura*. Disponível em: <<https://www.cultura.gob.ar/institucional/programas/puntos-de-cultura/>>. Acesso em: 23 ago. 2019.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Liliana Sousa. *Sustentabilidade na cultura: da diversidade cultural à sustentação financeira*. Trabalho apresentado no II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL DA FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas_Culturais/II_Seminario_Internacional/FCRB_Liliana_Sousa_e_Silva_Sustentabilidade_na_cultura.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2019.

SILVA, Sandro Pereira; CARNEIRO, Leandro Marcondes. Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: apontamentos iniciais para o debate. In: *Mercado de Trabalho*, n. 57, ago. 2014. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3757/1/bmt57_novosdados.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2019.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. O conceito de *commons* na cibercultura. *Libero* (FACASPER), v. 11, p. 49-59, 2008. Disponível em: <<http://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/download/598/566>>. Acesso em: 29 ago. 2019.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Redes virais e espectro aberto: descentralização e desconcentração do poder comunicacional. In: SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. *Comunicação digital e a construção dos commons: redes virais, espectro aberto e as novas possibilidades de regulação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007. p. 21-55.

SINGER, Paul. *Economia solidária*. Estudos Avançados, São Paulo, v. 22, n. 62, abr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142008000100020&script=sci_arttext>. Acesso em: 08 jul. 2015.

SINGER, Paul. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Org.). São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. *Uma utopia militante*. Repensando o socialismo. Disponível em: <<https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=482916>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

SINGER, Paul. Um evento épico. In: BRASIL, Ministério da Cultura. *TEIA – Rede de Cultura e Cidadania*. Brasília, DF: Ed. Cultura em Ação, 2007.

SMIERS, Joost. *Un mundo sin copyright*. Artes y medios en la globalización. Barcelona: Editorial Gedisa, 2006.

TAUILE, José Ricardo [et al.]. *Empreendimentos autogestionários provenientes de massas falidas: relatório final: junho de 2004*. Brasília: MTE, IPEA, ANPEC, SENAES, 2005.

TOZZI, Vincenzo, 2013. *Cultura Digital Livre e Sustentável*. Apresentação no FLISOL, Ceilândia, 27 abr. 2013. Disponível em: <<http://baobaxia.mocambos.net/media/mocambos/kalakuta/arquivo/15/05/19/apresentacao-cultura-digital-livre-e-sustentavel-6dcbb.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2015.

TREMBLAY, Gaëtan. Desde la teoría de las industrias culturales. Evaluación crítica de la economía de la creatividad. In: *Las industrias creativas: Amenazas sobre la cultura digital*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2011. p. 49-79.

TURINO, Célio. *Ponto de Cultura: o Brasil de baixo para cima*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

UK DEPARTMENT FOR CULTURE, MEDIA AND SPORTS - DCMS. *Creative Industries Mapping Document*. Londres: DCMS, 1998. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/publications/creative-industries-mapping-documents-1998>>. Acesso em: 10 out. 2013.

UK DEPARTMENT FOR CULTURE, MEDIA AND SPORTS - DCMS. *Creative Industries Mapping Document*. Londres: DCMS, 2001. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/publications/creative-industries-mapping-documents-2001>> Acesso em: 10 out. 2013.

UNESCO Brasil. *Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura*. Brasília, 2003.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT - UNCTAD. *Relatório de Economia Criativa 2010 - Economia Criativa: Uma Opção de Desenvolvimento Viável*. Disponível em: <https://unctad.org/pt/docs/ditctab20103_pt.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2019.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION – UNESCO. *The 2009 UNESCO Framework for Cultural Statistics – FCS*. UNESCO Institute for Statistics – UIS. Montreal, Canadá, 2009. Disponível em: <http://uis.unesco.org/sites/default/files/documents/unesco-framework-for-cultural-statistics-2009-en_0.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2019.

VALE, Cleonisia Alves Rodrigues do; CUNHA, Eduardo Vivian da; OLIVEIRA, Marcus Vinícius de Lima. Diálogo entre a economia solidária e a economia criativa no Projeto Fomento à Arte e à Economia Solidária na Região do Cariri. In: *Revista Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 22, n. 4, p. 639-651, out./dez. 2012.

VIDIGAL, Gustavo Pereira. *A cooperação em economia criativa como estratégia para o desenvolvimento do espaço ibero-americano: uma plataforma de narrativas e práticas*. Dissertação (Mestrado) apresentada na Universitat de Barcelona, Institut de Formació Contínua. Barcelona: 2015.

VIDIGAL, Gustavo Pereira. *Economia criativa de base comunitária*. Apresentação no II ENCONTRO IBEROAMERICANO DE INOVAÇÃO CIDADÃ. 06 dez. 2014. Disponível em: <<https://prezi.com/z6ofuwv0ckf/economia-criativa-de-base-comunitaria/>>. Acesso em: 30 jul. 2015.

VILUTIS, Luana. *Cultura e juventude: a formação dos jovens nos Pontos de Cultura*. Dissertação (Mestrado) apresentada na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-23092009-132908/publico/Dissertacao_LuanaVilutis.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2019.

VILUTIS, Luana. Cultura Viva em rede: impressões da pesquisa de campo. In: BARBOSA DA SILVA, Frederico Augusto; ZIVIANI, Paula (Org.). *Cultura Viva: as práticas de pontos e pontões*. 2. ed. Brasília: Ipea, 2014. v. 1, p. 193-214.

VILUTIS, Luana. Pontos de cultura e planos municipais: perspectivas da cooperação federativa. In: CALABRE, Lia (Org.). *Políticas culturais: olhares e contextos*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; São Paulo: Itaú Cultural, 2015. p. 118-138. Disponível em: <http://d3nv1jy4u7zmsc.cloudfront.net/wp-content/uploads/2015/05/Politicasculturais02_v07.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2019.

WILLIS, Paul. *Aprendiendo a trabajar: cómo los chicos de la clase obrera consiguen trabajos de clase obrera*. Madrid: Adicienes Akal, 2005.

YÚDICE, George. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

ZIBECCHI, Raúl; HARDT, Michael. *Preservar y compartir: Bienes comunes y movimientos sociales*. Buenos Aires: Mardulce, 2013.

ZIVIANI, Paula. Ponto de Cultura na Práxis: a experiência do Kairós. In: BARBOSA DA SILVA, Frederico Augusto; ZIVIANI, Paula (Org.). *Cultura Viva: as práticas de pontos e pontões*. 2. ed., rev. e ampl., Brasília/DF, Ipea, 2014.

ŽIŽEK, Slavoj. Multiculturalismo, o la lógica cultural del capitalismo multinacional. In: ŽIŽEK, Slavoj; JAMESON, Fredric. *Estudios Culturales*. Reflexiones sobre el multiculturalismo. Buenos Aires: Paidós, 2005.

DOCUMENTOS

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO – AGU. Consultoria Jurídica no Ministério da Cultura. *Parecer nº 308/2010/CONJUR/MinC (9.2)*. Processo nº 01400.002703/2010-11. Ementa: I – Minuta de edital de seleção pública, “Prêmio Economia 2010”. Possibilidade. Considerações. II – Cumprimento da legislação aplicável. III – Parecer favorável, com recomendações. Brasília/DF, 8 mar. 2010.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO – AGU. Consultoria Jurídica no Ministério da Cultura. *Parecer nº 693/2011/CONJUR/MinC (12.2)*. Processo nº 01400.002703/2010-11. Ementa: I – Edital Prêmio Economia Viva (sic) II – Consulta quanto à legalidade de pagamento de pró-labore aos membros da Comissão de Avaliação. III – Impossibilidade legal. Brasília/DF, 4 ago. 2011.

ATA da Subcomissão de Sustentabilidade da CNPdc. Reunião da Subcomissão de Sustentabilidade da CNPdc em Pirenópolis, 18 de março de 2011. Postado por Patricia Ferraz em 25 março 2011. Disponível em: <<http://pontosdecultura.org.br/documentos/ata-da-subcomissao-de-sustentabilidade-da-cnpdc/>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL-BNB. *Balanco Social 2008*. Fortaleza, 2009. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/documents/50268/64375/balanco_social_2008.pdf/4d72640b-5210-47ab-92c4-1332764aa6f8>. Acesso em: 25 jun. 2015.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Cultura. *As metas do Plano Nacional de Cultura*. Brasília, DF, 2012a.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Aviso de retificação da Portaria nº 22, de 24 de maio de 2010a*. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/5259046/pg-49-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-25-05-2010>>. Acesso: em 25 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Caderno Diretrizes Gerais para o Plano Nacional de Cultura*. Brasília, DF, 2007a.

BRASIL. Ministério da Cultura; CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Plano Nacional de Cultura*. 2. ed. rev. e amp. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Carta nº 28/GAB/SCC/MinC*. Assunto: Edital Bolsa Agente Escola Viva e Edital Agente Cultura Viva. Brasília, 30 jun. 2011a. Disponível em: <<http://pontosdecultura.org.br/wp-content/uploads/2011/07/oficio-aqui.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Cultura. CGU; AECI-MINC. *Nota Técnica Nº 2567/2010*, de 29 de outubro de 2010b. Analisa Amostra de editais de premiação publicados pela Secretaria de Cidadania Cultural, no exercício de 2010, no âmbito do programa 1141- Cultura Viva.

BRASIL. Ministério da Cultura. COMISSÃO NACIONAL DOS PONTOS DE CULTURA-CNPdC; PONTO DE CULTURA INVENÇÃO BRASILEIRA. *II Fórum Nacional dos Pontos de Cultura – Relatório, Documentos e Resoluções – TEIA* Brasília, 2008a. Disponível em: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/20.500.11997/7292/1/485.%20Teia_Brasilia_2Forum_%20Nacional_Cultura_2008.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Cultura. COMISSÃO NACIONAL DOS PONTOS DE CULTURA-CNPdC; PONTO DE CULTURA INVENÇÃO BRASILEIRA. *TEIA* Brasília 2008: 12 a 16 de novembro, 2008b. Disponível em: <<http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/20.500.11997/7293>>. Acesso em: 29 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Cultura em números: anuário de estatísticas culturais*. Brasília, DF, 2a edição, 2010c.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Cultura Viva: Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária – 3ª ed.* 2005a. Disponível em: <http://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/MinC-2010-Programa_Nacional_Arte_Educacao_Cidadania_Economia_Solidaria-3a_Edicao.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Cultura. Edital de divulgação nº 8, de 9 de março de 2010. Processo de Seleção do Prêmio Economia Viva. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília/DF, nº 47, p. 14-16, 11 mar. 2010d. Seção 3. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=11/03/2010&jornal=3&pagina=14&totalArquivos=168>>. Acesso em: 25 jan. 2015.

BRASIL, Ministério da Cultura. Edital nº 11, de 13 de dezembro de 2011 – Prêmio Agente Jovem de Cultura: diálogos e ações interculturais. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília/DF, nº 239, p. 39-40, 14 dez. 2011b. Seção 3. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=14/12/2011&jornal=3&pagina=39&totalArquivos=296>>. Acesso em: 25 fev. 2015.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Estruturação, Institucionalização e Implementação do Sistema Nacional de Cultura*. Brasília: Dezembro de 2011c.

BRASIL. Ministério da Cultura. *O Programa CEUS – Centro de Artes e Esportes Unificados*. [2013a] Disponível em: <<http://ceus.cultura.gov.br/index.php/home/o-programa>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações - 2011-2014*. Brasília/DF, 2011d.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Portaria nº 10*, de 9 de dezembro de 2008c. Disponível em: <http://semanaculturaviva.cultura.gov.br/linhadotempo/pdf/editais/PRT0010_SPPC_09DEZ2008.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2015

BRASIL. Ministério da Cultura. *Portaria nº 12*, de 9 de abril de 2010. Prorroga o prazo de vigência do Edital do Prêmio Economia Viva. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília/DF, nº 68, p. 24, 12 abril 2010e. Seção 3. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=12/04/2010&jornal=1&pagina=24&totalArquivos=96>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Portaria nº 22*, de 24 de maio de 2010. Torna pública a lista de entidades que tiveram seus projetos habilitados e inabilitados no Prêmio Economia Viva. *Diário Oficial da União*, Brasília/DF, nº 98, p. 49-50, 25 maio 2010f. Seção 1. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=25/05/2010&jornal=1&pagina=49&totalArquivos=136>>. Acesso em: 25 jan. 2015.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Portaria nº 29*, de 21 de maio de 2009. Dispõe sobre a elaboração e gestão de editais de seleção pública para apoio a projetos culturais e para concessão de prêmios a iniciativas culturais no âmbito do Ministério da Cultura. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília/DF, nº 96, p. 10, 22 maio 2009a. Seção 1. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=22/05/2009&jornal=1&pagina=10&totalArquivos=184>>. Acesso em: 26 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Portaria nº 35*, de 1º de julho de 2010. Constitui a Comissão de Avaliação para análise dos projetos encaminhados ao Edital Prêmio Economia Viva. *Diário Oficial da União*, Brasília/DF, nº 128, p. 6, 7 jul. 2010g. Seção 2. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=2&pagina=6&data=07/07/2010>>. Acesso em: 25 jan. 2015.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Portaria nº 38*, de 6 de julho de 2010. Torna pública a lista de entidades que tiveram seus projetos premiados, classificados, desclassificados e inabilitado no Prêmio Economia Viva. *Diário Oficial da União*, Brasília/DF, nº 131, p. 14-15, 12 jul. 2010h. Seção 1. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=12/07/2010&jornal=1&pagina=14&totalArquivos=96>>. Acesso em: 25 jan. 2015.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Portaria nº 43*, de 29 de setembro de 2010. Torna pública a lista de inabilitados que encaminharam recurso administrativo. *Diário Oficial da União*, Brasília/DF, nº 189, p. 12, 1º out. 2010i. Seção 1. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=01/10/2010&jornal=1&pagina=12&totalArquivos=136>>. Acesso em: 25 jan. 2015.

BRASIL. Ministério da Cultura. Portaria n° 45, de 19 de abril de 2012. Institui o Grupo de Trabalho – GT Cultura Viva para elaborar proposta de redesenho do Programa Cultura Viva. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília/DF, n° 78, p. 5, 23 abr. 2012b. Seção 2. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=23/04/2012&jornal=2&pagina=5&totalArquivos=68>>. Acesso em: 26 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Cultura. Portaria n° 82, de 18 de maio de 2005. Reformula o Artigo 2o da Portaria n° 156, de 06 de julho de 2004. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília/DF, n° 97, p. 14, 23 maio 2005b. Seção 1. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=14&data=23/05/2005>>. Acesso em: 19 ago. 2015.

BRASIL. Ministério da Cultura. Portaria n° 118, de 30 de dezembro de 2013. Reformula o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília/DF, n° 253, p. 7, 31 dez. 2013b. Seção 1. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=31/12/2013&jornal=1&pagina=7&totalArquivos=176>>. Acesso em: 26 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Cultura. Portaria n° 156, de 6 de julho de 2004, que dispõe sobre a criação do Programa Cultura Viva. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília/DF, n° 129, p. 13, 7 jul. 2004a. Seção 1. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=07/07/2004&jornal=1&pagina=13&totalArquivos=116>>. Acesso em: 01 nov. 2013.

BRASIL. Ministério da Cultura. Portaria n° 191, de 21 de agosto de 2014. Institui o Edital Prêmio Cultura Hip Hop 2914. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília/DF, n° 162, p. 20, 25 ago. 2014a. Seção 1. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=25/08/2014&jornal=1&pagina=20&totalArquivos=132>>. Acesso em: 19 ago. 2015.

BRASIL. Ministério da Cultura. Portaria n° 515, de 28 de novembro de 2003. Cria o Programa REFAVELA e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília/DF, n° 234, p. 27, 2 dez. 2003a. Seção 1. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=27&data=02/12/2003>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

BRASIL, Ministério da Cultura. Teia Nacional da Diversidade 2014. *Revista do MinC* - n° 4, Brasília/DF, maio 2014b. Disponível em: http://antigo.cultura.gov.br/documents/10883/1167407/SITE_revista+4+Teia+DIGITAL.pdf/34cc3981-b7d4-441e-9cf9-e51f79b5ee86> Acesso em: 28 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Processo 01400.002703/2010-11*: Prêmio Economia Viva 2010. Brasília/DF, 2010j.

BRASIL. Ministério da Cultura. Processo 01400.021876-2009-96 – Andréa Saraiva Martins. Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural. Brasília, DF, 2009b.

BRASIL. Ministério da Cultura. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. Programa Cultura Viva: Análises e observações. Brasília/DF: 2009c. Disponível em:

<http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/20.500.11997/6813/1/446.%20Programa_Cultura_Viva_Analises_Observacoes_2010.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva: Autonomia, Protagonismo e Fortalecimento Sócio-cultural para o Brasil*. 2010K. Disponível em: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br:8080/bitstream/20.500.11997/6815/1/448.%20Programa_Nacional_Cultura_Educacao_Cidadania_2010.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Cultura. Retificação da Portaria nº 38, de 6 de julho de 2010. Publicação dos projetos classificados no Prêmio Economia Viva por ordem de classificação. In: *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, nº 135, p. 6, 16 jul. 2010l. Seção 1. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=6&data=16/07/2010>>. Acesso em: 25 jan. 2015.

BRASIL. Ministério da Cultura. SÃO PAULO, Governo do Estado. *Catálogo da rede de Pontos de Cultura do Estado de São Paulo: 2010 a 2012*. São Paulo: 2012c. Disponível em: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/20.500.11997/7357/1/372.%20Catalogo_Rede_Pontos_Cultura_SP_2012.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria de Cidadania Cultural. Coordenação-Geral de Cultura e Cidadania. *Nota Técnica nº 02/GAB/SCC/MinC*. Processo nº: 01400.002664/2010-43. Assunto: Prorrogação de vigência do Edital Prêmio Economia Viva 2010. 17 jun. 2011. Brasília: 2011e.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural. *Linha do Tempo Cultura Viva – 2004/2014*. Brasília, 2014c. Disponível em: <<http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/20.500.11997/6734/1/427.%20Linha%20do%20tempo%20Cultura%20Viva.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural. *Programa Cultura Viva – Documento Base*. Brasília, 2013c. Disponível em: <<http://rubi.casaruibarbosa.gov.br:8080/bitstream/20.500.11997/6828/1/124.documento.base.cultrua.viva.2013.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2015.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural. *Relatório de Pontos de Cultura – Nacional*. 17 ago. 2012d. Disponível em: <<http://www2.cultura.gov.br/culturaviva/wp-content/uploads/2012/08/SCDC-Lista-de-Pontos-de-Cultura-Nacional.xlsx>>. Acesso em: 26 jun. 2015.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria de Cidadania Cultural. Memorando nº 158, CGCC/SCC/MinC, de 18 de agosto de 2009, referente à contratação de consultoria para implementação de metodologias de Arranjos Produtivos Locais (APLs) sob o viés da economia da cultura nas Ações do Programa Cultura Viva. Brasília, DF, 2009c.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria de Cidadania Cultural. Plano de Providências. Resposta à Solicitação de Auditoria nº 253828/003 - Nota Técnica Conjunta no 2.567/2010/CGU-PR e AECI/MinC. Brasília/DF, 03 fev. 2012e.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria Nacional de Economia Solidária, Ministério do Trabalho e Emprego; OSASCO, Prefeitura Municipal; REDE de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. I Conferência Nacional de Economia Solidária da Cultura. Osasco/SP, 24 e 25 nov 2010m. Disponível em: <http://www.portodecultura.com.br/novo/media/wysiwyg/PDFs/2011_09_30_livro_osasco_final.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Cultura. Seminário Internacional do Programa Cultura Viva: Novos Mapas Conceituais. Brasília, DF, 2009d. Disponível em: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/20.500.11997/6980/1/476.%20Seminario_Internacional_Cultura_Viva_Mapas_2010.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Cultura. *TEIA – Rede de Cultura e Cidadania*. Brasília-DF: Cultura em Ação, 2007b.

BRASIL. Minister of Culture. Living Culture: National Program of Art, Education, Citizenship and Solidarity Economy – 3ª ed. 2005c. Disponível em: <http://semanaculturaviva.cultura.gov.br/linhadotempo/pdf/publicacoes/SPPC/Living_Culture_National_Program_3ed_2005.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Edital nº 02 – Programa de Extensão Universitária PROEXT 2013d – MEC/SESu. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10146-edital02-proext2013&category_slug=marco-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 28 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Edital nº 05 – Programa de Extensão Universitária PROEXT 2010. – MEC/SESu. 2010n. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=4507&Itemid. Acesso em: 31 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. *Programa Nacional de Extensão Universitária – PROEXT Programa Mais Cultura nas Universidades*. 21 maio 2015b. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/prorext-siteantigo/arquivos-diversos/PROEXT%20-%20Programa%20Mais%20Cultura%20nas%20Universidades%20-%20MEC.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. *Termo de Referência para Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais – Versão para Discussão do GT Interministerial: Versal Final* (16 abr. 2004), 2004b. Disponível em: <<http://www.sepog.ro.gov.br/Uploads/Arquivos/PDF/APL/Termo%20de%20Referencia.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Plano Mais Brasil PPA 2012-2015: Meta selecionada: Apoiar 80 Arranjos Produtivos Locais no país – Situação* (ano-base 2013e). Disponível em: <<http://ppamaisbrasil.planejamento.gov.br/sitioPPA/paginas/paineis/analise-situacional-meta.xhtml?jsessionid=bJTENH3avKAlhtF1nOuAEyDT.undefined?meta=3826>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

BRASIL. Presidência da República – Controladoria-Geral da União. *Nota Técnica Conjunta nº 2.567/2010/CGU-PR e AECI/MinC*. Assunto: Análise de Amostra de Editais de Premiação

publicados pela Secretaria de Cidadania Cultural, no exercício de 2010, no âmbito do Programa 1141 – Cultura Viva. Brasília/DF, 29 out. 2010o.

BRASIL. Presidência da República – Controladoria-Geral da União. *Solicitação de Auditoria*. Número: 253828/003. Brasília/DF, 12 jan. 2012f.

BRASIL. Presidência da República – Controladoria-Geral da União. *Solicitação de Auditoria*. Número: SCC/APG – 002. Brasília/DF, 30 ago. 2010p.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 5.761*, de 27 de abril de 2006a. Regulamenta a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, estabelece sistemática de execução do Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5761.htm>. Acesso em: 26 jul. 2015.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 7.357*, de 17 de novembro de 2010. Dispõe sobre o Programa nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – PRONINC, e dá outras providências. 2010q. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7357.htm>. Acesso em: 29 jul. 2015.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 7.568*, de 16 de setembro de 2011f. Altera o Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, o Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999, que regulamenta a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7568.htm>. Acesso em: 26 jul. 2015.

BRASIL. Presidência da República. *Emenda Constitucional nº 48*, de 10 de agosto de 2005c. Acrescenta o § 3o ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc48.htm>. Acesso em: 12 set. 2019.

BRASIL. Presidência da República. *Lei Federal nº 8.313*, de 23 de dezembro de 1991a. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8313cons.htm>. Acesso em: 25 jul. 2015.

BRASIL. Presidência da República. *Lei Federal nº 8.666*, de 21 de junho de 1993a. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm>. Acesso em: 26 jul. 2015.

BRASIL. Presidência da República. *Lei Federal nº 9.784*, de 29 de janeiro de 1999a. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9784.htm>. Acesso em: 10 jul. 2019.

BRASIL. Presidência da República. *Lei Federal nº 9.790*, de 23 de março de 1999b. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de

Parceria, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19790.htm>. Acesso em: 10 set. 2014.

BRASIL. Presidência da República. *Lei Federal nº 12.343*, de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura – PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC e dá outras providências. 2010r. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/112343.htm>. Acesso em: 26 jul. 2015.

BRASIL. Presidência da República. *Lei Federal nº 13.018*, de 22 de julho de 2014d. Institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília/DF, nº 139, p. 1-2, 23 jul. 2014d. Seção 1. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=23/07/2014&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=68>>. Acesso em: 10 set. 2015.

BRASIL. Presidência da República. *Lei Federal nº 13.019*, de 31 de julho de 2014e. Estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e no 9.790, de 23 de março de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2014/Lei/L13019.htm>. Acesso em: 10 setembro 2014.

BRASIL. Presidência da República. *Medida Provisória nº 658*, de 29 de outubro de 2014f. Altera a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=FDDCAD97CF61CBD9EC7AAF3EE8037D4D.proposicoesWeb2?codteor=1283253&filename=MPV+658/2014>. Acesso em: 26 jul. 2015.

BRASIL. Presidência da República. *Mensagem nº 214*, e 22 de julho de 2014 veta o § 2o do Art. 4o do Projeto de Lei no 757/2011. *Diário Oficial da União*, Brasília/DF, nº 139, p. 2, 23 jul. 2014g. Seção 1. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=23/07/2014&jornal=1&pagina=2&totalArquivos=68>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

COMISSÃO NACIONAL DOS PONTOS DE CULTURA-CNPdC. *Carta aberta dos Pontos de Cultura à Presidenta Dilma*. 24 maio 2011. Brasília/DF, 2011a. Disponível em: <<http://violadebolso.org.br/wp-content/uploads/2011/04/CARTAABERTA.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

COMISSÃO NACIONAL DOS PONTOS DE CULTURA-CNPdC. *Carta de Natal*. 22 maio 2014. Natal/RN, 2014. Disponível em: <<http://acaoculturalse.blogspot.com/2014/07/carta-de-natal-teia-nacional-da.html>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

COMISSÃO NACIONAL DOS PONTOS DE CULTURA-CNPdC. *Carta de Sustentabilidade dos Pontos de Cultura*. 2010. Disponível em: <<http://pontosdeculturabrasil.redelivre.org.br/2010/11/28/carta-de-sustentabilidade-dos-pontos-de-cultura/>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

COMISSÃO NACIONAL DOS PONTOS DE CULTURA-CNPdC. *Manifesto dos Pontos de Cultura*. 25 maio 2011b. Disponível em: <<http://pontosdeculturabrasil.redelivre.org.br/files/2011/05/MANIFESTO-PdeCULTURA25maio.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2013.

COMISSÃO NACIONAL DOS PONTOS DE CULTURA-CNPdC. *Revisões de texto realizadas pelo Conselho Nacional de Políticas Culturais*. Brasília, junho de 2008.

Comunicado da SCC aos Pontos de Cultura e Premiados, assinado por TT Catalão e postado por Valéria Viana Labrea. 29 out. 2010. Disponível em: <<http://culturadigital.br/valeriaviana/2010/10/29/comunicado-da-scc-aos-pontos-de-cultura-e-premiados/>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

CONFERÊNCIA INTERGOVERNAMENTAL PARA AS POLÍTICAS CULTURAIS PARA O DESENVOLVIMENTO. Estocolmo, 1998. Disponível em: <http://www.culturalrights.net/descargas/drets_culturals419.pdf>. Acesso em: 04 set. 2015.

IV CONGRESO IBEROAMERICANO DE CULTURA. *Conclusiones*. Mar del Plata, Argentina, set. 2011a. Disponível em: <<https://www.oei.es/historico/ivcic.php>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

IV CONGRESO IBEROAMERICANO DE CULTURA. *Recomendaciones de Cofralandes organizaciones culturales y comunitarias*. Mar del Plata, set. 2011b. Disponível em: <<http://www.culturaiberoamerica.cr/wp-content/uploads/2014/02/Recomendaciones-Cofralandes.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2015.

ECUADOR. Constitución Política del Ecuador. 2008. Disponível em: <<https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2008/6716.pdf?view=1>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

FORO REGIONAL DE CULTURA VIVA COMUNITARIA. *Declaración de Medellín por la Cultura Viva Comunitaria*. Medellín, Colômbia, del 26 a 28 de septiembre de 2012. Publicado em 04 out. 2012. Disponível em: <<http://iberculturaviva.org/wp-content/uploads/2015/12/DECLARACION-DE-MEDELLIN-CULTURA-VIVA-COMUNITARIA.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

GT de Economia Solidária da CNPdc. *Ata do Grupo de Trabalho Temático do IV FNPC 2014*. Natal/RN, 20 maio 2014a.

GT de Economia Solidária da CNPdc. *Plano de Trabalho do GT de Economia Solidária*. Natal/RN, maio 2014b.

HOLLANDA, Ana de. Discurso de posse da ministra da Cultura, Ana de Hollanda. 03 jan. 2011. Disponível em: <<http://cultura.gov.br/312805-revision-v1/>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

IDEA2010. *Em busca de um novo paradigma de cooperação e sustentabilidade*. Belém, 2010. Disponível em: <http://redeabra.org.br/idea2010/archivos/docs/FMCET/FCET2010_em_busca_de_um_novo_paradigma_de_cooperacao_e_sustentabilidade.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2015.

INSTITUTO DE ASSESSORIA PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO – IADH. BRASIL, Secretaria Nacional de Economia Solidária. *Avaliação do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas e Empreendimentos Solidários – Proninc: Relatório Final*. Recife, 2011. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3C3A6BBF013CB4C1940C0E82/Avalia%C3%A7%C3%A3o%20do%20PRONIN%202011%20%20IADH.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2015.

V PLENÁRIA MINEIRA DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA. *Carta da V Plenária Mineira de Economia Popular Solidária ao movimento de Economia Solidária, aos movimentos sociais, e à sociedade*. Belo Horizonte/MG, 29 set. 2012. Disponível em: <<http://cirandas.net/fbes/economia-solidaria-no-brasil/carta-da-v-plenaria-estadual-de-economia-solidaria-de-minas-gerais>>. Acesso em: 07 set. 2015.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. Extratos de Contratos. Nº Contrato: 2009/001292. Contratado: Andréa Saraiva Martins. *Diário Oficial da União*, Brasília/DF, nº 17, p. 143, 26 jan. 2010. Seção 3. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=26/01/2010&jornal=3&pagina=143&totalArquivos=168>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

PUEBLO HACE CULTURA. *Documento de Debate Por el Tratamiento y la Aprobación de la Ley de los “Puntos de Cultura”*. Buenos Aires, 2010. Disponível em: <<http://www.constituyentesocial.org.ar/article815.html?lang=es>>. Acesso em: 30 out. 2013.

PUEBLO HACE CULTURA. *Material de Debate y Educación Popular: Proyecto de Ley de Apoyo a la Cultura Comunitaria, Autogestiva e Independiente*. Buenos Aires, 2012. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/120638324/Proyecto-de-Ley-Apoyo-Cultura-Comunitaria-Autogestiva-e-Independiente>>. Acesso em: 30 out. 2013.

RELATÓRIO DA COMISSÃO MUNDIAL DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO DA UNESCO. *Nossa diversidade criadora*. Campinas: Papyrus; Brasília: UNESCO, 1997. Organizado por Javier Pérez de Cuéllar.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura da Cidade do. *Edital SMC nº 03*, de 01 de agosto de 2014: Edital de Seleção de Pontões de Cultura – Rede Carioca de Pontos de Cultura. Rio de Janeiro: 2014. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4838483/4125251/00.EditaldeSelecaoPontoesdeCulturaRedeCarioca.pdf>>. Acesso em: 10 set 2015.

SECRETARIA DE CIDADANIA CULTURAL. Resposta da CGCC à Solicitação de Auditoria apresentada pela Controladoria Geral da União. Brasília/DF, set. 2010.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – SENAES. *Formulário Empreendimento Econômico Solidário (EES) - SIES 2009 / 2010*. Disponível em: <<http://atlas.sies.org.br/doc/formulario-ees-aplicado-sies.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2015.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – SENAES. *Acontece Senaes – Divulgação dos dados preliminares do SIES 2013*. 2013. Disponível em: <<http://sies.ecosol.org.br/images/resultado/sies-divulgacao-de-dados-preliminares-2013.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

UNIÃO POPULAR DE MULHERES DE CAMPO LIMPO E ADJACÊNCIAS – UPM. *Carta de repactuação – Projeto REDES: Empreendimentos culturais solidários*. São Paulo: 2014a.

UNIÃO POPULAR DE MULHERES DE CAMPO LIMPO E ADJACÊNCIAS – UPM. *Relatório do Mapeamento e Diagnóstico – Projeto REDES: Empreendimentos culturais solidários*. São Paulo: 2014b

MATÉRIAS

Ação Economia Viva na TEIA 2010. Postado por Andréa Saraiva em 02 abril 2010. Disponível em: <<http://culturadigital.br/economiaviva/2010/04/02/acao-economia-viva-na-teia-2010/>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

FBES, Fórum DF e Entorno e SENAES organizam atividades durante a Teia 2008. Postado por Secretaria Executiva do FBES em 14 nov. 2008. Publicado no site Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Disponível em: <<https://fbes.org.br/2008/11/23/fbes-forum-df-e-entorno-e-senaes-organizam-atividades-durante-a-teia/>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

Feira Nacional de Economia Solidária dentro do TEIA. Postado por Secretaria Executiva do FBES em 24 fev. 2006. Publicado no site Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Disponível em: <<https://fbes.org.br/2006/02/24/feira-nacional-de-economia-solidaria-dentro-do-teia/>>. Acesso em: 29 ago. 2019.

GIL, Gilberto; PORTA, Paula. *Economia da Cultura. Folha de São Paulo*, publicado em 03 de fevereiro de 2008. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0302200809.htm>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

HENRIQUE, Carlos. *Balço social e contábil do espaço de feira de trocas da Primeira Feira Nacional de Economia Solidária*. Mensagem enviada em 14 abr. 2006 para a Lista aberta do FBES. Disponível em: <https://br.groups.yahoo.com/neo/groups/e_solidaria/conversations/messages/3683>. Acesso em: 15 jul. 2015.

HENRIQUE, Carlos. *Feira de trocas na I Feira Nacional de Economia Solidária*. Postado por Carlos Henrique em 04 abr. 2006. Publicado no site Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Disponível em: <<https://fbes.org.br/2006/04/04/feira-de-trocas-na-i-feira-nacional-de-economia-solidaria/>>. Acesso em: 29 ago. 2019.

Isto é Nollywood, a segunda maior indústria de cinema do mundo. Publicado em Observador, 10 jul. 2015. Disponível em: <<http://observador.pt/2015/07/10/isto-nollywood-das-maiores-industrias-cinema-do-mundo/>>. Acesso em: 07 ago. 2015.

JERONYMO, Guilherme. *Apoio de Petrobras e Vale à TEIA vai além do patrocínio.* Postado por Guilherme Jeronymo – 100 canais no Jornal iTEIA, em 02 nov. 2007. Disponível em: <<http://www.iteia.org.br/apoio-de-petrobras-e-vale-a-teia-2007-vai-alem-do-patrocinio/>>. Acesso em: 29 jan. 2015.

KHODJA, Emmanuel. *Mensagem GT_economiaviva: Junção ou Não de GTs*, enviada em 07 abr. 2010. Disponível em: <https://groups.google.com/forum/#!searchin/gt_economiaviva/jun%C3%A7%C3%A3o%7Csort:date/gt_economiaviva/2YnYBFO17FU/jvNypteqL-UJ>. Acesso: 28 ago. 2019.

MinC amplia Pronatec Cultura em 2015. Publicado em Notícias em destaque – Ministério da Cultura em 06 jan. 2015 . Disponível em: <<http://portal-cultura.apps.cultura.gov.br/minc-amplia-pronatec-cultura-em-2015/>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

MIRANDA, André. *Projeto Pontos de Cultura, criado pelo governo, sofre esvaziamento e deve ir à Justiça.* Publicado no O Globo, em 08 mar. 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/projeto-pontos-de-cultura-criado-pelo-governo-sofre-esvaziamento-deve-ir-justica-4249609>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

Nollywood: o cinema da África que criou sua própria identidade. Publicado por Natalia da Luz no site Por dentro da África em 16 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.pordentrodaafrica.com/cultura/nollywood-o-cinema-da-africa-que-surpreendeu-o-mundo>>. Acesso em: 7 ago. 2015.

OBSERVATÓRIO do direito à comunicação. *Pontos de Cultura defendem profissionalização para ter vida longa.* 22 out. 2007. Disponível em: <<http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=19542>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

Pontos de Cultura entre o prestígio e o descaso. Por Henrique Costa. Plataforma por um Novo Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil, 2011. Disponível em: <<http://plataformaosc.org.br/pontos-de-cultura-entre-o-prestigio-e-o-descaso/>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

Reunião entre Pontos de Cultura e Marta Suplicy. Postado por Cultura Viva – São Paulo/SP, em 17 jan. 2013. Overmundo. Disponível em: <<http://www.overmundo.com.br/overblog/reuniao-entre-pontos-de-cultura-e-marta-suplicy>>. Acesso em: 19 maio 2015.

TURINO, Célio. *Parecer sobre o Edital para seleção de Pontões: Programa Cultura Viva.* Postado por Pontão CNPdC/COEPI em 07 mar. 2012. Disponível em: <<http://pontos.cultura.sc/parecer-sobre-o-edital-para-selecao-de-pontoes-%E2%80%93-programa-cultura-viva/>>. Acesso em: jun. 2015.

VILELA, Pedro Rafael. *TEIA: Pontos de Cultura e CEUs discutem gestão participativa.* publicado por Ascom/MinC, 2014. Disponível em: <<http://cultura.gov.br/teia-pontos-de-cultura-e-ceus-discutem-gestao-participativa/>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

ENTREVISTAS

- ARAÚJO, Bruno Emiliano Campolina de. Entrevista concedida à autora, em 17 set. 2014.
- ASSUNÇÃO, Maria Izaíde Vieira. Entrevista concedida à autora, em 22 set. 2014.
- BASILEU, Jane. Entrevista concedida à autora, em 25 set. 2014.
- BIANCHINI, Rosana. Entrevista concedida à autora, em 29 out. 2014.
- CUNHA, Gabriela. Entrevista concedida à autora, em 03 jun. 2015.
- FERREIRA, Natalina Zeferina de Jesus. Entrevista concedida à autora, em 28 out. 2014.
- JATOBÁ, Pedro. Entrevista concedida à autora, em 28 jun. 2015.
- LEITE, Luiz Fernando Ferreira. Entrevista concedida à autora, em 17 set. 2014.
- MESQUITA, Rafael. Entrevista concedida à autora, em 14 out. 2014.
- NARCISA, Mariene Soares da Silva. Entrevista concedida à autora, em 28 out. 2014.
- NEVES, Maria Lúcia Santana. Entrevista concedida à autora em 19 nov. 2014.
- OLIVEIRA, Bráulio Barros de. Entrevista concedida à autora, em 08 jan. 2015.
- OLIVEIRA, Fernando. Entrevista concedida à autora, em 14 nov. 2014a.
- OLIVEIRA, Maria José Marques. Entrevista concedida à autora, em 22 set. 2014b.
- PEREIRA, Ary. Entrevista concedida à autora, em 29 nov. 2014a.
- PEREIRA, Clebson. Entrevista concedida à autora, em 17 nov. 2014b.
- SARAIVA, Andréa. Entrevista concedida à autora, em 22 jan. 2015.
- SOUZA, Wanda Maria de. Entrevista concedida à autora, em 28 out. 2014.
- TURINO, Célio. Entrevista concedida à autora, em 17 nov. 2014.
- VENÂNCIO, Jeanne. Entrevista concedida à autora em 25 set. 2014.
- VINÍCIUS, Thiago. Entrevista concedida à autora, em 17 nov. 2014.

PROJETOS E RELATÓRIOS DAS INICIATIVAS PREMIADAS

AFFAS – AÇÃO FAÇA UMA FAMÍLIA SORRIR. *Projeto Pólo de Moda “Produção Solidária Costurando Sonhos”*. Sabará/MG, 2010.

AFFAS – AÇÃO FAÇA UMA FAMÍLIA SORRIR. *Relatório de execução da aplicação de recursos*. Sabará/MG, 22 dez. 2011.

AGÊNCIA POPULAR SOLANO TRINDADE. *Infográfico Agência Solano Trindade*. Postado por Cassimano Santos, em 15 jan. 2013. Disponível em: <<https://prezi.com/kqa9uasecirq/infografico-ag-popular-solano-trindade/>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

ALVO ASSOCIAÇÃO CULTURAL – ACC. *Projeto Circuito Sul da Música Independente*. Porto Alegre/RS, 2010.

ALVO ASSOCIAÇÃO CULTURAL – ACC. *Relatório de execução da aplicação de recursos*. Porto Alegre/RS, 10 mar. 2012.

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA POPULAR MANDICUERA. *Projeto Fabriqueiros*. Paranaguá/PR, 2010.

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA POPULAR MANDICUERA. *Relatório de execução da aplicação de recursos*. Paranaguá/PR, 22 dez. 2012.

ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO ARTE E CULTURA POPULAR CASA DO BONECO DE ITACARÉ. *Projeto Isadi Dúdú*. Itacaré/BA, 2010.

ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO ARTE E CULTURA POPULAR CASA DO BONECO DE ITACARÉ. *Relatório de execução da aplicação de recursos*. Itacaré/BA, 27 dez. 2011.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONDOMÍNIO E AMIGOS DA VILA MIMOSA – AMOCAVIM. *Anexo ao ofício circular n° 01/2012/CED/CGCC/SCC/MinC* - Relatório de execução da aplicação dos recursos. Rio de Janeiro, 20 dez 2012.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONDOMÍNIO E AMIGOS DA VILA MIMOSA – AMOCAVIM. *Projeto Camélia da Liberdade*. Rio de Janeiro/RJ, 2010.

ASSOCIAÇÃO REDE CANANÉIA. Projeto Rede de economia solidária, cultura e turismo de base comunitária – a produção cultural gerando renda em Cananéia-SP. Cananéia/SP, 2010.

ASSOCIAÇÃO REDE CANANÉIA. *Relatório de execução da aplicação de recursos*. Cananéia/SP, 2010.

ASSOCIAÇÃO REDE CANANÉIA. *Ofício n° 60/11* – Alterações realizadas no projeto. Cananéia/SP, 19 dez. 2011.

ASSOCIAÇÃO REDE CANANÉIA. *Relatório de execução da aplicação de recursos* – de janeiro a outubro de 2012. Cananéia/SP, 06 nov. 2012.

ASSOCIAÇÃO SÃO JORGE FILHO DA GOMÉIA. *Projeto Kula Tecelagem*. Lauro de Freitas/BA, 2010.

ASSOCIAÇÃO SÃO JORGE FILHO DA GOMÉIA. *Relatório de execução da aplicação de recursos*. Lauro de Freitas/BA, 26 dez 2011.

BRASIL, Ministério da Cultura. Secretaria de Cidadania Cultural. *Ofício n° 41/2012/CED/CGCC/SCC/MINC* - Assunto: Solicitação de justificativa de compra de automóvel – Projeto Agência Popular de Fomento à Cultura – Solano Trindade. Brasília/DF, 14 maio 2012.

BRASIL, Ministério da Cultura. Secretaria de Cidadania Cultural. *Processo “Mãe” Prêmio Economia Viva 2010* MinC n° 01400.002703/2010-11. v. 1 e v. 2. 2010.

GARÇONI, Cecília. Ficha de Avaliação do Projeto Fabriqueiros. Brasília/DF, 09 jun. 2010. In: BRASIL, Ministério da Cultura. Secretaria de Cidadania Cultural. *Processo “Mãe” Prêmio Economia Viva 2010* MinC n° 01400.002703/2010-11. v. 1, p. 42.

INSTITUTO INTERCIDADANIA. *Projeto Espaço E.S.C.A.M.B.O* (Economia Solidária da Cultura Articulando Movimentos BiOregionais). Recife/PE, jul. 2010.

INSTITUTO INTERCIDADANIA. *Relatório de execução da aplicação de recursos*. Recife/PE, 2010.

INSTITUTO KAIRÓS. *Projeto Sustent'Habilidades: tecendo o próprio futuro*. Nova Lima/MG, 2010.

INSTITUTO KAIRÓS. *Relatório parcial 1ª parcela 2011/2012 - Projeto Sustent'Habilidades: tecendo o próprio futuro*. Nova Lima/MG, 12/06/2012a

INSTITUTO KAIRÓS. *Relatório parcial 2ª parcela: Julho de 2012 a Dezembro de 2012 - Projeto Sustent'Habilidades: tecendo o próprio futuro*. Nova Lima/MG, 12/06/2012a

INSTITUTO MILHO VERDE – IMV. *Projeto Bordados da Barra – potencialização da capacidade produtiva*. Milho Verde/MG, 12 abril de 2010.

INSTITUTO MILHO VERDE – IMV. *Relatório de execução da aplicação de recursos*. Milho Verde/MG, 28 fev. 2012.

OSCIP – ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO – AMIGO DO ÍNDIO – AMI. *Projeto Padaria Comunitária Indígena: mãos na massa*. Dourados, 2010.

PREGNOLATTO, Daráina. Ficha de Avaliação do Projeto Padaria Comunitária Indígena: mãos na massa. Brasília/DF, 08 jun. 2010. In: BRASIL, Ministério da Cultura. Secretaria de Cidadania Cultural. *Processo “Mãe” Prêmio Economia Viva 2010 MinC nº 01400.002703/2010-11*. v. 1, p. 64.

UNIÃO POPULAR DE MULHERES DE CAMPO LIMPO E ADJACÊNCIAS-UPM. *Complementação da Prestação de Contas*. 18 abr. 2012. São Paulo/SP, 2012.

UNIÃO POPULAR DE MULHERES DE CAMPO LIMPO E ADJACÊNCIAS-UPM. *Complementação da Prestação de Contas*. 20 maio 2012. São Paulo/SP, 2012.

UNIÃO POPULAR DE MULHERES DE CAMPO LIMPO E ADJACÊNCIAS-UPM. *Folheto da festa de inauguração da Loja É'dmarca*. In: UPM, Ofício a Pedro Domingues Monteiro Junior. Assunto: complementação de prestação de contas, 18 abr. 2012, São Paulo/SP).

UNIÃO POPULAR DE MULHERES DE CAMPO LIMPO E ADJACÊNCIAS-UPM. *Projeto Agência Popular de Fomento à Cultura – Solano Trindade*. São Paulo/SP, 2010.

UNIÃO POPULAR DE MULHERES DE CAMPO LIMPO E ADJACÊNCIAS-UPM. *Relatório de execução da aplicação de recursos*. 30 nov. 2011. São Paulo/SP, 2011.

LINKS

<http://www.abong.org.br/>

<http://plataformaosc.org.br/category/noticias/>

<https://observatoriosc.wordpress.com/2014/07/03/entenda-a-nova-lei-que-regula-as-parcerias-entre-oscs-e-orgaos-publicos/>

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13019.htm
<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/programa-nacional-de-incubadoras-de-cooperativas-populares-proninc.htm>
<http://www.jeanlouislaville.fr/category/bibliographie/>
<http://www.abong.org.br/>
<http://plataformaosc.org.br/category/noticias/>
<https://observatoriosc.wordpress.com/2014/07/03/entenda-a-nova-lei-que-regula-as-parcerias-entre-oscs-e-orgaos-publicos/>
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13019.htm
<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/programa-nacional-de-incubadoras-de-cooperativas-populares-proninc.htm>
http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=8722&Itemid=62
<http://www.culturaiberoamerica.cr/documentos/>
<http://semanaculturaviva.cultura.gov.br/linhadotempo/publicacoes.html>
<http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/20.500.11997/6734/1/427.%20Linha%20do%20tempo%20Cultura%20Viva.pdf>
http://semanaculturaviva.cultura.gov.br/linhadotempo/editais_premios.html
<http://ites.colivre.net/Site/Publicacoes?tipo=Artigos>
<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jspdata=01/10/2010&jornal=1&pagina=12&totalArquivos=136>
<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1585410/pg-14-secao-3-diario-oficial-da-uniao-dou-de-11-03-2010>
<http://www.cultura.gov.br/documents/10883/38605/premio-economia-viva.pdf/81ee3b2a-5da5-4e4e-bf97-adb909bdbd8d>
<http://www.cultura.gov.br/documents/10883/38605/retificacao-portaria-habilitados-economia-viva.pdf/102649bf-44ae-4c8f-8186-b112e79f4413>
<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=2&pagina=6&data=07/07/2010>
<http://www.cultura.gov.br/documents/10901/1131439/1398784678286portaria-tuxaua.pdf/9e139554-3beb-4563-bc8a-660f79e92604>
http://semanaculturaviva.cultura.gov.br/linhadotempo/pdf/editais/PRT0038_SCC_06JUL2010.pdf
<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jspdata=12/07/2010&jornal=1&pagina=14&totalArquivos=96>
<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=6&data=16/07/2010>
<http://www.iteia.org.br/eu-sou-um-ponto-de-cultura>
<http://areteeducar.blogspot.com.br/2008/11/eu-sou-um-ponto-de-cultura.html>
<http://git.iteia.org.br>
<https://ecocentrobm.wordpress.com/sobre/>
<http://www.iteia.org.br/bichodomato>
<http://www.iteia.org.br>
<http://www.iteia.org.br/videos/denuncia-de-desapropriacao-do-cecopedagogico-bicho-domato>
<http://eita.org.br/>
<http://colivre.coop.br/?lang=pt>
<http://www.iteia.org.br/videos/espaco-escambo-no-fisl-14-demonstracao-e-como-funciona>
<http://noosfero.org/bin/view/Site/WebHomePtbr>
<http://www.alvovirtual.com>
<http://programavai.blogspot.com.br/>

<http://www.institutobancopalmas.org/rede-brasileira-de-bancos-comunitarios/>.

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/fomentos/index.php?p=7276>.

<https://agenciasolanotrindade.wordpress.com/>

<http://agsolanotrindade.com/>

<http://tecnologiasocial.fbb.org.br/tecnologiasocial/banco-de-tecnologias-sociais/pesquisar-tecnologias/detalhar-tecnologia-350.htm>

APÊNDICE A – Relação das instituições e iniciativas contempladas na pesquisa de campo

INICIATIVAS PESQUISADAS			
MUNICÍPIO / UF	INSTITUIÇÃO	PONTO DE CULTURA	NOME DO PROJETO
Lauro de Freitas / BA	Associação São Jorge Filho da Goméia	Bankoma	Kula Tecelagem
Serro / MG	Instituto Milho Verde	Cordão Cultural por Milho Verde	Bordados da Barra: potencialização da capacidade produtiva
Cananéia / SP	Associação Rede Cananéia	Não é ponto de cultura	Rede de Economia Solidária
São Paulo / SP	União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências	Tenda Cultural da Terceira Idade	Agência popular de fomento à cultura Solano Trindade
Sabará / MG	Ação Faça uma Família Sorrir – AFFAS	TV Murinho - TIVI no Morro	Polo de moda Produção Solidária Costurando Sonhos
Recife / PE	Instituto InterCidadania	Pontão de Cultura Digital iTEIA	Espaço ESCAMBO
Nova Lima / MG	Instituto Kairós	Kairós	Sustent' Habilidades: tecendo o próprio futuro

APÊNDICE B – Presença da economia solidária nas Teias

PRESENÇA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NAS TEIAS
TEIA 2006 Venha ver e ser visto
Eixo conceitual do evento
I Feira Nacional de Economia Solidária
Mesa <i>Economia Solidária como uma Nova Cultura Econômica</i> no Seminário Cultura Viva
Feira de trocas de produtos, serviços e saberes, com o uso da moeda social EcoSampa
TEIA 2007 Tudo de Todos
IV Feira Mineira de Economia Solidária e Agricultura Familiar com rodada de negócios
Seminário sobre o <i>Sistema Brasileiro de Comércio Justo e Solidário</i> e Debate <i>Rumo à IV Plenária de Economia Solidária</i>
TEIA 2008 Iguais na diferença
Feira de Economia Solidária
Criação do GT Economia Solidária da CNPdc
Debate <i>Cultura, economia solidária e estratégias de desenvolvimento sustentável</i>
TEIA 2010 Tambores Digitais
Feira de Economia Solidária
Economia Viva na Teia das Ações
Criação do GT Economia Viva
Reunião do GT Economia Solidária
TEIA 2014 Teia da Diversidade
Feira de Economia Solidária e Criativa
Praça de alimentação com empreendimentos econômicos solidários potiguares
Reunião do GT Economia Solidária

APÊNDICE C – Histórico da seleção do Edital Prêmio Economia Viva

DATA (publicação no DOU)	ATIVIDADE	DOCUMENTO	DADO
11 de março de 2010	Lançamento do Edital Prêmio Economia Viva	Edital nº 8, de 9 de março de 2010 ⁹⁹	Início do processo de seleção do Prêmio Economia Viva.
09 de abril de 2010	Prorrogação do prazo de vigência do Edital nº 8, de 09 de março de 2010.	Portaria nº 12, de 9 de abril de 2010 ¹⁰⁰ .	Prazo para inscrições prorrogado até o dia 12 de abril de 2010.
24 de maio de 2010	Análise documental: projetos habilitados e inabilitados.	Portaria nº 22, de 24 de maio de 2010 ¹⁰¹	Resultado de 102 projetos habilitados e 10 inabilitados.
7 de julho de 2010	Constituição da Comissão de Avaliação	Portarias de 1º de julho de 2010 ¹⁰²	Comissão com 25 representantes: 12 titulares e 9 suplentes do poder público; e 4 titulares da sociedade civil.
07 de julho de 2010	Retificação Portaria nº 22	Aviso de Retificação ¹⁰³	Inclusão de 10 projetos novos habilitados, 2 habilitados com recurso e 1 com nome retificado.
12 de julho de 2010	Divulgação da lista de premiados, classificados, desclassificados e inabilitados	Portaria nº 38 ¹⁰⁴ , de 6 de julho de 2010 ¹⁰⁵	12 premiados; 29 classificados; 67 desclassificados e 01 inabilitado.
16 de julho de 2010	Retificação Portaria nº 38	Aviso de Retificação ¹⁰⁶	Retificação da ordem de classificação e inserção de 8 projetos classificados.
29 de setembro de 2010	Avaliação dos recursos administrativos	Portaria nº 43 ¹⁰⁷	Parecer de dois recursos indeferidos.

99 <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1585410/pg-14-secao-3-diario-oficial-da-uniao-dou-de-11-03-2010>

100 <http://www.cultura.gov.br/documents/10883/38605/premio-economia-viva.pdf/81ee3b2a-5da5-4e4e-bf97-adb909bdbd8d>

101 <http://www.cultura.gov.br/documents/10883/38605/retificacao-portaria-habilitados-economia-viva.pdf/102649bf-44ae-4c8f-8186-b112e79f4413>

102 <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=2&pagina=6&data=07/07/2010>

103 <http://www.cultura.gov.br/documents/10901/1131439/1398784678286portaria-tuxaua.pdf/9e139554-3beb-4563-bc8a-660f79e92604>

104 http://semanaculturaviva.cultura.gov.br/linhadotempo/pdf/editais/PRT0038_SCC_06JUL2010.pdf

105 [tp://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=12/07/2010&jornal=1&pagina=14&totalArquivos=96](http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=12/07/2010&jornal=1&pagina=14&totalArquivos=96)

106 <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=6&data=16/07/2010>

107 <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=01/10/2010&jornal=1&pagina=12&totalArquivos=136>

APÊNDICE D – Roteiro orientador das entrevistas semiestruturadas com os pontos de cultura

POLÍTICA PÚBLICA

- Relação da instituição com o programa Cultura Viva (no âmbito federal, estadual e municipal)
- Origem do projeto apresentado ao Prêmio Economia Viva
- Participação nas Teias, Fóruns de pontos de cultura e/ou Comissão Nacional de Pontos de Cultura
- Relação do Ponto de Cultura com o projeto apresentado ao Prêmio Economia Viva
- Execução do projeto Economia Viva: alcances, limites, desafios, potencialidades
- Participação em fóruns, conferências e/ou conselhos de políticas públicas: quais áreas/setores e como ocorre (frequência e representatividade)
- Parcerias com outros órgãos públicos (acesso a subsídios governamentais)

TRABALHO CULTURAL EM REDE

- Parcerias com outros pontos de cultura
- Parcerias institucionais e sua relação com o projeto executado no Prêmio Economia Viva
- Valores da instituição e do trabalho em rede: exemplos concretos de sua prática e difusão
- Atuação com produção, comercialização, consumo e circulação de bens e serviços
- Incubação/formação de empreendimentos culturais: princípios orientadores e desafios vivenciados
- Atuação comunitária: laços de proximidade e relação com identidade cultural territorial
- Existência de doações (monetárias e não monetárias)
- Práticas recíprocitárias, trocas e/ou presença de trabalho voluntário (não monetário)

ECONOMIA SOLIDÁRIA

- Visão sobre o tema e o campo político
- Principal motivação para se relacionar com economia solidária
- Conhecimento/experimentação de tecnologias sociais (mecanismos de finanças solidárias, p.e.)
- Parcerias com instituições, órgãos públicos ou empreendimentos econômicos solidários
- Incidência política: envolvimento com a política pública ou participação de espaços políticos
- Gestão de projetos, infraestrutura e conhecimentos: como ocorre o acesso e a gestão?

APÊNDICE E – Questionário para entrevista de participantes das ações dos Pontos de Cultura

Responsável: Luana Vilutis (luanavilutis@gmail.com)

Este questionário faz parte da pesquisa de doutorado *Economia Solidária da Cultura: a organização social da produção cultural dos Pontos de Cultura* realizada na Universidade Federal da Bahia-UFBA. A pesquisa é sobre economia solidária e cultura, com foco em redes de produção e circulação de bens e serviços culturais junto a Pontos de Cultura. O objetivo do estudo é conhecer como essas redes se organizam e qual o sentido do trabalho coletivo para as pessoas que as integram.

Estas questões fazem parte da entrevista de campo com pessoas que participaram das ações dos Pontos de Cultura e tiveram envolvimento com o Prêmio Economia Viva. A intenção também é refletir criticamente sobre os alcances e limitações do fomento desse tipo de ação cultural por parte do poder público.

O questionário está organizado em 25 questões de múltipla escolha divididas em 3 partes. Embora o questionário solicite a identificação do entrevistado, sua identidade não será revelada na pesquisa.

Faça um X na alternativa que escolher e, caso tenha dúvidas, peça esclarecimentos o responsável. Agradeço a sua colaboração

I – Perfil

1. Qual o seu nome? _____

2. Qual a sua idade? _____ anos.

3. Sexo: () Feminino () Masculino

4. Onde você reside?

Município: _____

Distrito/Bairro: _____

Estado: _____

5. Você estuda? () Não () Sim

6. Qual é o seu grau de escolaridade?

() Fundamental incompleto () Fundamental completo

() Médio incompleto () Médio completo

() Superior incompleto () Superior completo

7. Você acessa internet? () Não () Sim

8. Se sim, com qual frequência:

() 1 vez ao mês () 1 vez a cada 15 dias

() 1 vez por semana () 2 vezes por semana

() 3 vezes por semana () Todos os dias

9. Qual a renda de sua família:

- () Menos de 1 salário mínimo (até R\$724,00)
() 1 a 3 salários mínimos (de R\$724,00 a R\$2172,00)
() 3 a 6 salários mínimos (de R\$2172,00 a R\$4344,00)
() 6 a 11 salários mínimos (de R\$4344,00 a R\$7964,00)
() Mais de 11 salários mínimos (acima de R\$7964,00)

10. Sua família recebe benefícios de programas de transferência de renda (como o Bolsa Família)?

- () Não () Sim

II- Trabalho

11. Qual a sua principal atividade profissional?

12. Você trabalha junto a qual grupo/associação?

13. Há quanto tempo você trabalha nesse grupo/associação?

14. Qual a função que você desempenha nele? _____

15. Quantas horas semanais você trabalha no grupo/associação?

16. Qual a situação de seu trabalho nesse grupo:

- () Trabalho associado / cooperado
() Trabalho temporário / Bicos
() Prestador(a) de serviços/autônomo
() Contratação CLT (carteira assinada)
() Trabalho voluntário
() Outro. Qual? _____

17. Sua família também participa das atividades do grupo/associação?

- () Não () Sim

18. Se sim, quem participa?

- () Filhos () Pais () Cônjuge () Irmãos

19. Para além desse trabalho, você exerce outra atividade profissional?

- () Não () Sim

20. Se sim, qual? _____

III – Relação com o Ponto de Cultura

21. Você participou do Prêmio Economia Viva?

() Não () Sim

22. Já participava de atividades no Ponto de Cultura antes do Prêmio Economia Viva?

() Não () Sim

23. Qual foi a sua principal motivação para participar das iniciativas do Ponto de Cultura? (indique uma alternativa)

() Formação artístico-cultural

() Inserção no mercado de trabalho

() Capacitação profissional

() Ampliação da visibilidade de sua produção artística

() Promoção da criação compartilhada

() Obtenção de melhores condições de trabalho

() Estratégia de sobrevivência

() Complementação de renda

() Outra motivação. Qual? _____

24. Qual é a sua frequência no Ponto de Cultura:

() Uma vez por semana

() Duas ou mais vezes por semana

() Uma vez a cada quinze dia

() Uma vez por mês

() Outra. Qual? _____

25. Você participa de alguma rede, fórum, organização ou movimento social? (assinale mais de uma alternativa, se for o caso).

() Associação de bairro

() Sindicato

() Grupo de trabalho voluntário

() Fórum de Economia Solidária

() Partido político

() Movimentos sociais

() Movimentos estudantis

() Rede de colaboração artística e/ou cultural

() Grupo religioso

() Outro. Qual? _____

Se você quiser acrescentar alguma informação ou fazer comentários, serão muito bem-vindos.

Agradeço muito a sua participação nesta pesquisa!